

Atena
Editora
Ano 2022

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

Atena
Editora
Ano 2022

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Economia: globalização e desenvolvimento 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19 Economia: globalização e desenvolvimento 2 / Organizador
Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-869-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.691222401>

1. Economia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II.
Título.

CDD 330

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A evolução do pensamento econômico tem sido permeado pela presença de diferentes escolas, teorias e correntes desde os primordiais princípios filosóficos na Grécia, passando pela conformação da Ciência Econômica na Inglaterra, até chegarmos aos dias atuais, demonstrando que em um mundo globalizado não existe apenas uma via, mas diferentes formas de interpretação sobre o fenômeno econômico.

Tomando como referência que os pensamentos ortodoxos e heterodoxos são vivos nos campos das ideias e da realidade atual, este livro promove uma visão panorâmica sobre temas relevantes no campo epistemológico da Economia, tendo o objetivo de apresentar análises e debates que tomam como fundamentação distintos paradigmas teórico-metodológicos do pensamento econômico para interpretar a empiria dos assuntos e estudos de casos.

O ecletismo teórico-metodológico proposto nesta obra é explicitado, tanto, pela presença de um plural debate entre diferentes correntes teóricas do pensamento econômico, quanto, por diferentes procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, possibilitando assim a apreensão de diferentes óticas para captação e interpretação dos fenômenos econômicos.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e por uma abordagem quali-quantitativa quanto aos meios utilizados nas pesquisas, este livro foi estruturado por meio de distintas técnicas e métodos de pesquisa a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais para abordar a realidade empírica dos relatos de experiência e dos estudos de caso, assim resultando em uma pluralidade de debates.

Fruto de um trabalho coletivo e desenvolvido a várias mãos por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, os 29 capítulos deste livro fazem um imersivo convite à leitura de discussões relevantes nas áreas de Teoria Econômica, Macroeconomia, Microeconomia, Economia Internacional e Economia Política, combinando didatismo e acessibilidade.

Conclui-se que as discussões apresentadas neste livro proporcionam aos potenciais leitores a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos sobre a realidade e o pensamento econômico em um contexto de globalização permeado por diferentes paradigmas ideológicos. A obra estimula um debate eclético, plural e não discriminatório que se apresenta por meio de uma didática abordagem afeita aos interesses de um público leigo e da comunidade epistêmica da área da Economia.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INTRODUÇÃO AO DEBATE DA ECONOMIA POLÍTICA: CONCEITOS BÁSICOS

Lázaro Camilo Recompensa Joseph

Tatiana Wonsik Recompensa Joseph

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224011>

CAPÍTULO 2..... 35

A ARQUEOLOGIA DE UM DEBATE: AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO, E SUAS INFLUÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO DO DEBATE ENTRE LIBERAIS E DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1964


Neilaine Ramos Rocha de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224012>

CAPÍTULO 3..... 50

ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE BRASIL E NEOLIBERALISMO


Isabel Cristina Chaves Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224013>

CAPÍTULO 4..... 57

GLOBALIZAÇÃO: UM PROCESSO DE MUDANÇA ESTRUTURAL NO SISTEMA INTERNACIONAL? ALGUMAS REFLEXÕES


Virgilius de Albuquerque

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224014>

CAPÍTULO 5..... 66

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO FINANCEIRO PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL NOS PARAÍSOIS FISCAIS: RECOMENDAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE


Zacarias Bernabé Nguema

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224015>

CAPÍTULO 6..... 84

TEORIA DA CARTEIRA DE MARKOWITZ: APLICABILIDADE DO MODELO CAPM (CAPITAL DE MODELO DE RECTIFICAÇÃO DE ACTIVOS) NO COMPORTAMENTO DOS INVESTIDORES NO MERCADO FINANCEIRO MOÇAMBICANO (2010-2020)


Shayra Alberto Xavier Constantino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224016>

CAPÍTULO 7..... 94

O ESTADO DE ENQUADRAMENTO DA DIVIDA PÚBLICA “DIVIDAS OCULTAS” NO MERCADO DE CAPITAIS E O SEU CONTRIBUTO NO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO DE MOÇAMBIQUE (2010-2020)


Daniel Fernando Sibinde Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224017>

CAPÍTULO 8..... 105

A SUSTENTABILIDADE DA DIVIDA PUBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E SOLUÇÕES (2010-2020)

Dalmázia de Fátima Vicente


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224018>

CAPÍTULO 9..... 119

POLÍTICA MONETÁRIA EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE A EFICIÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA ADOPTADAS EM MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Atumane Jacinto José Nanvarra

Viegas Wirssone Nhenge

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6912224019>

CAPÍTULO 10..... 129


LOS EFECTOS DE LA SUBIDA DEL DÓLAR EN MÉXICO EN LA PRODUCCIÓN LA ECONOMÍA Y LA SOCIEDAD

Víctor Manuel Piedra Mayorga

Rafael Granillo Macías

Miguel Ángel Vázquez Alamilla

Raúl Rodríguez Moreno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240110>

CAPÍTULO 11..... 141

INTERAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E APEC: UMA ANÁLISE DE DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA COMERCIAL

Sarah Geciellen Cabral Braz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240111>

CAPÍTULO 12..... 157


BARREIRAS COMERCIAIS SOBRE A SOJA E A CARNE BRASILEIRAS: CENÁRIOS DE EMBARGOS DA CHINA, UNIÃO EUROPEIA E ESTADOS UNIDOS

Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo

Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Leonardo Francisco Figueiredo Neto

Cláudio Eurico Seibert Fernandes da Silva








 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240112>

CAPÍTULO 13..... 178

DOS CONCEPCIONES ENTRE LAS EMPRESAS RECUPERADAS POR SUS TRABAJADORES. DISPUTAS FORMATIVAS POR EL SENTIDO DE LA AUTOGESTIÓN EN LA TRAYECTORIA DE IMPA

Ramon Rodrigues Ramalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240113>

CAPÍTULO 14	194
EL COMERCIO ELECTRÓNICO GLOBAL COMO UNA OPCIÓN PARA EL DESARROLLO DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA Y EL COOPERATIVISMO EN MÉXICO	
Luz Elvia Garcia Ramos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240114	
CAPÍTULO 15	204
AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL PIAUIENSE	
José Edson Rodrigues Júnior Edivane de Sousa Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240115	
CAPÍTULO 16	220
ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS DE <i>MARKETING MIX</i> ADOTADAS EM TRÊS MERCADOS DE PROXIMIDADE AGROECOLOGICOS	
Heliene Macedo de Araújo Marta Cristina Marjotta-Maistro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240116	
CAPÍTULO 17	242
APICULTURA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL COMO FORMA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR	
Mariane Rodrigues da Vitória	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240117	
CAPÍTULO 18	252
UMA ANÁLISE EMPÍRICA E DOCUMENTAL SOBRE O ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA VERDE EM MOÇAMBIQUE: REALIZAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS (2010-2020)	
Kayle Chaves Rustangy Viegas Nhenge	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240118	
CAPÍTULO 19	263
DESARROLLO HUMANO Y CAÍDA DE PIB PROVOCADA POR EL COVID-19: PAÍSES CON ALTO Y BAJO DESARROLLO	
Imelda Ortiz Medina Pedro Plata Pérez Jorge Martínez Pérez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240119	
CAPÍTULO 20	272
O PÓLO DE IMPERATRIZ: CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS	
Edgar Oliveira Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240120	

CAPÍTULO 21.....298

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE NO BRASIL E PERNAMBUCO A PARTIR DE MICRODADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE – 2013

Josicleide Montenegro da Silva Guedes Alcoforado

Ana Carla Silva Alexandre

Idalacy de Carvalho Barreto

Irla Maria Vidal de Souza Medeiros

José Ricardo Bezerra Nogueira


Patricia Rejane Ribeiro Bispo

Nelson Miguel Galindo Neto

Guilherme Guarino de Moura Sá

Deisyelle Magalhães Barbosa

Débora Montenegro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240121>

CAPÍTULO 22.....312

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE GASTO PÚBLICO PER CAPITA EM SAÚDE E A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL NAS QUATRO MACRORREGIÕES DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PERÍODO E 2008 A 2012


Harley Davidson Rocha de Lima

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rego

Rodrigo Gomes de Arruda

Tatiane Almeida de Meneses

Maira Galdino da Rocha Pitta


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240122>

CAPÍTULO 23.....329

INVESTIMENTO PRIVADO: EVOLUÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA NO BRASIL

Tiago Wickstrom Alves

Emanuelle Nava Smaniotto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240123>

CAPÍTULO 24.....353

PREVISÃO DE FALÊNCIA E PERFORMANCE: A INFLUÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE NAS EMPRESAS PORTUGUESAS


Cândido Jorge Peres Moreira

Mário Alexandre Guerreiro Antão

Pedro Miguel Baptista Pinheiro

Domingos Custódio Cristóvão

Catarina Carvalho Terrinca


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240124>

CAPÍTULO 25.....365

O IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SAL MARINHO EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA CRISE DO MERCADO DO DISTRITO DA

ILHA DE MOÇAMBIQUE


Octávio Francisco Xavier Uaite

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240125>

CAPÍTULO 26.....381

TURISMO REGIONAL Y MERCADO LABORAL: LA FUNCIÓN DE LA AGENCIA DE VIAJES COMO UNIDAD ECONÓMICA (2003-2010)

Laura Isabel Tottino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240126>


CAPÍTULO 27.....397

REDES SOCIAIS E PERFORMANCE ELEITORAL: UMA ANÁLISE DAS ELEICOES DE 2018 PARA GOVERNADOR

Paulo Henrique Rocha de Souza

Francisco Antonio Sousa de Araujo

Paulo de Melo Jorge Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240127>


CAPÍTULO 28.....411

SMART CONTRACTS: O REINVENTAR DO DIREITO CONTRATUAL NA ERA TECNOLÓGICA

Mateus Catalani Pirani

Emily Romera Fagundes

Julia Gothard Ribeiro da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240128>

CAPÍTULO 29.....423

A RELAÇÃO DO CONSUMIDOR COM OS GAMES: FORTNITE, UM ESTUDO DE CASO

Felipe Casteletti Ramiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.69122240129>

SOBRE O ORGANIZADOR.....434

ÍNDICE REMISSIVO.....435

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO AO DEBATE DA ECONOMIA POLÍTICA: CONCEITOS BÁSICOS

Data de aceite: 10/01/2022

Lázaro Camilo Recompensa Joseph

Universidade Federal de Santa Maria

Tatiana Wonsik Recompensa Joseph

Universidade Federal de Santa Maria

RESUMO: O trabalho a seguir foi elaborado com o intuito de levar aos alunos/alunas dos Cursos de Ciências Sociais, Agronomia, Serviço Social, de Economia e cursos afins, uma síntese dos conceitos básicos que envolvem o pensamento e raciocínio de Karl Marx. Deste modo, o material a seguir foi organizado didaticamente, de modo a oferecer ao leitor/leitora, progressivamente, as ideias em torno das quais se alicerçaram os conceito-chaves de uma das principais obras do pensamento econômico dos últimos dois séculos. Ao longo dos seis tópicos elaborados com a finalidade de tornar acessível a compreensão lógica do raciocínio de Marx na sua obra *O Capital*, conta-se com o apoio de outros autores clássicos como Engels, Lênin, Adam Smith, entre outros destacados pensadores.

PALAVRAS-CHAVE: Excedentes pagas.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir foi elaborado com o intuito de levar aos alunos/alunas dos Cursos de Ciências Sociais, Agronomia, Serviço Social, de Economia e cursos afins, uma

síntese dos conceitos básicos que envolvem o pensamento e raciocínio de Karl Marx. Deste modo, o material a seguir foi organizado didaticamente, de modo a oferecer ao leitor/leitora, progressivamente, as ideias em torno das quais se alicerçaram os conceito-chaves de uma das principais obras do pensamento econômico dos últimos dois séculos. Ao longo dos seis tópicos elaborados com a finalidade de tornar acessível a compreensão lógica do raciocínio de Marx na sua obra *O Capital*, conta-se com o apoio de outros autores clássicos como Engels, Lênin, Adam Smith, entre outros destacados pensadores.

No primeiro tópico faz-se uma exposição do processo do conhecimento do homem primitivo ao homem da sociedade de classes e o aparecimento da ideologia. Isto nos permite entender que nas diferentes formas da consciência social estão presentes tanto elementos cognitivos como ideológicos.

No segundo tópico trazemos os conceitos filosóficos básicos que permeiam todo o discurso recolhido no método utilizado por Marx, destacando sucintamente que é materialismo filosófico, que é materialismo dialético e que é materialismo histórico deixando claro que esta classificação enquanto ao método (materialismo histórico e dialético) é meramente didática porque o método utilizado por Marx constitui um processo mental integral que se desenvolve na consciência dos homens.

A seguir explicamos como Marx explica o desenvolvimento da história da humanidade a partir do conceito de modo de produção e das próprias contradições que lhes são inerentes. No item quatro explicamos o método da Economia Política (que são as abstrações científicas), no meu modo de ver o item mais complexo dentro do texto, uma vez que o próprio Marx está interessado em elaborar uma nova teoria econômica com um método próprio e correto de formulação do conhecimento: precisamente o método das abstrações científicas utilizado na suas análises no *Capital*. Posteriormente explicamos o objeto de estudo e a definição da Economia Política assim como os novos conceitos modernos de Economia e suas implicações.

Entendemos que uma boa leitura e análise deste trabalho deixará aos alunos, alunas, pesquisadores e pesquisadoras, e todos aqueles interessados em condições favoráveis e amenas para entender esta obra de Marx.

21 O QUE É IDEOLOGIA: E COMO MARX ENFOCA A IDEOLOGIA

Para poder entender o que significa ideologia, deve-se partir da primeira grande divisão existente entre o trabalho individual e o trabalho (material) físico, que é quando realmente aparece a ideologia. (Ver Marx. *A Ideologia alemã*. 1846).

Segundo Marx e Engels, essa divisão se produz quando aparece a sociedade de classes, isto é, a sociedade “dos amos” e “os escravos” sendo os últimos os que realizam o trabalho duro enquanto os amos dedicam-se a pensar, a elaborar ideias.

Sendo assim, a consciência desvincula-se da vida prática e aparece (a consciência) como algo independente do mundo real, começando assim a distorção dessa realidade: isto é, aparece a ideologia como reflexo e/ou apresentação do mundo, distorcida pelos interesses da classe dominante.

Para entender quando se produz esta divisão entre o trabalho físico e o intelectual e (aparece) a sistematização da ideologia, deve-se explicar quais (são) as formas primitivas do pensamento do homem. Ou seja, como se produz no homem a nomeada **concepção mítico mágica**, isto é, a primeira forma de reação que possui o homem ante os fenômenos do mundo. (Ver texto de Engels intitulado *Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã*. 1886).

Para entender esta concepção mítico mágica se faz necessário oferecer alguns elementos de como se produz o processo de conhecimento.

Como o homem conhece¹?

Primeiro: através dos seus sentidos, os quais oferecem ao homem por meio da prática o nomeado conhecimento concreto sensível. Por exemplo, estamos ouvindo agora o barulho do ventilador, vendo a luz do retroprojetor, as cores da sala de aula etc., tudo isto é conhecimento concreto sensível, conhecimento próprio do animal em geral: capacidade

¹ Este item foi desenvolvido utilizando o texto de GARCIA G. *Elementos de Filosofia Marxista*. Editora: Gente Nueva. 1981.

de reconhecer os dados do mundo sensível através de um processo básico.

Porém quando junto com o homem aparece a linguagem e o trabalho em sociedade, ele é capaz de dar um “salto (pulo)” no progresso do conhecimento e esse salto dá origem ao que se conhece como conhecimento racional ou pensamento.

Sendo assim, pode-se argumentar que o conhecimento racional ou pensamento é um processo vinculado ao desenvolvimento da linguagem e, portanto, ao desenvolvimento do trabalho.

Sintetizando: o trabalho, a vida social e a linguagem são os que geram o pensamento, as ideias. A seguir explicaremos como se produz esse fenômeno.

Esse processo se dá, através do que os especialistas em teoria do conhecimento chamam de **generalização e abstração**.

Desde que o homem começa a observar a natureza (isto é, o mundo que o circunda) percebe que existem certos seres e fenômenos parecidos e ao mesmo tempo vai encontrando neles também diferenças. A esse processo, através do qual o homem vai eliminando as coisas que não são comuns e vai retendo (arquivando e/ou ficando) aquelas que são iguais para todos os casos, chama-se de abstração.

Assim, via generalização e abstração, o homem acaba por distinguir um animal, por exemplo, um cachorro de outro animal, o cavalo, o leão etc. E através da linguagem dá o nome: cavalo, cachorro, leão etc., e aparece o que se nomeia de **ideia** ou **conceito**.

O conceito é o primeiro elo do pensamento. Porém o conceito não existe como um fato independente, ou seja, quando dizemos cão ou cachorro isso é um conceito, mas existem diferentes tipos (raças) de cachorro e de cada tipo (raças) obtém-se o que tem em comum. É este processo que permite se compreender, por exemplo, um termo como “cachorrada”: aquilo sobre o que há algo de comum a todos os cachorros.

Ou seja, não existe o que se nomeia de cachorro em abstrato, existe como ideia na minha mente e a exprimo através da linguagem: cão/cachorro (em latim se dizia can, em inglês se diz dog, em árabe kalb, em espanhol perro, em russo zavaka). Sempre faz falta uma palavra para exprimir uma ideia.

Assim aparece o primeiro degrau do que chamamos o pensamento, o qual não se limita ao concreto sensível senão, aquilo que está na ideia do homem.

O segundo degrau do processo de pensamento chama-se de **juízo**. O qual permite relacionar as ideias, porque se eu digo (falo) rosa e observo que existem outras coisas parecidas à rosa, porém apresentam outras qualidades em comum como o perfume, cor, cheiro, etc., então vem o que nomeamos de flor e posso dizer: “esta rosa é uma flor” como posso dizer “este cavalo é um quadrúpede” ou “este peixe é um vertebrado”.

Posteriormente o processo da mente articulando uns juízos com outros, chega ao **raciocínio**. Por exemplo, até agora a história tem demonstrado que todos os homens que existiram têm ido morrendo, os mais velhos que eu, meu pai, meus tios etc., morreram. Todos os homens que tenho conhecido tanto na história como na própria vida morrem e

posso chegar assim à conclusão de que “todos os homens são mortais” e a esse processo nomeia-se de raciocínio.

O raciocínio pode ser do particular ao geral e chama-se de **indutivo** como no caso anterior ou pode-se gerar ao inverso, do universal ao particular: todos os homens são mortais, eu sou homem, eu também devo de morrer. Esse é um raciocínio **dedutivo**.

Esse processo de (conhecimento do homem) completa-se com as chamadas **hipóteses**, na qual baseado em alguns fatos reais lança-se uma ideia do que pode acontecer. Ou seja, observando a relação existente entre dois fenômenos do qual um produz ao outro em determinadas circunstâncias, chega-se a estabelecer o que se nomeia de **lei**. E através do conhecimento dessas leis elaboram-se as **ciências, as teorias, as doutrinas**.

Enfim, a todo esse processo chama-se de **conhecimento racional**, processo ligado à **linguagem, ao trabalho, à técnica** que vai desenvolvendo a sociedade. Vejamos a Figura 1 como um exemplo resumido desse processo.



Figura 1. Representação gráfica do processo de conhecimento do homem.

Elaborado pelo autor

Os elementos colocados até aqui são necessários para poder explicar como foi o **processo do conhecimento** do homem primitivo ao homem da sociedade de classes e o **aparecimento da ideologia**.

Ou seja, no homem primitivo, quando ainda não havia desenvolvido o conhecimento das relações de causa e efeito nas explicações sobre os fenômenos reais do universo, esta falta de conhecimento sobre as causas que geravam os fenômenos da natureza

produzia nele um reflexo distorcido da realidade. Por exemplo, como explicar uma pedra que, descolada do morro, o golpeia; ele ainda não tinha descoberto a lei da gravidade de Newton, assim tinha que procurar uma causa para explicar esse fenômeno e era atribuída a uma entidade desconhecida que queria lhe fazer dano.

Similarmente, como explicar os raios e as tempestades: acreditava-se que existia um espírito nas nuvens que lançava o raio. Assim surge no homem primitivo a crença nos poderes sobrenaturais, a crença de que tudo tem “alma”, porque quando o homem dorme e sonha acreditando que estava pescando no rio, e acorda e se olha na caverna (na gruta), se diz: “então existem dois eus, um que está pescando no rio e outro na caverna.

Surgiu a crença de que existiam certos homens no grupo que tinham poderes e que poderiam ajudar ao grupo nos momentos de crises porque tinham relação com os poderes sobrenaturais, os chamados curandeiros, feiticeiros, xamãs. Hoje em dia temos os pais de santos, os padres, o mestre espírita entre outros. Lembrar que a gente vai ao médico porque acredita na ciência e não nas crenças.

Assim surge **a religião**, a partir do momento em que existe uma sociedade de classes e o bruxo, o xamã etc., deixam de ser os representantes do grupo vinculando-se (a essa sociedade) como sacerdotes da classe dominante.

Sistematizando-se e aparecendo a religião organizada como um corpo sacerdotal, com o mito da origem do mundo, com o conjunto de verdades que pretendem ser indiscutíveis conhecidos como dogmas e com toda uma série de práticas que recebem o nome de cultos.

Desta forma surgem as primeiras manifestações ideológicas, as quais separam-se dentro do corpo social daquelas primitivas concepções míticas mágicas na qual estavam implícitas, de forma nebulosa, a moral, o direito, a ciência, as crenças.

Ou seja, quando aparece a sociedade de classes surgem as chamadas formas da **consciência social** e aí é que aparece **a ideologia**. (Ver GARCIA G. 1981, pag. 23)

Sendo assim, as principais formas da consciência social são:

- 1) A forma política
- 2) A jurídica
- 3) A ética ou moral
- 4) A religiosa
- 5) A filosófica
- 6) A estética
- 7) A científica

O ideológico das formas de consciência social

O **juízo** que qualquer um emita, e que contenha em seu bojo aquilo que o afeta

(mesmo) é um juízo de valor e constitui a base da ideologia.

Por exemplo, os inimigos do socialismo em geral atacam o(s) país(es) a partir das dificuldades colocando e criticando: a escassez de produtos (medicamentos, alimentos, carros etc.), as restrições às liberdades individuais, entre outras. Só que antes da revolução o povo não as possuía e os únicos que desfrutavam dos excedentes eram os ricos, e com a revolução todos os recursos foram distribuídos de forma tal que todos possam ter algo.

Assim existem dois tipos de juízos: juízos de realidade e juízos de valor. No primeiro o juízo expõe o que existe objetivamente e serve de base à ciência; já o juízo de valor revela aquilo que pode afetar o indivíduo como parte de uma classe social. Nesse caso é ideologia.

Em definitiva, ideologia é aquela parte das ideias em que se manifesta (ou exprime) como estas afetam aos indivíduos e, portanto, às classes sociais e aos problemas da vida em sociedade: o direito, a moral etc.

Percebe-se que a ideologia está representando sempre (em última instância) duas posições contrapostas: a daqueles que querem que a sociedade avance a formas superiores de organização e a daqueles outros que não desejam que a sociedade avance, porque seus interesses de classes chocam com o avanço social. Isso é assim desde que apareceu a primeira sociedade de classes.

A crítica feita pelo sistema capitalista à hipotética restrição das liberdades individuais é enunciada como uma forma superior do sistema capitalista em relação ao socialismo, quando de fato é uma ilusão que encobre o valor superior de uma sociedade equilibrada (socialismo) em que um direito individualista não pode estar em detrimento dos direitos de todos.

Assim os especialistas afirmam que cada forma da consciência social apresenta **elementos cognitivos** e **elementos ideológicos**. Quando dizemos elementos cognitivos estamos nos referindo a juízos de realidades; quando dizemos elementos ideológicos, estamos expressando geralmente juízos de valor.

A religião², do ponto de vista dos rituais públicos e das crenças simbólicas levadas a uma interpretação literal, é a que possui menos elementos cognitivos, ou seja, é pura ideologia. O único que pode encontrar-se como elemento da realidade na religião católica é a existência de uma estrutura administrativa com um papa, bispos etc.

O direito e a política apresentam um equilíbrio (mais ou menos) de elementos cognitivos e de elementos ideológicos; na verdade o direito vai se construindo através da história, começa por ser costume (de um povo) e depois “os costumes viram leis” e desta forma gera-se o direito. Ou seja, começa por ser um costume na época primitiva em que os conflitos eram resolvidos pela pura violência, logo vem o Código de Hammurabi na Babilônia, o Manu da Índia e assim vai.

Por exemplo, o que começou como costume no caso da união entre o homem e a

² Tomamos aqui uma síntese a partir do pensamento filosófico exposto por Gaspar Jorge Galló (1981), p. 24.

mulher terminou por ser uma lei através do matrimônio civil etc.

Na realidade as obrigações do direito sempre permaneceram vinculadas aos interesses da classe que ocupa o poder. Segundo Garcia G. (1981, pag. 27) no próprio *Código de Hammurabi*, um dos primeiros da sociedade escravista, já apareciam uma série de preceitos nos quais se notava o trato diferenciado para os amos e os escravos, mesmo que constituísse um código de leis.

O Código de Hamurabi, o qual pode ser escrito Hamurábi ou Hammurabi, representa conjunto de leis escritas, sendo um dos exemplos mais bem preservados desse tipo de texto oriundo da Mesopotâmia. Acredita-se que foi escrito pelo rei Hamurábi, aproximadamente em 1700 a.C. Foi encontrado por uma expedição francesa em 1901 na região da antiga Mesopotâmia correspondente à cidade de Susa, atual Irã.

É um monumento monolítico talhado em rocha de diorito, sobre o qual se dispõem 46 colunas de escrita cuneiforme acádica, com 282 leis em 3600 linhas. A numeração vai até 282, mas a cláusula 13 foi excluída por superstições da época. A peça tem 2,25 m de altura, 1,50 metro de circunferência na parte superior e 1,90 na base.¹

A sociedade era dividida em três classes, que também pesavam na aplicação do código:

- a) Awilum: Homens livres, proprietários de terras, que não dependiam do palácio e do templo;
- b) Muskênum: Camada intermediária, funcionários públicos, que tinham certas regalias no uso de terras.
- c) Wardum: Escravos, que podiam ser comprados e vendidos até que conseguissem comprar sua liberdade.

Pontos principais do código de Hamurabi:

- lei de talião (olho por olho, dente por dente)
- falso testemunho
- roubo e receptação
- estupro
- família
- escravos
- ajuda de fugitivos

Exemplo de uma disposição contida no código:

Art. 25 § 227 - “Se um construtor edificou uma casa para um Awilum, mas não reforçou seu trabalho, e a casa que construiu caiu e causou a morte do dono da casa, esse construtor será morto”.

O objetivo deste código era homogeneizar o reino juridicamente e garantir uma cultura comum. No seu epílogo, Hamurabi afirma que elaborou o conjunto de leis “para que

o forte não prejudique o mais fraco, a fim de proteger as viúvas e os órfãos” e “para resolver todas as disputas e sanar quaisquer ofensas”. (Ver GARCIA G. 1981, pag. 28)

3 I ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS DE MATERIALISMO FILOSÓFICO

a) O Método na teoria de Marx: Que é materialismo³: dialético e histórico?

A base filosófica do marxismo é o **materialismo**, entendido como corrente da filosofia, cujo método de análise é a **lógica dialética**, contraposta ao idealismo, base filosófica da ciência não marxista, que utiliza a **lógica formal** como método de análise.

A lógica, do grego *logos*, significa “palavra”, “expressão”, “pensamento”, “conceito”, “discurso”, “razão”. A lógica que se ocupa da razão e do pensamento investiga a validade dos argumentos e dá regras do pensamento correto. A lógica, é, portanto, uma disciplina propedêutica, é o vestibulo da filosofia, ou seja, a antessala, o instrumento que permite o caminhar rigoroso do filósofo ou cientista.

Aristóteles subdividiu a lógica em *lógica formal* e *lógica material*:

a) A **lógica formal** (ou menor), estabelece a forma correta das operações do pensamento. Se as regras forem aplicadas adequadamente, o raciocínio é considerado válido ou correto.

b) A **lógica material** (ou maior), parte da lógica que trata da aplicação das operações do pensamento segundo a matéria ou natureza dos objetos a conhecer.

Enquanto a lógica formal se preocupa com a natureza do pensamento, a lógica material investiga a adequação do raciocínio à realidade. É também chamada metodologia e, como tal, procura o método próprio a cada ciência.

A **lógica dialética** não faz desaparecer a lógica formal. Esta continua existindo no âmbito restrito das correlações imediatas que partem da observação direta dos fatos ou quando atingimos as leis do método experimental. Então explicamos o mundo pela causalidade linear, característica do mundo mecânico típico da ciência clássica.

A lógica formal se torna insuficiente quando é preciso passar para um grau superior de generalidade, onde existem as categorias de totalidade e de relações recíprocas. Com o progresso da física, o pensamento científico se volta para os fenômenos relacionados com a estrutura íntima da matéria, os quais não mais são explicados pelas relações clássicas de causalidade formal. O mesmo ocorre com os fenômenos de outras ciências que introduzem a ideia de processo. É aí exatamente que a lógica formal se torna insuficiente devendo ser substituída.

Entretanto, em outro aspecto, a lógica formal continua sendo válida: enquanto a produção da ideia é dialética, sua expressão é sempre formal.

“O que é pensado dialeticamente tem que ser dito formalmente, pois se acha

³ Esta classificação enquanto ao método (materialismo histórico e dialético) é meramente didática porque o método utilizado por Marx constitui um processo mental integral que se desenvolve na consciência dos homens.

subordinado às categorias da linguagem, que são formadas por força de sua constituição social de sua função como instrumento criado pelo homem para a comunicação com os semelhantes". (VIEIRA PINTO apud ARANHA, 1994:91)

Na atualidade existe um domínio absoluto do idealismo e da lógica formal no *establishment* científico das sociedades capitalistas, projetando-se ademais nos modos de pensar do senso comum em geral.

Isto posto, explica-se a inferioridade numérica do materialismo e dos pesquisadores marxistas nestes meios, compreende-se não só a dificuldade de apreensão das particularidades da filosofia e do método marxistas, mas também a possibilidade da sua apreensão distorcida pela influência dominante de um modo de pensar em tudo oposto a eles.

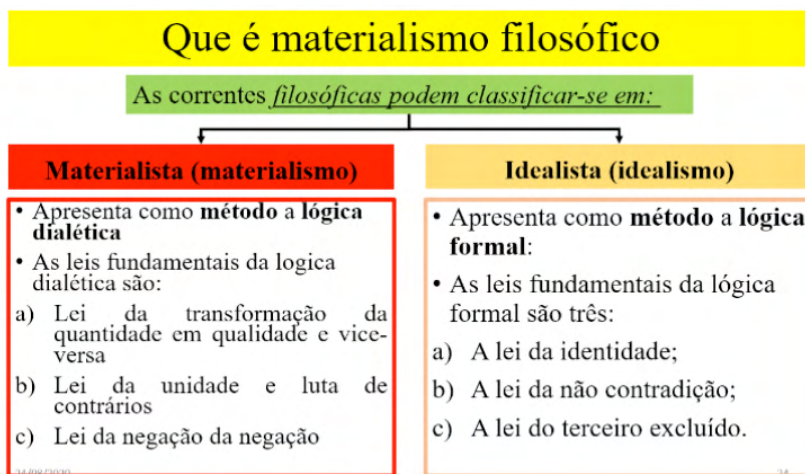


Figura 2 Classificação das principais correntes ideológicas.

Fonte: MUNDIM R. A Lógica Formal, princípios elementares. Em: Economia & Gestão, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 135-145, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/113>. Acesso 24/08/2020.

As leis fundamentais da lógica formal são três:

- 1) A lei da identidade;
- 2) A lei da não contradição;
- 3) A lei do terceiro excluído.

A **lei da identidade** (*identitatis principium*) declara que: **A é A** (*omnisubjectusest praedicatum sui*), ou **A=A**.

A **lei da não contradição**, **A** não é um **não-A**, é nada mais do que a forma negativa da primeira lei. (1)

De acordo com a **lei do terceiro excluído** (*principium exclusi tertii*), duas proposições

contraditórias, mutuamente exclusivas, não podem ser ambas verdadeiras. Na verdade, ou **A é B**, ou **A não é B**. Se uma dessas proposições é verdadeira, a outra é necessariamente falsa; e vice-versa. Não há, e nem poderia haver, qualquer outra solução.

Sendo assim, a lógica formal é metafísica e raciocina com o **Princípio da Identidade**. Todas as coisas são sempre idênticas a si mesmo, Nada muda. Congelam-se. Eternizam-se.

O seu método de análise é o **silogismo**, que consiste em se estabelecer uma premissa maior, a onde se insere uma premissa menor e o resultado é uma conclusão necessária. Um exemplo clássico: seja a premissa maior, TODO HOMEM é MORTAL e a premissa menor: EU SOU HOMEM. A conclusão é inquestionável - EU SOU MORTAL.

Esses conceitos quando colocados na luta de ideias, a **lógica formal**, por ser mais simples, direta, “coerente”, tende a levar vantagem sobre a **lógica dialética**. É mais fácil dizer que **A é A** e nunca pode ser **B** do que explicar, por exemplo, **que vida e morte fazem parte de uma única realidade e que a lei da unidade e luta dos contrários explica esse aparente absurdo**.

Da mesma forma, a luta entre o senso comum e o conhecimento científico não é brincadeira. A oposição entre o conhecimento científico e o senso comum está no fato de o senso comum ser, meramente empírico, acrítico, passivo, assistemático, ametódico, aparente, subjetivo, superficial, particular, prático, utilitário.

Enfim a deficiente apreensão do método teórico de Marx reflete-se, em primeiro lugar, em deficiências metodológicas na produção teórica marxista, e adicionalmente na pequena frequência de textos que abordam os problemas do método. Na literatura econômica brasileira, em que a produção de base marxista comparece modestamente, esta insuficiência é obviamente mais acentuada.

Que é **materialismo filosófico**?

Problema primordial da filosofia é **o da relação entre o ser e o pensar, isto é, a matéria e a consciência**.

Segundo a solução que dão a este problema todas as correntes filosóficas se classificam em dois campos:

- a) Materialismo
- b) Idealismo.

Materialismo: É uma corrente filosófica, que reconhece a matéria como o primário e a consciência, o pensar, como secundário e que a **dialética** é a ciência das leis do desenvolvimento.

Destaca que: a **matéria** está em contínuo movimento, cambio (mudança), desenvolvimento e que este desenvolvimento se produz segundo lei(s): *lei da unidade e luta de contrários, lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa, lei da negação da negação, lei do fenômeno e da essência, lei da forma e do conteúdo, do*

universal e o particular etc.

É uma concepção científica do mundo cujo fundamento é: a natureza orgânica e inorgânica, a sociedade e nós mesmos com todo o que nos circunda **é material**. Isto significa que o único mundo que existe é o mundo material, não há outro mundo e este mundo material é eterno, infinito e único, está em constante movimento e cambia (muda) conforme a leis.

Criando a teoria materialista dialética, Marx e Engels romperam a limitação histórica das ideias metafísicas sobre a matéria, ideias que caracterizaram toda a filosofia materialista precedente. Demonstraram que a própria matéria contém em si a fonte do movimento.

Marx e Engels fundamentaram a tese de que **a consciência é um produto do desenvolvimento da matéria, uma propriedade da matéria altamente organizada.**

Marx escreve: *“Não se pode separar o pensamento da matéria pensante. A matéria é o sujeito de todas as transformações.”* (F. Engels. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico, ed. russa, E. P. E., 1952, pág. 9; ver ed. bras., Ed. Horizonte, Rio 1945, pág. 18)

Engels afirma: *“(...) Nossa consciência e nosso pensamento, por mais transcendentales que nos pareçam, são produtos de um órgão material, corporal, o cérebro.”* (F. Engels. Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica «lema, ed. russa, 1952, pág. 19).

b) **Conceito de MATERIA.**

V. I. Lênin no seu livro Materialismo e Empiriocriticismo. Obras completas Tomo. 14, pag. 120 define a matéria: (...) *“A matéria é uma categoria filosófica que designa a realidade objetiva dada ao homem em suas sensações, que a copiam, fotografam e refletem sem que sua existência lhes esteja subordinada.”*(...) *Matéria é o que, atuando sobre nossos órgãos dos sentidos, produz a sensação; a matéria é a realidade objetiva, que nos é dada nas sensações, etc.”.*

Devemos destacar vários elementos importantes dentro de esta definição: primeiro categoria filosófica é um conceito geral porque a filosofia é entendida (pelos marxistas) como a ciência das leis mais universais da natureza, a sociedade, o conhecimento e o pensamento. Ou seja, abrange a todos os tipos de matéria sejam substâncias, rochas, campos magnéticos, luz, o Sol, a vida, as células do corpo humano, o som, a sociedade humana etc.

Dito de outro modo, é uma categoria filosófica que o abarca tudo menos o conhecimento, o pensamento, as ideias, as concepções, os sentimentos, as teorias etc., *que são resultado do reflexo do mundo material na consciência dos homens.*

Segundo a definição de Lenin resolve o mais importante de todos os problemas filosóficos, qual é o primário o ser ou o pensar, ou seja, a matéria ou a consciência. Entendamos melhor:

Se nós dizemos que a matéria é reflexo de nossas sensações e que existe independentemente delas, chegamos à conclusão de que a matéria é o primário e as sensações, a consciência, é o derivado.

Terceiro: a definição de matéria que nos oferece Lenin resolve também outra questão do problema fundamental da filosofia: quais são as relações entre o ser e o pensar? É possível conhecer o mundo? Por que se resolve esse problema?

Bom, o resolve enquanto afirma que nossas sensações refletem a matéria, quer dizer, o mundo que nos circunda. Isto tem sido comprovado pela prática sócio histórica, ou seja, pela história humana através de milhares e milhares de anos. Se os homens não pudessem conhecer a realidade que os circunda como poderiam ter subsistido e desenvolver-se?

O **movimento** é o modo de existir da matéria. O que significa que todas as formas que a matéria adota desde o Sol até a mínima partícula material estão sempre em movimento.

Engels colocou cinco formas do movimento da matéria. (Ver F. Engels. Dialética da Natureza, ed. russa, 1952)

- 1) Movimento mecânico
- 2) Movimento químico
- 3) Movimento físico
- 4) Movimento biológico
- 5) Movimento social:

No movimento social, por exemplo, o passo das formações socioeconômicas desde a comunidade primitiva até o comunismo é uma forma de movimento. Ou seja, **o desenvolvimento da produção material, a vida econômica etc., é uma forma complexa de movimento na vida social dos homens.**

E a relação existente entre o movimento e a energia é que esta última constitui uma expressão do movimento.

Espaço e tempo: O espaço é uma forma objetivamente real da existência da matéria. O conceito de espaço exprime a coesão das coisas e o afastamento entre si, a sua extensão e a ordem em que estão dispostas umas em relação às outras.

A matéria também existe no tempo. O tempo é a sucessão entre uma fase e outra do movimento, significa um passado, um presente, um futuro. Ou seja, no mundo não há nada senão matéria em movimento e este movimento só pode existir no espaço e no tempo.

c) Consciência ou alma: devemos destacar que a etapa superior do desenvolvimento da matéria na Terra é o **homem** (entenda-se a sociedade humana, com suas formas sociais de movimento que lhe são inerentes) que, por sua vez, gera a consciência.

Isto é, a consciência, a alma, ou o espírito (como gostem de chamar) é uma qualidade da matéria, da matéria mais altamente desenvolvida que é o **homem**.

No(s) movimento(s) e ou desenvolvimento da matéria aparecem os “saltos”. Por exemplo, o trânsito do inorgânico ao orgânico, isto é, no surgimento da vida o desenvolvimento dos seres vivos alcança o seu mais alto grau no **homem. E neste homem**

aparece a consciência como um salto no movimento do desenvolvimento da matéria viva.

Assim, quando a gente se pergunta **o que é a consciência ou alma**, o primeiro que devemos entender **é que ela não tem nada de sobrenatural, ou seja, a consciência não existe fora de nós e é produto do nosso desenvolvimento como seres materiais.**

No homem existe o mais rico e complexo sistema nervoso, as reações do homem frente à natureza e à sociedade são as mais ricas e diversas. São resultado do seu sistema nervoso e constituem a consciência. O sistema nervoso do homem apresenta quatorze mil milhões de unidades. Os neurônios do córtex cerebral têm cinco mil conexões cada.

Assim **a consciência é produto do desenvolvimento da matéria, é sua maior qualidade, porém não é matéria**, ou seja, a consciência ou alma não é matéria.

Segundo Lenine a consciência é uma função “desse complexo material que se chama cérebro humano”. (LÊNIN V. Materialismo y empirio-criticismo. Em: Obras completas, Tomo XIV. Akal Editor. 1908. Pag.)

Portanto devemos ter presente no desenvolvimento da matéria três grandes categorias que a seguir se colocam:

- a) A natureza em geral com os corpos inorgânicos, os vegetais e os animais.
- b) A sociedade e;
- c) A consciência: da qual forma parte o pensamento e que representa o mais alto grau de desenvolvimento da matéria.

Esses são os pontos essenciais em relação ao materialismo, que nós temos explanado brevemente, explicando o que é matéria, o que é movimento, o que é tempo e espaço e o que significa a consciência desde o ponto de vista material. Agora vamos entrar no estudo da dialética.

d) Que é dialética? Que se entende por dialética na teoria de Marx?

No dicionário Aurélio, encontramos dialética como sendo:

“[Do gr. *dialektiké* (téchne), pelo lat. *dialectica*.]”

- 1) Filos. Arte do diálogo ou da discussão, quer num sentido laudativo, como força de argumentação, quer num sentido pejorativo, como excessivo emprego de sutilezas.
- 2) Filos. Desenvolvimento de processos gerados por *oposições* que provisoriamente se resolvem em unidades.
- 3) Hist. Filos. Conforme Hegel, **a natureza verdadeira e única da razão e do ser que são identificados um ao outro e se definem segundo o processo racional que procede pela união incessante de contrários — tese e antítese — numa categoria superior, a síntese.**
- 4) Hist. Filos. Segundo Marx, **o processo de descrição exata do real.”**

Partindo **da ideia de que a dialética é a arte do diálogo ou da discussão, acaba sendo filosofia** por excelência na medida em que não apenas discutimos com outras

pessoas, mas também, conosco mesmos.

Sócrates, Platão, Aristóteles, Zeno de Eléia, Kant e outros filósofos, **discutiram, estudaram, apresentaram a dialética com os significados mais variados**, com sentidos diversos, amparada(os) por vários **princípios**.

Os diferentes autores que se ocupam de interpretar a dialética, entendem que estes princípios chegam a ser quatro:

- 1) Ação recíproca (relação);
- 2) Mudança dialética (transformação);
- 3) Mudança qualitativa (de quantidade para qualidade);
- 4) Interpretação dos contrários (contradição).

Deve-se destacar que a dialética marxista cuja gênese remontasse ao filósofo Heráclito e outros filósofos da antiguidade até chegar a Hegel, (antecessor de Marx) **é a concepção do mundo que percebe em todos os fenômenos, em todos os processos o desenvolvimento histórico, multiforme e contraditório**.

Segundo Lenine “dialética, em sentido restrito, é o estudo das contradições contidas na própria essência dos objetos” (Lenin, “Cadernos filosóficos”, pág. 263, ed. russa). E mais adiante destaca: “O desenvolvimento é a “luta” entre tendências contrapostas” (Lenin, Obras Escolhidas, t. XIII pág. 301, ed. russa).

Assim a dialética nos demonstra que tudo muda, tudo se desenvolve, tudo se move e todo movimento **obedece a leis**. Isso é a dialética nas suas linhas mais gerais.

O **materialismo dialético** estabelece a existência da concatenação sujeita a leis entre todas as coisas, fenômenos e processos da natureza, da sociedade e do pensamento.

Isto é, em todo fenômeno ou processo existem uma ou muitas causas que o originam, nada se produz a capricho, nem pela vontade divina, fatalidade ou azar. Eles obedecem a leis naturais conhecidas e leis ainda por conhecer. Ou seja, *a lei é a relação essencial necessária e interna entre dois objetos, fenômenos ou processos*.

As principais leis da dialética⁴

Lei da transformação da quantidade em qualidade e vice-versa: todo processo tem uma determinada medida uma determinada quantidade, quando essa quantidade excede essa medida por acumulação quantitativa, o objeto, o fenômeno, o processo deixa de ser o que era, isto é, muda sua essência e passa a ser outra coisa, outro fenômeno, outro processo, muda de qualidade. Resumindo, esta lei explica **o modo, a forma em que se produz o desenvolvimento**.

Tomemos por exemplo à água. Partamos de 0° e façamos subir de 1°, 2°, 3° até 98°: a mudança é contínua e iremos ainda até 99°, mas a 100°, temos uma mudança brusca: a água transforma-se em vapor.

⁴ Ver ENGELS F. Dialética da Natureza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Se invertermos o processo de 99° descermos até 1°, teremos novamente uma mudança contínua, mas a 0° a água transforma-se em gelo.

De 1° a 99°, permanece sempre água, apenas a temperatura muda, é apenas uma mudança quantitativa, quantidade de calor que tem a água. Quando se transforma em gelo ou vapor, temos uma mudança qualitativa, uma mudança de qualidade. Já não é água, é gelo ou vapor.

Quando uma coisa não muda de natureza, temos uma mudança quantitativa (no exemplo da água, uma mudança de grau de calor, mas não de qualidade). Se muda a natureza, quando se torna outra coisa, a mudança é qualitativa.

Lei da unidade e luta de contrários: esta lei opera em todas as coisas, fenômenos e processos. Por exemplo, a união matrimonial é uma **contradição**: unidade e luta de contrários. O homem e a mulher são diferentes, essa diferença faz indispensável essa união, se complementam;

Outros exemplos como o bem e o mal, o belo e o feio, o justo e o injusto, são contrários e estão unidos, isto é, são dois aspectos como o verso e reverso de uma mesma moeda.

Ou seja, não existe nada no mundo onde não estejam presentes as contradições, sem a existência das contradições não existiria o progresso. Assim, esta lei argumenta e/ou **explica que o motor do desenvolvimento radica na própria contradição.**

Lei da negação da negação: algumas pessoas identificam esta lei como a lei da *tese*, a *antítese* e a *síntese*. Toda situação, toda realidade são consideradas uma afirmação (*tese*), porém devido à existência da lei da contradição (unidade e luta de contrários) toda afirmação leva implícita uma negação (*antítese*).

A luta entre a *tese* e a *antítese* presente em todos os fenômenos e processos resolve-se através da negação da negação (*síntese*), que contém elementos da situação anterior mais em uma fase superior. Assim, o desenvolvimento histórico social é considerado em forma de espiral.

As coisas mudam, porque encerram uma contradição interna, elas próprias, (afirmação), e suas contrárias, (negação) as contrárias estão em conflito, e as mudanças nascem desse conflito (negação da negação), assim a mudança (negação da negação) é a solução do conflito.

Devemos destacar destas três leis o seguinte:

Primeiro que explicam um aspecto essencial, uma forma, uma faceta, um momento do desenvolvimento, quer dizer, do movimento do mundo.

Segundo, explanam que a fonte e o caráter progressivo do movimento e do desenvolvimento da natureza, da sociedade e do pensamento são resultado das contradições implícitas no próprio movimento da matéria. Descartando a intervenção de qualquer força exterior alheia à matéria.

Terceiro, elas nos oferecem as chaves para entender os “saltos”, a transformação no

contrário, a destruição do velho e o advento do novo.

O **materialismo histórico** examina as leis mais gerais do desenvolvimento da sociedade humana, é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao estudo da vida, aos fenômenos da vida da sociedade, ao estudo desta e sua história.

A sociedade humana é parte do mundo material, na qual os homens atuam dotados de consciência e de vontade com objetivos e fins determinados, ou seja, a vida social é produto da atividade humana e o **materialismo histórico estuda a estrutura da sociedade e as leis mais gerais do seu desenvolvimento**.

Assim, a **dialética materialista** analisa a **história** do ponto de vista dos processos econômicos e sociais, isto é, através dos **modos de produção**.

Ou seja, Marx e Engels **dividem a história (da humanidade) em diferentes momentos ou modos de produção**: comunidade primitiva, escravatura, feudalismo, capitalismo e (socialismo) comunismo.

Os três primeiros são vencidos por uma **contradição interna**, chamada “**germe da destruição**”. Isto é, no modo de produção da escravatura o germe dessa destruição seriam as contradições existentes entre *escravos* e *amos*, no feudalismo entre os *servos* e os *senhores feudais*, no capitalismo entre os *operários* e os *capitalistas*. Já o modo de produção comunista seria a **síntese final**, ou seja, o momento em que a história cumpre seu desenvolvimento dialético.

4 | O MODO DE PRODUÇÃO NA TEORIA DE MARX

O conceito de modo de produção foi desenvolvido por Marx e Engels para designar a maneira pela qual determinada sociedade se organiza visando garantir a produção das suas necessidades materiais, de acordo com o nível de desenvolvimento de suas forças produtivas.

Trata-se de um modelo racional abstrato criado com vistas a proporcionar uma análise criteriosa das formações sociais realmente existentes, possibilitando a comparação entre as diferentes sociedades formadas ao longo da história. **É preciso ter claro que o modo de produção ajuda a compreender a realidade, mas não é a realidade**.

Outrossim, o modo de produção não existe na sua forma pura, pois é possível depreender a presença, nas formações sociais reais existentes, de características mescladas de diferentes modos de produção, a depender do momento histórico estudado.

O **modo de produção**, portanto, permite compreender a maneira pela qual a sociedade produz seus bens e serviços, como os utiliza e os distribui. **O modo de produção de uma sociedade é formado por suas forças produtivas e pelas relações de produção existentes nessa sociedade**.

Podemos utilizar uma fórmula simplificada, entendendo tratar-se de um recurso meramente didático:

Modo de Produção = Forças Produtivas + Relações de produção

As **forças produtivas** estariam formadas pelos homens, instrumentos de trabalho, tecnologia, edifícios, maquinaria, matérias primas, eletricidade, infraestrutura etc., já as **relações de produção**, estariam formadas pelas relações estabelecidas entre os homens na produção dos bens e serviços, isto é, relações entre os que são proprietários dos meios de produção as terras, as matérias primas, as máquinas e aqueles que possuem apenas a força de trabalho. Portanto, o conceito de modo de produção resume claramente o fato de as relações de produção serem o centro organizador de todos os aspectos da sociedade.

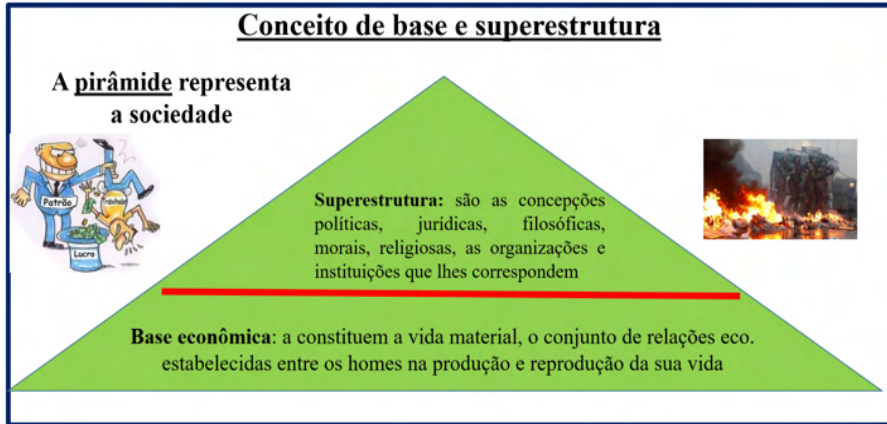
No Prefácio do livro “Contribuição à crítica da economia política”, Marx identificou na História, de maneira geral, os seguintes estágios de desenvolvimento das forças produtivas, ou modos de produção:

- Comunismo Primitivo;
- Escravidão Clássica;
- Feudalismo;
- Capitalismo.
- Comunismo: Na teoria marxista, o modo de produção comunista deverá substituir o capitalismo, mediado por um período de transição, o **Socialismo**, entendendo que esta substituição não se dará de maneira natural, mas como resultado da intervenção revolucionária consciente dos homens.

A evolução de um modo de produção para o outro **ocorre a partir do desenvolvimento das forças produtivas e sua posterior contradição com as próprias relações de produção e da luta entre as classes sociais predominantes em cada período**.

Ou seja, ao se desenvolverem as forças produtivas trazem conflito entre os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção. O conflito se resolve em favor das forças produtivas e surgem relações de produção novas, que já haviam começado a se delinear no interior da sociedade antiga. Com isso, a superestrutura também se modifica e abre-se possibilidade de revolução social.

O passo de um modo de produção a outro



24/08/2020

59

Figura 3 O passo de um modo de produção a outro.

Assim, segundo Marx, o movimento da História possui uma base material, econômica e obedece a um movimento dialético. A passagem do modo de produção feudal, para o modo de produção capitalista burguês, é um exemplo claro.

O modo de produção feudal é o fato positivo, a afirmação, mas já traz, dentro de si, o germe de sua própria negação: o desenvolvimento de suas forças produtivas propicia o surgimento da burguesia.

À medida que estas forças produtivas se desenvolvem, elas vão negando as relações feudais de produção e introduzindo as relações capitalistas de produção. A luta entre a nobreza e a burguesia vai se acirrando; em um determinado ponto deste desenvolvimento ocorre a ruptura e aparece o terceiro elemento mais desenvolvido, que é modo de produção capitalista. É, portanto, a luta entre as classes que faz mover a História. (SPINDEL, A. O que é Socialismo. São Paulo, Brasiliense, 1983, op. cit. p. 39.)

Marx define seu método no prefácio do livro “Contribuição à crítica da economia política”, onde destaca:

(...)O resultado geral que se me ofereceu e, uma vez ganho, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado assim sucintamente:

“na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. **O modo de produção da vida material é**

que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social.(...) MARX K. Contribuição à crítica da economia política. Editora. Expressão Popular. SP. 2008. Pag. 47.

Segundo Sweezy (1983, pag. 25) desprende-se daí que o interesse primordial para Marx era a sociedade como um todo e mais especialmente o processo de transformação social; isto é, visava descobrir as verdadeiras inter-relações entre os fatores econômicos e não-econômicos na TOTALIDADE da existência social.

Chegando à conclusão de que a chave da transformação social está nos movimentos do modo de produção, sendo assim Marx analisa a Eco. Política a partir do estudo das principais contradições da sociedade burguesa isto, tornou-se o objetivo ao que dedicou sua vida. (Idem). Assim remontou os conflitos (contradições) históricos decisivos às suas raízes no modo de produção, descobrindo que eles eram os conflitos ou contradições de classes. No Manifesto Comunista (1847, pag. 7) destacou (..) “A história de toda a sociedade que até hoje existiu é a história da luta de classes”

51 O MÉTODO NA ECONOMIA POLÍTICA DE MARX: AS ABSTRAÇÕES CIENTÍFICAS

Segundo Germer (2010) uma das causas da dificuldade geralmente atribuída à discussão do método de Marx é o fato de este não ter redigido um texto em que explicitasse de modo completo e inequívoco, o que é real.

Uma das razões dessas dificuldades está na controvérsia existente entre os estudiosos de Marx, em relação à medida em que se pode admitir uma continuidade ou ruptura na evolução do seu pensamento, a partir dos seus primeiros escritos do início dos anos 1840. Esta polêmica foi desencadeada pela publicação, nos anos 1960, dos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844 (MEF).

Porém, Marx redigiu diversos textos de natureza eminentemente filosófica e metodológica no início da sua atividade, não havendo razão para particularizar os Manuscritos Econômico-Filosóficos (MEF), e a sua sequência parece constituir uma exposição bastante satisfatória e clara dos princípios filosóficos e metodológicos sobre cuja base erigiu a sua obra teórica nos anos seguintes.

Jovem 1841 a 1858	Transição (1852 a 1856)	Fase adulta (1857 a 1880)
1841. Diferença da Filosofia da Natureza em Demócrito e Epicuro	1852. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte	1857-1858. Grundrisse
1843. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel	1853. Punição Capital	1859. Contribuição Para a Crítica da Economia Política
1843. A Questão Judaica	1853. Revolução na China e na Europa	1859. População, Crime e Pauperismo
1844. Contribuição para a Crítica da Filosofia do Direito em Hegel. Introdução	1853. O Domínio Britânico na Índia	1864. Manifesto de Lançamento da Primeira Internacional
1844. Manuscritos Econômico-filosóficos	1853. Guerra na Birmânia	1865. Salário, Preço e Lucro
1845. Teses sobre Feuerbach	1853. Resultados Futuros do Domínio Britânico na Índia	1867. O Capital: crítica da economia política (Livro I: O processo de produção do capital)
1845. A Sagrada Família	1854. A Decadência da Autoridade Religiosa	1871. A Guerra Civil na França
1845 – 1846. A Ideologia Alemã	1856. Revolução na Espanha	1874-75. Resumo de “Estatismo e Anarquia”, obra de Bakunin
1847. Miséria da Filosofia		1875. Crítica ao Programa de Gotha
1847. A Burguesia e a Contrarrevolução		1875. Artigo em defesa da Polónia.
1848. Manifesto Comunista		1880. Notas sobre Adolph Wagner
1849. Trabalho Assalariado e Capital		
1850. As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850		
1850. Mensagem da Direção Central da Liga Comunista		
1858. Formações Econômicas Pre-Capitalistas		

Figura 4 Cronologia da obra de Marx. Elaborado pelo autor

A sequência cronológica dos textos mostra que os escritos metodológicos mais importantes de Marx, nos anos 40, são:

A Ideologia Alemã (IA), as *Teses sobre Feuerbach (TF)*, a *Sagrada Família* e *Miséria da Filosofia*, nesta ordem, foi escrita após dois textos iniciais em que se definiu sobre dois aspectos fundamentais do método.

Estes textos são a *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel* e os *Manuscritos Econômico-Filosóficos (MEF)*.

No primeiro Marx situou-se claramente no terreno filosófico do materialismo, com base na crítica do idealismo de Hegel. No segundo (MEF) Marx fez a primeira incursão na crítica da Economia Política, representada principalmente pelas obras de Smith e Ricardo, assinalando que fez a crítica com base nos conceitos da própria economia política, mas adotando como eixo da análise a contradição entre propriedade privada e trabalho. (Ver, Germer, 2010).

Marx conclui que a **economia política**, apesar de erigir o trabalho em fonte do valor, toma inteiramente o partido da propriedade privada. Esclarece também que **o trabalho focalizado pela economia clássica não é o trabalho em geral, mas sua forma particular de trabalho alienado, o trabalho submetido ao capital**.

O procedimento de Marx, de refazer a análise utilizando os próprios conceitos da economia clássica, **mas partindo do ponto de vista do trabalho, permitiu-lhe colocar em evidência a contradição de interesses de classes localizada na base do capitalismo**.

Em seguida Marx **aprofundou a crítica ao idealismo e aperfeiçoou as suas concepções sobre o materialismo**, graças a uma crítica rigorosa ao materialismo naturalista de Feuerbach, que foi o autor que lhe abriu o horizonte da crítica do idealismo hegeliano. (Idem)

Os capítulos sobre o método, na *Sagrada Família* e na *Miséria da Filosofia*,

constituem esclarecimentos essenciais sobre as origens dos equívocos metodológicos do idealismo especialmente sobre a aplicação da abstração como método - e sobre o modo de conceber o conhecimento da realidade de um ponto de vista materialista.

Mas é no primeiro capítulo da *Ideologia Alemã*, o texto mais importante desta fase, do ponto de vista metodológico, que Marx e Engels lançam os fundamentos da sua própria concepção sobre o método de análise da evolução social.

Somente 10 anos mais tarde, em 1857, é que Marx elabora o importante **Método da Economia Política**. Neste texto, embora não apareçam inovações conceituais, Marx faz uma sistematização do processo de elaboração teórica na economia, através da aplicação dos princípios da concepção filosófica materialista geral, desenvolvidos nos textos anteriores, acima mencionados.

Como vimos anteriormente, uma afirmação de Marx, no prefácio da *Contribuição para a crítica da Economia Política*, publicada em 1859, é significativa como confirmação desta continuidade.

Nesta passagem Marx **relata o resultado dos seus estudos metodológicos**, desde a crítica da filosofia do direito de Hegel até os textos produzidos em Bruxelas - os importantes Tese sobre Feuerbach e Ideologia Alemã -, **dizendo que este resultado geral, “uma vez obtido, serviu como fio condutor dos meus estudos”** (*Contribuição para a crítica da Economia Política*. 2008, p. 47). **É significativo o fato de Marx fazer tal afirmação em 1859, quase 15 anos após os estudos aos quais se refere, e quando já havia formulado o primeiro esboço geral do O Capital, representado pelos Grundrisse.**

Os termos **abstrato** e **concreto**, integrantes da terminologia filosófica alemã até Hegel, possuem significados diferentes em Hegel e em Marx.

Segundo Germer (2010) em primeira aproximação o **abstrato** designa um conceito, produzido pelo chamado **método da abstração**⁵, que consiste em extrair da realidade perceptível - como representação mental - uma parte ou aspecto específico.

É neste sentido que Marx utiliza o termo: o abstrato é, portanto, um produto do pensamento, e consiste na representação mental de um elemento isolado da realidade empírica, tal como esta se reflete de modo direto no pensamento.

Nessa interpretação de Marx o abstrato constitui uma fase elementar do conhecimento, mas não é o próprio conhecimento, pois este não se reduz à representação de um ou diversos aspectos isolados da realidade.

O **conhecimento consiste no concreto**, isto é, na apreensão do objeto analisado como o conjunto dos seus componentes inter-relacionados de modo definido, ou na estruturação interna do objeto. Ou seja, o **conhecimento concreto da realidade** só é possível se as partes, abstraídas do todo pelo pensamento, forem rearticuladas ao todo concreto. (Corazza, p. 38).

5 Alternativamente a, “abstração” pode ser definida como o processo de eliminar as características não essenciais de um conjunto de fenômenos, preservando a característica geral comum a todos eles (Inwood, p. 41).

Baseado na concepção materialista e dialética da realidade, Marx formula um enunciado que **constitui a síntese do seu método**. Segundo este enunciado, **o processo do conhecimento, na economia**, realiza-se em **duas fases**. A primeira fase começa com a população

e vai deste “**concreto como representação a abstratos** cada vez mais tênues, até chegar às determinações mais simples. Daí seria necessário retomar a viagem em sentido inverso [que é a segunda fase], até (...) chega[r] novamente à população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (Uma Contribuição para a Crítica de Economia Política, pag. 15 ou MEP, p. 122/36).

Em seguida acrescenta:

“O último [isto é, a viagem **das abstrações ao concreto**] é claramente o **método cientificamente correto**. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, portanto **unidade do diverso**. Por isso ele aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora constitua o ponto de partida real e por isso também o ponto de partida da intuição e da representação”. (Idem)

Uma síntese desse raciocínio, aparece na Figura 5. Percebe-se que o problema focalizado por Marx é o da elaboração de uma teoria, mas não do uso ou da aplicação da teoria elaborada pelos economistas clássicos. Ou seja, a teoria, representada pelo concreto pensado (que é caminho certo segundo Marx), tornar-se-ia um guia para a ação, isto é, para a atividade prática.

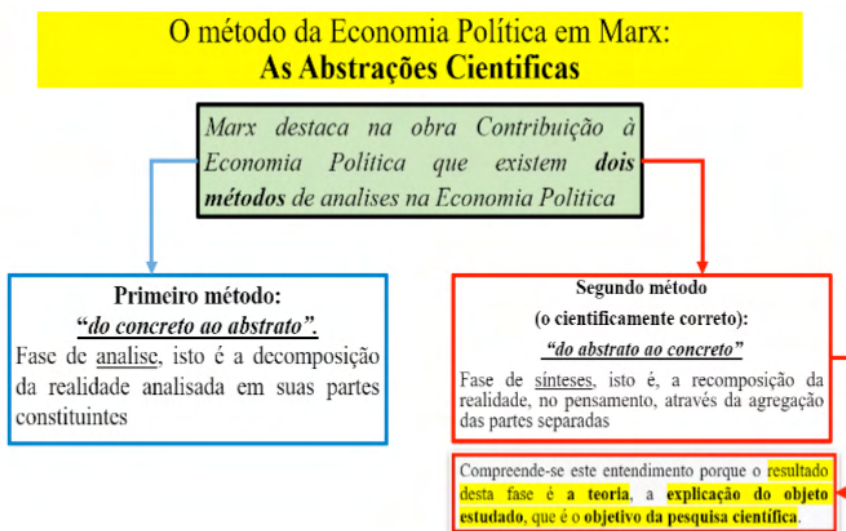


Figura 5. Métodos de análises na Economia Política

Assim se faz necessário esclarecer o sentido do **concreto** na teoria de Marx. (Ver Tabela 1.)

O termo Concreto no pensamento de Marx	
O concreto real: é o ponto de partida do processo de conhecimento.	O concreto pensado : é o resultado do processo de conhecimento.
<p>· Este deve ser entendido de dupla forma:</p> <p>I) Primeiro parte-se do pressuposto que a realidade material, existe independentemente do pensamento, sendo assim, o mundo material ou empírico constitui o concreto real e/ou o ponto de partida real de todo pensamento.</p> <p>II) Segundo (o concreto real) deve ser interpretado como a representação mental, isto é, como expressão da percepção imediata da realidade através dos sentidos, percepção esta que é uma representação caótica do todo. E que nomearemos a essa (representação mental da realidade) de <i>concreto sensorial</i>.</p>	<p>· Isto é, representa a aplicação correta do conceito de concreto, no sentido específico de que a realidade está compreendida ou interpretada pelo pensamento como totalidade orgânica.</p> <p>III) Ou seja, o concreto pensado representa uma categoria do pensamento (e não da realidade empírica) isto é, representa o real compreensível, o que implica uma totalidade como síntese de muitos elementos interligados, ou muitas determinações, como na citação acima.</p> <p>IV) Assim, o concreto pensado é a teoria. como produto ou resultado do pensamento <u>através de um processo de síntese, de agregação, em que as diversas partes significativas da realidade são combinadas em uma totalidade, na qual se articulam dinamicamente de modo definido.</u></p>

Tabela 1: O significado do termo concreto no pensamento de Marx.

Fonte: Elaborado pelo autor *apud* Germer 2010.

O que Marx está destacando e explicando é que todo esse processo de conhecimento elaborado pelo pensamento ou pela mente **do homem** (e não de Deus) e que chama-se também de conhecimento racional, concreto pensado ou teoria, é resultado da conjunção e processamento de: 1º) **generalização ou abstração**, que permite definir **ideias e conceitos** (sendo este o primeiro grau do conhecimento), 2º) **juízos** que nos permitem relacionar ideias, 3º) **raciocínio** que representa a articulação mental dos juízos, via indução (particular ao geral) ou dedução (universal ao particular), 4º) uso de **hipóteses** etc, que nos permitirá elaborar leis e através delas **elaborar-se-ia a ciência, a teoria ou doutrina**. (Ver Figura 1). Todo esse percorrido é o que ele nomeia de **método cientificamente correto** e que está relacionado com o desenvolvimento do trabalho, a vida social e a linguagem dos homens na sociedade. (Ver Figura 6)

Dito de outra forma, as fases do processo de elaboração do conhecimento pelo pensamento ou pela mente do homem, são:

- I. Primeira fase é a elaboração das abstrações ou conceitos, a partir do concreto sensorial e a reconstrução do real, pelo pensamento, a partir das abstrações elementares.
- II. A segunda fase compreende o “caminho mental”, do abstrato para o concreto propriamente dito, o concreto pensado (a teoria).

As Figuras 1 e 6 exprimem didaticamente todo o processo mental da elaboração do concreto pensado ou a teoria.



Figura 6: Fases do processo de elaboração do conhecimento pelo pensamento ou pela mente do homem.

Fonte: Elaborado pelo autor apud Germer 2010.

Segundo Marx na elaboração da teoria economia clássica da época, a identificação das abstrações simples, ou das peças elementares do sistema econômico, foi inicialmente realizada, pelos economistas do século 17, que isolaram algumas relações abstratas gerais, como *divisão do trabalho, dinheiro, valor, preços*⁶, etc; porém **não são consideradas como teoria econômica propriamente dita**. (Ver Figura 7)

⁶ (Ver, Uma Contribuição para a Crítica de Economia Política, pag. 15).

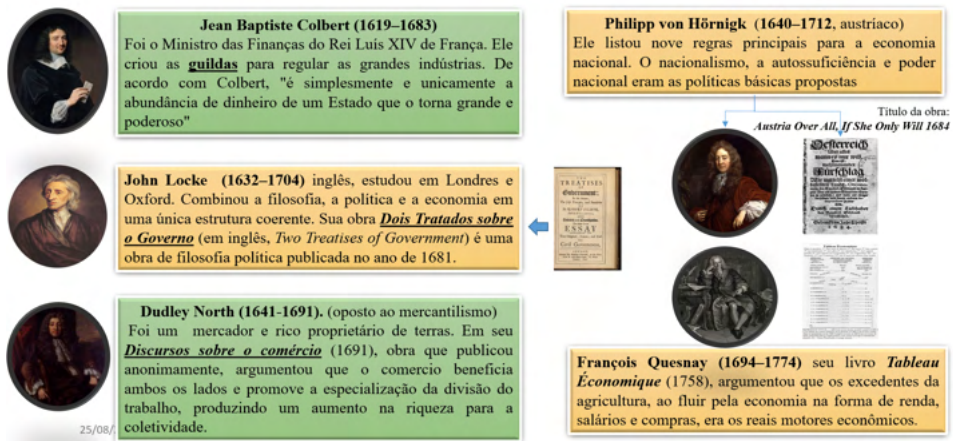


Figura 7. Economistas do século 17 cujas obras segundo Marx representam as primeiras abstrações mais simples em relação à Teoria Econômica como ciência.

Fonte: Elaborado pelo autor

Após a menção à elaboração das abstrações mais simples pelos economistas do séc. 17. Marx exprime o seguinte:

(...) “assim que estes momentos isolados haviam sido mais ou menos fixados e abstraídos, começaram os sistemas econômicos **isto é, os esboços do concreto pensado, ou teoria, econômica** que se **elevavam** do simples, como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, o comércio entre as nações e o mercado mundial”(…) (MARX K. Uma Contribuição para a Crítica de Economia Política, pag. 15 ou MEP, pag. 122/36 apud GERMER C. 2010).

Sendo Adam Smith um destes edificadores de sistemas teóricos, mas ainda se debate em contradições entre as representações do concreto sensorial e o concreto pensado:

“A economia política, em A. Smith, havia se desenvolvido até uma determinada totalidade, havia delimitado, em certo sentido, o terreno que abarca. Por um lado, ele segue as conexões internas das categorias econômicas - ou a estrutura oculta do sistema econômico capitalista o concreto pensado. Por outro lado, expõe a interconexão tal como é perceptível nas aparências da concorrência e como se apresenta, portanto, ao observador leigo o concreto sensorial (...)” (MARX K. Teorias da Mais-Valia: História Crítica do Pensamento Econômico. v.II. São Paulo: Civilização Brasileira. 1978, p. 816 apud GERMER C. 2010).

A partir da obra de Adam Smith nomeada a **Riqueza das Nações** editada em março de 1776 pela casa editorial de William Strahan e Thomas Caldell é que se reconhece à Teoria Econômica como ciência. Sendo Adam Smith (1723–1790), considerado o pai da moderna **Economia Política**.

Assim, a teoria do capitalismo, exposta no **O Capital** de Marx, (a diferença da

exposta nas obras dos economistas clássicos) é uma construção abstrata, **que representa a essência do capitalismo, mas não representa especificamente um capitalismo realmente existente**. Ou seja, a teoria do capitalismo exposta no O Capital é, portanto, **um concreto pensado**, isto é, **a reconstrução do objeto pesquisado, o capitalismo, no e pelo pensamento humano**.

No Manifesto Comunista de 1847 Marx tinha destacado que as forças econômicas atuantes se manifestam em conflitos de classe sob o capitalismo, bem como sob as formas anteriores de sociedade. Segue-se que as relações econômicas essenciais são as que formam a base e se expressam na forma de conflitos de classes. São esses os elementos essenciais que devem ser isolados e analisados pelo **método da abstração**.

Isto foi utilizado por Marx para criticar aos economistas clássicos, porque entendia que *“O Capital é a potência econômica da sociedade burguesa que domina tudo”*, ou seja, *“a relação entre o trabalho assalariado e o capital determina o caráter total do modo de produção”* (Ver Sweezy (1983, pag. 26)

Mas a teoria do capitalismo, elaborada por Marx, destina-se a servir para compreender os capitalismo reais e neles atuar. Para o pesquisador atual, ao tratar de compreender uma economia capitalista real, a teoria do capitalismo é o guia que lhe indica as categorias que deve procurar, e onde procurá-las. O pesquisador, portanto, deve dar um passo além daqueles expostos por Marx.

Como vimos até aqui, o **processo de elaboração do conhecimento pelo pensamento do homem** constitui apenas **a etapa mental do processo de conhecimento**, partindo do **concreto sensorial**. **Mas como se forma o concreto sensorial?** Segundo a concepção materialista, ele constitui a **representação, mediada pelos sentidos, do mundo material na mente**. Mas esta **representação não é entendida por Marx como resultado de uma relação sujeito-objeto de tipo individual e contemplativo, nem é uma relação linear contínua**, que se inicia com a sensação e termina com o conhecimento. (Ver Germer, 2010, pag. 6).

É um **processo de repetição contínua**, que **integra o processo contínuo de intercâmbio do ser humano com a natureza**, através do **trabalho**, na produção dos seus meios de vida. Ao produzir, isto é, ao transformar os materiais naturais, o ser humano **interpreta** continuamente os efeitos da sua ação sobre a natureza e, com isso, interpreta a própria natureza, sua estrutura e dinâmica, e testa continuamente a sua interpretação, ao **observar** os efeitos positivos e negativos **da sua ação baseada na interpretação anterior**.

Com base nesta **observação, reformula e refina as suas interpretações, que é o que constitui o processo de elaboração do conhecimento**. Neste sentido **é que se diz, na filosofia materialista, que a prática é o critério da verdade**.

Resumindo: o processo do conhecimento consiste em duas etapas (Ver Figura 8):

I. A **primeira** a **ação** material ou física **do ser humano** sobre a realidade material - a

natureza, por um lado, e a **sociedade**, por outro - através do trabalho,

II. A segunda sua **ação intelectual** sobre a mesma, **que é o processo de elaboração mental do conhecimento com base no concreto sensorial**.

No conjunto, **estas duas fases compõem a prática**. Consequentemente, parece fundamentado afirmar que o processo do conhecimento coincide com o conceito de prática.

Na Figura 8 a **seta** na parte superior do esquema, do *concreto pensado* ao *concreto real (sensorial)*, destaca ao **conhecimento**, como resultado do processo de interação contínua do homem com a prática material, o que permite realimentar e aperfeiçoar ao próprio conhecimento (pensado).

Ao mesmo tempo pretende-se demonstrar o fundamento da noção marxista de que **a teoria e a prática** são duas atividades que não podem existir isoladamente uma da outra. Isto é, **não se faz atividade prática sem conhecimento do pretendido, nem se elabora conhecimento sem realizar atividade prática**, embora possam ser separadas como funções de indivíduos diferentes.

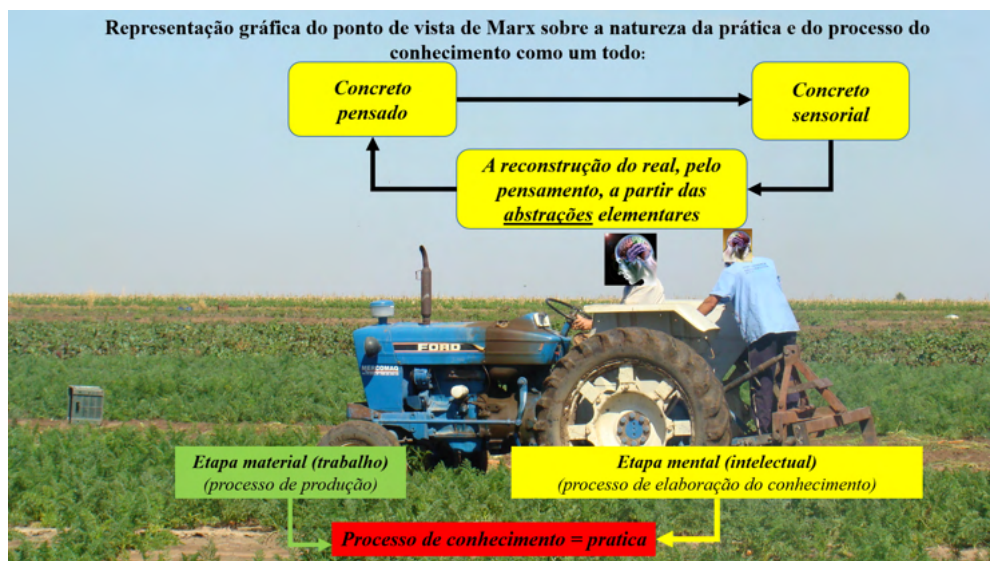


Figura 8. Representação gráfica do processo do conhecimento como um todo. Elaborado pelo autor *apud* Germer, 2010.

Esta divisão do processo do conhecimento em duas etapas, a material e a mental, tem uma importante consequência. No início, a ação sobre a natureza e a sua interpretação, isto é, as práticas material e mental são realizadas pelos mesmos indivíduos. Porém, com o a evolução da divisão do trabalho, institui-se também, aos poucos, a divisão entre os trabalhos material e mental. Isto significa que a produção material e a produção intelectual passam a ser realizadas, gradualmente, por indivíduos diferentes.

6 I O OBJETO DE ESTUDO DA ECONOMIA POLÍTICA

Vamos analisar este item a partir das divergências nos objetos de pesquisa existentes entre os diferentes pensadores.

O objeto de estudo da Economia Política Marxista:	Objeto de estudo da Economia (segundo os teóricos do capitalismo)
<p>a) A economia política estuda os processos econômicos que regem a produção, a distribuição, a troca e o consumo dos bens materiais nas diferentes etapas do desenvolvimento da sociedade. Ver ENGELS F. Anti-Dühring. 1875. pag. 287-288.)</p> <p>b) Segundo Lenin o objeto da Economia Política não é simplesmente a produção, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção a estrutura social da produção. (Ver LENIN. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. 1899. pag. 56).</p> <p>c) Na visão de Marx o objeto da Eco. Política nas suas próprias palavras <i>"o que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação.</i> (Marx K. O Capital. Livro I, Prefácio da primeira edição. pag. 130. Coleção os Economistas. 1996) e ... <i>descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna...</i> (Idem, pag. 131)</p>	<p>a) É a ciência sobre os recursos produtivos escassos que, com o correr do tempo, os homens e a sociedade escolhem, com ou sem dinheiro, para a produção dos diversos bens e a sua distribuição entre os homens e grupos da sociedade para os fins do consumo no presente e no futuro. (Paul Samuelson).</p> <p>b) A ciência que estuda as formas de comportamento humano resultantes da relação existente entre as ilimitadas necessidades a satisfazer e os recursos que, embora escassos, se prestam a usos alternativos. (ROBBINS LIONEL. Ensaio Sobre a Natureza e a Importância da Ciência Econômica. (1932)</p>

Tabela 2: O objeto de estudo da Economia Política segundo diferentes autores

Fonte: Elaborado pelo autor

7 | DEFINIÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA

Definição de Economia Política a partir de pensadores marxistas.

Economia Política é a ciência das leis que regem a produção e o intercâmbio dos meios materiais de vida na sociedade humana. (Ver ENGELS F. Anti-Dühring. 1875. pag. 287.)
A Economia Política é a ciência do desenvolvimento das relações sociais, de produção, isto é, das relações entre os homens. Elucida as leis que regem a produção e a distribuição dos bens materiais nos diferentes estádios de desenvolvimento da sociedade humana. (Ver ACADEMIA DE CIENCIAS URSS. O Manual de Economia Política. 1961, Rio de Janeiro. Vitoria, pag. 17.)
A Economia Política é a ciência que estuda as leis do movimento do capital, uma vez que Marx entendia que “*O Capital é a potência econômica da sociedade burguesa que domina tudo*”. (Ver KARL MARX: O Método da Economia Política 1859. Em: Contribuição à Crítica da Economia Política. 1859). Ou seja, estudar e analisar a **relação** entre o trabalho assalariado e o capital a qual determina o caráter total do modo de produção capitalista.

Definição de Economia Política a partir de pensadores não marxistas.

Economia política, considerada um ramo da ciência do estadista ou do legislador, propõe dois objetos distintos: primeiro, suprir renda ou produtos em abundância para o povo, ou, mais apropriadamente, possibilitar que provenham tal renda ou provento por si sós; e segundo, suprir o Estado ou *Commonwealth* com uma renda suficiente para os serviços públicos. Ela se propõe a **enriquecer tanto o povo quanto o soberano**.

Smith se referia à disciplina como “economia política”, mas esse termo foi gradualmente substituído por **ciência econômica** (*economics*) depois de 1870.

Economia política é a ciência que traça as leis dos fenômenos da sociedade que aparecem da operação conjunta da humanidade para a produção de riqueza. ... JOHN STUART MILL (1844 [1967], p. 323).

Economia Política ou Economia é o estudo a humanidade nas atividades ordinárias da vida; examina a parte da ação individual e social que está conectada mais de perto com a obtenção e com o uso dos requisitos materiais para o bem-estar ... Portanto, de um lado é o estudo da riqueza e, do outro, e mais importante, uma parte do estudo do homem. MARSHALL, A. Principles of Economics, (1890 [1920], 1.1.1–2).

Tabela 3. Definição de Economia Política a partir do objeto de estudo dos diferentes pensadores

Fonte: Elaborado pelo autor

Com a escola clássica William Petty, Adam Smith e David Ricardo, a economia política definiu claramente seu contorno científico integral, **passando a centralizar a abordagem teórica na questão do valor**, cuja única fonte original foi identificada no **trabalho**, tanto agrícola quanto industrial. A escola clássica **firmou os princípios da livre-concorrência**, que exerceram influência decisiva no pensamento econômico capitalista.

A escola marxista, fundada por Karl Marx e Friedrich Engels, seguindo a **teoria do valor-trabalho**, chegou ao conceito de **mais-valia**, fonte do lucro, do juro e da renda da terra. Centrando seu estudo na anatomia do modo de produção capitalista, o **marxismo desvendou a lei principal desse sistema e forneceu a base doutrinária para o pensamento revolucionário socialista**. Com Marx e Engels, **a economia política passou a ver o capitalismo como um modo de produção historicamente determinado, sujeito a um processo de superação**.

A partir de **1870**, a concepção ampla da **economia política** foi sendo paulatinamente abandonada, dando lugar a uma visão mais restrita do processo produtivo, que ficou

conhecido como economia.

Essa postura teórica foi iniciada pela escola neoclássica: William Stanley Jevons, Carl Menger, Léon Walras e Vilfredo Pareto. A abordagem abstrata de conteúdo histórico e social foi substituída pelo enfoque quantitativo dos fatores econômicos.

A inovação mais importante na tradição neoclássica ocorreu com a obra de J.M. Keynes, que refutou a teoria do equilíbrio automático da economia capitalista, apresentando uma nova visão do problema do desemprego, dos juros e da crise econômica.

Após a Segunda Guerra Mundial, o pensamento econômico capitalista vem seguindo duas linhas fundamentais: a dos pós-keynesianos, com sua ênfase nos instrumentos de intervenção do Estado e voltada para o planejamento e o controle do ciclo econômico, e a corrente liberal neoclássica, também chamada de monetária, que volta sua atenção fundamentalmente para as forças espontâneas do mercado. Surgem assim novas definições modernas de Economia. (Ver Tabela 4).

Definições modernas de Economia

a) **Economia** é o estudo de como as pessoas e a sociedade acabam escolhendo, com ou sem o uso de moeda, empregar recursos produtivos escassos, que podem ter usos alternativos, para produzir várias mercadorias e distribuí-las para consumo, no presente ou no futuro, entre várias pessoas e grupos da sociedade. Ela analisa os custos e benefícios da melhoria nos padrões de alocação de recursos. (PAUL A. SAMUELSON E WILLIAM D. NORDHAUS (1976) **Economia**. Pág. 4. 18va Edición 812 Páginas, 2011)

b) **Economia**: Ciência de como uma sociedade em particular resolve seus problemas econômicos. ... Um problema econômico existe sempre que meios escassos são usados para satisfazer fins alternativos (FRIEDMAN, M. *Price Theory: A provisional text*. Chicago. Aldine. 1962)

c) **Economia**: Estudo dos princípios que governam a alocação de recursos escassos entre fins alternativos, quando o objetivo da alocação é maximizar o atingimento dos fins (STIGLER, George J. (1942). *A teoria da regulação econômica*. In: MATTOS, Paulo (coord). *Regulação econômica e democracia: o debate norte-americano*. São Paulo: Editora 34, 2004.

d) **Economia** é o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos (MANKIW, G. *Introdução à Economia*. SP. 2009, p. 4).

e) **Economia** é o estudo das economias, tanto no nível dos indivíduos quando da sociedade como um todo (KRUGMAN AND WELLS. *Introdução à Economia*. Ed. Elsevier. RJ. 2007, p. 2).

f) **Economia** é o estudo de como os seres humanos coordenam suas necessidades e desejos, dados os mecanismos de tomada de decisão, costumes sociais e realidades políticas da sociedade (COLANDER, C. *Economics*, 6ta Edition, Boston, McGrawHill, 2006a, p. 4).

g) **Economia** é a ciência social que estuda as escolhas que indivíduos, negócios, governos e sociedades como um todo fazem ao enfrentarem a escassez (BADE AND PARKIN, *Foundations of Microeconomics*, Boston. Addison Wesley. 2002, p. 5).

h) **Economia** é o estudo de como os agentes escolhem alocar recursos escassos e como essas escolhas afetam a sociedade. ... A característica unificadora de todas as coisas que os economistas estudam são as escolhas – não a moeda. (ACEMOGLY, LAIBSON E LIST. *Economia*. Ed. Pearson. 2015).

Tabela 4: Definições modernas de Economia.

Fonte: Elaborado pelo autor apud ROGER E. *et al.* 2009.

É claro que esse conjunto de definições (colocadas nas Tabelas 3 e 4) contém forte componente ideológico, no sentido que implicam visões de sociedade, sistemas de valores, paradigmas científicos e entendimento dos objetivos da economia inteiramente diversos.

Entre os economistas, não há por que descartar a distinção política entre direita e esquerda. Segundo Bobbio (1995 apud Nogueiras, 2010) pode-se utilizar diferentes critérios para se dizer que alguém é de direita ou de esquerda. Parte da constatação de que os homens, por um lado, são todos iguais entre si; de outro, cada indivíduo é diferente dos demais.

Assim:

- Os que consideram mais importante, para a boa convivência humana, aquilo comum que os une, em uma coletividade, estão na margem esquerda;
- Os que acham relevante, para a melhor convivência, a diversidade e/ou a competitividade, estão na margem direita. A seguir vejamos as diferenças (Ver Tabela 5).

DIREITA ECONÔMICA	ESQUERDA ECONÔMICA
<ul style="list-style-type: none"> • Confia que as desigualdades sociais possam ser diminuídas à medida que se favoreça a competitividade geral; • Minimiza a proteção social e maximiza o esforço individual. • A regra de ouro da direita econômica é: quem melhor se adapta ao meio ambiente econômico enriquece, inclusive dando continuidade à sua dinastia. O homem de direita, acima de tudo, preocupa-se com a defesa da tradição e da herança. 	<ul style="list-style-type: none"> • Prioriza a proteção contra a competição social. • Na escolha entre a competitividade e a solidariedade, prioriza esta última. • Tem como utopia uma sociedade com um governo, organizado da melhor maneira, o qual proporciona ótimas condições de vida a um povo equilibrado e feliz e onde vigoram normas e/ou instituições políticas altamente aperfeiçoadas.

Tabela 5. Distinção entre as posições políticas dos economistas.

Fonte: NOGUEIRA F. Economia em 10 lições. Paulo, Editora UNICAMP, 2000.

Assim temos duas abordagens básicas da Economia, que são pontos-de-partida metodológicos, que dependendo da formação e visão integral do leitor lhe permitirá entender como as decisões tomadas pelos formadores de política econômica influenciam no desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.

ABORDAGEM CLÁSSICA DA ECONOMIA POLÍTICA.

- Dá ênfase às relações sociais que se estabelecem entre os homens, em suas atividades econômicas.
- Em Economia Política, refere-se sempre a um tempo histórico definido, em determinada formação social. As leis da Economia Política têm vigência definida no espaço e no tempo. Dentro dessa perspectiva histórico institucionalista, a Economia não pode pretender construir teorias universais – abrangentes de todos os períodos e os lugares.

ABORDAGEM NEOCLÁSSICA DA ECONOMIA PURA.

- Enfatiza a capacidade humana de fazer escolhas, em face dos múltiplos fins e de diversos meios para alcançá-los.
- A Ciência Econômica faz abstração das relações sociais (sociologia), da estrutura de poder (política), do espaço (geografia), de tempo (história).
- O pensamento econômico abstrato **elimina**, portanto, contribuições de outras ciências sociais. Isto porque o procedimento analítico é, necessariamente, um processo de partição – um recorte da realidade. **Substitui-se um processo social vivo, cheio de inter-relações, por uma bateria de conceitos abstratos, para se teorizar.**

Fonte: NOGUEIRA F. Economia em 10 lições. Paulo, Editora UNICAMP, 2000.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que a síntese apresentada e desenvolvida no trabalho dará aos alunos e alunas e interessados e interessadas as ferramentas conceituais básicas para o entendimento da teoria de Marx desenvolvida no *O Capital* à luz da realidade social e científica do modo de produção capitalista na atualidade.

Assim, este texto surgiu da intenção de servir de introdução e suporte para o desenvolvimento do trabalho científico pedagógico na disciplina Introdução à Economia Política e pode servir também para o início do aprofundamento do tema, uma vez que Marx apontou as contradições existentes, assim como os desdobramentos lógicos e históricos das contradições do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

1. ARANHA, M.L.A.; MARTINS, M.H.P. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo, Moderna, 1994. 395p.
2. BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Editora da UNESP, 1995.
3. BUARQUE DE HOLANDA A. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Edição Histórica 100 Anos. 2010.
4. CORAZZA, G. (1996). O todo e as partes: uma introdução ao método da economia política. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.26, Número Especial, p. 35-50.
5. EGRY EY. Compreendendo a dialética na aproximação com o fenômeno saúde-doença. In: EgrY EY, Cubas MR. *O trabalho da enfermagem em saúde coletiva no cenário Cipeps: guia para pesquisadores*. Curitiba, ABEn-EEUSP, 2006. p. 63-84.

6. ENGELS F. Anti-Dühring. 1875. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/tme_12.pdf. Acesso 24/08/2020.
7. ENGELS F. Dialética da Natureza, ed. russa, 1952.
8. EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de Economia. 7ma Edição. Editora. Saraiva. 2017.
9. GARCIA G. Elementos de Filosofía Marxista. Editora: Gente Nueva. 1981.
10. GARCIA G. Filosofía y Economía Política en el Anti-Düring. Editorial Ciencias Sociales, La Habana, 1982.
11. GERMER C. Contribuição ao entendimento do método da economia política. 2010. Disponível em: <https://adrianonascimento.webnode.com.br/news/contribui%C3%A7%C3%A3o%20ao%20entendimento%20do%20metodo%20da%20economia%20politica%2C%20segundo%20marx%20%28por%20claus%20germer%29/>. Acesso 24/08/2020.
12. LÊNIN V. Materialismo y empirio-criticismo. Em: Obras completas, Tomo XIV. Akal Editor. 1908.
13. MARX Karl O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro: O processo de produção do capital. Tomo I, II e III. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo 1996.
14. MARX Karl O Capital. Livro Segundo: O Processo de Circulação do Capital. Seção Primeira e Segunda. Editora. Boitempo.
15. MARX Karl O Capital. Livro Terceiro: O Processo Global da Produção Capitalista. Seção Primeira, Segunda e Terceira. Editora. Boitempo.
16. MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política, página 5 – 6. Ed. 3a SP. 2003.
17. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis: Vozes, 1988. [original: 1848]
18. MOLITOV A, & ILINE, S. O que é a Economia Política? Edições Progresso. 1986
19. NOGUEIRA F. Economia em 10 lições. Paulo, Editora UNICAMP, 2000.
20. PAUL A. SAMUELSON & WILLIAM D. NORDHAUS (1976) **Economía**. Pág. 4. 18va Edición 812 Páginas, 2011.
21. ROGER E. BACKHOUSE E STEVEN G. MEDEMA. Retrospectivas: Sobre a Definição de Economia. Em: The Journal of Economic Perspectives Vol. 23, No. 1 (Winter, 2009), pp. 221-234 (14 páginas). Disponível em: https://www.jstor.org/stable/27648302?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso 23/08/2020.
22. SANDRONI P. Novíssimo dicionário de economia. Editora, Best Seller.1999.

23. SWEEZY P. Teoria do desenvolvimento capitalista. SP. Abril cultural. 1983.

24. TEIXEIRA A. Marx e a Economia Política: a crítica como conceito. Econômica, no.4, pp. 85-109. Dez. 2000.

CAPÍTULO 2

A ARQUEOLOGIA DE UM DEBATE: AS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO, E SUAS INFLUÊNCIAS NA CONSTITUIÇÃO DO DEBATE ENTRE LIBERAIS E DESENVOLVIMENTISTAS NO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 1950 E 1964

Data de aceite: 10/01/2022

Neilaine Ramos Rocha de Lima
Universidade Estadual de Maringá

RESUMO: Desde a década de 1930, o Brasil foi palco de grandes discussões sobre a necessidade de fomentar o desenvolvimento nacional. Nos anos de 1950 até 1964 essas discussões se cristalizaram principalmente nos debates entre liberais e desenvolvimentistas, como foi o caso do debate entre o liberal Eugênio Gudín e o desenvolvimentista Celso Furtado. Porém esses intelectuais elaboravam o conceito de desenvolvimento, a partir de referenciais teóricos que principalmente após a crise de 1929 repensaram a economia. Dentre esses referenciais podemos ressaltar as figuras de Schumpeter e Keynes, que apontaram diferentes caminhos para a conquista do desenvolvimento econômico nacional. Outro elemento importante, que o presente trabalho salientou, fora a processo de constituição do próprio conceito de desenvolvimento, ao longo da História, destacando a importância da análise dos conceitos como abordagem metodológica do ofício do historiador. Com isso, consolida-se em grande parte dessas teorias a relação do conceito de desenvolvimento com a própria trajetória da História, originando assim, através desses debates, distintos projetos políticos que expressaram o que cada momento histórico considerava como desenvolvimento. Sendo assim, observar esses fundamentos teóricos,

nos favorece a compreensão de disparidades políticas que ressoam até a atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; debate; teorias, história.

THE ARCHEOLOGY OF A DEBATE: THE THEORIES OF DEVELOPMENT, AND THEIR INFLUENCES ON THE CONSTITUTION OF THE DEBATE BETWEEN LIBERALS AND BETWEEN LIBERALS AND DEVELOPMENTALISTS IN BRAZIL BETWEEN 1950 AND 1964

ABSTRACT: Since the 1930s, Brazil has been the stage for great discussions about the need to foster national development. From the 1950s to 1964, these discussions crystallized mainly in debates between liberals and developmentalists, as was the case with the debate between liberal Eugênio Gudín and developmentalist Celso Furtado. However, these intellectuals elaborated the concept of development, based on theoretical references that, especially after the 1929 crisis, rethought the economy. Among these references we can highlight the figures of Schumpeter and Keynes, who pointed out different paths for the achievement of national economic development. Another important element, which this work highlighted, was the process of constitution of the concept of development itself, throughout history, highlighting the importance of analyzing concepts as a methodological approach to the profession of the historian. With this, the relationship between the concept of development and the trajectory of history is consolidated in a large part of these theories, thus originating, through these debates, distinct political projects that expressed

what each historical moment considered development. Therefore, observing these theoretical foundations helps us to understand political disparities that resonate to the present day.

KEYWORDS: Development; debate; theories, history.

Desde a década de 1930, o Brasil foi palco de grandes discussões sobre a necessidade de fomentar o desenvolvimento nacional. Nos anos de 1950 até 1964 essas discussões se cristalizaram principalmente nos debates entre liberais e desenvolvimentistas. Nesse trabalho iremos nos ater as figuras de dois grandes nomes, representantes das correntes propostas, o economista liberal Eugênio Gudin, um dos principais liberais do século XX no Brasil; e o economista Celso Furtado, representante ilustre da corrente desenvolvimentista. Pensar os dois intelectuais em debate, é uma amostra do grande debate existente entre os dois ideários.

O Brasil nos anos de 1950 era conhecido como um país subdesenvolvido, portanto pensar o desenvolvimento era fundamental naquele contexto. Assim, esses intelectuais elaboravam o conceito de desenvolvimento, a partir de referenciais teóricos que principalmente após a crise de 1929 repensavam a economia. Dentre esses referenciais podemos ressaltar as figuras de Schumpeter e Keynes, que apontavam diferentes caminhos para a conquista do desenvolvimento econômico nacional. Com isso, consolida-se em grande parte dessas teorias a relação do conceito de desenvolvimento com a possibilidades de distintos projetos políticos. Sendo assim, observar esses fundamentos teóricos, nos favorece a compreensão de disparidades políticas que ressoam até a atualidade.

Segundo Koselleck (2006), os conceitos baseiam-se em sistemas político-sociais: uma sociedade está sempre formando seus conceitos, atribuindo-lhes historicidade. Existem conceitos que parecem ter uma generalidade intrínseca: é o caso de desenvolvimento, que, em dicionários populares, aparece com as seguintes definições: ato ou efeito de desenvolver; aumento; progresso; incremento; propagação. Porém, principalmente a partir da década de 1930, o uso desse conceito ganhou espaço nas teorias econômicas e sinalizou uma necessidade de sua ressignificação.

[...] Por trás dessa generalidade global, que pode ser ocupada, do ponto de vista político, de modos completamente diversos, faz-se necessário moldar novamente o conceito por meio de definições adicionais. Somente assim é que ele pode ser funcionar politicamente [...] (KOSELLECK, 2006, p. 107).

ECONOMIA, HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO

Cada nação expressou em sua constituição, ou em seus símbolos, a ideia de um ideal, um alvo a se atingir ou se preservar. Os americanos valorizam o conceito de “liberdade”, por sua vez os franceses valorizam a ideia de “igualdade”, e no Brasil não é diferente. Historicamente, a sociedade brasileira nutre a importância do “desenvolvimento”,

uma das palavras existentes em sua bandeira, “progresso”, nos leva ao conceito de “desenvolvimento”. Até na atualidade, o desenvolvimento é citado como alvo das políticas públicas.

Se concebermos o conceito de desenvolvimento, a partir da lógica de vários intelectuais brasileiros, principalmente da primeira metade do século XX, veremos que esse conceito se apoia na ideia de riqueza, aumento de capital e sua distribuição em termos nacionais. O desenvolvimento seria a conclusão do processo de evolução do próprio capitalismo. Sendo que esse processo se daria ao longo do tempo, enfrentando as condições históricas.

É de suma importância para nossa discussão mencionarmos a tradição que Marx inaugurou, qual seja, a de unir a história à análise econômica. Essa tradição influenciou muitos economistas e historiadores, a observarem a história e a economia como áreas totalmente relacionadas.

A situação de crise da economia brasileira nas décadas de 1950 e 1960 intensificava o debate acerca do atraso brasileiro. O atraso era temporal: como se constatava por meio da comparação entre o Brasil e outras nações que se destacavam. Sendo assim, os debates acerca do desenvolvimento suscitaram discussões sobre o próprio conceito de desenvolvimento e sua relação com a história.

Muitos desses intelectuais brasileiros, sejam eles liberais como: Eugênio Gudín, Octávio de Bulhões e Roberto Campos; ou desenvolvimentistas como: Roberto Simonsen e Celso Furtado; tinham suas concepções elaboradas no contexto em que o capitalismo foi fortemente atingido após a crise de 1929, esse momento colocou todas as correntes do pensamento econômico, em estado de reelaboração das teorias capitalistas, principalmente em busca de respostas a crise.

Tanto Gudín, quanto Furtado assinalaram esse momento como crucial para o restabelecimento de teorias econômicas que pudessem dar conta das novas questões que a crise colocava. O próprio Gudín elabora textos com o foco principal de redirecionar o seu conceito de liberalismo, frente a nova realidade da crise.

Por sua vez, Furtado, concebeu esse fato histórico, como a comprovação de que o equilíbrio econômico, não existiria em um contexto de economia de mercado e que a antiga Lei de Say, estava fadada a falência.

Visualizam-se, assim, debates teóricos acerca do desenvolvimento econômico, da natureza do capitalismo, da ação do Estado ou do indivíduo nesse processo. Nesses debates, destacam-se dois teóricos: Schumpeter e Keynes.

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO: A CONTRIBUIÇÃO DE SCHUMPETER E A REVOLUÇÃO DE KEYNES

O economista Joseph A. Schumpeter marcou a história do pensamento econômico

com sua teoria clássica do desenvolvimento, exposta em *Theorie der Wirtschaftlichen Entwicklung*. Nessa obra, revela-se a influência da teoria do equilíbrio geral de Walras, crítico árduo do marxismo.

No início do século XX, a ideia de que o mercado seria capaz de se autorregular, gerando um equilíbrio econômico, se constituía como a característica geral do capitalismo. As crises suscitavam, então, duas opiniões majoritárias no meio dos economistas: de um lado, os marxistas criticavam o sistema capitalista e acreditavam que as crises demonstravam as contradições de um sistema em decadência; de outro, os chamados economistas neoclássicos argumentavam que essas crises seriam resultado da intervenção estatal na economia e, portanto, não seriam um fenômeno natural do mercado.

Nesse contexto, Schumpeter (1982) desenvolveu sua teoria de que o capitalismo é um fenômeno com rupturas, descontinuidades, pois, ao transformar as estruturas, torna possível a instabilidade.

Porém, a inovação é um elemento endógeno do capitalismo, ou seja, o sistema econômico é um contexto de inovação, de constante transformação das estruturas. Nesse contexto, em que antigas tecnologias seriam destruídas, novas estruturas seriam construídas. Essa ideia ficou conhecida como “destruição criativa”. As rupturas causadas por essa “destruição criativa” causariam momentos de instabilidade, até mesmo crises. Ou seja, ocorreria um desequilíbrio, que seria substituído por outro equilíbrio, resultante de fenômenos intrínsecos ao capitalismo.

Outra ideia do autor é a de que, em contextos de oligopólios ou monopólios, nas chamadas concorrências imperfeitas, nesse processo mercadológico de criação de tecnologia, o mercado pode não gerar bem-estar coletivo.

Assim, para Schumpeter (1982), em razão desse processo criativo, o sistema se reorganiza de tempos em tempos, gerando diferentes ciclos econômicos. Em sua concepção, a dinâmica do capitalismo estaria separada da evolução da ordem social, de forma que a dinâmica do mercado não dependeria de um contexto histórico, seria natural em qualquer contexto. No entanto, nem sempre tal dinâmica teria um linha contínua: suas rupturas é que escrevem a história. Essa ideia é fundamental para nossa análise, pois Schumpeter, com sua teoria do desenvolvimento, visualizava o indivíduo e sua ação criadora como elemento do mercado, elemento esse essencial para a criação do contexto de desenvolvimento.

[...] Ainda permanecem dois fatos: primeiramente o fato da mudança histórica, pela qual as condições sociais se tornam 'indivíduos' históricos no tempo histórico. Essas mudanças não constituem nem um processo circular nem movimentos pendulares em torno de um centro. O conceito de desenvolvimento social é definido por essas duas circunstâncias, juntamente com o outro fato: o de que *-sempre que não conseguimos explicar adequadamente um dado estado *de coisas histórico a partir do precedente, reconhecemos de fato a existência de um problema não resolvido, mas não insolúvel. Isso é válido antes de tudo para o caso individual [...] (SCHUMPETER, 1982, p. 70).

Portanto, um dos referenciais teóricos da época para se pensar o desenvolvimento econômico também se direciona para o campo da história: o fenômeno não seria estritamente econômico, já que ocorreria em um espaço e em um tempo. A História tem importância na teoria do autor, pois pensar o desenvolvimento econômico é pensar a história econômica.

Entenderemos por 'desenvolvimento', portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica (SCHUMPETER, 1982, p. 74).

Schumpeter influenciou muitos economistas que debateram com os desenvolvimentistas. Dentre eles, destaca-se Nurkse, que frequentou as conferências, participou das revistas, constituindo-se personagem agregador nesse contexto. Como o debate entre Furtado e Nurkse ficou conhecido pela literatura, é importante abordá-lo nesse contexto de ideias e de formatação do conceito de desenvolvimento.

[...] em 1952, Furtado escreveu um ensaio onde respondia às teses sobre desenvolvimento defendidas por uma das maiores autoridades da época, Ragnar Nurkse [...] Em suas palestras de 1951, no Instituto de Economia Brasileira, fundado por Gudin, [...] propôs sua famosa 'doutrina do crescimento equilibrado, publicada em 1953 como Problemas da Formação de Capital nos Países Subdesenvolvidos [...] (LOVE, 1998, p. 368).

Em sua teoria do desenvolvimento, Nurkse postulava a ideia básica do “ciclo de Schumpeter”. Ele observava que um país seria subdesenvolvido se possuísse um mercado pequeno, que não gerava incentivo para que o capital investisse em produtividade. O contexto de baixa produtividade, resultante da escassez de capital para o uso na produção, alimentava, dessa maneira, a existência do pequeno mercado, constituindo sempre um ciclo de atraso, um estado estacionário que somente seria alterado com uma intervenção de capital vindo do empresariado.

A crítica de Furtado a esse esquema foi contundente. Primeiramente, para Furtado (1951), o mercado que Nurkse levava em consideração seria o mercado interno, mas mesmo um país subdesenvolvido poderia visualizar um mercado em expansão se olhasse além de seus limites territoriais, para o mercado externo e produzisse para esse mercado também.

O desenvolvimento econômico é um processo no qual se alcança o aumento da produtividade física do trabalho. Para Furtado, a produtividade do país subdesenvolvido não podia ser comparada à do desenvolvido, pois, muitas vezes, uma tecnologia não

se encaixa nos custos de produção no contexto de subdesenvolvimento. A abertura de uma estrada poderia aumentar a produtividade de uma região agrícola, por exemplo. Ao criticar a teoria de Nurkse, ele considerava o subdesenvolvimento como um subproduto do desenvolvimento e não uma etapa do mesmo.

Entender a necessidade de impulso para esse desenvolvimento, pensar a existência de um corpo empresário, que, para Schumpeter (1982), inovariam a economia com produtos, mercados, matérias-primas, processos produtivos, era a missão de Furtado. No entanto, em sua análise da formação do Brasil, ele acusava a falta dessas figuras em muitos momentos. Para que essa análise fosse coerente, não havia outro instrumento metodológico senão a história do Brasil: com base nela, longe de se enquadrar na explicação simples de Schumpeter, seria possível compreender o processo que ocorria naquele contexto complexo.

Para Schumpeter (1982), o desenvolvimento é entendido como mudanças no processo de produção; já, para Furtado, a estrutura de um país subdesenvolvido não permitia esse processo espontâneo, os fatores externos eram preponderantes para a quebra do ciclo do atraso.

O argumento de Furtado se desenvolve da seguinte maneira: o impulso externo beneficia inicialmente os setores ligados ao comércio exterior, proporcionando um aumento dos lucros, os quais, caso esse impulso seja persistente, serão reinvestidos, aumentando a produção; a acumulação de capital traz consigo melhorias técnicas e, portanto, aumento da produtividade social média, pela liberação dos demais fatores e sua absorção em outros setores. O processo tende a se autossustentar, pois, na medida em que aumenta a produtividade, cresce a renda real e a demanda se diversifica, abrindo novas frentes de investimento; e à medida que cresce a procura por mão de obra os salários reais também tendem a crescer (ARAÚJO, 2009, p. 83).

De sua perspectiva, a concentração de renda, do capital, não gera desenvolvimento e sim estagnação. O desenvolvimento econômico está atrelado ao social. Como exemplo disso, Furtado (1961) afirmava que, nos países subdesenvolvidos não havia estímulo à poupança; mesmo com renda baixa, as pessoas imitavam os padrões de consumo de países ricos, criando mais disparidades.

Furtado (1961) acreditava que o mecanismo de mercado não possibilitava a utilização dos recursos de forma ideal. O Nordeste brasileiro era prova disso, pois, para o autor, o capitalismo e o interesse dos latifundiários fizeram da economia nordestina uma economia apática pelo fato de se concentrar na monocultura, setor esse que, para o economista, seria de alto risco, em razão das questões climáticas da região. Segundo ele, quem pagava os prejuízos de um investimento errado no Nordeste era principalmente o povo nordestino, que não desfrutava de um avanço em seu mercado e vivenciava um grau de pobreza estacionário.

Assim, as ideias de Schumpeter (1982) ressoaram também no Brasil, principalmente no desenvolvimento das ideias críticas de Furtado, mas, sem dúvida nenhuma, o debate foi

influenciado por outro economista, que trouxe para a cena uma teoria que revolucionou a economia em todas as partes do mundo: Keynes.

Provavelmente grande parte das teorias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) relacionam-se às temáticas desenvolvidas por Keynes, da mesma forma que o desenvolvimentismo nacionalista. Keynes foi o grande economista do século XX. Cabe-nos observar como sua teoria criou uma espécie de resposta para a necessidade de desenvolvimento e como ela foi absorvida por ambas as linhas envolvidas no debate.

No mesmo ano em que morria Marx, nasciam Schumpeter e Keynes. O ano de 1883 realmente marcou a história econômica, pois esses três economistas, embora de maneiras diferentes, tiveram suas ideias ecoadas até os dias de hoje. No entanto, o ideário de Keynes é hoje uma das teorias mais adotadas como política econômica. Em suma, no contexto de crise e de descrença no capitalismo, emergiu o keynesianismo.

A teoria econômica predominante no momento era a teoria neoclássica, principalmente a vertente de Marshall, que se baseava na “Lei de Say”¹, segundo a qual, o processo de produção capitalista é, também, um processo de geração de rendas (lucro, salário, aluguéis, etc.) e, por isso, a oferta cria sua própria demanda.

Após a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, uma das maiores preocupações foi o desemprego. Pela primeira vez, a história notificava uma grande crise no capitalismo, a qual atingiu até mesmo o Brasil. Tratava-se de uma crise com ressonância global, como já foi afirmado.

Nesse contexto, as ideias entram em colisão contra a teoria ortodoxa de crença na ação do mercado. Keynes se contrapôs à teoria de Say e fez árduas críticas aos neoclássicos. Visualizam-se, então, debates com economistas tais como: Pigou, Hayek, Robertson, etc.

Acredito que a economia em toda parte, até recentemente, tenha sido dominada, muito mais do que compreendida, pelas doutrinas associadas ao nome de J.-B. Say. É verdade que a ‘lei dos mercados’ dele já foi abandonada há tempo pela maioria dos economistas, mas eles não se livraram de seus postulados básicos, particularmente de sua ideia errônea de que a demanda é criada pela oferta. Say estava supondo implicitamente que o sistema econômico está sempre operando com sua capacidade máxima, de forma que uma atividade nova apareceria sempre em substituição e não em suplementação a alguma outra atividade. Quase toda a teoria econômica subsequente tem defendido, no sentido de que ela tem exigido, esse mesmo pressuposto. No entanto, uma teoria com essa base é claramente incompetente para enfrentar os problemas do desemprego e do ciclo econômico (KEYNES, 1996, p. 36).

Em linhas gerais, a proposta de Keynes² prevê a necessidade de se tornar efetiva

1 Jean-Baptiste Say (1767-1832) foi um economista francês que elaborou a “lei de Say”, segundo a qual a oferta criaria sua própria demanda e não haveria maneira de existir crises de superprodução. Essa teoria foi fortemente contestada nas teses de Keynes. Ver: ARAÚJO, Carlos Roberto Viera. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.

2 Para maiores esclarecimentos acerca das ideias de Keynes, ver: KEYNES, M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Ed. Nova Cultura, 1996.

a demanda em momentos de crise. Por meio da diminuição nas taxas de juros e do desencorajamento da poupança, essas ações aumentariam o incentivo ao investimento, que por sua vez geraria empregos. Porém, na visão do economista, essa realidade não seria uma consequência do livre mercado, pois este não era eficiente sozinho, precisaria de uma direção. Assim, o Estado teria essa função de tutelar o capitalismo e suas fragilidades, ou seja, deveria haver uma aliança entre iniciativa privada e Estado.

Embora essa teoria indique ser de importância vital o estabelecimento de certos controles sobre atividades que hoje são confiadas, em sua maioria, à iniciativa privada, há muitas outras áreas que permanecem sem interferência. O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas... Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete (KEYNES, 1996, p. 322).

A questão central da obra de Keynes (1996) não era o desenvolvimento econômico, mas sim a superação da crise, tendo em vista que esta era um elemento inerente ao capitalismo. Porém, suas ideias foram absorvidas de diferentes formas em diferentes contextos, a exemplo da América Latina, da CEPAL, e, portanto, de Furtado. A crença na ação do Estado para resolver um problema econômico tornou-se a base para os argumentos desenvolvimentistas e a origem dessa ideia estava na Teoria Geral de Keynes:

Se pretendêssemos sintetizar a contribuição das três correntes de pensamento referidas para o advento de um começo de pensamento econômico autônomo e criador, no mundo subdesenvolvido, diríamos que o marxismo fomentou a atitude crítica e inconformista, a Economia clássica serviu para impor a disciplina metodológica, sem a qual logo se descamba para o dogmatismo, e a eclosão keynesiana favoreceu melhor compreensão do papel do Estado no plano econômico, abrindo novas perspectivas ao processo de reforma social (FURTADO, 1961, p. 13).

Teixeira (*apud* Araújo, 2009), citando o americano Henry J. Bruton, estudioso da teoria do desenvolvimento, afirma que algumas razões teriam motivado essa preocupação com a questão do crescimento econômico e movido esse tema para o centro das discussões, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial. Entre elas, aponta: a exploração e a adaptação da própria teoria geral de Keynes, que previa períodos de depressão econômica no sistema capitalista, elaborando maneiras de driblá-las por meio da intervenção estatal; as políticas de bem-estar direcionadas aos chamados países subdesenvolvidos atingidos pela

depressão de 1930 e pelo pós- Segunda Guerra Mundial; o crescimento da economia da URSS, deixando-a entre as principais potências mundiais. Destarte, economias destruídas do pós-guerra na busca pela reconstrução esforçavam-se para recuperar seus níveis de crescimento, o que explicaria o maior o interesse na questão.

Gudin também teve contato com as ideias e com o próprio Keynes e respeitava sua teoria, mas não se “iludiu” com o keynesianismo, como afirmou Roberto Campos (1994):

[...] Mas Gudin não foi somente um interlocutor de Keynes na conferência [de Bretton Woods], foi também o principal divulgador da obra do britânico no Brasil. Essa condição, no entanto, não o impediu de adotar, a partir dos anos 1950, uma precaução firme diante das ideias keynesianas [...] Admirador e divulgador, insistia-se, da obra de Keynes, Gudin rejeitava certo tipo de keynesianismo bastardo: a propensão exagerada ao intervencionismo estatal e o 'dirigismo' planificador (CAMPOS, 1994, p. 157-158)

No entanto, havia sim aproximações de Gudin com o pensamento de Keynes. O economista brasileiro acreditava que a economia não viveria em equilíbrio constante, de forma que a teoria de ciclos de Keynes teria todo o sentido, especialmente considerando que a complexidade das relações econômicas fazia com que argumentos teóricos de séculos atrás não se adaptassem às novas realidades, inclusive a Lei de Say. Nas palavras de Gudin:

A verdadeira revolução do pensamento econômico consistiu na introdução da teoria dos ciclos de prosperidade e depressão, mostrando que o ajustamento automático, que os clássicos pressupunham, não se realizava, porque a taxa de juros do dinheiro não funcionava como eles imaginavam (mesmo que ela fosse zero, sempre haveria economias se a renda nacional fosse elevada), porque a propensão a economizar é menos função da taxa de juros do que do vulto da renda nacional e da propensão à liquidez [...] J.B Say dizia que a produção constituía a própria fonte de seu escoadouro, o poder de compra originado pela produção de uns servindo para comprar o que produziam outros. Ele não figurava a hipótese _ que é a realidade_ da retenção de poder de compra em suspenso (economias) e da que é dada realidade possibilidade da não aplicação dessas economias. Em seu esquema de reajustamento automático, que tão bem se coadunava com o *laissez-faire* de então, não pensavam os clássicos na distorção do funcionamento do padrão ouro pela moeda bancaria, na irredutibilidade prática dos salários, das obrigações financeiras anteriormente contraídas, dos impostos, das despesas gerais, que constituem outros entraves ao seu suposto reajustamento automático [...] (GUDIN, in TEIXEIRA, 2010, p. 88-89)

Gudin alegou que Keynes não elaborou uma teoria que justificasse o abuso do *déficit* orçamentário, bem como que apoiasse políticas monetárias que ele, Gudin, considerava abusivas. Keynes teria sido apropriado principalmente pelos desenvolvimentistas da Cepal, incluindo Furtado, de forma “abominável”, longe da real intenção de seu criador (SCALERCIO; ALMEIDA, 2012).

Enfim, abordado por todos, amantes e críticos, absorvido e refutado, Keynes foi um referencial nos anos em que ocorreu o debate; na realidade, é um referencial ainda

nos dias atuais. Sua Teoria Geral está por trás das políticas econômicas de grande parte dos países capitalistas e, portanto, de diferentes projetos, dentre os quais, o projeto de desenvolvimento. A partir de suas ideias, outros intelectuais pensaram o desenvolvimento e sua dinâmica.

Portanto, visto a importância de autores como Schumpeter, Nurkse e principalmente Keynes, cruciais para o entendimento desse debate, o que fizemos aqui fora apenas uma menção desses pensadores e suas ideias, que foram amplamente discutidas na historiografia especializada.

ARQUEOLOGIA DO DEBATE: TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO

Com base nas ideias clássicas anteriormente expostas, uma série de intelectuais, dentre eles economistas e historiadores, postularam teorias que explicariam de diferentes formas o desenvolvimento econômico como o elemento central para a modernidade.

Estudos importantes como os de Harrod e Domar concluíram pela possibilidade do crescimento equilibrado da economia, com base no pensamento de Keynes, mas os olhos desses autores estavam voltados para nações amadurecidas economicamente, como a Inglaterra e os Estados Unidos.

Já a vertente conhecida pelo conceito *big push*, “arrancada”, teorizou trabalhos que defenderam a industrialização como base para o crescimento econômico. Um dos nomes dessa corrente foi o de Rosenstein-Rodan (1943), que observou a Europa Oriental. Sua ideia foi ressaltada por Nurkse (1951), que sinalizou a importância da indústria ser impulsionada em vários setores da economia para que o crescimento equilibrado pudesse então se cumprir (ARAÚJO, 2009).

Alvo de muitas críticas, a teoria do crescimento equilibrado foi refutada por Furtado, porém o grande crítico dessa teoria foi Albert Hirschman, formulador da teoria do crescimento não equilibrado.

Um nome que se destacou como um dos grandes referenciais do tema foi o de Paul Baran. Seu pensamento foi além quando sugeriu que se deveria observar o contexto social e político de cada nação. Não bastavam, segundo ele, aplicações de capitais; era necessário promover a alteração na dinâmica política e social, principalmente porque os países pobres possuíam relações de dependência com países ricos. Esse pensamento esteve no coração teórico da CEPAL e foi extremamente importante para o desenvolvimento dos argumentos de Furtado.

Voltando ao cenário brasileiro, o liberal Gudin buscou naturalizar o processo do desenvolvimento, vendo-o como elemento espontâneo de uma economia livre, porém, para muitos teóricos, principalmente a partir da década de 1930, dois problemas que barravam essa espontaneidade. Primeiro, as crises, ou os ciclos de crescimento e recessão, observados nas nações capitalistas; segundo, o não desenvolvimento natural do capitalismo

em nações periféricas que levava ao surgimento do conceito de subdesenvolvimento, ou seja, o atraso histórico que essas nações, como o Brasil, viviam. Essa segunda realidade foi ressaltada por diferentes teorias ao redor do mundo e, no Brasil, pelo grande teórico do subdesenvolvimento: Celso Furtado.

Não há como entender o debate que se travou entre liberais e desenvolvimentistas, Gudin e Furtado sem, antes, observar as raízes teóricas de seus principais postulados. Observaremos a seguir os principais teóricos que se preocuparam em observar e estudar contextos que conceituaram como subdesenvolvidos.

SUBDESENVOLVIMENTO E ATRASO

Com base nos princípios da história conceitual de Koselleck (2006), podemos observar a evolução semântica desses conceitos. O conceito de “subdesenvolvimento” formou-se no contexto dos debates, mas existiam outras palavras que designavam o problema em questão.

O termo “*backwards countries*”, usado até o fim da Segunda Guerra, era mais fatalista, dava a ideia de países atrasados, de forma definitiva. No pós-guerra, com a criação da ONU e de seus órgãos de cooperação internacional, a visão acerca desses países se alterou, surgindo assim um maior otimismo quanto ao futuro desses países. Assim, a expressão “*under developed countries*”, expressa um conceito mais ligado à perspectiva de desenvolvimento, “subdesenvolvimento”, como uma fase pré-desenvolvimento³. Com o tempo, o conceito passou a ser revestido de mais otimismo e, no momento em que o nível de industrialização se tornou sinalizador de desenvolvimento, os termos “*less developed countries*” e “*newly industrialized countries*” veiculavam a ideia de países menos desenvolvidos e recém-industrializados. Segundo Campos, a evolução do termo ocorreu por dois motivos: o pós-guerra e as ideias de Keynes. Ou seja, o contexto alterou o conceito (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996).

Segundo Love (1998), o termo “terceiro mundo”, também ligado à ideia de atraso e subdesenvolvimento, tem origem no contexto dos países recém-criados ou redefinidos. Após a Primeira Guerra Mundial, a Europa centro-oriental vivenciou a necessidade de reconstrução, de busca por desenvolvimento econômico; desse contexto adveio o termo. Na década de 1940, teóricos pensaram o desenvolvimento como uma subdisciplina. A maioria dos teóricos do desenvolvimento nasceu na Europa central ou centro-oriental: Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Nicholas Kaldor, Thomas Balogh, Hans Singer, Gottfried Haberler, Paul Baran, etc.

‘Atraso econômico’, o termo-padrão usado antes de 1945, foi suplantado, na era do pós-guerra, por ‘subdesenvolvimento’, embora acadêmicos de primeira

3 Quando Furtado (1961) pensa o subdesenvolvimento, ele não o vê como uma etapa, como muitos analisam. A palavra foi importante para dar fundamento à própria tese de Furtado de que o subdesenvolvimento brasileiro era uma condição histórica, peculiar, portanto não se dissolveria com o tempo, em um processo natural, mas por meio de implicações racionais, de correção das estruturas historicamente construídas.

linha do período do pós-guerra, como Alexander Gerschenkron e Paul Baran, ainda preferissem o termo mais antigo. Um outro, Hla Myint, pensava que o termo 'atrasado' descrevia com precisão os povos das áreas subdesenvolvidas e que 'subdesenvolvido' deveria ser reservado para os recursos naturais. 'Subdesenvolvido', como termo para caracterizar as economias e sociedades da Ásia, África e América Latina, mais tarde cedeu lugar a substitutos mais eufemísticos [...] 'menos desenvolvido' e 'em desenvolvimento', o último dos quais parecia implicar que o problema era passível de se auto-solucionar [...] (LOVE, 1998, p. 22-23).

Os primeiros pressupostos teóricos sobre o desenvolvimento nasceram no contexto da Europa central ou centro-oriental, contudo foram elaborados para ser universais. A primeira escola autóctone de teoria do desenvolvimento surgiu na América Latina: essa escola foi associada à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma comissão criada pela ONU.

Uma das mais importantes distinções entre os cepalinos e Furtado_y *compris* a teoria clássica e a neoclássica_ é que Cepal e Furtado fundem teoria e história; não fosse assim, seria possível encontrar uma teoria de 'centro' e 'periferia' desde Smith, o que não ocorre, e não por acaso: é que suas concepções são inteiramente homogeneizadoras, fazem tábula rasa da história, pois as 'leis' do capital seriam aplicáveis *urbi et orbi*; daí a teoria de comércio internacional de Ricardo, por exemplo, que vê vantagens comparativas entre países diferentes, quando na verdade o domínio colonial e posteriormente das principais economias desenvolvidas determina de fora para dentro as 'vocações' primárias das colônias e depois ex-colônias' (ARAÚJO, 2009, p. 46).

Na tese de Prebisch, existia uma relação entre centro-periferia, mas uma relação de troca desigual, determinada sempre por relações políticas e não meramente de livre mercado. Por isso, ele não concordava com a teoria clássica de troca, de vantagens comparativas.

Falar de países subdesenvolvidos era pensar as relações de trocas, a fragilidade econômica de países que sofriam ciclos de altas e baixas dos preços das *commodities*. Esse tema não era analisado apenas por teóricos da CEPAL; Gudin e Bulhões, na reunião de Bretton Woods, indagaram a falta de instituições que trabalhassem na busca da estabilização do preço das matérias-primas e produtos primários. A queixa de Gudin não foi ouvida e o problema permaneceu.

Para Prebisch e para CEPAL, a solução estaria na industrialização, que daria independência às nações subdesenvolvidas, gerando o desenvolvimento. Um elemento econômico estaria no centro da dinâmica da evolução, porém os fatores que movimentariam essa engrenagem seriam políticos, a ação do Estado como protagonista do desenvolvimento.

Em suma, todas as teorias do desenvolvimento buscavam uma fórmula para que houvesse: o aumento da produtividade, o aumento de capital, a transformação desse capital em renda e a distribuição dessa renda. Esse processo geraria um contexto de modernidade, de avanço temporal em relação a outras nações que já viviam esse contexto.

O desenvolvimento seria a constatação de que o Brasil não estaria parado no tempo.

Existe um ponto basilar em comum entre Gudin e Furtado. No que se refere ao elemento principal da cadeia do processo de desenvolvimento, ambos seguiam a linha de pensamento dos economistas clássicos: acumulação de capital e investimento em busca de aumento de produtividade, o velho princípio de A. Smith.

Porém, o que gerou o debate foi o pensamento acerca do que motiva uma comunidade a acumular o capital e investi-lo no aumento da produtividade.

Furtado observou a necessidade do acúmulo de capital para o aumento da renda, à medida que tal acúmulo influencia no aumento da produtividade, conseqüentemente, nos salários. Isso transforma a maneira de consumir dos trabalhadores, modificando assim a estrutura da própria demanda. Uma questão que o autor sempre frisou é a da necessidade de se criar uma economia homogênea no Brasil por meio de um processo produtivo diversificado que ampliaria o mercado interno. Somente com essa realidade é que haveria maior produção e distribuição de renda, gerando a situação de desenvolvimento.

Porém, em países subdesenvolvidos como o Brasil, o motivador para esse acúmulo de capital não poderia ser pura e simplesmente o mercado e sua mão invisível. As estruturas existentes nesses países não possibilitavam o acúmulo necessário para esse processo, principalmente porque o processo produtivo era débil por falta de tecnologia e por falta de capital para que essa tecnologia existisse, ou seja, pelo que Furtado chamou de ciclo vicioso.

Um elemento que poderia alterar essa realidade seria um fator exógeno desse sistema. Todavia, apenas a demanda do mercado externo não seria suficiente para tal acúmulo, não daria conta de motivar o aumento substancial da produtividade no Brasil, como propunha a teoria clássica liberal de A. Smith, para quem o mercado seria o grande motivador da divisão do trabalho. Furtado visualizou, portanto, que essa realidade poderia ser vista em países desenvolvidos, mas não em países subdesenvolvidos.

Em consequência, outro elemento exógeno ao processo natural do mercado deveria existir para incentivar e possibilitar o aperfeiçoamento técnico da produção e, conseqüentemente, o aumento da produtividade: o capital proveniente do Estado. Por meio do seu incentivo intervencionista, a industrialização ficaria à frente do processo de desenvolvimento e de ruptura com as antigas estruturas de consumo, dinamizando, dessa maneira, o mercado interno.

Para Gudin (1970), por sua vez, o capital acumulado deveria ser proveniente do trabalho do setor agrícola brasileiro, setor esse extremamente fértil, na visão do autor. Gudin seguia a linha clássica de A. Smith, qual seja, a do progresso natural da riqueza. Quanto a isso, consideremos que o autor observou a história da Inglaterra, ícone para se observar o desenvolvimento do capitalismo. Viria do excedente do campo o capital que fomentaria a revolução industrial: sobre esse mesmo pressuposto, Gudin acreditava ser possível o desenvolvimento agrário no Brasil subsidiar sua indústria.

Sob a ótica gudiniana, esse processo não se daria por intervenções exógenas, mas como consequência natural do mercado, ou seja, o processo se daria de forma espontânea, mesmo o Brasil sendo um país atrasado economicamente. O que atrasava esse processo de desenvolvimento seriam dois elementos que podemos analisar, com base no pensamento de Gudin. Primeiro, a própria intervenção estatal, que desmotivaria a ação do mercado e também investimentos externos de suma importância. Segundo, outro ponto crucial: a mentalidade e a cultura existentes no Brasil, que era carente de educação e de ideias que incentivassem a mola propulsora do processo: o indivíduo.

Contudo, ficou clara a relação entre o processo do desenvolvimento, com a ideia de que esse processo é historicamente construído, e portanto, a modernidade, o avanço, o futuro seria a conclusão desse processo de desenvolvimento. Por sua vez, a história nortearia esse processo, através dela os intelectuais buscavam as respostas para o fracasso, e as perspectivas para o sucesso. Sendo assim através da história, da sua dinâmica, seria possível observar o próprio fenômeno do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Roberto Viera. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.

ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; MACAMBIRA, Júnior. (Org.). **50 anos de formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996

CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa**: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. Revista Brasileira de Economia, v. 6, n. 3, p. 7-45, dez. 1951.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

GUDIN, Eugênio. **Para um Brasil melhor**. Rio de Janeiro: APEC, 1970.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006

LOVE, Joseph L. **A construção do Terceiro Mundo**: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. Tradução Patrícia Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

NURKSE, R. **Problemas da Formação de Capital em Países Subdesenvolvidos**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1957.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of industrialisation of Eastern and SouthEastern Europe. **The Economic Journal**, Cambridge University Press, v. 53, n. 210/211, p. 202-211, 1943.

SCALÉRCIO, Marcio; ALMEIDA, Rodrigo. **Eugênio Gudín**: inventário de flores e espinhos: um liberal em estado puro. Rio de Janeiro: Insight, 2012.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

TEIXEIRA, Aloísio et al. **Desenvolvimento**: o debate pioneiro de 1944-1945. Brasília: IPEA, 2010.

ALGUMAS NOTAS INICIAIS SOBRE BRASIL E NEOLIBERALISMO

Data de aceite: 10/01/2022

Isabel Cristina Chaves Lopes

<https://orcid.org/0000-0003-0084-9146>

RESUMO: Apresenta-se aqui, de forma muito breve, algumas questões relativas a características do processo de desenvolvimento brasileiro no contexto da ordem neoliberal, a partir do pensamento de alguns autores dedicados a estudos sobre relações entre Brasil, América Latina, trabalho e desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; neoliberalismo; desenvolvimento.

SOME INITIAL NOTES ON BRAZIL AND NEOLIBERALISM

ABSTRACT: We present here, very briefly, some questions related to characteristics of the Brazilian development process in the context of the neoliberal order, based on the thoughts of some authors dedicated to studies on relations between Brazil, Latin America, work and development.

KEYWORDS: Brazil; neoliberalism; development.

O Brasil é uma nação que tem a sua formação iniciada enquanto colônia europeia. Nascemos “não nação” (BENJAMIN, 1998, p. 23) e, como uma colônia da América Latina, desenvolvemos independência política nas primeiras décadas do século XIX, girando

economicamente em torno da economia inglesa, isolando-nos “[...] dos fluxos do comércio e dos movimentos transnacionais de capitais” (JÚNIOR, 1999, p. 114). Ou seja, como um país latino, nosso desenvolvimento econômico se deu para fora, para o mercado externo, passando a “[...] exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo” (MARINI, 2000, p. 3). A inserção, no entanto, dos países da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho dar-se-á a partir do início do século, numa posição de dependência econômica gestada na formação de uma dívida externa que, segundo Nelson Werneck Sodré, passa a equivaler, na década de 70, a 99% da balança comercial brasileira (MARINI, 2000, p. 3). Essa dívida, que teve como papel a manutenção das importações e, em um segundo momento, “a transferência de parte do excedente obtido na América Latina para a Metrópole” (MARINI, 2000, p. 3) é que definirá a posição dos países latinos na Divisão Internacional do Trabalho. Segundo Marini:

[...] é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2000, p. 3)

Se adentrarmos a história no período que se estende de 1873 ao final do século, período da chamada “reestruturação capitalista, iniciada após a grande depressão de 1873” (ABREU, 1997, p. 49), verificaremos um paralelo entre avanços tecnológicos nos países centrais, oriundos do início do processo de industrialização e a carência de recursos naturais como o petróleo e diversos outros minerais, que reivindicavam das ex-colônias a formação de um mercado de matérias-primas industriais. Verificaremos, também, que, em tal função, elas se manterão durante longo período de tempo, caracterizando, mesmo após a entrada no processo de industrialização, o “[...] caráter contraditório da dependência latino-americana” (MARINI, 2000, p. 6). Ou seja, poderemos constatar, a partir de observações atentas da nossa história, que a condição para a inserção no processo de desenvolvimento dos países centrais, por parte dos países periféricos, será a de exploração da mão de obra e o aumento da capacidade produtiva do trabalho em nome da acumulação da mais valia relativa.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista inicia-se na Inglaterra, Estados Unidos, França, Bélgica e Holanda, em meados do século XVIII e início do século XIX, tendo como elemento determinante uma burguesia europeia autônoma e fortalecida pela sua inserção no comércio mundial, entre os séculos XIII a XVI, através do processo de expansão da Europa, e que busca se desenvolver e se consolidar em outros lugares.

Com a conquista da hegemonia inglesa na economia mundial nesse período, a Inglaterra será, portanto,

“[...] o centro orientador das finanças do mundo capitalista, financiando os investimentos infra-estruturais em todo o mundo em função dos interesses do comércio internacional [...] implantando um sistema de divisão internacional do trabalho que marcaria definitivamente a evolução do capitalismo industrial [...] e que favoreceu a concentração geográfica do processo de acumulação de capital “(FURTADO, 1996, p. 18)

Entraves ao objetivo de expansão capitalista, no entanto, manifestam-se em alguns países como, por exemplo, o crescimento de um proletariado crítico que se desenvolvia com a grande indústria na Alemanha. No entanto, na América Latina e, especificamente, no Brasil, basicamente pelo apoio garantido por um modelo de organização social, político e econômico “oligárquico-latifundiário-mercantil” (SANTOS, 1991, p. 31), que não demonstrou desejo de independência em relação a esse novo domínio (antes de Portugal, agora da Inglaterra) em troca do apoio econômico dos comerciantes e financistas ingleses, tais dificuldades não aconteceram. Como já mencionado anteriormente, as relações entre países de periferia e centro do capitalismo eram marcadas por desigualdades embasadas no fortalecimento da dependência econômica por parte dos primeiros.

Ainda sobre os anos oitenta do século passado, destacamos que estes serão marcados, também, pela reação ao projeto britânico e consolidação dos sistemas econômicos nacionais, viabilizando uma maior centralização de decisões no plano nacional

(FURTADO, 1996), concentração do poder econômico e emergência de grandes empresas (FURTADO, 1996), já sob a hegemonia dos Estados Unidos. Na visão de Aquino:

Na segunda metade do século XIX, a sociedade norte-americana passou por importantes transformações econômicas, políticas e sociais. A utilização da máquina em grande escala foi certamente o principal fator do grande desenvolvimento industrial dos EUA desde a Guerra Civil até princípios do século XX [...] Em 1860 os EUA ocupavam o quarto lugar entre as grandes nações do mundo, em 1894 passaram ao primeiro posto". (AQUINO, 1981)

Esta segunda fase da evolução do capitalismo será marcada por uma crise econômica e social nos países desenvolvidos. A década de 1870 será um momento de crise, talvez da primeira grande depressão vivida pelo mundo capitalista. A existência de excedentes de capitais e a crise apontam, para as empresas, a impossibilidade de reinvestimento na própria produção. Torna-se necessário encontrar áreas extra europeias onde se possam investir os capitais excedentes. Além disso, a retratação dos mercados europeus praticamente, também, impulsionará as empresas a encontrarem mercados consumidores fora da Europa, como, por exemplo, na África e na Ásia. Será a fase do imperialismo, da formação de consórcios de monopólios internacionais de capitalistas que dividem o mundo.

Neste sentido, em fins do século passado, as inovações tecnológicas “[...] baseadas na aplicação produtiva da eletricidade, eletromecânica, combustão, radiocomunicação, etc – permitiram o advento da linha de montagem e a diversificação da produção ao longo do século XX” (ABREU, 1997, p. 49). O surto de industrialização provocado por duas guerras mundiais e pela depressão dos anos 30, gerando a necessidade de substituir as importações dos países centrais, estimula o processo de desenvolvimento da indústria no Brasil, dirigida para o mercado interno e orientada para a produção de bens de produtos leves. Portanto, podemos dizer que a “[...] industrialização no Brasil ocorreu sem a intervenção de uma revolução burguesa no sentido clássico, e sim como resultado da adoção da política conhecida como ‘substituição de importações’” (MOISÉS, 1978, p. 44). Segundo Júnior:

Embora [...] a industrialização para substituição de importações tenha dado um importante impulso à integração do mercado interno, à expansão e à diversificação do parque produtivo nacional, [...] a substituição de importações ficou subordinada à lógica de modernização de padrões de consumo das elites nacionais. Por essa razão, a industrialização preservou as estruturas da sociedade colonial [...], isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros nos mercados internacionais. (JÚNIOR, 1999, p. 116-117)

Sobretudo a partir do final da Segunda Guerra Mundial, o imperialismo norte-americano voltou-se para os investimentos nas atividades industriais, passando a dominar o setor capitalista industrial das economias dos países latino-americanos em desenvolvimento. Com isso, o crescimento industrial da América Latina processou-se com base no capital estrangeiro, geralmente concentrado nos setores de bens de consumo

duráveis ou de tecnologia sofisticada, o que não significou ampliação em larga escala do mercado interno. Os países latino-americanos tornaram-se dependentes dos fornecimentos externos de bens de produção (máquinas, equipamentos, etc.), o que os conduziu a um crescente endividamento externo. As limitações do capitalismo dependente refletiram-se na necessidade de aumentar as exportações de bens de consumo para sustentar as crescentes importações de matérias-primas, alimentos e maquinaria dos países desenvolvidos e os déficits na balança comercial conduziram os países latino-americanos a novos empréstimos no exterior.

A rápida industrialização da periferia do mundo capitalista, sob a direção de empresas de países cênicos, que se observou a partir do segundo conflito mundial, corresponde a uma terceira fase na evolução do capitalismo industrial. Essa fase se iniciou com um processo de integração das economias nacionais que formam o centro do sistema. (FURTADO, 1996, p. 24)

O fim da Segunda Guerra Mundial, marca a derrota do nazi fascismo europeu e do militarismo japonês, traz alento ao avanço democrático do continente americano. Os partidos populares aumentam a sua influência sobre as camadas urbanas, algumas ditaduras são derrubadas, enquanto outras persistem. O imperialismo norte-americano, no entanto, aumentou a sua penetração em escala mundial e procurou isolar o resto do mundo da influência soviética com a Guerra Fria. As burguesias latino-americanas cedem espaço à penetração massiva de capitais norte-americanos e às empresas multinacionais, responsáveis pela aceleração dos investimentos industriais na América Latina.

Nos anos 50, a rápida industrialização em alguns países latino-americanos e as estruturas agrárias atrasadas em outros geraram fortes contradições entre as necessidades de um caminho próprio de desenvolvimento e a onipresença do latifúndio e do grande capital internacional.

Ao mesmo tempo em que pregava a democracia no continente, os Estados Unidos sustentavam regimes ditatoriais que garantiam seus interesses estratégicos e privilégios econômicos e que perseguiram comunistas e verdadeiros democratas. Na década de 50, o movimento nacionalista latino-americano foi contido pelo imperialismo norte-americano mediante o estímulo aos golpes militares promovidos pelas oligarquias comprometidas com o grande capital.

Portanto, com exceção dos Estados Unidos, em cada uma das grandes potências, grandes movimentos operários iam crescendo junto, também, à propagação dos ideais socialistas, reclamando um processo de integração social, questionando as desigualdades sociais, exigindo a presença do Estado como figura reguladora destes conflitos políticos das sociedades periféricas em processo de industrialização.

O modelo de organização do trabalho fordista-keynesiano, estruturador do Welfare State (o que no seu sentido liberal-democrático não chegou a se efetivar nos países industrializados de periferia), aplicado após a Segunda Guerra Mundial, favorece

grande período de crescimento das economias industrializadas, caracterizado por uma “produtividade crescente, consumo de massas, bem-estar, desenvolvimento planejado [...] e ampliação dos direitos e da participação cidadã em uma esfera pública ampliada e plural” (ABREU, 1997, p. 52), ao início da década de 70 começa a apresentar os primeiros sinais de esgotamento.

A rigor, já nos finais da década de 60, as economias centrais começam a apresentar sinais de declínio do crescimento econômico, evidenciando o início da saturação daquele padrão de acumulação. A queda das taxas de lucro, as variações na produtividade, o endividamento internacional e o desemprego são indícios daquele processo. (MOTA, 1995, p. 49)

A chegada da grande crise deste modelo de regulação estatal pós-guerra apresentou o espaço necessário para que ideias críticas, ao mesmo em que já vinham se manifestando teórica e politicamente, se afirmassem. Tais ideias, denominadas neoliberais, “[...] nascem depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e América do Norte” (ANDERSON apud SADER, 1998, p. 9). Têm como principal representante Friedrich Hayek, que afirma que o “Estado de bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos (ANDERSON apud SADER, 1998, p. 10).

Pondo em cheque a racionalidade reguladora por parte do Estado e os pactos sociais dela decorrentes, é iniciado o processo de difusão do neoliberalismo, acompanhado de uma defesa um tanto feroz da necessidade de uma reestruturação global da produção, o que significa modificações profundas, não só na aplicação de técnicas, como a informática e a eletromecânica na produção, mas em outros setores da vida social e política, levando a concluir que “[...] o pleno emprego, sistemas públicos de proteção social, regulação sócio estatal e pactos sócio-políticos, nos limites das fronteiras e da soberania nacionais, parecem estar em contradição com as novas tendências da acumulação mundialmente articulada” (ABREU, 1997, p. 58).

A defesa ídeo-teórica de cunho neoliberal tem seus pilares na defesa do livre mercado, do Estado Mínimo e das privatizações. Afirma o mercado como o principal mediador das relações sociais, desenvolve o entendimento de liberdade e bem-estar garantidos através do poder de consumo e da livre competição. Para tanto, é necessário o mínimo de interferência por parte do Estado, tanto no controle da produção material quanto na gestão da força de trabalho. Assenta-se, como já mencionado, na crítica à incapacidade do Estado monopolista de bem-estar promover desenvolvimento econômico e controle da força de trabalho.

A chamada Terceira Revolução Industrial, portanto, “[...] afetou drasticamente o conjunto do mundo do trabalho, sua relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho” (MATTOSON, 1994, p. 14).

Identidades em crise, principalmente a do proletariado, substituição veloz do

trabalho vivo pelo trabalho morto, despolitização das relações econômicas fazem perceber que o forte movimento de flexibilização (precarização) do trabalho e desemprego cada vez mais ascendente, exclui massivamente representantes da classe que vive do trabalho, principalmente nos países de periferia, sem que possibilidades concretas de reação possam se efetuar eficazmente.

A lógica capitalista, focada na livre competição dos mercados, operando sem barreiras políticas, através do empresariado global e do consumidor global, num mercado global ou mundial “[...] significa que estas diferenciações e segmentações sociais e econômicas politicamente sustentadas pelo Estado-Nação tendem a se desfazerem” (CORAGGIO, 1997, p. 31), gerando um estado de grande preocupação em relação aos países periféricos, principalmente onde são encontrados grandes indicadores de fome, de miséria e exclusão como na Ásia, América Latina e África. Segundo Abreu:

No plano sócio-político, ao reafirmar e aprofundar a mercantilização das sociais, conforme interesses e valores que presidem à acumulação globalizada de capital, a reestruturação neoliberal vem desconstruindo a racionalidade ético-política e as diferentes instituições sócio-estatais e civis que as materializavam. (ABREU, 1997, p. 66)

Mais especificamente em relação à América Latina, Francisco de Oliveira afirma que

“[...] a característica central da contradição latino-americana, explicitada e posta em marcha pelas políticas econômicas chamadas neoliberais é a exclusão [...], corresponde a aceitar que as sociedades latino-americanas estarão irremediavelmente divididas entre um contingente empregável e um largo contingente ‘inempregável’”. (OLIVEIRA, 1997, p. 7-10)

Assim, considerando a definição de Caio Prado sobre subdesenvolvimento como “[...] produto de circunstâncias históricas que impedem que o processo de acumulação de capital seja subordinado à vontade da sociedade nacional” (JÚNIOR, 1999, p. 104), concluímos que repensar o neoliberalismo numa perspectiva de práxis política, demanda também um apelo a uma autoestima cidadã, discussões sobre a aceitação ou não por parte dos cidadãos, da manutenção da sua nação na condição de subdesenvolvida e dependente, assim como das demais em situação similar, ou seja, uma reflexão/ação sobre a soberania nacional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Haroldo Batista. O contexto histórico-social da crise dos padrões de regulação socio estatal. In: **Praia Vermelha: Estudos de Política e Teoria social**. Rio de Janeiro: PPGESS/UFRJ, v. 1, nº 1, 1997.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. **História das sociedades americanas**. Rio de Janeiro: Eu e Você, 1981. .

BENJAMIN, César. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

CORAGGIO, José Luis. Alternativa para o desenvolvimento humano em um trabalho globalizado. In: **Proposta**, Rio de Janeiro, n72, p.30-38, mar./mai, 1997

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JUNIOR, Plínio Arruda Sampaio. **Entre a nação e a barbárie**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MATTOSO, Jorge Eduardo L.. **Trabalho fogo cruzado**. São Paulo: São Paulo em perspectiva, 1994.,

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MOISES, José Alvaro. **Greve de massa e crise Mil política**: Estudo da Greve dos 300 em Sao Paulo 1953/54. São Paulo: Polis, 1978.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: Um estudo sobre as Tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: Globalização e Neoliberalismo na América Latina. In: **Conferência no XXI Congresso da Associação Latinoamericana de Sociologia –ALAS**. São Paulo, 1997.

SADER, Emir Simão, GENTILI, Pablo (Orgs). **Pós-neoliberalismo**: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

SANTOS, Theotonio dos. **Democracia e socialismo no capitalismo dependente**. Petrópolis: Vozes, 1991.

GLOBALIZAÇÃO: UM PROCESSO DE MUDANÇA ESTRUTURAL NO SISTEMA INTERNACIONAL? ALGUMAS REFLEXÕES

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 21/10/2021

Virgilius de Albuquerque

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(UERJ), Faculdade de Administração e
Finanças
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/3376347651949021>

RESUMO: Este ensaio é composto de três partes. Inicialmente, apresenta-se uma síntese de diversos entendimentos de atores de influência realista sobre o conceito de estrutura. Posteriormente, ilustra-se algumas evidências econômicas desse fenômeno multifacetado, qual seja, a globalização. Subsequentemente, procura-se interpretar a globalização consoante a teoria realista de mudança estrutural e analisar se, efetivamente, a globalização empreendeu mudança estrutural. Nesse estágio, procura-se responder a pergunta tema deste trabalho, além de serem tecidas algumas considerações adicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização, mudança estrutural, economia política internacional.

GLOBALIZATION: A PROCESS OF STRUCTURAL CHANGE IN THE INTERNATIONAL SYSTEM? – SOME REFLECTIONS

ABSTRACT: This essay consists of three parts. Initially, it presents a synthesis of various

understandings of actors of realist influence on the concept of structure. Subsequently, some economic evidence of this multifaceted phenomenon, namely globalization, is illustrated. Subsequently, we seek to interpret globalization according to the realist theory of structural change and analyze whether or not globalization has actually brought about structural change. At this stage, an attempt is made to answer the main question of this paper, and some additional considerations are made.

KEYWORDS: Globalization, structural change, international political economy.

1 | INTRODUÇÃO

Este ensaio foi elaborado com o objetivo de melhor compreensão de dois fenômenos associados às Relações Internacionais, quais sejam, a ocorrência de mudança estrutural e a globalização. Comumente é encontrada na literatura da ciência política internacional a expressão “mudança estrutural”, conquanto esteja associada à observação de um evento incidental. Já, a globalização corresponde a um fenômeno contemporâneo, algumas vezes associado a um processo de mudança estrutural. A análise das relações internacionais não pode, por sua própria essência, prescindir do nível de análise sistêmico. Isso é amplamente evidenciado na literatura dessa disciplina, que denota esse arcabouço pela expressão “sistema internacional”. Em regra, todo sistema é composto por uma estrutura, por seus

agentes ou atores, e pelas interações entre eles, ou seja, entre a estrutura e os agentes e os agentes entre si. A economia política internacional pode ser compreendida como um campo de estudo ínsito às relações internacionais que analisa as implicações econômicas decorrentes de decisões ocorridas na dimensão política. Portanto, é nesse campo de estudo que o processo de globalização é analisado.

Intuitivamente, é possível depreender a existência de uma relação de causalidade entre esses dois fenômenos. Entretanto, qual é o grau de extensão do nexos causal entre globalização e mudança estrutural? Ou melhor, a globalização gerou, de fato, um processo de mudança estrutural no sistema internacional? Com o propósito de responder a esta última pergunta, acerca das implicações da globalização na estrutura subjacente do sistema internacional, é necessário que compreenda-se, inicialmente, o que é a globalização. E, igualmente, que entenda-se o que são estruturas e como elas se modificam.

Para o desenvolvimento deste trabalho, são adotados dois postulados precípuos. O primeiro considera que a globalização é um tema de estudo peculiar da economia política internacional. O segundo postulado, que é derivado do anterior, pressupõe que a disciplina de economia política é imanente ao conceito de poder, mais especificadamente, ao estudo de ganhos relativos, doutrina dominante na escola realista. O adágio interrogativo “Quem ganha o que e de quem?” é considerado recorrente neste campo de estudo. Destarte, o arcabouço teórico desenvolvido será consonante com a perspectiva realista.

2 I CONCEITUAÇÃO DE ESTRUTURA E MUDANÇA ESTRUTURAL

O objetivo nesta etapa consiste em compreender o conceito de estrutura, a partir da perspectiva da escola realista das Relações Internacionais. Conseqüentemente, será possível identificar a ocorrência e as implicações de mudança estrutural na concepção teórica proposta. Após a compreensão do significado de estrutura, de suas implicações, assim como, de seu processo de mutação, poder-se-á, então, contextualizá-la no estudo da globalização.

Mello (1998) assevera que a economia política internacional estuda os efeitos das variáveis econômicas no contexto do sistema internacional. Essa autora aduz que o processo de globalização é caracterizado por uma intensa mudança estrutural da economia internacional, haja vista o crescente movimento transfronteiriço das transações e conexões organizacionais. Essa dinâmica globalizante ocorre nas dimensões da produção, do comércio, das finanças, bem como, é verificada, também, na mudança do modelo regulacionista de acumulação e de produção, que é representado pelo sistema de acumulação pós-fordista.

Diagnóstico distinto é prescrito por Wallerstein (2000), que ao analisar o modelo capitalista em sua *longue durée*, ou seja, desde meados do século XV, assevera que vive-se um momento de transformação sistêmica. As incoerências e falhas estruturais do

capitalismo, acumuladas ao longo desses séculos resultaram no declínio da legitimidade do sistema de Estados soberanos, de sorte que o sistema global moderno está em crise estrutural. Acrescenta que esteja-se em um período de comportamento imprevisível, e o mundo atual encontra-se em um processo de transição para uma nova estrutura.

Por seu turno, Gilpin (2000) argui a tese de que o Estado-nação não mais desempenha papel relevante no campo econômico. Argumenta que, quiçá, a relevância do Estado na condução das questões econômicas esteja em declínio, ele ainda continua a ser um ator preponderante na dinâmica econômica. Pondera, inclusive, que, em algumas situações, houve aumento de sua importância no tratamento dessas questões.

O objetivo deste ensaio consiste em analisar se a globalização representa, de fato, uma mudança estrutural no atual sistema internacional. O clássico filósofo político Thomas Hobbes (1995) asseverava que o poder pode ser exercido de modo original, ou seja, de homem para homem, ou de forma impessoal, mediante a institucionalização de uma estrutura instrumental. Conceito derivado dessa forma de exercício de poder estrutural é utilizado por Bull (1982) ao definir o sistema internacional como sendo o ambiente em que os Estados mantêm contatos regulares entre si. Por conseguinte, o comportamento derivado dessa interação, influencia a estratégia política dos demais Estados. Bull define, também, a sociedade internacional, como um conjunto de interesses e valores comuns por parte de Estados, que conduzem as suas relações mútuas, e conformam instituições internacionais, que, circularmente, cercearão os seus graus de liberdade e forjarão um padrão de comportamento.

Deste modo, pode-se depreender que a abordagem sistêmica enfatiza as relações entre os Estados, as quais são constrangidas pela estrutura do sistema internacional. Por sua vez, consoante a perspectiva societal – relativa à premissa de existência de uma sociedade internacional – as relações entre os Estados são influenciadas pelas instituições internacionais. Em síntese, enquanto a primeira abordagem pressupõe que a estrutura delimita o comportamento dos Estados, consoante a segunda perspectiva – conceito de sociedade internacional – as instituições correspondem ao elemento constrangedor da ação dos atores internacionais.

Para o objetivo deste trabalho, considera-se o termo estrutura semelhante ao conceito de instituição, porquanto objetiva-se, primordialmente, denotar a forma de poder que não é exercida diretamente nas relações entre os agentes, esse último conhecido como poder relacional. A rigor, o termo estrutura apresenta uma conotação mais estreita do que as instituições, ilustrativamente, a escola neorrealista pressupõe uma estrutura fisicamente constituída, ou seja, o sistema internacional é estruturado hierarquicamente em conformidade com as capacidades dos Estados. Por sua vez, o emprego do termo léxico instituição permite abarcar todo um conjunto de práticas sociais que, igualmente, com as instituições formais, molduram o comportamento dos Estados.

Adicionalmente, conciliando ambos os termos, as instituições sociais, os mecanismos

financeiros e monetários, a divisão de trabalho, a localização de atividades econômicas, a organização dos mercados, os regimes econômicos e a distribuição de poder, constituem alguns exemplos de estrutura institucional.

O conceito de estrutura não é convergente. De acordo com Waltz (1979), as estruturas, geralmente, têm uma longa existência, alteram o comportamento dos agentes e afetam o resultado, proveniente da interação desses atores, ou seja, elas padronizam os resultados em decorrência de suas condições restritivas do comportamento dos agentes. A estrutura explica os padrões e características comportamentais recorrentes dos agentes; de outro modo, caso não fosse observada, a variância das ações empreendidas pelos agentes, seria maior. Ainda consoante Waltz, uma mudança estrutural é observada quando há uma expectativa de variação dos resultados provenientes das interações entre as partes. Em síntese, esse autor assevera que a estrutura é determinada pela disposição dos agentes componentes do sistema, e que uma mudança estrutural só ocorre quando o princípio ordenador do sistema é alterado, *e.g.* transformação de um sistema anárquico para hierárquico; ou quando houver uma redefinição das funções desempenhadas pelas unidades, *e.g.* a mudança do sistema multipolar para o bipolar, após a 2ª Grande Guerra; e, por fim, caso haja uma redistribuição das capacidades entre as unidades.

De acordo com a preleção de Strange (1988, 1996), há duas formas de poder: relacional e estrutural. Procura-se conceituar neste tópico é o que Strange denota por poder estrutural. Corresponde à modalidade de poder que constrange o comportamento dos atores e que não é exercida mediante relação direta empreendida por um ator com maior grau de influência. Os detentores de poder estrutural possuem a capacidade de decidir como deve ser a forma de relacionamento entre as partes envolvidas. Devido às diferenças das fontes de poder, a autora segmentou as formas de poder em quatro estruturas interativas – segurança, produção, financeira, e conhecimento. O Estado hegemônico, com supremacia nessas quatro estruturas é capaz de implementar mudanças estruturais, malgrado a manutenção da hierarquia de poder entre os Estados no sistema internacional vigente.

Da mesma forma, a abordagem do poder estrutural do capital transnacional, de livre mobilidade internacional, de Gill & Law (1993), confere, não à uma unidade sistêmica, mas ao capital internacional, a faculdade de impor mudanças estruturais, pois, devido aos seus atributos de mobilidade e fungibilidade, em um sistema de liberdade dos fluxos monetários internacionais, esse fator de produção mundial é capaz de constranger a condução da política macroeconômica dos Estados, que objetivam assegurar o influxo de capital financeiro internacional.

Gilpin (1987) entende que a mudança estrutural representa as modificações sofridas pelas estruturas, alterando-se, portanto, o comportamento dos agentes sistêmicos. Modificações ocorridas no ambiente social, no poder militar, na distribuição da riqueza econômica e nos interesses dos agentes econômicos, constituem algumas causas de

mudanças estruturais. Argumenta, por exemplo, que os processos de crescimento desigual podem causar mudanças estruturais. Nesse caso, o sistema econômico passaria de um estado cooperativo para uma situação de conflito, gerando períodos de estagnação econômica e de incentivo para as práticas nacionalistas. Gilpin apresenta, portanto, uma conceituação bem mais laxativa do entendimento de estrutura. Possivelmente, porque no campo da economia política internacional, a abordagem sistêmica não tenha sido tão proposta, criticada e aperfeiçoada quanto no sistema político internacional.

Wendt (1987), de outra forma, assevera que os agentes e as estruturas são mutuamente constitutivos e interdependentes. Criticando a concepção ontológica do sistema neorrealista – que reduz a estrutura do sistema internacional aos atributos e interações das unidades (estados): reducionismo da estrutura – e a *world-system theory* – que, de modo inverso, reduz as unidades às necessidades de reprodução da estrutura da economia-mundo: reificação da estrutura – Wendt prescreve uma teoria estruturacionista que elimina o viés reducionista, tanto a nível individual, quanto estrutural, mediante uma síntese dialética decorrente da adoção de uma isonomia ontológica entre o agente e a estrutura.

Conclusivamente, a estrutura pode ser compreendida como as condições que permitem a manutenção de um estado de equilíbrio, que, simultaneamente, de um lado, influencia o comportamento dos agentes constituintes do sistema e, por outro lado, é conformada pelas práticas desses agentes. As estruturas apresentam uma inércia, razão pela qual suas características estáticas propiciam a análise descritiva das relações e do comportamento dos agentes – *e.g.* relações sociais, econômicas ou internacionais – componentes de seu sistema. Não obstante, as estruturas sofrem processos de transformação; em síntese, essas mudanças estruturais, nas diversas perspectivas abordadas, prescrevem que uma estrutura é permutada por uma outra.

A História pode ser utilizada para explicar a sucessão de fatos contingentes que levam à alterações estruturais do sistema em análise. Enquanto a abordagem estrutural descreve o comportamento dos agentes, a perspectiva histórica explica a dinâmica dos atos empreendidos e dos fatos gerados. Entretanto, a estrutura pode ser resiliente a esses fatos, de sorte que os deslocamentos de seus limites existentes não sejam suficientes para alterar o seu estado de equilíbrio *ex ante facto*. Nesse caso, não se observa mudança estrutural. De outro modo, caso os fatos históricos desarticulem os elementos estruturais vigentes do sistema, será possível consignar uma alteração estrutural.

3 I ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE GLOBALIZAÇÃO

Conforme salientado, anteriormente, o enfoque acerca de mudança estrutural é relevante porquanto, a sua evidência corroborará a hipótese de que a globalização não é uma simples conjectura e nem um discurso puramente ideológico, e sim, representa uma

efetiva modificação no comportamento dos agentes primários da sociedade internacional, qual sejam, os Estados-nações.

De modo a verificar a hipótese de que a globalização induziu uma nova atitude comportamental dos estados, será necessário apresentar algumas reflexões sobre esse fenômeno e ressaltar as suas principais vertentes, para que, com fundamento na dinâmica dos fatos (história) possa se concluir acerca da sua relevância no comportamento, não apenas, dos Estados, como, também, de outros agentes que, porventura, adquiriram função preponderante na sociedade internacional. A globalização pode ser definida como a intensificação do processo multidimensional (variáveis tecnológicas, militares, econômicas, sociais, culturais e políticas) de interconectividade global. Representa um desafio aos estados democráticos liberais, uma vez que cerceia a capacidade, de seus dirigentes políticos, de utilizarem plenamente suas ferramentas de autogoverno, haja vista a disjuntiva, causada pela globalização, entre a governabilidade, expressa pelo espaço de decisão, e a representatividade, correspondente ao espaço de representação social (Held; 1995).

De acordo com os transformacionistas – que acreditam que o atual processo de globalização, assim como o seu contraponto, o regionalismo, representam uma ruptura com a ordem político-econômica vigente – as fronteiras territoriais estão crescentemente mais porosas, restringindo a autonomia da ação governamental, e, conseqüentemente, a soberania nacional dos estados. Segundo essa corrente, a globalização não apenas desintegra a ordem de Westphalia, como também, cria novas formas de organização política e econômica não territorial, como por exemplo, as corporações multinacionais e os movimentos sociais transnacionais, aduzindo, portanto, novos atores não-estatais ao cenário das relações internacionais. Por outro lado, a corrente conservadora sustenta que a globalização é um produto da política econômica dos estados hegemônicos, que estão interessados na desregulamentação financeira e na abertura comercial, de sorte a dotarem os seus recursos de plena mobilidade e fruição das oportunidades existentes em uma escala global.

Os processos de liberalização dos mercados – e.g. livre comércio de bens, serviços e fatores de produção, proteção aos direitos de propriedade intelectual, eliminação de subsídios e políticas de preços mínimos – e desregulamentação financeira – plena mobilidade internacional de capitais – fomentados, principalmente, pelos EUA e Inglaterra, a partir da década de 80, diminuíram os graus de liberdade dos Estados acerca da formulação de suas políticas macroeconômicas. O dismantelamento do *welfare state*, ou seja, a dissolução do contrato social entre capital e trabalho com a interveniência do Estado, foi promovida pelo mercado capitalista, evidenciando a subordinação das políticas públicas dos Estados aos interesses de lucros de entidades multinacionais e rentistas do capital financeiro. Nesse contexto, a globalização, em sua dimensão financeira, representa um processo de revitalização do capitalismo, mediante o fortalecimento das instituições

mercadológicas, em detrimento do capitalismo organizado pelo Estado. Sob esse prisma, a globalização pode ser sintetizada como um processo histórico de recuperação da hegemonia do mercado – em detrimento das políticas econômicas norteadas pelo Estado – que caracterizou o capitalismo no sistema internacional durante a *pax britannica*.

Não obstante o papel indutor desempenhado historicamente pelo Estado na condução das políticas econômicas de crescimento, o capital produtivo privado sempre foi independente no que tange às suas decisões de investimento e alocação de recursos, de modo que o atual processo de globalização não modificou as estruturas do sistema de produção internacional. Será abordada, portanto, a globalização em sua dimensão financeira, discorrendo sobre os efeitos do atributo de mobilidade do capital financeiro.

Historicamente, sob a égide do regime de Bretton Woods, ocorreu um processo internacional de substituição da moeda pelos ativos financeiros – propulsionado pelos agentes financeiros privados – que modificaram, dessarte, as condições operacionais do sistema financeiro, então centralizado, basicamente, nas atividades dos bancos comerciais. Outrossim, a diversidade dos agentes financeiros, fomentou a concorrência privada nos mercados financeiro-monetários (Braga, 1997). A ruptura unilateral dos EUA, em 1971, dos mecanismos de paridade cambial e da conversibilidade em ouro – regulação “antimercado” – eliminando o regime cambial de taxas fixas, ocasionou volatilidades e incertezas cambiais, que propiciaram a alavancagem de novas operações financeiras e expandiram o espectro do cenário competitivo dos agentes financeiros. Consolidou-se, assim, de forma intencional ou fortuita, a comunhão entre os interesses público e privado, essencial para o surgimento da atual ordem financeira mundial.

A desregulamentação e liberalização dos fluxos de capitais, verificada a partir dos anos 80, juntamente com a multiplicação de inovações financeiras, sintetizadas no termo *derivatives*, exponencializaram o volume e a velocidade da circulação do capital internacional. Esse novo perfil do sistema monetário internacional, composto pelos principais bancos centrais, grandes instituições bancárias internacionais, corporações transnacionais e investidores institucionais é caracterizado por uma rede de conexões interdependentes entre o capital financeiro privado e os Estados nacionais.

4 | GLOBALIZAÇÃO E MUDANÇA ESTRUTURAL: UMA RESPOSTA

Não obstante o papel desempenhado pelas inovações tecnológicas e pela dinâmica endógena do mercado, o Estado tem sido um elemento indutor preponderante no processo de globalização financeira. A desregulamentação financeira e a liberalização do controle internacional sobre os movimentos de capitais foram processos engendrados pelos estados nacionais, particularmente os EUA e a Inglaterra, formatando uma nova estrutura financeira global, designada como sistema pós-Bretton Woods. Desse modo, a eliminação de controles efetivos sobre o fluxo de capital internacional propiciou que os agentes financeiros

internacionais privados agissem com maior grau de liberdade e dessem consecução à integração entre os diversos mercados financeiros existentes.

Os processos de desregulamentação, liberalização e desintermediação dos mercados, postulados como essenciais para a recuperação econômica e política dos Estados, foram cunhados de “ajuste estrutural”, pela ideologia dominante do neoliberalismo. Na prática, esses fenômenos cingem, definitivamente, a autonomia do Estado e induzem o seu comportamento, de acordo com o grau de confiabilidade expresso pelos atores internacionais não-estatais. Portanto, a globalização, em sua vertente financeira, é mais do que uma retórica de “ajuste estrutural”. De fato, ao possibilitar que agentes financeiros privados compartilhem, com os Estados nacionais, a prerrogativa das decisões internacionais, ela representa, *ipso facto*, uma mudança estrutural. Os Estados nacionais não mais se veem, apenas, cerceados em sua própria soberania; encontram-se, também, ameaçados por um outro gênero de ator internacional, que dotado de capacidade expressa pela mobilidade de capital – cujo um de seus atributos intrínsecos é ser desprovido de territorialidade – penetra nos espaços nacionais dos Estados, impetrando, desse modo, novas características estruturais à sociedade internacional.

Por fim, em resposta à questão que intitula esse ensaio, a globalização, em sua dimensão financeira, representa uma mudança estrutural do sistema internacional. Contudo essa mudança é mais consentânea com a interpretação de Gilpin e Gill & Law do que a de Mello; outrossim, é menos revolucionária do que aquela vaticinada por Wallerstein. Por um lado, confere um poder internacional, sem paralelo na história, a agentes não-estatais autônomos. De forma complementar, apesar da força das moedas da União Europeia e Japão – duas organizações estatais núcleos da tríade internacional – a globalização financeira consolida a estruturação da sociedade internacional em torno de uma ordem unipolar, cujo núcleo gravitacional, devido à preponderância do dólar como moeda de reserva de valor das operações financeiras globais, são os EUA, malgrado a emergência da China como potência econômica estatal, que até o final desta década superará, possivelmente, o produto interno norte-americano. Devido à atuação das entidades não-estatais que, majoritariamente, transacionam em dólar e investem em títulos do governo dos EUA, a entidade estatal de maior poder econômico não corresponderá àquela de maior capilaridade nas operações financeiras internacionais.

REFERÊNCIAS

BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização Global: O Padrão Sistêmico de Riqueza do Capitalismo Contemporâneo in **Poder e Dinheiro**: Uma Economia Política da Globalização, organizado por Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

BULL, Hedley. **The Anarchical Society**: A Study of Order in World Politics. London: Macmillan, 1977.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COX, Robert. **Approaches to World Order**, organizado por Robert Cox e Timothy Sinclair. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.

GILL, Stephen, LAW, David. **Global Hegemony and the Structure Power of Capital in Gramsci, Historical Materialism and International Relations**, editado por Stephen Gill. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1993.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

_____. **The Retreat of the State? in Strange Power: Shaping the Parameters of International Relations and International Political Economy**, editado por Thomas C. Lawton *et alii*. Aldershot: Ashgate, 2000.

HELD, David. **Democracy and the Global Order**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

HOBBS, Thomas, **Leviathan**. William Benton Publisher. Encyclopedia Britannica, 1995.

MELLO, Valérie de Campos. Globalização e Ordem Internacional – A Perspectiva Crítica da Economia Política Internacional, **Texto para Discussão**, nº 14, IUCAM, Rio de Janeiro, 1999.

STRANGE, Susan, **States and Markets: An Introduction to International Political Economy**. New York: Basil Blackwell Inc, 1988.

_____. **The Retreat of the State: The Diffusion of Power in the World Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. Globalization or the Age of Transition, **International Sociology**, June, vol. 15 (2), 2000.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WENDT, Alexander E. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. **International Organization**, vol. 41, no 3, 1987.

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO FINANCEIRO PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL NOS PARAÍSO FISCAIS: RECOMENDAÇÕES PARA MOÇAMBIQUE

Data de aceite: 10/01/2022

Zacarias Bernabé Nguema

Mestrando do curso de Administração e Gestão de Negócios (MBA) da Faculdade de Educação e Comunicação, Universidade Católica de Moçambique, Nampula

RESUMO: O artigo aborda a importância do mercado financeiro para comércio internacional nos paraísos fiscais: recomendação para Moçambique e tem por objectivo avaliar a importância dos mercados financeiros para o comércio internacional nos paraísos fiscais e a sua recomendação para Moçambique. Para respondermos o objectivo geral, delineamos os objectivos específicos: abordar os conceitos relacionados com mercados financeiros; o comércio internacional e os paraísos fiscais. A sugestão do tema foi devida a razões académicas, com vista aprimorar os conteúdos ministrados na disciplina de Negócios Internacionais. O tema é pertinente, na medida em que pode ajudar na definição clara das políticas públicas e de investimento para o desenvolvimento do país, quiçá com a recomendação em adesão de paraíso fiscal. Quanto aos aspectos metodológicos, para este artigo, optamos pelo paradigma misto com uma abordagem qualitativa e quantitativa. Quanto ao procedimento trata-se da pesquisa documental: para complementar a revisão bibliográfica e com recurso a internet. Quanto aos objectivos, a presente pesquisa é descritiva pois realizamos um estudo mais detalhado,

com levantamento, análise e interpretação de informação a volta do tema. Concluímos que, por um lado, Moçambique precisa rever os ordenamentos fiscais de modo a isentar certos factos que deveriam normalmente tributar, de harmonia com os princípios gerais comumente aceites, ou tributam a taxa *anormalmente* baixa, para atrair capitais estrangeiros principalmente nas zonas económicas especiais. Por outro lado, a problemática dos paraísos fiscais está longe de ser pacífica, pois, existem posições que têm surgido contra este tipo de economia, mas também, há que admitir que, muitas pequenas economias devido às mais variadas razões como a sua localização geográfica ou o seu tipo de clima, apenas têm esta forma (paraíso fiscal) de atrair a si o investimento estrangeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado - Financeiro – Comércio- Internacional –Paraíso-Fiscal- Moçambique.

THE IMPORTANCE OF THE FINANCIAL MARKET FOR INTERNATIONAL TRADE IN TAX HAVENS: RECOMMENDATIONS FOR MOZAMBIQUE

ABSTRACT: The article focuses on the importance of the financial market for international trade in tax havens: recommendation for Mozambique and aims to assess the importance of financial markets for international trade in tax havens and its recommendation for Mozambique. In order to respond to the general objective, we have specific objectives: to address concepts related to financial markets; international trade and tax havens. The topic was suggested due to academic reasons, with a view to improving the

contents taught in the International Business discipline. The theme is pertinent, as it can help in the clear definition of public and investment policies for the country's development, perhaps with the recommendation to join a tax haven. As for the methodological aspects, for this article, we opted for the mixed paradigm with a qualitative and quantitative approach. As for the procedure, it is a document research: to complement the literature review and using the internet. As for the objectives, this research is descriptive as we carried out a more detailed study, with survey, analysis and interpretation of information around the topic. We conclude that, on the one hand, Mozambique needs to revise its tax systems in order to exempt certain facts that it should normally tax, in accordance with generally accepted general principles, or tax at an abnormally low rate, to attract foreign capital mainly in special economic zones. On the other hand, the problem of tax havens is far from being peaceful, as there are positions that have emerged against this type of economy, but it must also be admitted that many small economies due to various reasons such as their geographic location or type only have this way (trade in tax havens) of attracting foreign investment.

KEYWORDS: Market - Financial - Trade - International - Tax Haven-Mozambique.

1 | INTRODUÇÃO

O nosso artigo visa abordar a importância do mercado financeiro para o comércio internacional nos paraísos fiscais: recomendações para Moçambique.

Vivemos numa sociedade onde a internacionalização e a integração das economias é uma realidade. O mundo globalizado é hoje construído por um conjunto de “teia”, seja de informações, transportes e de comércio.

O mercado financeiro e comércio internacional desempenham uma grande importância no desenvolvimento do país, pois, cataliza a poupança e o investimento produtivo, o que é crucial para o crescimento de qualquer sociedade económica moderna e, são estabelecidas normas regidas em acordos internacionais que permite à circulação de bens e de serviços assim como ao movimento de capitais.

A debilidade do mercado financeiro nos países subdesenvolvidos dificulta a formação de poupança e constitui uma barreira ao desenvolvimento e força esses países a recorrerem aos mercados de capitais internacionais e, muitas vezes, obrigam aos países deficitários a engendrem reformas na legislação fiscal.

O surgimento de paraíso fiscal é consequência directa da globalização. Os paraísos fiscais são espécie de jurisdições ou regiões autónomas onde a lei facilita a aplicação de capitais estrangeiros, com taxas de tributação muito baixas ou inexistentes. Estas regiões com políticas autónomas e independentes tiram proveito de suas soberanias, onde de modo global gozam de reputação e respeito perante a comunidade internacional, pois, criam normas que protegem o investidor global e ajudam na atracção de grandes volumes de capitais financeiros internacionais que são drenados nestes Estados de uma forma intensa.

Aliás, nesta perspectiva, Walcer, G. G. (2008) aponta que:

Os intensos incentivos concedidos pelos países tidos como paraísos fiscais

na atracção destes capitais internacionais são acompanhados de perversos efeitos colaterais: facilitação à lavagem de dinheiro, à estruturação financeira de organizações criminosas (tráfico de entorpecentes, de armas, de mulheres e crianças, etc), acobertamento de crimes contra o património público (peculato, licitações fraudulentas, corrupção activa e passiva, etc.) (p.9).

Moçambique é um importante destino no que toca a Investimento Estrangeiro Directo na África Austral. A localização geoestratégica de Moçambique na região Austral de África constitui uma vantagem competitiva, nomeadamente, os sistemas e relações estabelecidas durante o colonialismo com os países do interior.

Os portos Moçambicanos com as linhas –fêrreas e estradas ligando a maior parte dos países membros da Comunidade para o Desenvolvimento de África Austral (SADC) para além de constituir espinha dorsal dos corredores de desenvolvimento de Mtwara, Niassa, Beira e Maputo constituem a essência da vantagem competitiva de Moçambique.

O governo de Moçambique tem vindo a implementar reformas, a manter políticas económicas saudáveis e a aprovar programas de privatização para empresas públicas, tendo por isso uma actuação que vem afectando de forma positiva o universo de potenciais investidores.

Moçambique tem sofrido de intempéries de forma cíclica, dada a sua localização na zona inter-tropical, onde é assolado por ciclones, cheias e inundações e tem provocado grandes e graves estragos.

Segundo o relatório *DOING BUSINESS*, publicada no ano de 2020 descreve que:

Em 2019, o Banco Mundial previu que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique atingisse os 2%, abaixo da média de 3,7% no período entre 2016-2018; a mais baixa desde o ano 2000. Tal deve-se sobretudo ao impacto devastador dos ciclones tropicais Idai e Kenneth. O Banco Mundial espera que o crescimento económico recupere para cerca de 4% até 2021¹.

Alias, para além dos factores naturais que retardam o desenvolvimento do país, o ambiente político, o clima de insegurança, devido ao terrorismo no extremo norte do país e o conflito armado na região centro do país, têm retraído o Investimento Estrangeiro Direito.

Apesar de tudo, Moçambique continua a apresentar um enorme potencial para investidores estrangeiros, que procuram investir em sectores tais como: Petróleo e Gás, Mineiro, Construção, Energia, Agricultura e Turismo, entre outros. O país conta com as terceiras maiores reservas provadas de gás natural em África, ultrapassado apenas pela Argélia e Nigéria. O campo *offshore* na área da bacia do Rovuma tornou-se um local apetitoso para os vários gigantes internacionais a manifestar interesse na área, tais como a *ENI, TOTAL, ANADARKO/OCCIDENTAL PETROLEUM e EXXON*) nos últimos anos.

A economia de Moçambique enfrentou desafios durante a difícil conjuntura internacional em 2015 como consequência da crise financeira internacional. As contas externas agravaram os seus défices e houve dificuldades de se preservarem níveis de

1 https://www.mlgs.pt/xms/files/site_2018/publicacoes/2020/Doing_Business_MZ_PT.pdf

reservas externas aceitáveis para realizar trocas comerciais. No contexto actual, devido a Covid-19 o mesmo poderá estar por acontecer devido à queda dos preços das principais *commodities* nos mercados internacionais e as interrupções no sector produtivo nacional (Mussagy, 2021, p.133).

Pelas razões que nos referimos anteriormente, colocamos a seguinte questão de partida: **Qual a importância do mercado financeiro para o comércio internacional nos paraísos fiscais: que recomendações para Moçambique?**

Para respondermos à pergunta de partida levantada, desenhamos duas hipóteses que respondem ao problema conforme se pode verificar mais abaixo:

Hipótese 0 (H0): *Os mercados financeiros são importantes para o comércio internacional nos paraísos fiscais e podem ser recomendáveis para Moçambique.*

Hipótese 1 (H1): *Embora se diga que os mercados financeiros são importantes para o comércio internacional nos paraísos fiscais, não pode ser recomendável para Moçambique.*

O nosso artigo tem como o objectivo geral de avaliar a importância dos mercados financeiros para o comércio internacional nos paraísos fiscais e a sua recomendação para Moçambique. Para respondermos o objectivo geral, temos os objectivos específicos: abordar os conceitos relacionados com mercados financeiros; o comércio internacional e os paraísos fiscais.

A sugestão do tema foi devida a razões académicas, com vista aprimorar os conteúdos ministrados na disciplina de Negócios Internacionais. O tema é pertinente, na medida em que pode ajudar na definição clara das políticas públicas e de investimento para o desenvolvimento do país, quiçá com a recomendação em adesão de paraíso fiscal.

Em termos metodológicos, para este artigo, optamos pelo paradigma misto com uma abordagem qualitativa e quantitativa. Quanto ao procedimento trata-se da pesquisa documental: para complementar a revisão bibliográfica e com recurso a internet.

Quanto aos objectivos, a presente pesquisa é descritiva pois realizamos um estudo mais detalhado, com levantamento, análise e interpretação de informação a volta do tema.

O artigo apresenta uma introdução; contextualização, seguindo de objectivo geral e específicos; revisão da literatura, onde são abordados os principais conceitos sobre o tema; apresentação e discussão de resultados, seguidos de conclusão e referencia bibliográfica.

21 A IMPORTÂNCIA DO MERCADO FINANCEIRO PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL NOS PARAÍSOIS FISCAIS

Falar de mercado financeiro e do comercio internacional, é tratar de dois conceitos que se complementa quanto aos objectos de estudos. O mercado financeiro é um mecanismo que permite a compra e venda (comércio) de valores mobiliários, mercadorias e outros bens fungíveis. No outro desenvolvimento, o comercio internacional é a troca

de serviços através de fronteiras nacionais e que essa troca pode ocorrer por meio de exportação e importação.

2.1 Mercado Financeiro

Mercado financeiro é um ambiente que envolve operações de compra e venda de activos financeiros. Ele possui uma estrutura bastante complexa que é composta por diversas instituições financeiras, como bancos, corretoras, instituições de pagamento e também alguns órgãos do governo².

Para Ismael (2004) na tentativa de conceituar o mercado financeiro afirma que:

É um mecanismo que permite a compra e venda (comércio) de valores mobiliários (por exemplo acções e obrigações), mercadorias (como pedras preciosas ou produtos agrícolas) e outros bens fungíveis com baixo custo de transação e preços que reflectem a hipótese do mercado eficiente³.

O que se depreende no conceito de mercado financeiro é a existência do espaço físico ou imaginário onde empresa procura a oferta. No mercado financeiro permite a negociação de produtos financeiros em que os intervenientes são os deficitários, intermediários (bancos, correctores de valores mobiliários, financeiras, cooperativas de credito) e os superavitários. É nosso entender que o mercado financeiro põe em contacto as diferentes unidades económicas para a troca de recursos entre os que possuem recursos financeiros excedentes e os que necessitam de recursos.

Quem empresta está investindo com um objectivo claro: conseguir rentabilizar o capital investido. Hoje, qualquer pessoa física ou jurídica pode investir na maioria dos segmentos do mercado financeiro de forma prática. O dinheiro que nós consideramos estar guardado nas suas contas correntes pode o banco estar a usar como recurso para empréstimo.

O mercado financeiro defende e alinha interesses. Enquanto um empresário tem dinheiro que sobra e precisa de capitalizar, outros precisam de dinheiro para fazer seus projectos andarem. Nesse mercado, pessoas e empresas tomam e emprestam dinheiro, de acordo com o momento.

Nos mercados financeiros existem duas grandes componentes: mercado monetário e mercado de capitais. No mercado monetário, é onde instituições financeiras e emissores de dívida trocam fundos de curto prazo para resolver necessidades de liquidez; aqui os instrumentos têm uma maturidade inferior a um ano.

No mercado de capitais, tem expressão o mercado de valores mobiliários, e subdivide-se em outras duas grandes partes: o mercado primário e, em seguida, o mercado secundário.

No mercado primário, são projectadas as ofertas públicas iniciais de uma empresa

² Recuperado em <https://www.parmais.com.br/blog/o-que-e-mercado-financeiro/>

³ Ismael, I. (2004); Gestão Financeira e Orçamental – texto de apoio; ISUTC

privada que procura financiamento pela via de emissão de dívida, venda de participação na empresa ou outros produtos híbridos. As empresas podem angariar dinheiro no mercado global de capitais. Os fundos próprios podem ser obtidos no mercado global de acções designadamente as bolsas de valores. É nas bolsas de valores onde em todo o mundo, os investidores e empresas se encontram para comprar e vender acções de bolsa.

As empresas também podem vender títulos, muitas vezes, títulos estrangeiros no mercado de títulos globais. As empresas multinacionais também podem apoiar as operações de suas filiais fazendo financiamentos intracorporativos.

No que se refere a mercado de capitais tem uma grande importância no desenvolvimento do país, pois estimula a poupança e o investimento produtivo, o que é essencial para o crescimento de qualquer sociedade económica moderna.

2.2 Importância do Mercado Financeiro

Os mercados financeiros desempenham um importante papel económico e social, fazendo uso de influência acerca da qualidade das decisões de investimento e a saúde da economia em geral, pondo os deficitários em contacto com os que tem recursos (superavitários) para investir com benefícios, para ambas as partes.

Os mercados financeiros permitem a transferência de recursos de agentes superavitários, detentores de recursos em excesso, para agentes deficitários, (que precisam de dinheiro). Pode se dar o caso, por exemplo, em que empresários com bons projectos de investimento podem precisar de pessoas que pretendem se aposentar e podem procurar oportunidades para aplicar suas poupanças.

Os mercados financeiros possibilitam que as pessoas alcancem uma harmonia entre o consumo presente e futuro. Os fluxos de capitais que injectam no mercado financeiro, também possibilitam o desenvolvimento das empresas e das regiões em que estão localizadas.

O mercado financeiro é influenciado pelos factores como a lei de oferta e da procura e, sofrem flutuações de diferentes calibres originados por razões tais como o grau de desemprego, o Produto Interno Bruto (PIB), pressão de sectores, como por exemplo, o preço de imóveis, entre as mais diversas possibilidades.

2.3 Comércio Internacional: Determinantes e Teorias do Comércio Internacional

O comércio internacional é o conjunto de operações comerciais realizada entre países e que são regidas por normas estabelecidas em acordos internacionais. O conceito pode se referir tanto à circulação de bens e de serviços como ao movimento de capitais⁴.

O comércio internacional refere-se ao intercâmbio de bens e serviços entre diferentes países. Em geral, tem como objectivo a maximização da riqueza, tanto do comerciante quanto do país, e/ou o aumento do bem-estar da população. O conceito envolve tudo que

⁴ Recuperado em <https://www.dicionariofinanceiro.com/comercio-internacional/>

está relacionado com a operação comercial, inclusive o transporte, seguro e financiamento.

O comércio internacional rege-se acordos bilaterais ou regras negociadas em órgãos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e blocos regionais, como o Mercosul e a União Europeia.

Grosso modo das teorias sobre comércio internacional fala dos determinantes básicos dos padrões de comércio de bens e das implicações do comércio sobre o bem-estar. De forma resumida vamos abordar as principais teorias do comercio internacional.

2.3.1 As Teorias do Comércio Internacional

As principais teorias de comércio internacional baseiam-se, em sua maioria, no principio da vantagem comparativa, ou seja, supõem serem as trocas internacionais de bens o resultado das diferenças entre países em termos de custos relativos e, conseqüentemente, de preços relativos.

O principio da vantagem comparativa significa enfocar os determinantes do comércio internacional pelo lado da oferta. O papel da procura foi reconhecido pela escola clássica inglesa na medida em que factores pelo lado da procura sejam de importância especial na definição dos preços relativos.

O principal pilar da Teoria das Vantagens Absolutas era a *divisão internacional da produção*: cada país deveria se especializar na produção de itens em que possuísse maior eficiência (utilização de uma menor quantidade de insumos na produção do bem), importando os demais bens a serem consumidos internamente, e exportando o excedente de sua produção. Segundo essa teoria, a divisão internacional da produção permitiria a produção de bens com menores custos por países que possuíssem vantagens absolutas em sua produção, proporcionando um aumento do bem-estar a todos.

Segundo Gonçalves, R., Baumann, R., Prado, L.C.& Canuto, O. (1998). Fundamentam que:

Na origem do principio das vantagens comparativas está o *modelo ricardiano de comércio internacional, que se baseia na teoria clássica do valor trabalho*. Segundo este modelo, os custos comparativos são determinados pela produtividade relativa do trabalho. Variações nessa produtividade entre os países adviriam principalmente de diferenças tecnológicas entre eles (p.2).

David Ricardo (1817) demonstrou que os países podem beneficiar do comercio internacional mesmo que não tenham vantagem absoluta em qualquer produto. Para este, mesmo quando um país fosse absolutamente menos eficiente a produzir todos os bens (custos altos ou produtividade baixa), a participar no comercio internacional ao produzir e exportar os bens produzir e exportar os bens, que produzisse de forma relativamente mais eficiente, ou seja, que possuíssem vantagens comparativas ou relativas (Mussagy, 2021, p.134).

Um seculo após a teoria ricardiana ter estabelecido o principio das vantagens

comparativas, surgiu a **teoria neoclássica do Heckscher-Ohlin** que combinou os preços dos agentes de produção com o comércio internacional, seguindo a tradição da escola neoclássica. Esta teoria incorporou outros factores de produção (além da terra, trabalho e capital) em sua análise tendo ampliado o modelo ricardiano no qual os preços relativos reflectiam a produtividade relativa do trabalho.

Ainda de acordo com Gonçalves, R., Baumann, R., Prado, L. C. & Canuto, O. (1998) referem que:

Neste modelo neoclássico, as diferenças de dotações de factores entre países é o principal determinante das vantagens comparativas. As diferenças de escassez relativa de factores de produção afectam os custos relativos e, por conseguinte, os padrões de comércio. Consequentemente, o teorema neoclássico básico do comércio internacional é que qualquer país tende a exportar mercadorias que usam quantidades relativamente altas de seus factores de produção mais abundantes (p.3).

As teorias do neofactoriais seguem o modelo Heckscher-Ohlin no sentido de que a vantagem comparativa de um país seria o resultado das diferenças internacionais nas dotações dos factores. Este modelo leva em consideração, explicitamente, a influência dos recursos naturais e do capital humano como determinantes da vantagem comparativa e do comércio internacional.

No que respeita à influencia da tecnologia no comércio internacional, pode-se mencionar o **modelo da defasagem tecnológica**. De acordo com esse modelo, o processo de inovação tecnológica gera vantagens comparativas e influencia o padrão de comércio internacional do país. Por outro lado, a criação de vantagens tecnológicas específicas em um dado país faz surgir o comércio; por outro, leva os produtores de fora do país (competidores em potencial) a responderem através da imitação à inovação (Gonçalves, R., Baumann, R., Prado, L. C. & Canuto, O., 1998, p. 3).

Para Gonçalves, R., Baumann, R., Prado, L. C. & Canuto, O. (1998) neste modelo,

O desempenho das exportações de um país em relação a um produto específico se alterará ao longo do ciclo de vida do produto. O ciclo da vida divide-se em três fases, a saber: inovação, maturidade e padronização. Na primeira, a localização da produção fica confinada aos mercados de altas rendas e substancial capacidade tecnológica substancial e as exportações para os países com níveis de renda e gostos similares. Na segunda fase, a produção de uma mercadoria em maturação pode ser direcionada para outros países, na medida em que os custos de produção, como determinantes da competição dos mercados internacionais, começam a ser mais importantes do que as características do bem. Na terceira fase, a produção de um produto padronizado pode até ser transferida para os países nos quais os custos da mão-de-obra são significativamente mais baixos do que os dos locais responsáveis pela inovação.

Um das conclusões básicas destes modelos as economias de escala criam um incentivo adicional e geração do comércio mesmo se os países forem idênticos em gostos,

tecnologias e dotações de factores de produção.

Nesse contexto, o comércio internacional passou a se desenvolver com a troca de produtos semelhantes entre países com características semelhantes através de dois tipos de acordos de mercado onde os países (Estado, empresas privadas e organizações de empresas) assinam tratados internacionais atinente a actividade económica.

Existem os tratados preferenciais que correspondem a benefícios que se dá a uma determinada mercadoria quando acompanhada de um certificado de origem e goza de redução de direitos aduaneiros. Existem também acordos de comércio preferência baseados em compromissos que os países aceitam e ratificam para que as mercadorias gozem de tratamento preferencial na importação ou exportação.

2.3.2 Importância do Comércio Internacional

Os percursos clássicos argumentaram que o comércio internacional desempenha um papel importante no crescimento económico e que há ganhos económicos com a especialização. Reconhecem que as exportações fornecem divisas necessárias para as importações de produtos ou serviços que não podem ser produzidos localmente.

O papel do comércio internacional para a economia de um país se deve a diversos factores. Entre eles, está a garantia da venda do excedente de produção desse país, ao mesmo tempo em que permite que seu mercado consumidor tenha acesso a mercadorias não disponíveis internamente.

O comércio internacional dilui os riscos das actividades, na medida em que, com a diferenciação de mercados, as empresas podem continuar a comercializar seus produtos mesmo se houver uma crise económica interna no país em que estão baseadas.

A melhor forma de visualizarmos o desempenho do comércio internacional de um país é por meio de sua balança comercial. Esse indicador registra as importações e exportações de bens e serviços. Se seu saldo for positivo, significa que o país está exportando mais do que importando. Se for negativo, o valor das importações ultrapassa o das exportações.

2.4 Os Paraísos Fiscais

Os paraísos fiscais são vistos com algum preconceito pelas pessoas e incluindo pelos governos de outros países que lhes aplicam rigorosos controlos e sanções.

A última conferência sobre clima, denominada COP26, realizada no mês de Outubro de 2021 em Glasgow, na Escócia, os países desenvolvidos propuseram acabar com os paraísos fiscais. No entanto, definir paraísos fiscais não tem sido tarefa fácil, mas aqui são apresentadas algumas definições.

Segundo Silva, R. J. R., (2012) um paraíso fiscal pode ser definido como:

Um país ou um território que atribua a pessoas físicas ou colectivas vantagens

fiscais susceptíveis de evitar a tributação no seu país de origem ou de beneficiar de um regime fiscal mais favorável que o desse país, sobretudo em matéria de imposto sobre o rendimento e sobre as sucessões.

Por outras palavras, os ordenamentos fiscais que isentam certos factos que deveriam normalmente tributar, de harmonia com os princípios gerais comumente aceites, ou tributam a taxa anormalmente baixa, para atrair capitais estrangeiros, são considerados paraísos fiscais.

A verdade é que segundo esta definição praticamente qualquer país pode funcionar como um paraíso fiscal em relação a outro, sendo suficiente para isso que as suas taxas sejam mais reduzidas, ou ainda simplesmente que não tribute algo que o outro Estado tributaria. Por exemplo, um Estado que não tribute os rendimentos prediais poderá ser considerado como paraíso fiscal relativamente a outro Estado que efectue essa tributação.

Para que um território, ou um país se possa tornar num paraíso fiscal é essencial que ele reúna certos requisitos tais como: um sistema fiscal globalmente favorável; um elevado grau de segredo bancário e comercial; um mínimo de estabilidade política e económica; falta de controlo de câmbios sobre os depósitos de não residentes; infraestruturas desenvolvidas e existência de tratados fiscais.

Silva, R. J. R. (2012), nas suas análises sobre paraísos fiscais salienta que os paraísos fiscais permitem que indivíduos e firmas ocultem informações sobre suas actividades e os infractores podem não sofrer as consequências de seus actos. Mais além, o autor diz que:

Jurisdições sigilosas não têm incentivo para supervisionar ou impor supervisão. Companhias estrangeiras registradas em paraísos fiscais normalmente são proibidas de fazer negócios locais (i.e., no próprio paraíso fiscal), mas muitas companhias ainda migram para tais lugares para usar e abusar de brechas nas leis tributárias de outras jurisdições, a fim de reduzir seus impostos nesses países (p.16).

Não se pode fazer uma análise isolada sobre os paraísos fiscais e o desenvolvimento do sistema das telecomunicações pois são os vectores do desenvolvimento das transações nas finanças modernas. É por isso que Bomfim, R. V., (2006) assegura que:

Nas finanças modernas as transações financeiras e as telecomunicações interagem num processo de alimentação mútua, ou seja, as novas formas e modalidades de transações são constantemente criadas em função das telecomunicações, que por estarem cada vez melhores e mais rápidas, criam condições reais de operacionalidade daquelas transações (p.9).

Os paraísos fiscais subdividem em cinco subgrupos:

- Países com taxas de impostos nula: *caracterizados por serem pequenas economias, que necessitam em primeira necessidade de capital advindo de outros países, para que este seja taxado por impostos indirectos. Como exemplos têm-se: Mônaco, Ilhas Cayman e Vanuatu.*

- Países com reduzida taxa de imposto: *concedem vantagens financeiras, fiscais e de confidencialidade, além de possuírem convenções de Dupla Tributação com outros Estados, pelo fato de ainda cobrarem impostos, diferentemente do primeiro grupo. Entre esses países podemos citar: Gibraltar, Ilha de Man, Liechtenstein, Antilhas Holandesas, Barbados, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Norfolk.*
- Países que impõem impostos quando a fonte dos rendimentos é de origem interna, mas cuja taxa é reduzida ou nula, quando os fluxos financeiros provêm do exterior: *Este grupo atribui dois tipos de taxa. Um para os nativos do determinado país e outro para estrangeiros. O exemplo clássico é Hong Kong, que taxa em 15% as fontes de renda internas, mas deixa o capital externo livre de taxas. Panamá também se inclui nesse grupo.*
- Enclaves territoriais integrados ou não nos respectivos Estados e que proporcionam vantagens fiscais significativas: *este grupo é bastante comum na União Europeia. A Suíça não pertence à Comunidade e seria bastante vantajoso possuir países com essa característica para atender os interesses do grupo. A Irlanda já possui uma área de redução de impostos. A Ilha da Madeira em Portugal também possui uma área de tributo mais leves (Funchal).*
- Os países que impõem taxas de impostos alinhadas com as prevalecentes na maioria dos países industrializados, mas que concedem isenção ou tratamento preferencial a determinadas categorias de rendimento: - *Concedem privilégios fiscais certo tipos de rendimentos. Holanda, Suíça, Luxemburgo e Bélgica estão nesse grupo. O mesmo já oferece um serviço de maior credibilidade por seguir os regimes de fiscalização financeira internacional, além de oferecer credibilidade e sigilo aos clientes. Os impostos não são totalmente zerados e há acordos de dupla tributação com outros Estados.*

As Bahamas, por exemplo, estipularam dois sistemas de taxas. Um para os naturais das ilhas e outro para estrangeiros. Eles também definiram o total sigilo bancário para as contas correntes. Deste processo resultaram efeitos quase imediatos onde fluxos de capitais vindos da América do Norte (EUA e Canadá) chegou ao país (Bomfim, R. V., 2006, p.29).

As empresas que originariamente eram de países com elevadas taxas de impostos sobre a renda, foram transferidas para paraísos fiscais. Muitas empresas estão sediadas nesse tipo de país sem estar lá fisicamente (em alguns casos, apenas possuem uma caixa de correio e uma conta corrente em algum banco).

As Ilhas Cayman, são exemplos disso, contam com empresas do ramo de Hardware, Óleo e Gás sem possuir nem riquezas naturais nem tecnologia suficiente para extraí-lo ou para produzir os bens eletrônicos.

Um outro exemplo é de Luxemburgo que também possui cinco grandes empresas em seu território. A Hong Kong tem 36 empresas de enorme porte, dentre elas várias companhias que exercem actividades diferentes das bancárias.

Com efeito, conforme afirma Ferreira (2010, p.2), os factores mais relevantes para se instalar em paraísos fiscais têm sido, em ordem decrescente, os seguintes:

- a) Garantias contra a expropriação ou nacionalização de activos pertencentes a estrangeiros;
- b) Tratamento equitativo aos estrangeiros;
- c) Incentivos a investimentos;
- d) Baixa carga tributária;
- e) Estabilidade política.

Outras condições podem ser ainda citadas: ausência de controlos cambiais; existência de zonas francas de comércio; confiabilidade e sigilo bancário; mercado local consumidor e mercado local de trabalho; infraestrutura altamente desenvolvida; serviços financeiros, legais e de auditoria com elevado padrão de profissionalismo e incentivos a investimentos.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), ao denominar os paraísos fiscais como centros financeiros *offshore* considera com base em três os critérios para o seu reconhecimento:

- a) Jurisdições que têm um grande número de instituições financeiras empenhadas principalmente em negócios com não residentes;
- b) Sistemas financeiros com activos e passivos externos;
- c) Centros que fornecem os seguintes serviços: baixa ou nula tributação, moderada regulamentação financeira e sigilo bancário.

3 I IMPORTÂNCIA DO MERCADO FINANCEIRO PARA O COMERCIO INTERNACIONAL NOS PARAÍSOIS FISCAIS

Os centros financeiros *offshores* normalmente trazem vários benefícios aos cidadãos não residentes, com vistas a atrair capital de outros países. Estes centros permitem que as actividades e transações de natureza comercial e financeira, desde que de carácter internacional, sejam conduzidas sem que delas se origine a obrigação de recolher tributos. Em contrapartida, beneficiam-se da cobrança de taxas para emissão de licenças e documentos, para as transações internacionais ou para serviços bancários e fundos mútuos.

Os fluxos financeiros internacionais levam consigo receitas tributárias e também dinheiro ilícito, o fenómeno é inevitável em razão da excessiva carga tributária imposta pelos Estados. No mundo globalizado, as empresas tornam-se cada vez mais multinacionais e contam com maior facilidade para transferir as actividades e os lucros, em direcção a tais centros, com ajuda da liberalização financeira e da internet (Ferreira, C. I., 2010, p. 5)

Tirando os preconceitos pelo qual são vistos os paraísos fiscais, não se pode negar que estes locais abrigam também operações financeiras e comerciais lícitas, dentre as quais aquelas decorrentes do planejamento tributário internacional e do comércio mundial. Ademais tais paraísos fiscais são de suma importância para a economia mundial (Ferreira, C. I., 2010, p. 6).

Em termos de casos concretos, as Ilhas Cayman são o quinto maior centro bancário do mundo, com US\$ 1,4 trilhão em ativos e as Ilhas Virgens Britânicas são de 700 mil empresas *offshores* (Ferreira, C. I., 2010, p.6).

Ferreira, C. I. (2010) argumenta ainda que:

Muitos países desenvolvidos utilizam-se de paraísos fiscais como meio de reduzir os custos fiscais, pois como são os maiores detentores de renda, capital e patrimônio, são também aqueles que mais sofrem com as incidências tributárias. No mesmo sentido, grandes bancos, seguradoras, *holdings*, empresas e hotéis, estão sediados nestes paraísos, sem violações ou afrontas ao Direito relacionado aos países com os quais operam (p.7)

Nos países em desenvolvimento, os governos formulam políticas públicas e privadas com vista a alavancar o desenvolvimento e estimular o Investimento Estrangeiro Directo por forma a promover o crescimento económico. Em contrapartida, não tem sido dado devido reconhecimento ao impacto adverso que a fuga de capitais não declarada pode ter no desenvolvimento, e ao papel prejudicial de paraísos fiscais offshore em drenar os recursos de países e regiões relativamente mais pobres do mundo.

Somos do entendimento do autor Silva, R. J. R., (2012), ao afirmar que:

Os paraísos fiscais não são apenas úteis aos investidores, mas, indicadores económicos mostram que suas taxas de crescimento superam a da maioria dos demais países. Paraísos fiscais também desfrutam de altos níveis de rendas e têm um papel importante na economia global como canais para o fluxo de capitais internacionais (p.49).

Países em desenvolvimento têm base tributária mais restrita que países ricos, e por essa razão, são mais susceptíveis aos incentivos de sonegação e evasão fiscal oferecidos pelos paraísos fiscais. Portanto, paraísos fiscais contribuem para restringir a base tributária, a qual posteriormente aumenta o excesso de carga tributária (Silva, R. J. R., 2012, p.64).

Os mercados financeiros, ao funcionarem nos paraísos fiscais, permitem a transferência de recursos de agentes superavitários, detentores de recursos em excesso, para agentes deficitários, (que precisam de dinheiro). Nestas condições, as empresas multinacionais representam um verdadeiro desafio para países pobres, pois, possuem bons projectos de investimento e procuram oportunidades de negócios nos países em desenvolvimento ou pobre através de internacionalização das suas empresas.

É por isso mesmo que, os Investimentos Estrangeiros Directo têm sido a porta de entrada das multinacionais onde, através de empréstimos, conseguem fazer estruturação das suas dívidas de modo que as filiais de paraísos fiscais sigilosas emprestem capital para

a filial no país pobre com altos impostos.

As multinacionais são capazes de negociar contratos relacionados com a extração de recursos naturais que os protegem efetivamente de tributação. Tais contratos podem ser, em parte, devido à incompetência da burocracia em países pobres, mas também podem reflectir acordos feitos por políticos que se favorecem de tais contratos, em vez de garantir que a nação que eles servem se beneficie. As jurisdições sigilosas desempenham um papel importante, porque elas fornecem esconderijo para o dinheiro ilícito advindo desses acordos.

Portanto, paraísos fiscais são caracterizados por instituições financeiras cujas transações com não-residentes geram activos e passivos que excedem significativamente aquelas resultantes das intermediações com residentes domésticos. Alias, basta olharmos pelos vários cenários dos governantes corruptos, que se envolvem em esquemas fraudulentos e fazem investimentos fora das suas áreas geográficas, com receio de serem descobertos e enfrentarem as barras da justiça.

4 | CASO DE MOÇAMBIQUE: UM PARAÍSO FISCAL?

Moçambique é um importante destino no que toca a Investimento Estrangeiro Directo na África Austral. A localização geoestratégica de Moçambique na região Austral de África constitui uma vantagem competitiva, nomeadamente, os sistemas e relações estabelecidas durante o colonialismo com os países do interior.

Os portos Moçambicanos com as linhas –férreas e estradas ligando a maior parte dos países membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) para além de constituir espinha dorsal dos corredores de desenvolvimento de Mtwara, Niassa, Beira e Maputo constituem a essência da vantagem competitiva de Moçambique.

O país é também reconhecido como exportador de metais e, no que se refere ao Sector Mineiro, deve sublinhar-se que o país tem depósitos significativos de carvão, rubi, titânio, mármore, cobre, ouro, entre outros. Também neste sector, gigantes internacionais de renome, desde logo do Brasil, da Austrália e da Índia, vêm nele investindo, sendo, portanto, expectável um fluxo contínuo e crescente de investimento, que dote Moçambique de uma competitividade ainda mais expressiva neste campo. Assim, em todos os sectores referidos acima, o espaço para investidores que pretendam entrar no mercado moçambicano, como financiadores, prestadores de serviços, *de know-how*, de equipamentos, entre outros, é vasto.

As abundâncias dos recursos naturais em Moçambique representam uma oportunidade de renda o que, em nossa opinião, este país precisa ser um paraíso fiscal, visto que é uma das formas de atrair algum investimento.

A extração de recursos naturais, tais como petróleo e gás, produz maiores benefícios para sociedade, já que tais actividades criam negócios relacionados com a própria extração,

empregando pessoas em plataformas petrolíferas e em indústrias de serviço relacionadas. É aqui onde residem oportunidades de renda em paraísos fiscais muitas vezes reduzem a receita pública e têm poucos efeitos indirectos positivos.

Moçambique tem que definir políticas de comércio, que concorram para tirar maior benefício das oportunidades do comércio nos mercados regionais, e internacionais com objectivo de melhorar a balança de pagamento, criar novos postos de trabalho e usar o comércio como um instrumento de redução da pobreza.

Os fluxos comerciais de Moçambique, nomeadamente os volumes de importações e exportações são dados importantes para a compreensão da situação do país no comércio internacional e para uma tomada de medidas capazes de corrigir os posicionamentos menos favoráveis do país, bem como para extrair o máximo de benefícios concedidos pelas facilidades decorrente da implementação dos vários acordos comerciais de que o país é signatário.

As características do comércio em Moçambique mudaram significativamente nos últimos 15 anos, uma vez que tanto as importações como as exportações cresceram dramaticamente em resultado do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em megaprojetos, e é provável que essa dinâmica continue num futuro previsível, com o potencial comercial do país a tornar-se uma realidade, particularmente no sector extractivo (Ministério da Indústria e Comércio –MIC, 2016, p.1).

O grande desafio é orientar o governo para a definição de políticas de comércio, que concorram para tirar maior benefício das oportunidades do comércio nos mercados regionais, e internacionais com objectivo de melhorar a balança de pagamento, criar novos postos de trabalho e usar o comércio como um instrumento de redução da pobreza.

Segundo o Ministério da Indústria e Comércio –MIC (2016), aponta que:

As reformas de políticas e a boa gestão macroeconómica têm sido factores importantes para estimular o desenvolvimento económico de Moçambique ao longo dos últimos 15 anos, garantindo uma das taxas de crescimento mais altas para as economias não-petrolíferas africanas, com o crescimento real anual do Produto Interno Bruto (PIB) durante o período 2002-2012 a registar uma média de 7,5 %.⁵

A balança comercial em Moçambique continua a ser influenciada pelas exportações provenientes dos grandes projectos, com uma contribuição de 50% do total das exportações.

As transações económicas entre Moçambique e o resto do mundo no ano de 2020 traduziram-se num saldo global da BoP deficitário na ordem de USD 451.8 milhões (correspondente a 3.4% do PIB), que foi financiado com recurso a fundos de organismos internacionais e parceiros, o que permitiu que o Banco de Moçambique acumulasse USD 184.3 milhões em activos de reserva, tendo o saldo das Reservas Internacionais Brutas se situado em USD 4,030.8 milhões, o suficiente para cobrir 4.7 e 7.2 meses de importação

⁵ Ministério da Indústria e Comércio – MIC, (2016). Posicionamento de Moçambique no Comércio Internacional. Maputo. Moçambique: MIC/PNUD. Pp.1.

de bens e serviços, incluindo e excluindo as transações dos grandes projetos (GP), respectivamente⁶.

O défice da conta de bens deteriorou em 10.1% e fixou-se em USD 2,294.2 milhões (17.1% do PIB), como resultado da queda das receitas de exportação em 23.1%, para USD 3,588.5 milhões (26.7% do PIB), num contexto em que as importações decresceram em 12.9% para USD 5,882.7 milhões⁷.

O comércio externo de serviços registou um saldo deficitário de USD 1,733.3 milhões (12.9% do PIB), correspondendo a uma melhoria de 8.2%, explicada, por um lado, pelo aumento das receitas provenientes da prestação de serviços de transporte e, por outro, pelo decréscimo das despesas na contratação de serviços financeiros, de investigação, de desenvolvimento e gestão e de consultoria.

Segundo o Banco Mundial, espera-se que a economia de Moçambique recupere gradualmente em 2021, mas subsistem riscos substanciais de uma queda devido à incerteza em torno do caminho que seguirá a pandemia da COVID-19 (coronavírus). Embora a economia tenha registado em 2020 a sua primeira contração em quase três décadas, espera-se que o crescimento recupere a médio prazo, atingindo cerca de 4% em 2022⁸.

Devido a sua localização geográfica, Moçambique tem sofrido de intempéries de forma cíclica, dada a sua localização na zona inter-tropical, onde é assolado por ciclones, cheias e inundações e tem provocado grandes e graves estragos.

Nesta perspectiva, Moçambique precisa oferecer taxas reduzidas de impostos e outras vantagens fiscais como alargamento da base tributária com vista atrair maiores investimentos do sector privado nacional.

Segundo jornal evidências, Moçambique continua a ser um paraíso fiscal para as multinacionais de petróleo e gás, contudo, em 2020, o Estado conseguiu arrecadar receitas de 236,321.5 milhões de meticais, o que representa 110,4 por cento em relação à meta prevista de 214,141.7 milhões⁹.

Enquadrar Moçambique no âmbito de utilização de um paraíso fiscal, pode proporcionar as empresas a alcançarem objectivos relacionados com o menor nível de tributação; maior rentabilidade nas suas aplicações financeiras; confidencialidade e segurança; flexibilidade para as operações realizadas no exterior e inexistência de restrições ou regulamentos.

Moçambique deve continuar em apostar no estabelecimento de Zonas Francas Industriais e Zonas Económicas Especiais. Estas são áreas geograficamente delimitada e regulada por um regime aduaneiro específico na base do qual as mercadorias que

6 Boletim Anual da Balança de Pagamentos – Ano 1, nº 1 (Julho 2005) – Maputo: BM/DER, 2005– Anual. Balança de pagamento – Moçambique. I.Banco de Moçambique

7 Boletim Anual da Balança de Pagamentos – Ano 1, nº 1 (Julho 2005) – Maputo: BM/DER, 2005– Anual. Balança de pagamento – Moçambique. I.Banco de Moçambique

8 Recuperado em <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview#1>.

9 <https://evidencias.co.mz/2021/02/10/estado-atingiu-a-meta-na-cobranca-de-impostos-em-2020/>

aí se encontrem ou circulem, destinadas exclusivamente à produção de artigos de exportação, bem como os próprios artigos de exportação daí resultantes, estão isentos de todas as imposições aduaneiras, fiscais e parafiscais correlacionadas, beneficiando, complementarmente, de regimes cambial, fiscal e laboral especialmente instituídos¹⁰.

Por isso, Moçambique precisa rever os ordenamentos fiscais de modo que isentem certos factos que deveriam normalmente tributar, de harmonia com os princípios gerais comumente aceites, ou tributam a taxa *anormalmente* baixa, para atrair capitais estrangeiros principalmente nas zonas económicas especiais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso artigo tinha como o objectivo geral de avaliar a importância dos mercados financeiros para o comércio internacional nos paraísos fiscais e a sua recomendação para Moçambique.

Os centros financeiros *offshores* trazem vários benefícios aos cidadãos não residentes, com vistas a atrair capital de outros países. Estes centros permitem que as actividades e transações de natureza comercial e financeira, sejam eles de carácter internacional, possam ser conduzidas sem que delas se origine a obrigação de recolher impostos. Em contrapartida, beneficiam-se da cobrança de taxas para emissão de licenças e documentos, para as transações internacionais.

Os mercados financeiros desempenham um importante papel económico e social, fazendo uso de influência acerca da qualidade das decisões de investimento e a saúde da economia em geral, pondo os deficitários em contacto com superavitários para investir com benefícios, para ambas as partes.

Por outro lado, a crescente liberalização do comércio nos países em desenvolvimento tem conduzido a um aumento drástico do comércio entre os países – comércio entre países diferentes.

Numa perspectiva de recomendação a utilização de paraísos fiscais, Moçambique precisa rever os ordenamentos fiscais de modo que isentem certos factos que deveriam normalmente tributar, de harmonia com os princípios gerais comumente aceites, ou tributam a taxa *anormalmente* baixa, para atrair capitais estrangeiros principalmente nas zonas económicas especiais.

Contudo, a problemática dos paraísos fiscais está longe de ser pacífica, pois existem posições que têm surgido contra este tipo de economia, mas também há que admitir que muitas pequenas economias devido às mais variadas razões como a sua localização geográfica ou o seu tipo de clima, apenas têm esta forma de atrair a si o investimento estrangeiro.

¹⁰ Lei n.º 3/93, de 24 de Junho (Lei do Investimento)

REFERÊNCIAS

Bomfim, R. V. (2006). *Paraísos fiscais e lavagem de dinheiro: Eficácia da Tributação Financeira Internacional Como Instrumento de Controle no Século XXI*. Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília –DF. Brasil. Recuperado em <https://repositorio.uniceub.br>

Ferreira, C. I. (2010). *Operações Comerciais e Financeiras Internacionais Realizadas em Paraísos Fiscais: Planejamento Tributário Internacional e Operações Offshore*. **Revista de Direito**. Vol.13, Nº18. Campinas, Brasil. Recuperado em <https://revista.pgsskroton.com>

Gonçalves, R., Baumann, R., Prado, L., C.& Canuto, O. (1998). *A Nova Economia Internacional. Uma Perspectiva Brasileira*, Rio de Janeiro, Brasil. Ed. Campus. Recuperado em <https://www.parmais.com.br/blog/o-que-e-mercado-financeiro/>

Ismael, I. (2004); *Gestão Financeira e Orçamental – texto de apoio*; ISUTC

Mussagy, I. H. (2021). *Economia de Moçambique e os desafios da nova crise*. Maputo, Moçambique: Ibraimo Hassane Mussagy.

Ministério da Indústria e Comércio – MIC, (2016). *Posicionamento de Moçambique no Comércio Internacional*. Maputo. Moçambique: MIC/PNUD. Pp.1. Recuperado em <https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview#1>.

Silva, R. J. R. (2012). *Paraísos Fiscais. Instituto Politécnico de Lisboa Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa*. Lisboa. Portugal: ISCAL.

Walcer, G. G. (2008). *Paraísos Fiscais: a utilização de empresas offshore em Finanças Internacionais e os limites da licitude*. Porto Alegre, Brasil: UFRGS

Documentos

Boletim Anual da Balança de Pagamentos – Ano 1, nº 1 (Julho 2005) – Maputo: BM/DER, 2005– Anual. Balança de pagamento – Moçambique. Banco de Moçambique

Site de internet

https://www.mlgts.pt/xms/files/site_2018/publicacoes/2020/Doing_Business_MZ_PT.pdf

<https://www.dicionariofinanceiro.com/comercio-internacional/>

<https://evidencias.co.mz/2021/02/10/>

<https://www.worldbank.org/pt/country/mozambique/overview#1>.

Legislação Nacional

Diploma Ministerial nº 202/2010, de 24 de Novembro, Aprova o Regulamento do Regime Fiscal e Aduaneiro das Zonas Económicas Especiais das Zonas Francas Industriais e revoga o Diploma Ministerial nº 14/2002, de 30 de Janeiro.

Lei n.º 3/93, de 24 de Junho (Lei do Investimento)

CAPÍTULO 6

TEORIA DA CARTEIRA DE MARKOWITZ: APLICABILIDADE DO MODELO CAPM (CAPITAL DE MODELO DE RECTIFICAÇÃO DE ACTIVOS) NO COMPORTAMENTO DOS INVESTIDORES NO MERCADO FINANCEIRO MOÇAMBICANO (2010-2020)

Data de aceite: 10/01/2022

Shayra Alberto Xavier Constantino

Nampula

RESUMO: Em economia, mercado financeiro é o ambiente onde ocorre a negociação de activos como títulos, moedas, acções, derivativos, mercadorias, commodities entre outros bens e activos com algum valor financeiro. O *Capital Asset Pricing Model* (CAPM), ou Modelo de Precificação de Activos Financeiros, é um método que procura analisar a relação entre o risco e o retorno esperado de um investimento. Este modelo busca calcular um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade e, com isso, atribuir uma precificação aos activos com risco de uma carteira de investimentos. Na tentativa de reduzir a variância, investir em diversos activos não é o suficiente. É preciso evitar que o investimento seja feito em activos com alta co-variância entre si. Devemos diversificar entre indústrias, especialmente indústrias com diferentes características económicas, porque empresas de diferentes indústrias tem co-variâncias menores que empresas da mesma indústria.

PALAVRAS – CHAVE: Mercado financeiro, modelo CAPM, bolsa de valores de Moçambique.

MARKOWITZ PORTFOLIO THEORY:
APPLICABILITY OF THE CAPM MODEL
(CAPITAL ASSET PRICING MODEL)
ON INVESTOR BEHAVIOR IN THE
MOZAMBICAN FINANCIAL MARKET
(2010-2020)

ABSTRACT: In economics, the financial market is the environment where the trading of assets such as bonds, currencies, shares, derivatives, commodities, commodities among other goods and assets with some financial value takes place. The Capital Asset Pricing Model (CAPM), or Financial Asset Pricing Model, is a method that seeks to analyze the relationship between the risk and the expected return of an investment. This model seeks to calculate a balance between risk and return and, therefore, assign a pricing to risky assets in an investment portfolio. In an attempt to reduce variance, investing in different assets is not enough. It is necessary to avoid the investment being made in assets with high co-variance between them. We must diversify across industries, especially industries with different economic characteristics, because firms in different industries have smaller covariances than firms in the same industry.

KEYWORDS: Financial market, CAPM model, Mozambique stock exchange.

INTRODUÇÃO

O presente artigo de carácter avaliativo referente a cadeira de investimentos e mercado financeiro tem como principal ponto de abordagem falar sobre a teoria da carteira de

Markowitz: aplicabilidade do Modelo CAPM (Capital de modelo de rectificação de activos) no comportamento dos investidores no mercado financeiro Moçambicano (2010-2020). O objectivo do estudo deste artigo, é de tentar explicar de uma forma clara, breve e concisa as diversas técnicas, metodologias e estratégias usadas no campo do investimento como forma de arrecadar um determinado bem frente a um negócio seja ele com fins lucrativos ou não. Como justificativa ou relevância da pesquisa, dizer que é extremamente importante o desenvolvimento deste estudo porque nos ajuda a perceber que tipo de estratégia de investimento o nosso país assim como os outros utilizam para o quesito investimento e que tipo de impacto esta pratica de carácter económica pode trazer na economia de um país tendo como objecto de estudo a bolsa de valores de Moçambique. No que concerne a metodologia da pesquisa, serão apresentadas referências bibliográficas de diversos autores trazendo consigo argumentos e contra argumentos referente a cada ponto abaixo citado com a finalidade de conciliar a teoria e a prática. Ao falar sobre a estrutura do artigo, em primeiro lugar será apresentado o conceito de mercado financeiro como forma de apresentar uma visão geral do tema, em seguida falar sobre a estrutura do mercado financeiro, a posterior falar sobre o modelo de Henry Markowiz, de seguida estará patente as premissas e conceitos básicos da teoria de Markowiz, de seguida falar sobre o modelo de CAPM, em seguida falar do comportamento dos investidores moçambicanos na bolsa de valores de Moçambique, em seguida falar da conclusão e por fim as respectivas referencias bibliográficas.

O MERCADO FINANCEIRO

O sistema financeiro é parte integrante e importante de qualquer sociedade económica moderna. Portanto, é fundamental introduzir algumas noções básicas sobre o funcionamento da economia, antes de tratar especificamente do sistema financeiro, para que se compreenda melhor as funções e o funcionamento dos mercados. A ciência económica, pode-se dizer, preocupa-se com o estudo da alocação de recursos da economia. Esse assunto torna-se relevante devido à constatação de que os indivíduos têm necessidades e desejos ilimitados, enquanto os recursos disponíveis para atendê-los são escassos (Fortuna, 2010).

De fato, se pensarmos nas economias modernas, os desejos de consumo das famílias estão em geral acima de sua capacidade económica. Quando pensamos em países, é fácil perceber essa noção de escassez dos recursos. Afinal, o número de pessoas disponíveis para trabalhar e os recursos naturais, financeiros e tecnológicos existentes são limitados. O importante aqui é destacar que as decisões dos agentes económicos (famílias, empresas e governo) que compõem esse sistema económico moderno, embora individuais, estão interligadas e impactam o todo.

ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO

Para Carvalho (2021), existem quatro mercados específicos nos quais o Sistema Financeiro Nacional atua: o mercado monetário, o mercado de crédito, o mercado de capitais e o mercado de câmbio. A seguir, veremos como funciona cada uma dessas estruturas.

MERCADO MONETÁRIO

O mercado monetário é o que garante liquidez ao sistema financeiro, pois ele cuida do dinheiro em circulação no país. Nesse sentido, o Banco Central executa a política monetária, utilizando as taxas de juros para coordenar a moeda em circulação.

Por exemplo, quando há muito dinheiro circulando na economia, o BC precisa enxugar um pouco a liquidez do mercado. Para isso, ele pode vender títulos públicos ou aumentar a taxa de juros. Isso porque, ao aumentar os juros, os gastos reduzem e, conseqüentemente, consegue-se conter a inflação.

MERCADO DE CRÉDITO

No mercado de crédito também acontece fluxo de recursos financeiros. A diferença é que o dinheiro tem origem nas operações de crédito realizadas entre instituições financeiras e clientes.

Nesse sentido, a função do mercado de crédito é atender a necessidade de empresas e pessoas físicas que precisam de recursos financeiros, tanto no curto quanto no longo prazo. No Brasil, esse mercado de crédito é fiscalizado pelo Banco Central.

MERCADO DE CAPITALIS

As operações da bolsa de valores fazem parte do mercado de capitais. Esse mercado é o ambiente no qual as empresas captam recursos de investidores ao negociarem seus títulos, como ações e debêntures, por exemplo.

O mercado de capitais é fundamental para aproximar empresas e investidores. De um lado, as empresas buscam uma fonte alternativa aos bancos para captar recursos para as suas operações. De outro, os investidores conseguem ter mais acesso a opções rentáveis de renda variável. Isso porque, além de títulos de empresas, no mercado de capitais são negociados outros activos, como Fundos Imobiliários (FIIs), BDRs, derivativos, entre outros.

MERCADO DE CÂMBIO

Por fim, temos o mercado de câmbio, que movimenta moedas estrangeiras no país. É nesse mercado que se obtém moeda estrangeira para viagens ao exterior. Além

disso, é onde empresas e investidores transacionam recursos internacionais por meio de exportações, importações, pagamentos e recebimentos ou transferências de divisas.

Inclusive, as moedas estrangeiras podem ser utilizadas como proteção para os investimentos e para transações comerciais em algumas situações. Em relação à estrutura, o mercado de câmbio é dividido em primário e secundário.

TEORIA DE CARTEIRAS DE MARKOWITZ

A Teoria Moderna de Carteiras, amplamente utilizada ao longo dos anos para seleção e avaliação de carteiras de investimento, basicamente demonstra como os investidores podem utilizar o princípio da diversificação para buscar melhorias na relação risco e retorno de suas carteiras de investimentos.

Os conceitos desta teoria foram inicialmente formulados por H. Markowitz, o qual, ao publicar o artigo “Portfolio Selection” em 1952, instituiu uma nova abordagem para o conceito de risco dos investimentos.

Contrariando o pensamento dominante à época, de que a melhor opção para a composição da carteira consistia na concentração de investimentos em ativos que ofereciam os maiores retornos, Markowitz propôs que seria possível obter combinações mais eficientes de alocação de recursos por meio da avaliação e compensação do risco dos ativos que compunham a carteira e, assim, estruturou as bases sobre as quais se firmou a Teoria Moderna de Carteiras.

MODELO DE HANRRY MARKOWIZ

Os conceitos desta teoria foram inicialmente formulados por H. Markowitz, o qual, com a publicação do famoso artigo “Portfolio Selection” em 1952, assim foi instituída a nova abordagem para o conceito de risco dos investimentos. Contrariando a ideia de que a melhor opção para a composição da carteira consistia na concentração de investimentos em activos que ofereciam os maiores retornos e menor risco o que limitava as opções de investimentos e nem sempre se obtinha o retorno esperado, então Markowitz propôs que seria possível obter combinações mais eficientes de alocação de recursos por meio da avaliação e compensação do risco dos activos que compunham a carteira e, assim, estruturou as bases sobre as quais se firmou a Teoria Moderna de Carteiras (Markowiz, 1952).

O método de Markowitz possibilita que os investidores possam ser capazes de definir todas as carteiras ótimas, em relação ao binómio risco e retorno formando assim a fronteira eficiente, que nada mais é do que a melhor combinação de um conjunto de activos que tenha o maior retorno dado um nível de risco ou com menor risco para um determinado retorno

PREMISSAS E CONCEITOS BÁSICOS DA TEORIA DE MARKOWIZ

A Teoria Moderna de Carteiras não se fundamenta apenas na Teoria de Carteiras de Markowitz, ela tem outros dois pilares importantes: o Modelo de Precificação de Ativos de Capital proposto por Sharpe (1964), Lintner (1965) e Mossin (1966) e a Teoria dos Mercados Eficientes formulada por Fama (1970).

O Modelo de Precificação de Ativos de Capital – CAPM teve origem com o artigo “Capital Asset Prices: A theory of market equilibrium under conditions of risk” de Sharpe (1970) no Journal of Finance. O CAPM é um modelo que permite calcular a taxa de retorno de um ativo, com base em parâmetros de mercado. Por este modelo, o retorno de um ativo é determinado pelo retorno do ativo livre de risco e pelo prêmio de mercado multiplicado pelo fator beta, sendo que este último mede a sensibilidade do retorno do ativo em relação à carteira de mercado. O CAPM consiste, portanto, em um modelo de fator único: o beta.

Outro pilar da Teoria Moderna de Carteiras foi criado por Eugene Fama (1970), o qual demonstrou que, em mercados onde há um grande número de investidores bem-informados, os investimentos serão precificados de modo a refletir todas as informações disponíveis. Os estudos de Fama foram publicados no Journal of Finance, em um artigo intitulado “Efficient capital markets: a review of theory and empirical work”. O conceito fundamental da Hipótese da Eficiência de Mercado - HEM de Fama (1970) está suportado na tese de que os preços dos ativos financeiros são um reflexo das informações disponíveis no mercado. A consequência disto é que os preços dos ativos seguem um caminho aleatório, sendo difícil estabelecer estratégias de alocação de recursos que venham a proporcionar lucros acima do lucro normal, pois os preços são sensíveis às informações disponibilizadas pelo mercado a cada novo momento.

Esclarece-se que o presente trabalho está fundamentado apenas na Teoria de Carteiras de Markowitz, não tendo, portanto, levado em consideração os fundamentos da CAPM e da HEM.

Para Neto (2007) as premissas adotadas por Markowitz para a construção de sua inovadora teoria foram:

1. Os investidores avaliam as carteiras baseando - se no retorno esperado e no desvio padrão dos retornos em um dado período;
2. Os investidores repelem o risco e escolhem carteiras com o menor risco dentre as carteiras de mesmo retorno;
3. Os investidores são completamente racionais, sejam eles iniciantes ou profissionais da área, sempre escolhendo a carteira de maior retorno dentre as carteiras de mesmo risco;
4. Os activos individuais são continuamente divisíveis, o que possibilita aos investidores a compra de fracções dos activos;
5. Existe uma taxa livre de risco, na qual os investidores podem tanto emprestar

quanto tomar emprestado;

6. Os investidores têm a mesma opinião acerca da distribuição das probabilidades das taxas de retorno dos activos, havendo, assim, um único conjunto de carteiras eficientes;

7. Impostos e custos de transacção são irrelevantes.

Após o estudo das premissas listadas acima, (Markowitz-1952) afirma que as variáveis que interessam aos investidores na hora de seleccionar uma carteira, seriam o retorno esperado e o risco. Para Markowitz, o retorno é o factor mais almejado pelo investidor e a variância o indesejável. Logo, o objectivo é a obtenção para um mesmo retorno, de carteiras com a menor variância possível e, para que isto ocorra, o investidor deve se valer da diversificação dos activos.

COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO OU COVARIÂNCIA

Segundo Silva et al. (2009), “O coeficiente de correlação entre dois activos é uma medida estatística que indica o grau de dependência linear entre as taxas de retorno desses activos (p. 47)”.

De acordo com Markowitz, o coeficiente de correlação varia de -1, onde os retornos dos ativos se movem em direções opostas, até +1, onde os retornos se movem na mesma direção. Quando a correlação é zero os ativos se movem aleatoriamente, sem nenhuma relação entre si.

Em outras palavras, o coeficiente de correlação terá valor positivo se os rendimentos positivos de um ativo estiverem associados aos rendimentos positivos de outro ativo, ou se os rendimentos negativos de um ativo estiverem associados aos rendimentos negativos de outro, no mesmo período. Por outro lado, o coeficiente de correlação terá valor negativo, se os rendimentos positivos de um ativo estiverem associados aos rendimentos negativos de outro no mesmo período ou vice-versa. Por fim, caso os rendimentos forem independentes, o coeficiente de correlação será igual à zero.

RISCOS

Para Markowitz, a obtenção do risco de uma carteira é mais complexa do que a simples soma dos riscos inerentes aos ativos que a compõem. Para estimar a dimensão do risco, existe a necessidade de se avaliar a correlação existente entre os ativos.

Assim, neste conceito, o cálculo do risco envolve, além dos riscos individuais ponderados pela participação de cada ativo na carteira, considerações referentes à correlação entre os ativos (covariância).

Conforme relata Securato, (2008), a quantificação do risco, neste caso, se dá por meio de medidas de dispersão da Estatística, como a variância e o desvio-padrão.

A variância do retorno é calculada como a diferença entre cada retorno e a média dos retornos, elevada ao quadrado e multiplicada pela probabilidade de o evento ocorrer.

BINÔMIO RISCO-RETORNO

Markowitz pressupõe que os investidores são avessos ao risco e, deste modo, sempre que existirem dois ativos com o mesmo retorno esperado, os investidores preferirão o de menor risco. Por outro lado, os investidores somente aumentarão o nível de risco de sua carteira se forem compensados pelo aumento do rendimento esperado.

A metodologia proposta por Markowitz propõe que as decisões relacionadas à seleção de investimentos sejam tomadas com base no binômio risco-retorno.

Uma estratégia para melhorar o desempenho de uma carteira de investimentos, portanto, é aumentar os ativos que apresentem um maior retorno, dentro do mesmo patamar de risco desejado, substituindo os que tenham menor retorno. Ou seja, melhorar a rentabilidade de uma carteira, sem afetar o seu risco. Outra estratégia é substituir ativos que tenham maior risco por ativos que apresentem um menor risco, dentro do mesmo patamar de retorno desejado. Assim, melhora-se o risco de uma carteira, sem abrir mão do seu retorno.

Assim, um investidor racional não irá investir em determinada carteira, se houver outra carteira com uma relação risco-retorno mais favorável.

Expandindo-se este raciocínio, é possível calcular, para cada nível de risco, uma carteira que apresente a maior rentabilidade possível e, da mesma maneira, calcular para cada patamar de retorno, uma carteira com o menor risco possível.

A FRONTEIRA EFICIENTE

Segundo Markowitz (1959), o objectivo da análise de portfólios é encontrar as carteiras que melhor se adequam aos objectivos do investidor. Um investidor racional tem como objectivo a maximização do retorno no seu investimento combinado ao menor risco que se possa obter para atingi-lo. Ou seja, para um dado nível fixo de risco, os investidores buscariam o retorno máximo. Inúmeras carteiras podem ser formadas através da diferente alocação dos activos. A linha das carteiras que apresentam o máximo retorno para um determinado nível de risco foi definida por Markowitz como fronteira eficiente.

O MODELO DE CAPM

Nas últimas décadas, o Capital Asset Pricing Model (CAPM – Modelo de Equilíbrio de Ativos Financeiros) tem suscitado grande interesse por parte da comunidade científica. O CAPM surgiu como uma combinação entre a Hipótese de Eficiência dos Mercados e a Teoria da Carteira, em que o investidor tinha sempre um comportamento racional

e seria avesso ao risco, resultando assim num modelo de equilíbrio geral. O CAPM foi originalmente construído como um modelo estatístico de um período de equilíbrio geral do mercado eficiente. Atualmente, existem várias versões do modelo (Bernstein, 2008).

Como já sabemos o modelo desenvolvido por William Sharpe (1964) e John Lintner (1965) foi chamado de CAPM (Capital Assets Pricing Model) ou Modelo de Equilíbrio de Ativos Financeiros. De acordo com este modelo, a rentabilidade de um dado activo ou carteira está linearmente relacionada com o seu coeficiente beta (factor risco), através da seguinte equação (forma mais conhecida):

$$E[R_i] = R_f + \beta_i [E(R_m) - R_f]$$

Onde:

$E[R_i]$: a taxa de rendimento exigida para o activo com risco i ;

R_f : taxa de juro de um activo sem risco;

β_i : risco sistemático do activo i em relação ao mercado;

$E(R_m)$: a taxa de rendimento do mercado de activos com risco;

$E(R_m) - R_f$: o prémio de risco de mercado. O prémio de risco (diferença entre a taxa de retorno esperada e a taxa de retorno livre de risco) é o excedente que os investidores exigem para investir numa acção face à rentabilidade do activo sem risco.

A rentabilidade esperada do activo i é assim igual à soma de duas componentes. A primeira componente (R_f) compensa o investidor pelo facto de adiar o consumo durante um período de tempo. A segunda ($\beta_i [R_m - R_f]$) compensa o investidor pelo risco assumido.

O Modelo de Precificação de Activos Financeiros (MPAF), mais conhecido mundialmente pela sigla em inglês CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), é utilizado em finanças para determinar a taxa de retorno teórica apropriada de um determinado activo em relação a uma carteira de mercado perfeitamente diversificada. O modelo leva em consideração a sensibilidade do activo ao risco não-diversificável (também conhecido como risco sistémico ou risco de mercado), representado pela variável conhecida como índice beta ou coeficiente beta (β), assim como o retorno esperado do mercado e o retorno esperado de um ativo teoricamente livre de riscos.

O COMPORTAMENTO DOS INVESTIDORES MOÇAMBICANOS NA BOLSA DE VALORES DE MOÇAMBIQUE

A bolsa é o mercado em que se compram e vendem ações. Nela concorrem os investidores (compradores e vendedores) e as instituições financeiras. Está aberta a todo tipo de indivíduos e instituições e é regulada oficialmente. As características fundamentais deste mercado são: um mercado público onde se negociam títulos e valores; somente são contratados os títulos das entidades que tenham sido admitidas à negociação; e as transações estão asseguradas jurídica e economicamente. Isto é consequência da regulamentação existente, que garante as operações bursáteis e a qualidade dos valores (Pinheiro, 2005, p.37).

O mercado de capitais vem ganhando espaço no que tange ao sistema financeiro como um mercado capaz de dinamizar a economia no mundo. Assim sendo Moçambique não podia ficar de fora nesta corrida de tornar este mercado ainda mais dinâmico e ajudar de forma significativa o sistema financeiro no geral a contribuir no crescimento do PIB do país.

A percepção de que a Bolsa de Valores é só para as grandes empresas vem reduzindo nos últimos anos, em 2017 a Bolsa de Valores moçambicana teve a primeira Pequena e Média Empresa (PME) cotada por exemplo a (a Zero Investimentos S.A), o que mostra uma mudança de paradigma por parte dos empreendedores e também mostra um crescimento da bolsa e do mercado de capitais no geral. Tendo em conta a importância e o contributo deste tecido empresarial na economia do país e a necessidade de impulsionar o mesmo a crescer, a bolsa de valores tem criado facilidades para aderência das PMEs, dando a estas, a possibilidade de beneficiarem-se dos serviços nelas disponíveis.

Em Moçambique as PMEs constituem o segmento empresarial mais significativo representando 98.7% do total de empresas registadas. Deste universo a maior parte é constituída por empresas de micro dimensão (Estratégia de Desenvolvimento das PME's, 2007). Para o INE (2012), este segmento de empresas assume um papel determinante para o desempenho da economia nacional contribuindo com cerca de 28% para o Produto Interno Bruto e cerca de 42% para o emprego formal.

Sendo assim, observamos que um bom desempenho de uma instituição está directamente ligado a vários factores como o ambiente que a mesma esta envolvida, a capacidade de gestão dos seus dirigentes, os seus parceiros entre outros factores sócias e económicos e os resultados desta são consequências das decisões tomadas no dia-a-dia, quer sejam elas operacionais ou estratégicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, dizer que O mercado financeiro é um ambiente que reúne um conjunto de instituições – entre tomadores de recursos e investidores – e permite a negociação de produtos financeiros, como títulos públicos, acções, fundos de investimentos, entre outros. Sua estrutura é abrangente e complexa, com diversas instituições financeiras, além de ser subdividido nos mercados de câmbio, monetário, de crédito e de capitais. A Teoria Moderna de Seleção de Carteiras explica como investidores racionais irão usar o princípio da diversificação do seu investimento no processo de optimização das suas carteiras e como um activo arriscado deve ser precificado. Porém, Markowitz observou que, ao se concentrar o capital em um único activo - o mais rentável - ao mesmo tempo em que se pode ganhar muito, pode-se perder tudo; ou seja, existe um risco e este deve ser considerado no processo decisório. Neste contexto, ele foi pioneiro ao apresentar o conceito de risco como uma característica fundamental de uma carteira de investimento, e não apenas o retorno,

como vinha sendo feito. Para ele, uma carteira de ações que maximiza o retorno esperado e minimiza o risco incorrido deve ser a carteira recomendada para um investidor. CAPM é a sigla para *Capital Asset Pricing Model*, que significa em português “Precificação de Ativos Financeiros”. Se trata de uma forma de analisar e investigar as relações existentes entre o risco e o retorno esperado de um investimento. Muito utilizado em finanças, o CAPM precifica títulos de risco e pode gerar retornos previstos para os ativos, além de determinar a taxa de retorno considerada apropriada para determinado ativo em comparação com uma carteira de mercado diversificada.

REFERÊNCIAS

Fortuna, E. (2010). *Mercado financeiro: produtos e serviços*. (17ª ed.). Rio de Janeiro, Brasil: Qualitymark.

Carvalho, C. (2021). *Mercado financeiro: entenda como funciona cada segmento*. Disponível em: <https://www.euqeroinvestir.com/os-segmentos-do-mercado-financeiro/>

Markowitz, H. M. (1952). *Portfolio Selection*. Journal of finance n. 1, v. 7, p.77-91.

Neto, A. A. (2007). *Mercado Financeiro*. Rio de Janeiro, Brasil: Atlas.

Markowitz, H. (1959). *Portfolio Selection: efficient diversification of investments*. Journal of Finance, n.7..

Bernstein, P. L. (2008). *A história do mercado de capitais*. Rio de Janeiro, Brasil: Elsevier.

Pinheiro, J. L. (2005). *Mercado de capitais*. (3ª ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

Instituto Nacional De Estatísticas (2012). *Ficheiro de Dados Estatísticos*. Maputo, Moçambique: INE.

CAPÍTULO 7

O ESTADO DE ENQUADRAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA “DÍVIDAS OCULTAS” NO MERCADO DE CAPITAIS E O SEU CONTRIBUTO NO DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO DE MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Data de aceite: 10/01/2022

Daniel Fernando Sibinde Júnior

Estudante do 3º ano do curso de Economia e Gestão Licenciatura em economia e gestão. Faculdade de educação e comunicação da universidade católica de Moçambique Nampula-moçambique

RESUMO: Atualmente, a dívida pública ocupa a lista dos principais tópicos de discussão sobre a economia moçambicana. A sua dimensão, evolução e sustentabilidade contribuíram para a repentina alteração da caracterização da economia de um exemplo macroeconómico, em termos de taxa de crescimento e outros indicadores, para uma economia com alto risco de insustentabilidade da dívida e com baixo nível de crescimento económico (FMI, 2016). Em parte, esta mudança deveu-se às chamadas dívidas “ocultas” e/ou inconstitucionais contraídas pelo governo de Moçambique durante o segundo mandato do presidente Armando Guebuza (2009-2014) sem prévia aprovação do Parlamento. A descoberta destas dívidas não só aumentou significativamente o stock de dívida pública do país, mas também levou os doadores e parceiros internacionais a cancelarem o seu apoio financeiro a Moçambique.

PALAVRAS-CHAVE: Dívidas públicas, Dívidas ocultas, Desenvolvimento económico Moçambique.

THE STATE OF THE PUBLIC DEBT FRAMEWORK "HIDDEN DEBTS" IN THE CAPITAL MARKET AND ITS CONTRIBUTION TO THE ECONOMIC DEVELOPMENT OF MOZAMBIQUE (2010-2020)

ABSTRACT: Currently, public debt is among the main topics of discussion in the Mozambican economy. Its size, evolution and sustainability contributed to the sudden change in the characterization of the economy from a macroeconomic example, in terms of growth rate and other indicators, to an economy with a high risk of debt unsustainability and a low level of economic growth (IMF, 2016). In part, this change was due to the so-called “Covert” and/or unconstitutional debts contracted by the Mozambican government during the second term of President Armando Guebuza (2009-2014) without prior approval by parliament. The discovery of these debts not only significantly increased the country’s public debt stock, but also led donors and international partners to cancel their financial support to Mozambique.

KEYWORDS: Public debts, Hidden debts, Economic development Mozambique.

Ouse conquistar a si mesmo.

(Nietzsche)

1 | INTRODUÇÃO

O presente Artigo científico visa abordar assuntos relacionados ao Estado e o enquadramento das dívidas públicas, no

mercado de capitais e o seu contributo no desenvolvimento económico de Moçambique, buscando focar os seguintes, importância do desenvolvimento económico, o impacto das dívidas públicas “dívidas ocultas”. O presente Artigo baseou-se no uso de literaturas da área de Economia, e administração pública e pelas normas prescritas pela Universidade (APA). Que contribuiu para que o trabalho configurasse rigor e prestígio académico. O presente estudo apresenta a estrutura de um trabalho académico, que conta com título, autor, epígrafe, resumo, palavras-chave, seguindo-se do desenvolvimento, culminando com a conclusão e por último as referências bibliográficas.

2 | DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Na medida em que uma sociedade nacional se revela suficientemente coesa ou solidária quando se trata de competir internacionalmente, ela saberá aproveitar melhor seus próprios recursos para crescer: seus recursos naturais e principalmente humanos. Quando uma economia está em pleno processo de crescimento, é sinal de que provavelmente existe uma estratégia nacional de desenvolvimento por trás, é sinal de que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma consertada na competição económica com as demais nações. Quando uma economia começa a crescer muito lentamente, senão a estagnar, é sinal de que sua solidariedade interna está em crise, que a nação perdeu coesão e se esgarçou, e, portanto, que já não conta com os elementos necessários para que se mantenha competitiva. estratégia nacional de desenvolvimento por trás, é sinal de que seu governo, seus empresários, técnicos e trabalhadores estão trabalhando de forma consertada na competição económica com as demais nações (Pereira, 2006).

Quando uma economia começa a crescer muito lentamente, senão a estagnar, é sinal de que sua solidariedade interna está em crise, que a nação perdeu coesão e se esgarçou, e, portanto, que já não conta com os elementos necessários para que se mantenha competitiva. É comum entre os economistas da teoria do desenvolvimento económico pensar o desenvolvimento do ponto de vista apenas da oferta. De acordo com essa perspectiva, o crescimento da produtividade de um país depende, no longo prazo, da acumulação do capital humano, ou seja, da melhoria dos níveis de saúde, educação e competência técnica da população, e da acumulação de capital físico a ser operado por essa mão-de-obra cada vez mais qualificada. Um capital físico que permite ampliar ou multiplicar a produção por trabalhador. Do lado da oferta, portanto, o desenvolvimento económico ocorre historicamente com a melhoria técnica dos trabalhadores, o surgimento de empresários que investem e inovam, e, em um segundo momento, de uma classe média profissional que detém o conhecimento técnico, organizacional, e comunicativo, e que, na medida em que alguns dos seus membros vão se transformando em empresários, se mostram cada vez mais capazes de criar empregos de alto valor adicionado per capita

com pouco capital e muito conhecimento. É preciso entretanto, pensar o desenvolvimento econômico também em termos de demanda, já que o capital humano precisa de emprego para se transformar em produção. Esta demanda é garantida, essencialmente, pelo investimento ou acumulação de capital que, portanto, opera tanto do lado da oferta quanto da demanda e pelo emprego que essa acumulação cria. Para que haja investimento são necessárias uma taxa de lucro esperada satisfatória para os empresários, e uma taxa de juros moderada, de forma que o diferencial entre as duas taxas seja também satisfatória. (Pereira, 2006).

No sentido de financiar a existência de défices orçamentais, as autoridades podem recorrer a várias formas de financiamento. Entre as usadas pelo estado para obter recursos financeiros, quando as despesas orçamentais são superiores às receitas orçamentais num determinado ano, importa destacar as seguintes: a emissão da dívida pública; a alienação de património do estado (por exemplo, privatização de empresas públicas); ou ainda o financiamento monetário junto do Banco Central. A última hipótese de financiamento é habitualmente proibida nos países desenvolvidos e é nomeadamente nos países que se inserem na União Económica e Monetária. A venda de bens públicos é sempre entendida como uma solução conjuntural, de curto prazo, e habitualmente de recurso. Resta pois o recurso à emissão de dívida pública como forma usual de financiamento de eventuais défices orçamentais (Carapeto & Fonseca, 2014).

A existência de um défice orçamental não significa, por si só, que num determinado país exista algum problema ao nível das contas públicas. Com efeito, o facto de o estado ter, em cada ano, necessidades orçamentais que não são totalmente cobertas com as receitas habituais, ou sejam os impostos e as contribuições para a segurança social, pode ser justificado, até certa medida, de um ponto de vista de racionalidade económica. Por exemplo, quando se trata de grandes projectos de investimento, cuja implementação se reparte por vários anos e aos quais estão associados custos elevados, nomeadamente nos primeiros anos, normalmente, o estado precisa captar recursos adicionais no mercado de capitais. Parece razoável que alguma parte dos custos desse tipo de obras seja financiado com a emissão de dívida pública no momento presente para, a prazo, as receitas das postagens serem usadas para ajudar ao reembolso dessa mesma dívida e/ou contribuírem para o pagamento dos juros que o estado tem que pagar sobre o referido endividamento. Numa comparação com a esfera do agente económico individual é habitual que as pessoas, para adquirirem uma habitação, também recorram aos sistemas bancário no sentido de obterem um empréstimo que lhes permita realizar tal investimento. O desenvolvimento económico é um processo de aumento do capital humano, ou seja, dos níveis de educação, saúde e competência técnica dos trabalhadores, e da transferência dessa força de trabalho para sectores com maior conteúdo tecnológico que implicam em salários mais elevados. (Carapeto & Fonseca, 2014). Enquanto os capitalistas, embora buscando lucros e crescimento, se contentam com uma taxa de lucro satisfatória que os incentiva a reinvestir,

o aumento dos salários e ordenados não tem limite, pode crescer indefinidamente com a produtividade.

Toda via, e ao nível das contas públicas, a existência continuada, estrutural, de elevados défices orçamentais, co a consequente necessidade de recorrer à emissão de dívida pública por parte do estado, podera indiciar alguns problemas na condução da política orçamental. No caso do estado, as necessidades anuais de financiamento surgem da soma de várias componentes, sendo, em principio, o défice orçamental a mais importante. Assim sendo, num determinado ano, o estado terá que recorrer ao mercado de capitais, essencialmente através da emissão de dívida pública para fazer face às suas necessidades de financiamento. Essas necessidades de financiamento decorrem da eventual existência de um defice orçamental ou amortização da dívida pública existente, e são determinadas, num dado ano, e de forma simplificada, por:

$$\begin{aligned} \text{NF} &= \text{défice orçamental} \\ &+ \text{Amortização de dívida pública} \\ &- \text{receitas de privatizações} \end{aligned}$$

As necessidades de financiamento são, na pratica, o montante total de novas emissões de dívida pública a que o estado tem que recorrer no ano em causa. Pode se chamar a este montante as necessidades, brutas de financiamento por contrapartida com as necessidades de financiamento liquidas. As necessidades de financiamento liquidas são dadas pela variação líquida da dívida pública que estado coloca no mercado, sendo indispensável retirar às necessidades bruta as amortizações de dívida pública que ocorrem no ano ou seja:

$$\text{NFL} = \text{NF} - \text{amortização de dívida pública.}$$

3 | O ESTADO

As análises do estado mínimo e do estado de bem estar são essencialmente abordagens normativas acerca do papel do estado, isto é, sugerem o papel que o estado deve desempenhar numa economia mista de acordo com uma intencionalidade de “interesse público”. Mas será que o estado prossegue sempre esse interesse público? Na tentativa de resposta a está questão, certos autores realizaram uma análise pretensamente positiva, da actuação das entidades do sector público, tendo por base algumas hipóteses em relação ao comportamento dos seus agentes. No essencial assumem que os cidadãos, quer na esfera privada dos mercados, quer na esfera pública, defendem essencialmente os seus interesses pessoais, pelo que partindo de uma visão pessimista da natureza humana concluem no sentido de uma visão crítica e negativa do estado, designada esado imperfeito. O estado de bem-estar parte de uma concepção diferente acerca do mercado. Para eles, os mercados, sobre tudo quando competitivo, são mecanismos muito importantes

e insubstituíveis de transmissão de informação entre os agentes económicos; neste sentido contribuem em grande parte para uma afetação eficiente de recursos. Contudo o mercado não é um processo plenamente justo, nem leva necessariamente a uma afetação de recursos socialmente desejável, pois baseia-se, em geral, numa distribuição muito desigual de direitos de propriedade. Ou seja um estado de bem estar é um estado em que o poder organizado é deliberadamente usado através da política e da administração num esforço para modificar o funcionamento das forças de mercado em, pelo menos três direcções, primeiro garantindo aos indivíduos e as famílias um rendimento mínimo independente do valor de mercado da sua propriedade; segundo, diminuindo a extensão da insegurança permitindo aos indivíduos e as famílias fazerem face a contingências sociais por exemplo, doença, velhice e desemprego que de outro modo levarão a crises individuais e sociais; terceiro, assegurando que todos os cidadãos, sem distinção de status ou classe, seja oferecido um certo tipo de serviços sociais, aos melhores padrões disponíveis, (Pereira, Afonso, Arcanjo & Santos 2012).

Quando se fala em estado mínimo, ou estado liberal está se a considerar uma situação real ou ideal com que o peso do sector público na economia mista é mínimo (10-15% do PIB), e se resume à provisão de bens públicos necessários ao bom funcionamento dos mercados. Os mercados funcionam com uma clara definição e defesa de direitos de propriedade privada, paz e estabilidade social, condições que permitam o desenvolvimento de relações contratuais estáveis e uma livre circulação de pessoas e bens. Assim, no essencial, o papel do estado mínimo é o de assegurar as condições subjacentes ao bom desempenho dos mercados, em particular através da provisão de certos bens públicos, como a defesa e segurança interna, leis, tribunais e administração da justiça e, por fim, fornecer um conjunto de infraestruturas indispensáveis ao desenvolvimento económico.

4 | DIVIDAS OCULTAS

Mosca & Aiuba (2017) referem que:

As dívidas ocultas foram a razão próxima da actual crise da economia moçambicana, que possui muitos outros factores. O choque desta crise, a ser medido pelos principais indicadores macroeconómicos entre 2015 e 2016, foi muito elevado e com efeitos gravosos para a grande maioria da população, sobretudo dos mais pobres. As dívidas ocultas introduzem elementos extra económicos de legalidade, legitimidade, de funcionamento das instituições e de prestígio do actual sistema político e do próprio país. As primeiras medidas anticrise foram principalmente de política monetária. O Governo não assumiu opções de política orçamental/fiscal, de reformas institucionais e sobre a economia real, que criassem sinergias, potenciando os efeitos das medidas do Banco de Moçambique. A paz é condição sem a qual será difícil a recuperação sustentável da crise. É importante que a sociedade e os sectores mais moderados da governação estejam atentos à intensificação das actividades e acções do aparelho ideológico e repressivo do poder. A governação deve demonstrar humildade democrática e reconhecer o que

de errado aconteceu em política económica, na gestão e na transparência da governação, na gestão das expectativas e no comprometimento por um desenvolvimento que beneficie os cidadãos.

A actual crise possui complexas articulações e alianças internas e externas. A recuperação da confiança dos cidadãos, da cooperação e das instituições e organizações internacionais, é fundamental para que exista a retoma dos influxos de capitais externos, absolutamente indispensáveis à recuperação da crise e para que exista um clima de paz política e social. As primeiras reacções às decisões anticrise começam a produzir efeitos positivos sobre a economia, mesmo que parciais, particularmente a apreciação do Meticall e a redução dos preços dos bens importados, com particular importância dos preços ao consumidor (Mosca, Aiuba 2017). Deve-se ter consciência que ainda não existiram medidas sobre a maioria e mais importantes causas da crise. Se isso não acontecer, é previsível que a saída da crise seja mais lenta e parcial e que as dinâmicas que justificam a actual crise se aprofundem, gerando, mais cedo ou mais tarde, uma nova crise. Entretanto, como anteriormente, corre-se o risco de existir uma ilusão de recuperação da crise. A sociedade civil reivindica a inconstitucionalidade da inclusão das dívidas na lei orçamental, reclama por informação sobre o destino do dinheiro e exige a responsabilização dos actores (executores e mandantes). Seria importante conhecer, de forma aprofundada, os efeitos sobre a economia e a sociedade, tanto no prazo imediato (período do choque), como a longo prazo. Só assim a sociedade civil terá conhecimento pleno das consequências das medidas ilegais/inconstitucionais, da falta de transparência e da eventual corrupção multimilionária de alto nível (Mosca, Aiuba 2017).

Para Ibraimo (2018), o uso da dívida pública como estratégia para estimular a economia tem efeitos macroeconómicos negativos no longo prazo, e os poucos efeitos positivos do curto prazo são insignificantes, pelo que o Governo deveria repensar a sua estratégia de financiamento.

Ibraimo, (2018 cit. Em Barro (1974) Os estímulos fiscais financiados pela dívida pública são ineficientes para atingir o crescimento económico. Ibraimo, (2018 cit. Em Barro 1974):

Este argumento é baseado na teoria da equivalência ricardiana, que considera que o aumento da despesa pública financiada pela dívida tem um efeito nulo sobre o nível de produto. Assim, a despesa pública financiada através do endividamento público leva a que os agentes económicos antecipem um futuro aumento dos impostos e, conseqüentemente, verifica-se um aumento da poupança privada. Este facto contribui para que o aumento do nível do produto seja ofuscado pelo aumento da poupança privada. Em oposição, o modelo keynesiano padrão considera.

5 | DIVIDA PÚBLICA

A emissão da dívida pública, um mecanismo importante para financiar a despesa pública e, por conseguinte, estimular a demanda agregada. A maior parte da literatura, teórica e empírica, sobre a dívida pública tem concentrado a discussão na relação entre dívida pública e crescimento económico. A questão central tem sido avaliar até que ponto a contracção de empréstimos públicos estimula ou não o crescimento do nível do produto (Ibraimo,2018).

Para Saint-Paul (1992), existe uma relação negativa entre dívida pública e crescimento económico. Estes autores consideram, fundamentalmente, duas razões: (i) a existência do efeito crowding-out sobre o investimento privado, como resultado do aumento da demanda por crédito pelo Governo e o respectivo aumento das taxas de juros praticadas nos mercados financeiros; (ii) a dívida pública é considerada um fardo intergeracional, pois implica menor stock de capital para as gerações futuras. Parte da literatura minimiza o efeito.

Desde 2001, a dívida pública interna aumentou 19 vezes, a uma taxa média anual quatro vezes superior à do PIB, e a dívida pública externa aumentou três vezes, a uma taxa média anual 40% mais rápida que a do PIB. O peso da dívida pública interna no stock total da dívida pública aumentou de 2% para 14%, e no serviço da dívida passou de 2% para 90% desde 2009, por causa das altas taxas de juro que tornam a compra da dívida pública lucrativa para o capital financeiro doméstico. O governo argumenta que a gestão da dívida é feita de acordo com standards internacionais de sustentabilidade fiscal para economias semelhantes à de Moçambique, pelo que não existe motivo de alarme. Recentemente, o governo declarou que desde que Moçambique pague o serviço da dívida, um stock de dívida maior aumenta a visibilidade da economia nacional na arena internacional. No entanto, o argumento do governo é, no mínimo, inadequado para lidar séria e responsabilmente com a questão da dívida pública, por vários factores (Branco, 2003).

Vale (2020) refere que os principais factores que condicionam a evolução da dívida pública em percentagem do PIB, b são:

- O défice primário público (ψ);
- A taxa de crescimento do PIB em termos reais (g);
- A taxa de juro real (r).

O défice público, corresponde à diferença entre receitas públicas e despesas públicas. Despesas públicas: (i) gastos públicos em bens e serviços em termos reais (G); Juros da dívida pública ($i _ B$), onde i é a taxa de juro nominal e B é a dívida pública nominal. Receitas publicas, são impostos liquidados de transferências para as famílias (T).

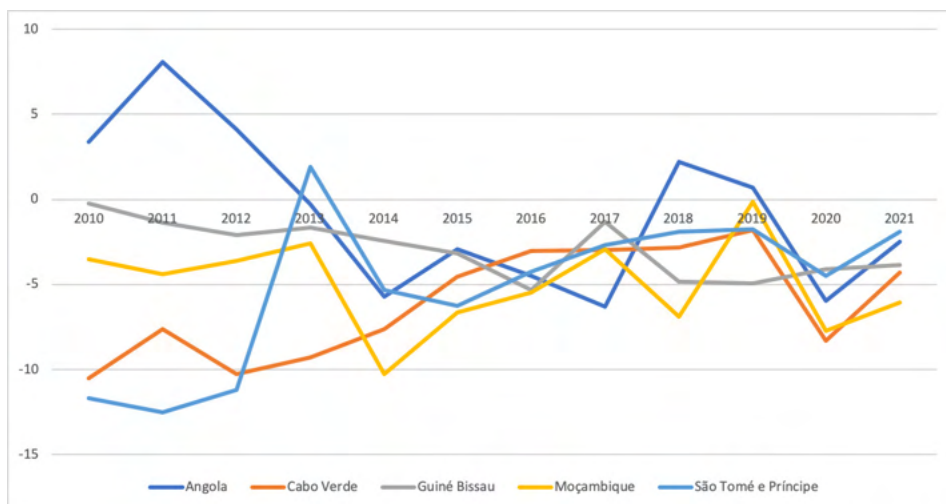
$$Defice_t = T_t - G_t - i_t B_t$$

Vale (2020) Indica que as condições para reduzir a dívida em percentagem do PIB,

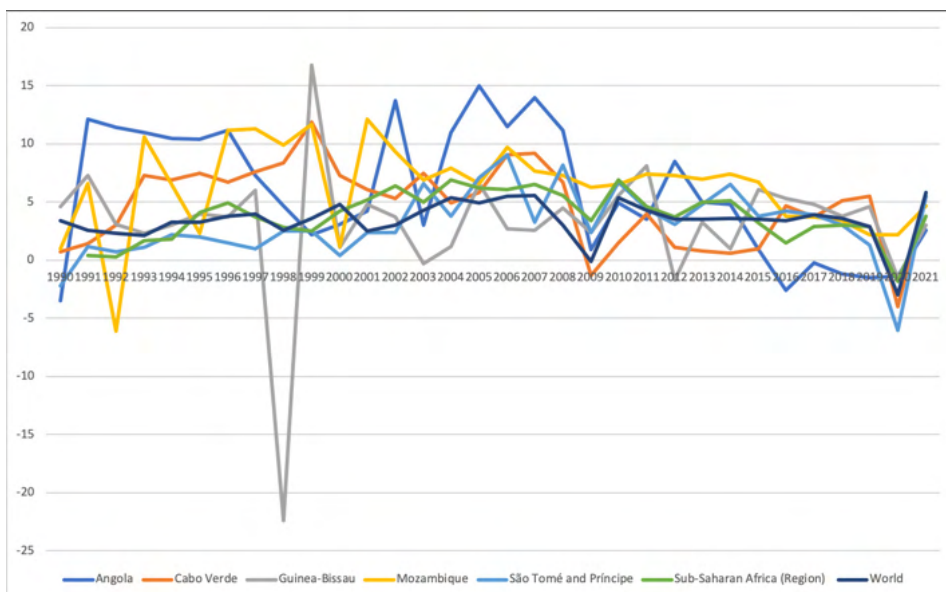
são:

- a) Acelerar o crescimento;
- b) Reduzir a taxa de juro real (pode passar por aumentar da inflação);
- c) Taxa de câmbio;
- d) Melhorar o saldo primário, mobilizando receitas e otimizando os Passivos;
- e) Incumprimento/Perdão.

Evolução dos défices públicos em % do PIB, países lusófonos, 2010-2021:



Taxas de crescimento do PIB real, 1990-2018:



Branco(2003), refere que os standards de sustentabilidade fiscal da dívida são discutíveis, particularmente no caso moçambicano: o stock da dívida não é bem conhecido e o endividamento comercial com a China não é transparente (recentemente, o FMI declarou que nem a dívida com a EMATUM é clara); o stock conhecido já ultrapassou o tecto indicador de risco, pondo instituições financeiras em alerta; o uso do PIB, das exportações ou da balança comercial como denominadores nos rácios de sustentabilidade não é adequado para uma economia de natureza extractiva, afunilada e com significativas perdas de excedente para o sector privado nacional e estrangeiro produto nacional bruto, que reflecte melhor a retenção de excedente na economia nacional, ou a balança de transacções correntes, que já capta o efeito das transferências, seria..denominados menos problemáticos medidas de sustentabilidade usam pressupostos sobre volume e estrutura da despesa e receitas, e ambas resultam de decisões políticas e estruturas económicas, bem como de expectativas sobre o comportamento da economia nacional e internacional no futuro.

A função económica da dívida é mais importante do que os rácios de sustentabilidade fiscal, o que não quer dizer que a análise de sustentabilidade fiscal seja irrelevante. O facto de o governo parecer apenas usar o critério de sustentabilidade fiscal na análise da dívida sugere que está mais interessado na quantidade de dívida que tem espaço para mobilizar do que na sua função social e económica e no seu impacto estruturante. Por sua vez, esta conclusão sugere, ainda, que o espaço de dívida funciona como reserva, ou mina, para financiamento e subsídio, de curto prazo, de um bom económico construído em torno da mobilização de capital internacional em troca de recursos naturais a baixo custo, além de levantar dúvidas sobre a qualidade da planificação financeira e económica da dívida. , a aceleração da dívida está a estruturar a economia em torno de um ciclo, ou vício, de dívida. A expansão da bolha económica requer mais recursos, que provêm da dívida, mas sem essa expansão as expectativas dos mercados financeiros podem alterar-se negativamente e fazer a bolha económica implodir retirada do capital e recessão ou explodir entrar em crise de dívida (Branco, 2003)

CDD,(2019) refere que a contestação quase generalizada da sociedade moçambicana em relação a intenção do Governo em pagar os encargos financeiros resultantes da contração das chamadas dívidas “ocultas” fundamentada na ilegalidade das mesmas, conforme determinado pelo Conselho Constitucional, tem como pano de fundo as potenciais implicações negativas para o crescimento e desenvolvimento do nosso país. Este assunto voltou ao debate público, em finais de Outubro, na sequência do comunicado do Ministério da Economia e Finanças que indicava que o Governo pagou cerca de 38 milhões de dólares americanos aos credores dos Eurobonds no âmbito da reestruturação das dívidas “ocultas” (Jornal O País, 2019). Apesar de o Banco de Moçambique e o Fundo Monetário Internacional (FMI) terem reconhecido publicamente que a dívida pública moçambicana é, cada vez mais, insustentável, estas instituições financeiras não se referiram aos possíveis

impactos económicos desta insustentabilidade para o país e para os moçambicanos. O orçamento do Estado (OE) moçambicano foi sempre deficitário como consequência da reduzida base tributária da economia, combinada com a contínua necessidade de investimentos públicos em resultado das condições conjunturais e estruturais da economia de Moçambique.

6 | CONCLUSÃO

Chegado a este ponto conclusivo, analisando os conceitos dos autores citados, é possível definir a dívida pública quando o governo gasta mais, do que arrecada. Assim, quando os impostos e demais receitas não são suficientes para cobrir as despesas, o governo é financiado por seus credores (pessoas físicas, empresas, bancos entre outros, dando origem à dívida pública. O endividamento público pode exercer funções ainda mais amplas para o bom funcionamento da economia, auxiliando a condução da política monetária e favorecendo a consolidação do sistema financeiro. No caso do governo, o mesmo ocorre, embora não de maneira tão simples. Suas condições de financiamento estão intimamente relacionadas à sua credibilidade, à sua capacidade de pagamento e à qualidade de gestão da dívida. Por isso, a utilização responsável e consciente do endividamento público é importante para o bom desenvolvimento do país. O desenvolvimento pode ser entendido como um processo coletivo no qual as preocupações e interesses de toda a população são levados em conta. O fruto do desenvolvimento é equitativamente partilhado por todos. Em termos fundamentais, desenvolvimento é um processo de transformação que tem lugar numa sociedade quando as condições circundantes, de natureza social, política, econômica e cultural, são favoráveis a tal transformação. Enquanto o crescimento econômico significa que durante um ou vários períodos, ocorreu um aumento sustentado de uma unidade econômica, o desenvolvimento econômico vai além, impactando diretamente a qualidade de vida das pessoas e a sociedade em geral. A fim de impulsionar o crescimento inclusivo para o benefício de toda população, precisam de ser criadas mais oportunidades de emprego e de renda, particularmente nas áreas rurais. Moçambique ainda se encontra entre os dez países mais pobres do mundo. Apesar do crescimento econômico anual contínuo dos 7 a 8 % durante vários anos, as condições de vida de uma grande parte da população quase que não mudaram nos últimos anos. Isto deve-se ao facto do crescimento econômico estar maioritariamente baseado no investimento estrangeiro aos Mega-projectos no sector dos recursos naturais, que não têm quase nenhum impacto sobre a renda e o emprego.

REFERÊNCIAS

Saint-Paul, G. (1992). *Fiscal policy in an endogenous growth model*. Quarterly Journal of Economics, 107, 1243-1259.

Castel-Branco, C. (2003). *Indústria e industrialização em Moçambique: análise da situação actual e linhas estratégicas de desenvolvimento*. I Quaderni della Cooperazione Italiana 3/2003

CDD. (2019). *Que preços os moçambicanos estão a pagar pela dívida pública insustentável?* Maputo, Moçambique.

Vale, S. (2020). *Gestão da dívida pública Moçambique*. Departamento de Economia. 1, 3-8

Mosca, J. & Aiuba, R. (2017). *Conjuntura económica da crise das dívidas ocultas*. Maputo, Moçambique.

Ibraimo, Y. (2018). *Desafios para Moçambique*. Texto inédito. Tese de doutoramento. Instituto superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa.

Pereira, L.C.B. (2006). *O conceito histórico de desenvolvimentos económico*. São Paulo, Brasil: FGV

Pereira, P.T. Afonso, A. Arcanjo, M. & Santos, J.C.G. (2012). *Economia e Finanças públicas*. (4^a.ed). Lisboa, Portugal: escolareditora.

Carapeto, C. & Fonseca, F. (2014). *Administração Pública*. (3^a.ed). Lisboa, Portugal: Sílabo.

CAPÍTULO 8

A SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA DO MERCADO DE CAPITAIS EM MOÇAMBIQUE: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E SOLUÇÕES (2010-2020)

Data de aceite: 10/01/2022

Dalmázia de Fátima Vicente

Estudante do 3º ano do curso de licenciatura em economia e gestão
Faculdade de Educação e Comunicação da
Universidade Católica de Moçambique
Nampula – Moçambique

RESUMO: A sustentabilidade da dívida pública corresponde à capacidade do governo em honrar seus compromissos, pagando suas dívidas (obrigações). e essa questão da dívida pública é uma questão muito antiga em nosso país, porém, também é discutida hoje, porque ainda é a nossa realidade. considerando esta situação, surge a questão: a dívida pública moçambicana é sustentável? Assim, este artigo tem como principal objectivo, para além de mostrar se a dívida pública moçambicana é sustentável ou insustentável, irá também mostrar as possíveis soluções que o nosso país precisa de adoptar para ultrapassar este grande problema que enfrentamos. a metodologia utilizada para a elaboração do artigo foi quantitativa e explicativa. e é uma pesquisa bibliográfica. e a conclusão a que cheguei com este estudo é que a dívida pública moçambicana é insustentável, visto que o governo não consegue honrar os seus compromissos nos prazos pré-estabelecidos.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; dívida pública; mercado de capital.

THE SUSTAINABILITY OF THE PUBLIC DEBT OF THE CAPITAL MARKETS IN MOZAMBIQUE: CHALLENGES, PROSPECTS AND SOLUTIONS (2010-2020)

ABSTRACT: Public debt sustainability corresponds to the government's capacity to honor its commitments, paying its debts (obligations). And this issue of public debt is a very old issue in our country, however, it is also discussed today, because it is still our reality. Considering this situation, the question arises: is the Mozambican public debt sustainable? Thus, this article has as its main objective, in addition to showing whether the Mozambican public debt is sustainable or unsustainable, it will also show the possible solutions that our country needs to adopt to overcome this great problem that we are facing. The methodology used to prepare the article was quantitative and explanatory. And it is a bibliographic search. And the conclusion I reached with this study is that the Mozambican public debt is unsustainable, as the government is unable to honor its commitments within the pre-established deadlines.

KEYWORDS: Sustainability; public debt; capital market.

1 | INTRODUÇÃO

Há muitos anos que o nosso país está a passar por esta situação de dívida pública, mas no início de tudo, acredito eu que já se verificava uma tendência desta mesma dívida. Pois bem a dívida pública não é feita de um dia para o

outro e sem motivo aparente. Então, estudos feitos, alertavam de forma coerente, que a evolução dos principais indicadores macroeconómicos moçambicanos, era preocupante, o que poderia causar uma instabilidade e provocar uma crise. As razões pelas quais fizeram-se estes estudos são dentre elas o constrangimento elevado de Moçambique ao enfrentar níveis de endividamento externo alto, que pareciam controlável segundo os padrões internacionais, mas que na verdade não poderia ser controlado, ou seja, para a nossa realidade era um controle ilusório, visto que estamos ainda nesta situação.

Sendo assim, o meu tema que é a sustentabilidade da dívida pública do mercado de capitais em Moçambique tem bastante relevância uma vez que a pesquisa tem como principal objectivo mostrar se a dívida pública moçambicana é sustentável ou não. A minha conclusão consta no resumo, mas o trabalho ainda tem os seus objectivos específicos, ou seja os caminhos pelos quais passei para chegar a estas mesmas conclusões. Falei aqui do conceito chave para o próprio tema, ilustrei alguns dados e também falei um pouco dos desafios, das perspectivas e das soluções mais relevantes para Moçambique.

As situações que estamos a viver na actualidade nos remetem a pensar que este cenário não irá mudar tão rapidamente, uma vez que estamos a passar pelos conflitos em cabo delgado e também pela pandemia do COVID 19 que requerem de alguma forma investimentos. Mas atendendo e considerando que o nosso país de momento está com as finanças num estado deplorável e necessário incorrerem aos empréstimos, o que nos remete a ao estudo desta mesma sustentabilidade da dívida pública.

2 I REVISÃO DA LITERATURA

Relativamente ao conceito, muitos autores definem as dívidas públicas de diversas maneiras. Segundo (Gadelha S. , 2017) as dívidas públicas ocorrem quando há uma situação de déficit orçamentário, o governo precisa obter empréstimos, empréstimos este que constituem a dívida pública. Em outras palavras, quando os recursos arrecadados pelo governo, por meio dos tributos, não são suficientes para cobrir todos os seus gastos, o governo toma dinheiro emprestado para financiar parte dos seus gastos que não são cobertos com a arrecadação de tributos.

2.1 Composição das dívidas públicas

O artigo 56 da Lei n.º 9/2002 estabelece que a Dívida Pública subdivide-se em:

- a) Dívida pública Interna, aquela que é contraída pelo Estado com entidades de direito público ou privado, com residência ou domiciliadas no País, cujo pagamento é exigível dentro do território nacional;
- b) Dívida pública Externa, aquela que é contraída pelo Estado com outros Estados, organismos internacionais, ou outras entidades de direito público ou privado, com residência ou domicílio fora do país, e cujo pagamento é exigível fora do território nacional.

2.1.1 Situação actual da dívida pública em Moçambique

Segundo o (Castel-Branco & Massarongo, 2016) o stock da dívida pública total, tanto quanto já foi descoberto e divulgado, é de cerca de US\$ 12 mil milhões, ou, aproximadamente 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Deste montante, cerca de US\$ 2 mil milhões são de dívida pública doméstica. Dos restantes US\$ 10 mil milhões, dívida pública externa, cerca de metade é dívida comercial, sendo a outra metade dívida oficial a governos ou instituições multilaterais (dívida concessional, com taxas de juro mais baixas e prazos de reembolso mais amplos). Entre 2006 e 2015, o stock de dívida quadruplicou, expandindo a uma taxa média anual de 15%, duas vezes maior que a do crescimento do PIB. Na segunda metade dessa década, a dívida pública cresceu mais depressa do que na primeira, devido a vários factores fundamentais, nomeadamente:

- A voracidade das elites económicas nacionais por capital, de que as dívidas ilegais o investimento imobiliário são parte;
- A aceleração do investimento na redução de custos e riscos para o grande capital do complexo mineral - energético, em especial nas infra-estruturas gigantes e especializadas, segurança e serviços vários e avalização de empréstimos privados;
- O afunilamento da economia, cada vez mais centrada na produção de produtos primários e semi-primários para exportação e dependente de importações, o que a torna mais vulnerável à volatilidade dos mercados financeiros e de mercadorias internacionais e à inflação importada, e mais incapaz de articular processos produtivos domésticos e de gerar emprego decente; e
- As dinâmicas da armadilha e vício da dívida, em que a dívida se auto-reproduz, o que força mais endividamento para pagar e esconder a dívida e para manter as expectativas que mobilizem mais capital.

Segundo o (BM, 2016) Moçambique é actualmente um dos países mais endividados da África. No início da década, o rácio da dívida do sector público em relação ao PIB em Moçambique foi semelhante ao de outros países que registaram um crescimento crescente, incluindo Angola, Etiópia, Gana e Quénia. O rácio dívida / PIB de Moçambique ultrapassou rapidamente muitos países africanos e ultrapassou agora o do Gana, Angola e outros pares africanos que também viveram tanto o crescimento do crédito como a diminuição dos preços das matérias-primas nos últimos anos. Embora os empréstimos comerciais representem 18% da dívida externa, representam 40% do serviço da dívida externa entre 2016 e 2021. A dívida externa comercial é dominada pela obrigação de Moçambique e pelos empréstimos da Mozambique Asset Management (MAM) e da Proindicus. A dívida multilateral representa pouco mais de 40% do montante total da dívida, mas os termos concessionais reduzem a sua carga em termos de serviço da dívida. A terceira categoria, a dívida bilateral, é mais

heterogénea. É composta por uma combinação de empréstimos concessionais e não concessionais, com um número pequeno de grandes empréstimos para projectos de infraestrutura elevando o serviço total da dívida bilateral para 42% do total.

2.2 Mercado financeiro

Segundo (Abreu, Afonso, Escaria, & Ferreira, 2012) “mercados financeiros são os mercados nos quais uma entidade que se encontra numa situação excedentária disponibiliza fundos a uma entidade que se encontra numa situação deficitária” (p.8).

2.2.1 Funções dos mercados financeiros

Segundo (Abreu, Afonso, Escaria, & Ferreira, 2012) os mercados financeiros desempenham três funções principais. Por um lado, permitem a transferência de fundos dos agentes com capacidade de financiamento (mas sem oportunidade de investimento) para os agentes com necessidade de financiamento (mas com oportunidade de investimento). Por outro lado, aumentam a eficiência económica, aumentando a eficiência na afectação do capital. Por último, são um elemento essencial para a partilha de risco na economia. Neste contexto, os mercados financeiros permitem o financiamento de mais projectos de investimento produtivos, aumentando o crescimento das economias e aumentar a poupança, uma vez que possibilitam a sua rentabilidade (ou remuneração).

2.2.2 Composição do mercado financeiro

Conforme (Pires, 2006) quando um título financeiro é oferecido pela primeira vez ao público, diz-se que ele é vendido no mercado primário. As transacções posteriores do título em diferentes investidores são feitas no mercado secundário.

No mercado primário as empresas ou o governo emitem os títulos e usam o dinheiro obtido com a sua venda para financiar investimentos reais ou, no caso do governo, para financiar deficits orçamentais. Os bancos de investimento são instituições muito importantes no mercado primário. Eles são intermediários entre as empresas e os potenciais investidores. Normalmente aconselham as empresas sobre o tipo de produtos a emitir e são responsáveis pelo marketing e pela venda dos títulos.

A oferta inicial dos títulos pode ser privada ou pública. É privada quando só um número predeterminado de potenciais investidores é contactado. É pública quando o público em geral pode adquirir os títulos na sua oferta inicial. Na maioria dos casos quando a oferta inicial é privada, os investidores contactados são instituições financeiras e os títulos envolvidos são obrigações. Em todos os mercados, existem regras que têm de ser satisfeitas numa oferta pública de títulos. Em particular, é necessário tornar disponível determinado tipo de informação, que possibilita aos investidores potenciais avaliar o investimento.

Depois de os títulos serem oferecidos no mercado primário, eles podem ser

transaccionados de investidor para investidor no mercado secundário. Se uma empresa emitir novas acções e eu comprar uma dessas acções no momento da sua oferta inicial, estamos a falar do mercado primário. Se eu posteriormente decidir vender essa acção na Bolsa, estamos a falar de uma transacção no mercado secundário. O mercado secundário desempenha um papel muito importante porque dá liquidez aos investimentos financeiros. A sua existência permite aos investidores venderem ou comprarem rapidamente títulos financeiros.

É costume distinguir os mercados financeiros de acordo com a maturidade dos produtos financeiros. O mercado monetário é aquele onde são transaccionados produtos financeiros de curto prazo, o mercado de capitais é onde se transaccionam produtos financeiros de longo prazo. No mercado de capitais, as transacções do mercado secundário podem ocorrer num mercado organizado ou num mercado de balcão. Num mercado organizado as transacções são efectuadas através de leilões centralizados. O mercado de balcão, que é designado sem inglês por *over-the-counter* ou OTC, é um conjunto de operações de compra e venda de títulos financeiros que são realizadas fora da bolsa de valores por intermediários financeiros ou por correctores autorizados (pp. 9-10).

2.3 Instrumento financeiro

Segundo (Pina, 2005) instrumento financeiro é qualquer bem ou activo intangível dotado de valor patrimonial - peculiarmente expresso - e susceptíveis de ser objecto de transacção em mercado, tendo por fim a mobilização da poupança captada ao serviço de uma função de mera colocação/aplicação de capitais ou de investimento, quer contribuindo para o seu financiamento, quer para a cobertura do seu próprio risco.

Trata-se de uma noção que combina elementos económico-financeiros e jurídicos. São bens económicos, por isso são aptos a satisfazer necessidades, que se caracterizam pelo seu custo, utilidade e valor, e que se expressam em situações jurídicas de natureza diversa, susceptíveis de atribuição a determinados sujeitos.

2.4 Instrumentos financeiros do mercado de capitais

Segundo (IE, 2012) o mercado de capitais é um sistema criado para facilitar a capitalização das empresas, contribuindo para a geração de riqueza à sociedade. Investidores de diversos portes e com propósitos diferentes participam desse mercado, tornando possível o funcionamento de importante e alternativo mecanismo de financiamento das empresas: a abertura de capital mediante a emissão e venda de acções ao público. As bolsas de valores criam, organizam e regulam mercados, onde as acções emitidas podem ser negociadas com confiabilidade e transparência.

Segundo (Abreu, Afonso, Escaria, & Ferreira, 2012) os instrumentos financeiros do mercado de capitais são fundamentalmente instrumentos representativos do capital social da empresa. Os instrumentos financeiros mais relevantes do mercado de capitais são as acções (*equity* ou *common stock*).

2.4.1 Acções

Uma acção corresponde a uma parte do capital social da empresa, sendo o detentor da acção proprietário da percentagem correspondente da empresa, o que lhe confere um conjunto de direitos, nomeadamente, de voto. Os accionistas, enquanto detentores do capital da empresa, são remunerados em função dos resultados da mesma, designando-se a remuneração atribuída aos accionistas, dividendos.

Tendo em conta a sua natureza de participação no capital, os detentores de acções não são credores da empresa, tendo somente um direito residual sobre o valor dos activos ou dos rendimentos da empresa, ou seja, em caso de dissolução, só depois de todas as responsabilidades terem sido pagas é que os detentores do capital tem direito a receber o eventual valor remanescente. No que diz respeito aos rendimentos da actividade, só depois de todos os custos terem sido pagos, incluindo os custos dos financiamentos obtidos e os impostos, é que o remanescente pode ser distribuído aos accionistas sob a forma de dividendos.

Por outro lado as acções representam uma responsabilidade limitada pois, normalmente, o máximo que o accionista pode perder em caso de falência da empresa é o valor do seu investimento inicial, não sendo o seu património pessoal passível de responder para satisfazer obrigações da empresa.

Existem alguns tipos de acções especiais. Existem, por exemplo, acções com direitos especiais (preferires stock) que combinam características de acções com características de obrigações, assegurando ao seu detentor um fluxo de rendimentos fixo mas, por sua vez, não dando o direito de voto. Existem outras acções preferenciais, as golden shares por exemplo, que dão aos seus detentores direitos especiais sobre algumas áreas estratégicas da actividade e gestão da empresa.

2.4.2 Obrigações

Para além das acções, podemos encontrar também as obrigações e os títulos mistos.

Uma obrigação é um título de divid, negociável, através do qual o seu emissor se compromete a pagar, a quem o detenha, um rendimento - juro - em condições definidas à data de emissão e durante um determinado período de tempo, para além do reembolso do capital. Os emigrantes das obrigações são Governos e empresas. Os compradores são investidores particulares, bancos, companhias de seguros, fundos de pensões, fundos de investimento (Pires, 2006).

2.4.2.1 Elementos importantes das obrigações

O valor nominal ou valor facial é o valor inscrito no título. O preço de emissão é o montante a pagar para adquirir a obrigação quando ela é emitida. Se o preço de emissão for inferior ao valor nominal, diz-se que a emissão é abaixo do par; se o preço for superior,

diz-se que a emissão é acima do par; se o preço for igual ao valor nominal diz-se uma emissão ao par.

A periodicidade da taxa de juros é outro elemento fundamental das obrigações. As obrigações com vencimento de juro trimestral, semestral e anual são as mais usuais.

2.4.2.2 Tipos de obrigações

- Obrigações de taxa fixa que proporcionam uma taxa de juros fixa e tem uma maturidade predeterminada no momento de emissão. Ou seja, no momento de emissão todos os cash-flows são conhecidos. Em contrapartida, nas obrigações de taxa variável a taxa de juro pode evoluir ao longo do tempo. Normalmente, a evolução da taxa acompanhará a evolução de uma taxa de referência. A taxa de referência deve ser uma taxa que reflecta o melhor possível a evolução das taxas de juro do mercado. A taxa de juro da obrigação é a taxa de referência acrescida do spread (diferencial).
- As obrigações de cupão zero que são as obrigações que não pagam juros periodicamente, por conseguinte, a taxa de rentabilidade da obrigação é determinada pela diferença entre o preço de aquisição e o reembolso.
- Eurobonds que são obrigações que são emitidas num país diferente do país do emissor e são expressas numa moeda diferente da moeda do país em que são emitidas. Exemplo: uma empresa portuguesa emite obrigações expressas em dólares, no mercado de Londres.

2.4.2.3 Rating

A classificação das obrigações de acordo com o emitente é extremamente importante. De facto, enquanto as obrigações do estado são geralmente consideradas sem risco de incumprimento. Na avaliação das obrigações das empresas é importante considerar a possibilidade de a empresa não efectuar os pagamentos prometidos. Existem empresas especializadas na avaliação do risco de crédito de um determinado título financeiro.

A actividade de rating classifica de acordo com determinados critérios a obrigação que está a ser avaliada. Nesta classificação são levados em conta as características do título que está a ser avaliado, mas também as características da empresa, tais como o risco do sector em que ela opera, a sua posição no mercado, a sua situação financeira e sua rentabilidade (Pires, 2006, pp. 20-22).

2.4.3 Os títulos mistos

Há alguns instrumentos financeiros que tem características intermédias entre acção e uma obrigação. Uns desses títulos são as obrigações com warrants. A única diferença destes títulos em relação as obrigações tradicionais é que têm associado um warrant. O warrant dá ao detentor da obrigação o direito de adquirir um certo número de acções da

empresa emissora, a um preço predefinido e durante um determinado período de tempo. O detentor de um warrant não tem direito de voto, contrariamente ao accionista. Os warrants são geralmente separados da obrigação e podem ser transaccionados independentemente. É interessante notar que o warrant é semelhante a uma opção, com uma diferença fundamental: o warrant é emitido pela empresa.

Um outro título de característica intermédia e a obrigação convertível. O detentor de uma obrigação convertível pode decidir converter num número predefinido de acções da mesma empresa, desde que se verifique um certo número de condições durante um certo período de tempo. O direito de conversão não é cotado separadamente. O número de acções a que cada obrigação dá direito designa-se por rácio de conversão.

Um produto financeiro que oferece uma remuneração com uma componente fixa e com outra componente variável é o título de participação. Os títulos de participação são títulos de dívida perpétuos emitidos por empresas públicas ou por sociedades anónimas pertencentes maioritariamente ao estado. Estes títulos podem ser nominativos ou ao portador. O rendimento anual tem uma componente fixa e uma componente variável que é função dos resultados da empresa (Pires, 2006, pp. 23-24).

2.5 Os instrumentos financeiros emitidos pelo estado moçambicano para financiar o seu deficit

Segundo (TA, 2015) os Bilhetes do Tesouro são utilizados como instrumento privilegiados para o financiamento e gestão corrente da tesouraria do Estado, assegurando o equilíbrio dos fluxos de receitas e despesas, com vista à estabilidade da moeda nacional. As Obrigações do Tesouro são títulos emitidos pelo Estado para financiamento do défice orçamental, assim como para o refinanciamento e substituição de títulos mais onerosos.

Segundo (Lorizzo, 2019) o Banco de Moçambique efectuou a emissão primária de Bilhetes do Tesouro para financiar o défice das contas públicas.

Muito criticada pelo sector privado (que alega que o crédito fica mais caro e limitado às famílias e empresas), a emissão de Bilhetes do Tesouro ou simplesmente títulos da dívida pública, por parte do Banco Central, parece não ter travão.

O banco de Moçambique já emitiu os títulos da dívida pública, com vista a financiar o défice das contas públicas. Trata-se da emissão de Bilhetes do Tesouro do tipo B.

Uma medida bastante criticada pelos economistas, mas a tesouraria nacional insiste em aplicá-la para financiar o défice das contas públicas, num contexto em que os doadores externos congelaram os fundos para o Orçamento do Estado.

2.5.1 *Varição da dívida publica*

A variação da Dívida Pública, no período de 2010 a 2014, é apresentada no quadro a seguir em mil milhões de meticais:

DÍVIDA PÚBLICA	2010	Peso %	% do PIB	2011	Peso %	% do PIB	2012	Peso %	% do PIB	2013	Peso %	% do PIB	2014	Peso %	% do PIB
Externa	122.754	86,8	39,2	127.577	85,1	34,9	142.028	85,7	34,8	173.022	85,3	37,5	222.554	86,5	42,3
Interna	18.747	13,2	6,0	22.330	14,9	6,1	23.738	14,3	5,8	29.726	14,7	6,4	34.822	13,5	6,6
Total	141.501	100,0	45,2	149.907	100,0	41,0	165.766	100,0	40,6	202.748	100,0	44,0	257.376	100,0	48,9

Fonte: Tribunal administrativo

Em 2014, foram emitidas 8 séries de Obrigações do Tesouro, no montante de 5.715.000 mil Meticais, representados por valores mobiliários escriturais, de acordo com o artigo 3 do Decreto n.º 5/2013, de 22 de Março, que autorizou o Ministro das Finanças a contrair um empréstimo interno amortizável até ao valor máximo de 5.715.091,21 mil Meticais.

No que se refere às garantias e avales, no exercício económico de 2014, foram emitidas garantias e avales no valor total de 12.328.900 mil Meticais. Foram ainda emitidas cartas de conforto a favor de diversas entidades para permitir-lhes a contracção de empréstimos bancários.

Então, verifiquei que o estado emitiu 8 series de tesouro no montante de 5.715.000 mil meticais, contraiu um empréstimo interno no valor máximo de 5.715.091,21 mil meticais, emitiu garantias e avales no valor total de 12.328.900 mil Meticais e ainda emitiu cartas de conforto a favor de diversas entidades para permitir-lhes a contracção de empréstimos bancários, e mesmo assim nada se resolveu.

E a dívida pública continuou a subir cada vez mais, como observamos na tabela a seguir da variação da dívida pública em mil milhões de meticais, de 2015-2019:

DÍVIDA PÚBLICA	2015	Peso %	% do PIB	2016	Peso %	% do PIB	2017	Peso %	% do PIB	2018	Peso %	% do PIB	2019	Peso %	% do PIB
Externa	363.000	84,0	61,6	613.998	87,5	89,1	554.470	83,8	68,6	596.699	81,1	69,5	599.482	79,5	62,1
Interna	69.233	16,0	11,7	87.710	12,5	12,7	106.900	16,2	13,2	139.377	18,9	16,2	154.595	20,5	16,0
Total	432.233	100,0	73,3	701.708	100,0	101,8	661.370	100,0	81,8	736.076	100,0	85,7	754.077	100,0	78,1

Fonte: Tribunal administrativo.

Vemos então que neste exercício de 2015-2019 o rácio dívida publica/PIB variou de 73,3 de 2015 para 78,1 em 2019, mas vemos também que o maior rácio foi de 2016, o que significa de 2016 para 2019 houve uma diminuição da dívida externa, pese embora a dívida interna tenha aumentado continuamente. No exercício em análise, o limite fixado de bilhete de tesouro foi de 65.000 milhões de meticais.

O que se passa em Moçambique nos últimos anos aponta para dificuldades do Estado fazer face às necessidades de desenvolvimento económico e social como consequência do crescimento da dívida pública, porque todos os dados macroeconómicos da dívida são crescentes deste 2010.

Então em 2020, (Fijamo, 2021) diz que a dívida pública do país aumentou de 12,37 mil milhões de dólares em 2019 para 12,97 mil milhões em 2020. Com cerca de 1,95 mil milhões de dólares, a China é o país que, actualmente, mais dinheiro tem a receber de Moçambique.

O aumento da dívida pública de Moçambique, de 2019 a 2020, é explicado, principalmente, pelo desembolso do FMI de 308,9 milhões de dólares, para o país fazer face à COVID-19 e o agravamento da dívida interna em 305,9 milhões (TA, 2015).

2.6 Análise de Sustentabilidade da Dívida

Segundo o (FMO, 2016), a sustentabilidade da dívida é, de forma simplificada, a capacidade de um país honrar as suas responsabilidades relativas ao serviço da dívida sem prejuízo dos seus objectivos de desenvolvimento económico e social.

A análise de Sustentabilidade da Dívida Pública é uma ferramenta anual que orienta as decisões relacionadas com o processo de contratação de créditos para fazer face as actuais necessidades financeiras e perspectivar a capacidade para responder ao serviço da dívida. A análise considera uma projecção de 20 anos, em que é feita a avaliação pormenorizada da carteira da dívida pública, tendo em conta o contexto macroeconómico nacional e o impacto de novos financiamentos.

O principal objectivo da análise de sustentabilidade da dívida é avaliar e monitorar os níveis de endividamento, através de um estudo comparativo entre a evolução da dívida e os limites dos indicadores de sustentabilidade. Estes indicadores são representados por rácios, sendo que o resultado de cada rácio é comparado ao limite de sustentabilidade estabelecido em conformidade com a classificação dos países determinada pela Avaliação de Políticas e Instituições de Países.

Assim, para uma melhor gestão dos custos e riscos associados ao endividamento público é essencial a moderação do ritmo de contratação de novos empréstimos, que deve estar alinhado com o Plano Integrado de Investimentos (PII) do Governo, bem como a adopção de medidas fiscais para redução contínua do défice primário no médio e longo prazo.

2.7 A sustentabilidade da dívida pública do mercado de capitais em Moçambique: desafios, perspectivas e soluções (2010-2020)

Para o (FMI, 2020), a dívida pública moçambicana vai continuar em dificuldades, mas é sustentável. Em termos futuros, embora ela deva atingir 113,7 por cento neste final do ano, devido, em parte, ao impacto da pandemia da Covid-19. Em 2021, diz o FMI, a dívida moçambicana começará a cair para 106,2 por cento. O FMI afirma que as perspectivas

de médio prazo permanecem positivas, devido ao mega projecto do gás natural liquefeito, reconhecendo que apesar de alguns atrasos, os projectos vão avançar.

O FMI diz que a dívida pública moçambicana é sustentável, mas com toda a pesquisa acima, eu discordo com esta afirmação pois, para mim, a dívida pública moçambicana é insustentável uma vez que o nosso governo não consegue arcar com o pagamento das mesmas. Nos dados acima, verifica-se um aumento crescente na dívida pública, tanto interna como externa, então, não se percebe ao certo porque que o FMI continua a defender esta ideia de sustentabilidade, uma vez que em contra partida, os dados que nos são apresentados nos mostram de certa forma um cenário de insustentabilidade.

E este meu ponto de vista, não é particular uma vez que alguns economistas também rejeitam a ideia de sustentabilidade da dívida pública moçambicana defendida pelo Fundo Monetário internacional (FMI), e dizem que sem medidas que possam travar o crescente endividamento, vai ser difícil garantir essa sustentabilidade.

Como é o caso do economista João Mosca, que sustenta dizendo que isto depende do Governo tomar medidas sérias relacionadas com a dívida pública. É preciso encontrar formas de travar o crescente endividamento, interno e externo, mas sobretudo externo, que coloca a dívida moçambicana numa situação cada vez mais insustentável. Além disso, é fundamental abrir uma negociação estruturada da dívida moçambicana e definir objectivos claros da reestruturação e da abrangência dessa reestruturação.

No Relatório Anual da Dívida Pública, divulgado na página electrónica do Ministério da Economia e Finanças, a dívida pública de Moçambique mantém-se insustentável e o país continua a estar na condição de sobre endividamento. Estimativas preliminares apontam para uma ligeira deterioração dos rácios de sustentabilidade em 2020, refere o documento. Esta situação complica cada vez mais o acesso a financiamentos de baixo custo ao país no mercado internacional (Fijamo, 2021).

2.7.1 Desafios

Por conta desta insustentabilidade da dívida pública, o nosso país enfrentou (2010-2020) e ainda enfrenta inúmeros desafios, nomeadamente:

- O estado deve lidar com o aumento da dívida pública;
- O estado deve lidar também com a desvalorização do metical;
- Controle da subida generalizada do nível de preços (inflação);
- Muitas empresas tiveram que abandonar as suas actividades, o que gerou um aumento do desemprego, e o estado deveria, no mínimo garantir um emprego para a população com capacidade de trabalhar;
- E por conta do desemprego e não só, o aumento da própria dívida gerou um aumento da corrupção;

- A queda acentuada dos investimentos;
- As exportações e importações decresceram;
- Manter o PIB (produto interno bruto) a níveis estáveis;
- Diminuir a pobreza, uma vez que houve um aumento da pobreza;
- Manter a taxa de financiamento, pois registou-se uma perda de financiamento
- Subsidiar uma parte das despesas de combustível, energia e água.

Em resumo, os desafios são vários e se forem quantificados, teremos as perdas do poder de compra e os correspondentes sacrifícios no consumo, a descida do investimento e os possíveis efeitos sobre a produção nos próximos anos e sobre o emprego.

2.7.2 Perspectivas

As minhas perspectivas ou melhor, expectativas para Moçambique são boas, uma vez que no nosso país temos muitos recursos. Então, no meu ponto de vista, a implantação mais rigorosa dos mega-projectos pode fazer com que a dívida pública Moçambicana seja sustentável, de modo a garantir uma melhoria do nível de vida dos moçambicanos. Pois bem, apesar da actual insustentabilidade da dívida pública, nada está perdido, é possível sim que as coisas melhorem para o nosso país, mas é necessário que o nosso estado tenha uma noção clara dos riscos de incorrer a certas medidas pensando que serão a solução, sem antes estudar os riscos desta mesma medida.

E também se a população moçambicana colaborasse, produzindo mais (pelo menos para o auto sustento do povo), se calhar não precisaríamos importar certos bens dos outros países. E não só, se a parte da população que tem acesso a educação em Moçambique, recebesse educação de muito boa qualidade, quem sabe não estaríamos nesta situação actualmente, pois bem acredito eu que teriam projectos a serem implementados no nosso país.

E como consequência, poderia trazer o cenário em que o país passa a controlar a questão das dívidas públicas taxativamente.

2.7.3 Soluções

Esforços adicionais devem ser realizados para melhorar as condições económicas em que vivemos, com o objectivo de assegurar um percurso sustentável da dívida pública, com menores custos e riscos. Nesse sentido, algumas acções direccionadas para a aprovação de reformas estruturais e para a recuperação da confiança dos investidores se fazem necessárias para favorecer a conjuntura e o desempenho dos condicionantes do endividamento público. Acções estas que podem ser:

1. Venda de activos, créditos, concessões, participações, ou seja, venda de património;

2. A renegociação das dívidas, de forma a alargarem mais os prazos de pagamento e diminuïrem as taxas de juro;
3. Melhorar o enquadramento empresarial geral através de regulamentação destinada a apoiar mercados de trabalho mais flexíveis, redução da burocracia, tornando mais fácil para as empresas desenvolverem a sua actividade e planearem para o futuro. As famílias, por seu lado, podem beneficiar de produtos mais baratos (e melhores), tendo assim mais dinheiro para gastar em outros produtos;
4. Uma possível reestruturação;
5. Não colocar barreiras ao investimento;
6. Diminuir os gastos do governo.

3 | CONCLUSÕES

Dívida pública é a situação em que um estado se encontra devido ao défice orçamentário, na qual o estado precisa obter empréstimos para financiar a parte dos seus gastos que não são cobertos com o valor arrecadado na tributação. Ela é composta por dívida interna que é aquela que é feita dentro do país, ou seja, as entidades públicas ou privadas localizam-se no território e a dívida externa que é aquela em que as entidades residem fora do país.

Actualmente, a dívida pública Moçambicana tem um stock total de 12 mil milhões, aproximadamente 80% do PIB (produto interno bruto) do país. Em 2016 Moçambique era o país mais endividados da África.

O mercado de capitais é um sistema que foi criado para a facilitação da capitalização das empresas, contribuindo para a geração de riquezas à sociedade.

A sustentabilidade da dívida pública é nada mais e nada menos que a competência que um país tem de cumprir com os seus compromissos relativos ao serviço da dívida pública.

Sendo assim, com base nos estudos e dados presentes no trabalho, cheguei a conclusão que infelizmente a dívida pública Moçambicana é realmente insustentável, uma vez que o nosso país não consegue arcar com as suas responsabilidades.

E para fazer face a esta insustentabilidade, o estado moçambicano deve redobrar os esforços de modo a melhorar as condições económicas em que nos encontramos.

REFERÊNCIAS

Abreu, M. a., Afonso, A., Escaria, V., & Ferreira, C. (2012). *Economia monetária e financeira*. Lisboa, Portugal: escolar editora.

BM. (2016, Dezembro 20). *Actualidade económica de moçambique*. Retrieved Outubro 18, 2021, from <https://www.iese.ac.mz>

Castel-Branco, C., & Massarongo, F. (2016, Maio 30). *Introducao a problematica da divida publica: contextualizacao e questoes imediatas*. Retrieved Outubro 18, 2021, from IESE: <https://www/iese.ac.mz>

Fijamo, C. (2021, Maio 21). Divida publica aumentou em USD 601 milhoes de 2019 a 2020. *O Pais* .

FMI. (2020). Divida publica mocambicana vai continuar em dificuldades mas e sustentavel. *Diario economico* .

FMO. (2016). *indignacao em relacao a crise da divida publica de mocambique*. Maputo, Mocambique: CESC.

Gadelha, S. (2017). *A divida publica e o financiamento orcamentario*. Brasilia, Brasil: ENAP.

IE. (2012, Janeiro 31). Mercado de capitais. Brasil, Sao Paulo, Brasil: associacao BMF.

Lei nº 9/2002 de 12 de Fevereiro (Lei SISTAFE)

Lorizzo, T. (2019, Janeiro 14). Banco central emite primeiros titulos da divida publica. *O Pais* .

Massarongo, C.-B. e. (2016). *Introducao a problematica da divida publica: contextualizacao e questoes imediatas*. Maputo, Mocambique.

Pina, C. C. (2005). *Instituicoes e mercados financeiros*. Coimbra, Portugal: Almedina.

Pires, C. (2006). *Mercadose investimentos financeiros* . Lisboa, Portugal : Escolar editora.

TA. (2015). *Divida Publica*. Maputo, Mocambique.

POLÍTICA MONETÁRIA EM MOÇAMBIQUE: UM ESTUDO EMPÍRICO SOBRE A EFICIÊNCIA DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA ADOPTADAS EM MOÇAMBIQUE (2010-2020)

Data de aceite: 10/01/2022

Atumane Jacinto José Nanvarra

Estudante do 3º ano do curso de Licenciatura em Economia e Gestão

Viegas Wirssone Nhenge

Docente da cadeira de Mercados e Investimentos Financeiros na Universidade Católica de Moçambique em Nampula
Faculdade de Educação e Comunicação,
Universidade Católica de Moçambique
Nampula - Moçambique

RESUMO: O presente artigo propõe-nos a debater em torno de Política Monetária em Moçambique: um estudo empírico sobre a eficiência dos instrumentos da Política Monetária adoptadas em Moçambique (2010-2020). A Política monetária é a actuação de autoridades monetárias sobre a quantidade de moeda em circulação, de crédito e das taxas de juros controlando a liquidez global do sistema económico. O Banco de Moçambique (BM) é o Banco Central de Moçambique, a autoridade monetária e cambial, e tem como objectivo primordial a preservação do valor da moeda nacional. Neste sentido, o objectivo este artigo tem como objectivo analisar a eficiência dos instrumentos da Política Monetária adoptadas em Moçambique (2010-2020). A moeda constitui um elemento que pode afectar muitas variáveis económicas que são importantes para o bem-estar das populações. Uma das variáveis que pode ser afectada pela moeda é a inflação. Por isso, os políticos e os mentores da política económica

em todo mundo preocupam-se com a conduta da Política Monetária. Em termos metodológicos, a elaboração do artigo baseou-se na recolha de informações de fontes bibliográficas dos aspectos mais relevantes sobre o tema em pesquisa, análise de documentos escritos, pesquisa oral e electrónica (internet), neste artigo, cingimo-nos mais numa abordagem indirecta em relação à análise empírica. *Quais são os instrumentos da Política Monetária adoptadas em Moçambique (2010-2020)?*

PALAVRAS-CHAVE: Política monetária, eficiência, instrumentos, Banco de Moçambique.

MONETARY POLICY IN MOZAMBIQUE: AN EMPIRICAL STUDY ON THE EFFICIENCY OF MONETARY POLICY MONETARY POLICY INSTRUMENTS ADOPTED IN MOZAMBIQUE (2010-2020)

ABSTRACT: This article proposes to focus on Monetary Policy in Mozambique: an empirical study on the efficiency of Monetary Policy instruments adopted in Mozambique (2010-2020). Monetary policy is the action of monetary authorities on the amount of currency in circulation, credit and interest rates, controlling the global liquidity of the economic system. The Mozambican Bank (BM) is the Central Bank of Mozambique, the monetary and exchange authority, and its primary objective is to preserve the value of the national currency. In this sense, the aim of this article is to analyze the efficiency of the Monetary Policy instruments adopted in Mozambique (2010-2020). Currency is an element that can affect many economic variables that are important for the well-being of populations. One of the variables that can be

affected by money is inflation. Therefore, politicians and economic policy makers around the world are concerned with the conduct of Monetary Policy. In methodological terms, the preparation of the article was based on the collection of information from bibliographic sources review of the most relevant aspects of the research topic, analysis of written documents, oral and electronic research (internet), in this article we focus on an indirect approach to empirical analysis *What are the Monetary Policy instruments adopted in Mozambique (2010-2020)?*

KEYWORDS: Monetary policy, efficiency, instruments, Bank of Mozambique.

INTRODUÇÃO

Em economias abertas e globalizadas como a de Moçambique, a taxa de câmbio desempenha um papel bastante primordial, uma vez tratar-se dum indicador macroeconómico que reflecte a força e competitividade de um país em relação as outras economias. A sua importância é grande ao ponto da sua desvalorização ou depreciação tornar os produtos domésticos mais competitivos frente aos produtos de outros países e sua apreciação ou valorização acarreta como consequência imediata a perda de competitividade no mercado interno. Moçambique é um país com uma economia globalizada e aberta ao comércio internacional, razão pela qual tem na taxa de câmbio uma variável bastante importante e indispensável, pois permite estabelecer ligações nas trocas comerciais com o resto do mundo. Por estas e outras razões, a variável taxa de câmbio é considerada como sendo um dos principais instrumentos da política monetária dado o seu impacto sobre os preços e no ambiente macroeconómico.

Um dos objectivos do Governo de Moçambique é garantir o crescimento económico contínuo e, para isso são adoptadas políticas macroeconómicas que têm em conta a estabilidade de preços pois assim, torna-se possível a garantia duma melhor planificação económica e a redução da pobreza da população. A motivação para o presente estudo resulta do elevado desejo de querer entender melhor em relação aos efeitos da endogeneidade da política monetária sobre flutuações cambiais em Moçambique, como sinais de alerta ao sector público e privado em termos de orientação das decisões a tomar, aliado a escassez de estudos sobre o tema em Moçambique.

CONCEITUALIZAÇÃO DE POLÍTICA MONETÁRIA

Falar da Política Monetária, é falar da actuação das autoridades monetárias, por meio de instrumentos de efeito directo ou induzido, com o propósito de controlar a liquidez global do sistema económico, a luz do seu objectivo primário, de garantir a estabilidade macroeconómica, sobre tudo a estabilidade de preços e crescimento económico com baixos níveis de desemprego. (Gontijo, 2007)

Em Moçambique em particular e no resto do mundo em geral, o Banco Central é a entidade com legitimidade para executar a política monetária. Em outras palavras pretende-se com isso dizer que o Banco Central é o responsável pela emissão de notas,

regulamentação da política creditícia e o controle da política cambial, isso conforme a luz da Lei nr.1/92, de 3 de Janeiro.

(Lopez & Vasconcellos, 2000), consideram que a Política Monetária diz respeito à actuação do Banco Central sobre a quantidade da moeda, do crédito e do nível da taxa de juros, com o objectivo de manter a liquidez do sistema económico.

Um conceito mais breve sobre a Política Monetária que é trazida por (Mishkin, 2000) diz que refere-se à administração da moeda e da taxa de juros, ou seja, a determinação da oferta de moeda pelos formuladores de política do Banco Central.

(Cleto & Dezordi, 2002) consideram que a política monetária, ao controlar a oferta de moeda, está a estabilizar o nível geral de preços da economia. Os governos que necessitam de diminuir a taxa de inflação reduzem a oferta monetária e aumentam a taxa de juros e esse mecanismo controla o nível de preços.

Uma outra visão sobre a política monetária é trazida por (Chande, 2003, p. 57)

Onde esta política age directamente sobre o controle do volume de moeda em circulação com o objectivo de preservar o valor da moeda nacional. A política monetária pode ser expansionista, quando tem o objectivo de aumentar a procura e incentivar o crescimento económico através do aumento da quantidade de moeda em circulação; ou restritiva, quando se afecta negativamente o nível de expansão monetária, o que promove a diminuição do aquecimento da economia para evitar o aumento dos preços. A Política Monetária é a base da economia dum país, visto que o crescimento e desenvolvimento dum nação estão intimamente ligados à política económica que o país adopta para uma determinada ocasião e de acordo com os planos políticos dum Governo.

Conforme o autor acima citado, num modo geral, a política monetária, conduzida pelo banco central consiste essencialmente em mecanismos de afectar a procura e oferta de moeda de modo a atingir níveis de quantidade de moeda e de taxa de juros compatíveis com os objectivos finais da política económica, precisamente, o crescimento económico, a inflação, emprego entre outros.

Associando os argumentos dos autores anteriormente citados, percebe-se que, a Política Monetária diz respeito à oferta de moeda, nos instrumentos utilizados e nos mecanismos de transmissão dos seus efeitos. A oferta de moeda é feita pelas autoridades monetárias, pela emissão de notas e moedas metálicas e pelos bancos comerciais que não emitem a moeda, mas criam moeda através de captação de depósitos.

OBJECTIVOS DA POLÍTICA MONETÁRIA

De acordo com (Hillbrecht, 1999), a política monetária tem como o objectivo de garantir a estabilidade de preços, a estabilidade da taxa de juros e do sistema financeiro, o elevado nível de emprego, o crescimento económico e a estabilidade do mercado cambial.

É experiente para todos nós que é desejável para um país a estabilidade de

preços, pois a inflação pode ser extremamente prejudicial à economia e assim torna difícil a interpretação da informação que os preços transmitem no que concerne à escassez de recursos que leva, deste modo, à má distribuição dos mesmos e conseqüentemente, à queda do bem-estar da população. A inflação pode dificultar ainda a elaboração de projectos do Governo, de empresas e das famílias, pois gera incerteza na economia, em relação a preços futuros.

Sob pensamento de (Hillbrecht, 1999) :

Uma economia deve procurar ter a estabilidade na taxa de juros, pois igualmente às flutuações dos níveis de preços, as taxas de juro dão lugar à incerteza na economia, o que põe em causa a tomada de decisões das famílias e das empresas em relação à poupança, aos projectos e aos investimentos. O Banco Central considera a estabilidade da taxa de juros como um objectivo da Política Monetária, devido à necessidade de criar um ambiente favorável para as decisões de poupança, investimentos e à existência de pressões políticas, pois, o Banco Central é frequentemente responsabilizado pelas elevações das taxas de juro (p. 151).

Conforme (Mishkin, 2000), a estabilidade do sistema financeiro contribui para a transferência eficiente dos fundos das pessoas que poupam para indivíduos e empresas que pretendem investir e permite reduzir o grau de incerteza nas decisões das instituições financeiras (Banco Central, bancos comerciais, bancos de investimento, empresas de seguro, fundos de pensão, cooperativas de crédito entre outras).

Um elevado nível de emprego, que acompanhe a estabilidade do nível de preços, é considerado um objectivo da Política Monetária, pois, o desemprego elevado representa um sério problema social. Uma das soluções para a redução do nível de desemprego pode ser a definição duma política do Governo de forma a criar mais postos de trabalho, fornecer as melhores informações sobre emprego e elaborar os programas de formação. (Mishkin, 2000, p. 98)

Para (Mishkin, 2000) o objectivo de crescimento económico está associado com o nível de emprego, pois as empresas tendem a investir em bens de equipamento para aumentar a sua eficiência na produção. Quando o desemprego é elevado, as empresas procuram produzir com mão-de-obra intensiva versus capital intensivo.

O mesmo autor acrescenta que é importante para uma economia globalizada a estabilidade do mercado cambial, pois, as oscilações das taxas de câmbio causam incerteza e prejudicam os negócios dos exportadores e importadores, o que torna mais difícil planificar as actividades futuras.

Pois, é frequentemente notado que uma valorização ou apreciação cambial torna a indústria nacional menos competitiva nos mercados internacionais, enquanto, uma desvalorização ou depreciação cambial torna caro os produtos e pode elevar o nível de preços dos produtos domésticos por isso o Banco Central procura tomar medidas de Política Monetária para evitar alterações repentinas significativas da taxa de câmbio.

OS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA MONETÁRIA ADOPTADAS EM MOÇAMBIQUE (2010-2020)

(Chande, 2003, p. 68), afirma que:

Os instrumentos de Política Monetária são meios que o Banco Central utiliza para controlar e manipular a Política Monetária do país. Através da utilização desses instrumentos, as autoridades monetárias podem influenciar a oferta de moeda e regular a taxa de juros numa determinada economia. Pode-se fazer a distinção de controle monetário directo e indirecto da Política Monetária.

Acrescentando, o mesmo autor afirma que o controle directo acontece quando é definido o nível das variáveis que o Banco Central pretende alcançar através da fixação administrativa da taxa de juros para todos os bancos e da fixação administrativa da concessão de crédito que os bancos comerciais devem dar ao público. O controle monetário indirecto usa o conceito de mercado para a determinação das variáveis e para influenciar os seus objectivos recorre aos instrumentos como reservas obrigatórias, taxa de redesconto e operações de mercado aberto.

RESERVAS OBRIGATÓRIAS

(Lopez & Vasconcellos, 2000, p. 90) afirma que:

As reservas legais, são consideradas como uma típica espécie de impostos ou obrigações, sobre os depósitos a vista dos bancos comerciais. São depósitos sob forma de reservas bancárias, em que os bancos comerciais são obrigados a manterem uma percentagem dos seus depósitos a vista, junto ao Banco Central.

Vale sublinhar que, as taxas das reservas obrigatórias, constituem um factor bastante importante e impulsionador, do ponto de vista do seu impacto sobre o multiplicador dos meios de pagamento pois, influenciam na determinação de qual será o montante de moeda que ficara a disposição dos comerciais para empréstimos e outros. Quanto maior for o depósito compulsório, maior será o nível de reservas obrigatórias dos bancos comerciais junto ao banco central. Pois, uma alteração nas reservas obrigatórias, afecta a oferta da moeda e faz com que o sistema multiplicador se modifique.

TAXA DE REDESCONTO

A taxa de redesconto é uma taxa de juro cobrada pelo Banco Central, pelos empréstimos aos bancos comerciais que podem ser usados sobretudo para conferir robustez aos bancos comerciais, do ponto de vista de ter mais ou menos liquidez. Em casos em que a taxa de juro cobrada pelo Banco Central é superior a taxa de juro cobrada pelos bancos comerciais, estes reduzem a concessão de crédito ao mercado, visando reduzir o

risco de ter que recorrer ao banco central. (Lopez & Vasconcellos, 2000)

Este instrumento é igualmente usado pelo Banco Central, para aumentar ou diminuir os níveis de disponibilidade da moeda e conseqüentemente expandir a economia. Nesta ordem, quando o Banco Central diminui a taxa de redesconto, o montante que os bancos comerciais devem enviar para o Banco Central diminui. Nesta ordem eles conseguem reter um montante maior para emprestar. Ou seja, a quantidade de crédito disponível ao mercado comum aumenta. Com isso, mais dinheiro fica disponível para as pessoas e a base monetária se expande, e a partir daí, os gastos aumentam e a economia cresce como um todo.

Quando o Banco Central toma a decisão contrária a do parágrafo anterior, o de aumentar a taxa de redesconto, ocorre a situação inversa. Os bancos comerciais dispõem de menos recursos para emprestar. O crédito disponível para as pessoas diminui e a base monetária se contrai, desacelerando a economia.

OPERAÇÃO DE MERCADO ABERTO

As operações de mercado aberto, são instrumentos que o banco central utiliza quando pretende contrair ou expandir a sua base monetária, Para o efeito, quando o objectivo é contrair a base Monetária, este vende parte dos seus títulos públicos e por sua vez, retira a moeda em circulação. Pretensão contrária, o Banco central compra os títulos públicos no mercado, o que de certa maneira vai permitir o aumento da moeda em circulação. (Lopez & Vasconcellos, 2000)

A operação de mercado aberto, segundo (Lopez & Vasconcellos, 2000, p. 97), é um instrumento macro económico da Política Monetária, muito importante, pelo seu papel determinante nos movimentos das taxas de juro de curto prazo, da base monetária, para além de constituir maior fonte de oferta da moeda.

O Banco Central, ao tomar a decisão de vender e comprar títulos públicos no mercado, o faz com a consciência das suas responsabilidades e ao mesmo tempo, com o intuito de monitorar a oferta de moeda. Esta, tem sido a operação que muitas das vezes, desempenha um papel estabilizador da economia. Em Moçambique as intervenções no mercado aberto baseiam-se em ofertas de quantidades dos seguintes instrumentos de dívida como é o caso do Bilhetes de tesouro, que hoje em dia funcionam como fonte para financiar o estado.

TRANSMISSÃO DE POLÍTICA MONETÁRIA

Para (Mishkin, 1995) o mecanismo de transmissão de política monetária, é um processo através da qual as decisões de taxa de juro e a oferta monetária afectam a actividade económica e a inflação. Nesta ordem, foram por ele identificados cinco canais de transmissão de política monetária a saber, taxa de câmbio, expectativas inflacionárias,

preço de activos, crédito bancário e taxa de juro do mercado.

TAXA DE JURO DE MERCADO

O canal taxa de juro, é o primordial mecanismo de transmissão monetária dos modelos macroeconómicos tradicionais e, indicam que uma política monetária expansionista leva a uma queda nas taxas de juros, o qual por sua vez reduz o custo do capital, causando uma elevação nos gastos com investimentos. Este mecanismo, tem subjacente a hipótese de rigidez dos preços no curto e médio prazo, por via do qual uma subida da taxa de juro nominal originado por um choque da política monetária, se traduz num crescimento temporário da taxa real de juro. (Mishkin, 1995)

O mesmo autor acrescenta que o Banco Central conduz dois tipos de operações de mercado aberto, nomeadamente as operações dinâmicas de mercado aberto que visam implementar mudanças na Política Monetária como alterações no nível de reservas e a base monetária e as operações defensivas de mercado aberto que tem como objectivo anular o efeito das flutuações da base monetária e das reservas como por exemplo mudanças nos depósitos do Tesouro.

TAXA DE CÂMBIO

(Mishkin, 1995, p. 59) sustenta que:

O pulsar do seguimento de taxa de câmbio para transmissão monetária, esta estritamente relacionada com os efeitos de variações da política monetária sobre taxas de juro. Uma alteração de taxas de juro reflecte-se na apreciação da taxa de câmbio, e altera os rendimentos relativos dos activos denominados em moeda nacional e estrangeira, o que provoca uma entrada de capitais na economia que levará a apreciação da taxa de câmbio.

A taxa real de câmbio também sofre apreciação, o que implica menor competitividade dos produtos domésticos, pois em termos relativos o preço do produto doméstico torna se mais alto que o estrangeiro o que fará com que haja redução das exportações líquidas levando à redução do produto.

CRÉDITO BANCÁRIO

Para (Pungel, 2007) a componente do mecanismo de transmissão via empréstimo bancário, importa referenciar que a política monetária expansionista, que consistem no aumento das reservas bancárias e o depósito dos bancos, eleva a quantidade do valor disponível para os empréstimos.

Tendo em conta que muitos dos interessados em contrair empréstimos dependem dos empréstimos bancários para financiar as suas actividades, este aumento de empréstimos fará com que os gastos com investimentos se elevem, crescendo deste modo a demanda

agregada e o produto.

Nesta componente, o Banco Central dá atenção a dois mecanismos de transmissão da política monetária para que possa influenciar o comportamento dos bancos comerciais, a saber:

- Agregado Monetário;
- Taxa de Juro de Curto Prazo.

PREÇO DE ACTIVOS

Para (Pungel, 2007) este mecanismo de preço dos activos, funciona através de mudanças nos preços relativos dos activos financeiros e pode-se dividir em duas componentes, tais como:

- Teoria de investimento de Tobin;
- Ciclo de vida de Modigliani.

O mesmo autor defende que na teoria de Tobin, quando o preço de mercado das acções for maior que o custo de reposição do capital, isto significará que a aquisição de novos bens é barato relativamente ao valor de mercado das acções. Haverá então, um incentivo para financiar a reposição do capital, através de uma pequena emissão de acções. Um aumento na taxa de juros tornaria títulos mais atraentes do que acções, reduzindo a demanda e o preço das acções.

Na teoria do ciclo de vida de Modigliani, a renda vária ao longo da vida das famílias. Assim, as famílias poupariam durante a fase de renda mais elevada, e deixariam de poupar no fim de sua vida, no período com menores fluxos de rendimento. O consumo seria função da riqueza financeira, aplicados no mercado accionista, dessa forma, um aumento da taxa de juros reduziria a riqueza, o consumo de bens. (Pungel, 2007)

EXPECTATIVAS INFLACIONÁRIAS

A transmissão via expectativas de inflação ocorre devido às alterações quanto à evolução da economia após uma alteração da política monetária. Um aumento da taxa de juros levaria os agentes a acreditarem numa redução da demanda agregada e da renda, sustentando assim, expectativas de menores taxas de inflação no futuro. (Mankiw, 2001)

A TAXA DE CÂMBIO E OS REGIMES DE TAXA DE CÂMBIO

Para (Pungel, 2007), define “a taxa de câmbio como sendo o preço do dinheiro de um país em relação ao dinheiro de outro país”. Salientar que, a troca comercial entre os países é feita mediante a uma taxa de câmbio, que representa o preço em que os residentes destes países usam nas suas transacções comerciais.

Conforme (Mankiw, 2001):

Existem dois tipos de taxas de câmbio. As taxas de câmbio nominais e as taxas de câmbio real. A taxa de câmbio nominal é o preço relativo da moeda de dois países. Por sua vez, a taxa de câmbio real representa a taxa pela qual os agentes económicos de diferentes países podem transaccionar bens e serviços entre eles. Por vezes, esta taxa é chamada de termos de troca. (p. 82)

Para (Mankiw, 2001) a forma mais simples de entender a política monetária deve ser olhada para composição da economia cuja proxy geralmente usada é o PIB:

$$Y - C - G + NX$$

Onde: Y = rendimento, G = consumo, I = investimento, G = gastos Públicos e Nx = exportações líquidas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em gesto de conclusão deste presente artigo, conclui-se que, o crescimento da economia e a evolução da base monetária revelaram-se muito diferentes entre si, o que significa que a disponibilidade de moeda não se reflecte na economia real. Quanto às reservas obrigatórias dos bancos comerciais junto do Banco de Moçambique, representam uma acentuada medida cautelar do Banco Central, supostamente com o intuito de assegurar maior solidez ao sistema financeiro moçambicano. Isso implica menos dinheiro disponível para crédito à economia. Muitos estudiosos afirmam serem reservas excessivas (das maiores do mundo, em termos percentuais).

As taxas de juro elevadas (como variável instrumental de gestão de política monetária principal) e a manipulação da taxa de câmbio têm como principal fim, manter a inflação como variável - objectivo principal, mesmo que em prejuízo da economia real. Ao passo que, a taxa de câmbio tem momentos de elevada depreciação, mas, contrariamente ao expectável, existem reservas internacionais muito elevadas. Está demonstrado, estatisticamente, que uma depreciação do metical tem um efeito negativo quase imediato sobre a inflação, afectando, logicamente, a procura interna e o consumo e nível de vida, sobretudo dos mais pobres (PIB per capita). Ao longo do período (sobretudo nos últimos anos), o Banco de Moçambique reagiu tarde à depreciação do metical (como recentemente, a partir de Fevereiro de 2021) e fê-lo com o propósito de manter a inflação baixa.

Embora a política monetária não seja, por si só, suficiente para o crescimento e transformação da economia com mais competitividade e equidade, o certo é que ela pode contribuir para esses objectivos. Ao longo dos 10 anos analisados, a economia pouco cresceu em termos reais e tem vindo a desacelerar (crescer a taxas sucessivamente mais baixas), a riqueza gerada por habitante pouco melhorou em meticais e reduziu para cerca de metade em dólares, a balança comercial deteriorou-se, a dívida pública, externa e interna, cresceu de forma galopante, a dependência externa aumentou (taxa de cobertura

e de abertura) e a estrutura económica está cada vez mais afunilada e extrovertida.

Finalmente, a crise iniciada (ou aprofundada) em 2016, principalmente em consequência das dívidas ocultas, provocou graves consequências sobre a economia moçambicana e a vida dos cidadãos.

Portanto, partindo de uma análise de num sentido empírico e acautelada, os instrumentos da política monetária usados em Moçambique mostraram ser ineficientes, isto devido a vários factores, um deles foi o problema da inflação de 2017, onde na altura, a taxa era de 7,15%, isto conforme os dados do (INE), pois vimos que um dos objectivos da política monetária é a estabilização dos preços e aparentemente os instrumentos não foram eficientes em relação a esse aspecto. Um outro factor a considerar é a taxa de cambio, nos ultimo 10 anos verificou-se uma subida na taxa de cambio em Moçambique, e isso consequentemente afecta o crescimento económico, porque uma taxa de cambio alta associado à uma taxa de juros elevada diminui as exportações e importações líquidas e isso para um país com pequeno poder de produção como Moçambique torna - se num impedimento ara o crescimento económico.

REFERENCIAS

Chande, M. (2003). Política Monetaria em Mocambique. *Uma contribuicao do departamento de estudos estatísticos e econmicos* . Mauputo, Mocambique.

Cleto, C. I., & Dezordi, L. (2002). Economia Empresarial. Universidade Federal Do Parana, Curitiba.

Gontijo, C. (2007). Mecanismos da Transmissao da politica monetaria. *uma abordagem terorica* . belo horizonte: Universidade Federal De Minas Gerais.

Hillbrecht, R. O. (1999). Economia Monetaria. Sao paulo, Brasil: editora Atlas.

Lopez, L. M., & Vasconcellos, M. A. (2000). *Manual de Macroeconomia* (2 ed.). Sao Paulo, Brasil: Editora Atlas.

Mankiw, N. G. (2001). *Principles of Macoreconomics* (6 ed.). Harcourt College.

Mishkin, F. S. (2000). *Moedas, Bancos e Mercados Financeiros* (5 ed.). Sao Paulo, Brasil : Editora S.A.

Mishkin, F. S. (1995). Symposiom on the monetary transmission mechanism. *Jornal of Economics Perspectives* , 50-63.

Pungel, A. (2007). *International Economicss*. New York: MCGraw - Hill Irwin.

Vasconsellhos, M. L. (2000). *Manual de Macroeconomia* (2 ed.). Sao paulo, Brasil: Editora Atlas.

CAPÍTULO 10

LOS EFECTOS DE LA SUBIDA DEL DÓLAR EN MÉXICO EN LA PRODUCCIÓN LA ECONOMÍA Y LA SOCIEDAD

Data de aceite: 10/01/2022

Víctor Manuel Piedra Mayorga

Es catedrático de la Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo (Escuela Superior de Ciudad Sahagún) y Universidad Autónoma de Tlaxcala (Unidad Académica Multidisciplinaria Campus Calpulalpan)

Rafael Granillo Macías

Docente investigador de la Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo (Escuela Superior de Ciudad Sahagún)

Miguel Ángel Vázquez Alamilla

Es coordinador investigador de la Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo (Escuela superior de Tlahuelilpan)

Raúl Rodríguez Moreno

Es investigador de la Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo (Escuela superior de Tlahuelilpan)

RESUMEN: La economía mexicana esta enlazada como muchas otras naciones en un mercado libre global, viéndose también afectada o beneficiada por ella por los diversos ciclos económicos recurrentes en el mundo, situación que tiene efectos en la devaluación del peso mexicano en relación con el valor dólar, moneda que tiene mucha relación con la economía mexicana ya que, por su ubicación geográfica y potencial económico, Estados Unidos es el principal socio comercial de México a nivel mundial, ejemplo de ello son las exportaciones

mexicanas que se han incrementado en 341.52 % y las importaciones en 243.88 %, EE. UU es la economía más grande del mundo con un PIB actual de aproximadamente 21 billones de dólares, México es la quinceava economía del mundo con un valor estimado de un billón de dólares, las principales causas por las que el peso mexicano vale menos que el dólar es por la elevada inflación generada por la emisión de dinero no respaldado mediante el PIB, bajas reservas internacionales o el endeudamiento por el excesivo gasto público.

PALABRAS CLAVE: Devaluación, peso mexicano, economía.

THE EFFECTS OF THE RISE OF THE DOLLAR IN MEXICO MEXICO ON PRODUCTION, THE ECONOMY AND SOCIETY

ABSTRACT: The Mexican economy is linked like many other nations in a global free market, being also affected or benefited by it by the various recurring economic cycles in the world, a situation that has effects on the devaluation of the Mexican peso in relation to the dollar value, currency which is closely related to the Mexican economy since, due to its geographical location and economic potential, the United States is the main trading partner of Mexico worldwide, an example of this are Mexican exports that have increased by 341.52% and imports in 243.88%, the United States is the largest economy in the world with a current GDP of approximately 21 trillion dollars, Mexico is the fifteenth economy in the world with an estimated value of one trillion dollars, the main reasons why the Mexican peso

worth less than the dollar is due to the high inflation generated by the issuance of money not backed by GDP, low international reserves or the indebtedness due to excessive public spending.

KEYWORDS: Devaluation, Mexican peso, economy.

INTRODUCCIÓN

La cotización o tipo de cambio se determina por la relación entre la oferta y la demanda de divisas, el peso mexicano se ha ido ajustando a lo que sucede alrededor del mundo, hora con hora, razón por la cual cambia su precio de compra-venta todos los días, sin generar presiones inflacionarias altas, pero también los proveedores de servicios, importadores y comercializadores de bienes y servicios han reducido su utilidad para seguir vendiendo, pero hay un límite de ya no poder reducir los márgenes de utilidad y entonces se puede causar inflación con efectos en el poder adquisitivo, años atrás, México mantenía un tipo de cambio fijo, gracias a que se subsidiaba (pagaba) las variaciones del precio de la moneda frente a la extranjera; pero cuando aumentaba demasiado el gobierno se quedaba sin recursos y, por lo tanto, tenía que dejar de pagar dicha diferencia de precio, provocando un incremento muy repentino de los precios en casi todas las cosas, hoy la economía mexicana necesita de la adopción de modelos económicos que permitan un desenvolvimiento sano para generar más empleos y mejorar la economía de manera estable (Banorte, 2021).

DESCRIPCIÓN DEL MÉTODO

El objetivo de la investigación es analizar y determinar los efectos de la volatilidad del dólar en relación con el peso mexicano y su impacto social y económico. La presente investigación es de tipo descriptivo y analítico, porque solo describe o estima parámetros, es analítico porque establece asociaciones entre factores y es de nivel descriptivo relacional porque solo se demuestran la dependencia entre las dimensiones de estudio.

DISEÑO DE LA INVESTIGACIÓN

El presente trabajo constituye una investigación aplicada, toda vez que está dirigida hacia la determinación de factores que inciden en los aspectos económicos y sociales en México, el diseño que se utiliza en esta investigación es transaccional, ya que se recolectan datos en un solo momento, en un tiempo único y permite describir las variables y analizar su incidencia e interrelación entre las mismas, es una investigación no experimental porque no se manipulan las variables.

DESARROLLO

En el reino de Lidia (vease figura 1) nació la primera moneda del mundo, una aleación de oro y plata conocida como *electrum* en el siglo VII antes de Cristo, fue idea del rey Argos con materiales utilizados de oro y plata, ya que eran los metales más valiosos en ese momento, las monedas fueron hechas a golpe de martillo.



Figura 1 : ubicación de Lidia, primer lugar en el mundo en usar monedas

A pesar de su rudimentaria fabricación, eran de grosor parejo, redondas y de buena apariencia, fueron troqueladas en denominaciones de 4, 3, 2, 1 y $\frac{1}{2}$ reales; también se acuñaron monedas de cobre en denominaciones de 4 y 2 maravedíes para uso de los indios, cuya fabricación fue suspendida por el rechazo de los naturales a esas monedas, en México empezaron a circular en la tercera década del siglo XVI por los españoles que llegaron al Nuevo Mundo (Banxico, 2021):

- a) Tuvieron que usar las pocas monedas castellanas que traían consigo.
- b) Utilizaron como moneda el cacao, cuentas de jade o jadeíta conocidas como *chalchihuis*, mantas de algodón o *patolcuachtli*, cañones de pluma de pato rellenos de polvo de oro y hachuelas o tajaderas de cobre en forma de letra tau griega.
- c) El cacao subsistió como medio de cambio en algunos lugares del sureste de México hasta principios del siglo XX.

La riqueza minera descubierta en el nuevo mundo cambió las perspectivas coloniales y el crecimiento del comercio en la Nueva España, por ello se estableció la Casa de Moneda en 1535, al tiempo en que se establecía oficialmente el Virreinato de la Nueva España, el Virrey Don Antonio de Mendoza recibió la cédula de fundación de la Casa de Moneda de México, troquelando las primeras piezas en abril de 1536, con las figuras de los reyes Carlos y Juana, (vease figura 2) llamadas así porque en su anverso se leen los nombres de los reyes en latín (*carolus et iohana reges*) (ACONUPA, 2018).



Figura 2: monedas de Carlos y Juana

La plata se transportaba en el lomo de mulas o en carreta desde las minas hasta la Casa de Moneda de México para convertirse en monedas y ser acuñadas, los criollos (españoles nacidos en la Nueva España) o peninsulares (nacidos en España), optaron por enviar sus riquezas al exterior para evitar exponerlas. Otros las atesoraban o escondían para evitar ser despojados, las minas fueron abandonadas o tomadas por las fuerzas beligerantes para evitar que el enemigo pudiera aprovecharse de su explotación y riqueza, su producción se redujo porque los trabajadores se unieron a las tropas insurgentes provocando una gran escasez de dinero, dando paso a la emisión de monedas de necesidad que fueron emitidas por realistas e Insurgentes, durante la guerra de Independencia, muchos españoles regresaron a su país y los que se quedaron en la Nueva España, escondieron sus fortunas por la inseguridad de los caminos.

DESARROLLO

El respaldo del valor del dinero en un país se refleja en el PIB, que es la suma los bienes y servicios de la población de un año, el papel del gobierno es evitar que exista una diferencia grande con el PIB en relación con el circulante para mantener su valor, si este rebasa el nivel de producción se genera inflación o devaluación de la moneda (Sojo, 2012). Los primeros datos históricos de inflación mexicana son:

- En el Primer Imperio Mexicano a cargo de Agustín de Iturbide, la paridad estaba en \$0.97 pesos por dólar, y se mantuvo casi sin cambios hasta 1875.
- En 1892, por iniciativa de Don Matías Romero, todas las casas foráneas fueron recuperadas para el gobierno (con excepción de la de Oaxaca) y algunas continuaron su labor hasta 1905, cuando la caída mundial del precio de la plata obligó al gobierno de Porfirio Díaz a instrumentar una reforma monetaria, que disminuyó la acuñación de moneda hasta que se mantuvo solamente la acuñación de la antigua Casa de México, primera del Continente Americano, con más de 460 años de funcionamiento ininterrumpido.
- En 1899 el peso mexicano se cotizaba frente al dólar en \$2.08.
- A partir de la Reforma Monetaria de 1905, se adoptó el patrón oro, se modificó la ley de las monedas y se estableció el uso del Escudo Nacional rodeado por la inscripción "ESTADOS UNIDOS MEXICANOS" que se conserva hasta la actua-

lidad. Esta reforma creó piezas monetarias de oro en denominaciones de diez y cinco pesos con ley de 900 milésimos con la efigie de Miguel Hidalgo y Costilla.

- En 1910 bajó a \$2.01.
- Entre las piezas de la etapa porfirista más destacadas por su belleza se encuentra la primera moneda conmemorativa, el llamado *peso de caballito*, diseñado por el artista francés Charles Pillet para conmemorar el centenario de la Independencia de 1910 (vease figura 3).



Figura 3: moneda el caballito con la cual se celebró la independencia de 1910

- En 1917 el constituyente emitió la moneda preservando su capacidad de compra, y determina que el Banco Central será el único emisor de la moneda nacional, consolidando con ello la confianza del público en el dinero fiduciario.
- El Banco de México inició sus funciones el 1 de septiembre de 1925, gracias al presidente de la República, Plutarco Elías Calles.
- De 1941 a 1945, el incremento promedio anual del índice general de precios al mayoreo en la ciudad de México fue de 14.2%, en tanto que para el índice del costo de la alimentación en la ciudad de México fue de 20.5%.
- Los años de presiones inflacionarias más intensas, fueron los de 1943 y 1944, en 182 años (1826 – 2008) el peso mexicano ha experimentado doce devaluaciones. Seis de 1904 a 1954 y otras seis de 1976 al 2008.
- El 18 de octubre de 1987, la bolsa mexicana tuvo la peor caída de la bolsa de valores con una brutal devaluación del peso mexicano, consecuencia igual de la caída de la bolsa de Nueva York.
- En junio 2021 el dólar está en \$19.87 pesos mexicanos.



Figura 4: devaluación por sexenios en México

En México el Índice de Precios al Consumo, (IPC en México), está relacionado con la canasta familiar, es un indicador económico que se mide a través de la inflación anual y que permite identificar el gasto básico mínimo de acuerdo al salario que este contemplado para la fecha. (El dólar es considerado la moneda más importante del mundo y esto se debe a su uso como una moneda global y por sus implicaciones en todos los mercados financieros, el dólar ya no se respalda en el oro, sino exclusivamente en la confianza que le otorga la sociedad, consolidándose a partir de allí su carácter pleno como moneda fiduciaria, se ha establecido como moneda de reserva global, la moneda que compite a nivel mundial con el dólar es el quetzal, moneda de Guatemala). Después de la Revolución Mexicana, la amonedación debía adaptarse a las nuevas circunstancias y necesidades del país. En el pueblo mexicano, desde la época virreinal se arraigó el uso de monedas de oro y plata. Sin embargo, debido a que se trastocó la equivalencia entre el valor del oro y la plata, el gobierno tuvo la necesidad de adaptar a los nuevos tiempos la ley monetaria (Banorte, 2021). En el último cuarto del siglo XX el valor adquisitivo de las monedas se redujo debido a un proceso inflacionario, originando que se acuñaran monedas de altas denominaciones, tanto, que se rebasó la denominación de cincuenta pesos y en cierto momento se llegaron a acuñar monedas de mil y hasta de cinco mil pesos. Ante esta situación y con el fin de simplificar el manejo de las cantidades en moneda nacional, el 18 de junio de 1992 se estableció que a partir de 1993 se emplearía una nueva unidad del Sistema Monetario de los Estados Unidos Mexicanos, equivalente a mil pesos de la unidad anterior (ACONUPA, 2018).

La nueva unidad llevaba el nombre de “Nuevos Pesos”, se identificaba con el símbolo “N\$” o anteponiendo la palabra “Nuevo”. Es decir, si una persona tenía 5000 pesos antes del cambio de unidad, éstos equivaldrían a 5 Nuevos Pesos, la equivalencia de 1.00 fue a 1000.00, el Banco de México emitió durante 1992, una nueva serie de monedas en denominaciones de diez, cinco, dos, y un peso y cincuenta, veinte, diez y cinco centavos (vease figura5) (Sojo, 2012).



Figura 5: monedas con el símbolo NS en México

CAUSAS DE LA DEVALUACIÓN

1. Aumento de la masa monetaria, es decir, si aumenta el número de billetes y

- monedas de un país, se aumenta la oferta y eso provoca una pérdida de valor en la moneda, con respecto a otra moneda.
2. El tipo de cambio real aumenta, y el incremento en la competitividad en precios se refleja con más exportaciones y menos importaciones (efecto en volumen), el valor que el mercado le da a cualquier activo financiero (incluidas las monedas) es un reflejo de la oferta y demanda de ese activo.
 3. La inflación se provoca si el gobierno gasta más de lo que recibe o a factores de demanda, oferta, inflación importada y, principalmente las expectativas.
 4. Un dólar caro genera incremento de precios en productos importados e inflación, puede provocar que el Banco de México incremente la tasa de referencia a bancos comerciales, lo que también puede dar motivo para que estos aumenten en los créditos nuevos, a sus clientes.
 5. Afecta al turismo y exportaciones ya que la venta de productos **mexicanos** adquiere un importante valor en el comercio internacional que utiliza el **dólar** estadounidense, los productos manufacturados con componentes extranjeros suben de precio, afectando a los consumidores y la deuda de empresas transnacionales mexicanas.
 6. El comercio internacional pierde sumas significativas en las operaciones de cambio de pesos a dólares y ahorros, los **mexicanos** que tienen ahorros en la divisa norteamericana saldrán beneficiados a corto plazo. Por su parte, los que tienen ahorros en pesos tampoco perderán dinero, ya que se considera que la economía mexicana es suficientemente estable y está creciendo por debajo de su tasa potencial, estimada en un 3%.
 7. Encarecen las mercancías e insumos que las empresas y fábricas utilizan para producir bienes y servicios en el país.
 8. Se paga más dinero por productos de importación, como algunos alimentos, farmacéuticos, textiles, electrodomésticos y vehículos cuyas piezas provengan del extranjero.
 9. Los productores se ven obligados a elevar el precio de sus artículos, impulsando la inflación con efectos en la demanda, aumentos en los costos de las empresas, inflación autoconstruida, política fiscal expansiva, déficit fiscal, inflación estructural e inflación inercial.
 10. Los empresarios mexicanos que exportan sus productos al extranjero se podrán ver beneficiados, ya que para el país vecino venderán más barato esos productos, lo que automáticamente los hace más atractivos en el mercado extranjero.
 11. Algunos empresarios pueden decidir no subir los costos de sus productos y reducir sus ganancias para continuar vendiendo su mercancía.
 12. Se paga más dinero al viajar al extranjero por su boleto de avión, hospedaje, comida y todos los gastos que se realicen en el país.
 13. En el mediano y largo plazo, el gobierno dispone de menos presupuesto para

invertir en escuelas, hospitales, carreteras, puentes, programas sociales y enfrentar sus compromisos financieros.

14. En cuanto a la deuda externa que México tiene en dólares, terminaría pagando mucho más dinero.

15. Afecta de manera positiva la economía de los mexicanos en las remesas, quienes reciban dinero proveniente de Estados Unidos verán sus ingresos multiplicados automáticamente.

16. Todos los precios de importación vienen en dólares, suben, y entonces todo es más caro y esos precios empiezan a trasladarse a los demás precios, son una merma para el poder adquisitivo.

17. Las familias, pagaran más por los bienes y servicios que consumen con ingresos propios y prestados.

18. El 18 de octubre de 1987, la bolsa mexicana tuvo una caída a causa de la caída de la bolsa de Nueva York. La peor devaluación del peso mexicano en su historia.

19. Se genera desconfianza en la economía local o en la estabilidad misma del país.

20. Hay una sobrevaloración de la moneda local con respecto a la moneda exterior.

21. Hay fuga de divisas por falta de inversión de capitales extranjeros y desaparece la confianza en la moneda y política local.

22. Hay un déficit en la balanza comercial, es decir, mayores importaciones que exportaciones.

La moneda más cara de Latinoamérica 2020 es el bolívar venezolano, de acuerdo al Banco Central de Venezuela para la compra de 1 dólar se requieren de VES 1.035.887, alcanzando un récord y la moneda que mejor cotiza en Latinoamérica es el sol peruano. De acuerdo con el Banco Central de Reserva del Perú, el tipo de cambio indica que para comprar 1 dólar se necesitan de 3,60 soles peruanos. Los bancos usan el dinero para ganar más dinero cuando lo prestan, y una parte de ese dinero adicional es guardado otra vez en el banco (Banxico, 2021). El banco puede entonces prestar ese dinero a otra persona, y vuelve a circular el dinero, dándole movimiento en la economía del país (KOM, 2020), los efectos de la devaluación sobre la producción y el consumo son por el lado de la demanda, ya que incrementa el precio relativo de las importaciones en términos de exportaciones, lo que tiende a aumentar las exportaciones y contraer las importaciones, ya que una devaluación abarata los bienes producidos localmente en relación a los extranjeros (Banorte, 2021).

Al aumentar la tasa de referencia el Banco de México hace más atractivo el ahorro que el consumo, lo que contribuye a contener la inflación en el mediano y largo plazos, al subir la tasa de interés hace más atractivo el peso, entonces vienen más dólares a la economía mexicana buscando esa mayor inversión, aumenta la oferta de dólares, baja el tipo de cambio y eso ayuda a contener el aumento en los precios (ACONUPA, 2018), pero

también aumenta el costo del crédito bancario a sus clientes, lo que se traduciría en una afectación a su poder adquisitivo, la apreciación del dólar no se ha trasladado a los precios del consumidor final ni ha afectado la inflación, el hecho de que el traspaso del tipo de cambio a precios sea menor respecto a lo observado se explica porque, gracias a las reformas, la economía mexicana es más competitiva, la competencia hace que los proveedores de bienes y servicios absorban parte del costo del tipo de cambio, manteniendo los precios sin subirlos, la competencia ayuda a que no haya traspaso del tipo de cambio a los precios (Sojo, 2012). Cuando existen muchos dólares en circulación se dice que la moneda tiene liquidez y su precio baja, y cuando sube, es básicamente por su escasa disponibilidad frente a la demanda de la divisa, las variaciones del mercado afectan el precio de una moneda, por ejemplo: si muchos inversionistas de la noche a la mañana deciden sacar su dinero de un país para llevarlo a otro (Banxico, 2021), entonces la liquidez bajará y el precio de la moneda aumenta (vease figura 6).



Figura 6: Fortaleza de la moneda

El valor de la moneda de un país lo determina la producción de bienes y servicios que tiene un país o sea sus Ingresos a esto se le llama el Producto Interno Bruto más las reservas en el Banco Central más todos los ingresos que por remesas del extranjero se reciben. Actualmente el peso mexicano cuenta con el respaldo de casi 208 mil millones de dólares, según la Secretaría de Hacienda y Crédito Público, con lo cual garantiza el suministro de divisas ante una demanda creciente en el mercado local de cambio o para enfrentar una salida masiva de capitales (Ramos, 2016). Una revaluación significa un aumento del precio de los bienes o productos, dicho término se utiliza para reevaluar la

moneda, en donde significa un aumento del precio de la moneda local en relación con una moneda extranjera bajo un tipo de cambio fijo. La moneda más cara del mundo es el Dinar Kuwaití (\$3,30 dólares) 1 KWD = 2,73 EUR (Dinar Kuwaití a euro). Kuwait es un país pequeño con una enorme riqueza. El alto valor (tasa) de su divisa es explicado por sus significantes exportaciones de petróleo hacia el mercado global.

PRINCIPALES ACTIVIDADES ECONÓMICAS EN MÉXICO

1. Primarias: satisfacen las necesidades básicas (comida y vivienda), como la agricultura, explotación forestal, ganadería o pesca minería.
2. Secundarias: hay uso predominante de la maquinaria y de procesos automatizados, la construcción electricidad, gas y agua industria manufacturera.
3. Terciarias: son la distribución de recursos como los servicios, las comunicaciones y los transportes. comercio servicios (incluyendo los educativos) transporte.
4. Sector automotor: General Motors, Ford y Chrysler han operado desde los años 1930, la Volkswagen y Nissan se instalaron en México en los años 60 y Toyota, Honda, BMW y Mercedes Benz, produce componentes tecnológicos complejos y participa en investigaciones y grandes actividades de desarrollo.
5. Electrónicos: se producen y diseñan televisiones, computadoras, teléfonos celulares, aparatos electrónicos, equipos comunicacionales, módulos de LCD, entre otros, esta industria ha incrementado alrededor de 17% cada año y representa el 30% de las exportaciones mexicanas.
6. Industria de combustibles: México es el sexto productor de combustible en el mundo; Pemex administra la investigación, exploración y ventas del petróleo mexicano, es una de las productoras de crudo más grandes del mundo.
7. Agricultura: un gran porcentaje de la fuerza de trabajo mexicana labora en este sector con granjas mecanizadas, producen carne vacuna, frutas, vegetales, maíz, leche, cerdo, horticultura y huevos.
8. Turismo: México es el sexto país a nivel mundial y primero del continente americano con más sitios declarados Patrimonio de la Humanidad por parte de la UNESCO. Cuenta con 33 sitios, de los cuales 27 son patrimonios culturales, 5 patrimonios naturales y 1 como patrimonio mixto, contribuye con el 9 por ciento del Producto Interno Bruto, genera 7.5 millones de empleos, representa la tercera fuente de captación de divisas y ocupa el segundo puesto, después de la actividad agropecuaria.
9. Existen 200 compañías aeroespaciales funcionando en México, emplean a más de 200 mil personas.

En México en el año 2000 la población urbana aumentó a 74.68% y la rural disminuyó a un 25.32%, en la medida en que las ciudades mexicanas se vuelvan más sustentables y

competitivas estarán asegurando su viabilidad futura y una mejor calidad de vida para sus habitantes, México cuenta con un PIB (producto interno bruto) nominal de US\$ 1.063.610 millones, es la decimoquinta economía más grande del mundo. (ACONUPA, 2018). La economía mexicana está orientada principalmente hacia la exportación, De acuerdo con información de la Organización del Mundial del Comercio (OMC, 2021), México es el 11 exportador mundial y el primero en América Latina y su red de 13 Tratados de Libre Comercio (TLC's) con 50 países vinculan a la economía mexicana con más de 1300 millones de consumidores, con una fuerza laboral integrada por 52.8 millones de personas (KOM, 2020):

CONCLUSIONES Y PROPUESTAS

México es un país con grandes recursos naturales, los cuales muchos de ellos se encuentran desafortunadamente en manos de extranjeros derivados de actos de corrupción, razón por la cual la economía nacional no se distribuye de manera equitativa, ni genera los recursos suficientes para que la población se desarrolle de manera sustentable, afectando el valor del peso mexicano, ante esta situación el peso no se ve bien fortalecido, el dólar está considerado como la referencia mundial ya que se encuentra en diversas actividades económicas y aspectos fiduciarios en el mundo lo que ha suplantado el oro, pero cuando el peso se devalúa en relación con el dólar causa problemas económicos importantes bajando en el poder adquisitivo de las personas y perjudicando la económica nacional, aunque en otros casos benefician a las exportaciones, turismo y venta de productos al extranjero, ante esta situación es importante seguir con un patrón mundial económico para no incrementar el valor de los productos, y seguir generando ventas, es importante analizar, proponer y adaptar diversos modelos económicos mundiales que permitan que México tenga un desenvolvimiento natural y positivo que permita crecer en el mercado. Se recomienda realizar medidas económicas que permita a los consumidores una mejor distribución de sus ingresos como las siguientes:

Comprar de manera consciente ya que solo el 22% de los consumidores compara y busca los mejores precios antes de comprar, cambiar de marcas o formatos, invertir su dinero, y que hay poca cultura del crédito y ahorro de los mexicanos, disminuir el entretenimiento, considerar otras fuentes de ingreso, comprar en línea, evitar la adquisición de nuevas deudas, si es posible adelantar los pagos anuales que se pueda, comprar productos de origen nacional. invertir en dólares y ahorrar el 10% de tu sueldo mensual. (KOM, 2020).

REFERENCIAS

ACONUPA (2018). Monedas coloniales. Recuperado de (2) ACONUPA - Publicaciones | Facebook

Banorte (2021). ¿Porque sube y baja el dólar? Recuperado de ¿Por qué sube y baja el dólar? (banorte.com)

Banxico (2021). Historia de la moneda y el billete en México. Recuperado de {1EEDFA6C-8EDB-B7AD-11B2-528C7B69CC76}.pdf (banxico.org.mx)

KOM (2020). Principales actividades económicas de México. Recuperado de PRINCIPALES ACTIVIDADES ECONÓMICAS DE MÉXICO - KOM

Ramos (2016). ¿Cómo afecta el dólar caro a los mexicanos? Recuperado de **¿Cómo afecta el dólar caro a los mexicanos? | DineroenImagen**

Sojo (2012). Lo que indican los indicadores. Recuperado de Lo que indican los indicadores (unam.mx)

INTERAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E APEC: UMA ANÁLISE DE DIVERSIFICAÇÃO DA PAUTA COMERCIAL

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 11/10/2021

Sarah Geciellen Cabral Braz

Ponta Grossa – PR

<http://lattes.cnpq.br/6705846087673467>

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar o comércio bilateral entre o Brasil e os 21 países membros do bloco Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico – APEC. A análise deste trabalho será através da classificação dos ramos industriais (categorias dos produtos) das pautas de exportação e importação por níveis tecnológicos e de fatores determinantes da diversificação da pauta exportadora para o período de 1997 a 2015. A metodologia empregada é o Índice de Diversificação, o qual é encontrado através do Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH) e o Modelo Gravitacional de Comércio, sendo as variáveis usadas para a estimação do modelo: PIB, distância geográfica, fronteira e volatilidade da taxa real de câmbio. Os resultados obtidos, de maneira geral, foram que existem diferenças entre o que o Brasil importa e exporta dos países desse bloco econômico, porém, os maiores importadores e exportadores dos produtos brasileiros são os mesmos. Verificou-se que o PIB e fronteira possuem efeito não significativo sobre a diversificação da pauta exportadora, enquanto a distância e a volatilidade do câmbio possuem um efeito negativo. Os resultados mostram que tanto a

volatilidade quanto a distância são significativas para diversificar as exportações brasileiras para o bloco APEC.

PALAVRAS-CHAVE: Diversificação. Comércio Bilateral. Níveis Tecnológicos.

ECONOMIC INTERACTIONS BETWEEN BRAZIL AND APEC: AN ANALYSIS OF THE DIVERSIFICATION OF THE TRADE MIX

ABSTRACT: The objective of this work is to analyze bilateral trade between Brazil and the 21 member countries of the Asian and Pacific Economic Cooperation – APEC. The analysis of this work will be through the classification of industrial branches (product categories) of the export and import mix by technological levels and determinants of the diversification of the export mix for the period from 1997 to 2015. The methodology used is the Diversification Index, which is found through the Hirschman-Herfindahl Index (HHI) and the Gravitational Trade Model, with the variables used to estimate the model: GDP, geographic distance, frontier and real exchange rate volatility. The results obtained, in general, were that there are differences between what Brazil imports and exports from the countries of this economic bloc, however, the largest importers and exporters of Brazilian products are the same. It was found that GDP and frontier have a non-significant effect on the diversification of the export agenda, while distance and exchange rate volatility have a negative effect. The results show that both volatility and distance are significant to diversify Brazilian exports to the APEC bloc.

KEYWORDS: Diversification. Bilateral Trade. Technological Levels.

1 | INTRODUÇÃO

Em períodos de recessão econômica, o mercado interno deixa de ser atrativo para muitas empresas locais, e estas buscam meios de manter suas vendas escoando sua produção para os mercados estrangeiros. O verbo exportar possui grande significância para aqueles que trabalham no ramo exportador, pode significar lucro quando o mercado doméstico não é rentável, porém pode significar perda quando por algum motivo, enviar seu produto para fora do país acaba virando prejuízo. Em contrapartida, importar também é necessário, afinal nenhum país é autossuficiente. Em um contexto globalizado, onde os países são interdependentes, as relações financeiras, comerciais e diplomáticas são extremamente importantes e valorizadas.

Fernandes (2015) considera o comércio internacional como os fluxos comerciais por trocas de bens e serviços entre os países, a especialização dos bens e a sua difusão através do comércio, *a priori*, mostra-se importantes para o bom desempenho econômico dos países, ao promoverem os ganhos competitivos no cenário mundial.

Analisando o comércio internacional brasileiro, as pautas de importação e exportação são uma forma de avaliar o crescimento do país de uma maneira eficaz, observando os produtos importados e exportados e seu nível de tecnologia. Uma das questões relevantes diz respeito à qualidade da pauta de comércio exterior do país, diz De Negri (2005). Embora o Brasil seja grande exportador de *commodities* e produtos intensivos em mão de obra e recursos naturais é possível e necessário ampliar o conteúdo tecnológico das exportações brasileiras, pois a pauta de exportações brasileiras ainda está bastante afastada do padrão mundial, crescentemente concentrado em produtos de maior intensidade tecnológica.

A relação entre Brasil e outro país ou bloco econômico é chamada de comércio bilateral, onde existe transação de mercadorias e serviços de um parceiro comercial para outro. Um bloco econômico com intensa comercialização com o Brasil é a APEC – Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico, os principais parceiros comerciais brasileiros são participantes do bloco, como China e Estados Unidos. De acordo com os dados do Sistema AliceWeb, em 2014 aproximadamente 50% das exportações brasileiras foram destinadas a APEC, além de ser um bloco econômico em ascensão devido a participação dos novos e velhos tigres asiáticos¹.

Em decorrência dessa importância, este estudo tem por objetivo analisar o comércio bilateral do Brasil com o bloco econômico APEC através da utilização do modelo gravitacional verificando a diversificação da pauta comercial tomando como base dados em painel, desagregando os dados do bloco econômico por países, que são no total 21 países participantes. Empregando as informações de exportação e importação e classificando-as

¹ Cingapura, Coréia do Sul, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Malásia, Tailândia, Taiwan (Formosa) e Vietnã.

em níveis tecnológicos conforme Carmo *et al.* (2012), a variável dependente do modelo gravitacional do comércio será o índice de diversificação da pauta exportadora calculado a partir do inverso do Índice Hirschman-Herfindahl (IHH) para cada nível tecnológico.

Além de serem analisados os níveis tecnológicos dos produtos comercializados pelos países da APEC com o Brasil e a participação dos países, será verificado o comportamento das pautas de importação e exportação e se as mesmas estão diversificando ou concentrando seu leque de produtos comercializados para os anos de 1997 a 2015.

Essa pesquisa está dividida em cinco seções, contando com esta introdução. Na próxima seção temos a revisão de literatura, logo mais a metodologia onde se encontra a fonte dos dados, o modelo de concentração Índice Hirschman-Herfindahl (IHH) e o modelo gravitacional para o comércio bilateral entre Brasil e países da APEC, em seguida os resultados obtidos na pesquisa e por fim a conclusão deste trabalho.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

2.1 O Comércio Internacional Brasileiro e a APEC – Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico

Em 2015, a Ásia foi o continente que mais comprou produtos brasileiros, com 33,1%, e em segundo lugar, América Latina e Caribe com 20,5% de participação. O país com maior participação nas exportações brasileiras, segundo o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior (MDIC) foi a China com 18,6% e detendo 17,9% das importações, concluindo que a província chinesa também é a maior compradora do Brasil.

Neste estudo, o país analisado será o Brasil e seus parceiros comerciais do bloco econômico Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico (APEC) para o período de 1997 a 2015, devido ao nível de importância para a economia brasileira.

O relacionamento Brasil-Ásia inicialmente foi dado através do Japão por um longo período, tendo posteriormente avançado em direção à China. E assim sucessivamente, ao restante da Ásia e Pacífico. Em 1989, foi criada a *Association of The SouthEast Asian Nations* (ASSEAN), com 12 países membros. Em 1993, a ASSEAN recebe outro nome tornando-se um bloco econômico, a APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), finalizando no total com 21 membros: Austrália, Brunei, Canadá, Cingapura, Chile, China, República da Coreia, Estados Unidos da América, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Rússia, Tailândia, Taiwan e Vietnã.

De acordo com a Divisão de Inteligência Comercial - DIC (MRE, 2016), no ano de 2015, a participação do bloco econômico APEC nas exportações totais brasileiras foi de 50,58%. Em relação às importações totais do Brasil, a APEC em 2015, teve participação de aproximadamente 54% das importações brasileiras. A China teve 36,4% de participação nas exportações brasileiras destinadas ao bloco APEC e 31,9% das importações brasileiras

no ano de 2015, responsável pelo maior fluxo de comércio entre o Brasil. Em segundo lugar, os Estados Unidos com 24,2% das exportações e 29,9% das importações. O terceiro lugar no *ranking* do comércio bilateral foi diferente para as exportações e importações, as exportações ficaram com o Japão com 6% de participação e as importações com a Coreia do Sul com 7,3% de participação. Percebesse por esses dados que China e Estados Unidos são os maiores parceiros comerciais do Brasil, pois detêm o maior fluxo comercial somando nas exportações 60,6% e nas importações 61,8% de participação.

Os produtos que são mais exportados são produtos que não possuem um valor agregado elevado, considerados não industriais ou de baixa tecnologia. No entanto, analisando a pauta importadora nota-se que os produtos mais comercializados são produtos de média alta e média baixa tecnologia.

2.2 A Importância da Diversificação da Pauta Comercial

Em conformidade com muitos autores amparados pela Lei de Thirlwall, um país proprietário de uma pauta de exportação voltada para produtos que sofrem uma intensa transformação produtiva, ou seja, produtos englobados principalmente nos setores de alta e média alta tecnologia estão em maior vantagem em comparação aos outros países com uma pauta exportadora diferente, com produtos de alta elasticidade-renda da demanda, uma maior renda *per capita* e maior bem-estar social aos seus cidadãos.

Inúmeros trabalhos na área de comércio internacional procuram verificar o grau de sofisticação das pautas de exportação e importação. Segundo Hausmann *et al* (2007) conforme citados por Baraúna e Hidalgo (2016), a especialização de um país em certos produtos proporciona um crescimento maior do que a especialização em outros produtos, devido a diferenças de produtividade. Ou seja, não é somente a quantidade, mas também o tipo de produto exportado que influi para o crescimento mais acelerado de um país. Quanto maior for a tecnologia aplicada na produção dos produtos - como é o caso de carros e aparelhos telefônicos modernos, por exemplo - maior é a sofisticação desses bens tangíveis, além de que exportar bens sofisticados geram maiores encadeamentos para a economia.

Carvalho e Kupfer (2011, p. 622) em seu estudo, falam sobre a diversificação na visão estruturalista ao se tratar de uma economia periférica, a diversificação da estrutura produtiva é tida como benéfica para o desenvolvimento econômico por tornar o país menos dependente de importações mais sofisticadas e de maior elasticidade-renda do que as exportações realizadas, e, portanto, reduziria a tendência ao desequilíbrio externo e ao baixo nível de crescimento econômico dessas economias. Além disso, a diversificação da estrutura produtiva poderia levar à diversificação da pauta exportadora, reduzindo assim a dependência da receita exportadora de poucos bens (normalmente *commodities*), e a volatilidade dessas receitas.

As teorias e discussões acerca da diversificação da pauta de exportações e a

diminuição da dependência por inovações e produtos tecnológicos de países como os Estados Unidos e países asiáticos são várias, porém na presente pesquisa foram abordadas apenas as que norteiam o mesmo. Autores de diferentes linhas de pensamento analisam o comércio internacional e os níveis tecnológicos, dessa maneira esse trabalho pretende contribuir ainda mais para essa discussão.

3 | METODOLOGIA

3.1 Fontes dos Dados e Abrangência do Estudo

O presente trabalho pretende analisar os determinantes da diversificação da pauta exportadora do Brasil para os vinte e um países pertencentes ao bloco econômico Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico (APEC).

Os dados referentes às exportações e importações do Brasil para todos os países da APEC foram retirados do Sistema AliceWeb, site esse mantido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Coletou-se o valor monetário das exportações e importações (em dólares) retirados pelo Sistema Harmonizado com 2 dígitos (SH2), referentes aos anos de 1997 a 2015, essa série temporal foi escolhida devido ao fator da mudança de nomenclatura a partir do ano de 1996, sendo o ano seguinte a nomenclatura utilizada pelo bloco econômico MERCOSUL.

Após a coleta dos dados referentes às exportações e às importações foi realizada a classificação dos produtos de acordo com a classificação proposta por Carmo *et al.* (2012) e que se encontra no Anexo A dessa pesquisa. Para obter os objetivos desejados serão utilizadas também algumas variáveis tais como: PIB, distância geográfica, fronteira e volatilidade da taxa de câmbio real. Foi utilizado o Produto Interno Bruto do Brasil (PIB) e dos vinte e um países da APEC, essas informações foram retiradas do site do Banco Mundial (*World Development Indicators*); a Distância Geográfica (medida em KM) assim como os países que fazem fronteira com o Brasil foram retirados junto ao banco de dados do site do *Centre D'Estudes Prospectives et d'Informations Internationales* (CEPII, 2017), além dos cálculos para a volatilidade do câmbio, as quais foram retiradas as informações das taxas de câmbio real no Fundo Monetário Internacional de estatísticas financeiras.

3.2 Equação Gravitacional do Comércio

Para analisar os determinantes da diversificação da pauta de exportação do Brasil com a APEC, o modelo econométrico empregado será o modelo gravitacional de comércio. Existem muitos artigos que estudam a economia internacional e utilizam esse modelo para captar o comércio bilateral, o comércio entre dois países. A forma mais simples do modelo gravitacional seria:

$$T_{ij} = \alpha_1 Y_i^{\alpha_1} Y_j^{\alpha_2} DIST_{ij}^{\alpha_3} \quad (1)$$

Em que os α são parâmetros a serem estimados, δ é o fluxo do comércio do país i com o país j , o Y significa o PIB do país i com o país j e D é a distância do país i ao país j . Paula e Silva (2015) em seu trabalho fazem um detalhamento a respeito da teoria de Anderson e Wincoop (2003) a qual fala que os fluxos comerciais bilaterais são diretamente proporcionais ao PIB e inversamente proporcionais as barreiras desse comércio como, por exemplo, fatores a respeito da proximidade dos países como distância, fronteira; fatores relacionados a tarifas; infraestrutura; ações governamentais, etc.

3.2.1 Modelo Empírico

Usando o conceito do modelo gravitacional de comércio, aplicamos na análise da diversificação da pauta exportadora do Brasil em relação aos países participantes do bloco econômico em questão, a seguinte função:

$$\ln DIV_{jt} = \alpha_1 + \delta_{ij} + \beta_1 \ln(Y_{it} * Y_{jt}) + \beta_2 FRONT_{ij} + \beta_3 \ln DIST_{ij} + \beta_4 VOL_{ijt} + \varepsilon_{ijt} \quad (2)$$

Em um modelo gravitacional, tanto a variável dependente quanto as variáveis explicativas são logaritmizadas. A variável dependente é o Índice de Diversificação baseado no Índice Hirschman Herfindahl calculado dos níveis tecnológicos dos produtos exportados do Brasil para os membros da APEC, o alfa (α_1) e os betas (β) são coeficientes a serem estimados, a variável latente δ_{ij} que capta o efeito heterogeneidade não observada, a variável explicativa $Y_i * Y_j$ é a interação do PIB do Brasil com o PIB dos países da APEC, $FRONT_{ij}$ é a variável explanatória que significa fronteira, a qual é uma variável dicotômica nos valores de 0 e 1 (0 para países que não fazem fronteira com o Brasil e 1 para países que fazem fronteira), $DIST_{ij}$ é a distância geográfica entre país i e país j , VOL_{ij} é a volatilidade da taxa real de câmbio calculada através do desvio padrão do ano indicado para o país i para o país j , e por último o termo de erro que absorverá os efeitos de outras variáveis que não estão presentes no modelo.

As variáveis dependentes e explicativas são analisadas para o período de 1997 a 2015. Ademais, será utilizado o Teste de Hausman para testar quais efeitos estão sendo levados em consideração, os efeitos fixos ou os efeitos aleatórios, e a estimação do modelo será através do *software* GRETL.

A expectativa da estimação é encontrar os coeficientes β_1 e β_2 positivo, β_3 negativo enquanto o β_4 não poderia ser mensurado sem antes ser estimado. O que significará que a diversificação da pauta exportadora brasileira para os membros da APEC aumenta quando o Produto Interno Bruto está em taxas crescentes, quando os países comerciantes fazem fronteira e diminuirá à medida que a distância geográfica aumenta.

3.2.2 A Variável Dependente

Após a classificação das categorias industriais que compõem a pauta de exportação

do Brasil para o bloco econômico APEC, será obtido o comportamento da pauta de acordo com os níveis ou setores tecnológicos através do Índice Hirschman-Herfindahl (IHH).

O Índice Hirschman-Herfindahl (IHH) é um índice muito utilizado na economia industrial para se obter índices de concentração, ou poder de mercado que determinados setores possuem na economia. Conforme Resende e Boff (2002), citados em Kupfer (2002), assumem que o Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH) é um dos indicadores de concentração mais utilizados dentre vários outros que existem para se calcular concentração.

Para calcular o IHH, primeiramente, calcula-se as parcelas (S_{kjt}) de cada produto no mercado do parceiro comercial j .

$$S_{kjt} = \frac{X_{kjt}}{\sum_{k=1}^5 X_{kjt}} \quad (3)$$

Onde, X_{kj} representa as exportações brasileiras do produto k [$k = (1)$ alta tecnologia; (2) média-alta tecnologia; (3) média-baixa tecnologia; (4) baixa tecnologia e (5) não industriais] para o país j no tempo t ; $\sum X_{kj}$ é o somatório das exportações (em dólares) do Brasil para o país j no tempo t . Posteriormente, elevando-se cada parcela (S_{kjt}) ao quadrado encontra-se o IHH, que é um índice de concentração e varia no intervalo de 0 a 1.

$$IHH_{jt} = \sum_{i=1}^5 (S_{kjt})^2 \quad (4)$$

Todavia, como o objetivo do estudo é avaliar a diversificação e não a concentração da pauta exportadora, utilizar-se-á o inverso do índice IHH como variável dependente do modelo empírico, ou seja:

$$DIV_{jt} = 1/IHH_{jt} \quad (5)$$

O índice de diversificação variará no intervalo de 1 ao infinito, quanto maior o resultado, mais diversificada será a pauta de exportação ou importação.

4 | RESULTADOS

4.1 Análises do Índice de Diversificação (DIV) para a Pauta de Exportação e Importação entre Brasil e o bloco econômico APEC

Devido ao fator de importância na pauta comercial brasileira e a participação no bloco econômico APEC, serão analisados mais especificamente apenas alguns países, como: China e Estados Unidos. Iniciando a análise pela China, os resultados calculados são os índices de diversificação tanto para a pauta exportadora quanto importadora no período de 1997 a 2015, como mostram as Tabelas 1 e 2. A diversificação média da pauta de importação foi de 3,60, nos primeiros e últimos três anos, a pauta de importação está mais diversificada com uma média de 3,94 e 3,76, respectivamente, do que a de exportação, que possui uma média global de 2,96 e no primeiro e último triênio de 3,05 e 2,60.

O que se deve a essa diferença de valores do índice DIV é a intensidade tecnológica empregada nos produtos importados e exportados. O Brasil importa da China produtos com alta tecnologia e média-alta tecnologia. Nos anos iniciais da pesquisa, produtos com baixa tecnologia eram os mais importados, até mais que os produtos com alto valor agregado, no entanto, perderam espaço para bens com alto nível de tecnologia empregada, como máquinas, aparelhos, materiais elétricos e reatores nucleares.

Nas exportações os bens predominantes são os não industriais como produtos agropecuários: sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes e frutos diversos e média-baixa tecnologia como minérios e combustíveis minerais.

Países participantes da APEC	Período de tempo					
	1997	2000	2005	2008	2010	2015
Austrália	3,513	2,181	3,416	3,772	4,176	4,095
Brunei	2,490	1,030	3,116	1,786	1,665	2,655
Canadá	3,349	3,732	4,265	3,672	3,728	3,752
Chile	2,990	3,477	3,117	2,777	3,184	3,408
China	2,538	3,498	3,019	2,835	2,238	2,636
Cingapura	4,013	4,363	2,311	1,637	2,216	2,045
Coréia do Sul	2,260	2,428	2,285	2,121	2,420	3,294
Estados Unidos	4,048	4,291	4,112	3,560	3,635	4,324
Filipinas	2,014	2,421	3,080	2,714	2,945	1,864
Hong Kong	2,969	3,017	3,186	1,747	1,713	1,500
Indonésia	2,459	2,728	2,485	2,665	2,133	2,526
Japão	2,988	3,604	3,017	2,547	2,329	2,936
Malásia	2,858	2,549	2,797	2,906	3,379	2,736
México	3,009	2,159	2,097	2,525	2,385	2,993
Nova Zelândia	2,249	3,943	3,531	3,151	3,716	3,408
Papua - Nova Guiné	1,486	1,545	2,594	3,113	1,808	2,011
Peru	2,741	3,595	3,506	3,057	3,107	3,395
Rússia	1,372	1,292	2,158	2,262	2,056	1,908
Tailândia	3,168	2,860	3,102	3,435	3,359	2,778
Taiwan	2,344	2,249	2,245	1,809	2,268	2,582
Vietnã	2,543	1,570	1,761	2,246	2,035	2,064

TABELA 1 - Índice de Diversificação (DIV) da pauta de exportação do Brasil nos países da APEC

Fonte: elaborado pela autora.

Continuando com o fator de importância, o próximo país analisado são os Estados Unidos, ao contrário da China a qual a pauta de importação era mais diversificada, percebesse a divergência entre as pautas, sendo a pauta exportadora a mais diversificada

entre as duas, com uma média do índice DIV de 4,00. De 1997 a 1999, o índice DIV-Exportação teve uma média de 4,25 enquanto a média global do DIV - Importação foi de 3,02, para o primeiro triênio os resultados foram de 3,11 e o maior pico de concentração do comércio bilateral entre Brasil e EUA foi em 2004 com um índice de 2,79 para a pauta importadora.

Não houve grandes mudanças durante o período de 1997 a 2015, os resultados foram homogêneos, finalizando nos últimos três anos com médias de 4,06 e 3,13, de exportação e importação, respectivamente. No início do período estudado, os produtos mais importados eram produtos de média-alta e alta tecnologia, mas com o passar dos anos, os produtos de média-baixa tecnologia substituíram os produtos de alta tecnologia. Bens como reatores nucleares, caldeiras, máquinas, produtos químicos, combustíveis minerais, plásticos e suas obras estão no topo da pauta importadora do Brasil com Estados Unidos.

Países participantes da APEC	Período de tempo					
	1997	2000	2005	2008	2010	2015
Austrália	2,286	1,765	1,318	1,394	1,287	1,560
Brunei			2,002	1,924	1,023	1,179
Canadá	4,512	4,091	3,334	2,938	3,612	2,709
Chile	3,151	2,764	1,832	1,683	1,806	2,341
China	3,929	3,571	3,064	3,489	3,605	3,852
Cingapura	1,902	2,727	1,987	2,493	3,054	2,607
Coréia do Sul	3,199	2,991	1,946	2,523	2,998	2,920
Estados Unidos	3,222	2,961	2,850	3,029	3,072	2,977
Filipinas	2,903	1,763	1,292	1,775	2,046	2,622
Hong Kong	2,528	2,333	2,129	2,632	2,657	3,400
Indonésia	2,896	3,180	2,839	2,718	2,693	2,610
Japão	2,590	2,515	2,441	2,285	2,438	2,436
Malásia	1,704	1,796	2,453	2,658	2,699	3,182
México	3,431	3,132	2,708	2,110	2,438	2,514
Nova Zelândia	1,568	2,818	4,056	4,132	2,833	4,213
Papua - Nova Guiné			1,000	1,000	1,316	1,000
Peru	1,579	1,799	1,603	1,618	1,740	1,619
Rússia	2,238	1,885	1,633	1,963	2,456	2,087
Tailândia	3,739	3,139	3,470	3,290	3,147	3,310
Taiwan	3,430	2,949	2,295	2,983	3,121	2,957
Vietnã	4,384	3,248	2,871	3,413	3,155	3,106

TABELA 2 - Índice de Diversificação (DIV) dos Níveis Tecnológicos de Importação entre Brasil e países participantes da APEC

Fonte: elaborado pela autora.

Nota: os valores ausentes são devido ao IHH ser igual a 1 ou seja, o resultado tende ao infinito.

De 1997 a 2003, os produtos com baixa tecnologia foram os mais exportados, a partir de então, produtos de média-baixa tecnologia são os mais enviados para os EUA, tais como ferro, aço, combustíveis minerais, etc. Nota-se uma mudança de itens comercializados, uma mudança na demanda do outro país e até mesmo na estrutura produtiva brasileira que possibilitou a oferta desses itens.

Brunei e Papua-Nova Guiné possuem baixo fluxo comercial com o Brasil, nos espaços onde não tem valor, significa que não houve importação alguma feita pelo Brasil e onde teve o valor igual a 1, houve importação de mercadorias de apenas um nível tecnológico.

4.2 Resultados da estimação do Modelo Gravitacional do Comércio

Na análise do modelo gravitacional do comércio entre Brasil e os países da APEC foram excluídos três países (Brunei, Papua-Nova Guiné e Vietnã) da base de dados para estimação do modelo, pela falta de informações a respeito da taxa real de câmbio necessária para o cálculo da volatilidade. No entanto, isso não reduziu a eficiência da estimação por serem países de menor significância dentro do bloco econômico e entre o comércio brasileiro.

Para definir qual modelo é o mais eficiente, se é o com efeitos aleatórios ou efeitos fixos, utiliza-se o Teste de Hausman, o qual de acordo com Gujarati e Porter (2011) possui uma distribuição assintótica χ^2 e caso a hipótese nula não seja rejeitada, significa que é preferível o modelo de efeitos aleatórios ao modelo de efeitos fixos. O resultado do Teste de Hausman foi de 0,99997, um resultado sem significância, não rejeitando a hipótese nula. Com a não rejeição da hipótese nula, os resultados mais eficientes para a estimação do modelo gravitacional do comércio serão os obtidos por meio do modelo de Efeitos Aleatórios (Tabela 3); e por conta disso, apenas esses serão aqui analisados.

Das quatro variáveis explicativas do modelo de efeitos aleatórios apenas duas foram significativas, a volatilidade (VOL_{ijt}) e a distância ($DIST_{ijt}$), a um nível de significância de 1%. No entanto, os sinais esperados foram os encontrados para as variáveis apesar das outras duas, interação dos produtos internos ($Yit*Yjt$) e fronteira não serem significativas para o modelo. Utilizou-se erro-padrão robusto para corrigir qualquer efeito de heterocedasticidade e dummies temporais para captar quaisquer mudanças aleatórias sofridas ao longo da série de tempo.

Variáveis explicativas	Efeitos Fixos		Efeitos Aleatórios	
	Coefficientes	p-valor	Coefficientes	p-valor
<i>const</i>	-5,1445 (6,6680)	0,4516	-1,2428 (2,2329)	0,5778
<i>ln_(Yit*Yjt)</i>	0,1147 (0,1235)	0,3670	0,0655 (0,0431)	0,1292
<i>FRONT_{ij}</i>	-	-	0,0692 (0,1051)	0,5103
<i>ln_DIST_{ij}</i>	-	-	-0,1336 (0,0434)	0,0021 ***
<i>VOL_{ijt}</i>	0,1147 (0,1235)	0,0054 ***	-2,7386 (0,7457)	0,0002 ***
Observações	323		323	
R ²	0,6122			
p-valor (F)	0,0056			
Teste de Hausman			0,99997	

TABELA 3 - Resultados do Modelo Gravitacional com Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios (GLS) para os determinantes da diversificação da pauta exportadora entre Brasil e APEC

Fonte: elaborado pela autora com os resultados da pesquisa.

Notas: ¹ os valores entre parênteses são os erros padrões dos coeficientes estimados. ² foi utilizado dummies temporais nas regressões com modelo de efeitos fixos e efeitos aleatórios. ³ significativo a 1%***.

Fronteira e PIB não foram significativos, mas obtiveram os sinais positivos que eram esperados, o único país que faz fronteira com o Brasil dentro da APEC é o Peru, as outras 20 nações participantes do bloco econômico não possuem divisas com o país. Esse é o motivo da variável explicativa *FRONT_{ij}* possuir um *p-valor* de 0,5103. A outra variável de interação dos PIBs teve um *p-valor* de 0,1292, bem próximo ao menor nível de significância de 10%, percebe-se um resultado diferente do que era esperado, pois a hipótese era de que um aumento do produto interno dos países elevaria a diversificação da pauta exportadora brasileira. Contudo, o resultado não foi significativo, isso significa que a expansão do comércio internacional brasileiro, devido à elevação do produto interno bruto dos membros do bloco, não altera a diversificação da pauta de exportação. Ou seja, um aumento no PIB não afeta a diversificação da pauta de bens e produtos brasileiros exportados para a APEC.

Analisando as variáveis que foram significativas para o modelo de efeitos aleatórios, $DIST_{ij}$ e VOL_{ijt} , a cada 1% de aumento da distância entre os países, a diversificação da pauta de exportação do Brasil diminui em 0,1336%, significa que a pauta exportadora brasileira de países como Rússia e Japão é mais concentrada do que países como Peru, Chile e México resultado da proximidade que os últimos países citados possuem com o Brasil. A volatilidade da taxa real de câmbio esta relacionada com a incerteza que os vendedores e compradores possuem no mercado internacional, a expectativa de que um câmbio mais volátil irá reduzir o comércio. Os resultados evidenciam que a cada 1% no aumento da volatilidade do câmbio reduz em 2,7338 pontos a diversificação da pauta. Além de reduzir a diversificação, leva aos comerciantes a focarem seus esforços em mercadorias com baixo valor agregado, principalmente *commodities*, por possuírem um preço padrão no mercado financeiro e, dessa maneira, reduz o risco de perdas.

Além do modelo gravitacional do comércio para os determinantes da diversificação das exportações, foi estimado o modelo para os determinantes da diversificação das importações, apesar de não fazer parte do objetivo inicial da pesquisa, com as mesmas variáveis explicativas do modelo anterior. Os sinais dos coeficientes das variáveis explicativas foram ambos positivos, mas nenhuma destas variáveis foi significativa, com resultados do p-valor bem distantes do último nível de significância, o qual é 10%. Como nenhuma foi significativa para o modelo, tanto PIB quanto a volatilidade do câmbio real não afetam a diversificação por níveis tecnológicos das importações brasileiras do bloco econômico APEC.

5 | CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho era analisar o comércio bilateral do Brasil com o bloco econômico Cooperação Econômica da Ásia e Pacífico – APEC através do modelo gravitacional do comércio, verificando os componentes determinantes da diversificação da pauta exportadora do Brasil para os 21 países participantes do bloco. Além de estimar o modelo gravitacional do comércio e expô-lo em dados em painéis, analisou-se através do Índice de Diversificação (DIV) calculado pela razão do IHH, se as pautas de exportação e importação estavam diversificando ou concentrando seu leque de produtos, observando os níveis tecnológicos que estavam sendo empregados nos produtos que foram comercializados. O Índice de Diversificação foi calculado para todos os países do bloco para ambas as pautas, a série temporal escolhida foi de 1997 a 2015. As variáveis definidas para encontrar os valores do modelo gravitacional foram: o produto interno bruto, a distância geográfica, caso o país tenha fronteira com o Brasil e a volatilidade do câmbio real.

Através da análise dos resultados, verifica-se que os bens exportados são os mesmos, produtos não industriais, de baixa e média-baixa tecnologia, como grãos, cereais,

carnes (principalmente frango), minérios, combustíveis minerais. E os importados são bens com alto valor agregado de alta, média-alta tecnologia: reatores nucleares, máquinas e aparelhos elétricos.

Pelo modelo gravitacional com dados em painel de efeitos aleatórios, constatou que, dentre as quatro variáveis explicativas escolhidas: PIB, fronteira, distância entre os países e a volatilidade do câmbio real, apenas duas foram negativamente significativas a 1%, distância e volatilidade do câmbio real. Ou seja, quanto maior a distância do Brasil com o país membro da APEC, menor será a diversificação da pauta exportadora brasileira, quanto mais próximo esse país estiver, mais diversificada estará a pauta de exportação. E quanto mais volátil o câmbio estiver, menos diversificada estará a pauta, devido ao maior nível de incerteza no mercado, os vendedores e produtores focaram seus esforços em produtos de menor nível tecnológico visto que seus preços são os que menos sofrem com a volatilidade cambial.

Necessita-se de mais estudos em relação à diversificação da pauta exportadora e sua influência no crescimento e desenvolvimento do país, incentiva-se novos estudos em relação ao comércio bilateral brasileiro entre países e blocos econômicos além da interação entre esses estudos com o próprio Estado para aumentar a eficiência e a competitividade brasileira com o mercado exterior.

REFERÊNCIAS

ALICEWEB - SISTEMA DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior (MDIC/SECEX). Disponível em: <www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em Fevereiro de 2017.

BARAÚNA, A. D.; HIDALGO, A. B.; **Evolução do grau de sofisticação das exportações brasileiras (2000-2013).** Revista Brasileira de Inovação, Campinas (SP), 15 (2), p. 305-334, julho/dezembro 2016.

CARMO, A. S. S.; HIGACHI, H.; RAIHER, A. P. **Padrão de especialização no comércio exterior, tecnologia e crescimento econômico no Brasil.** Revista de Economia e Administração (Impresso), v. 11, p. 139-166, 2012.

CARVALHO, L. B.; KUPFER, D. **Diversificação ou Especialização: Uma análise do processo de mudança estrutural da indústria brasileira.** Revista de Economia Política (Impresso), v. 31, p. 618-637, 2011.

CEPII: Research and Expertise on The World Economy. Disponível em: <www.cepii.fr/CEPII/en/welcome.asp>. Acesso em Junho de 2017.

DE NEGRI, F. **Padrões tecnológicos e de comércio exterior e de comércio exterior das firmas brasileiras.** In: João A. De Negri; Mario S. Salerno. (Org.). Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras. Brasília: IPEA, 2005.

FERNANDES, Jean de Jesus. **Análise de Grau de Sofisticação das exportações do Brasil e países selecionados nos anos de 2000 2012.** 2015. 99f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2015.

GUJARATI, N.D.; PORTER, C.D. **Econometria Básica**. 5.ed. São Paulo: AMGH Editora Ltda, 2011.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/index.htm>>. Acesso em Junho de 2017.

INVEST & EXPORT BRASIL – Guia de Comércio Exterior e Investimento. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior (MDIC/SECEX); Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/>>. Acesso em Janeiro de 2017.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia industrial**. São Paulo: Campus, 2002.

PAULA, J.S.; SILVA, O.M. **Fatores Internos como Determinantes da Competitividade no Comércio Internacional: um Enfoque Gravitacional**. Análise Econômica, Porto Alegre, ano 33, n. 64, p. 191-214, set. 2015.

THE WORLD BANK. Disponível em: <www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acesso em 09 de Junho de 2017.

ANEXO A – CLASSIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS EM SETORES E EM NÍVEIS TECNOLÓGICOS (NT)

NT	SETORES	CATEGORIAS
Ind. Alta Tecnologia	Aeronáutica e aeroespacial	Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc. e suas partes.
	Farmacêutica	Prod. Farmacêuticos
	Material de escritório, equipam. de rádio, TV e comunicação	Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc.
	Instrumentos médicos de ótica e precisão.	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc. Relógios e aparelhos semelhantes, e suas partes.
Ind. Média-Alta Tecnologia	Veículos automotores, reboques e semi-reboques	Veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios.
	Produtos químicos, exceto farmacêuticos	Produtos químicos inorgânicos, etc. Produtos químicos orgânicos. Aduos e fertilizantes. Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados, etc. Óleos essências e resinoides, prods. De perfumaria, etc. Sabões, agentes orgânicos de superfície, etc. Matérias albuminoides, produtos a base de amidos, etc. Pólvoras e explosivos, artigos de pirotecnia, etc. Prod para fotografia e cinematografia. Produtos diversos das ind. química.
	Equipam. Para ferrovia e material de transporte	Veículos e material para vias férreas, semelhantes, etc
	Máquinas e equipamentos mecânicos	Armas e munições, suas partes e acessórios. Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos.

Ind. Média-Baixa Tecnologia	Construção e rep. Naval	Embarcações e estruturas flutuantes.
	Borracha e prod. plásticos	Plásticos e suas obras. Borracha e suas obras.
	Produtos de petróleo ref. E outros combustíveis	Combustíveis minerais, óleos minerais, etc. Ceras e minerais.
	Outros produtos minerais não metálicos	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica, etc. Produtos cerâmicos. Vidro e suas obras. Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento. Minérios, escórias e cinzas.
	Produtos metálicos	Ferro fundido, ferro e aço. Obras de ferro fundido, ferro ou aço. Cobre e suas obras. Níquel e suas obras. Alumínio e suas obras. Chumbo e suas obras. Zinco e suas obras. Estanho e suas obras. Outros metais comuns, cera mais obras dessas matérias. Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc. de metais comuns. Obras diversas de metais comuns.
Produtos não industrializados	Produtos da agropecuária	Animais vivos. Carnes e miudezas, comestíveis. Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos. Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural, etc. Outros produtos de origem animal. Plantas vivas e produtos de floricultura. Produtos hortícolas, plantas, raízes, etc. comestíveis. Frutas, cascas de cítricos e de melões. Café, chá, mate e especiarias. Cereais. Sementes e frutos. Oleaginosos, grãos, sementes, etc. Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais. Outros prod. Vegetais.
	Objetos de arte	Objetos de arte de coleção e antiguidades.
	Transações especiais	Transações especiais.

NT	SETORES	CATEGORIAS	NT	SETORES	CATEGORIAS
Indústria de Baixa Tecnologia	Produtos manufaturados e bens reciclados	Brinquedos, jogos, artigos p/ divertimento, esportes, etc. Obras diversas. Instrumentos musicais, suas partes e acessórios. Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas, etc. Chapéus e artefatos de uso semelhante e suas partes. Guarda-chuvas, sombrinhas, guarda-sóis, bengalas, etc. Penas e penugem preparadas e suas obras, etc	Indústria de Baixa Tecnologia	Madeira e seus produtos, papel e celulose	Móveis, mobiliário médico-cirurgião, colchões, etc. Madeira, carvão vegetal e obras de madeira. Cortiça e suas obras. Obras de espartaria ou de cestaria. Pastas de madeira ou matérias fibrosas celulósicas, etc. Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc. Livros, jornais, gravuras, outros produtos gráficos, etc.
	Alimentos, bebidas e tabaco	Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc. Preparações de carne, de peixes ou crustáceos, etc. Açúcares e produtos de confeitaria. Cacau e suas preparações. Preparações a base de cereais, farinhas, amidos, etc. Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc. Preparações alimentícias diversas. Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres. Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc. Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados. Produtos da indústria de moagem, malte, amidos, etc.		Têxteis, couro e calçados	Seda, lã, pelos finos ou grosseiros, fios e tecidos de crina. Algodão. Outras fibras têxteis vegetais, fios de papel, etc. Filamentos simétricos ou artificiais. Fibras simétricas ou artificiais descontínuas. Pastas, feltros e falsos tecidos, etc. Tapetes, outros revestimentos p/ pavimentos de madeiras têxteis. Tecidos especiais, tecidos tufados, rendas, tapeçarias, etc. Tecidos impregnados, revestidos, recobertos, etc. Tecidos de malha. Vestuário e seus acessórios, de malha. Vestuário e seus acessórios, exceto de malha. Outros artefatos têxteis. Confeccionados, sortidos, etc. Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes. Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros. Obras de couro, artigos de correeiro ou de seleiro, etc. Peleteria (peles com pelo), suas obras, peleteria artificial.

CAPÍTULO 12

BARREIRAS COMERCIAIS SOBRE A SOJA E A CARNE BRASILEIRAS: CENÁRIOS DE EMBARGOS DA CHINA, UNIÃO EUROPEIA E ESTADOS UNIDOS

Data de aceite: 10/01/2022

Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo

ESAN-UFMS

<https://orcid.org/0000-0002-3677-1291>

Mayra Batista Bitencourt Fagundes

ESAN-UFMS

<https://orcid.org/0000-0003-3961-2330>

Leonardo Francisco Figueiredo Neto

ESAN-UFMS

<https://orcid.org/0000-0002-4456-3396>

Cláudio Eurico Seibert Fernandes da Silva

FACAP-UFR

<https://orcid.org/0000-0002-1703-9687>

RESUMO: Os fluxos comerciais brasileiros aumentaram nos últimos anos, mesmo com altas tarifas e barreiras comerciais não-tarifárias. Avaliam-se os efeitos do embargo imposto à carne brasileira e aos cereais (grãos e oleaginosas). Especificamente analisa-se o comércio regional brasileiro e seus principais indicadores, como a produção, os preços das commodities e fatores, PIB, e bem-estar. O modelo analítico é baseado em um modelo de equilíbrio geral computável chamado PAEG que permite a análise das regiões brasileiras, as suas relações com outros países ou blocos econômicos, utilizando o banco de dados na versão 9 do GTAP. Os resultados mostram que o embargo chinês sobre os grãos (soja e outros) brasileiros levaria a uma diminuição do consumo destes na China de cerca de US\$ 750 milhões.

Em relação às regiões brasileiras ocorreu redução nas exportações (-US\$ 250 milhões) no Centro-Oeste, mas aumentou as exportações da região Sudeste (US\$ 690 milhões), principalmente de produtos manufaturados e roupas. Quanto aos embargos da UE e dos EUA à carne brasileira, observa-se que os impactos são menores do que os resultantes do embargo chinês sobre os grãos brasileiros. O embargo americano causaria mais danos do que o europeu. Os EUA enfrentariam perdas de bem-estar, tornando-se mais sensível do que a União Europeia, em relação à carne brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Embargo, PAEG, MPSGE.

TRADE BARRIERS ON BRAZILIAN SOYBEAN AND MEAT: SCENARIOS OF CHINA, EU AND US EMBARGOES

ABSTRACT: Brazilian trade flows have increased in recent years, even with high tariffs and non-tariff trade barriers. The present study evaluated the effects of embargoes imposed on Brazilian meat and cereals (grains and oilseeds). Specifically, the Brazilian regional trade and its main indicators such as production, prices of commodities and factors, gross domestic product (GDP), and welfare were analyzed. The analytical model was based on a computable general equilibrium model - General Equilibrium Analysis Project for the Brazilian Economy (PAEG), which enables Brazilian regions and their relations with other countries or economic blocks to be analyzed using the GTAP 9.0 database. The results showed that the Chinese embargo on Brazilian grains (soybean and others) would lead to a decrease in their consumption in China of

around US\$ 750 million. Regarding Brazilian regions, a reduction in exports (-US\$ 250 million) was observed in Central West, while an increase in exports was detected in Southeast (US\$ 690 million), mainly of manufactured products and clothing. As to embargoes of the European Union (EU) and the United States (U.S.) on Brazilian meat, impacts were lower than those resulting from the Chinese embargo on Brazilian grains. The U.S. embargo would lead to greater damages than the European one. The United States would face welfare losses, becoming more sensitive than the EU in relation to Brazilian meat.

KEYWORDS: Embargo, PAEG, MPSGE.

1 | INTRODUÇÃO

O Brasil tem se destacado por seus fluxos comerciais, principalmente nas exportações de commodities a cada ano. Apesar, de ter aumentado as exportações, ainda enfrenta alguns problemas de barreiras comerciais. O potencial para ganhos de comércio com alterações na política comercial, tem sido analisado em trabalhos como de: Gurgel (2001), Harrison et al. (2003), Cline (2003), Conforti e Salvatici (2004), Antimiani, Conforti, e Salvatici (2006), Ferreira Filho e Horridge et al (2005), Polaski (2006) e Pereira, Teixeira e Raszap-Skorbiansky (2010).

Desta forma, o problema de pesquisa está relacionado às alterações na política comercial as quais podem influenciar o fluxo de comércio entre as regiões brasileiras e o mundo. Políticas comerciais mais liberais, de integração comercial, podem favorecer alguns setores em detrimento de outros, como analisado nos trabalhos citados, independentemente de gerar ganhos à economia brasileira como um todo.

Numa análise com separação entre as macrorregiões brasileiras, podem-se investigar os efeitos entre setores e entre regiões, permitindo melhor poder de explicação. Assim, pretende-se analisar políticas protecionistas sobre a soja e a carne brasileiras, pois as barreiras são restrições ao comércio e podem ser classificadas em barreiras tarifárias, não tarifárias e técnicas. Essas barreiras muitas vezes são impostas de forma arbitrária pelas nações a fim de beneficiar um determinado grupo. Esse tema é complexo, pois as questões sanitárias podem estar ligadas à legitimidade da proteção à saúde, mas também, podem ser utilizadas de forma oportunista como barreira comercial, configurando proteção ao mercado local.

Bender Filho (2007) concluiu que as barreiras não tarifárias vêm dificultando as relações do comércio internacional, pois são aplicadas unilateralmente na condição de segurança sanitária e não de protecionismo comercial. As barreiras tarifárias e não tarifárias impostas pelos blocos econômicos a produtos específicos têm prejudicado a competitividade de determinado setor.

As barreiras não-tarifárias afetam algumas variáveis como preço, quantidade, comércio, produção, consumo, renda, emprego e bem-estar. Essas variações causam efeitos diretos ou indiretos e afetam tanto os países que as impõem como os demais

países. As barreiras não-tarifárias muitas vezes são aplicadas sobre produtos que já estão sujeitos a barreiras tarifárias e, nesse caso, aumentam a proteção desses produtos. São de difícil quantificação, possuem custos para produtores, consumidores e exportadores, são pouco transparentes e discriminatórias. Causam uma distorção entre o preço doméstico e o preço internacional, fazendo com que às vezes a indústria doméstica não seja afetada pelas variações nos preços mundiais (LAIRD, 1996).

Barros et al. (2002) comentaram que as medidas sanitárias têm o objetivo de promover a segurança dos alimentos (*food safety*) para os consumidores, além de impedir a disseminação de pragas e doenças entre plantas e animais. Mas, segundo Silva, Triches e Malafaia (2011), o Brasil não possui um sistema de rastreabilidade e certificação confiável. Constantes mudanças ocorrem nas regras do sistema de certificação, deixando o Brasil dependente das barreiras não tarifárias impostas pelos países importadores. Isto evidencia que qualquer problema sanitário brasileiro implicará em embargo. As medidas ligadas à saúde e à vida humana, animal e vegetal, têm como referência o Acordo SPS (*Sanitary and Phitosanitary*) com os padrões da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Mas, alguns países podem aplicar medidas baseadas em padrões próprios, com justificativas científicas de sustentação. Assim, verifica-se que há um contraponto entre as medidas baseadas em objetivos legítimos e barreiras protecionistas.

Aggarwal e Evenet (2009) confirmam que há intervenção estatal viesada em favor de setores econômicos específicos. Desta forma, barreiras não tarifárias são aplicadas de forma conveniente para esses setores.

De Acordo com Lima e Barral (2007), as barreiras não tarifárias têm aumentado, uma vez que as barreiras tarifárias têm reduzido. Assim, o grande desafio dos acordos SPS (*Sanitary and Phitosanitary*) e TBT (*Technical Barriers to Trade*) da OMC é evitar que medidas sanitárias, embargos ou barreiras técnicas sejam aplicados injustificadamente.

Alguns embargos a produtos brasileiros podem ser citados como o embargo da China à soja brasileira em 2004, devido ao fato de que a soja brasileira estaria contaminada com fungicidas (Captam e Carboxi), acarretando prejuízos aos exportadores brasileiros. Outro exemplo é o embargo relativo à carne brasileira ocorrido em 2004 e em 2011, quando a Rússia suspendeu as importações de carne brasileira o que provocou reflexos negativos ao setor, com diminuição das exportações. Na seara dos acordos preferenciais, Thorstensen e Ferraz (2016) trabalharam o Brasil como um todo, sem desagregar as macrorregiões brasileiras. Desta forma, a contribuição do trabalho se situa na análise de setores específicos como os grãos e cárneos nas macrorregiões brasileiras.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é avaliar os efeitos dos embargos impostos à soja, milho e outros grãos, e à carne brasileira no crescimento econômico, no bem-estar e no fluxo comercial. Especificamente objetiva-se: a) Identificar os efeitos de um possível embargo da China sobre grãos e oleaginosas brasileiras; b) Identificar os efeitos de um possível embargo da União Europeia e dos Estados Unidos (isoladamente) sobre produtos

animais brasileiros; e, c) Analisar os impactos econômicos em termos do PIB; consumo das famílias; investimentos; finanças públicas entre outros, decorrentes dos objetivos (a) e (b).

As contribuições para literatura econômica estão associadas à aplicação de um modelo computável de equilíbrio geral com múltiplas regiões brasileiras e países, com uma abordagem para avaliação de alterações nas mudanças de barreiras comerciais. Desta forma, será possível olhar os cenários e seus efeitos em cada região dentro do Brasil assim como nos vários países/blocos econômicos de interesse.

2 | METODOLOGIA

O trabalho utiliza modelos computáveis de equilíbrio geral (CEG), como já empregados em trabalhos semelhantes (Santos, 2006; Magalhaes, 2009). O modelo CEG proposto é do Projeto de Análise de Equilíbrio Geral (PAEG) de Gurgel, Pereira e Teixeira (2010). O modelo PAEG baseia-se na estrutura do GTAPinGAMS que realiza uma otimização de complementaridade mista não-linear (Rutherford e Paltsev, 2000; Rutherford, 2005; Lanz e Rutherford, 2016). O MPSGE (*Mathematical Programming System for General Equilibrium Analysis*) fornece uma representação simplificada para os sistemas de desigualdades não-lineares típicos dos modelos de equilíbrio geral (Rutherford, 1999).

O modelo PAEG atualmente utiliza uma base de dados originária do GTAPinGAMS versão 9, ano base 2011, conforme Gurgel (2016). O modelo do PAEG apresenta a vantagem de permitir a modificação da estrutura original do modelo GTAP de acordo com os objetivos desejados, tanto em termos de regiões/países/blocos econômicos de análise como em termos de agregação setorial. O banco de dados versão 9 do GTAP possui matrizes Insumo-Produto para 140 regiões, 57 setores e 5 fatores primários. No PAEG, trabalha com 2 fatores, 19 setores e 12 regiões, dessas 5 são as regiões brasileiras conforme o Quadro 1. Os agentes são as Famílias, os Setores produtivos, Governo e Resto do Mundo.

O presente trabalho segue o modelo PAEG de Gurgel, Pereira e Teixeira (2010) e Pereira (2011). O Brasil é desagregado nas regiões brasileiras individualmente e o modelo estático, multirregional e multissetorial ainda inclui outras 7 regiões/países. Ou seja, o modelo tem ao todo 12 regiões: Brasil (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), Resto do Mercosul, EUA, Resto do Nafta, Resto da América, EUR (25), China, Resto do Mundo. Cada região tem sua representação da estrutura da demanda final e o modelo busca a otimização do bem-estar do consumidor sujeita à restrição orçamentária, assim como a minimização dos custos dos setores produtivos, dada a tecnologia.

REGIÕES	ATIVIDADES
1 - Brasil-região Norte (NOR)	1 - Arroz (pdr)
2 - Brasil-região Nordeste (NDE)	2 - Milho e outros cereais em grão (gro)
3-Brasil-região Centro-oeste (COE)	3 - Soja e outras oleaginosas (osd)
4 - Brasil-região Sudeste (SDE)	4 - Cana-de-açúcar, beterraba açuc.(c_b)
5 - Brasil-região Sul (SUL)	5 - Carnes e animais vivos (oap)
6 - Resto do Mercosul (MER)	6 - Leite (rmk)
7 - Estados Unidos (USA)	7 - Outros produtos agropecuários – trigo, fibras, frutas, vegetais etc. (agr)
8 - Resto do Nafta (NAF)	8 - Produtos alimentares: laticínios, óleos vegetais bebida, ind. açúcar etc. (foo)
9 - Resto da América (ROA)	9 - Indústria têxtil (tex)
10 - União Europeia 25 (EUR)	10 - Vestuário e calçados (wap)
11- China (CHN)	11 - Madeira e mobiliário (lum)
12 – Resto do Mundo (ROW)	12 - Papel, celulose e ind. gráfica (ppp)
	13 - Químicos, ind. borracha e plásticos (crp)
	14 - Manufaturados: minerais não metálicos, metal-mecânica, mineração, indústrias diversas (man)
	15 - SIUP e comunicação (siu)
	16 - Construção(cns)
	17 - Comércio (trd)
	18 - Transporte (otp)
	19 - Serviços e administração pública (ser)

Quadro 1. Descrição regional e setorial da base de dados do PAEG.

Fonte: Pereira (2011).

O agronegócio está desagregado nos setores: arroz (pdr), milho e outros cereais em grão (gro), soja e outras sementes oleaginosas (osd), cana-de-açúcar e indústria do açúcar (sgr), carnes e animais vivos (oap), leite e derivados (rmk), outros produtos agropecuários (agr) e produtos alimentares (foo). Também os setores de manufaturados são desagregados em indústria têxtil (tex), vestuário e calçados (wap), papel, celulose e indústria gráfica (ppp), química, plástico e indústria da borracha (crp), e o restante dos manufaturados em um único setor (man). Por fim, o setor de serviços desagrega-se em serviços industriais de utilidade pública e comunicação (siu), construção civil (cns), comércio (trd), transporte (otn) e serviços e administração pública (ser).

Com relação à desagregação das classes de rendas das famílias nas regiões brasileiras, utilizou-se a seguinte especificação: F1 = Classe 1 -- até R\$ 400,00; F2 = Classe

2 -- mais de R\$400,00 até R\$600,00; F3 = Classe 3 -- mais de R\$600,00 até R\$1000,00; F4 = Classe 4 -- mais de R\$1000,00 até R\$1200,00; F5 = Classe 5 -- mais de R\$1200,00 até R\$1600,00; F6 = Classe 6 -- mais de R\$1600,00 até R\$2000,00; F7 = Classe 7 -- mais de R\$2000,00 até R\$3000,00; F8 = Classe 8 -- mais de R\$3000,00 até R\$4000,00; F9 = Classe 9 -- mais de R\$4000,00 até R\$6000,00; F10 = Classe 10 -- mais de R\$6000,00. A desagregação em classes de renda está descrita em Wolf (2016).

Têm-se os fluxos de comércio entre países e regiões, os custos de transporte, tarifas de importação e impostos (ou subsídios) às exportações compondo a base de dados. A notação é semelhante ao do projeto GTAP, a saber: *m* para preços de mercado (market) e *w* para preços internacionais (world), conforme explicitados em Rutherford (2005).

A produção doméstica (*vomir*) é distribuída entre exportações (*vxmlirs*), serviços de transporte internacional (*vstir*), demanda intermediária (*vdfmijr*), consumo privado (*vdpmir*), investimento (*vdimir*) e consumo do governo (*vdgmir*). A identidade contábil na base de dados, representada pelas matrizes de contabilidade social, referente à produção doméstica é apresentada pela equação (1).

$$vom_{ir} = \sum_s vxmd_{irs} + vst_{ir} + \sum_j vdfm_{ijr} + vdp_{m_{ir}} + vdg_{m_{ir}} + vdim_{ir} \quad (1)$$

O mercado doméstico de *r* adquire o bem *i* importado, por meio de seus diferentes consumidores (famílias, firmas e governo), e os valores das importações, para cada agente, são representados por *vipmir*, *vifmijr*, e *vigmir*, para famílias, firmas e governo, respectivamente. A equação (2) apresenta a identidade contábil relacionando estes fluxos:

$$vim_{ir} = \sum_j vifm_{ijr} + vip_{m_{ir}} + vigm_{ir} \quad (2)$$

Na produção de *Yir* incluem-se insumos intermediários (domésticos e importados), fatores de produção móveis (*vfmfir*, *f* são fatores produtivos com mobilidade livre dentro de cada região, pertencente ao conjunto $m = \{\text{trabalho qualificado, trabalho não-qualificado e capital}\}$) e consumo do agente público (*vigmir*). A renda dos fatores de produção é distribuída ao agente representativo. O equilíbrio nos mercados de fatores é dado por uma identidade que relaciona o valor do pagamento dos fatores com a renda destes (equação 3).

$$\sum_j vfm_{fir} = evom_{fr} \quad (3)$$

As condições de equilíbrio entre oferta e demanda, nos mercados internacionais, requerem que as exportações do bem *i* pela região *r* (*vxmlir*) sejam iguais às importações do mesmo bem por todos os parceiros comerciais (*vxmlirs*), como representado na relação (4).

$$vxm_{ir} = \sum_s vxmd_{irs} \quad (4)$$

Da mesma forma, condições de equilíbrio aplicam-se também aos serviços de transporte internacionais. A oferta agregada do serviço de transporte j , vt_j , é igual ao valor dos serviços de transporte nas exportações vst_{jr} (relação 5).

$$vt_j = \sum_r vst_{jr} \quad (5)$$

O equilíbrio entre oferta e demanda, no mercado de serviços de transporte, iguala a oferta desses serviços à soma dos fluxos bilaterais de serviços de transporte adquiridos nas importações de bens ($vtwr_{jisr}$), como na equação (6).

$$vt_j = \sum_r vtwr_{jisr} \quad (6)$$

As receitas dos impostos e transferências são representadas pela letra R. Os fluxos de impostos consistem de impostos indiretos na produção e exportação (\mathcal{R}_{ir}^Y), no consumo (\mathcal{R}_r^C), na demanda do governo (\mathcal{R}_r^G) e nas importações (\mathcal{R}_{ir}^M). A renda do governo também inclui impostos diretos ao agente representativo, representados por \mathcal{R}_r^{HH} , bem como transferências do exterior, vb_r . A restrição orçamentária do governo pode ser representada pela equação (7).

$$vgm_r = \sum_i \mathcal{R}_{ir}^Y + \mathcal{R}_r^C + \mathcal{R}_r^G + \sum_i \mathcal{R}_{ir}^M + \mathcal{R}_r^{HH} + vb_r. \quad (7)$$

A restrição orçamentária do agente representativo relaciona a renda dos fatores de produção, descontada dos pagamentos de impostos, com as despesas de consumo e investimento privado, como na relação (8).

$$\sum_j evom_{jr} - \mathcal{R}_r^{HH} = vpm_r + vi_r. \quad (8)$$

Visualizam-se duas condições para a consistência da base de dados contida nas matrizes de insumo-produto e contabilidade social: o equilíbrio de mercado (oferta igual à demanda para todos os bens e fatores de produção) e o balanço da renda (renda líquida igual à despesa líquida). Um terceiro conjunto de identidades diz respeito aos lucros operacionais líquidos nos setores da economia. No modelo PAEG, assim como no GTAP, consideram-se competição perfeita e retornos constantes à escala, de forma que os custos com insumos intermediários e fatores de produção se igualem ao valor da produção, e os lucros econômicos, a zero. Tal condição se aplica a cada um dos setores produtivos e atividades, conforme as equações (9) a (15).

$$Y_{ir}: \sum_j vfm_{jir} + \sum_j (vifm_{jir} + vdfm_{jir}) + \mathcal{R}_{ir}^Y = vom_{ir}. \quad (9)$$

$$M_{ir}: \sum_s (vxmd_{isr} + \sum_j vtwr_{jisr}) + \mathcal{R}_{ir}^M = vim_{ir}. \quad (10)$$

$$C_r: \sum_i (vdpm_{ir} + vipm_{ir}) + \mathcal{R}_{ir}^C = vpm_r. \quad (11)$$

$$G_r: \sum_i (vdgm_{ir} + vigm_{ir}) + \mathcal{R}_{ir}^G = vgm_r. \quad (12)$$

$$I_r: \sum_i v \dim_{ir} = vim_r . \quad (13)$$

$$FT_{fr}: evom_{fr} = \sum_i vfm_{fir} \quad f \in s . \quad (14)$$

$$YT_j: \sum_r vst_{jr} = vt_j = \sum_{irs} vtwr_{jirs} . \quad (15)$$

As variáveis do modelo econômico são como definidas na Tabela 1. As variáveis representam os níveis de atividades que definem um equilíbrio e as variáveis de preços relativos de bens e fatores. O modelo determina valores para todas as variáveis, exceto fluxos de capitais internacionais, que podem ser determinados, de forma endógena, em um modelo intertemporal. As condições de equilíbrio do modelo definem preços relativos, e não preços nominais. Cada preço de equilíbrio está associado a uma condição de equilíbrio de mercado.

Os setores produtivos minimizam seus custos restritos pela tecnologia. A produção Y_{ir} surge pela escolha de insumos minimizando os custos unitários conforme a relação (16). As variáveis de decisão são dados iniciais de referência (ou de “benchmark”), com o caractere inicial “d” no lugar do caractere “v”.

Variáveis	Descrição
C_r	Demanda agregada dos agentes privados
G_r	Demanda agregada do setor público
Y_{ir}	Produção
M_{ir}	Importações agregadas
FT_{fr}	Transformação de fatores
YT_j	Serviços de transporte internacional
pc_r	Índice de preço do consumo privado
pg_r	Índice de preço dos gastos públicos
py_{ir}	Preço de oferta doméstica, bruto de impostos indiretos à produção
pm_{ir}	Preço das importações, bruto de impostos às exportações e tarifas às importações
pt_j	Custo marginal de serviços de transportes
pf_{fr}	Preço dos fatores trabalho, terra e recursos naturais
ps_{ir}	Preço do fator primário no setor

Tabela 1 - Variáveis endógenas que representam níveis das atividades e preços de bens e fatores.

Fonte: Gurgel, Pereira e Teixeira (2010) e Pereira (2011).

Assim, a demanda intermediária de benchmark do bem j na produção do bem i na região r será $vdfm_{jir}$, enquanto a variável de demanda intermediária, correspondente ao equilíbrio do problema de decisão da produção, será $ddfm_{jir}$.

$$\begin{aligned}
& \min_{dfm, ddfm, difm} c_{ir}^D + c_{ir}^M + c_{ir}^F \\
& \text{sujeito a: } c_{ir}^D = \sum_j py_{jr} (1 + t_{jr}^{fd}) ddfm_{jr} \cdot \\
& \quad c_{ir}^M = \sum_j pm_{jr} (1 + t_{jr}^{fi}) difm_{jr} \cdot \\
& \quad c_{ir}^F = \sum_f (pf_{jr \setminus f \in m} + ps_{jr \setminus f \in s}) (1 + t_{jr}^f) dfm_{jr} \cdot \\
& \quad F_{ir}(ddfm, difm, dfm) = Y_{ir}.
\end{aligned} \tag{16}$$

O fechamento do modelo considera que a oferta total de cada fator de produção não se altere, mas tais fatores são móveis entre setores, dentro de uma região. O fator terra é específico aos setores agropecuários, enquanto os recursos naturais são específicos a alguns setores (de extração de recursos minerais e energia). Não há desemprego no modelo; portanto, os preços dos fatores são flexíveis. Pelo lado da demanda, investimentos e fluxos de capitais são mantidos fixos, bem como o saldo do balanço de pagamentos. Dessa forma, mudanças na taxa real de câmbio devem ocorrer para acomodar alterações nos fluxos de exportações e importações após os choques. O consumo do governo poderá alterar com mudanças nos preços dos bens, assim como a receita advinda dos impostos estará sujeita as mudanças no nível de atividade e no consumo.

O algoritmo do MPSGE considera o modelo de equilíbrio geral construindo blocos de equações de funções de produção, de demanda e restrições específicas. O algoritmo então transformará essas informações em equações algébricas e otimizadas no software GAMS. As equações implicam em condições de lucro zero para a produção, o equilíbrio entre oferta e demanda nos mercados e definição da renda para os consumidores do modelo, compondo um problema de complementaridade mista como descrito por Rutherford (1995).

Um conjunto de três variáveis não negativas deve ser determinado na solução deste problema de complementaridade mista: preços, quantidades (níveis de atividades em MPSGE) e níveis de renda (Gurgel, 2010 e 2016). A condição de lucro zero para a produção indica que qualquer atividade deve obter lucro zero, ou seja, o valor dos insumos deve ser igual ao valor da produção. A variável associada será o nível de atividade y para os setores produtivos com retornos constantes de escala. Isto significa que para y positivo, o lucro econômico deve ser igual a zero, ou o lucro será negativo e não ocorre a produção (Gurgel, 2010 e 2016). O equilíbrio entre oferta e demanda de mercado estabelece que qualquer bem com preço não nulo deverá ter um equilíbrio entre oferta e demanda. De outro lado, qualquer bem com excesso de oferta deverá ter um preço nulo. A condição de balanço da renda requer que o valor da renda deve ser igual ao valor das dotações dos fatores e das receitas dos impostos para cada agente.

O modelo trabalha com funções CES calibradas pela parcela, conforme (Rutherford, 2002), em que usa os valores do equilíbrio inicial para demandas, preços, produção, custos, parcelas e elasticidades de substituição para obter expressões calibradas pela parcela. Tal

procedimento reduz consideravelmente a demanda por informações para rodar o modelo.

Os elementos que formam um modelo de equilíbrio geral em MPSGE podem ser sintetizados, de maneira simples, da seguinte forma, como expresso em Gurgel (2010): a) Declaração de parâmetros e valores; b) Declaração do modelo; c) Declaração de setores, commodities, consumidores, variáveis auxiliares; d) Detalhamento dos Blocos de produção; e) Detalhamento dos Blocos de demanda; f) Detalhamento das Equações de restrições; g) Declarações de comandos de inclusão e solução da otimização (inclui e solve); e, h) Cálculos dos parâmetros de resultados e declarações de exibição.

De modo mais específico, a importância do comércio internacional para as macrorregiões brasileiras é distinta, sendo a balança comercial do agronegócio muito importante para o Centro-Oeste enquanto setores de manufaturados e outras indústrias ganham destaque na pauta comercial de regiões como a Sudeste, por exemplo, muitas vezes como exportadores e outras como importadores.

O trabalho de Santos (2006) e Magalhães (2009) fazem aplicações em modelos computáveis de equilíbrio geral observando a tributação (no primeiro autor) e fluxos de comércio regional (no segundo autor). No caso da tributação, se deu ênfase nos tributos em fluxos domésticos e não naqueles em fluxos internacionais. Já no segundo caso, o foco era observar os fluxos entre as regiões brasileiras e seus efeitos sobre a eficiência, a competitividade e o crescimento econômico.

Perobelli et al (2008) expõe a importância do comércio para o crescimento regional e evidenciam a necessidade de se observar os fluxos inter-regionais, os quais ocasionam efeitos muito distintos entre regiões e entre setores da economia. O trabalho não observou os efeitos em um modelo computável de equilíbrio geral, mas indica a necessidade de estudos que explicitem estes efeitos das interações comerciais.

Observa-se que vários trabalhos utilizaram a redução de tarifas para os produtos agrícolas brasileiros com alguns países, destacando-se a UE e EUA. Para este trabalho, os cenários utilizados contemplam o aumento de barreiras não tarifárias, ou seja, se por motivo arbitrário os países (EUA, China, UE) bloqueassem totalmente as exportações de soja e carne brasileira.

Os cenários propostos no trabalho são baseados em embargos da China sobre a soja brasileira, embargos da União Europeia sobre a carne brasileira e embargos dos EUA sobre a carne brasileira. Desta forma, foram construídos três cenários:

- 1) Embargos da China sobre os grãos brasileiros (setores 'osd' e 'gro')
- 2) Embargos da União Europeia sobre a carne brasileira (setor 'oap')
- 3) Embargos dos EUA sobre a carne brasileira (setor 'oap')

Para que estes efeitos fossem implementados no PAEG foi utilizado um aumento extremo de tarifa de importação – $rtms(i,s,r)$ para esses países sobre o produto brasileiro no intuito de barrar (zerar) as exportações brasileiras desses produtos para os países

selecionados.

O presente trabalho propõe relacionar os fluxos comerciais entre regiões e entre países oriundos de alterações das políticas comerciais com cenários de integração econômica. Desta forma, espera-se contribuir com a literatura econômica e com os formuladores de políticas para obter melhores resultados em termos de crescimento e bem-estar econômico.

3 | RESULTADOS

3.1 Análise dos embargos da China sobre os grãos brasileiros

Observa-se que os resultados apresentados na Tabela 2 são referentes aos ganhos de bem-estar e PIB originários de embargos. O bem estar é medido por variação equivalente (EV) obtida pela diferença do consumo antes do choque e depois do choque e pela variação percentual da utilidade agregada. Esse indicador possibilita avaliar o bem-estar em economias de diferentes tamanhos, levando em conta o nível de bem-estar provenientes da variação na utilidade.

O embargo chinês na soja brasileira provocou efeitos negativos para China, uma perda de US\$ 1,493 bilhões, ou seja, perda de bem-estar de 0,114 % em relação ao *benchmark*. No Brasil, nota-se que ocorreram ganhos de bem-estar no Norte e Sudeste, mas perdas para as demais regiões em relação ao *benchmark*. Merece destaque o ganho de bem estar do Resto do Mercosul de US\$ 0,205 bilhões, ou seja, ganho de 0,057 % em relação ao *benchmark*. Isto pode ser explicado pelo fato de haver um redirecionamento rumo aos concorrentes da soja brasileira no mercado chinês.

Regiões	Variação Equivalente		PIB
	Δ %	Δ US\$ bilhões	Δ %
Norte	0.020	0.014	-0.015
Nordeste	-0.067	-0.105	-0.013
Centro-Oeste	-0.193	-0.190	0.009
Sudeste	0.011	0.062	0.006
Sul	-0.091	-0.190	0.026
Resto do Mercosul	0.057	0.205	0.006
Estados Unidos	0.003	0.340	-
Resto do Nafta	-	0.006	-0.001
Resto da América	-	-	-
União Europeia	-	-0.023	-
China	-0.114	-1.493	-0.069

Tabela 2: Mudanças no bem-estar e no Produto Interno Bruto (%) em decorrência do Embargo da China sobre os grãos brasileiros.

Fonte: Resultados da pesquisa

Os impactos dos embargos no PIB são pequenos. As duas regiões brasileiras perdedoras seriam a região Norte (NOR) e o Nordeste (NDE). Nas demais regiões do mundo identificam-se variações nulas e pequenas variações negativas para a China (-0,069%) e Resto do Nafta (0,001%).

A Tabela 3 mostra os principais resultados em termos de variação no valor da produção da soja, milho e outros grãos para as regiões brasileiras com o embargo da China para a soja brasileira.

A soja brasileira sofreria quedas expressivas no valor da produção, entre 10% no Sul e 29% no Norte. Boa parte deste valor é redirecionado para Resto do Mercosul e Estados Unidos, concorrentes da soja brasileira. Os três maiores produtores mundiais de soja são: EUA, Brasil e Argentina, se o Brasil perde o mercado com a China, os EUA e a Argentina ganham este mercado como é verificado. A China obtém ganho superior a 7%, devido ao fato de aumentar a produção motivada pela elevação dos preços domésticos. O milho também teria perdas, inferiores a 1% mas com aumento de 0.012% no Centro-Oeste.

Regiões	Milho e outros cereais em grão (gro)	Soja e outras sementes oleaginosas (osd)
Norte	-0.953	-29.513
Nordeste	-0.447	-25.860
Centro-Oeste	0.012	-18.284
Sudeste	-0.283	-28.588
Sul	-1.430	-10.411
Resto do Mercosul	-0.326	10.085
Estados Unidos	-0.010	7.187
Resto do Nafta	0.013	3.462
Resto da América	0.013	0.562
União Europeia	-0.021	-0.132
China	-0.153	7.122
Resto do Mundo	-0.001	0.111

Tabela 3: Variações percentuais no valor bruto da produção da soja, milho e outros grãos para as regiões em decorrência do Embargo da China sobre o produto brasileiro.

Fonte: Resultados da pesquisa.

O Gráfico 1 mostra a variação percentual no fluxo das exportações de soja das

regiões brasileiras para as outras regiões do estudo.

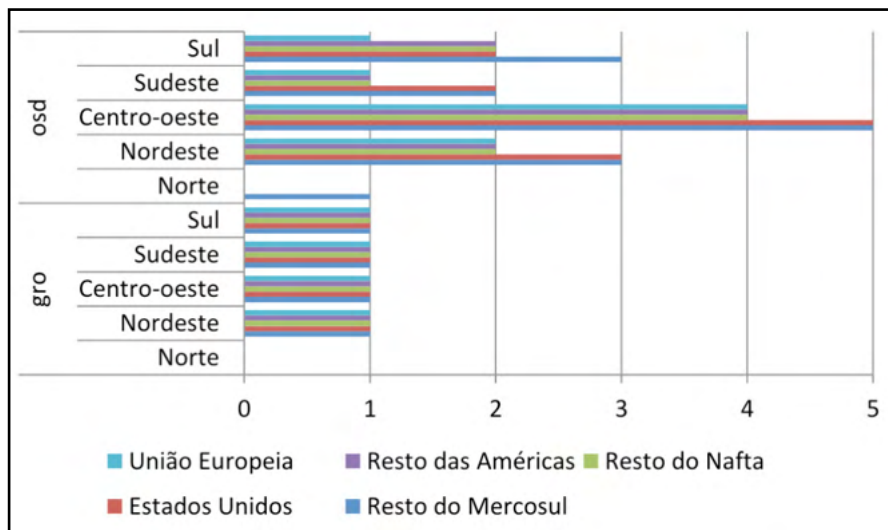


Gráfico 1: Variações percentuais no fluxo das exportações de soja brasileira para as regiões em decorrência do Embargo da China sobre grãos brasileiros.

Fonte: Resultados da pesquisa. Notas: milho e outros cereais em grão (gro), soja e outras sementes oleaginosas (osd).

Verifica-se que a região Centro Oeste (COE) foi a que teve maior fluxo de soja para outras regiões, ou seja, apesar da China não estar comprando, outras regiões aumentaram sua participação na compra de soja de COE, com destaque para o RMS (Resto do Mercosul) e Estados Unidos (USA). Assim, verifica-se que a soja das regiões brasileiras deixou de ir para China, mas migraram para outras regiões do mundo.

No Gráfico 2 observa-se que o índice de preço do consumidor (em termos reais) teve variação negativa, embora pequena, para todas as regiões brasileiras. Nas outras regiões do estudo houve variações positivas, principalmente para o RMS. Dada a tarifa muito elevada que a China impõe à importação da soja brasileira, o preço da soja aumenta no mercado chinês.

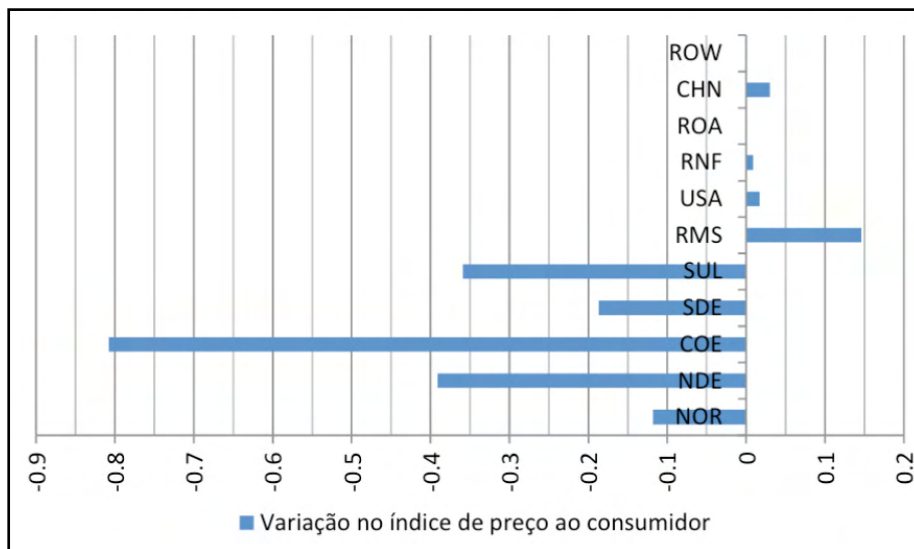


Gráfico 2: Variações percentuais no índice geral de preço do consumidor (em termos reais) por região em decorrência do embargo da China sobre os grãos brasileiros.

Fonte: Resultados da pesquisa

Para a China, observa-se queda nos preços dos fatores de produção capital e trabalho da ordem de 0.06%. Já o Resto do Mercosul apresentou acréscimo no preço do fator trabalho, em torno de 0.06%.

O preço da soja importada indica um aumento na China de 10.4%, mostrando o efeito do embargo à soja brasileira no mercado da China. Quanto às regiões brasileiras, verificou que ocorreu decréscimo no preço da soja importada no Norte, Nordeste e Sudeste, pois aumentou a oferta de soja para as regiões brasileiras, visto que não ocorreu a exportação para a China. No Sul e Centro-Oeste ocorrem pequenos aumentos nestes preços, inferiores a 0.5%. O Resto do Mercosul teve também um pequena queda no preço da soja (0,037%) (Gráfico 3).

O aumento do preço da soja importada em relação ao preço doméstico pode ser explicado por políticas do governo chinês. Outra explicação deste resultado é que a soja importada do Brasil representa cerca de 50% do total da soja importada pela China em 2015 (esse percentual foi de 41% em 2011). Assim, o impacto no preço doméstico é menor que o impacto do preço importado. Ainda, conforme a base de dados da Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura (FAO, 2017), em 2013, 84% da oferta doméstica de soja na China é composta de produto importado.

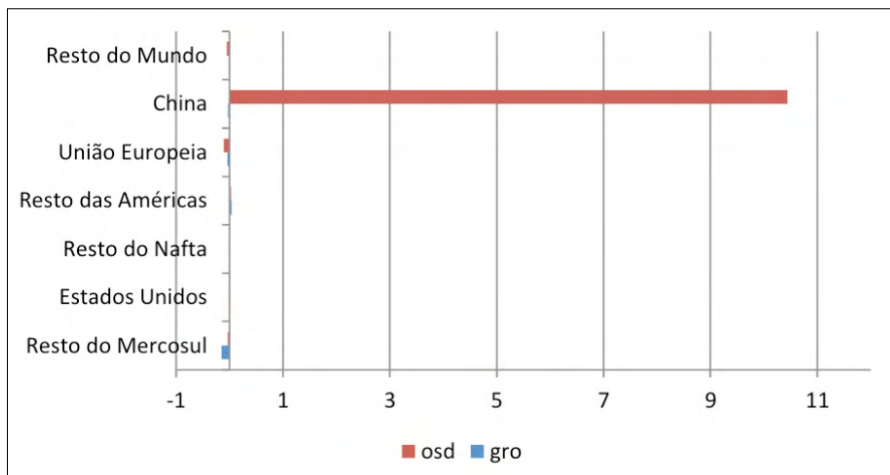


Gráfico 3: Variações no preço da soja importada (em termos reais) por região em decorrência do Embargo da China sobre os grãos brasileiros.

Fonte: Resultados da pesquisa. Notas: milho e outros cereais em grão (gro), soja e outras sementes oleaginosas (osd).

Os resultados para o bem-estar das famílias (Gráfico 4) são apresentados por classes de renda e região do Brasil.

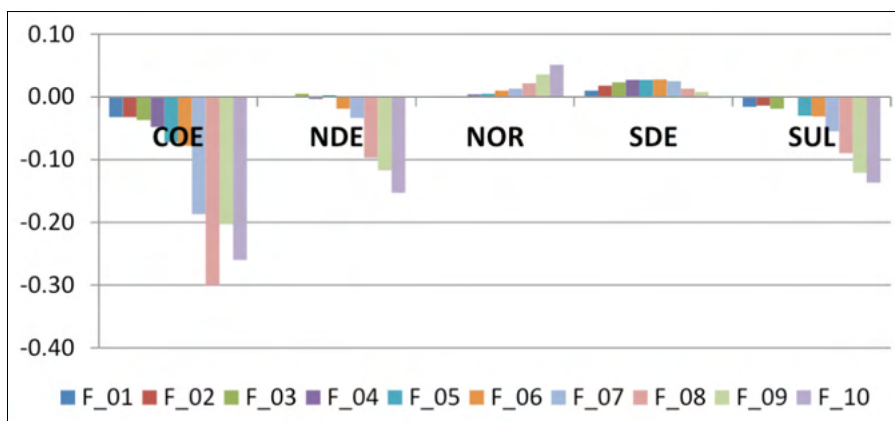


Gráfico 4: Variações no bem-estar das famílias, segundo a classe de renda e por região, em decorrência do Embargo da China sobre os grãos brasileiros.

Fonte: Resultados da pesquisa. Notas para as regiões brasileiras: COE – Centro-Oeste; NDE – Nordeste; NOR – Norte; SDE – Sudeste; SUL – Sul. F1= Classe 1 -- até R\$ 400,00; F2 = Classe 2 -- mais de R\$400,00 até R\$600,00; F3 = Classe 3 -- mais de R\$600,00 até R\$1000,00; F4 = Classe 4 -- mais de R\$1000,00 até R\$1200,00; F5 = Classe 5 -- mais de R\$1200,00 até R\$1600,00; F6 = Classe 6 -- mais de R\$1600,00 até R\$2000,00; F7 = Classe 7 -- mais de R\$2000,00 até R\$3000,00; F8 = Classe 8 -- mais de R\$3000,00 até R\$4000,00; F9 = Classe 9 -- mais de R\$4000,00 até R\$6000,00; F10 = Classe 10 -- mais de R\$6000,00.

Evidenciam ganhos para as famílias do Norte, principalmente as classes mais altas que chegariam a ganhos de até 5%. No Nordeste haveria perdas principalmente para as classes de renda mais elevadas, com perdas de até 15% no bem-estar. As perdas também seriam substanciais para as famílias do Centro-oeste, de até 26%, e para o Sul (até 13.7% de perdas). No Sudeste, as famílias ganham bem-estar, principalmente a classe média com ganho de 2.7%.

3.2 Análise dos embargos da União Europeia sobre a carne brasileira

A Tabela 4 apresenta os resultados dos ganhos de bem estar e variação (%) no PIB após o embargo Europeu sobre a carne brasileira (oap).

Regiões	Variação Equivalente		$\Delta\%$ PIB
	$\Delta\%$	Δ US\$ bilhões	
Norte	0.001	0.000	0.000
Nordeste	-0.002	-0.002	-0.001
Centro-Oeste	-0.004	-0.004	0.000
Sudeste	0.000	-0.002	0.000
Sul	-0.002	-0.004	0.001
Resto do Mercosul	0.000	0.001	0.000
Estados Unidos	0.000	0.001	0.000
Resto do Nafta	0.000	0.000	0.000
Resto da América	0.000	0.001	0.000
União Europeia	0.000	-0.040	-0.001
China	0.000	0.001	0.000
Resto do Mundo	0.000	-0.001	0.000

Tabela 4: Mudanças no bem-estar e no Produto Interno Bruto (%) em decorrência do Embargo da União Europeia sobre a carne brasileira

Fonte: Resultados de pesquisa.

Verifica-se que as regiões brasileiras Nordeste, Centro-Oeste e Sul apresentam perdas de bem-estar, enquanto Norte e Sudeste teriam resultados nulos. O mesmo pode ser observado para a variação do PIB. Em relação às regiões brasileiras, verificou-se perda de consumo na região Centro-Oeste, mas com ganho na exportação de 0.006%.

Na Tabela 5, verificou-se que ocorreu para todas as regiões brasileiras perda no valor da produção, sendo que a região Sudeste obteve a maior perda (-0.508%). As outras regiões do mundo obtiveram ganhos no valor da produção, com maior destaque para a União Europeia (+0.113%).

Em relação aos resultados obtidos pelo embargo na soja do cenário anterior,

notaram-se variações menores no valor bruto de produção da carne quando ocorre o embargo na carne na União Europeia. Este fato é devido ao consumo brasileiro da carne em relação à produção de carne representar 80% (FAO, 2017). Assim, quando se compara a soja com a carne, observa-se que a soja tem um efeito maior no valor da produção devido ao fato do menor consumo interno desse produto.

Analisando o preço de capital, observa-se que para todas as regiões brasileiras, cai o preço do capital, em média de -0.003%. O preço do trabalho não sofreria alterações. Com respeito às classes de rendas, as famílias do Centro-Oeste seriam as mais afetadas pelo embargo, mas com perdas ganhos de bem-estar inferiores a 0.5%.

Regiões	Carnes e outros produtos animais (oap)
Norte	-0.111
Nordeste	-0.290
Centro-Oeste	-0.261
Sudeste	-0.508
Sul	-0.149
Resto do Mercosul	0.008
Estados Unidos	0.004
Resto do Nafta	0.005
Resto da América	0.003
União Europeia	0.113
China	0.002
Resto do Mundo	0.005

Tabela 5: Variações percentuais no valor bruto da produção da carne para as regiões em decorrência do embargo da União Europeia sobre a carne brasileira.

Fonte: Resultados da pesquisa.

3.3 Análise dos embargos dos Estados Unidos (EUA) sobre a carne brasileira

Os resultados dos ganhos de bem estar e variação (%) no PIB após o embargo americano sobre a carne brasileira são apresentados na Tabela 6.

Regiões	Variação Equivalente		Δ% PIB
	Δ %	ΔUS\$ bilhões	
Norte	0.001	0.000	0.000
Nordeste	-0.002	-0.003	-0.001
Centro-Oeste	-0.004	-0.004	0.000
Sudeste	0.000	-0.002	0.000
Sul	-0.002	-0.004	0.001
Resto do Mercosul	0.000	0.001	0.000
Estados Unidos	0.000	-0.049	-0.001
Resto do Nafta	0.001	0.008	0.000
Resto da América	0.000	0.000	0.000
União Europeia	0.000	0.001	0.000
China	0.000	0.002	0.000
Resto do Mundo	0.000	0.001	0.000

Tabela 6: Mudanças no bem-estar e no Produto Interno Bruto (%) em decorrência do Embargo dos EUA sobre a carne brasileira.

Fonte: Resultados de pesquisa.

Em relação às regiões brasileiras nota-se que foram ínfimos ganhos de bem-estar no Norte e Sudeste, e perdas entre 0.002% e 0.004% nas demais regiões. Esse resultado é semelhante ao que ocorreu no embargo europeu da carne. Em todas as regiões não-brasileiras, haveria neutralidade em termos de bem-estar, similarmente ao cenário da União Europeia ao embargo da carne brasileira. Similarmente, para o PIB, as mudanças no PIB são ínfimas (da ordem de 0.001% quando não nulas) em todas as regiões, inclusive para as regiões brasileiras. O embargo americano sobre a carne brasileira provocou, nos Estados Unidos, perda de US\$ 50 milhões de dólares no consumo e de US\$ 30 milhões de dólares nas exportações.

Em relação às regiões brasileiras, verificou-se perda de consumo na região sudeste, mas ganho na exportação de mesma grandeza. Uma alteração pequena (de 1%) seria vista no preço do produto importado pelos Estados Unidos, e nos agregados macroeconômicos (consumo, investimento, gastos do governo), as mudanças seriam inferiores a 0.5% em todas as regiões. Com respeito às classes de rendas, as famílias do Centro-Oeste seriam as mais afetadas pelo embargo, mas com perdas ganhos de bem-estar inferiores a 0.5%

4 | CONCLUSÕES

A preocupação com os embargos às exportações brasileiras reflete a insegurança em alguns mercados mais dependentes da comercialização externa. A relativa diversificação da pauta aliada à importância do mercado doméstico bem como a possibilidade de

redirecionamento das exportações para outras regiões têm contribuído para a redução da dependência externa, embora muitos ainda contestem que exista alguma independência, assumindo que o Brasil tem uma pauta pouco diversificada.

Os cenários analisados, de embargo chinês sobre grãos e oleaginosas, de embargo à carne na União Europeia e nos Estados Unidos, mostraram pequenos impactos em termos de bem-estar geral ao Brasil.

Com relação ao embargo chinês sobre a soja brasileira, constatou-se que a China e o Brasil teriam perda de bem estar. Ganhos existiriam apenas no Norte e Sudeste brasileiros. Analisando o PIB, o efeito para todas as regiões do Brasil foi pequeno. Notou-se que o valor da produção de soja e oleaginosos para a China obteve ganho superior a 7%, pois a China é motivada a produzir.

Avaliando os fluxos comerciais, percebe-se que a soja brasileira que deixou de ser exportada para China migrou para outras regiões do mundo, não afetando o Brasil com grandes perdas.

Observou-se queda no consumo na China, de US\$ 1,4 bilhões. As regiões brasileiras sofreram um impacto menor do que o da China, mas ainda com aumento das exportações das regiões. Assim, observa-se que com o embargo da China sobre a soja brasileira, os efeitos são piores para a China do que para o Brasil.

Analisando o embargo à carne brasileira, observaram-se pequenos impactos em bem-estar e PIB para todas as regiões. A importância da carne no consumo doméstico certamente influencia no pequeno efeito do embargo externo, revertendo os ganhos da maior oferta doméstica em preços menores aos consumidores brasileiros. Em relação aos fluxos comerciais no setor de carne, os impactos para o Brasil foram pequenos, também devido ao consumo interno no Brasil.

O embargo chinês à soja brasileira se apresenta, portanto, como mais preocupante que embargos nos carnes.

REFERÊNCIAS

AGGARWAL, V. K. ; EVENETT, S. J. Os padrões tradicionais de protecionismo mudaram na crise atual: uma perspectiva setorial Revista Brasileira de Comércio Exterior, São Paulo v.23, n. 101, p. 12-18. put/ dez 2009.

ANTIMIANI, A.; CONFORTI, P.; SALVATICI, L. Alternatives scenarios and strategic interactions between developed and developing countries in the agricultural trade negotiations of the Doha Round: A reappraisal. Agricultural trade agreements (TRADEAG Roma: Italian Ministry of University and Technological Research, 34 pp. 2006.

BENDER FILHO, R. O Mercado de Carne Bovina no Brasil: os Efeitos da Eliminação das Barreiras Tarifárias e Não-Tarifárias. 136 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) PUC RS, Porto Alegre RS, 2006.

CLINE, W. Trade Policy and Global Poverty. Washington, D.C.: Institute for International Economics. 2003.

CONFORTI, P.; SALVATICI, L. Agricultural trade liberalization in the Doha Round. Alternative scenarios and strategic interactions between developed and developing countries. 7th Annual conference on global economic analysis. p. 17–19. 2004.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, FAO. FAOSTAT statistics database. Rome: FAO, 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/FBS>>. Acesso em 02.10.2017.

FERREIRA FILHO, J. B. S.; HORRIDGE, M. The Doha development agenda and Brazil: Distributional impacts. Review of Agricultural Economics, American Agricultural Economics Association, 28(3), 362–369. 2006.

GURGEL, A. C. Impactos da Liberalização Comercial de Produtos do Agronegócio na Rodada de Doha. Revista Brasileira de Economia, 60(2), 133–151 jan./mar. 2001.

GURGEL, A.C. Introdução ao MPSGE e GAMS. PAEG Technical Paper No.4. Viçosa: DER/UFV. 2010.

GURGEL, Angelo C. PAEG “Hands On” : Instalação e Execução do Programa PAEG. PAEG Technical Paper No. 5, Outubro, 2016.

GURGEL, A.C.; PEREIRA, M.W.G.; TEIXEIRA, E.C. A estrutura do PAEG. PAEG Technical Paper No.1. Viçosa: DER/UFV. 2010.

HARRISON, G. W.; RUTHERFORD, T. F.; TARR, D. G.; GURGEL, A. Políticas de Comércio Regionais, Multilaterais e Unilaterais do Mercosul para o Crescimento Econômico e a Redução da Pobreza no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, 33(1), 1–60.2003.

HORRIDGE, M.; MADDEN, J.; WITTEWER, G. The impact of the 2002-2003 drought on Australia. Journal of Policy Modeling, New York, 27(3):285-308, 2005.

LAIRD, S. Quantifying commercial policies. Stanford: Stanford University, Institute for Theoretical Economics, 1996. 43 p. (World Trade Organization, Staff Working Paper).

LANZ, Bruno; RUTHERFORD, Thomas F. GTAPINGAMS: Multiregional and small open economy models. Journal of Global Economic Analysis, Volume 1, 2016. No. 2, pp. 1-77.

LIMA, R. C. A.; BARRAL, W. Barreiras Não-Tarifárias ao Comércio: papel regulatório da OMC, controvérsias e novas restrições. Revista Brasileira de Comércio, São Paulo, n.93, p. 73-87, out/ dez 2007.

MAGALHÃES, A.S. O comércio por vias internas e seu papel sobre crescimento e desigualdade regional no Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2009. 134p.

PEREIRA, M.W.G. Efeitos de políticas tributárias e liberalização comercial sobre a competitividade setorial das macrorregiões brasileiras. Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2011. (Tese de doutorado em Economia Aplicada). 2011.

PEREIRA, M.W.G.; TEIXEIRA, E.C. Construção da 2ª. base de dados do PAEG. PAEG Technical Paper N.3. Viçosa: DER/UFV. 2010.

POLASKI, S. Winners and Losers: The Impact of the Doha Round on Developing Countries. Washington: Carnegie Endowment for International Peace. 2006. Disponível em: <<http://www.carnegieendowment.org/publications/index.cfm?fa=view&id=18083>>.

RUTHERFORD, T. F. Applied general equilibrium modeling with MPSGE as a GAMS subsystem: an overview of the modeling framework and syntax. *Computational Economics*, 14(1):1-46, 1999.

RUTHERFORD, T. F. Extensions of GAMS for complementarity problems arising in applied economics. *Journal of Economic Dynamics and Control*, 19(8):1299-1324, 1995.

RUTHERFORD, T. F. GTAP6inGAMS: The dataset and static model. 2005. 42 p. (mimeo.) Disponível em: <<http://www.mpsge.org/gtap6/gtap6gams.pdf>>.

RUTHERFORD, T. F. Lecture Notes on Constant Elasticity Functions. Boulder: University of Colorado, November 2002. (mimeo).

RUTHERFORD, T. F., PALTSEV, S. V. GTAPinGAMS and GTAP-EG: global datasets for economic research and illustrative models. Working Paper, Department of Economics, University of Colorado, 2000. 64p. Disponível em: <<http://nash.colorado.edu/gtap/gtapgams.html>>.

SANTOS, C.V. Política tributária, nível de atividade econômica e bem-estar: lições de um modelo de equilíbrio geral inter-regional. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), ESALQ/USP, Piracicaba: ESALQ/USP, 2006. 139p.

SILVA, S. Z.; TRICHES, D.; MALAFAIA, G. Análise das barreiras não tarifárias à exportação na cadeia da carne bovina brasileira. *Revista de Política Agrícola*, v.20, n. 2, 2011. pp.23-39.

THORSTENSEN, Vera; FERRAZ, Lucas Pedreira do Couto (Coords). Negotiating preferential trade agreements for Brazil: a CGE modeling perspective. São Paulo: VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda./EESP-FGV-SP, 2016. 402p.

VILLELA, Eduardo V.M. As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês. 2004. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>> Acesso em: 11/12/2014.

WOLF, Rayan. Efeitos do programa bolsa família sobre o bem-estar econômico das famílias nas macrorregiões brasileiras: uma análise de equilíbrio geral computável. Dissertação (Mestrado em Administração). Campo Grande: UFMS, 2016.

DOS CONCEPCIONES ENTRE LAS EMPRESAS RECUPERADAS POR SUS TRABAJADORES. DISPUTAS FORMATIVAS POR EL SENTIDO DE LA AUTOGESTIÓN EN LA TRAYECTORIA DE IMPA

Data de aceite: 10/01/2022

Ramon Rodrigues Ramalho

Centro de Estudios e Investigaciones Laborales
(CEIL/CONICET)

RESUMO: El presente capítulo analiza las disputas políticas entre las Empresas Recuperadas por sus Trabajadores (ERT). Nosotros examinamos la recuperación de empresas como una disputa entre estrategias de formación del capital y del trabajo, que se juega entre el (auto)disciplinamiento individual y el (auto)ejercitamiento de la organización colectiva, dirigido a apropiarse de los medios de producción. Nuestro objetivo es avanzar en la comprensión sobre los sentidos atribuidos por los trabajadores a la recuperación de su empresa y el carácter de las disputas emergentes entre ellos durante la fase autogestiva. Para comprender las disputas entre los trabajadores de una ERT sobre qué finalidad atribuyen a su empresa, abordamos el caso de la metalúrgica IMPA, una emblemática ERT porteña, protagonista de varias recuperaciones y de la noción de “Fábrica Abierta”, albergando a diversas organizaciones sociales en su planta. Se trata de un caso privilegiado para examinar las disputas por el sentido asignado a la recuperación de empresas, pues la trayectoria de IMPA está marcada por traumáticas rupturas internas, que han cambiado, más de una vez, la orientación otorgada por los trabajadores a la finalidad de su empresa. Al destacar dos episodios, la “fractura” del 2005 y la

llamada “2ª recuperación” del 2008, vemos a esa disputa enraizarse de tal manera que determina no sólo los conflictos dentro de una ERT, sino que también establece a dos tipos de ERTs: las que adoptan el carácter de “Empresas Sociales” en contraste con las estrictamente “Productivistas”.

PALAVRAS-CHAVE: Empresas Recuperadas por sus Trabajadores; acción colectiva; etnografía participativa; estrategia formativa; movimientos sociales.

TWO CONCEPTIONS AMONG THE COMPANIES RECOVERED BY THEIR WORKERS. FORMATIVE DISPUTES OVER THE MEANING OF SELF-MANAGEMENT IN THE IMPA

ABSTRACT: This chapter analyzes the political disputes among the Recovered Worker-Owned Enterprises (ERTs). We examine the recovery of enterprises as a dispute between capital and labor formation strategies, which plays out between the individual self-disciplining and the (self-) exercising of the collective organization, aimed at the appropriation of the means of production. Our objective is to advance in the understanding of the meanings attributed by the workers to the recovery of their enterprise and to characterize the emerging disputes between them. In order to understand the disputes among the workers of an ERT, we analyze the case of the metallurgical company IMPA, an emblematic ERT in Buenos Aires, protagonist of several others recoveries of factories and to implement the notion of "Open Factory", hosting several social organizations in its plant. This is a privileged case to examine the disputes over the meaning assigned to the

recovery of companies, since IMPA's trajectory is marked by traumatic internal ruptures, which have changed, more than once, the orientation given by the workers to the purpose of their company. By highlighting two episodes, the "fracture" of 2005 and the so-called "2nd recovery" of 2008, we see this dispute taking root in such a way that it determines not only the conflicts within an ERT, but also establishes two types of ERTs: those that adopt the character of "Social Enterprises" in contrast to the strictly "Productivist" ones.

KEYWORDS: Worker-Recovered Enterprises; collective action; participative ethnography; formative strategy; social movements.

1 | INTRODUCCIÓN

El presente capítulo analiza las disputas políticas entre las Empresas Recuperadas por sus Trabajadores (ERT). Una empresa "*recuperada*" es una empresa capitalista fallida que pasa a ser gestionada por sus trabajadores. Ese término resalta el protagonismo de los trabajadores en el proceso de *ocuparse una empresa preexistente* para recuperar una fuente de trabajo que estaría perdida de no mediar la "lucha". En suma, son unidades económicas convertidas de una gestión capitalista a la gestión colectiva de los trabajadores. En la Argentina, existen 384 Empresas Recuperadas por sus Trabajadores (ERTs), ocupando a 15.525 personas (Programa Facultad Abierta, 2018).

Nosotros examinamos la recuperación de empresas como una *disputa entre estrategias de formación del capital y del trabajo*, que se juega entre el (auto)disciplinamiento individual y el (auto)ejercitamiento de la organización colectiva, dirigido a apropiarse de los medios de producción. Nuestro objetivo es avanzar en la comprensión sobre los sentidos atribuidos por los trabajadores a la recuperación de su empresa y el carácter de las disputas emergentes entre ellos *durante la fase autogestiva*¹.

Para comprender las disputas entre los trabajadores de una ERT sobre qué finalidad atribuyen a su empresa, abordamos el caso de la metalúrgica IMPA, una emblemática ERT porteña, protagonista de varias recuperaciones y de la noción de "Fábrica Abierta", albergando a diversas organizaciones sociales en su planta. Se trata de un caso privilegiado para examinar las disputas por el sentido asignado a la recuperación de empresas, pues la trayectoria de IMPA está marcada por traumáticas rupturas internas, que han cambiado, más de una vez, la orientación otorgada por los trabajadores a la finalidad de su empresa. Al destacar dos episodios, la "fractura" del 2005 y la llamada "2ª recuperación" del 2008, vemos a esa disputa enraizarse de tal manera que determina no sólo los conflictos dentro de una ERT, sino que también establece a *dos tipos de ERTs*: las que adoptan el carácter de "*Empresas Sociales*" en contraste con las estrictamente "*Productivistas*".

Para responder a los interrogantes que guían el presente capítulo, nos basamos en el trabajo de campo etnográfico realizado por un periodo de tres años (2011-2013)

¹ El presente capítulo constituye una versión resumida de la investigación publicada en la Revista Estudios Sociológicos de El Colegio de México, bajo el título "*Los caminos de la autogestión: disputas entre dos concepciones de la recuperación*".

en IMPA, por ocasión de la fundación de una Universidad Popular en esta planta fabril, la denominada “Universidad de los Trabajadores IMPA” (UT-IMPA). El trabajo etnográfico posibilitó la aprehensión de las situaciones cotidianas, combinando *estrategias de observación y grupos de discusión*, para poder captar el significado del objetivo propuesto por los trabajadores de IMPA: la construcción de una Estrategia de Formación *integral* para fomentar las recuperaciones. La observación participante permitió la Conversación Clínica durante los “reiterados encuentros cara a cara” con los referentes de la UT y de IMPA, complementados por Entrevistas semiestructuradas. Del análisis de los registros de campo se pudo documentar lo “no-documentado” durante la convivencia cotidiana en IMPA.

También nos fundamentaremos en el relevamiento bibliográfico sobre las empresas recuperadas, en conversaciones con investigadores dedicados al tema, del Centro de Estudios e Investigaciones Laborales (CEIL/CONICET), del Instituto de Investigación Gino Germani, de la UBA, y del Programa de extensión universitaria “Facultad Abierta”, de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA.

Indagamos que la subsistencia de discordancias sin tratamiento se convierte en diferentes niveles de interiorización del compromiso asumido frente a su empresa autogestionada: mientras unos se limitan a ejercer la función de su puesto de trabajo, delegando las funciones de la gestión a sus pares, otros se ocupan de las tareas administrativas y articulaciones políticas externas a la empresa (Ramalho, 2018a). Además, destacamos a dos obstáculos para la integración entre organizaciones sociales que comparten un campo identitario común. La “igualación” entre aquellos que se identifican como miembros de un grupo, por haber atravesado las dificultades de su constitución, conforma una frontera y limita el tránsito e intercambio entre dos colectivos, aunque se reconozcan como pares con un objetivo en común. Otro obstáculo consiste en reproducir la lógica calcada en “ocupar, resistir, producir” hacia la cotidianeidad de la empresa. La reproducción de esta lógica engendra una comunicación ruidosa y fomenta una conducta competitiva, menos reflexiva que impulsiva. Si esta conducta parece adecuada para llevar a cabo medidas que exigen una acción inmediata, como recuperar empresas, se muestra inadecuada para planificar estrategias integradas de largo plazo.

2 | LA TRAYECTORIA DE LA FÁBRICA IMPA ENTRE DOS CONCEPCIONES DE LA RECUPERACIÓN

IMPA es una empresa fundada en 1928 por capitales privados argentinos y recuperada en 1998 cuando el consejo directivo abandona la empresa, frente a su colapso financiero. Desde su recuperación, el 22 de mayo de 1998, IMPA protagoniza diversas recuperaciones de empresas y la formación de la primera agrupación de ERTs argentinas, el Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas (M.N.E.R.), que incorpora del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) brasileño su consigna “Ocupar, Resistir,

Producir”. En cierto sentido, las ERTs pueden ser consideradas como una urbanización de la propuesta de los sin tierra (Klein citado en Fernández, 2008, p. 204).

IMPA también se destaca como una empresa simbólica en adoptar la noción de “fábrica abierta”. En articulación con otras organizaciones sociales, instala en 1999 un Centro Cultural (CC) y en 2004 es la primera ERT en instalar un Bachillerato Popular (BP) en su planta. Además, alberga a diversas organizaciones sociales, como la BarricadaTV. Durante el trabajo de campo también podemos encontrar en la planta a una radio comunitaria, la Radio Semilla; una organización dedicada a producir los equipos para que se pueda armar a radios comunitarias; el Museo del Trabajo IMPA; el Teatro Nora Cortiñas; dos grupos de dramaturgia – el Teatro Sanitario de Operaciones y el Impacto Teatral – entre otras agrupaciones sociales.

Con la creación del CC-IMPA, en 1999, sus actividades promueven una difusión de la fábrica que supera las expectativas de sus protagonistas (“Mundo IMPA”, 2001). Esto fortalece la percepción de que IMPA puede funcionar como un foco irradiador de la autogestión como solución posible para los problemas sociales. Desde su recuperación en 1998, Eduardo Murúa y Guillermo Robledo estuvieron en la administración de IMPA, siendo los principales impulsores de la noción de fábrica abierta en esta ERT, hasta la fractura del 2005. En 2008, con el episodio de la “2ª recuperación” de IMPA, Murúa regresa a la administración de IMPA, como veremos a seguir.

En el año 2000, IMPA empieza a expandir sus contactos a otras experiencias de cooperativas en crisis. A partir de este desarrollo, en ese mismo año surge el MNER. En el cruce entre ese desarrollo y el éxito alcanzado con la difusión del CC, referentes de la Cooperativa de Educadores e Investigadores Populares (CEIP) proponen a los trabajadores de IMPA instalar una escuela para jóvenes y adultos en la planta, lo que se va a consumir en el año de 2004 (Elisalde, 2013).

En el aspecto productivo, IMPA se enfrenta a una competencia desigual con la empresa Aluar, que normalmente se niega a vender materia prima (papel laminado) a IMPA. En el escenario político, en noviembre del 2001, los trabajadores de IMPA hacen un alerta público, respecto a la grave situación en que se encuentra el país: “Denunciamos que la Argentina está en guerra [...] necesitan una Argentina débil, sin industria, sin valor agregado” (Murúa, E. y Robledo, G., 2001, p. 3). Sin premeditar los acontecimientos posteriores, el 11 de diciembre del 2001 los obreros de IMPA, con otras trecientas personas, protagonizan un “corte” de las calles aledañas al Congreso Nacional. Ingresan al Congreso exigiéndose a los políticos que cancelen sus vacaciones y sigan legislando, para suspender todas las ejecuciones judiciales, porque ya en aquella semana, denunciaban, se había cortado la cadena de pagos entre las empresas (Murúa, 2011, p. 161).

IMPA tiene una relación directa con la experiencia de la recuperación² de la gráfica *Chilavert*, en 2002; de las ERTs *MVH Cooperativa Metalúrgica* y la fábrica de

2 Como tratamos con más detalles en investigación doctoral (Ramalho, 2018b)

globos “Global”, en 2003, ambos casos en que, por la decidida intervención de IMPA, se “rescatan” las maquinarias que los trabajadores habían encontrado en otro taller, como maniobra de la patronal para abrir una nueva empresa. La recuperación del hotel *Bauen* gana contornos decisivos cuando sus trabajadores, ya despedidos, se reúnen en IMPA, punto de confluencia del MNER por ese entonces. Los referentes de IMPA y del MNER muestran una disposición similar en la recuperación de la clínica cardiovascular *IMECC*, ubicada en el Parque Centenario de CABA. Esta marca de IMPA también la encontramos en la exGhelco, hoy la ERT *Vieytes*.

Para el año de 2002, IMPA se conforma en un “bastión” a partir del cual otras empresas se van recuperando. Los trabajadores de IMPA se juegan en la asistencia de incontables conflictos laborales, destacándose en el éxito de muchos procesos de recuperación que empiezan a surgir. El MNER publicita su lanzamiento el 7 de septiembre del 2002, en un acto con cincuenta ERTs en la metalúrgica Baskonia. En ese momento se destacan tres dirigentes que pueden resumir los grupos que posteriormente representarán el movimiento: Eduardo Murúa, Luis Caro y José Abelli.

Para ese entonces, los referentes del MNER también empiezan a vislumbrar articulaciones más allá del territorio argentino. Establecen contactos políticos con ERTs nucleadas en la “ANTAEG” brasileña (y con la CUT), y con las alrededor de veinte ERT en Uruguay, que se insertan en la central sindical oriental, el PIT-CNT (Ruggeri, 2009, p. 222).

Aunque IMPA tenga un rol destacado en el movimiento de empresas recuperadas argentino y en la adopción de la noción de “fábrica abierta”, ella misma no ha dejado de experimentar significativas rupturas internas en su historia reciente, que han cambiado la orientación otorgada por los trabajadores a la finalidad de su empresa.

3 I LA “FRACTURA” DEL 2005

En 2003, IMPA empieza a entrar en una crisis financiera. En ese contexto, se produce la primera escisión del MNER – Luis Caro se desvincula del MNER y busca afianzarse como el interlocutor más conveniente para el gobierno nacional, formando el Movimiento Nacional de Fábricas Recuperadas por sus Trabajadores (MNFRT). Pese a esa primera fractura del MNER (2003), en IMPA sigue con el desarrollo de su concepción de empresa social, afianzando sus relaciones con el vecindario³.

Pero, entre 2004 y 2005, durante la recuperación de la fábrica de indumentarias exGatic en Pigüe se produce un relevante desacuerdo entre la dirigencia del MNER, respecto a la forma de recuperarse la empresa. Una parte acepta la propuesta del gobierno kirchnerista de compartir la planta con un grupo empresarial inversor, pues entiende ser

³ Para actuar como nexo entre IMPA y los vecinos de la fábrica se forma la asociación “Vecinos de IMPA”. Además, a partir de grupos que se venían definiendo como “Amigos de IMPA”, tales como la “Asamblea Popular de Plaza Almagro” y una asociación barrial de jubilados en la calle Bartolomé Mitre, se crea el “Centro de Jubilados ‘Amigos de IMPA’”. Este Centro organiza paseos, viajes y actividades culturales para sus miembros, reivindicando los derechos de los jubilados. En 2008 esa organización pasa a nuclearse en torno del Centro de Salud de IMPA (CeSAC 23) (Robertazzi, 2012).

la única salida favorable para los trabajadores. Murúa trata de denunciar la intención del Estado como una maniobra para privatizar la empresa. Aunque la planta de Pigüe haya sido finalmente recuperada en su totalidad por los trabajadores, este episodio evidencia la existencia de dos sectores divergentes en el MNER.

2005 es el año en que se fractura IMPA y marca un divisor de aguas en el movimiento de ERTs. La asfixia financiera sobre la fábrica llega a su punto máximo y las tratativas con el gobierno nacional se muestran sin efecto (Lavaca Editora, 2005, 24 de marzo). Los trabajadores, mediante varias movilizaciones, logran una reunión con autoridades del gobierno, el día 3 de marzo de 2005. Sin embargo, cuando un funcionario del gobierno anuncia el cierre de la reunión, sin comprometerse públicamente en promover una solución favorable a IMPA, se produce el episodio conocido como “la toma de la Casa Rosada”⁴.

Con Murúa y Robledo todavía en el interior de la casa de gobierno (mientras los obreros de IMPA permanecen en las intermediaciones), una fracción del MNER, favorables en apoyar al kirchnerismo, comunica a los funcionarios del Ejecutivo nacional que no están de acuerdo con la medida de fuerza perpetrada y que desconocen a Murúa como el presidente del MNER. Ese episodio refuerza las divergencias entre los trabajadores de IMPA, al afianzar la noción de que el gobierno nacional no les otorgará ningún subsidio, mientras perdure la conducción hasta entonces vigente en IMPA.

En este contexto, se perciben indicios de interferencias externas a la fábrica, buscando agudizar las tensiones existentes para así forzar un cambio en su conducción. Los reiterados pedidos de “reuniones informativas”, por parte de un grupo de asociados, permitirían suponer la existencia de alguna instrucción previa acordada entre este grupo de trabajadores, debido a su actuación coordinada en el sentido de obstaculizar la toma de decisiones.

En ese ínterin, funcionarios del INAES (Instituto Nacional de Asociativismo y Economía Social) se hacen presentes en el interior de la fábrica. Para Murúa existe una nítida intención política en su accionar, dirigida a favorecer un cambio en la conducción de IMPA: “...ya el INAES estaba adentro y se había arreglado con un montón [de trabajadores], diciendo esto: ‘¡Vamos a poner la guita!, pero si salen esos...’ Ya en este caso decían ‘a Murúa’ [si sale Murúa de IMPA].” (Murúa, 2011, entrevista del autor). Así, se va poniendo más nítida la existencia de una intención política, dirigida a favorecer un cambio en la conducción de IMPA⁵.

Al mes siguiente, Murúa tiene cita con el Presidente Chávez – para organizar un encuentro continental de ERTs, en Caracas –, por lo que sus opositores pueden prever su

4 Murúa declara que no dejará la oficina sin un compromiso del gobierno (Murúa, 2011, entrevista del autor), pues los obreros de IMPA habían decidido en asamblea no retirarse de las intermediaciones de la casa de gobierno sin un compromiso explícito de parte del Ejecutivo nacional. En otro sector de la Casa Rosada, el gobierno anunciaba, ese día, el lanzamiento de su política sobre la deuda externa, conocida como el “canje de los bonos de la deuda”.

5 Murúa afirma que Patricio Griffin, presidente del INAES, le había expresado anteriormente, en presencia del Secretario Oscar Parrilli y del legislador Diego Kravetz: “Voy a trabajar [para que IMPA–MNER no reciban nada del Gobierno”. (MNER/Murúa, 2005, 18 de Mayo. “El MNER denuncia al Gobierno Nacional” [Comunicado de Prensa]).

ausencia de la fábrica. Con Murúa en territorio venezolano, el 14 de abril, Luis Caro irrumpe en la planta de IMPA al frente de una veintena de asociados, sumergiéndola en una crisis política interna.

El 22 de abril de 2005 ocurre el episodio que marca la fractura entre los trabajadores de IMPA. Unos treinta obreros ocupan las instalaciones de la planta a la mañana. Un grupo minoritario, pero considerablemente bien articulado y decidido. Los cerca de noventa cooperativistas que desapruban esta conducta deciden retirarse de la planta. A la tarde, deciden reingresar a la fábrica. Pero el grupo de dentro de la planta acciona a la policía, que entra en choque con aquellos que intentan entrar en ella, hecho que resulta en heridos y detenidos.

Así narra Murúa ese episodio (Murúa, 2011, entrevista del autor):

En el medio de eso Caro dice que tiene gaita [del Banco] de la Nación. La gente desesperada... querían aceptar el dinero [...] hasta que agarró un 25, 30% [de los asociados] y toman la fábrica. No me quieren dejar entrar. A las 08:00 de la mañana cierran el portón con los obreros adentro.

En ese episodio, Caro es acusado de replicar una conducta reiterada, puesta en práctica en 2004, durante la crisis financiera y fractura política en el frigorífico recuperado *Yaguané*:

Caro había aparecido en Yaguané con una propuesta basada en la eficacia económica y en los supuestos altos ingresos de las cooperativas del MNFRT. [...] Pasó en Yaguané, en los Astilleros Almirante Brown, en Sasetru. [...] la realidad es que semejantes enfrentamientos sólo se han producido en las empresas recuperadas de la mano de la intervención de Luis Caro. [...] Todo el accionar se basa en trabajar la desesperación y la apetencia (legítima) de percibir buenos salarios por parte de un sector de los trabajadores (Ruggeri, 2005).

A partir de entonces los asociados impedidos de acceder a la planta de IMPA acampan en sus puertas, mientras los demás se mantienen permanentemente en el interior. Mientras Caro busca una negociación con el juez en cuestión, Murúa se enfrenta con él, condenándolo por considerar que su conducta está favoreciendo a un lado de la contienda. En ese ínterin, funcionarios del INAES se hacen presentes en el interior de la fábrica.

En esas circunstancias se realiza la asamblea de trabajadores que marca un cambio en la conducción de IMPA. Una vez conquistado el control de la Cooperativa, el grupo hegemónico procede a expulsar a los principales referentes de su grupo contrincante (Ruggeri, 2005, párr. 16).

Con este cambio, se engendra el desalojo de todas actividades sociales, culturales y educativas en la planta de IMPA, una vez que el nuevo Consejo decide que “ninguna persona ajena a la cooperativa” puede permanecer en las instalaciones de la fábrica (Avalos, 2010, p.88). La forma traumática con que se lleva a cabo este cambio de conducción, podemos apreciarla en el relato de Ramiro Gómez, de la Cooperativa Serigráfica “Manos”, hasta

entonces instalada en la planta de IMPA:

...la cosa se venía poniendo pesada en IMPA, no daba para mucho más, Guillermo [Robledo] y Sebastián [Maissa] ya no estaban y finalmente yo fui el último a irme. Me acuerdo que ese día vinieron a sacarme a empujones, algunas de las mujeres trabajadoras me rodearon y me abrazaron para que no me sacaran, pero finalmente a los empujones lograron sacarme y al final me tuve que ir. [...] fue re feo lo que pasó. (Gómez citado en Avalos, 2010, p. 64).

4 I LA “SEGUNDA” RECUPERACIÓN DE IMPA (2008)

A fines de 2007, IMPA se encuentra nuevamente subsumida en problemas de orden financiero, jurídico y político. El 6 de agosto del 2007, los obreros deciden reincorporar la dirección anterior. Con el regreso de esa conducción, se reanudan también los embates políticos.

Quando los cooperativistas proponen reducir los honorarios pagos al síndico del concurso de acreedores, se instala un conflicto con el mismo, complicando la situación jurídica de IMPA⁶. A su vez, el poder judicial también produce su embestida, que perdura hasta la actualidad. Los trabajadores frenan un intento de desalojo a principios de abril de 2008, pero 15 de abril de 2008 son nuevamente desalojados de la planta de IMPA.

Al día siguiente, la imagen de 1998 se repetía: trabajadores en la calle y la policía dentro de la fábrica. [...] pero entre las risas que suelen salvarlos en los momentos angustiantes bromeaban: *‘si nos iban a mandar a la calle por lo menos lo hubieran hecho en verano, siempre esta lluvia y este frío, y nosotros acá cagados de hambre, con laburo y sin poder hacerlo’* (Avalos, 2010, p. 91).

Otras organizaciones sociales, empresas recuperadas y vecinos, se suman en las puertas de IMPA. En una asamblea, los trabajadores deciden entrar en la fábrica al día siguiente. Sin embargo, este mismo día el juez ordena el retiro del aparato policial. Así, el 22 de abril de 2008, a casi diez años de aquel 22 de mayo de 1998, los obreros vuelven a asumir el control de la planta, marcando así la “segunda” recuperación de IMPA.

Con todo, esa adversidad unifica a los trabajadores de IMPA. Se hace unánime, por ese entonces, la percepción de que es necesario evidenciar el carácter social de la planta, como forma de ratificar su utilidad pública. Así, se afianza la concepción de empresa social entre los trabajadores de IMPA⁷.

5 I LAS DOS CONCEPCIONES DE LA RECUPERACIÓN DE EMPRESAS POR SUS TRABAJADORES

La fractura del 2005 y la “2^a recuperación” del 2008 evidencian la existencia de *dos*

6 En un concurso de acreedores o en una quiebra, el síndico es el encargado de liquidar el activo y el pasivo del deudor. Él tiene todos los poderes de un administrador sobre el patrimonio que va a ser objeto de liquidación.

7 Aun así, son dispares los sentidos atribuidos sobre la fábrica. Durante una visita de estudiantes de la Escuela Normal Ernesto Guevara a IMPA, Horacio, uno de sus más combativos trabajadores, les dice que trabaja en IMPA únicamente porque no tiene otra opción laboral (Carla Cabrera, agosto de 2011, Conversación con la docente, Registro de campo).

concepciones de la recuperación en disputa entre la organización política de las ERT's argentinas. La disputa con respecto a la adopción o no de la noción de “fábrica abierta” que nos permite asentar la diferencia entre esas dos concepciones de la recuperación. La noción de “fábrica abierta” es una *estrategia política* que consiste en instalar organizaciones sociales en las dependencias de las ERTs u ofrecer actividades más allá de su finalidad económica de origen⁸.

El contraste entre la estrategia política de IMPA, que desarrolla proyectos comunitarios de apoyo mutuo con vecinos o asociaciones civiles y alberga en su planta varias organizaciones populares, dedicadas a la cultura, la educación, la comunicación y la salud, frente a otras recuperadas que anhelan sólo aumentar sus retiros individuales, nos permite caracterizar a dos tipos de ERT: aquellas que adoptan el carácter de “*Empresas Sociales*” en contraste con las estrictamente “*Productivistas*”.

La forma como cada ERT enfrenta sus tensiones internas y establece sus relaciones con el mercado, está condicionada por la concepción sobre la recuperación que ella adopta para sí: cuál debe ser su finalidad y con que medios alcanzarla. La *concepción “productivista”* se expresa en empresas donde prevalece un enfoque estricto en el trabajo productivo y en su inserción en el mercado, con el exclusivo objetivo de generar y aumentar los retiros individuales de los socios.

La *concepción de “empresa social”* entiende a los trabajadores como actores políticos y que cada ERT debe constituirse en función de necesidades sociales más amplias, incorporando, como propuesta política, el desarrollo de proyectos socioculturales y el armado de redes entre experiencias que guardan un sentido de pertenencia común. En esta concepción, la finalidad de la recuperación no se agota en la conservación de la fuente laboral y trasciende el núcleo de trabajadores circunscriptos a la empresa. Con esto, llegan a encarnar un “proyecto alternativo de sociedad” y sostienen ciertas prerrogativas “sobre esquemas culturales propios” (Fajn, 2005).

IMPA aparece como una empresa simbólica dentro de la concepción de “empresa social”. Sin embargo, el examen de su trayectoria, como vimos, nos permite suponer que la disputa entre las diferentes concepciones sobre la recuperación se refleja también en el interior de cada ERT.

La *estrategia política* enarbolada con el nombre de “Método IMPA” consiste en instalar organizaciones sociales en las dependencias de las ERT. Aunque para algunos obreros se trate solamente de asegurar una “aureola social” de defensa alrededor de la fábrica, vemos en IMPA el reconocimiento adquirido por sus organizaciones sociales dentro del área en que se especializan, tal como el Centro Cultural en las artes, el Bachillerato Popular en la educación, la BarricadaTV y la Radio Semilla en la comunicación y el Museo del Trabajo IMPA como conservación de su acervo histórico. Las organizaciones instaladas

⁸ Se puede percibir un contraste entre las formas de actuación del MNER y del MNFRT, así como una diferenciación programática respecto a sus reivindicaciones frente al *Estado* (Ramalho, 2018a, p. 70 a 85).

en la planta de IMPA caracterizan el despliegue práctico de su concepción como “Empresa Social”, denominándose “La Fábrica Ciudad Cultural”.

El intercambio constante entre personas y experiencias que esta estrategia promueve, fomenta la transmisión de percepciones y de repertorios de acción con el objetivo de diseminar un *habitus militante* (Aiziczon, 2009). Podemos decir que IMPA fomenta una “institucionalización” del *habitus militante* del campo popular, ya que en su planta podemos encontrar agrupaciones consolidadas, con una práctica estable, cuya actuación puede predecirse, debido a su continuidad, e interpretarse como la labor de una entidad dotada de identidad y vida propia.

La propuesta política encarnada en el “*Método IMPA*” consiste en difundir la creencia en la autogestión como una solución viable para sanar las carencias sociales. En estos términos, la consigna “Ocupar, Resistir, Producir” podría hacerse extensible a todos los espacios ociosos o subutilizados, que deben ser “recuperados” para que cumplan con su función social, generando trabajo, educación, cultura, comunicación y salud. Esta concepción entiende que *la viabilidad política del campo popular se relaciona con la demostración de su viabilidad socioeconómica*.

La reconversión de una serie de espacios ociosos en espacios autogestionados, de uso público y de carácter comunitario, multiplicaría las agrupaciones del campo popular. Este desarrollo del *habitus militante* puede irradiar en la población una disposición por participar en experiencias territoriales de trabajo comunitario, diseminándose así las percepciones sobre la realidad emanadas desde los movimientos sociales. El “*Método IMPA*” incorpora en su argumento una lógica “foquista”, por la que cada experiencia formativa de la clase trabajadora debe funcionar como un punto de fomento a otras similares, como el BP-IMPA ha cumplido este papel sobre el conjunto de los de BPs argentinos – hoy, decenas de BPs están instalados en ERTs.

Sin embargo, los trabajadores atraviesan una *situación paradójica* pues la autogestión les exige superar la condición asalariada que tenían como el objetivo inicial de la recuperación. Si antes los mecanismos pedagógicos existían para disciplinar la fuerza de trabajo, ahora la didáctica del ejercicio colectivo debe establecer las formas de autorregulación del trabajo, para lo que todos deben conocer el proceso productivo y la situación de la empresa. Pero, algunos adquieren esa consciencia sólo para asegurarse de que los ingresos a ser distribuidos no rebasarán sus expectativas. Así, hay una constante disputa entre los que asumen la regulación del trabajo y aquellos que se resignan a su puesto a la espera de un retiro satisfactorio. Por eso, es siempre *precaria y reversible la conducción* del núcleo de trabajadores que asume la gestión de la empresa y suele vislumbrar posibilidades más allá del proceso productivo. Vemos que se opera una *ruptura parcial del habitus fabril anterior*, una vez que persisten rasgos de una subjetividad asalariada entre los trabajadores – para los cuales trabajar solamente en su puesto y reinsertarse en el mercado como una empresa más, sigue siendo su objetivo anhelado.

6 | CONCLUSIONES

Nuestro aporte central consiste en demostrar que los *procesos de formación* ocupan un lugar central para *recuperarse* empresas y *consolidar* la autogestión. La apropiación de los medios de producción no necesariamente significa la conformación de un grupo plenamente consciente de sus atribuciones en la administración de la empresa.

La necesidad de fomentar estrategias formativas en el campo educativo posee una amplia aceptación entre los obreros de IMPA. Vemos diseminada entre ellos una percepción, aunque con diferentes grados de asimilación, que la *concepción de otra lógica de trabajo “va de la mano” con la necesidad de concebir otra lógica educativa*. Teniéndose resaltado el elemento pedagógico de la práctica productiva en esa ERT, sus obreros optan por crear una Universidad Popular, cuando entienden ser necesario articular a las diversas organizaciones sociales instaladas en la planta.

Desde IMPA, se concibe estructurar un centro formativo que pueda ofrecer cursos en diversos niveles de la educación, desde la primaria a la universitaria, incluyéndose la formación artística y la producción comunicacional. Aun así, podemos encontrar dificultades vinculares en la conformación de un órgano conjunto entre organizaciones sociales ya bien conformadas.

Hemos analizado la trayectoria de IMPA a partir de su recuperación. Después de protagonizar la propagación de la concepción de “empresa social”, su fractura interna le cambia la orientación, hasta que la llamada “segunda” recuperación de IMPA, produce el regreso de la concepción inicial.

Eso nos muestra que la implementación de la autogestión dentro de la empresa no significa la desaparición de ciertos dispositivos pedagógicos presentes en las estrategias formativas del capital. La autogestión se encuentra en una constante tensión entre *consolidación* y *reversibilidad*.

La *manifiesta precariedad* y *latente reversibilidad de la autogestión* reafirma la importancia de la conformación grupal como un elemento central para el entendimiento de la recuperación. Su latente posibilidad de extinción se encuentra en la pérdida del control colectivo sobre la gestión, debido a la instalación de “nuevos patrones”. Esto puede ocurrir, sea por la cristalización de una jerarquía interna, devenida del desinterés de muchos en asumir la autorregulación del trabajo, sea por erigirse un “patrón afuera” que adquiere una influencia externa sobre la cadena productiva (por ejemplo, con el trabajo a *façon*). El desafío es lograr un nivel de rentabilidad manteniéndose la autodidáctica del ejercicio de la organización colectiva sobre los rumbos de la empresa.

Existen diferentes niveles de interiorización del compromiso asumido. Una vez que *reintegrarse al mercado* permanece como *objetivo anhelado* entre muchos, las pautas de conducta de esos trabajadores parecen más susceptibles a las estrategias formativas del capital. Eso condiciona la calidad de la autogestión, en el carácter de los procesos de

autorregulación del trabajo establecidos para el control del proceso productivo.

Eso se debe, en parte, a que la arremetida de los trabajadores, para recuperar su empresa, contiene un carácter ambivalente: ellos “vuelven” a trabajar, como anhelaban al principio, pero bajo otras condiciones, inimaginables en el punto de partida. Así, *para recuperar su situación inicial de asalariados ellos debieron superar la condición asalariada, engendrando un sistema autogestionado.*

Nuestro itinerario investigativo permite indagar sobre la existencia de una *continua* tensión *entre la resignación individual y la apropiación colectiva* de la situación problemática/dilemática vivida, lo que se refleja la coexistencia de una “*subjetividad asalariada*” reminiscente con una “*subjetividad autogestionada*” en formación. La persistencia de resabios de una “subjetividad asalariada” durante la autogestión se manifiesta en las diferentes pautas de conducta observadas en lo cotidiano de la producción: mientras unos se limitan a ejercer la función de su puesto de trabajo y reproducen reclamos de tipo “sindical”, otros se ocupan de las tareas administrativas y articulaciones políticas. La reminiscencia de una “*subjetividad asalariada*” se nos evidencia, en suma, una vez que *reintegrarse al mercado* permanece como *objetivo anhelado* entre muchos trabajadores y las pautas de conducta de esos trabajadores parecen más susceptibles a las estrategias formativas del capital.

Las pautas de conducta de aquellos trabajadores en los cuales *persiste* “la resignación individual” indican una resignificación parcial de la visión de mundo opresora, persistiendo como horizonte de éxito la percepción de un ingreso satisfactorio. Un *desalojo insuficiente del opresor como ideal de vida, pues integrarse al mercado permanece como objetivo anhelado.* Por lo tanto, la apropiación del proceso productivo no necesariamente significa la conformación de un grupo plenamente consciente de sus atribuciones en la gestión de la empresa.

Las ERTs se encuentran en una situación de *precariedad jurídica*, respecto a la seguridad social de su fuerza de trabajo y a la tenencia de las instalaciones de su unidad productiva. Sin acceso a créditos, se trata de poner en marcha una empresa que ni su dueño quería hacerse cargo. En estas condiciones desventajosas, se demuestra inadecuado buscar insertarse en el mercado, como principal estrategia para consolidar la autogestión.

Eso también se refleja en las fragmentaciones entre las agrupaciones de ERTs. Para elegir una agrupación a la cual afiliarse, diversos trabajadores constatan la existencia de una lógica utilitarista y pragmática en su conducta. Los trabajadores suelen calcular los beneficios inmediatos que consideran posible de granjearse de su empresa, en detrimento de una motivación ideológica fundada en un sentido de pertenencia común. Desde nuestra investigación situada en IMPA, podemos concluir que esta conducta consiste en una dificultad para las ERTs en agruparse y, luego, alcanzar logros políticos duraderos.

Desde IMPA y del MNER, podemos analizar los cuatro puntos estipulados en las “reivindicaciones históricas” del MNER: primero, veremos una propuesta que contiene

una base de sustentación legal para los medios de producción, por medio de una *ley de expropiación* nacional, así como una base de seguridad social para su fuerza de trabajo, con la *figura jurídica* del “trabajador autogestionado”. Una “*ley de compras*” que obligue al Estado a adquirirle a las ERTs una parte de sus insumos ordinarios, asegurándoles una demanda mínima. Un “*fondo de reconversión tecnológica*”, a la vez, garantiza una forma de conseguir materia prima o mejorar sus fuerzas productivas. Así, se consideran las instalaciones de la empresa y las personas que trabajan en ella, como también se estipula una demanda mínima y condiciones para una capacidad de oferta más eficiente. Este programa constituye lo más cercano que hemos podido encontrar a un *sistema orgánico de políticas públicas* para las ERTs.

Asimismo, esta propuesta busca que los sindicatos no sólo repliquen una disposición para la recuperación del trabajo frente al cierre o el despido. También se les plantea que adopten una política de *control obrero sobre la producción capitalista*, capacitando a sus afiliados para que analicen la contabilidad de las empresas donde trabajan.

Con respecto a la articulación política entre las organizaciones sociales del “campo popular”, vemos que, si las diversas demandas sociales existentes deben ser suplidas, en lo inmediato, por la acción colectiva del campo popular, se requiere la elaboración de reivindicaciones que aglutinen demandas que atañen a la sociedad como un todo, antes que a cada sector por separado. Esto posicionaría al conjunto de estos sectores “autonomizados” del campo popular en mejores condiciones para interpelar a los poderes económicos y estatales. La articulación entre las reivindicaciones emanadas desde los varios sectores del campo popular conformaría la base de un programa político-estratégico de largo plazo.

Podemos pensar, como una hipótesis propuesta para estudios posteriores, que estos obstáculos a la integración se verifican también entre otras agrupaciones del campo popular. La lógica instituida en las formas de resistencia parece reproducir en el interior del *habitus militante* una conducta pautada por la “autonomización” y en la confianza restringida a aquellos en estado de “igualación” dentro de cada organización social.

Cuando diferentes organizaciones sociales se reúnen para definir una acción conjunta, por ejemplo, cada una de ellas suele estipular previamente su pauta de conducta e intereses a defender en la asamblea ordinaria de su agrupación, las cuales son restrictas a sus integrantes. Así, ese momento de integración adquiere el formato de un encuentro con carácter extraordinario, entre grupos independientes respecto a sus estructuras, trayectorias e identidades internas. Caso surja algún imprevisto o problema inesperado, normalmente se hace necesario regresar la deliberación al interior de cada organización, para que sólo entonces se pueda volver a la instancia conjunta y definirse alguna decisión a tomar.

Esto puede colocar a los *movimientos sociales* en una cierta disyuntiva, pues si no alcanzan una sinergia entre sus diversas iniciativas quizás *terminen concretizando la*

precarización social que denuncian y buscan contrarrestar. La instalación de una vasta cantidad de espacios educativos, culturales o de salud no es suficiente para contrarrestar la marginación contra la que se erigen. Así, pueden estar cristalizando la existencia de un sector de la población que tiene acceso a esos bienes sociales, solamente por medio de espacios creados por agrupaciones comunitarias a partir de sus escasos recursos materiales⁹.

Sin embargo, la estrategia formativa desplegada por IMPA, pese a todas las dificultades y disputas políticas enfrentadas, muestra haber sido capaz de permitir la recuperación de los puestos de trabajo en esta y en otras empresas, como también ha permitido a miles de estudiantes que concluyan sus estudios primarios y secundarios, así como el acceso de otras millares de personas a la formación artística y aparatos culturales, a medios de información radial y televisiva, además de fomentar el desarrollo de otras cooperativas que utilizan su planta como sede de sus emprendimientos. IMPA es una empresa que ha llegado más lejos de lo que se podría imaginar, incluso por algunos de sus propios obreros, y que todavía muestra tener hilo en el carretel.

REFERENCIAS

Aiziczon (2009). *Zanón, una experiencia de lucha obrera*. Buenos Aires: Herramienta.

Avalos, Julieta (2010). *Imparables. Resistencia y lucha en una empresa recuperada por los trabajadores*. Buenos Aires: Autor.

Elisalde, R. (2013). Bachilleratos populares y Autogestión educativa. Perspectivas y desafíos para la construcción de un Movimiento Pedagógico en la EDJA. En Elisalde, R., Dal Ri N. M.; Ampudia, M., Falero, A. (Eds.), *Movimientos sociales, educación popular y trabajo autogestionado en el cono sur*. Buenos Aires, Editorial Buenos Libros.

Fajn, Gabriel (2005). *Fábricas y Empresas Recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires, Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos.

Fajn, Gabriel (2014). *Empresas recuperadas: calificaciones y trayectorias laborales*. Buenos Aires, Argentina, Revista del Observatorio Social sobre Empresas Recuperadas y Autogestionadas N°10, 1° Semestre.

Figari C. (2010). Hegemonía empresarial, y lógicas de formación corporativas: disputas para una resistencia obrera organizada. En Figari, Lenguita, y Cató (Eds.), *El movimiento obrero en disputa. La organización colectiva de los trabajadores, su lucha y resistencia en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Editorial Ciccus. (pp. 21-39).

⁹ Por ejemplo, aunque se instale un BP en cada ERT, como propone el "Método IMPA", eso no sería suficiente para revertir el cuadro de marginación educativa denunciado. Se podría consolidar la precarización sobre toda una franja de la población condenada a buscar formas de educarse por sus propios medios.

Figari, Claudia (2015). Corporaciones y dispositivos pedagógicos: la estrategia formadora del capital. *Revista Estudios Sociológicos* (98), 32, Centro de Estudios Sociológicos de El Colegio de México, pp. 285-310.

García, María Amalia (2011). Fábricas de resistencia y recuperación social: experiencias de autogestión del trabajo y la producción en Argentina. México, D.F., El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos.

Lavaca Editora (2005, 24 de abril). "Están atacando a un proyecto". La crisis de IMPA, según Murúa. Extraído de <http://www.lavaca.org/seccion/actualidad/0/269.shtml>

MNER/Murúa, E. (2005, 18 de Mayo) El MNER denuncia al Gobierno Nacional [Comunicado]. Extraído de http://argentina.indymedia.org/news/2005/05/292551_comment.php?theme=default.

Mundo Impa (22 de abril de 2001). *La Nación*. Extraído de <http://www.lanacion.com.ar/212782-mundo-impa>

Murúa, E. y Robledo, G. (2001, diciembre). Expedición IMPA vs Expedición Robinson. *IMPACTO Revista cultural*. Buenos Aires: Autor.

Murúa, Eduardo (2011b). Ocupar, resistir, producir. En Caviasca, Guillermo (Ed.) ¿Qué se vayan todos? A 10 años del 19 y 20 de diciembre del 2001. Buenos Aires, Editorial Cooperativa El Río Suená.

Programa Facultad Abierta (2018). Informe. Las empresas recuperadas por los trabajadores en el gobierno de Mauricio Macri. Estado de situación a octubre de 2018. Facultad de Filosofía y Letras, UBA. Extraído de: <https://www.recuperadasdoc.com.ar/VI-Informe-Situacion-ERT-2018.pdf> (consulta mayo de 2021).

Ramalho, Ramon (2011). Gestión toyotista: sindicalización como factor de producción y la cooptación intelectual del trabajador. IX Jornada de sociología de la UBA. Carrera de sociología, Facultad de Ciencias Sociales, UBA. Agosto de 2011.

Ramalho, Ramon (2012). Gestión asamblearia: germina el porvenir del territorio autogestionado. En *Revista Perspectivas em Políticas Públicas*, N° 11. Belo Horizonte: Faculdade de Políticas Públicas "Tancredo Neves", Universidade do Estado de Minas Gerais, EdUEMG.

Ramalho, Ramon (2018a). De la Resignación a la Autogestión. Procesos Formativos en la Recuperación de Empresas. En: Horta, Carlos Roberto; Da Costa, Cândida; Alves, Flávia Assis (org.). *Novos contextos e desafios do mundo do trabalho / organização* Carlos Roberto Horta, Cândida da Costa, Flávia Assis Alves. - 1. - Belo Horizonte, Ed. Fino Traço.

Ramalho, Ramon (2018b). Estrategias de Formación y Disputa Política en Movimientos Sociales. El caso de la Universidad de los Trabajadores de la Empresa Recuperada IMPA (2011-13). (Tesis Doctoral). Buenos Aires, FSOC/UBA.

Rebón, Julián (2004). *Desobedeciendo al Desempleo*. Buenos Aires, Picaso/La Rosa Blindada.

Robertazzi, Margarita (2012) Proyecto UBANEX "Museo IMPA del trabajo: memorias sociales sobre la identidad obrera." Datos no publicados, extraído del banco de datos de Ramon R. Ramalho.

Ruggeri, Andrés (2005). Luis Caro, IMPA y las Fábricas y Empresas Recuperadas ¿Quién metió la cola en IMPA? *La Fogata Digital*. Extraído de http://www.lafogata.org/05arg/arg4/ar_25-12.htm

Ruggeri, Andrés (2009). Las empresas recuperadas en américa latina. En torno al primer encuentro latinoamericano de ERT. En Ruggeri (Ed.), *Las empresas recuperadas. Autogestión de la clase obrera*. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA.

Ruggeri, Andrés (2014). ¿Qué son las empresas recuperadas? Autogestión de la clase trabajadora. Buenos Aires: Continente.

Saavedra, I. y Rebón, J. (2006). Empresas recuperadas: la autogestión de los trabajadores. Buenos Aires, Capital Intelectual.

EL COMERCIO ELECTRÓNICO GLOBAL COMO UNA OPCIÓN PARA EL DESARROLLO DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA Y EL COOPERATIVISMO EN MÉXICO

Data de aceite: 10/01/2022

Luz Elvia Garcia Ramos

Profesor Investigador de Tiempo Completo
Centro Universitario de Ciencias Económico
Administrativas
Universidad de Guadalajara

RESUMEN: En esta investigación se aborda el tema de la Economía Social, Solidaria y el Cooperativismo, los cuales se presentan como un nuevo modelo económico alternativo en el que se describen y analizan expresiones concretas en torno a la problemática estructural económica de desigualdad e injusticia social en las zonas urbanas, marginadas, rurales, comunidades indígenas, en la que están inmersos la mayoría de los mexicanos. Dentro de este contexto se presenta la impostergable tarea de reorganizar la economía nacional en materia de ingresos muy diferente a la que se ha venido desarrollando: situación en la que se presenta como una opción el nuevo paradigma del comercio electrónico global.

Sin embargo, para ello es necesario realizar una reingeniería económica nacional mediante una revisión fundamental, basada en el rediseño radical de los procesos que no han logrado mejorar la economía mexicana durante por más de cinco décadas.

PALABRAS CLAVE: Paradigma, Ingresos, Economía Social, Solidaria, el Cooperativismo y el Comercio Electrónico Global.

ANTE LAS EXIGENCIAS DEL COMERCIO ELECTRÓNICO GLOBAL: SE PRESENTA UN NUEVO PARADIGMA EN MATERIA DE INGRESOS PARA EL DESARROLLO ECONÓMICO MEXICANO MEDIANTE LA ECONOMÍA SOCIAL, SOLIDARIA Y EL COOPERATIVISMO

ABSTRACT: This research addresses the issue of Social, Solidarity Economy and Cooperativism, which are presented as a new alternative economic model in which specific expressions are described and analyzed around the economic structural problem of inequality and social injustice in the urban, marginalized, rural areas, indigenous communities, in which the majority of Mexicans are immersed. Within this context, the urgent task of reorganizing the national economy in terms of income is presented, very different from the one that has been developing: a situation in which the new paradigm of global electronic commerce is presented as an option. However, for this it is necessary to carry out a national economic reengineering through a fundamental revision, based on the radical redesign of the processes that have failed to improve the Mexican economy for more than five decades.

KEYWORDS: Paradigm, Income, Social Economy, Solidarity, Cooperativism and Global Electronic Commerce.

INTRODUCCIÓN

El siglo XXI, se ha caracterizado por sus grandes avances, entre ellos los científicos y tecnológicos en la información y la comunicación, la mayoría de las empresas han comercializado

sus artículos y productos, gracias a la globalización en los mercados comerciales.

Paralelamente se han dado grandes acercamientos entre los países al realizarse intercambios de mercancías, lo que ha generado: el conocimiento de otras culturas, costumbres e idiomas, lenguas y religiones, etc., dentro de la geografía mundial. Situación que se encuentra inmersa en una economía sin fronteras, en la cual las tecnologías de la información y comunicación mediante el Internet han facilitado la comunicación entre las empresas e individuos que ofertan y demandan, adquiriendo nuevos productos y servicios, esta comercialización de actividades económicas; empresariales y profesionales ha reducido distancias, tiempos y costos entre otros gastos a este proceso se le conoce como comercio electrónico global. Relaciones comerciales que se han venido realizando desde aproximadamente en los últimos veinte años, caracterizándose por realizarse vía electrónica, producto del desarrollo de las tecnologías de la informática y la comunicación a través de las redes abiertas y cerradas del internet a las que tienen acceso solo el personal autorizado por las empresas de la telecomunicación, que permite la contratación inmediata (on line) entre proveedores, consumidores y vendedores a nivel mundial; evidenciándose el proceso del modelo económico comercial de globalización, el cual permite la apertura y el incremento cuantitativo en los mercados de capitales, que han maximizado la eficiencia en las transacciones, gracias al potencial de los medios electrónicos y de comunicación.

Este movimiento es considerado como la nueva revolución tecnológica, que ha traído consigo transformaciones en las estructuras económicas, políticas, sociales, culturales y jurídicas.

Esta situación genera que las instituciones del derecho tributario aborden una nueva problemática en la fiscalización. En este sentido, el sistema jurídico se hace necesario abordar un replanteamiento de las estructuras legales del derecho mercantil, civil y fiscal modificando los derechos y obligaciones de compradores y vendedores que solo tienen contacto virtual, con el propósito de gravar los ingresos que proviene del comercio electrónico, el cual posee ventajas y desventajas dentro de esta nueva forma de hacer negocios a nivel mundial. Situación que implica al derecho penal, bajo la tipificación de nuevos delitos cibernéticos que comprenden de conformidad el derecho procesal mediante nuevas formas probatorias.

PREGUNTA GENERAL

¿La tributación del comercio electrónico global es vista como una opción para el desarrollo de la sociedad en general dentro del modelo basado en la Economía Social y Solidaria y el Cooperativismo, con el propósito de proponer el cobro fiscal de los ingresos comprendidos por sus actividades de producción y comercialización que realizan sus miembros?

OBJETIVO GENERAL

Proponer evitar los gravámenes fiscales en los ingresos por las actividades laborales que realizan los miembros e integrantes que trabajan dentro de la Economía Social y Solidaria y el Cooperativismo como una opción para el desarrollo del comercio electrónico global.

HIPÓTESIS

Se plantean dos estrategias; primero lograr impulsar el comercio eléctrico global, proyecto que requiere implementar las tecnologías de la información y la comunicación, a través de la dinámica del Internet, analizando sus reformas para su uso, restricciones y soluciones para incrementar su viabilidad y potencial; segundo resulta necesario examinar el ámbito jurídico y la legislación del derecho tributario nacional y sus efectos fiscales de los ingresos obtenidos de los miembros que laboran dentro de las empresas sociales formadas por grupos con múltiples carencias; con el propósito de transformar la estructura social, el desarrollo y el progreso de los mexicanos.

DESARROLLO

En la actualidad se presenta un paradigma considerando al comercio electrónico global, el cual permitirá obtener una mejor comercialización de sus productos y a su vez se incrementarán sus ingresos económicos, representando una nueva opción que propiciará cambios económicos, políticos y sociales en los ciudadanos mexicanos más desprotegidos, constituyéndose en un eje para la generación de empleos y a su vez en oportunidades para la inserción de los nuevos profesionistas especialistas en el tema de las tecnologías de la información y comunicación y áreas afines al marketing de frente a los retos que representa la economía globalizada.

Por lo anterior, se considera al comercio electrónico global como una gran alternativa para la Economía Social y Solidaria y el Cooperativismo, al ser considerada como el tercer sector, siendo su principal objetivo reducir la pobreza para superar las desigualdades estructurales, cuyos ingresos económicos y financieros obtenidos como resultado de la comercialización de sus productos y servicios; y de acuerdo a los salarios de los miembros que laboran dentro de dicho modelo económico, se plantea la propuesta de exentarlos de las retenciones o pagos fiscales, las cuales son establecidas por los tres niveles de gobierno. Puesto que los fines y formas de operar de estas organizaciones, son muy diferentes de cualquier empresa de los sectores de capital privado y del público. El cual está basado y fundamentado en una alternativa de modelo económico contrario al capitalismo y a otros sistemas autoritarios controlados por los gobiernos de Estado.

Sin embargo, para lograr dicha propuesta se requiere de una instrumentación fiscal

diferenciada y congruente con una política que promueva y facilite rentabilidad social, más que usar criterios con una óptica recaudatoria en materia de ingresos, distribución de remanentes, exención y erogación del gasto, consecuencia de actividades y operaciones de trabajo de dichas sociedades, obteniendo un sano equilibrio y desarrollo, tal como lo señala las propias Leyes de la Economía Social y Solidaria y el Cooperativismo, estimulando el uso de las tecnologías de la información en el sector del comercio electrónico mundial.

El comercio electrónico constituye una nueva herramienta, propiciado un vertiginoso desarrollo para las grandes corporaciones y pequeñas empresas, intuiciones bancarias y de gobierno reduciendo distancias y tiempos en las transacciones que se realizan en el mundo globalizado. Rodríguez de las Heras, (2006).

Es así como se reducen las brechas de los diferentes sectores de la economía, que tradicionalmente estaban ligados a los medios de las telecomunicaciones y audiovisuales, con ello se afirma que el Internet ha impulsado acelerada y radicalmente el comercio electrónico, considerándosele a ambos como una innovación prometedora dentro de la globalización en los sectores económicos y culturales.

Sin embargo, el Estado no puede quedar al margen, se le presenta un gran reto para regular estas actividades económicas en varios aspectos en primera instancia proteger a la sociedad y sus intereses, interviniendo de acuerdo con las teorías del libre mercado estipulan que este debe retroceder para permitir que sea el propio mercado, quien controle el crecimiento, el empleo y la distribución del ingreso, así lo señala, Vega Clemente (2016).

De igual manera, el Estado deberá regular las formas de las actividades comerciales, que se realizan mediante la aplicación de las telecomunicaciones en los aspectos administrativos, jurídicos y tributarios. En este sentido, el tema de la tributación del comercio electrónico global y sus efectos fiscales en los ingresos es visto como una opción para el desarrollo de la economía mexicana, sin embargo, esta investigación presenta la propuesta de redimir a las empresas productivas y prestadoras de servicios de la Economía Social y el Cooperativismo de exentar a sus miembros de gravar sus ingresos personales y de empresas sociales, esto no significa que deben quedar como sujetos aislados, este apoyo por parte del Estado redundará en fortalecer el crecimiento y desarrollo de dichas empresas bajo dos variables: exentar de los efectos fiscales los ingresos personales de los miembros de estas sociedades y obtener los beneficios contenidos en los ordenamientos fiscales en los hechos o actividades que se realizan dentro de este sector.

Para García López (1995), los efectos de la Ley de impuestos sobre la renta se consideran a personas morales no contribuyentes, entre otras a las asociaciones civiles organizadas con fines científicos, políticos, religiosos, culturales, deportivos, etc.

Se causa el impuesto sobre la renta: cuando se presenta la enajenación de los bienes, al obtener ingresos por dividendos, en general por las ganancias distribuidas por personas morales que adquieran ingresos por la obtención de premios.

Causan impuesto las personas morales no contribuyentes, cuando enajenen bienes

distintos de su activo fijo o presten servicios a personas distintas de sus miembros, debiendo determinar el impuesto que le corresponda por los ingresos derivados de las actividades antes mencionadas en términos del Título II LISR, sí sus ingresos exceden del 5% de la persona moral en el ejercicio anual. Esta disposición no es aplicable en personas morales autorizadas para recibir donativos. Para la determinación del remanente distribuible existen dos elementos: ingresos acumulables y deducciones autorizadas, los ingresos acumulables en su totalidad y modalidades en efectivo, bienes, servicios, crédito o en cualquier tipo que obtengan las personas morales residentes en el país o que provengan del extranjero.

Esta sería una opción exclusiva para las personas con proyectos viables, sostenibles, técnicos y económicos, poniendo en práctica los valores y principios éticos y normativos, puesto que son iniciativas populares de subsistencia frente a la marginación de los mercados; resultado de una expresión alternativa de los movimientos sociales y proyectos políticos, producto de la globalización.

Novillo Martín (2016), explica sobre este punto de la Economía Social, como un eje integrador de las diferentes corrientes de la economía alternativa, centrado en la capacidad del desarrollo humano sostenible involucrando; a la economía, ecología, la incorporación de la mujer en los procesos productivos formales, comunidades originarias, procurando el “buen vivir”, satisfaciendo sus necesidades, pretendiendo lograr “otra economía más justa”, con sentido de equidad, compromiso, solidaridad social y justicia.

Con el propósito de promover este nuevo arquetipo del comercio electrónico global dentro de la Economía Social y Solidaria y el Cooperativismo, sin perder de vista los efectos fiscales de sus ingresos que fructifiquen en beneficios contenidos intrínsecamente en los ordenamientos fiscales por las actividades que realizan sus miembros.

En México, se han obtenido logros a través de la Economía Social, cuya misión transformadora es obtener el bienestar de algunos sectores de la sociedad, trascendiendo de manera positiva al mostrar “otras” formas de lograr vías de solución para salir de la marginación y la pobreza. En algunas regiones del país han proliferado cajas populares, cooperativas de ahorro y crédito, de consumo y de abasto popular, así como organizaciones sociales de vivienda en zonas urbanas marginadas y rurales. El Estado ha implementado políticas de subsidios de programas económicos y sociales con el fin de disminuir las grandes carencias y cerrar las brechas de desigualdad social de cara a un futuro sustentable al cuidado del medio ambiente. Sin embargo, aún existen regiones que adolecen de cualquier tipo de apoyo gubernamental.

Para López López (2000), los ingresos significan un incremento en el patrimonio de cualquier entidad por concepto de venta de productos, bienes y prestación de servicios sin que necesariamente exista una entrada de dinero efectivo; es decir, puede haber ingresos sin recepción de dinero, por lo tanto, el ingreso es gravable por: renta, utilidad o beneficios de conformidad con las leyes fiscales al causar impuestos.

Por lo que resulta negativo para las empresas socialmente responsables y solidarias,

se perdiera el propósito que persiguen, para ello es necesario exentarlos de impuestos con el objetivo de continuar con su desarrollo beneficiando a sus miembros en sus ganancias, e ingresos y salarios percibidos. Mediante la aplicación de esta propuesta se logrará la generación de cambios estructurales en los ámbitos económicos, políticos, educativos y sociales, al obtener vías de solución para el desarrollo económico de México.

Para ello, brevemente se presentan algunos estudios teóricos y prácticos sobre la percepción de la Economía Social y el Cooperativismo en los cuales se demuestran las profundas desigualdades como una de las principales causas de muchos de los males que aqueja a la mayoría de los ciudadanos mexicanos. Coraggio (2006), define a la Economía Social como una forma de producir, intercambiar, consumir y distribuir la riqueza, centrada en la valorización del ser humano y no en el capital, basada en la asociatividad y la cooperación autogestionaria, con la finalidad de asegurar la reproducción ampliada de la vida.

Para lograr dichas transformaciones socioeconómicas, describe Moreno (1996), su característica está basada en el carácter en el tipo de grupos de personas que forman, dirigen y trabajan en diversas actividades voluntarias, mediante relaciones de colaboración recíproca, basadas en el respeto mutuo y el de su propio entorno, la solidaridad, el bien común; con el propósito de desarrollar la Economía Social para un futuro sostenible.

Lander (2010), considera que se está viviendo una crisis estructural de civilización a través de interconexiones simultáneas como: la financiera, económica, ambiental, climática, energética, alimentaria y social, entre otras. Esta reflexión plantea ampliar los escenarios de esta crisis socioeconómica que ha afectado a la sociedad de manera individual, y paulatinamente ha incrementado el desempleo, la disminución salarial desencadenando una progresiva desigualdad social ante la caída del poder adquisitivo, generando marginación y empobrecimiento de las poblaciones urbanas marginadas y comunidades rurales en un aumento indiscriminado con una serie de factores, entre ellos la inseguridad y violencia que atacan en general a la sociedad civil, favorecido el fenómeno de migración masiva a las grandes ciudades o a otros países en busca de soluciones a sus problemas económicos y a su vez provocando con ello serias tensiones sociales y políticas con otros países, hechos alarmantes, producto de la incapacidad del Estado para resolver esta situación tan apremiantes.

Por lo anterior, se insiste en que las empresas solidarias hagan uso de las nuevas tecnologías para llevar a cabo las relaciones de comercio electrónico a nivel internacional, con la seguridad de que resultará una gran iniciativa de desarrollo y crecimiento económico particularmente para México, analizando y buscando como crear contratos empresariales y profesionales de bienes y servicios.

En este contexto, la información y la comunicación son fundamentales al generar nuevos hábitos de venta y consumo instituyéndose en una gran necesidad para los productores de bienes y servicios, siendo adoptados por los grandes avances de las

tecnologías de la información y comunicación, formando nuevos programas y plataformas mediante el Internet, los cambios continuarán de manera constante favoreciendo el flujo de información que a su vez mejoran las posibilidades de comunicación e información en el ámbito de las relaciones de negocios, economía y finanzas.

Lara Pérez A. (2002), sugiere que el comercio electrónico consiste en cualquier forma de transacción comercial basada en la transmisión de datos por redes electrónicas basadas en el Internet, involucrando la comercialización de productos, bienes y prestación de servicios por este medio, existen diversos criterios estableciendo el comercio ante la oferta y demanda entre empresas y consumidores.

En este sentido Barriuso Ruiz (1998), relaciona las redes y sistemas electrónicos, que posibilitan la contratación y el acceso a las bases de datos de todo tipo de teleservicios, servicios de gestión, documentación regulada y actualización, previendo la trascendencia jurídica. Por otro lado, los contratos y obligaciones se realizan con dinero electrónico, ante la falta de regulación jurídica en los mercados internacionales y las zonas fronterizas.

Es inminente la regulación de estas actividades económicas electrónicas a nivel global que incluyan en la legislación de los países que participan en ella, establecer una normatividad internacional con reglas en sus contratos y transacciones electrónicas, respaldando formalmente su validez ante las autoridades correspondientes.

Por su parte Madrid Parra (2003), considera que el comercio electrónico, constituye actividades económicas y financieras en las que intervienen las relaciones humanas de respeto, valores éticos y morales.

En este momento, al comercio electrónico global se le describe como la sociedad de la información al circular ésta en función de las personas que participan entre las empresas y consumidores, incluyendo a las empresas de la administración pública, evidenciando que gran parte de la sociedad se involucra dentro del sistema de pagos electrónicos domiciliando sus pagos de bienes y servicios financieros, operaciones bancarias a través del portal electrónico de los bancos, este tipo de movimientos se pueden realizar mediante el teléfono móvil, las tablets y las computadoras, logrando con ello la optimización del tiempo de las organizaciones, y a su vez se forman grandes redes de grupos de trabajo, obteniendo una serie de ventajas entre ellas la facilidad e inmediatez en la comunicación entre usuarios e instituciones, más seguridad para acceder a la información, reducir gastos administrativos y un mayor rendimiento de las empresas a nivel mundial, así lo afirmó Guisado Moreno (2004).

Hechos que han permitido grandes cambios sociales, culturales, tecnológicos y de orden legal, facilitando el desarrollo de las redes mundiales, que obtienen información con datos de mayor seguridad, disminuyendo la incertidumbre en cualquier tipo de transacciones, Alvarado Esquivel M. (2006).

Este progresivo crecimiento trae consigo ventajas, desventajas económicas y sociales, en algunas ocasiones se presentan problemas y conflictos, que requieren

mecanismos de protección y regulación de la normatividad jurídica, así lo señala, Frayssinet J. (2002).

Por ello, resulta importante la identificación efectiva de los sujetos que intervienen en las operaciones de compra, venta de bienes y prestación de servicios de forma electrónica, frente al evidente comercio global al presentar conflictos entre ellos la localización y el reconocimiento de los empleados, personas físicas y morales, así como los equipos informáticos digitales, sin embargo, resulta flexible para quien obtiene utilidades o realiza cualquier tipo de operaciones utilizando seudónimos, sistemas para encriptar la información, con ello se facilita la creación de nuevos paraísos fiscales “digitales”, al facilitar la unión de las zonas geográficas. Situación que requiere obligadamente la normatividad de la protección de datos personales y la eliminación de los problemas de la administración tributaria al momento de imputar dichas rentas o hechos imposables a los ejecutores de dichas actividades, Bustos Buiza (2001).

CONCLUSIONES

Con la aparición de las tecnologías de la información y comunicación, se creó una nueva forma de realizar transacciones comerciales y financieras de gran impacto en el sector empresarial, que propiciaron modificaciones en los aspectos administrativos, jurídicos y tributarios en los países a nivel internacional.

Esta vertiginosa aplicación de las tecnologías y uso del Internet en el comercio electrónico internacional se encuentra vinculada en gran medida en acuerdos sobre los principios regulatorios que adoptarán las autoridades tributarias de cada país, hasta el momento son insuficientes los criterios actuales, presentando problemáticas dentro de esta modalidad de comercio electrónico mundial, propiciando la evasión fiscal, los fraudes, robos de identidad entre otros. Por lo anterior, han participado organismos internacionales como la ONU, OCDE y la Comunidad Económica Europea, con el propósito de implementar mecanismos que permitan aplicar a esta nueva forma de operación comercial, un marco jurídico actualizado y ajustado a los principios teóricos a nivel internacional.

De esta manera, se pretende se establezca una solución que permita la coordinación entre autoridades fiscales a nivel internacional, la cual deberá materializarse mediante la expedición de legislaciones equivalentes en el tratamiento y control tributario del comercio electrónico, permitiendo el desarrollo de las tecnologías de la información y comunicación en consonancia con los tratados internacionales. Una vez desarrollados y establecidos los criterios de los ordenamientos fiscales de las actividades del comercio electrónico, sería considerada como una fuente de negocios que permita crecer los ingresos económicos de los países a nivel mundial.

En México aún no se han incorporado en su legislación modelos tributarios aplicables al comercio electrónico, lo que ha traído como consecuencia serias limitaciones,

cuestionamientos y disposiciones poco claras que impiden transformar la evaluación de utilidades no obtenidas, situación que no permite al contribuyente actuar con certeza, ni seguridad jurídica.

Los miembros que participan en la Economía Social y el Cooperativismo son considerados como entes integradores dentro de la corriente de una economía alternativa, que opera activamente al determinar el curso del espacio de vida colectiva, mediante un sistema de administración de las finanzas de sus empresas, así como en los procesos de la producción de las mercancías, la distribución, comercialización, intercambio y consumo, que al momento de la aplicación de las tecnologías de la información en el sector del comercio electrónico internacional, facilita una instrumentación fiscal, que favorecerá el desarrollo de este sector, por considerarse empresas socialmente responsables y solidarias, es por ello conveniente dejarlos libres de impuestos para permitir su desarrollo en beneficio de quienes perciben ingresos, estimulando su crecimiento y desarrollo en materia de ingresos, distribución de remanentes, exención y erogación del gasto, al no quedar exentos perdería el fin que persiguen en consecuencia de hechos o actividades de cara al comercio global.

REFERENCIAS

Academia de Estudios Fiscales de la Contaduría Pública, A.C., Comercio electrónico e impuestos. Dofiscal Editores. México, 2005, p. 89.

Bustos Buiza J. A. et al., Fiscalidad del comercio electrónico, Dossier Práctico, Madrid, Ediciones Francis Lefebvre, 2001, p. 68.

Calderón Medina, David. Comercio electrónico e impuesto. Academia de Estudios Fiscales de la Contaduría Pública, A.C., Dofiscal Editores. México, 2005.

Cordón Ezquerro, Teodoro. Manual de fiscalidad internacional. Instituto de Estudios Fiscales, Madrid, 2001.

Díaz, Oscar Vicente. El comercio electrónico y sus efectos en las relaciones tributarias internacionales, Editorial Grupo Macchi, Primera edición, Argentina 2001.

Diagnóstico del comercio electrónico en las empresas. UAEH, <https://www.uaeh.edu.mx> › scige › boletín › Revisado al 09/09/2019. Hora 3:35

Erik Mauricio Sánchez Medina: "Comentarios en torno a la fiscalidad del comercio electrónico". Tesis de Maestría en Derecho Fiscal de la Universidad Panamericana en la ciudad de México, D. F. 2014.

Frayssinet, J., La protection des dones personelles estelleassure sur Internet?, en Le droit international del internet (Dir. G. Chantillon), Ed. Bruylant, Bruxelles, 2002, pág. 435.

García Calvente (2002) "Fiscalidad del Comercio electrónico" (en Contribuciones a la economía de La Economía de Mercado, virtudes e inconvenientes, 2002),

Gómez Cotero José de Jesús “Efectos fiscales de los contratos/ 9” (2014) ed. Dofiscal. <https://www.elsotano.com> › libro › efectos-fiscales-de-los-contratos-9-ed_1...

Gómez Cotero Jesús y D. Buyatti Osmar en XXIII: Jornadas Latinoamericanas de Derecho Tributario. Argentina, 2006, T. II, 244.

Guisado Moreno, A., Formación y perfección del contrato electrónico, Marcial Pons, Madrid, 2004, pág. 25. <http://www.elmundo.es/especiales/2001/07/sociedad/globalizacion/globalizacion.html>. 19

Instituto de Investigaciones Jurídicas, Universidad Nacional Autónoma de México. Enciclopedia Jurídica Mexicana, Editorial Porrúa, México 2004, tomo II, p. 246.

Lara Pérez, A. de, “Un apunte sobre fiscalidad del Comercio Electrónico”, documento de trabajo, Madrid, núm. 10/02, Instituto de Estudios Fiscales del Ministerio de Hacienda español, 2002.

Madrid Parra, Agustín “Contratación y Comercio Electrónico”, Ed. Tirant Lo Blanch, Valencia; España (2003).

Nocete Correa, Francisco José. “Crónica Tributaria Núm. 20/2006 (-135) La Fiscalidad Internacional del Comercio Electrónico”. Universidad de Granada.

Rodríguez de las Heras Ballell, T., El régimen jurídico de los mercados electrónicos cerrados (e-Marketplaces), Editorial Reus, Madrid, 2006, pág. 25.

Salinas, Francisco, Las Otras Caras de la Globalización, (Madrid, Caritas Españolas, 2001)

Seoane, Eloy, La Nueva Era del Comercio El Comercio Electrónico, (España: Ideas Propias, 2005)

Stiglitz, Joseph, Como Hacer que la Globalización Funcione, (España: Penguin Random House Grupo Editorial, 2010).

Vega Clemente Virginia: “El Comercio Electrónico en el Marco de la Economía Actual”. Revista de Estudios Económicos y Empresariales Núm. 28, 2016, pp. 217-238 - ISSN: 0212-7237.

Villar, Ana, Comercio Electrónico Concepto Recursos y Estrategias, (España: Ideas Propias, 2004).

AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS E NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL PIAUIENSE

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 08/10/2021

José Edson Rodrigues Júnior

Universidade Federal do Piauí, Departamento
de Economia CCHL/UFPI
Teresina – Piauí
<https://orcid.org/0000-0001-6861-818X>

Edivane de Sousa Lima

Universidade Federal do Piauí, Departamento
de Economia CCHL/UFPI
Teresina – Piauí
<https://orcid.org/0000-0002-8189-6122>

RESUMO: O objetivo deste estudo foi analisar as aglomerações produtivas agrícolas e não agrícolas no meio rural piauiense, na intenção de compreender como se distribuem estas atividades dentro desse espaço geográfico. O método de pesquisa utilizado consistiu na análise exploratória de dados do Censo Agropecuário 2017, organizados e agrupados por meio do *software GeoDa* para a construção e exposição de mapas temáticos, que permitiu a visualização de perfis de aglomeração nas microrregiões. Os resultados evidenciaram as atividades produtivas por meio da concentração dos estabelecimentos produtores, separando os municípios em *clusters*, conforme suas semelhanças produtivas. Concluiu-se que as microrregiões apresentaram perfis diversificados, com expressividade maior para os estabelecimentos familiares, salvo algumas exceções, cujos estabelecimentos por

tipo de produção representaram a agricultura comercial. Tendo em vista a participação expressiva da população rural no cenário econômico do estado do Piauí, assim como a importância das atividades não agrícolas rurais e seus impactos nas localidades onde são praticadas, espera-se que as evidências empíricas apresentadas neste estudo possam contribuir para a construção de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento regional; Agricultura familiar; Cluster; Piauí.

AGRICULTURAL AND NON- AGRICULTURAL PRODUCTIVE AGGLOMERATIONS IN RURAL PIAUÍ

ABSTRACT: This study aimed to analyze the agricultural and non-agricultural productive agglomerations in rural Piauí, to understand how these activities are distributed within this geographic space. The research method used consisted of exploratory analysis of data from the 2017 Census Agricultural, organized and grouped using the *GeoDa* software for the construction and exhibition of thematic maps, which allowed the visualization of agglomeration profiles in the micro-regions. The results showed the productive activities through the concentration of the producing establishments, separating the municipalities in clusters, according to their productive similarities. It was concluded that the micro-regions presented diversified profiles, with greater expressiveness for family establishments, with some exceptions, whose establishments by type of production represented the commercial agriculture. Given the expressive participation of the rural population in the economic scenario

of the state of Piauí, as well as the importance of rural non-agricultural activities and their impacts on the locations where they are practiced, it is expected that the empirical evidence presented in this study can contribute to the construction of public policies.

KEYWORDS: Regional development; Family Farm; Cluster; Piauí.

1 | INTRODUÇÃO

Segundo Saraceno (1997) e Kageyama (1998), as atividades agrícolas e não agrícolas se relacionam em nível local e regional, condensando o urbano ao rural e formando um território econômico, aglomeração produtiva (como citado em Ney, 2010, p.11).

Nestes territórios as atividades não agrícolas são fundamentais no processo de transformação e desenvolvimento, podendo ser parte da solução de questões como a pobreza rural, a modernização do setor agrícola e as novas configurações do espaço rural. porém só causam impacto positivo quando amparadas por fatores estruturais que garantam acessibilidade a ocupações e funções melhores remuneradas por parte das famílias mais pobres (BERDEGUÉ et al, 2000; REARDON, 1998).

O estado do Piauí possui grande território geográfico e a população rural em seus domínios é uma das maiores do país, totalizando 32,9% da população total do estado. Apesar de o estado ter o setor de serviços como destaque econômico, a atividade agrícola no campo é dominante, ocupando cerca de 80% das pessoas economicamente ativas. Quanto à distribuição de terras, o Piauí apresenta grande desigualdade, pois 62% são terras cultiváveis estão localizadas em estabelecimentos agrícolas não familiares, utilizadas principalmente para o cultivo intensivo de monoculturas (IBGE, 2017).

Nesse contexto o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as aglomerações produtivas agrícolas e não agrícolas no meio rural piauiense. Para o cumprimento deste objetivo, foram construídos empiricamente esquemas de aglomerações espaciais dessas atividades produtivas através de mapas temáticos. Além desta introdução, a segunda seção faz uma breve revisão da literatura, sendo a metodologia e os resultados abordados na terceira e na quarta seções, respectivamente, e, por último, as considerações finais.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A dinâmica econômica moderna possibilita as atividades agrícolas e não agrícolas condensarem o rural com urbano na medida em que intensificam as relações entre estas duas áreas em âmbito local e regional.

Devido a esse processo, autores como Saraceno (1997) e Kageyama (1998) defendem que atualmente as análises econômicas devem buscar por enfoques locais que deem maior capacidade analítica socioeconômica sobre as transformações da área estudada. A ideia de “economia local” é uma abordagem positiva, dado a intensificação da dinâmica econômica (como citado em NEY, 2010, p.11).

2.1 Atividades não agrícolas no meio rural

As atividades não agrícolas são fundamentais no processo de transformação e desenvolvimento que ocorre no campo. São atividades que aumentam as opções de trabalho para a população rural, além de oferecer melhor remuneração que as atividades agrícolas.

No entendimento de Berdegué (1998), sem as atividades não agrícolas, o grau de pobreza seria bem maior, pois elas melhoram o nível de renda da população, quando comparado ao nível de renda obtida no setor agrícola, entretanto, no que se refere à desigualdade, as atividades não agrícolas ampliam a diferença de renda entre a população rica e pobre no meio rural. Ainda segundo o autor, isto acontece porque as famílias pobres advindas da agricultura, que em tese, necessitam mais dos trabalhos não agrícolas de melhor remuneração, acabam sendo preteridas, devido à falta de capital social e educação. Já as famílias mais ricas, por possuírem capital financeiro e intelectual, dominam as atividades agrícolas de grande volume e possuem vantagens para ocuparem os cargos mais bem remunerados, também, no setor industrial e de serviços. Para o autor, este problema é caracterizado como um “paradoxo a nível micro”.

Outro fator importante que afeta as atividades não agrícolas e, de forma indireta, influencia a renda no campo, é a localização da área no contexto regional. O conceito de “economia local” mencionado por Hoffmann (2000) explica que estabelecimentos rurais localizados em complexos econômicos dinâmicos, oferecem melhores condições de trabalho e renda à população, ao contrário de zonas rurais isoladas de regiões urbanas de seu entorno.

Nascimento (2008) chama a atenção para o nível de crescimento de famílias pluriativas na região nordeste ser maior que o da região sul. Naquela região, a falta de integração entre as localidades faz com que as famílias se tornem mais pluriativas em busca de meios de sobrevivência.

2.2 O emprego rural do Piauí

Na visão de Balsadi et al. (2001), as atividades agropecuárias de baixo padrão tecnológico são, historicamente, o principal eixo de desenvolvimento do estado e se encontram distribuídas em todo o seu território rural.

Castro (2012) menciona que a agricultura de subsistência correspondia a 86,8% da mão de obra rural ocupada com atividades agrícolas familiares e, em atividades agrícolas não familiares, o percentual era igual a 13,2%. O autor destaca ainda, que as atividades agrícolas não familiares concentravam a maior parcela de terras, cerca de 60,5%.

Conforme Basaldi et al. (2001), a população economicamente ativa (PEA) do Piauí, em 2000, ainda estava fortemente inserida na agropecuária devido a predominante participação da população rural em atividades agrícolas. Da PEA rural, naquele ano, 81% das pessoas ocupadas desempenhavam atividades agrícolas e 19% estavam ocupadas

em atividades não agrícolas, valor semelhante ao da região Nordeste em 2006, onde as principais atividades não agrícolas eram os serviços sociais, comércio de mercadorias, construção civil, indústria de transformação e o emprego doméstico.

3 | METODOLOGIA

Com base no método de análise da Economia Regional que tem nas inter-relações setoriais um importante fator do desenvolvimento regional, o objetivo desta pesquisa é analisar as aglomerações produtivas agrícolas e não agrícolas no meio rural piauiense. Neste sentido compreendeu as 15 microrregiões¹ do Piauí.

As variáveis utilizadas na pesquisa foram definidas através da metodologia usada no IBGE desde 2002. As atividades foram reagrupadas em atividades agrícolas e não agrícolas rurais (agroindustriais) da seguinte forma: atividades agrícolas composta das lavouras temporárias e pecuária e as atividades não agrícolas compondo as atividades de indústria e serviço desenvolvidas na área rural.

3.1 Método de pesquisa e base de dados

O método de pesquisa adotado neste estudo foi de caráter exploratório devido ao seu processo de investigação não estruturado e dedutivo, por meio do levantamento e da análise de dados secundários (MALHORTA, 2001).

A pesquisa utilizou abordagem quantitativa e qualitativa. Inicialmente, realizou-se a coleta dos dados numéricos no Censo Agropecuário 2017, disponível no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Posteriormente, as informações foram organizadas e processadas no *software GeoDa*, desenvolvido pelo professor doutor Luc Anselin (1953) da Universidade de Chicago, sendo bastante utilizado em análises de dados espaciais.

Esta ferramenta permitiu a condensação e a elaboração de mapas temáticos das atividades produtivas agrícolas e não agrícolas para cada microrregião piauiense. Os *clusters* foram construídos por meio da análise *Kmeans*, na qual agrupa os municípios de cada microrregião com base na média do número de estabelecimentos praticantes das atividades econômicas selecionadas.

4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente seção objetiva destacar as principais atividades agrícolas e não agrícolas presentes em cada microrregião do Piauí, destacando os mapas temáticos com a distribuição espacial dessas atividades, no intuito de identificar os *clusters* produtivos por meio do número de estabelecimentos como unidade de análise.

1 Baixo Parnaíba Piauiense, Litoral Piauiense, Teresina, Campo Maior, Médio Parnaíba Piauiense, Valença, Alto Parnaíba Piauiense, Bertolínia, Floriano, Alto Médio Gurguéia, São Raimundo Nonato, Chapada do Extremo Sul Piauiense, Picos, Pio IX e Alto Médio Canindé.

4.1 Principais atividades agrícolas e não agrícolas rurais nas microrregiões: Baixo Parnaíba Piauiense e Litoral Piauiense

A microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense é composta por 30.851 estabelecimentos agrícolas, desse total, 85% são pequenas propriedades rurais, cuja gestão se baseia na mão de obra familiar. As atividades agrícolas praticadas com maior frequência nesses estabelecimentos são: produção de arroz em casca, mandioca e milho em grãos, concentrados nos municípios de Barras e Miguel Alves. A criação de animais, a exemplo de galinhas, galos, suínos e caprinos se destacam como atividades pecuárias nos municípios de Barras, Batalha e Piripiri.

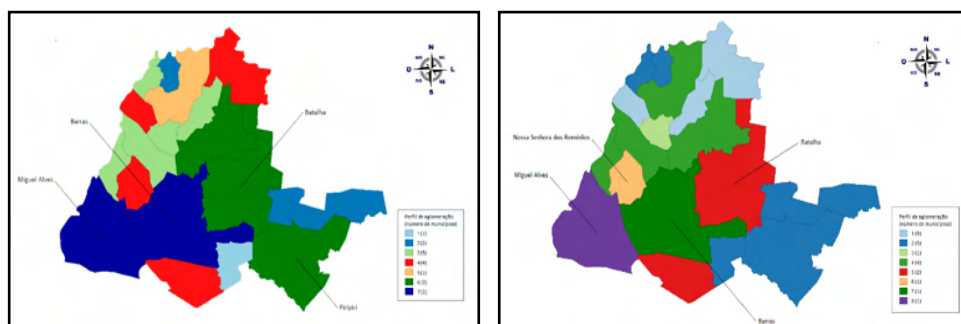


Figura 1: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião Baixo Parnaíba Piauiense em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

Quanto às atividades não agrícolas, essa microrregião possui 20.726 estabelecimentos, desse total, 18.222 praticam a agricultura familiar. As atividades econômicas de destaque são: a produção de arroz em grão, carvão vegetal, óleo vegetal e farinha de mandioca, com concentração nos municípios de Barras, Batalha e Miguel Alves.

A microrregião do Litoral Piauiense possui 18.128 estabelecimentos agrícolas, desse total, 14.156 representam a agricultura familiar. Os principais cultivos de lavouras temporárias são as plantações de arroz em casca, a mandioca e a melancia. Os estabelecimentos são predominantes nos municípios de Cocal e Luís Correia.

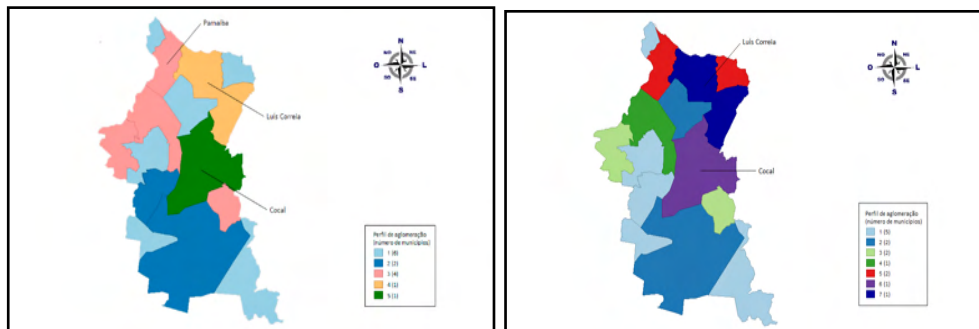


Figura 2: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião Litoral Piauiense em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

Nessa microrregião, 2.688 estabelecimentos correspondem a atividades não agrícolas rurais. As principais atividades praticadas são a produção de farinha de mandioca, de goma ou tapioca, que se concentram nos municípios de Cocal, Cocal dos Alves e Luís Correia.

4.2 Principais atividades agrícolas e não agrícolas nas microrregiões: Teresina, Campo Maior, Médio Parnaíba Piauiense e Valença do Piauí

A microrregião de Teresina possui 20.671 estabelecimentos agrícolas, e 14.587 pertencem à agricultura familiar. O cultivo de cana-de-açúcar é a principal atividade econômica praticada, sendo o município de União o principal produtor, com 28 estabelecimentos. Já a pecuária, concentra-se nos municípios de Teresina, Altos, José de Freitas e União, com maioria dos estabelecimentos.

As atividades não agrícolas rurais estão distribuídas em 5.058 estabelecimentos. Desse total, 1.799 são agroindústrias que fabricam a farinha de mandioca, o carvão vegetal e a goma ou tapioca, especialmente nos municípios de José de Freitas e União.



Figura 3: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião Teresina em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

A Microrregião de Campo Maior é constituída por 24.799 estabelecimentos agrícolas, dos quais, 19.985 são praticantes da agricultura familiar, sendo os cultivos de milho em grãos, feijão fradinho e melancia as atividades econômicas praticadas com maior frequência. Os municípios que aglomeram o maior número desses estabelecimentos são Pedro II e São Miguel do Tapuio, responsáveis por 4.677 estabelecimentos.

As atividades não agrícolas rurais são representadas por 15.672 estabelecimentos (12.920 da agricultura familiar), sendo a produção de carne suína, carne de outros animais e carvão vegetal, as principais atividades econômicas. Pedro II e Castelo do Piauí são os municípios com o maior número de estabelecimentos praticantes destas atividades.

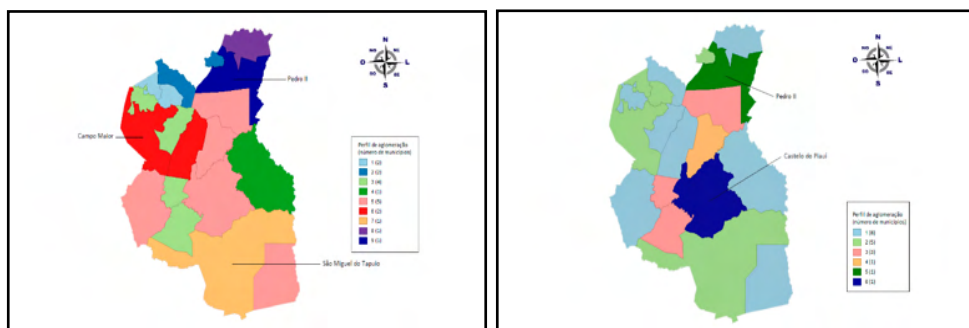


Figura 4: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião de Campo Maior em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

A microrregião do Médio Parnaíba Piauiense é constituída por 12.131 estabelecimentos agrícolas, dos quais, 9.646 fazem parte da agricultura familiar. No município de Palmeirais, por exemplo, são cultivados o arroz em casca e o milho em grãos. Já o município de Regeneração se destaca na produção de soja, lavoura da agricultura comercial.

As atividades não agrícolas rurais somam 939 estabelecimentos, sendo 751 provenientes da agricultura familiar, cujos produtos principais são: o arroz em grão, o óleo vegetal e a carne de suíno. Os municípios próximos aos de maior população como, São Pedro do Piauí e Agricolândia, se destacam nas atividades agroindústrias, com grande maioria dos estabelecimentos produtivos.

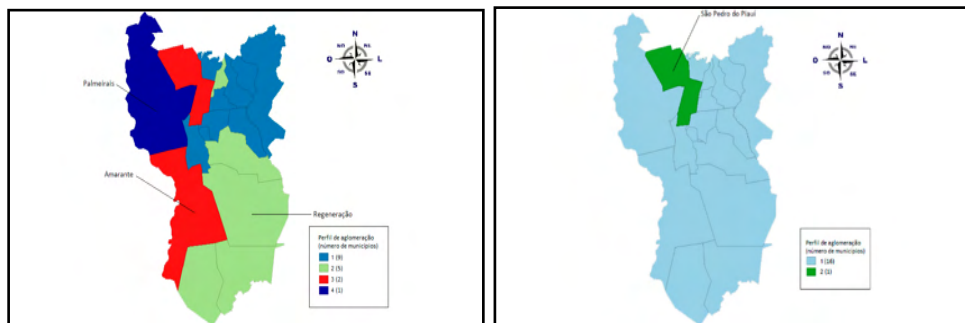


Figura 5: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião Médio Parnaíba Piauiense em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

A microrregião de Valença do Piauí é composta por 12.227 estabelecimentos agrícolas, onde 10.227 apresentam características da agricultura familiar. A produção de arroz em casca, a cana-de-açúcar e o milho em grãos são as principais lavouras agrícolas e estão concentradas nos municípios de Elesbão Veloso e Inhumas.

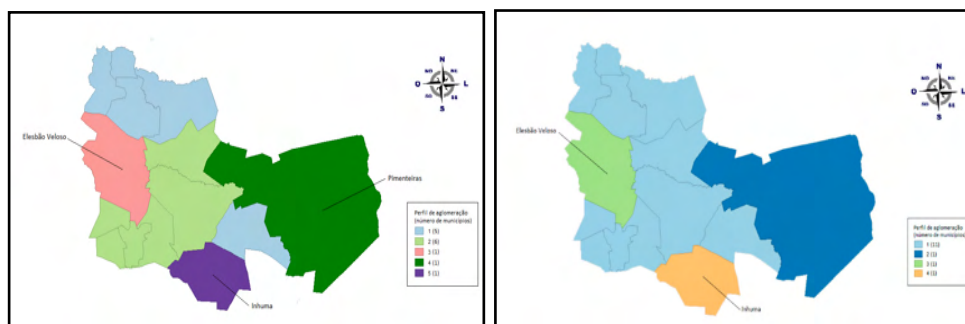


Figura 6: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião Valença do Piauí em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

Os estabelecimentos não agrícolas rurais correspondem a 1.913, sendo a maioria pertencente à agricultura familiar. Os produtos de maior incidência nestes estabelecimentos são: a farinha de mandioca, o carvão vegetal, a goma ou tapioca. Os estabelecimentos não agrícolas também estão concentrados nos municípios de Elesbão Veloso e Inhumas.

4.3 Principais atividades agrícolas e não agrícolas nas microrregiões: Alto Parnaíba Piauiense, Bertolínia, Floriano, Alto Médio Gurgueia, São Raimundo Nonato e as Chapadas do Extremo Sul Piauiense

A microrregião do Alto Parnaíba Piauiense possui 3.118 estabelecimentos agrícolas,

desse total, 948 são de origem não familiar. O cultivo de grãos é praticado nos municípios de Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro. Em Uruçuí, estão concentrados os estabelecimentos produtores de milho e soja em grãos, no município de Baixa Grande do Ribeiro estão os estabelecimentos produtores de sorgo.

As atividades não agrícolas rurais são praticadas em 893 estabelecimentos, desse total, 699 são de cunho familiar, que fabricam doces e geleias, farinha de mandioca, óleo vegetal, goma ou tapioca. A maior quantidade dos estabelecimentos produtores está localizada nos municípios de Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Uruçuí.

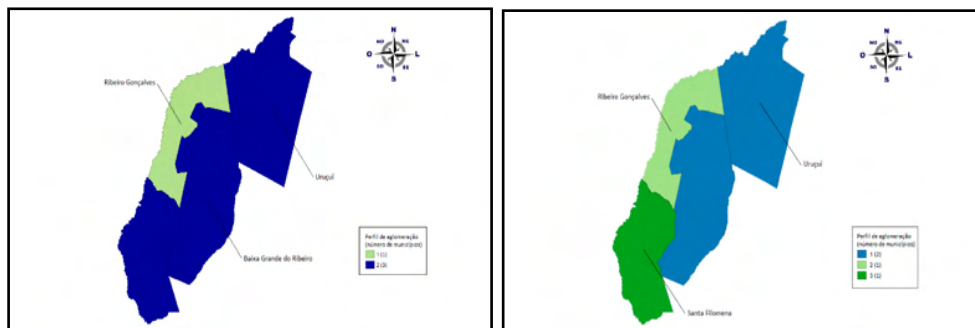


Figura 7: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião Alto Parnaíba Piauiense em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

Com 3.856 estabelecimentos agrícolas, dos quais, 2.973 são praticantes da agricultura familiar, a microrregião de Bertolínia tem como atividades agrícolas a produção de milho e soja em grãos, voltada para a exportação.

A produção está concentrada no município de Sebastião Leal, localizado próximo a Uruçuí, grande produtor de grãos.

Os estabelecimentos não agrícolas totalizam 324 e são responsáveis pela produção de cajuína e óleo vegetal. A maior parte fica nos municípios de Landri Sales e Manoel Emídio.

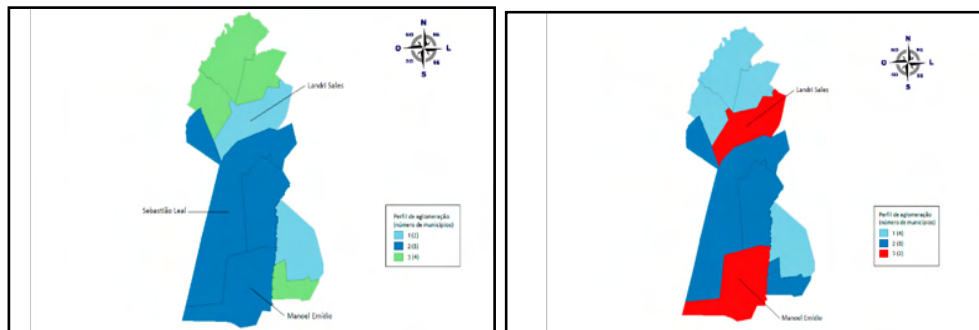


Figura 8: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião de Bertolínia em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

A microrregião de Floriano possui 8.211 estabelecimentos agrícolas e, 81% deles, são gerenciados por agricultores familiares. As atividades econômicas presentes na maioria desses estabelecimentos são a produção de milho em grãos e a criação de galinhas, galos, frangos, caprinos e bovinos. O cultivo de milho em grãos se concentra no município de Itauera, enquanto a pecuária, distribuiu-se nos municípios de Floriano, Itauera e São Francisco do Piauí.

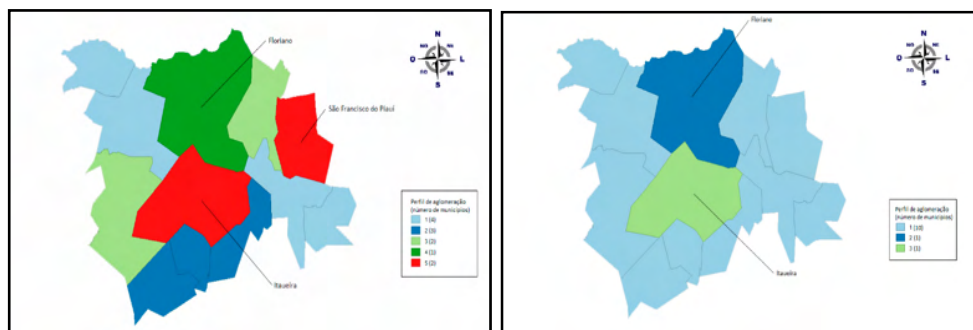


Figura 9: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião de Floriano em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

As atividades agroindustriais são desenvolvidas em 960 estabelecimentos, responsáveis pela carne de suíno, de outros animais e o carvão vegetal. O município de Floriano concentra a maioria dos estabelecimentos produtores de carne, cerca de 81%; já a produção de carvão vegetal, está concentrada no município de Itauera.

A microrregião do Alto Médio Gurguéia compreende 7.458 estabelecimentos agrícolas, dos quais, 5.570 estão inseridos na agricultura familiar. As principais atividades agrícolas são o cultivo de milho e da soja em grãos, predominantes nos municípios de Bom

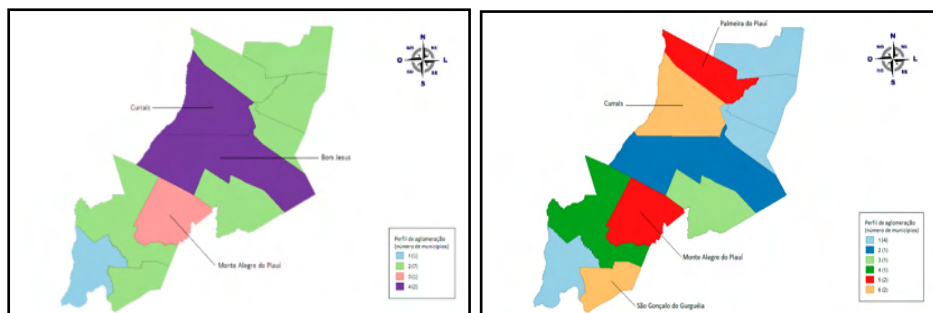


Figura 10: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião Alto Médio Gurguéia em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

Quanto às atividades não agrícolas do meio rural, essa microrregião é composta por 3.253 estabelecimentos, dos quais, 2.651 são de pequeno porte e se concentram na produção de doces e geleias, farinha de mandioca e goma ou tapioca, localizados nos municípios de Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Palmeira do Piauí, Currais e São Gonçalo do Gurguéia.

A Microrregião de São Raimundo Nonato registra 22.341 estabelecimentos agrícolas, com 17.397 deles, provenientes da agricultura familiar. As principais atividades econômicas são o cultivo de feijão fradinho, melancia e milho, além da criação de galinhas, galos, frangos, caprinos e ovinos. O município de Canto do Buriti concentra o maior número de estabelecimentos produtores de grãos, enquanto os municípios de Dom Inocêncio e São Raimundo Nonato concentram os estabelecimentos na criação de animais.

As atividades não agrícolas rurais são desenvolvidas em 3.460 estabelecimentos, compostos por 2.810 de gestão familiar. As principais atividades praticadas nesses estabelecimentos são a produção de farinha de mandioca, carne suína e carne de outros animais. Estes estabelecimentos estão em maior número nos municípios de São Raimundo Nonato e Bonfim do Piauí.

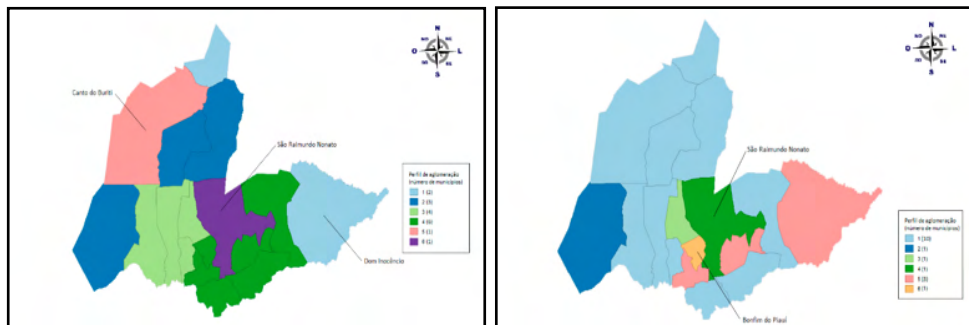


Figura 11: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião São Raimundo Nonato em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

A microrregião Chapadas do Extremo Sul Piauiense compreende 8.209 estabelecimentos agrícolas, sendo 80% geridos por pequenos produtores. As principais atividades econômicas nesses estabelecimentos são a produção de feijão fradinho, milho e a criação de galinhas, galos, frangos e bovinos, distribuídas em um grande número nos municípios de Avelino Lopes, Corrente e Curimatá, somando 3.769 estabelecimentos.

As atividades não agrícolas rurais, são desenvolvidas em 954 estabelecimentos, sendo 788 deles de famílias agrícolas. As atividades com maior número de estabelecimento são a produção de doces/geleias, farinha de mandioca, queijo/requeijão, carvão vegetal e goma ou tapioca. Os estabelecimentos produtores estão alocados nos municípios de Curimatá, Corrente e Avelino Lopes.

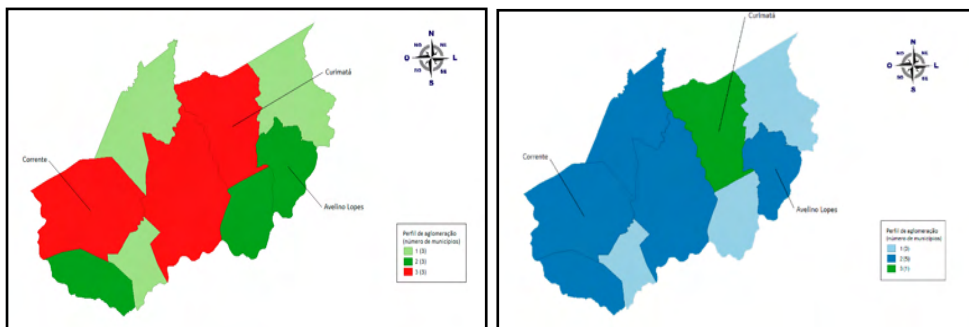


Figura 12: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião Chapadas do Extremo Sul Piauiense em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

4.4 Principais atividades agrícolas e não agrícolas nas microrregiões: Picos, Pio IX e Alto Médio Canindé

A microrregião de Picos possui 19.536 estabelecimentos agrícolas, dos quais, 15.554 são pertencentes à agricultura familiar. As atividades mais frequentes são o cultivo de feijão fradinho, mandioca e milho e a criação de animais de pequeno e grande porte. Os maiores aglomerados de estabelecimentos com criação de animais estão concentrados nos municípios de Oeiras e Picos, já o cultivo de lavouras temporárias está concentrado nos municípios de Oeiras e São José do Piauí.

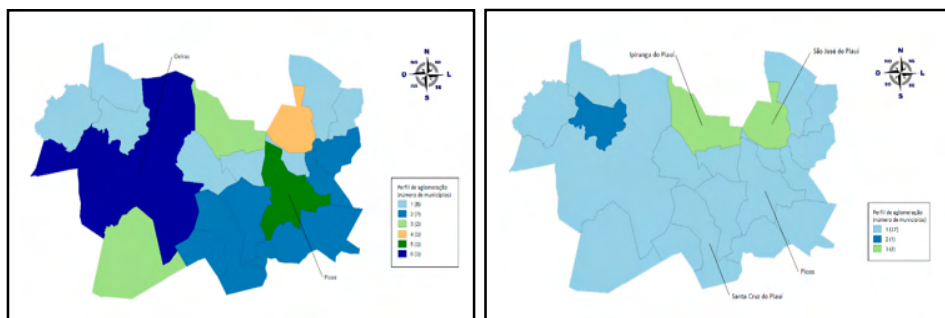


Figura 13: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião de Picos em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

Quanto às atividades não agrícolas rurais, a microrregião de Picos registra 1.780 estabelecimentos (1.518 com administração familiar) com maior frequência na produção de farinha de mandioca, carne de suíno, carvão vegetal e goma. Os estabelecimentos produtores estão localizados nos municípios de Ipiranga, São José do Piauí, Santa Cruz do Piauí, Wall Ferraz e Picos.

Com 10.403 estabelecimentos agrícolas, a microrregião de Pio IX tem como principais atividades agrícolas o cultivo de feijão fradinho e, na pecuária, a criação de galinhas, galos, frangos e ovinos. Os estabelecimentos estão em maior concentração nos municípios de Alagoinha do Piauí, Francisco Santos e Pio IX onde estão instalados 61% desses estabelecimentos.

As atividades não agrícolas rurais são registradas em 345 estabelecimentos, sendo 280 estabelecimentos com gestão familiar. As atividades mais praticadas nesses estabelecimentos são a produção de doces/geleias, pães/bolos/biscoitos e queijo/requeijão, concentradas nos municípios de São Julião e Pio IX.

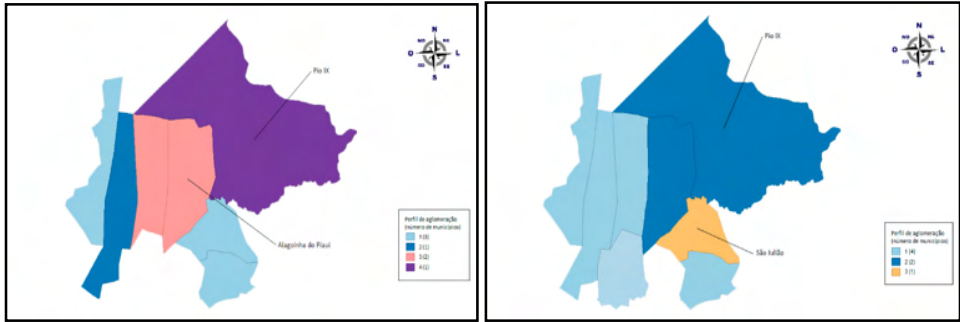


Figura 14: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião de Pio IX em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

A microrregião do Alto Médio Canindé compreende 43.662 estabelecimentos agrícolas, sendo 36.300 oriundos da agricultura familiar. As atividades produtivas mais frequentes nos estabelecimentos são o cultivo de feijão fradinho e milho em grãos, bem como, a prática da pecuária de pequeno, bem distribuídos por toda a microrregião.

As atividades não agrícolas rurais totalizam 4.798 estabelecimentos. As principais atividades agroindustriais são a produção de carne de suínos, carne de outros animais e couros/peles. O município de Acauã concentra a maioria dos estabelecimentos de todas as atividades econômicas destacadas.

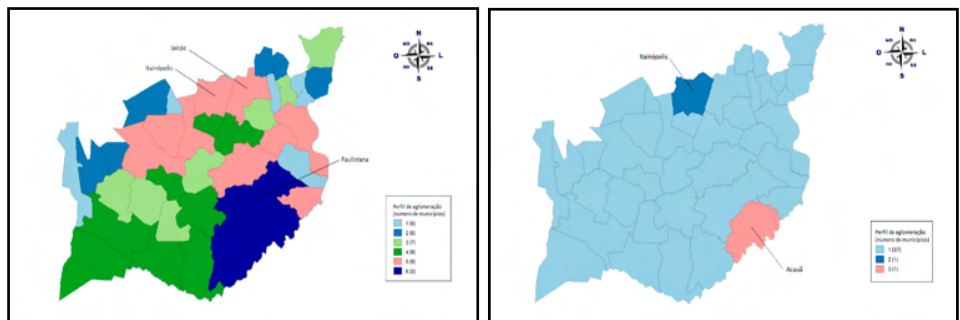


Figura 15: Perfil de aglomeração produtiva (cluster) nos estabelecimentos agrícolas (à esquerda) e não agrícolas (à direita) da Microrregião Alto Médio Canindé em 2017.

Fonte: elaboração própria com base no Censo Agropecuário 2017

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu perceber o caráter familiar do setor rural piauiense, onde a maioria dos estabelecimentos agrícolas e não agrícolas rurais apresentaram gestão familiar e praticam cultivo e pecuária de pequeno porte em sistemas consorciados com lavouras temporárias e/ou permanentes. Em caráter de exceção, estão algumas microrregiões

que possuem configurações diferentes, como é o caso das microrregiões de Teresina, Alto Médio Gurguéia e Alto Parnaíba Piauiense. Estas microrregiões apresentam menor participação de estabelecimentos familiares em suas formações, sendo as duas últimas, grandes produtoras de grãos para exportação.

Por fim, o presente trabalho busca contribuir na ampliação do conhecimento a respeito do espaço rural piauiense. De acordo com as evidências empíricas, espera-se que este estudo possa auxiliar na formulação de políticas públicas fomentadoras do desenvolvimento regional com foco no Piauí. Porém, a pesquisa não esgota a temática, é necessário maior exploração do objeto de estudo e, para uma análise mais completa, recomenda-se a ampliação e aprofundamento do estudo através de técnicas científicas diversificadas.

REFERÊNCIAS

ABREU, I.G.de.; GONÇALVES, C.U.; **Agricultura familiar e multifuncionalidade no espaço agrário de Pernambuco, Bahia e Piauí**. *Revista eletrônica do curso de geografia*, Universidade Federal de Goiás. Jundiáí, n.18, p. 63-82, jun. 2012.

ALMEIDA, A.N.; BARROS, G.S.C.; CASTRO, N.R. **Atividades agrícolas e não agrícolas por residentes rurais e urbanos – o emprego rural não agrícola e o papel da agroindústria**. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), v. 1, Piracicaba, out. 2019.

BALSADI, O.V.; SILVA, J.G.de.; STOREL JÚNIOR, A.O. **Desenvolvimento regional e a evolução das ocupações da população rural do meio-norte brasileiro dos anos noventa**. *Informações Econômicas*, v.31, n.10. São Paulo: [s.n.], n.p. out. 2001.

BERDEGUÉ, J.; CRUZ, M.E.; REARDON, T. **Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos**. In: III SIMPÓSIO LATINO AMERICANO DE INVESTIGACIÓN Y EXTENSIÓN DE SISTEMAS AGROPECUARIOS, 1998. Lima: [s.n.], 1998.

BERDEGUÉ, J. et al. **Policies to promote non-farm rural employment in Latin America**. *Natural Resource Perspectives*, n. 55. London: Overseas Development Institute, 2000.

CASTRO, C.N.de.; **A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: [s.n.], 2012.

CRUZ, M.P.M.da. *et al.* **Diferenciais de rendimento entre atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural nordestino**. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, ano XXI, v.2, n.43, p.201-231. 2019.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **A escalada da desigualdade**. 2019, p. 36. Disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>. Acesso em: 29/01/2021.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. **Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil**. *Economia*. v.1, n. 2. [S.]: [s.n.], 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**, Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 29/01/2021.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad>. Acesso em: 29/01/2021.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios de 2018**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em: 29/01/2021.

KAGEYAMA, A. (1998) apud NEY, V.S.P. **Atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural do estado do Rio de Janeiro**. 2010. Dissertação (Curso de Doutorado em Produção Vegetal) - Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campo dos Goytacazes: [s.n.], p. 11 fevereiro, 2010.

LIMA, A.C.; SIMÕES, R.F. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2009.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

NASCIMENTO, C.A. **Pluriatividade, agricultura familiar e políticas públicas**. In: **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Européia**. Série BNB Teses e Dissertações, n. 11. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, p. 127-175, 2008.

NEY, V.S.P. **Atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural do estado do Rio de Janeiro**. 2010. Dissertação (Curso de Doutorado em Produção Vegetal) - Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campo dos Goytacazes: [s.n.], fevereiro, 2010.

SARACENO, E. (1997) apud NEY, V.S.P. **Atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural do estado do Rio de Janeiro**. 2010. Dissertação (Curso de Doutorado em Produção Vegetal) - Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campo dos Goytacazes: [s.n.], p. 11, fevereiro, 2010.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING MIX ADOTADAS EM TRÊS MERCADOS DE PROXIMIDADE AGROECOLOGICOS

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 20/10/2021

Heliene Macedo de Araújo

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Araras/SP
<http://lattes.cnpq.br/5166885553370141>

Marta Cristina Marjotta-Maistro

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Departamento de Tecnologia Agroindustrial e
Socioeconomia Rural
Araras/SP
<http://lattes.cnpq.br/3987280258617095>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo comparar as estratégias de marketing mix que são adotadas, atualmente, na Feira Terra Viva no município de Belo Horizonte/MG; na Feira Agroecológica Raízes do Campo em Jaboticatubas/MG; e, no Mercadinho “Tá caindo fulô” no distrito de Santana do Riacho/MG. O método de pesquisa utilizado foi o *Survey* com levantamento de dados primários. Com os resultados foi possível identificar que os mercados estudados possuem estratégias específicas de marketing, sem, no entanto, existir planejamento prévio para as suas execuções. A proximidade de ações entre os três locais sugere uma possível identidade na comercialização de produtos agroecológicos dado que os três locais possuem, desde sua origem, valores e princípios próximos vinculados a economia solidária e agroecologia, contudo, sempre respeitando as

especificidades de cada local.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégias de marketing; agroecologia; mercados de proximidade; agricultura orgânica, feiras.

COMPARATIVE ANALYSIS OF MARKETING MIX STRATEGIES ADOPTED IN THREE AGROECOLOGICAL PROXIMITY MARKETS

ABSTRACT: This article aims to compare the marketing mix strategies that are currently adopted at the *Terra Viva* Fair in the city of Belo Horizonte / MG; at the Agroecological Fair *Raízes do Campo* in Jaboticatubas / MG; and in the *Mercadinho Tá caindo fulô* in the district of Santana do Riacho / MG. The research method used was the Survey with primary data collection. With the results it was possible to identify that the markets studied have specific marketing strategies, without, however, prior planning for their executions. The proximity of actions between the three sites suggests a possible identity in the commercialization of agroecological products since the three sites have, from their origin, values and close principles linked to the solidarity economy and agroecology, however, always respecting the specificities of each place.

KEYWORDS: Marketing strategies; agroecology; proximity markets; organic agriculture, fairs.

1 | INTRODUÇÃO

A etapa da cadeia produtiva relacionada à comercialização dos produtos tem “a função de transportar os bens desejados pelo consumidor

final, ao lugar e no tempo definido, na forma e nas quantidades solicitadas com preços satisfatórios para todos os atores dessa cadeia” (CARVALHO E COSTA, 2011, p. 103). Em relação ao mercado de produtos orgânicos, esta etapa pode ocorrer de distintas formas, sendo classificadas por Campanhola e Vallarini (2001) em três grupos principais. No primeiro grupo as vendas ocorrem no varejo como em feiras orgânicas e agroecológicas, venda direta do produtor orgânico/agroecológico, grupos de compra responsável, vendas online, mercados institucionais, mercado de cooperativas locais e mercados de associações locais. Uma nova tendência é representada por lojas especializadas locais, restaurantes, marcas regionais e entregas a domicílio. No segundo grupo, no atacado, a distribuição é realizada em distribuidoras e redes de supermercados. O terceiro grupo é direcionado a exportação.

Outra tipologia de distribuição de produtos orgânicos é denominada de cadeias longas e curtas. O mercado de cadeias longas é representado pelo mercado de exportação e integração com a agroindústria processadora e têm orientado seus negócios para produtos funcionais, saudáveis e orgânicos (Organics Brasil, 2016). Os canais curtos de comercialização são caracterizados pela distribuição de produtos que mobilizam até um intermediário entre produtor e consumidor (CHAFOTTE e CHIFFOLEAU, 2007). Essa distribuição pode ocorrer via venda direta ou indireta, como por exemplo, via cooperativa, associação, lojas especializadas, mercados institucionais, pequenos mercados locais. Dessa maneira abrangem entregas em domicílio, feiras livres e especializadas, eventos comerciais, venda na propriedade, mercados institucionais, turismo rural, grupo de consumidores organizados, entre outros (DAROLT, 2012). Este canal também tem demonstrado crescimento, destacando as entregas em domicílio que cresceram 40%, em 2015, e vendas online aumentaram 35% (ORGANICS BRASIL, 2016). Para os canais curtos de comercialização há também a denominação de mercados de proximidades, abordando para além da proximidade geográfica a relação próxima e de confiança construída entre agricultores e consumidores. Segundo o Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional nos Estados e Municípios (MapSan) desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, divulgado em 2015, em que participaram da pesquisa 1628 municípios, 1176 (72,2%) possuíam mercado de proximidade, em específico as feiras, totalizando 5119 feiras livres no Brasil. Destas, 1331 feiras são de produções agroecológicas e/ou orgânicas e estão presentes em 624 municípios. Na região Sudeste se localizam 54% das feiras agroecológicas/orgânicas seguida da região Nordeste, com 22% (BRASIL, 2015).

Um dos ferramentais potenciais de serem utilizados para o fortalecimento dos canais curtos de comercialização, de acordo com Araújo e Marjotta-Maistro (2017a) é o estudo do comportamento do consumidor na agroecologia e das estratégias de marketing, pois estes contribuem para atender as demandas dos consumidores, identificarem as percepções dos consumidores em relação aos mercados e definirem melhores estratégias

de comercialização. As estratégias de marketing são compostas por 4P's: produto, preço, ponto de distribuição e promoção.

Além disso, quando se trata de mercados de proximidade agroecológicos, de acordo com Araújo e Marjotta-Maistro (2017b) estes são dotados de beleza e harmonia, pois socializam valores, trocam expressões culturais e produtivas, apresentam identidades sociais e modos de ser e fazer a agricultura. Neste sentido, para as autoras, estas características são expressas nas relações próximas entre agricultores e consumidores e também são vistas nos produtos em si. Ao unir a arte, a beleza, a harmonia do processo produtivo agroecológico e a dimensão cultural da agroecologia com as estratégias de marketing específicos para cada local, estes mercados tem a capacidade de estimular a comercialização destes produtos contribuindo para a construção do sistema agroalimentar de base ecológica.

Neste contexto, este artigo parte da seguinte pergunta: existem e quais são as estratégias de marketing, em específico, do *mix* de marketing que estão sendo adotadas pelos mercados de proximidade agroecológicos na comercialização dos seus produtos a fim de gerar preferência de consumo?

Por conseguinte, este artigo tem como objetivo comparar as estratégias de marketing *mix* que são adotadas, atualmente, na Feira Terra Viva, no município de Belo Horizonte/MG; na Feira Agroecológica Raízes do Campo, em Jaboticatubas/MG; e, no Mercadinho "Tá caindo fulô" no distrito de Santana do Riacho/MG;

2 | METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado foi o *Survey* com levantamento de dados primários. A pesquisa foi restrita ao mercado consumidor de três pontos de comercialização de produtos agroecológicos que realizam vendas diretas no Estado de Minas Gerais.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a pesquisa documental, observação direta e a produção de dados e informações por meio da aplicação de questionário com 116 perguntas.

Foram aplicados 191 questionários, sendo 55 na Feira Terra Viva, 68 na Feira Agroecológica Raízes do Campo e 68 no Mercadinho "Tá caindo fulô". O período de coleta dos dados foi de julho a outubro de 2016

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Os 4 os do marketing mix

3.1.1 PRODUTO

Segundo Solomon (2011), os processos perceptivos podem tornar os consumidores

mais aptos a levarem os produtos. O olfato é vinculado a memórias afetivas e o paladar aos sabores que são mais desejáveis. Os atributos tocar nos produtos, aparência dos produtos, tamanho dos produtos, cheiro, conhecerem previamente o sabor dos alimentos e degustação no momento da compra exercem muita influência em adquirir os produtos em 41,8%, 56,4%, 16,4%, 69,1%, 32,4% 43,6% respectivamente nos consumidores da Feira Terra Viva; 51,5%, 75%, 25%, 54,4%, 41,8% e 16,2% respectivamente nos consumidores do Mercadinho Tá Caindo Fulô; e, 35,3%, 67,6%, 14,7%, 66,2%, 50% e 32,4% nos consumidores da Feira Raízes do Campo.

Nos três locais pesquisados havia a degustação de produtos, sendo a experimentação dos produtos incentivada pelos produtores/vendedores a fim de que os consumidores conhecessem os produtos e estimulando-os a adquiri-los. Essa prática, contudo, mesmo sendo presente nos três locais, não foi observada em todos os produtores/vendedores e seus produtos.

Em relação ao tamanho dos produtos, na Feira Terra Viva e na Feira Raízes do Campo tanto os consumidores que afirmaram que o tamanho não influenciava quanto os que consideravam que influenciava, mencionaram que percebiam o tamanho do produto agroecológico menor que o produto convencional e isto atestava a qualidade do produto, sendo que para alguns o tamanho reduzido influenciava na compra, pois era a garantia do produto ser isento de agroquímicos, quanto para outros o fato do produto não ser maior não os impedia de comprar o produto, portanto, utilizaram da mesma justificativa, mas com um olhar diferenciado sobre o que é influenciar e o que não é influenciar a compra do produto. Não houve no Mercadinho Tá Caindo Fulô a menção do produto agroecológico ser menor que o convencional.

Ainda sobre o processo perceptivo dos consumidores em relação aos produtos agroecológicos comparando-os com produtos convencionais, nos três lugares foi percebida como produtos mais saborosos, com odor diferenciado e agradável e mais nutritivos. Sobre a durabilidade, a maioria dos consumidores na Feira Raízes do Campo e na Feira Terra Viva percebem os produtos com maior durabilidade e no Mercadinho Tá Caindo Fulô como menos duráveis.

Sobre o entendimento dos consumidores sobre o que é um produto orgânico e agroecológico, na Feira Terra Viva a maioria dos consumidores o percebem como isento de agrotóxico e em sua produção é levado em consideração o meio ambiente e questões sociais. Para a maioria dos consumidores deste local, não há diferença entre produto orgânico e agroecológico. No Mercadinho Tá Caindo Fulô e na Feira Raízes do Campo, para maioria dos consumidores não há diferença entre produto orgânico e agroecológico e consideram estes produtos como sendo aqueles que são isentos de agrotóxico, adubação química e produzidos com recursos locais, como o esterco.

Outra possibilidade de analisar a relação consumidor e produto é classificando os produtos como tangíveis e intangíveis. São considerados produtos tangíveis aqueles

que possuem materialidade física e produtos intangíveis são aqueles produtos que geram benefícios a nível emocional do consumidor, os satisfazendo de forma abstrata (KOTLER E LEE, 2011).

Na Feira Terra Viva os produtos tangíveis comercializados são produtos artesanais; lanches veganos e vegetarianos; alimentos e lanches sem glúten e lactose; produtos de limpeza e cuidados pessoais, biocosméticos e fitoterápicos; *smoothies*, sucos *detox*, grãos germinados e brotos; farináceos; mudas de árvores e sementes; em relação a produtos de origem animal são vendidos somente ovos e mel; livros com a temática de vegetarianismo e veganismo; composteira doméstica, minhocas californianas (*Eiseniafetida*) e biofertilizantes. No Mercadinho Tá Caindo Fulô são vendidos produtos agroecológicos (hortaliças, frutas, verduras, raízes, folhosas, legumes), laticínios (leite, manteiga, queijos e ghee); produtos de origem animal (frango caipira, hambúrguer caseiros, ovos, mel); bebidas alcoólicas (vinho, licor, cerveja artesanal e cachaça); produtos artesanais; doces, compotas, conservas, bolos e biscoitos; produtos naturais de saúde, higiene e beleza; temperos e mudas de espécies florestais e ornamentais. Na Feira Raízes do Campo são comercializados produtos agroecológicos (hortaliças, frutas, verduras, raízes, folhosas, legumes), laticínios (leite, manteiga, queijos); produtos de origem animal (frango caipira, linguiça caseira, ovos, mel); bebidas alcoólica (vinho, licor, cerveja artesanal e cachaça); produtos artesanais; doces, compotas, bolos; açúcar colonial, e biscoitos; produtos naturais de saúde, higiene e beleza; produtos medicinais, temperos, lanches para se comer no momento da feira como pasteis, caldo de cana e típico bolinho frito de amendoim que a massa é feita no momento da feira; mudas de espécies florestais e de hortaliças. Destaca-se na Feira Raízes do Campo a venda de produtos e frutos do bioma do cerrado, tanto *in natura* como pré-processados, como azeite de coco macaúba prensado a frio, bolo de farinha de jatobá, entre outros.

Identifica-se os produtos intangíveis quando os consumidores, ao serem questionados das necessidades e expectativas, citam características dos produtos para além da materialidade física. Na Feira Terra Viva os produtos intangíveis citados foram produtos que despertam o gosto pela vida e o amor pela sociedade; conseguir encontrar produtos veganos saborosos e assim exercer a filosofia de vida escolhida; expectativa de consumir somente produtos vindos da economia solidária e venda direta; produtos efetivamente com sabor e confiança; relação na feira de maneira geral diferenciada; criação de vínculo com produtor; possibilidade de repensar a culinária tradicional e ingerir produtos saborosos; produtos cujos ciclos sazonais são respeitados; produtos com responsabilidade social; relação consumidor-produtor próxima e de confiança; produtos funcionais e bem elaborados; e, ter uma vida saudável com produtos orgânicos. No Mercadinho Tá Caindo Fulô os produtos intangíveis citados foram os que promovam a saúde; a cadeia produtiva sustentável; compra direta do produtor; busca por uma vida mais saudável; produto somente da Serra do Cipó; um bom atendimento; encontrar produtos vegetarianos; garantia de procedência; e, produtos que melhorem a qualidade de vida; e, na Feira Raízes do Campo

produto saudável; acesso a alimentação que gere qualidade de vida e saúde; comprar produtos em que a produção venha diretamente do produtor; confiança na procedência; sabor de pureza; produtos que só se encontram no local, possibilidade de experimentação de novos sabores; sabor e produto com história.

É identificado também como produtos intangíveis quando os consumidores escolhem, dentre as alternativas apresentadas no questionário, os motivos que pelos quais consomem produtos agroecológicos nos locais pesquisados. Dentre os produtos intangíveis presentes no questionário citam-se: ausência de agrotóxicos, melhor sabor, produtos mais saudáveis, evitar riscos de doenças associados a produtos não orgânicos, sentir o sabor real, estabelecer relação de amizade com os produtores, estímulo a uma alimentação melhor, redução de despesas futuras com tratamentos de saúde, dar o exemplo de vida saudável, sentir-se socialmente responsável, conveniência, segurança que o produto é orgânico, forma de produção consciente, produtos locais, sentimento de cuidar melhor da saúde própria e da família, reduzir a preocupação com a saúde dos filhos, viver bem a vida, busca de maior longevidade, busca de maior harmonia e equilíbrio e saúde própria. Dentre estes atributos apresentados, na Feira Terra Viva o atributo que os consumidores mais buscam é ausência de agrotóxicos com 52,7% das respostas, já no Mercadinho e na Feira Raízes do Campo é um melhor sabor com 60,3% e 63,2%, respectivamente.

Kotler e Lee (2011) além do produto tangível e intangível classificam os produtos ainda em produto básico, real e ampliado. O produto básico é aquele com sua materialidade física como os mencionados acima ao se tratar dos produtos tangíveis. Sobre o produto real, este se caracteriza pelos atributos em si dos produtos, como a qualidade, a marca, a embalagem ou no caso do marketing social, a mudança de comportamento desejado e, os produtos ampliados relacionam a tudo aquilo tangível ou intangível que proporciona ao consumir a superação da sua expectativa em relação ao produto, como descarte responsável, garantias, entre outros.

A respeito das aparências dos produtos estes foram avaliados em uma escala de 0 a 10, os resultados mostraram uma média próxima nos três locais, sendo na Feira Terra Viva a aparência obteve nota média 8,9, no Mercadinho Tá Caindo Fulô teve nota 8,75 e na Feira Raízes do Campo, 8,76.

Sobre os rótulos dos produtos, foi observado que na Feira Terra Viva não há padronização e cada produtor define quais informações colocam em seus produtos. Existem produtos com informações completas sobre dados nutricionais, composição, origem, data de validade e fabricação, assim como produtos com menos informações e aqueles em que não há informação. Já no Mercadinho Tá Caindo Fulô e Feira Raízes do Campo, para aqueles produtos que não possuem rótulos próprios que já contém informações, há um rótulo padronizado que o produtor deve preencher com as seguintes informações: nome do produto, ingredientes, data de fabricação, data de validade, nome e contato do produtor. Contudo, não foram encontrados em todos os produtos estes rótulos e as informações.

A maioria dos consumidores, nos três locais, afirmaram que não precisava encontrar informações nos rótulos e estavam satisfeitos com as que tinham, pois, a proximidade com os produtores fazia com que as dúvidas fossem solucionadas no momento da compra. Contudo, se percebe que no Mercadinho Tá Caindo Fulô, em que as vendas são realizadas por vendedores e não pelos produtores diretamente, os consumidores apontam que a maior dificuldade é a falta de informação nas embalagens, com 29,4% das respostas. Na Feira Raízes do Campo, 11,8% apontaram que esta seria a maior dificuldade e na Feira Terra Viva apenas 5,5% apontaram esta como a maior dificuldade do local. Para esses consumidores que não estão satisfeitos com as informações contidas nos rótulos, a composição do produto é a principal informação que gostariam de encontrar para 18,2% dos entrevistados da Feira Terra Viva e 33,8% do Mercadinho e na Feira Raízes do Campo 19,1% gostariam de encontrar informações nutricionais dos produtos.

Dos locais pesquisados, somente na Feira Terra Viva foi encontrado produtos com selo de certificação de produtos orgânicos, em nenhum local há produtos com selo de origem da agricultura familiar ou comunidades quilombolas. Contudo, na Feira Raízes do Campo a própria barraca dos produtores indica que aquela feira é uma feira em que se comercializam produtos da agricultura familiar e no Mercadinho Tá Caindo Fulô há *banners* e *standards* indicando a origem dos produtos e que são produzidos por agricultores familiares da região. Também no Mercadinho Tá Caindo Fulô foi observado selo de origem “Circuito Turístico Parque Nacional Serra do Cipó” emitido pela Secretaria do Estado de Minas Gerais, o que indica a prática do marketing de origem.

Na Feira Terra Viva, o selo de certificação orgânica exerce pouca influência para 40% dos entrevistados, mas 16,4% ao consumir produtos na feira buscam presença do selo e 5,5% citaram que gostariam de encontrar o selo nas embalagens. Sobre o selo de origem da agricultura familiar, 61,8% nunca viram o selo e 80% afirmaram que, caso vissem este selo, isto influenciaria na decisão de comprar o produto. No Mercadinho, o selo de certificação orgânica não exerce influência para 64,7% dos entrevistados, 8,8% buscam a presença de selos na hora de consumir produtos no local e 14,7% gostariam de encontrar o selo nos rótulos.

Metade dos consumidores já viram produtos com selos de origem da agricultura familiar e para 80,9% o selo influenciaria na compra de produtos. Na Feira Raízes do Campo, 30,9% afirmaram que o selo de certificação orgânica não exerce influência, 11,8% buscam selos na hora de consumir e 13,2% gostariam de encontrar o selo no momento da compra. Sobre o selo de origem da agricultura familiar, 69,1% nunca viram o selo e para 64,7% influenciaria na compra dos produtos caso tivesse o selo.

Em relação a esta temática de certificação orgânica que garante a procedência do produto, a maioria dos consumidores nos três locais afirmaram ser importante identificação do orgânico (87,3% Terra Viva, 80,9% Mercadinho, 79,4% Raízes). Na Feira Terra Viva a maioria afirmou que a principal forma que utilizam para identificar o produto é a garantia e

confiança no local em que compram (52,7%) e presença de selos (38,2%). No Mercadinho a garantia e confiança no local em que compram (58,8%) e na Feira Raízes do Campo conhecendo a produção e o produtor (44,1%) e garantia e confiança no local em que se compra (42,6%)

Sobre as marcas dos produtos, na Feira Terra Viva e no Mercadinho Tá Caindo Fulô há presença de muitas marcas regionais dos produtos devido a muitos produtores possuírem sua própria marca como também possui a marca do local com os respectivos nomes dos locais e também logotipo. Foi percebido que a marca local do Mercadinho é muito utilizada pelos produtores nos produtos e na Feira Terra Viva os produtores utilizam suas próprias marcas. Já na Feira Raízes do Campo, todos os produtores utilizam a mesma marca do local no produto com a logo. Sobre a influência da marca na compra dos produtos, na Feira Terra Viva a marca não influencia os consumidores a adquirirem os produtos (56,4%) ou pouco influencia (29,1%); no Mercadinho Tá Caindo Fulô não influencia para 69,1% e na Feira Raízes do Campo exerce influência mediana (27,9%) a muita influência (26,5%). Esse mesmo resultado da baixa influência de marcas na compra dos produtos é encontrado em Guimarães (2013). É interessante notar que somente na Feira Raízes do Campo houve o reconhecimento pelos consumidores da marca do produto e que esta atesta a qualidade do produto vinculado ao local de origem e ao modo em que foi produzido.

Como afirma Kotler et al (2010) a marca tem o papel de diferenciar o produto, refletir a integridade do mesmo e conquistar a emoção dos mesmos e Dahlstrom (2011) afirma que o uso da marca pode potencializar ferramentas de promoção como ligar valores com o nome da marca, vincular a marca a sentimentos positivos e fazer com o que o consumidor se sinta bem, situar a marca socialmente vinculando a estilos de vida ideais, entre outros usos.

Na Feira Terra Viva os consumidores vinculam a marca do local com promoção da saúde, positividade, sagrado da vida, mudança dinâmica, cheiro de terra molhada, respeito a terra, voltar as tradições, respeito e equilíbrio das relações, reconhecimento da terra como organismo vivo, cuidado com a vida, comida de verdade, relembra tradições, natureza e bem-estar, conceito de *slow living*¹ e *slowfood*, conexão com força da natureza, movimento, mudança, entre outros. No Mercadinho Tá Caindo Fulô a marca remete a valorização e resgate da cultura popular local, identidade, traz sentimento de energia, infância, alegria, bênçãos, luz, aconchego, amor, unidade, carinho, cuidado, criatividade, simplicidade, renovação, fartura, confraternização, cooperação e troca; valorização do homem e da mulher do campo e força da comunidade, entre outros. Na Feira Raízes do Campo a marca do local significa resgate da cultura, conexão com a terra, flor do campo; trabalho próprio e venda direta; produtos feitos com material da natureza; cultura raiz; lugar de renovação;

¹ *Slow living* é um conceito que surgiu do Movimento *SlowFood* e sugere uma vida simples, sem *stress*, com tempo para si mesmo, para apreciar a natureza, priorizar a qualidade de cada momento, o desapego e diminuir o ritmo de vida (fonte: http://www.slowmovement.com/slow_living.php . Acesso em 29 de abril de 2017)

resgate da sabedoria da agricultura familiar, base da vida, Cerrado e vida, entre outros. Em todos os locais a marca do local potencializa a ferramenta de promoção do produto, uma vez que a percepção dos consumidores sobre o nome do local remete a valores, vincula a sentimentos positivos, o consumidor se sente bem e situa a marca a valores sociais e a estilos de vida ideais.

3.1.2 Preço

Para os consumidores da Feira Terra Viva o preço exerce muita influência para 58,2% dos consumidores no momento da compra e entrevistados afirmaram não estarem satisfeitos (69,1%) com os preços do local, sendo a média calculada de gastos de R\$ 88,95. Os consumidores não têm costume de fazer pesquisa de preço em outros locais antes de comprar na feira (65,5%) e se o preço dos produtos na Feira estiver mais alto que nos demais locais, metade dos consumidores prefere continuar realizando as compras na feira. O preço do produto orgânico é percebido como mais caro que o convencional (94,4%), sendo este a principal dificuldade relatada em serem consumidores de produtos agroecológicos (34,5%). Os consumidores (72,7%) pensam que os produtos orgânicos não deveriam ser mais caros que os convencionais, mas pagariam/pagam a mais pelo produto agroecológico (87,3%) em comparação ao convencional sendo que a maioria (43,6%) paga/pagaria um valor de até 20% a mais. Foi dada a sugestão que os preços dos produtos estivessem mais explícitos como em uma tabela de preços.

No Mercadinho Tá Caindo Fulô, o preço exerce muita influência (55,9%) nos consumidores em realizar as compras e os consumidores (89,7%) estão satisfeitos com os preços dos produtos no local e a média de gastos foi de R\$ 37,59. Sobre pesquisa de preço em outros locais, os consumidores não possuem este hábito (72,1%), mas se o preço do Mercadinho estiver mais alto que em outros lugares, ainda assim dão preferência para comprar no Mercadinho (80,9%). Sobre pagar a mais pelo produto orgânico 75% pagaria a mais em até um valor de 10% a mais (41,2%). 83,8% dos consumidores consideram o produto orgânico mais caro que o convencional, mas 40% ao afirmarem isto também disseram que não percebem esta diferença nos preços do local e 64,7% consideram que o preço do produto orgânico não deveria ser mais caro.

Também na Feira Raízes do Campo o preço exerce muita influência para os consumidores (66,2%), os consumidores estão satisfeitos com o preço dos produtos no local (97,1%), gastam em média R\$42,57 e consideram os produtos orgânicos como mais caros que os convencionais (79,4%) e avaliam que isto não deveria ocorrer (67,7%). Os consumidores (82,4%) não possuem o hábito de fazer pesquisa de preço e caso o preço da feira esteja mais elevado do que em outros locais, ainda assim, os consumidores prefeririam comprar da feira. Sobre a disposição em pagar a mais pelos produtos orgânicos em relação aos convencionais os consumidores majoritariamente (67,75%) afirmaram que

sim, sendo que a maioria pagaria um valor de até 10% a mais. Sobre os preços, não houve sugestões, apenas que os produtores coloquem uma tabela com preço dos produtos ou preço em todos os produtos.

Sobre as justificativas relatadas pelos consumidores nos três locais para explicar os motivos pelos quais os produtos orgânicos são mais caros que os convencionais foram similares aos motivos apresentados por pesquisa realizada pelo Sebrae (2007); motivos como: a relação de oferta e demanda, maiores riscos de perda, maior utilização de mão de obra, susceptibilidade a pragas e doenças, reduzidas pesquisas científicas, escolha do segmento de mercado que deseja atingir atrelado a consumidores com alto poder aquisitivo, escala de produção reduzida e custos de certificados. Foram observadas justificativas também relacionadas ao preço do produto convencional não estar incluído todos os impactos ambientais causados pela prática e por isto, o preço do convencional seria mais barato, enquanto no preço do produto orgânico já eram inclusos os custos sociais e ambientais da produção. Essa perspectiva relativa à incorporação dos custos sociais e ambientais da produção é encontrada em Terrazan e Vallarini (2009).

3.1.3 Ponto de venda

Sobre o ponto de venda, na Feira Terra Viva, a maioria (85,5%) relatou não ter dificuldades. Dentre aqueles que possuem dificuldades foi dito a falta de estacionamento, espaço pequeno, trânsito para chegar ao local; sem placas indicativas; vizinhança não saber da existência da feira. O principal motivo para escolha do local é a venda de produto agroecológicos (83,6%) e pela qualidade dos produtos (50,9%), contudo, a maioria consome produtos agroecológicos em outros pontos de venda além da Feira Terra Viva (69,1%), sendo que a maior parte consome principalmente em feiras ou direto com produtor (32,7%). O motivo principal apontado para compra em outros locais foi a facilidade de compras (41,8%), mas a maioria prefere a Feira Terra Viva (41,8%), pois há produtos que são encontrados somente no local (20%). Os consumidores afirmam consumir produtos convencionais quando não encontram o orgânico (69,1%) e compram principalmente em supermercados (54,5%). As sugestões para o local foram a existência de espaços maiores para crianças; música ambiente; ter um espaço de convivência entre os consumidores com mesas e cadeiras para os lanches que consomem no momento da feira; ter outras unidades em bairros distintos em dias diferentes; abrir mais cedo aos sábados, a partir das 7:00 h da manhã como em outras feiras livres; e, servir almoço.

No Mercadinho Tá Caindo Fulô, 92,6% afirmaram não ter dificuldades de acesso, mas aqueles que afirmaram ter dificuldades relataram devido à ausência de placas evidenciando o local e nas pousadas não há informação da existência do Mercadinho. Os principais motivos pela escolha do local são pela venda de produtos agroecológicos (64,7%) e pela qualidade dos produtos (50,9%). 69,1% consomem produtos agroecológicos somente no

local e daqueles que compram em outros locais a maioria (16,2%) os adquirem direto com produtor ou em outras feiras. O motivo principal de consumir em outros locais apresentado foi devido quando os consumidores não estão no município, contudo, relatam que preferem consumir no Mercadinho, pois o preço é melhor. 94,1% consomem produtos convencionais quando não encontram orgânicos e o local principal é em supermercados. As sugestões para o local foram: mais horários de funcionamento e funcionar aos domingos para atender aos turistas; separar os produtos por categorias como orgânicos de artesanais; venda via cartão de crédito; e, uma lanchonete permanente no local com a venda de produtos naturais e orgânicos.

Os consumidores da Feira Raízes do Campo afirmaram não ter dificuldade de acesso ao local (95,6%) e aqueles que afirmaram ter relataram dificuldade pelo trajeto de terra para chegar até o município. Os principais motivos para consumir produtos na feira são pela venda de produtos agroecológicos (57,4%) e encontro de amigos (44,1%). A maioria (57,4%) afirmou comprar produtos somente na Feira Raízes do Campo e os demais compram em outros locais sendo a forma principal em outras feiras ou direto com produtor (29,4%), sendo o motivo principal a facilidade de comprar em outros locais (25%). Os consumidores relataram preferir comprar na Feira Raízes do Campo pelos produtos que encontram na feira não são encontrados em outros locais. Os consumidores consomem produtos convencionais (97,1%) quando não encontram orgânicos principalmente em supermercados. As sugestões dadas pelos consumidores para o local foram funcionar todos os sábados, toldo para os dias de chuva; mais lixeiras espalhadas pela praça; ter banheiro; máquina de cartão; e, barracas maiores para não deixar os produtos aglomerados.

Um dos consumidores sugeriu ter música ambiente na Feira Terra Viva, já que lá não há. A essa temática somente a Feira Raízes do Campo tem música ambiente e/ou apresentação de grupos musicais e bandas, como também parceria com a Rádio Jabonet periodicamente faz a transmissão do programa no momento da feira.

Os três locais possuem *site*, *blog*, página no *facebook* e somente a Feira Terra Viva possui *Instagram*. O fato de atrair consumidores de outros municípios que, ao buscarem produtos agroecológicos, encontram na Internet os locais, sugere que, principalmente para a Feira Terra Viva, a Internet é um importante canal de comunicação para esse local, já que entre os locais pesquisados a Feira Terra Viva foi o local em que os consumidores mais citaram o conhecer através da Internet e redes sociais, com 32% das respostas, sendo que no Mercadinho foram apenas 3% e a Feira Raízes do Campo 4,4%. Destaca-se, contudo, que a principal forma de conhecimento dos locais foi a através de amigos com 39,7% na Feira Raízes do Campo, 47% na Feira Terra Viva e 52,9% Mercadinho Tá Caindo Fulô.

A respeito de outros pontos de comercialização por parte dos produtores que vendem na Feira Terra Viva, Mercadinho Tá Caindo Fulô e Feira Raízes do Campo foi observado que, na Feira Terra Viva os produtores comercializam em outros pontos de venda, participam de outros eventos, assim como a feira como um todo está organizada em parceria com o

Movimento Salve Santa Tereza, Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza e a Feira de Artesanato de Santa Tereza para efetivar a ocupação cultural e comunitária do Mercado Distrital de Santa Tereza através do projeto Mercado Vivo + Verde, que une iniciativas de desenvolvimento da agricultura familiar, fomento artístico e espaço de valorização da cultura negra. Já o Mercadinho Tá Caindo Fulô, o local pesquisado é o principal ponto de venda, mas também participam de outras iniciativas de promoção de empreendedorismo social e levam os produtos para eventos. Também a Feira Raízes do Campo participa de outros eventos em outros municípios comercializando produtos como o Mercado Verde + Vivo, Feira Coolméia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no Intercâmbio da Rede COMSOL em Santa Maria/RS; Semana do Conhecimento da UFMG, na Feira de Economia Solidária do Encontro Por uma BH Popular e Solidária, entre outros. Além disso, estão iniciando processo de comercializar produtos em uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), como também em outros pontos de venda fixos em Belo Horizonte.

3.1.4 Promoção

Como apresenta Dahlstrom (2011) e Kotler e Lee (2011), os principais canais de comunicação do marketing são a propaganda, relações públicas, materiais impressos, promoção de vendas, vendas pessoais, marketing direto, placas, sinais e itens promocionais diretos. A propaganda é uma comunicação de massa e paga; o marketing direto é a ação direta para atingir o público por meio do telemarketing, vendas por catálogo, entre outros; as placas e sinais são itens localizados em locais estratégicos de grande fluxo de consumidores como em estradas, expositores, sinalização no varejo, entre outros. Placas e sinais não foram encontrados em nenhum dos locais pesquisados, no entanto, no Mercadinho Tá Caindo Fulô há uma placa no canteiro central localizado em frente ao local com uma seta indicando que ali há a venda de produtos orgânicos, sem veneno e produtos locais. É possível visualizar essa placa nos dois lados da via.

O principal canal de comunicação utilizado pelos locais é a relação pública que consiste no uso de publicidades não pagas que dão visibilidade ao local. Na Feira Terra Viva as relações públicas utilizadas são página de *Facebook*, informativos virtuais, *site*, *instagram* e em março de 2017 participaram do programa de TV Brasil das Gerais da Rede Minas filiada da Rede Globo, do programa “*A preservação dos biomas brasileiros*” e dois produtores que comercializam no local participaram do programa “*Nova Agricultura*” em junho de 2016 em que além de compartilhar a experiência própria do coletivo *Roots Nativa* também citaram a Feira Terra Viva; e, aparecem em artigos de jornais locais como *Horto Mais* e em diversos sites como Go Guia Orgânico, Bem da Família, Yelp, Mapa de Feiras Orgânicas do IDEC, Santa Tereza Tem, Izabela Plantas, site oficial do Governo do Estado de Minas Gerais, entre outros. Além disso, participam/participaram de diversos eventos da temática da economia solidária e da agroecologia como a sistematização dos Núcleos

de Agroecologia promovida pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) em março de 2017, sistematização de experiências de comercialização da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) em abril de 2017, Comboio agroecológico em 2016, Troca de Saberes da Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2016, entre outros. O local também é campo de inúmeras pesquisas científicas, e, no âmbito das relações públicas foi realizada uma pesquisa cujo resultado foi o vídeo chamado “*Feira Terra Viva*” produzido pelos estudantes das disciplinas de Teoria e Pesquisa em Opinião de Mercado e Direção de Artes do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade de Comunicação e Artes/PUC-Minas publicado no *Vimeo*². Há, também, outro vídeo produzido como resultado de pesquisa de estudantes do curso de nutrição na UFMG denominado “*Alimentos Orgânicos, Agroecológicos e Promoção de Saúde - Rede Terra Viva*” publicado no *youtube* e divulgado nas redes sociais do local³.

No Mercadinho Tá Caindo Fulô as relações públicas utilizadas são página no *facebook*, grupo de *whatsapp*, *blog*, *site* e canal no *youtube*. No canal do *youtube* há diversos depoimentos dos produtores relatando os produtos que comercializam e a importância do mercadinho. Houve a participação do programa Terra de Minas da Rede Minas⁴ filiada da Rede Globo em agosto de 2015 em que o local foi apresentado e também participam de inúmeros eventos com a temática da agroecologia, empreendedorismo social e economia solidária. O local também é campo de pesquisas científicas e projetos como projeto aprovado pela Secretaria do Estado de Desenvolvimento Agrário (SEDA) do Governo de Minas Gerais. Uma das ações desse projeto é o inventário produtivo dos produtores de hortifrúteis do local e inventário cultural do local, sendo este projeto amplamente divulgado. Outra parceria é com o CEFET/BH em que alunos do curso de Administração matriculados na disciplina “Empreendedorismo” estão elaborando planos de negócios para os produtores. Estes estudantes elaboraram uma série de vídeos divulgando os produtos, assim como criando possíveis marcas para os produtos. O local também faz parte do Roteiro de Excursão “O jardim do Brasil – Parque Nacional da Serra do Cipó” do Sesc/BH. Aparecem em diversos *sites* como Vibbi, Instituto Estrada Real, Todos os horários, eventhint,,ultimate hotel guide, entre outros. O mercadinho também está presente no Guia de Produtos Orgânicos e Agroecológicos da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) de Minas Gerais. Outra estratégia utilizada é com as pousadas em que, por meio de parceria com o local apoiando-o na divulgação com os hóspedes e recebem um selo “empresa amiga do mercadinho” e também recebem divulgação. Além disso, o Mercadinho ganhou uma menção honrosa no prêmio Jorg Zimmermann da Sociobiodiversidade do Instituto Sociedade, População e Natureza, no ano de 2017, por fazerem a diferença e ajudarem a construir um Brasil mais justo e sustentável.

2 Pode ser encontrado em: <https://player.vimeo.com/video/112914665>, acessado em 17/04/2017.

3 Pode ser encontrado em <https://www.youtube.com/watch?v=otkNcmqFIGM>, acessado em 17/04/2017.

4 Pode ser encontrado em <http://redeglobo.globo.com/globominas/terrademinas/noticia/2015/08/mercadinho-incentiva-producao-local-e-economia-solidaria-na-serra-do-cipo.html>, acessado em 17/04/2017.

Na Feira Raízes do Campo as relações públicas utilizadas são página do *facebook*, *site*, informativos virtuais, grupo de *whatsapp*, blog, canal no *youtube* e canal do *issuu*. No canal do *issuu* tem diversos informativos, jornais, trabalhos científicos e cartilhas. No canal do *youtube* tem vídeos da feira, dos produtores compartilhando suas experiências de produção e vídeos de eventos. Houve uma reportagem com a Feira realizada pela Jabó News⁵, um vídeo produzido sobre a feira pelo *Jabocity Project*⁶, a participação na Rádio UFMG Educativa⁷ contando a experiência da Feira e também uma vez por mês a transmissão da Rádio Jabonet é realizada no local. Devido a participação da Feira Raízes do Campo na festa popular na Serra do Cipó denominada Refazenda Cultural em outubro de 2016 organizado pelo Eco Museu do Cipó e OngBaí – Educação, Cultura e Ambiente que gerou um documentário “*Refazendo arte e memória*”⁸ teve uma parte dedicada a Feira Raízes do Campo. A Feira também participa de eventos como oficinas, encontros de discussão em economia solidária e agroecologia, como a oficina de sistematização de experiências de comercialização promovido pela Articulação Nacional de Agroecologia em abril de 2017, entre outros. Um dos eventos que participaram foi a palestra de abertura do Seminário Viver Sustentável do Centro Cultural Venda Nova em Venda Nova/MG ministrada pelo Seu Badu da Comunidade Quilombola do Mato do Tição e feirante da Raízes do Campo em 2016; do 2º Encontro dos Povos do Espinhaço na roda de conversa “A sabedoria milenar das parteiras, benzedadeiras, raizeiras e curadoras”, com a feirante Maria Lucia e no Encontro de Feiras com Maria Lucia e Sonia Oliveira, também em 2016. A Feira foi também discutida no IV Simpósio Nacional sobre Pequenas cidades com o trabalho “Feira Agroecológica, permanência em pequena cidade” da Professora Virginia Palhares do IGC/UFMG durante o IV Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades e participou na 9ª Semana de Integração Tecnológica - SIT na Embrapa Milho e Sorgo, em Sete Lagoas, apresentando a Feira Raízes do Campo como caso de sucesso em feiras livres da agricultura familiar, ambos eventos em 2016.

Há também divulgação do local nas redes sociais e sites de institutos financiadores de projetos aprovados pela AMANU, como Programa DGM Global (*Dedicated Grant Mechanism for Indigenous Peoples and Local Communities*) e o Projeto DGM FIP Brasil que faz parte do Programa DGM Global é um fundo de apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e Comunidades Tradicionais do Cerrado Brasileiro, sendo o projeto desenvolvido pela AMANU “Fortalecimento da Agricultura Familiar Agroecológica”. O DGM também realiza oficinas em que são apresentados diversos trabalhos, incluindo os trabalhos da AMANU como a Feira Raízes do Campo. O local está no Mapa de Feiras Orgânicas do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) e no Guia de Produtos Orgânicos e Agroecológicos da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)

5 Pode ser encontrado em <https://www.youtube.com/watch?v=algdSBYzO4>, acessado em 17/04/2017.

6 Pode ser encontrado em https://www.youtube.com/watch?v=Ut6-r_en3K0&t=123s, acessado em 17/04/2017.

7 Pode ser encontrado em <https://www.ufmg.br/online/radio/arquivos/042384.shtml>, acessado 17/04/2017.

8 Pode ser encontrado em <https://www.youtube.com/watch?v=xEt29WihmNk>, acessado em 17/04/2017.

de Minas Gerais. Tanto o trabalho da AMANU, quanto um produto comercializado na feira, o óleo de macaúba, e também a venda do produto na Feira Raízes do Campo estão catalogados na Arca do Gosto do Movimento *SlowFood*. A Arca do Gosto é um catálogo que contém sabores e produtos ameaçados de extinção, demonstrando sua importância e o papel cultural, produtivo e comercial desses alimentos (SLOW FOOD, s/d). Também todas as atividades da AMANU, incluindo a Feira Raízes do Campo, foram selecionadas para participar no evento Terra Madre Jovem - *WeFeed The Planet*. Este foi um encontro promovido pelo movimento *SlowFood* em 2015 que reuniu em Milão/Itália jovens do mundo inteiro que estão fazendo a diferença na construção de um sistema alimentar bom, limpo e justo para todos.

Os materiais impressos são constituídos de materiais cuja função é ser distribuído a grupos-chaves, tanto interno quanto externo ao local, para serem compartilhados com outras pessoas, como calendários, adesivos, *flyers* (DAHLSTROM, 2011; KOTLER e LEE, 2011). Na Feira Terra Viva, os materiais impressos existentes observados foram *flyers* de divulgação da feira e do Mercado Vivo + Verde e, também, no momento da feira, os produtores distribuem aos consumidores *flyers* de divulgação de seus cursos e atividades. No Mercadinho Tá Caindo Fulô, os materiais impressos observados foram *flyers* de divulgação de todos os eventos organizados e na Feira Raízes do Campo o *flyer* de divulgação da feira no mercado local e um folder a Campanha de Redes de Sócios com a trajetória da AMANU, incluindo a história da Feira.

Os itens promocionais são materiais que reforçam a mensagem do local como bonés, camisetas, chaveiros, garrafas d'água, canetas, lápis, marcadores de livros, ímãs para refrigeradores, adesivos, entre outros (DAHLSTROM, 2011; KOTLER e LEE, 2011).

Na Feira Terra Viva não foram encontrados itens promocionais. No Mercadinho Tá Caindo Fulô foi observada camisetas e na Feira Raízes do Campo camisetas e ímãs para refrigeradores. Em ambos os locais, estes itens promocionais são comercializados.

A venda pessoal é interação pessoal entre o vendedor e o consumidor em potencial como em reuniões, apresentações, palestras, telefone, oficinas, seminários, divulgação verbal, divulgação informal pelo consumidor (DAHLSTROM, 2011; KOTLER e LEE, 2011). Foi observada nos três locais a divulgação verbal, como também a divulgação informal pelo consumidor. Esta forma de venda é perceptível quando nos três locais, a principal forma de conhecimento dos locais foi através de amigos (47% na Feira Terra Viva, 52,9% Mercadinho e 39,7%) como mencionado anteriormente.

Outra forma de otimizar as ferramentas de promoção é o uso de *slogans e jingles*. *Slogan* é uma frase simples, fácil de lembrar que remete o produto ou a marca. O *jingle* é uma música criada também para remeter o produto ou a marca e tem a função de cativar os consumidores (WIKIPÉDIA, s/d).

Na Feira Terra Viva o *slogan* utilizado, sempre nos informativos virtuais e publicações nas redes sociais, é “Vem pra feira”.

No Mercadinho Tá Caindo Fulô o slogan utilizado nos finais das divulgações dos produtos e eventos organizados pelo local é: “É sem veneno” e “vem pra cá!”. Também como jingle do local é usado a própria canto candomblé que deu origem ao nome do local.

Na Feira Raízes do Campo, o slogan utilizado é “A Feira Agroecológica de Jabó” e o jingle que utilizam foi feita uma paródia da música Marinheiro Só de Caetano Veloso pela banda Misto Quente. A música é sempre tocada, tanto na feira, quanto nos vídeos de atividades produzidos pelo local.

Sobre a divulgação exercida pelos canais de comunicação foi considerada como boa pelos consumidores nos três locais (40% Feira Terra Viva, 41,2% Mercadinho e 48,5% Feira Raízes do Campo). Os consumidores da Feira Terra Viva sugeriram para a divulgação colocar faixas, *outdoors* pela cidade sobre a Feira e atrair mais pessoas, assim como no próprio bairro ter uma divulgação massiva com *flyers*. Já os consumidores do Mercadinho sugeriram que fossem divulgados nas pousadas; colocar placas indicando o local; ter produtos com símbolo do mercadinho que sirvam como *souvenir* para consumidores; e, vender camisetas. Na Feira Raízes do Campo as sugestões foram: panfletos nas áreas comerciais; na camiseta dos feirantes inserir o nome deles; carro ou motoboy de som divulgando a feira a cada 15 dias em todos os bairros da cidade; divulgar nas emissoras de rádio Itatiaia, Jabó e Serrana; de tempos em tempos divulgar com cartaz e *banner*; fazer um selo de qualidade da própria feira; colocar faixas na cidade; aumentar o boca a boca; e, em todas as divulgações destacar os atributos dos produtos como a qualidade, a especificidade e o diferencial de produtos que somente é encontrado no bioma Cerrado e comercializados na Feira Raízes do Campo.

Os consumidores da Feira Terra Viva possuem acesso à internet (96,4%), já entraram em alguma página do local (63,5%), sendo as redes sociais as principais citadas (56,4%) e as informações contidas influenciam o consumo (38,2%). As sugestões para as páginas de internet foram: mais atualizações no site; informe no *instagram* o endereço e horário de funcionamento; invistam em imagética (imagens que chamam atenção do público e os incentive a frequentar o local); divulgasse no *facebook* e tivesse uma aba específica no *site* informando quem são os produtores, onde se localizam as produções e se são abertos a visitas; sensibilização de pessoas que ainda não sabem que querem consumir produtos agroecológicos para sensibilizar e atrair outros públicos; usar mais meios de comunicação e na mesma intensidade que se utilizam as redes sociais; voltar a plataforma antiga de envios de e-mails com os informativos.

Os consumidores do Mercadinho Tá Caindo Fulô também possuem acesso à internet (77,9%), desses a maioria entrou em alguma página do local (41,2%), sendo o *facebook* o mais citado. A maioria avalia a página positivamente, mas as informações contidas não influenciam a compra de produtos (28%). As sugestões para páginas de internet foram divulgação de listagem dos produtos e preços; visitas realizadas pela equipe do mercadinho nas propriedades dos agricultores atestando a transparência na produção;

fotos dos eventos; informações sobre a temática da agroecologia e agricultura familiar e mostrado os produtos e seus respectivos produtores.

Na Feira Raízes do Campo, como nos demais locais, os consumidores possuem acesso à internet (67,7%), sendo que aproximadamente a metade destes entrou em alguma página do local (32,4%) e a página mais citada foi o *facebook*. Daqueles que entraram, por quase unanimidade (30,9%) afirmaram que a página influencia na escolha de compra e a maioria avalia como positivamente a página. As sugestões foram: descrever quais produtos são vendidos; descrever a história dos feirantes e quais produtos os mesmos vendem; sistema de assinatura para recebimento de produtos; vendas *online*; vendas para outros municípios *online*; e, atualização do *blog* e *site*.

Sobre os informativos virtuais, produzidos pela organização da Feira Terra Viva, eles são enviados para *e-mails* previamente cadastrados e também publicados no *facebook*, informações sobre alimentação consciente, agricultura orgânica, sustentabilidade, meio ambiente, impactos ambientais, tecnologias sociais e ambientais, movimentos sociais, política, agroecologia, informações e notícias sobre atividades realizadas pela feira e/ou por parceiros, entre outros. Sempre estimulando uma perspectiva crítica da sociedade e a mudança de comportamento. A respeito desse informativo somente 36,4% afirmaram o lerem, sendo que 34,5% afirmaram que as informações divulgadas são importantes. Foi sugerido que enviassem mais informações sobre alimentação natural e receitas.

Já na Feira Raízes do Campo, os informativos enviados mensalmente pela AMANU à *e-mails* pré-cadastrados ou publicados no *facebook*. As informações contidas são referentes a todas as atividades que aconteceram, como também informando dos próximos eventos, campanhas, artigo do mês de pessoas convidadas com o olhar sobre a feira, notícias mais lidas do mês anterior com *link* de acesso, venda de camisetas e imãs de geladeiras, e divulgação de cursos e eventos. Dos consumidores entrevistados 22,1% afirmaram que o leem e que as informações são importantes.

O meio de comunicação que os consumidores da Feira Terra Viva mais acessam é a internet (70,9%), sendo a melhor forma escolhida para comunicar sobre informações a respeito do local foram as redes sociais (45,5%) e o *e-mail* (32,7%). No Mercadinho o meio de comunicação mais acessado é a internet (58,8%) e a melhor forma de comunicação escolhida foi *whatsapp* (38,2%) e boca a boca (22,1%). Sobre a participação no *whatsapp* apenas 36,8% participam do grupo no mercadinho. Na Feira Raízes do Campo, o principal meio de comunicação que os consumidores consomem acessar é a televisão com 60,3% das respostas e a melhor forma de comunicar informações sobre o local é a boca a boca com 29,4% e *e-mail* com 27,9%.

Foi observado nos três locais pesquisados inúmeros eventos organizados. Na Feira Terra Viva os produtores organizam cursos como “curso de culinária funcional sem glúten e sem lactose”, “cursos sem glúten e sem lactose - técnicas de panificação artesanal (bolos, biscoitos, pães, pizzas, massas frescas, etc)”, “curso de culinária natural vitalizante”,

reuniões públicas como “eleição dos novos membros da Comissão para Discussão do Projeto de Ocupação do Mercado de Santa Tereza” se referindo ao Mercado Vivo + Verde; exposição de livro da temática vegana com presença do autor; visitas às propriedades; curso de compostagem doméstica; Mercado Vivo + Verde; rodas de conversa como “Consumo Consciente e Comercialização Solidária da Rede Terra Viva”, “encontros vivos” que são assembleias que podem ser exclusivas entre os produtores ou abertas aos consumidores, entre outros. Durante o tempo de pesquisa não houve encontro vivo com participação de consumidores, mas em uma das entrevistas uma consumidora relatou já ter participado desse encontro.

Já no Mercadinho Tá Caindo Fulô foi observado mutirões de plantio e de organização do local com chamado para os consumidores participarem; Mutirão de implantação do Sistema Agroflorestal em propriedades dos produtores em parceria com AMANU e Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas; oficina de culinária de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS); eventos culturais como “Samba de senzala” e “Encontro Praçidade” valorizando a praça da cidade como espaço de encontro e convivência; outros eventos com diversas parcerias como 7º Cine Cipó - Festival de Cinema Insurgente em parceria com Cine Cipó e Cipó Criativo; parceria com outras empresas locais e com o Circuito Parque Nacional da Serra do Cipó na organização do *BikeCipó*, organização de Cafés Coloniais com produtos do local em pousadas do município; bazares de itens diversos; exibição de filmes com a temática da agroecologia e da agricultura orgânica em parceria com Cine Cipó; festa de comemoração de 1 ano existência do local; parceria com a Escola Internacional de Capoeira e Feirinha de Gastronomia e Artesanato Canela-de-Ema para apresentação de grupo de capoeira, entre outros.

Na Feira Raízes do Campo realizam diversos eventos. É realizado um turismo de base comunitária uma vez por semestre denominada Ciclo de Vivências da Raízes do Campo. Sempre são famílias diferentes e com experiências e temáticas distintas como “açúcar refinado do barro e outros produtos”, “coco macaúba – processamento e uso tradicional (sabão de dicuada, azeite, óleo, remédio, alimento)”, “Uso Tradicional das Plantas Medicinais do Cerrado”, entre outros. Foram realizados ciclos de encontros dedicados à formação cidadã em Jaboticatubas denominado “Dedo de Prosa – Cultura Democrática” com diversas temáticas como “desenvolvimento rural sustentável”, “Muitas mãos na massa – empoderamento local e reviravoltas locais – como você imagina Jaboticatubas daqui 10 anos?”, “Transparência e controle social”, “Comer: um ato político – alimentação e suas múltiplas dimensões”. Houve também o evento “Arraiá da Feira”. Há também outras estratégias de promoção como eventos em loja que são eventos de curta duração a fim de despertar o interesse dos consumidores pelos produtos e concursos que visam estimular a venda de todos os produtos, mediante um prêmio oferecido através dos sorteios (ROSENBLOOM, 2011). Os concursos foram observados nos três locais com sorteio de uma cesta de produtos. Na Feira Raízes do Campo essa prática foi observada

em todos os dias de feiras em que a pesquisa ocorreu, sendo que os produtores vendem aos consumidores números no valor de R\$2,00 e ao final da feira a cesta é sorteada. Nos outros dois locais esta prática foi somente observada uma vez.

Os eventos em loja foram somente observados na Feira Raízes do Campo, contudo, estes pequenos eventos não visam somente estimular a venda dos produtos, mas também possui uma dimensão cultural. Os eventos em loja praticados pela organização da Feira Raízes do Campo foram: oficina de bonsai, de plantio de morangos e tomates em garrafas pet, de plantas medicinais e fabricação de gel para dores articulares, de alimentação limpa e hortas verticais, plantas medicinais do cerrado com identificação e uso por conhecedores populares e de produção de farinha de banana verde. Houve também atividades com brincadeiras e histórias para crianças; roda de conversa com agricultores de outras localidades; apresentação de jiu-jitsu; entrega de títulos de personalidade destaque da cultura; encontro literário: oficina de realizar pequenos reparos em livros, varal de poemas; ação social dos idosos com caminhada a ruas da cidade, apresentação de poesias feito pelos idosos; apresentação de zumba; pintura de rosto para crianças; bingo; apresentação de danças; etc.

Ainda sobre eventos, é interessante notar que esta foi a principal sugestão dos consumidores dos três locais quando questionados sobre como os locais poderiam contribuir para que os consumidores fossem conscientes e responsáveis, mas as ações que os consumidores sugeriram, em sua maioria, os locais de alguma maneira, já realizam. As sugestões podem denotar que há falta de participação dos consumidores ou o desconhecimento por parte dos consumidores sobre quais atividades os locais realizam. Entretanto, como mencionado acima, a divulgação dos locais foi considerada como boa nos três locais. Agora, sobre a participação, embora todas as temáticas abordadas nos eventos e atividades dos três locais denotam o estímulo a participação e a mobilização social e política e os consumidores demonstram interesse em participar, não são todos que verdadeiramente participam, principalmente da Feira Terra Viva e Feira Raízes do Campo. A maioria dos consumidores da Feira Terra Viva (74,5%) e da Feira Raízes do Campo (64,7%) afirmou nunca ter participado de eventos organizados pela feira ou por algum feirante. Já no Mercadinho a maioria participou (57,4%), mostrando que dos três locais, este é o que mais tem participação dos consumidores.

Daqueles que participaram dos eventos na Feira Terra Viva avaliaram os eventos como ótimos (20%) e a sugestão dada foi a participação maior dos produtores, mais divulgação e com antecedência. Apresentações musicas ou eventos influenciam 45,5% dos consumidores da Terra Viva frequentarem o local. No Mercadinho Tá Caindo Fulô a avaliação foi como ótima (44,1%). Caso houvesse eventos no local, a maioria (73,5%) se sentiram motivadas a ir ao local. Na Feira Raízes do Campo a avaliação dos que participaram foi como ótima (23,5%). Sobre eventos e apresentações musicais no local, a maioria (83,8%) afirmou que isto influenciaria a ida a feira.

O atendimento na Feira Terra Viva foi avaliado como ótimo e bom (61,8% e 36,4%, respectivamente). As sugestões apresentadas pelos que avaliaram o atendimento como regular foram que os produtores explicassem mais a diferença entre produção artesanal, agroecológica e orgânica; falassem mais sobre os processos de produção; houvesse mais conversas e trocas com os consumidores; e, foi sugerido mais pessoas atendendo na banca do produtor que gera fila. No Mercadinho o atendimento também foi avaliado como ótimo (41,2%) e as sugestões foram capacitações em vendas para os vendedores e que o atendimento tivesse mais presteza, delicadeza, acompanhamento dos consumidores para que o local tivesse como meta atingir a “excelência de amorosidade”. A respeito da amorosidade, foi relatado que era percebido que o conhecimento sobre a proposta e propósito do mercadinho no âmbito da economia solidária, agricultura familiar e agroecologia não eram percebidos de forma homogênea naqueles que faziam parte da equipe do Mercadinho sendo esse o principal motivo pelo qual o atendimento não era adequado. Foi sugerido, então, que houvesse esclarecimento aos integrantes do Mercadinho a respeito de sua proposta e intenção e que este conhecimento fosse passado aos consumidores a partir do sentimento de “amor pelo local e esse amor passar para o outro”. Como nos demais locais o atendimento foi avaliado como ótimo (67,6%) e houve a sugestão de que os produtores observassem a forma de atendimento, pois em muitos casos deixam de atender um consumidor para atender outro ou atende muitas pessoas ao mesmo tempo e isso prejudica a qualidade do atendimento.

A identificação dos feirantes por meio do uso de uniformes também foi questionada junto aos consumidores. Como resultados, somente na Feira Raízes do Campo é utilizada. O(a)s feirantes usam uma camiseta da feira e na parte de trás é identificado como “feirante”. Os consumidores, 94,1% deles, avaliam como importante o uso dos uniformes. Houve a afirmação de que a camiseta traz a percepção de unidade entre todos os feirantes, ao mesmo tempo que o uso de chapéu que alguns fazem mantém as características de produtor rural. Na Feira Terra Viva a maioria dos consumidores (54,4%) avaliou o uso do uniforme como não sendo importante. No Mercadinho, os consumidores (75%) avaliaram como importante o uso de uniforme a fim de identificação dos profissionais que fazem parte da equipe do mercadinho.

4 | CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo comparar as estratégias de marketing *mix* adotadas, atualmente, na Feira Terra Viva no município de Belo Horizonte/MG; na Feira Agroecológica Raízes do Campo em Jaboticatubas/MG; e, no Mercadinho “Tá caindo fulô” no distrito de Santana do Riacho/MG;

A pesquisa possibilitou identificar que os mercados de proximidades estudados possuem estratégias de marketing a fim de gerar preferência de consumo, mas estas

não são elaboradas e executadas a partir de um plano de marketing. As organizações estudadas executam inúmeras ações, contudo, sem haver um planejamento e avaliação de quais ações são mais efetivas.

Notou-se que as estratégias utilizadas nos três locais são próximas, sendo a principal forma de canal de comunicação a utilização da relação pública e, as abordagens publicitárias serem denunciativas, engajadoras, vendedoras e ecossustentáveis. Sobre as estratégias diferenciadas percebe-se que a diferenciação dos produtos via selo de certificação orgânica foi encontrada somente na Feira Terra Viva, ao passo que diferenciação com selo de origem encontrado no Mercadinho Tá Caindo Fulô e somente na Feira Raízes do Campo a indicação nas próprias barracas que todos os produtos comercializados possuem origem na agricultura familiar.

A proximidade de ações entre os três locais sugere uma possível identidade na comercialização de produtos agroecológicos dado que os três locais possuem, desde sua origem, valores e princípios próximos vinculados a economia solidária e agroecologia, contudo, sempre respeitando as especificidades de cada local. Dada essa proximidade em seus princípios, foi percebido que não há competitividade entre os locais, inclusive, no cotidiano e também nos eventos com a temática agroecológica, estando esses eventos presentes por meio de diversas iniciativas em todo o Estado; assim, os três locais se articulam e compartilham experiências e estratégias de comercialização a fim de servirem de exemplo uns aos outros e também buscarem estratégias conjuntas para a construção da agroecologia no Estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. M.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C__a. **Agroecologia e estratégias de comercialização: possibilidades do uso do ferramental de Marketing**. VI Congresso Brasileiro de Agroecologia. Brasília-DF. 2017. 5p.

ARAÚJO, H. M.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C__b. **Contribuições das estratégias de marketing e do comportamento do consumidor para a construção do sistema alimentar de base ecológica**. Revista Espacios. Vol. 38. 2017. p.21-41

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. MPASAN 2014: **Mapeamento de segurança alimentar e Nutricional** – Brasília/DF: MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2015. 124p.

CARVALHO, D. M.; COSTA, J. E. **Comercialização Agrícola no Brasil**. Okara: Geografia em debate, v.5, n.1-2, p. 93-106, 2011.

CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P.J. **A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno produtor**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, set./dez. 2001.

CHAFOTTE, L.; CHAFFOLEAU, Y. **Ventes directes circuits courts: évaluations, définitions et typologie**. Cahiers de l'Observatoire, Montpellier, n. 1, p. 8, fev./mar. 2007.

DAHLSTROM, R. **Gerenciamento de marketing verde**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 372p

DAROLT, M. R. **Conexão ecológica: novas relações entre consumidores e produtores**. Londrina/PR: IAPAR, 2012. 162 p.

KOTLER, P.; LEE, N. **Marketing social: influenciando comportamento para o bem**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

KOTLER, P. et al. **Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 215p.

ORGANICS BRASIL. **Brazilian organic market trend and news biofach 2016**. 2016. Disponível em: <<http://organicsbrasil.org/downloads/2016organicsbrasil-biofach-section-feb-10.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

ROSEMBLOOM, B. **Marketing Channels**. Orlando/EUA: The Dryden Press, 2011.

SEBRAE. **Perfil do Mercado de Orgânicos**. Estudos de Inteligência de Mercado, [S.L], p. 1-17, dez. 2010. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/2292E16EC810F375832578810045A77E/\\$File/NT000455A6.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/2292E16EC810F375832578810045A77E/$File/NT000455A6.pdf)>. Acesso em: 01 mai. 2017.

SOLOMON, M. R. **O Comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J. **Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil**. Informações Econômicas, São Paulo, v. 39, n. 11, p. 27-41, nov. 2009.

CAPÍTULO 17

APICULTURA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL COMO FORMA DE DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Data de aceite: 10/01/2022

Mariane Rodrigues da Vitória

RESUMO: Práticas de manejo sustentável são cada vez mais necessárias. O Código Florestal pode ser um importante aliado para tal, a exemplo da obrigatoriedade de um percentual destinado a área de reserva legal. Área que está localizada no interior de uma propriedade rural, delimitada nos termos do artigo 12 do Código Florestal, assegurando o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais. Porém em imóveis rurais pequenos, essa área pode ser vista como um empecilho, uma vez, que a mesma deve ser mantida em estado íntegro, desfavorecendo seu uso econômico por parte do agricultor. Nesse sentido é preciso buscar atividades que possam contribuir para a manutenção da área de reserva legal, mas que ao mesmo tempo possa gerar renda. Assim a apicultura se mostrou como uma atividade propícia para ser implantada na área de reserva legal, por diversos fatores tais como baixo custo, relativamente fácil manejo, e retorno de capital investido em um tempo relativamente curto.

PALAVRAS-CHAVE: Apicultura, Reserva legal, Agricultura Familiar.

BEEKEEPING IN A LEGAL RESERVE AREA AS A FORM OF ECONOMIC DIVERSIFICATION IN FAMILY AGRICULTURE

ABSTRACT: Sustainable management practices are increasingly needed. can be an important ally for this, such as the requirement of a percentage allocated to the legal reserve area. This area is located inside a rural property, delimited in terms of article 12 of the Forestry Code, ensuring sustainable economic use of natural resources. However, in small rural properties, this area can be seen as a hindrance, because it must be kept in its entirety, which is detrimental to the farmer's economic use. In this sense, it is necessary to seek activities that may contribute to the maintenance of the legal reserve area, but at the same time may generate some income. Therefore, beekeeping proved to be a propitious activity to be implemented in the legal reserve area, due to several factors such as low cost, relatively easy management, and return on invested capital in a relatively short time.

KEYWORDS: Beekeeping, Legal Reserve, Family Farming.

1 | INTRODUÇÃO

Ao longo do processo de ocupação do território brasileiro, as áreas ocupadas por florestas nativas têm sido removidas constantemente e convertidas para o processo produtivo agropecuário, uma vez, que a terra é o principal insumo para a produção e desenvolvimento de culturas agropecuárias

distintas. Com o advento do novo código florestal as áreas das propriedades rurais foram delimitadas de acordo com sua espacialização, com a finalidade de impor limites mínimos a serem mantidos com cobertura vegetal nativa, área limites estes denominados reserva legal (CAMPOS, 2013). Essa tem por objetivo garantir o uso sustentável dos recursos naturais, auxiliando na restauração de processos ecológicos, promovendo a conservação e manutenção da biodiversidade.

A Reserva Legal foi fundamentada, no Brasil, pelo Código Florestal em 1934 e sofreu mudanças nas suas proporções e metas ao longo do tempo, como o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964), que incluiu a conservação dos recursos naturais como uma das funções sociais da propriedade rural, condicionando as ações vinculadas aos direitos e obrigações no uso da terra. Ao longo do tempo várias ações como essa, definidas como agroambientais, estão tomando forma no país com intuito de proporcionar um desenvolvimento sustentável que englobe os parâmetros ambientais, sociais e econômico.

Existem, porém, algumas lacunas em relação à manutenção e uso da área de reserva legal. De acordo com Fasiaben et al. (2010), reserva legal pode ser entendida como um mecanismo de restrição à ocupação da área de um imóvel rural para a produção agropecuária além de impor um custo de oportunidade aos produtores rurais. Esse custo de oportunidade pode ser exemplificado como o custo adicional arcado pelos produtores por manter uma parcela de sua terra com a cobertura vegetal natural, o que necessariamente não gera receita.

Neste sentido, é necessária a formulação de mecanismos gerenciais por parte dos agricultores a fim de obedecerem às premissas da legislação e tornar essa área economicamente viável principalmente para os pequenos agricultores, que, muitas vezes, só dispõem daquele espaço para a composição do seu trabalho e renda. Mecanismos que podem ser alcançados na área de reserva legal, que conforme a Lei 12.651/2012, que prevê a possibilidade de seu manejo sustentável com ou sem propósito comercial.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo apresentar a apicultura como forma de diversificação econômica em pequenas propriedades rurais familiares, mais especificamente na área correspondente à reserva legal. Várias são as vantagens da atividade apícola, desde as condições favoráveis à criação das abelhas como o simples manejo dos apiários que não necessitam de cuidados diários até o baixo custo de investimento.

2 | MÉTODO

O presente estudo tem caráter descritivo, de acordo com Volpato (2013), e segue a abordagem sistêmica como base teórica. Quanto à natureza essa pesquisa classifica-se como qualitativa. Com relação ao método, utilizou-se o método indutivo e exploratório. Gil (1999) considera que, a pesquisa exploratória tem como finalidade principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais

precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Em relação a técnica de coleta de dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica.

3 | DISCUSSÃO

3.1 Reserva Legal e Mudanças no código florestal

Entende-se como área de reserva legal aquela considerada como um instrumento de conservação ambiental, promovendo o uso racional da água, solo e seus atributos. Para o alcance de tais objetivos devem ser utilizadas boas práticas e a adoção de técnicas de conservação, com o objetivo de mitigar eventuais impactos ao meio ambiente. Assim, a reserva legal tem como função assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural (MOREIRA, 2011).

Ao longo do tempo varias foram às mudanças ocorridas na legislação ambiental, fator que pode ser atribuído à visibilidade da importância que é a preservação ambiental, para o bem estar social. No período que compreende os anos de 2010 ate 2012 o Brasil passou, por diversos debates acerca das mudanças na política florestal, que ao final repercutiu na Lei n.º 12.651 de 2012, ou denominado Código Florestal Brasileiro. A tabela abaixo apresenta um breve resumo do panorama ambiental ao longo do tempo.

Ato legal	Descrição
Lei no 7.803/1989	Instituiu a reserva legal sobre as áreas de cerrado (20%); definiu que a averbação da reserva legal fosse feita na matrícula do imóvel rural; alterou o tamanho das Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas margens dos rios; e incluiu como APPs as áreas com altitude superior a 1,8 mil metros.
Lei no 8.171/1991	Obrigou os produtores rurais a recompor a reserva legal, prevista na Lei no 4.771, de 1965, com a nova redação dada pela Lei no 7.803, de 1989, mediante o plantio, a cada ano, de pelo menos 1/30 da área total para complementar a referida reserva legal
Lei no 9.605/1998	A Lei de Crimes Ambientais transformou infrações administrativas em crimes, permitiu a aplicação de pesadas multas e criou infrações
MP 2.080/2000; e MP 2.166/2001	O percentual mínimo da reserva legal foi modificado para 80% para propriedades rurais situadas na região Norte e norte do Mato Grosso; 35% para áreas de cerrado localizadas na Amazônia Legal, permitindo que 15% da área seja compensada em outra área na mesma microbacia; e 20% nas demais regiões do País. O artigo 3º permitiu que em áreas de pequena propriedade ou posse rural familiar, o plantio de árvores frutíferas ornamentais ou industriais – composto por espécies exóticas, cultivadas em sistema intercalar ou em consórcio com espécies nativas – possa entrar no cômputo da reserva legal. Restituiu a obrigatoriedade de recomposição das áreas degradadas pelos produtores

Decreto no 7.029/2009	Instituiu o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado “Programa Mais Ambiente”, criando como instrumentos do programa o Cadastro Ambiental Rural (CAR) – sistema eletrônico de identificação georreferenciada da propriedade rural ou posse rural, com a delimitação das áreas de preservação permanente, da reserva legal e de remanescentes de vegetação nativa localizadas no interior do imóvel, para fins de controle e monitoramento
Lei no 12.651/2012	De modo geral, permitiu uma maior flexibilização na mensuração e no uso da reserva legal e das Áreas de Preservação Permanentes (APPs): reduziu o limite mínimo de proteção ambiental dos cursos d’água para cinco metros; dispensou os produtores de averbar a reserva legal, mas manteve o percentual mínimo da reserva legal da MP 2.080/2000; incorporou o conceito de área rural consolidada como sendo aquela área utilizada pelos produtores rurais antes de 22 de julho de 2008 mas que estava em desacordo com o Código Florestal de 1965.
Decreto no 7.497/2011	Adiou a aplicação de multas para o produtor rural que deixar de averbar a reserva legal para 11 de dezembro de 2011 (art. 55 do Decreto no 6.514/2008)
Lei no 12.651/2012	De modo geral, permitiu uma maior flexibilização na mensuração e no uso da reserva legal e das Áreas de Preservação Permanentes (APPs): reduziu o limite mínimo de proteção ambiental dos cursos d’água para cinco metros; dispensou os produtores de averbar a reserva legal, mas manteve o percentual mínimo da reserva legal da MP 2.080/2000; para o cálculo da reserva legal, permitiu que pudessem ser utilizadas as APPs sem qualquer limite; e admitiu a recomposição das APPs com até 50% de espécies exóticas e a compensação em estados diferentes

Tabela 01 - Alterações na Legislação Florestal brasileira. Fonte: CAMPOS, 2013.

Assim, de acordo com a última versão do código florestal (lei nº 12.651), de 25 de maio de 2012 a área de reserva legal pode ser definida como:

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL, 2012);

Em seu escopo a lei também apresenta a delimitação da área de reserva legal conforme sua localização: em área de floresta - 80%; em área de Cerrado - 35%; em área de Campos Gerais - 20%. E nas demais regiões do país - a área a ser ocupada deve ser de 20%.

Quanto à destinação a mesma prevê a possibilidade de seu manejo sustentável com ou sem propósito comercial nas seguintes situações e oportunidades:

Art. 21. É livre a coleta de produtos florestais não madeireiros, tais como frutos, cipós, folhas e sementes, devendo-se observar:

I - os períodos de coleta e volumes fixados em regulamentos específicos, quando houver;

II - a época de maturação dos frutos e sementes;

III - técnicas que não coloquem em risco a sobrevivência de indivíduos e da espécie coletada no caso de coleta de flores, folhas, cascas, óleos, resinas, cipós, bulbos, bambus e raízes.

Art. 22. O manejo florestal sustentável da vegetação da Reserva Legal com propósito comercial depende de autorização do órgão competente e deverá atender as seguintes diretrizes e orientações:

I - não descaracterizar a cobertura vegetal e não prejudicar a conservação da vegetação nativa da área;

II - assegurar a manutenção da diversidade das espécies;

III - conduzir o manejo de espécies exóticas com a adoção de medidas que favoreçam a regeneração de espécies nativas (BRASIL, 2012).

Dessa forma, a área de reserva legal pode ser vista como uma opção de renda, além de um marco importante na proteção ambiental. Em pequenas propriedades rurais atividades como: extração de ervas medicinais, de árvores caídas e apicultura são exemplo de atividades que podem ser implementadas na referida área e que podem gerar algum fluxo monetário atrelado a outras atividades desenvolvidas na propriedade. Visões como essa são bastante pertinentes na atualidade, é necessária a busca por mecanismos que potencializem o pequeno produtor a fim de que esse se torne competitivo perante o mercado. Ações como o uso da reserva legal de forma eficiente podem potencializar isso além de permitir a cumprimento da legislação ambiental, que em cada mudança está mais rigorosa em suas diretrizes, o que é extremamente compreensível com o atual cenário de degradação ambiental e mudanças climáticas.

3.2 Agricultura Familiar

No Brasil, o setor agropecuário se apresenta de forma bastante variada, mostrando grupos de produtores que se diferem muito entre si. Fatores que vão desde a posse de terra, capital, mão de obra, tecnologia e o destino da produção. Diante do presente cenário, em um contexto macro, existem no Brasil basicamente dois tipos de unidades produtivas: as empresas agropecuárias e as unidades agrícolas familiares (FAUTH, 2008).

Assim de acordo com a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que aborda as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares, agricultor familiar e empreendedor familiar rural é definido como “aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (art. 3.º).

É fato conhecido que o principal responsável pelos produtos alimentícios que chegam às mesas das famílias brasileiras advém da agricultura familiar, a qual, responde por boa parte da produção dos alimentos consumidos em todo o país (BRASIL, 2015). Diante dessa responsabilidade, esses estabelecimentos familiares se diferenciam muito da agricultura denominada comercial (constituída principalmente de médios e grandes fundiários). Nesse contexto a agricultura familiar vem ganhando notoriedade no espaço econômico e sendo encarada como um setor estratégico da economia (MEDEIROS, 2017).

Outro ponto positivo para a agricultura familiar é sua caracterização e sua relação entre os produtores, conforme Lehfeld (2013) argumenta há uma troca de experiências e contatos entre os produtores, os quais o auxiliam no desenvolvimento promissor e na minimização dos impactos ao meio ambiente. Vários são os motivos para essa relação como as linhas de financiamento diferenciadas para esse tipo de agricultura que também colaboram com a preservação e recuperação de áreas ambientais degradadas, aliadas a benefícios disponibilizados pelo Novo Código Florestal por meio de seu programa de incentivo à preservação e recuperação ambiental baseado no pagamento por serviços ambientais e programas agroambientais.

Conforme afirma Pereira (2017), um fator importante quando se trata da observância do código florestal em pequenas propriedades familiares e a necessidade do pequeno agricultor, a RL não pode ser vistas como uma área improdutivas, além do passivo para uso econômico de forma sustentável a áreas tem uma importante função ambiental em relação aos serviços ecossistêmicos oferecidos a longo prazo.

3.3 Apicultura como diversificação na Reserva Legal

Conforme Gonzaga (1998), as abelhas surgiram no Continente Asiático há cerca de 45 milhões de anos, e começaram a ser utilizadas, racionalmente, pelo homem desde 2.400 a.C. Apicultura é a denominação dada à atividade econômica de criação racional de abelhas do gênero *Apis mellifera* L. trazidas ao Brasil da Europa, por imigrantes, e da África, por Warwick Estevan Kerr (1956). Atualmente, em todo o Brasil, a apicultura é desenvolvida com abelhas africanizadas geradas do cruzamento dessas espécies. Como características apresentam uma boa produtividade, resistência a doenças e melhor adaptação às condições climáticas brasileiras (VIEIRA, 1986).

A criação de abelhas tem como finalidade a produção de mel, pólen apícola, própolis, geléia real, cera, apitoxina. A produtividade é dada em kg/colméia/ano e o manejo é realizado por equipamentos e ambiente próprio (apiário). Em geral os produtos das abelhas têm boa aceitação no mercado consumidor, proporcionando rendimentos econômicos compensadores, desde que sejam produzidos dentro de normas tecnicamente corretas (SENAR, 2010).

A apicultura brasileira é conhecida por ser predominantemente de base familiar, composta por pequenos apiários mantidos por famílias de agricultores com base de

produção agroecológica e inseridos nas dinâmicas da economia solidária (SABBAG, 2011). Como vantagem dessa atividade pode-se ressaltar em teoria a pouca exigência em mão de obra, baixo investimento em relação à recursos financeiros e por não demandar uma grande propriedade para sua exploração. Assim, a apicultura pode trazer possibilidades de renda adicional a essas famílias.

Outra vantagem dessa atividade é a presença das abelhas na área dos apiários o que proporciona um serviço ecossistêmico, favorecendo a polinização das plantas nativas, frutíferas e exóticas que induzindo a ampliação do volume de frutos e sementes, e, conseqüentemente crescimento da cobertura vegetal e maior produtividade (SOUZA, 2006).

Aliada à preservação da área de reserva legal a apicultura, contribuindo para a sustentabilidade das pequenas propriedades, melhorando a renda familiar e a qualidade de vida, seja por meio da criação de abelhas melíferas com ferrão e/ou de abelhas nativas (GARCIA, et. al., 2008). Borlachenco et al. (2017) discorre sobre a ocorrência da atividade que pode ser em toda a reserva legal, de forma temporária ou em um sistema consorciado com espécies nativas para obtenção de produtos lenhosos ou não lenhosos. Os produtos não-lenhosos são aqueles originados pela apicultura (mel, pólen apícola, própolis, geléia real, cera, apitoxina). Já os não-lenhosos, são também conhecidos como produtos florestais não madeireiros, são eles plantas medicinais; extratos; mel e seus derivados; nozes etc.(REIS & PINHEIRO,2011).

Neste sentido o agronegócio do mel tem crescido consideravelmente nos últimos anos devido à grande procura da sociedade por produtos naturais. Segundo a Abelha.org de janeiro a setembro de 2017, foram exportadas quase 21 mil toneladas de mel, o que gerou até o momento um faturamento de 93,4 milhões de dólares. Para se ter uma ideia, em todo o ano passado, as exportações chegaram a pouco mais de 24 mil toneladas, com um faturamento de 92 milhões de dólares. O maior importador foram os Estados Unidos.

De acordo com o IBGE, a produção de mel no estado de Goiás em 2015 foi de 320.860 Kg. Sendo os municípios de Orizona (35.000kg), Porangatu (25.615Kg) e Silvânia (25.000Kg) os principais produtores. Segundo o SENAR (2017), um litro de mel é vendido por R\$ 40, dentro do estado de Goiás, e que, com uma produção mínima, o produtor é capaz de faturar R\$ 800 com apenas uma colmeia de abelhas.

Conforme o SEBRAE (2014) o apicultor básico (produção de pequeno porte), consegue atingir com 20 colmeias uma remuneração próxima a um salário mínimo por mês, vendendo o mel a R\$15,00/kg, sendo que há chance de uma maior renda, uma vez que o preço do mel em grandes capitais pode chegar a R\$25,00/kg. A taxa interna de retorno (TIR) dessa atividade para o pequeno produtor é bastante elevada (141,6%), permitindo o retorno do investimento ainda no primeiro ano, desde que se alcance uma alta produtividade, em torno de 50kg de mel por colmeia.

Ressalta-se que a atividade de apicultura nesse caso é empregada como uma

renda secundária e adicional, que além da renda com a venda dos produtos melíferos, traz grandes benefícios na produção de frutas e hortaliças, devido à atuação das abelhas na polinização. Soma-se a isso o fato de que com esse modelo torna-se produtiva a área de reserva legal, de forma sustentável, obedecendo aos preceitos da legislação.

4 | CONCLUSÃO

Pequenas propriedades familiares tem um papel importante em se tratando de sustentabilidade, fato baseado na preocupação em minimizar os impactos ao meio ambiente através da agroecologia e ações sustentáveis, como o uso consciente dos recursos naturais.

A última mudança no código florestal, que instituiu a obrigatoriedade de área de reserva legal, pode ser vista como um empecilho para a produção de pequenas propriedades. Nesse enfoque é preciso encontrar alternativas para a exploração dos recursos naturais por meio do desenvolvimento sustentável, ou seja, identificar atividades que forneçam algum fluxo econômico, porém que sejam compatíveis com as exigências da legislação referente à reserva legal.

Assim a introdução de atividades como a apicultura pode ser considerada como um incentivo ao cumprimento do novo código florestal, uma vez, que o não cumprimento da legislação por partes dos agricultores está normalmente ligado ao custo de oportunidade daquela terra que estaria ociosa, improdutivo. A atividade é caracterizada como de baixo impacto ambiental, o que possibilita a utilização dos recursos naturais sem degradá-lo. É uma atividade que promove o desenvolvimento sustentável, podendo ser implantada como fonte de renda secundária e adicional.

A diversificação de atividade é de fundamental importância para a manutenção e aumento da renda nas pequenas propriedades rurais, sobretudo na agricultura familiar. A apicultura é uma atividade produtiva em expansão, apresentando-se como uma excelente alternativa de exploração de propriedades rurais.

Pode ser vista como uma atividade de fácil manuseio, de baixo custo de implantação e manutenção, e de grande rentabilidade conforme seu manejo e gestão. Conclui-se, então que a apicultura é uma atividade rentável, que pode ser desenvolvida juntamente com outros tipos de produção, que além de viabilizar o cumprimento do código florestal, promove serviços ecossistêmicos, como polinização de flores para maior produção de frutos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro.

BRASIL, Portal. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BORLACHENCO, Natascha Goes Cintra, et al. "ASPECTOS LEGAIS DA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO COM APICULTURA DE *Apis mellifera*." Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental 6.2 (2017): 56-78.

CAMPOS, Samuel Alex Coelho; BACHA, Carlos José Caetano. O custo privado da reserva legal. Revista de Política Agrícola, v. 22, n. 2, p. 85-104, 2013.

FASIABEN, M.; ROMEIRO, Ademar Ribeiro; MAIA, Alexandre Gori. Reserva legal florestal: uma leitura sob a ótica da economia ecológica. In: Embrapa Informática Agropecuária-Artigo em anais de congresso (ALICE). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis. Anppas 10 anos: avaliando os desafios teóricos e as novas agendas públicas.[SI]: ANPPAS, 2010., 2010.

GARCIA, R.C.; Lohmann, T.R.; Pires, B.G.; Camargo, S.C.; Brietzke, V.M.; Machado, M.R.F. Flora apícola em fragmento de mata ciliar no município de Marechal Cândido Rondon, PR. Revista Scientia Agraria Paranaensis. Marechal Cândido Rondon, v. 7, n. 1-2, p. 91-100, 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/scientiaagraria/article/view/2055>>. Acesso em: 09 set. 2017.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONZAGA, S.R. Cera de abelhas. In: Anais de XII Congresso Brasileiro de Apicultura: feira nacional apícola. Salvador Bahia. 1998.

JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, W. C. (Ed.). Patrimônio ambiental brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 1-34.

LEHFELD, Lucas de Souza; CARVALHO, Nathan Castelo Branco; NASSIF, Leonardo Ispere Nassif. Código Florestal comentado e anotado: artigo por artigo. 2. ed. São Paulo: Método, 2013.

MOREIRA, Fabiano Mazzilli de Souza. Código florestal brasileiro: métodos para localização de reservas legais e comparação de propostas de alteração da lei. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MEDEIROS, Leonardo Guimarães. O estado da arte de empreendedorismo rural. Trabalho apresentado a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa como parte da obtenção da nota final no Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade Federal de Goiás, 2017.

SABBAG, Omar Jorge; NICODEMO, Daniel. Viabilidade econômica para produção de mel em propriedade familiar. Pesquisa Agropecuária Tropical, v. 41, n. 1, 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (Sebrae). Estudo de Viabilidade Econômica da Apicultura. 2004. Disponível em: <<http://www.sebraern.com.br>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL - SENAR. Coleção 141. Abelhas Apis mellifera: instalação do apiário. Brasília, 2010. 80p.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR GOIÁS. Senar Goiás mostra que apicultura é um bom negócio. 2017. Disponível em: <<http://www.senargo.org.br/comunicacao/noticias/516-na-tecnoshow-senar-goias-mostra-que-apicultura-e-um-bom-negocio>>. Acesso em: 08 abril. 2018.

SIQUEIRA, C. F. A.; NOGUEIRA, J. M. O novo código florestal e a reserva legal: do preservacionismo desumano ao conservacionismo politicamente correto. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 24., Cuiabá, 2004. Anais... Cuiabá: Sober, 2004. p. 1-20.

REIS. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 56 -78, jul./set. 2017.78Reis, V. D. A. dos. Pré-diagnóstico da Cadeia de Produtos Apícolas de Mato Grosso do Sul. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2003. 31p. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/online/DOC60.pdf>> Acesso em: mar.2016

SOUZA, José Edmundo Accioly de et al. Agronegócio da apicultura: estudo da cadeia produtiva do mel em Alagoas. 2006.

WANDERLEY, Maria N. B. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

VOLPATO, G. Ciência: da filosofia à publicação. 6ª ed., São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013, 377p.

UMA ANÁLISE EMPÍRICA E DOCUMENTAL SOBRE O ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA VERDE EM MOÇAMBIQUE: REALIZAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS (2010-2020)

Data de aceite: 10/01/2022

Kayle Chaves Rustangy

Viegas Nhenge

RESUMO: Os recentes pronunciamentos da liderança política e governamental, em defesa de uma revolução verde em Moçambique visando numa economia fundamentada na produção, por mais entusiastas que possam parecer, ainda não revelam substância e convicção suficientes, para demonstrar que representam uma adesão genuína à revolução verde em África. O estudo é resultado das pesquisas bibliográficas realizadas no âmbito do trabalho referente a cadeira de Mercados de Investimentos financeiros, para fins avaliativos, recorrendo também a consulta de artigos na internet que são devidamente citados no decorrer do artigo e nas referências bibliográficas. O foco é abordar sobre a implementação da economia verde em Moçambique no período compreendido entre 2010-2020. Esta pesquisa busca analisar o perfil adoptado por Moçambique com vista na dinamização de estratégias e recursos em prol da economia verde, e descrever também as suas implicações na execução das mesmas, bem como também mensurar o que se pode alcançar com a implementação desta iniciativa.

PALAVRAS-CHAVE: Economia, economia verde, economia verde em Moçambique.

AN EMPIRICAL AND DOCUMENTARY ANALYSIS OF THE STATE OF IMPLEMENTATION OF THE ECONOMY IN MOZAMBIQUE: ACHIEVEMENTS, CHALLENGES AND PERSPECTIVES (2010-2020)

ABSTRACT: The recent pronouncements by the political and government leadership, in defense of a green revolution in Mozambique aiming at an economy based on production, however enthusiastic they may seem, still do not reveal sufficient substance and conviction to demonstrate that they represent a genuine adherence to the green revolution in Africa. The study is the result of bibliographical research carried out within the scope of the work related to the subject of Financial Investment Markets, for evaluation purposes, also resorting to the consultation of articles on the internet that are duly cited in the article's discussion and in the bibliographic references. The focus is on the implementation of the green economy in Mozambique in the period between 2010-2020. This research seeks to analyze the profile adopted by Mozambique with a view to boosting strategies and resources in favor of the green economy, and also to describe its implications for their execution, as well as to measure what can be achieved with the implementation of this initiative.

KEYWORDS: Economy, green economy, green economy in Mozambique.

1 | INTRODUÇÃO

Os recentes pronunciamentos da

liderança política e governamental, em defesa de uma revolução verde em Moçambique visando numa economia fundamentada na produção, por mais entusiastas que possam parecer, ainda não revelam substância e convicção suficientes, para demonstrar que representam uma adesão genuína à revolução verde em África. O facto do Presidente Armando Guebuza, na altura no poder, assumir a liderança em prol da revolução verde moçambicana, proporcionou de certa forma um ambiente favorável ao seu reconhecimento político interno. Mas isto, por si só, poderá não ser suficiente para impedir que esta iniciativa se converta, como tantas outras, num entusiasmo passageiro; um projecto feito refém da máquina de burocratas, voluntariosos e bem-intencionados.¹

Se bem que o futuro seja imprevisível e falível, não significa que não possa ser antecipado, em muitos casos com satisfatória exactidão. Pensar no futuro não é perda de tempo. Pelo contrário, pensar no futuro é a melhor maneira de antecipar o leque de oportunidades, ameaças e desafios existentes, aumentando as chances de sobrevivência (Francos, 2015).

Desde que a aposta na economia socialista e socialização do campo foi abandonada pelo Governo de Moçambique, há 20 anos atrás, a economia nacional deixou de ser subjugada e moldada pelo um modelo económico de inspiração marxista-leninista. Desde então, a ideia segundo a qual, Moçambique está a desenvolver uma economia de mercado, tornou-se comum, mas esconde mais do que esclarece sobre a natureza e as características da matriz, ou melhor, das matrizes económicas principais e concorrentes na actual economia nacional.

2 | HIPÓTESES

Como forma de encontrar melhores soluções para a melhoria da questão da economia verde, três prováveis suposições estão no rol de desvendar este questionamento:

- Crescimento económico sustentado, baseado no uso racional e eficiente dos recursos naturais;
- Justiça social, através de políticas e desenvolvimento de estratégias, fortalecimento do quadro legal e institucional que assegurem a igualdade de oportunidade, transparência, confiança e promovam a melhoria e acessibilidade dos serviços públicos como a educação, a saúde, infraestruturas; e
- Protecção ambiental, através da preservação da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos.

¹ Isto não significa que a fome tenha sido erradicada em tais países, mas as causas são de ordem institucional e não falta de alimentos ou fraca de capacidade de produção para satisfazer as necessidades nacionais.

3 | METODOLOGIA

Antes de tudo, vale destacar que o termo Metodologia significa como aponta Gil (2010), estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. O autor ainda acrescenta que a metodologia é uma disciplina que instrumentaliza quanto aos procedimentos a serem tomados na pesquisa, possibilitando acesso aos caminhos do processo científico, além disso, ela visa, também, promover questionamentos acerca dos limites da ciência sob os aspectos da capacidade de conhecer e de interferir na realidade.

Há duas possibilidades de análise, a quantitativa e a qualitativa, em que cada uma dessas análises possui as suas categorias, sendo a primeira de carácter mais estático e segunda de carácter mais interpretativo. Nesta vertente, o estudo realizado é de natureza qualitativa em que foi aplicado a consulta e diversos manuais científicos com o propósito de colher melhores esclarecimentos sobre a temática apresentada. Para realização deste artigo também foi feita a consulta e análise de algumas bibliografias, que tem uma forte relação com o tema economia verde, pesquisas na internet, revistas, artigos e monografias, a fim de enriquecer o trabalho.

4 | O PORQUÊ DE UMA ECONOMIA VERDE EM MOÇAMBIQUE

A Declaração final da Cimeira dos Chefes de Estado no Rio+20 em 2012, conhecida como “O Futuro que Queremos” (parágrafos 56-57) apresenta a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza e refere que existem diferentes abordagens, visões, modelos e ferramentas disponíveis para cada país, de acordo com suas circunstâncias e prioridades nacionais, para alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões. A Declaração considera a economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, como uma das importantes ferramentas disponíveis para o alcance do desenvolvimento sustentável, oferecendo opções para decisão política, sem ser um conjunto rígido de regras.

Mais ainda, a Declaração ressalta que a economia verde deveria focalizar-se em contribuir para a erradicação da pobreza e para o crescimento económico sustentável, o reforço da inclusão social melhorando o bem-estar humano e a criação de oportunidades de emprego e trabalho digno para todos, mantendo o funcionamento saudável dos ecossistemas da Terra. As políticas de economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, eram guiadas pelos princípios do Rio, a Agenda 21 e o Plano de Implementação de Johannesburgo, que tinha como fundamento contribuir para a consecução das metas de desenvolvimento internacionalmente acordadas, incluindo os ODM.

Para o caso de Moçambique, país em vias de desenvolvimento que vinha desencadeando esforços no sentido de manter uma taxa de crescimento económico de

cerca de 8% ao ano, este desenvolvimento era associado à desbravação de florestas virgens, degradação de solos agrícolas, entre outros aspectos não desejados. As descobertas de depósitos de carvão mineral trouxeram outra oportunidade de aumentar a taxa de crescimento económico, porém, a actividade de extracção e utilização de carvão mineral é muitas vezes descrita como uma fonte de poluição e de emissão de gases de efeitos de estufa.²

Castel-Branco (2016, p.79) sustenta que “este conjunto de aspectos, aliado ao facto de os níveis de desenvolvimento social e a qualidade de infraestruturas ainda estarem longe do desejável, apresenta a Economia Verde como uma alternativa viável de mecanismo de planificação que transfira a riqueza do capital natural, sem causar riscos, investindo-o no capital físico (infraestruturas) e no capital humano”.

Esta é a meta do desenvolvimento sustentável onde se promove o equilíbrio entre os aspectos económicos, sociais e ambientais. Neste contexto, Moçambique deve procurar na Economia Verde a consecução dos objectivos da redução da pobreza definidos no PARP e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

4.1 Os principais desafios, para a transição para uma Economia Verde em Moçambique

Mudanças climáticas: Lidar com as mudanças climáticas, que colocam ameaças graves ao crescimento económico e social e à preservação ambiental e ecológica, segurança e desenvolvimento sustentável de Moçambique, é um desafio presente. As mudanças climáticas são uma realidade nos dias de hoje e, com o tempo, tem vindo a registar-se um aumento da frequência de ocorrência e da intensidade de eventos extremos climáticos (cheias, inundações, secas, tempestades de vento, incluindo ciclones tropicais), bem como uma mudança nos padrões de precipitação e temperatura e a subida do nível das águas do mar. Perante este cenário o país definiu como objectivo na Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas (ENAMMC) a criação da resiliência, incluindo a redução dos riscos climáticos, nas comunidades e na economia nacional e a promoção do desenvolvimento de baixo carbono e a economia verde, através da sua integração no processo de planificação sectorial e local.³

Crescimento populacional e estrutura etária: Em Moçambique, o nível de fecundidade é o triplo do que seria necessário para garantir a reposição das gerações (cerca de 2 filhos por mulher). Este facto produz uma estrutura etária da população muito jovem que, por sua vez, cria uma pressão sobre os recursos, aumenta a demanda e a despesa social, ao mesmo tempo que reduz a renda per capita, dado que a proporção da

2 Ao mesmo tempo, as descobertas de gás natural constituem oportunidades de utilização de energia limpa e com baixa poluição.

3 A prossecução deste objectivo resultará na protecção do capital humano, natural e económico dos impactos das mudanças climáticas, bem como no aproveitamento das oportunidades existentes com destaque para as do mercado de carbono, incluindo o desenvolvimento de baixo carbono, para atrair e aceder a recursos financeiros e tecnológicos e a capacitação técnico-institucional.

população dependente é elevada, significando uma maior carga de dependência.

De acordo com os dados do último censo, o índice de dependência demográfica, relação entre população em idade não activa (menores de 15 anos e idosos de 65 anos ou mais) e em idade activa (15-64), é de 99,8 por cento, ou seja, 10 dependentes por cada 10 pessoas em idade activa. Segundo as projecções do Instituto Nacional de Estatística (INE) e das Nações Unidas, este índice manter-se-á igual ou superior a 90% pelo menos até 2050 (Arnaldo e Muanamoha 2011).⁴

4.2 Oportunidades

Na concepção do autor Negrão (2018), os aspectos alistados a seguir constituem oportunidades e pontos de entrada para a Economia Verde em Moçambique:

(i) Aproveitar a oportunidade de novas indústrias, serviços e empregos, utilizando sustentavelmente a infra-estrutura ecológica do país da qual depende a maior parte das pessoas para obter sustento. O capital natural de Moçambique compreende solos férteis, recursos hídricos abundantes, florestas densas, stocks marinhos e pesqueiros, fauna bravia, paisagens extraordinárias, e um potencial substancial de produção de energia solar, eólica, bioenergética e hídrica.

No seu todo, o país é dotado de um capital diverso, capaz de gerar múltiplos fluxos de receita em vários sectores. Além disso, se forem bem geridos, os recursos naturais renováveis perdurarão para além dos não renováveis e poderão garantir a satisfação das necessidades das gerações futuras. Uma base de activos diversificados é um ponto de partida excelente para uma economia resiliente e competitiva.

(ii) Sustentar uma população jovem, em rápido crescimento e urbanização, com uma maior incidência na prestação de serviços básicos, na eficiência de recursos e na oportunidade económica. Em 2030 haverá mais 15 milhões de moçambicanos do que o país tinha em 2012, elevando a população para 38 milhões, 60% dos quais viverão em cidades. Estas pessoas precisarão de empregos, de um sistema moderno de energia, água potável, gestão de efluentes e resíduos, transporte confortável e serviços de saúde e educação.

A Economia Verde sugere a provisão de energia renovável e descentralizada aos agregados familiares e pequenas empresas, transportes urbanos em massa para melhorar a conectividade das empresas e reduzir a poluição urbana do ar, iniciativas de reciclagem para minorar a produção de lixos e reduzir a pressão sobre o capital natural e providenciar serviços de saúde, saneamento e educação de qualidade suficientes, para melhorar a saúde humana e ambiental e, conseqüentemente, aumentar a produtividade laboral e reforçar a competitividade.⁵

⁴ Associado a este fenómeno, encontra-se o elevado crescimento da população urbana (3% contra 2% nacional), contribuindo dessa maneira para o aumento da pobreza urbana e para a degradação do meio urbano e circundante.

⁵ Em conformidade com Negrão (2018), todos estes elementos irão, em última análise, resultar na criação de postos de trabalho e numa economia mais sustentável. Além do mais, cidades bem planeadas e com qualidade de vida reduzem os custos de fazer negócio, reforçam a coesão social e atraem investimentos, multiplicando as oportunidades económicas e estimulando ainda mais o crescimento.

(iii) Capitalizar com inclusividade o potencial económico e social da florescente indústria extractiva, tornando-a uma benção e não uma maldição. As receitas fiscais e os royalties provenientes da indústria extractiva podem ser investidos na transição para a economia verde através da expansão do capital físico (infra-estrutura sustentável) e do desenvolvimento do capital humano (força de trabalho mais produtiva, com melhor educação e saúde) criando deste modo resiliência económica e social nos moçambicanos.

A abordagem da economia verde na indústria extractiva ajuda a mitigar os perigos que este tipo de indústria traz requerendo que o desenvolvimento destas indústrias no país esteja dependente da provisão de infraestruturas e serviços que causem o menor dano possível ao meio ambiente, da criação do maior número possível de postos de trabalho e da melhoria do nível de vida do maior número possível de pessoas.

4.3 Integração do sector de energia com outros sectores de Economia Verde

No que confere a este aspecto, considerava-se como indica Valá (2014, p.95), que “os instrumentos de política de economia verde ao contrário do rumo que tomou, que não é de certa forma o caminho ideal para o avanço da economia verde, deveriam ser implementados numa abordagem integrada com todos os sectores e em particular em estreita coordenação com florestas, agricultura, transportes, urbanização, recursos hídricos para a indústria extractiva, bem como para a irrigação, abastecimento de água e saneamento”. O Ministério da Energia deveria desempenhar um papel primordial na execução das políticas energéticas para a Economia Verde.

O sector privado, com os incentivos certos, buscou embora de certa forma sem nenhum tipo de fundamento sustentável, apoiar o desenvolvimento de plantações florestais sustentáveis para fornecimento de combustível de biomassa, distribuição de fogões de biomassa e produtos de aquecimento solar da água aos mercados urbanos, instalação de unidades de geração de energia renovável e provisão de acesso a serviços energéticos sustentáveis.

4.4 Integração do sector de transportes com outros sectores de Economia Verde

Como se pode observar, a posição geográfica de Moçambique ao longo do Oceano Índico e a existência de portos naturais confere ao país uma grande vantagem comparativa no que diz respeito ao acesso aos mercados, ao mesmo tempo que lhe confere grande responsabilidade na criação de condições de acessibilidade ao mar dos Países do interior. Sem esse acesso facilitado, Valá (2014) menciona que a integração regional seria dificultada e a região da SADC não poderia explorar o seu potencial na totalidade no contexto de uma economia mundial globalizada. Assim o sector de transportes deve por um lado catalizar o desenvolvimento económico e social do País, e por outro lado jogar o papel de líder na

busca dos objectivos económicos ambicionados pela integração económica regional.

Num olhar extenso, o que se observa é o facto de que o sector de transportes, particularmente o ramo rodoviário tem conhecido um crescimento assinalável, embora as vias de acesso se constitua um impecílio para acesso as zonas suburbanas. É pertinente que este crescimento responda às necessidades do desenvolvimento, particularmente no fortalecimento da ligação entre os produtores agrários das zonas rurais e os centros urbanos onde se encontram os mercados. Dada a vulnerabilidade das infraestruturas de transporte a eventos climáticos extremos, tem sido recomendado que estas sejam resilientes aos choques climáticos, principalmente nas zonas propensas à ocorrência de eventos climáticos tais como cheias, ciclones, e subida do nível das águas do mar.

Considerando o potencial de reservas de gás natural, tornar verde este sector passa segundo Valá (2014) por: (i) promover o uso de gás natural nos transportes rodoviários; (ii) promover infraestruturas de transporte que fomentam o acesso adequado aos locais de trabalho e a interação social e facilitam importantes actividades económicas, sobretudo a acessibilidade para o escoamento da produção para os mercados; e (iii) promover modos verdes de transporte relacionados com a exportação e mercadorias em trânsito.

No entanto, atendendo a estas perspectivas, considera-se que os instrumentos de política de economia verde para transportes devem ser implementados de um modo integrado com todos os sectores, mas em particular em estreita colaboração com as obras públicas, agricultura, energia, urbanização e indústria extractiva, com medidas de resiliência e de capacidade adaptativa no contexto das mudanças climáticas.⁶

4.5 Uso eficiente e sustentável dos recursos naturais

De acordo com o MICOA (2012), constata-se que a terra é propriedade do Estado e o seu aproveitamento é garantido pelos DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra), emitidos por períodos até 50 anos. Apesar da sua abundância relativa, as pressões sobre os recursos terra estão a crescer, o que é determinado pela grande escala do investimento directo estrangeiro na agricultura, florestas, indústrias extractivas e turismo, bem como pela expansão urbana, construção de infra-estruturas, aumento dos níveis de consumo e mudanças climáticas. Na observação do MICOA (2012, p.87) “Isto é causa de preocupação particular para o acesso das comunidades rurais a este recurso, uma vez que 80% da população depende directamente dos recursos naturais para a sua sobrevivência”.

Olhando para estas considerações, importa salientar que a concretização de um equilíbrio justo entre os interesses das comunidades locais e os do desenvolvimento comercial da terra em grande escala articula-se num forte regime fundiário comunitário, bem como no conhecimento dos seus direitos por parte das comunidades e na capacidade

⁶ O Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) deve desempenhar um papel de liderança na execução das políticas de transporte de Economia Verde e, com os incentivos certos, o sector privado deverá apoiar o desenvolvimento do acesso a serviços comportáveis alimentados a gás e a electricidade, bem como estradas com portagem ligando os principais mercados e as zonas de produção agrícola.

de negociação. Além disso, para evitar cair numa produtividade decrescente e minimizar os compromissos entre as diferentes opções de uso da terra, deve ser adoptada uma abordagem paisagística à planificação integrada da gestão da terra nos diferentes sectores, incluindo agricultura, florestas, água, indústrias extractivas, turismo e desenvolvimento de infra-estruturas.

Em conformidade com o (iTC 2016), a terra é um dos activos mais valiosos sobre os quais as comunidades rurais têm direitos em Moçambique e é a base do desenvolvimento rural sustentável. Reconhecendo esse facto, a Iniciativa para as Terras Comunitárias (iTC), apoiada pelo governo e implementada por parceiros da Sociedade Civil e Academia para ajudar as comunidades a assegurarem os seus direitos à terra para desenvolverem actividades económica, de modo a garantir benefícios sustentáveis e de longo prazo. O programa iTC funciona nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Manica, Sofala, Nampula, Tete, Zambézia e Gaza. Desde o seu início em 2006, já havia conseguido a emissão de 20 DUAT comunitários e 65 processos de delimitação e demarcação iniciados em 2010 (iTC 2016).

De acordo com as lições aprendidas com as actividades do iTC, são necessárias parcerias entre comunidades e sector privado, planos claros de gestão da terra, e planos de actividade realistas para que as comunidades possam alavancar com êxito os seus DUAT no sentido de gerarem rendimentos comunitários locais.

A gestão integrada da terra, florestas e pescas, bem como dos recursos hídricos, é essencial para o uso sustentável de cada um destes recursos. A questão do regime fundiário é muito visível quando se consideram as questões associadas à terra, mas merece uma atenção semelhante no contexto das florestas e das pescas. Nos casos em que o regime fundiário é clarificado e devolvido às comunidades locais e seus membros individuais, as condições de gestão integrada e produtividade duradoura dos recursos saem reforçadas.

Assim sendo, os instrumentos de política de economia verde para a terra deverão ser implementados numa abordagem integrada com todos os sectores, mas em particular com a água, agricultura, florestas, pescas e indústrias extractivas, bem como com medidas de resiliência e de capacidade adaptativa no contexto das mudanças climáticas. O Ministério da Agricultura (MINAG), em coordenação com outros ministérios e segmentos da sociedade civil, deve desempenhar um papel de liderança na execução das políticas de Economia Verde relacionadas com a terra.

4.6 Integração da componente de agricultura com outros sectores de Economia Verde

Segundo o MICOA (2012), Moçambique possui um enorme potencial agrícola ainda não aproveitado, porém, o sector é grandemente dominado pela agricultura de baixo rendimento e de sequeiro dos pequenos produtores. Cerca de 46% da terra de Moçambique é arável, mas apenas 10% são presentemente cultivados e 3% têm irrigação. Os pequenos

agricultores dominam o sector, que é um dos maiores contribuintes para a economia, empregando 80% da força de trabalho e contribuindo com cerca de 23% para o PIB em 2011 (INE 2012). Milho, mapira, mandioca, amendoim e feijão dominam a produção, e as principais culturas de rendimento incluem cana-de-açúcar, castanha de caju, algodão, tabaco, chá e coco (INE 2012).

Na concepção do (BAD 2011), a agricultura é crucial para a segurança alimentar, mas o sector está ameaçado pelas mudanças climáticas. A produtividade é ainda muito baixa devido ao acesso limitado aos mercados, à fraca infra-estrutura pós-colheita e à disponibilidade insuficiente de crédito e seguros. A vulnerabilidade às mudanças climáticas é particularmente grave entre os pequenos produtores.

Para impulsionar a produtividade e garantir um uso sustentável dos recursos naturais, o Governo aprovou a Estratégia Nacional de Irrigação 2011-2019 e a Estratégia de Desenvolvimento do Sector Agrícola 2010-2019 (PEDSA), ancorado na Estratégia para a Revolução Verde 2008-2012 e no Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (FARA). O PEDSA identificou a agricultura de conservação e a captação da água das chuvas como mecanismos importantes para garantir o uso sustentável dos recursos e a resiliência às mudanças climáticas (MINAG 2010). Mais ainda, a Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional 2008-2015, reconhecendo a segurança alimentar e nutricional como um assunto transversal, indica os produtores de culturas alimentares como actores importantes na implementação da estratégia.

Complementando estas importantes políticas, foi adoptado recentemente o Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário 2013-2017 (PNISA) que visa transformar a agricultura familiar predominante no país em comercial. O Plano possui cinco componentes, nomeadamente, ampliação da produção e produtividade, o acesso ao mercado, segurança alimentar e nutricional, reformas e estabelecimento institucional e recursos naturais. Para que esta transformação se efective, para além da orientação dos investimentos para o sector comercial, será necessário adoptar uma abordagem integrada da agricultura, juntamente com os recursos hídricos e serviços florestais para a produtividade das bacias hidrográficas, protecção e fertilidade dos solos, bem como da polinização.

Existem modelos testados em Moçambique que incluem ligações entre empresas de microfinanças e pequenos produtores comerciais através de fundos catalíticos. Mais ainda, foi lançado um produto inovador em Moçambique que consiste em um micro-seguro indexado ao clima, numa parceria entre uma instituição financeira e uma instituição local de formação em agricultura, o Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM) para agricultores da região de Chimoio, província de Manica, onde, em caso de seca severa a meio da estação, os agricultores poderão receber um pagamento para os ajudar a evitar incorrerem em dívidas.

Promover a Economia Verde na agricultura passa por: (i) manter e aumentar a produtividade e o rendimento agrícola, garantindo o fornecimento de alimentos e serviços

ecossistêmicos de forma sustentável; (ii) restaurar recursos ecológicos (água, solo, ar e biodiversidade); (iii) reduzir a produção de resíduos e a ineficiência em todo o ciclo da produção agrícola; e, (iv) uso racional e eficiente dos recursos naturais.

Os instrumentos de política de economia verde para a agricultura deveriam ser implementados numa abordagem integrada com todos os sectores, mas em particular em estreita coordenação com a água, irrigação, florestas, transportes e energia, bem como com medidas de resiliência e de capacidade adaptativa no contexto das mudanças climáticas.

Nesta ordem de ideais, o Ministério da Agricultura (MINAG) deve desempenhar um papel de liderança na execução das políticas agrícolas de economia verde e, com os incentivos certos, o sector privado deverá apoiar o desenvolvimento de sistemas de pagamento por serviços do ecossistema de bacias hidrográficas florestadas, Parcerias Público-privado em estradas com portagem ligando os principais mercados com zonas importantes de produção agrícola, mecanismos de distribuição de sementes de variedades tolerantes à seca, modelos de fundos catalíticos de desenvolvimento de empresas direccionados aos pequenos produtores e programas de micro-seguros com indexação climática.

4.7 Integração da componente de educação com outros sectores de Economia Verde

Em Moçambique, devido ao elevado nível de fecundidade e à diminuição contínua da mortalidade, a população em idade escolar cresce a um ritmo difícil de acompanhar com investimentos capazes de satisfazer totalmente a demanda. O sector da educação absorve actualmente 25% do orçamento do Estado, mas ainda tem muito a fazer para melhorar a taxa de literacia de adultos de 50,4% (INE 2012a) – uma população educada é mais resiliente. Têm sido realizados progressos assinaláveis na expansão do acesso à educação, mas a qualidade do ensino e a correspondência entre os (novos) mercados laborais e os conteúdos do sistema educativo precisa ser melhorada.

Para adoptar uma economia verde, assegurando um bom nível de qualidade de vida dos cidadãos será necessário elevar a consciência ambiental da sociedade, com vista a desenvolver uma cultura de uso sustentável dos recursos e respeito às leis da natureza com relação à valorização dos bens e serviços do ambiente.⁷

Os instrumentos de política de economia verde para a educação segundo o INE (2012), são intrínsecos em todos os sectores, uma vez que a educação de qualidade e orientada para sustentar uma Economia Verde constitui a base de sucesso. Quadros formados a todos os níveis, desde os órgãos de tomada de decisão, quadros superiores, operários qualificados, entre outros, devem ser formados no contexto da economia verde. O Ministério de Educação deverá assim adequar o seu quadro curricular com vista a criar uma base de cultura de desenvolvimento sustentável a todos os níveis, em harmonia com

⁷ Adicionalmente, a educação para a economia verde irá aumentar a capacidade de implementação dos programas de desenvolvimento respeitando os limites dos sistemas naturais e proporcionando oportunidades de emprego condigno.

os empregadores nos diferentes sectores.

5 | CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

De forma resumida, a minha apreciação sobre o papel actual da economia verde em Moçambique, é reservada senão mesmo céptica. Nas condições actuais, a economia verde é ainda ficção ou uma aspiração com fracas perspectivas de implementação prática. Pelo que parece, fala-se de economia verde por força das circunstâncias, moda ou conveniência de parecer que existe boa vontade de mudança. Na prática, a política consumista e de maximização dos benefícios da ajuda externa, parece sobrepor-se a qualquer estratégia realmente produtiva. São ainda muito fracas as indicações, tanto do Governo como dos seus parceiros internacionais, que a economia esteja a ser encaminhada para um ciclo mais produtivo e virtuoso, em vez do actual ciclo consumista e economicamente improdutivo. Num quadro destes não acredito que a economia verde possa ter algum papel positivo a desempenhar.

Na prática, para que uma revolução verde possa contribuir para a concretização do objectivo imediato de auto-suficiência alimentar de Moçambique, é preciso que a sociedade moçambicana se capacite a diversos níveis.

REFERÊNCIAS

Castel-Branco, C. N. (2016). *Reflexões sobre a dinamização da economia rural*. Maputo, Moçambique: Atlas.

Franco, F. L. (2015). *Perspectiva Estratégica: Uma metodologia para a construção do futuro*. Rio de Janeiro, Brasil: Tese de Ph.D.

INE (Instituto Nacional de Estatística). (2004). *Projeções da População Considerando o Impacto do HIV/SIDA*. Maputo, Moçambique: Instituto Nacional de Estatística.

iTC (2016). *Relatório Anual - Ano 5 (Abril 2011 - Março 2016)*. Maputo, Moçambique: iTC.

MICOA (2012). *National Report on Environment and Development submitted to Rio+20*. Maputo, Moçambique: Revista Aberta.

Negrão, J. (2018). *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. Maputo, Moçambique: Colecção Identidades.

Valá, S. C. (2014). *Desenvolvimento Agrário e Papel da Extensão Rural no Chókwè (1950-2000)*. Maputo, Moçambique: PROMÉDIA.

CAPÍTULO 19

DESARROLLO HUMANO Y CAÍDA DE PIB PROVOCADA POR EL COVID-19: PAÍSES CON ALTO Y BAJO DESARROLLO

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 06/10/2021

Imelda Ortiz Medina

Universidad Autónoma de Zacatecas
Zacatecas, México
ORCID: 000-0003-3910-653

Pedro Plata Pérez

Universidad Autónoma de Zacatecas
Zacatecas, México
ORCID: 0000-0002-5224-3181

Jorge Martínez Pérez

Universidad Autónoma de Zacatecas
Zacatecas, México
ORCID: 0000-0002-9629-4095

RESUMEN: La actual contingencia COVID-19 supone una serie de estragos a las economías de todo el mundo, cierre de miles de negocios, infinidad de empresas paralizadas, aumento de desempleo, caída de la producción, etc. Evidentemente, esto provoca también, una disminución de los ingresos del gobierno y por ende un menor gasto social: menos escuelas, hospitales, viviendas, seguridad social etc. Por lo tanto, un retroceso en el bienestar social, lo que se verá reflejado en un estancamiento o disminución del Índice de Desarrollo Humano (IDH). El objetivo fundamental de este artículo es pronosticar -a través de la ecuación matemática obtenida de la regresión lineal simple entre el IDH y Producto Interno Bruto (PIB) real- el posible impacto de la caída del PIB provocada

por la pandemia (COVID-19) en el IDH de dos grupos de países: los de más alto y los de menor desarrollado humano. La hipótesis central de esta investigación es que; aquellos países con un índice de desarrollo humano mayor se verán menos afectados, mientras que, aquellos que tienen un índice menor, tendrán en el mediano plazo, un retroceso en su índice de desarrollo. Es decir, la pandemia afectará en menor medida a los países con alto desarrollo humano.

PALABRAS CLAVE: Índice de Desarrollo Humano, Producto Interno Bruto Real, COVID-2019, regresión lineal simple.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E QUEDA DO PIB CAUSADOS PELA COVID-19: PAÍSES COM ALTO E BAIXO DESENVOLVIMENTO

RESUMO: A atual contingência do COVID-19 envolve uma série de estragos nas economias do mundo, o fechamento de milhares de empresas, inúmeras empresas paralisadas, aumento do desemprego, queda na produção, etc. Obviamente, isso também causa uma diminuição na receita do governo e, portanto, menor gasto social: menos escolas, hospitais, habitação, seguridade social, etc. Portanto, um declínio do bem-estar social, que se refletirá em uma estagnação ou diminuição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O objetivo fundamental deste artigo é prever - por meio da equação matemática obtida da regressão linear simples entre o IDH e o Produto Interno Bruto (PIB) real - o possível impacto da queda do PIB causada pela pandemia (COVID-19) em o IDH de dois grupos de países: o humano mais elevado e

o menos desenvolvido. A hipótese central desta pesquisa é que; Os países com maior índice de desenvolvimento humano serão menos afetados, enquanto aqueles com menor índice terão queda no índice de desenvolvimento no médio prazo. Em outras palavras, a pandemia afetará em menor grau os países com alto desenvolvimento humano.

PALAVRAS-CHAVE: Índice de Desenvolvimento Humano, Produto Interno Real Bruno, COVID-2019, regressão linear simples.

INTRODUCCIÓN

Este artículo muestra el impacto que traerá consigo el COVID-19 sobre el nivel de bienestar de la población en los países con más alto desarrollado y los de más bajo desarrollo. El desarrollo humano es una variable multidimensional que considera, en principios, tres índices; salud, escolaridad e ingreso per cápita. Si bien, tiene una connotación más social que económica, este último aspecto es crucial al momento de financiar la construcción de escuelas, hospitales, viviendas, carreteras, servicios públicos, infraestructura urbana y carretera, etc., Para lograr esto se requiere una política de gasto enfocada a una política social, la cual, a su vez, está en función de una política de ingreso y esta última, depende, en gran medida del comportamiento de PIB; técnicamente, esta en función de una mayor producción. “El desarrollo humano es una cuestión multidimensional, no sólo implica cuestiones monetarias y materiales, por ello el crecimiento del PIB debe ir acompañado de una serie de políticas públicas transversales, poner mayor énfasis en la redistribución de la riqueza nacional a través de diferentes políticas impositivas y sociales” (Ortiz, et al, p: 112).

Así pues, el desarrollo humano es un concepto abstracto que implica por si mismo; más y mejores condiciones de vida para los ciudadanos, pero también considera aspectos como; libertad para ser y hacer, el reconocimiento e identidad de los pueblos, el enfoque de capacidades y habilidades, entre otros. No obstante, uno de los principales objetivos que tienen el crecimiento económico debe ser procurar este desarrollo, por tanto y bajo esta premisa, el aumento del gasto de gobierno, de la inversión y de la producción es un medio para alcanzar dicho fin que es el bienestar de la población, por lo que, las medidas de austeridad, que comúnmente implementan los gobiernos suelen ser ineficaces, y traen consigo “recesiones, inestabilidad política, y unas decepcionantes mejoras en la situación fiscal, a medida que disminuyen los ingresos fiscales” (Stiglitz, 2012, p:17).

Ésta es, fundamentalmente, una investigación exploratoria descriptiva correlacional que parte del principio de que IDH y PIB mantienen cierto nivel de relación (Ortiz, et al, 2020), que si bien es en una magnitud pequeña -más aun considerando que los conceptos y definiciones sobre desarrollo humano son complejas y sobre todo que el entendimiento de éste implica, por si mismo, aspectos no cuantificables ni medibles bajo un enfoque de relación costo-beneficio- no debe ser subestimada, considerando que la mayor parte de los ingresos de todos los gobiernos parten de una base tributaria, la cual esta en función de la capacidad productiva de cada país.

APROXIMACIÓN TEÓRICA

Se entiende por desarrollo, en términos generales, el crecimiento logrado por los factores económicos. El desarrollo, en las teorías clásicas que lo abordan, es evaluado en términos del crecimiento del producto nacional (o en otros casos el Producto Interno Bruto), de la industrialización, del ingreso, del avance tecnológico o de la modernización social. En términos filosóficos, la antropología que subyace es individualista y utilitarista. Interesa el individuo concreto, que produce, que genera rentabilidad. Se trata de una lógica instrumental y una antropología liberal donde "... los seres humanos son considerados como factores productivos (como un elemento más del mecanismo de la producción), y por consiguiente con un valor meramente instrumental (Cejudo, 2006, p. 369 en León, 2020, p:1).

Anteriormente al hablar de "crecimiento económico" se hacía referencia a la necesidad de transformar a las economías nacionales, de suerte que en éstas pudiesen aumentar de manera sostenida, o más precisamente, "autosostenida": i) la actividad económica; ii) la productividad; y iii) la riqueza (Rostow, 1970, en Cuellar y Moreno, 2008). "El supuesto era que al revitalizarse y/o ampliarse la actividad económica aumentarían también la inversión y las fuentes de empleo; y que, si esto se hiciera introduciendo tecnologías capaces de mejorar la productividad, asimismo se incrementaría, y eventualmente más, la riqueza (el monto total de los bienes producidos), con consecuencias positivas sobre el nivel de los salarios y, por lo tanto, sobre el bienestar general de la población. En la medida en que se lograse que estos procesos se articulasen en la forma de un círculo virtuoso de retroalimentación positiva constante, los países alcanzarían el pleno desarrollo económico autosostenido" (Cuellar y Moreno, 2008, p:89). Desafortunadamente, la historia económica y los datos duros, nos muestra que no siempre es así, existen países con altas tasas de crecimiento económico y productividad y con niveles de bienestar no óptimos, más aún cuando consideramos las variables desigualdad y marginación. Países como Noruega considerada la nación con el más alto Índice de Desarrollo Humano, cuenta con bajos niveles de desigualdad y Estados Unidos, también entre los de alto desarrollo humano, tiene niveles de desigualdad social muy elevados, lo que nos lleva a afirmar que, no es suficiente con producir más, es necesario también distribuir mejor.

Para Stiglitz (2012), la desigualdad que se vive en la mayor parte del mundo es perniciosa y socava el crecimiento económico, afirmando que el mercado genera distorsiones e incentivos que no siempre producen riqueza sino también mecanismos para para arrebatarse ésta a los demás. Para él, la desigualdad se puede revertir si los gobiernos realmente quisieran hacerlo, afirmando que, es posible cambiar las tendencias de la desigualdad, otros países lo han conseguido. El autor afirma que Brasil tenía uno de los niveles más altos de desigualdad del mundo, pero durante la década de los noventa se dio cuenta de los peligros que ésta implicaba, en términos tanto de su potencial de división social y política como de crecimiento económico a largo plazo, el resultado fue un consenso

político a lo largo de toda la sociedad de que había que hacer algo. Bajo el mandato del presidente Henrique Cardoso hubo un aumento masivo del gasto en educación, incluida la destinada a los más pobres. Con el presidente Luiz Inácio Lula da Silva hubo gastos sociales para reducir el hambre y la pobreza, se redujo la desigualdad, aumentó el crecimiento (p:56). Por lo tanto, Stiglitz señala que el mercado contribuye a determinar la desigualdad y la única fuerza posible de revertir esto son las políticas gubernamentales, trasladando los recursos de los que más tienen a quienes menos tienen; gravando por ejemplo las herencias o gastos suntuarios y dando educación gratuita. Para Jiménez (2015) una parte muy importante de la acción redistributiva del Estado tiene lugar a través de mecanismos que pueden considerarse indirectos, como el gasto público en educación y salud, que no afectan el ingreso disponible actual de los hogares, pero tienen un impacto muy relevante, diferido en el tiempo, en la medida en que promueven las capacidades humanas y facilitan la inserción futura en el mercado de trabajo... a través de impuestos y transferencias— es de suma importancia para alterar los niveles de desigualdad en el acceso a recursos de los hogares (p:26).

Por su parte Bancaja e Ivie (2010) afirman que, aunque el Índice de Desarrollo Humano considera al *PIB per cápita*, como una buena alternativa de medida del desarrollo socioeconómico, ésta es insuficiente al momento de comparar países o regiones con niveles de desarrollo alto, ya que las diferencias son mínimas, lo cual no sucede entre los países de menor desarrollo. Para los primeros, las necesidades básicas: alimentación, vivienda, etc., están cubiertas, mientras que para el segundo grupo de países, que son los más atrasados, falta mucho por hacer, y es ahí donde la mano enfática del gobierno es primordial, éste debe construir viviendas, escuelas, hospitales y toda la infraestructura básica para llevar una vida digna. Sin perder de vista que, el incremento del ingreso promedio de una sociedad no supone por sí sólo un aumento del bienestar económico de los individuos que la componen y que la manera en que dichos ingresos se distribuyen es la pieza clave para que su incremento altere la situación de partida en beneficio de los más necesitados, lo que se considera como crecimiento “pro-poor”: a favor de los pobres (Burgos y Belén, 2015, p: 32).

No obstante, sin crecimiento, no hay recurso para financiar la educación, salud, vivienda, seguridad social, etc. “Han comenzado a surgir interesantes aportaciones que describen la relación causal crecimiento-equidad, pero en sentido opuesto, enfocando la discusión en los efectos de la distribución del ingreso o la riqueza y la pobreza sobre el incremento del PIB, tratando de dilucidar si la inequidad produce un impacto negativo sobre el crecimiento de los países, presunción que se ha visto respaldada por las nuevas teorías del crecimiento endógeno, que desde los años 80s reabren el debate del crecimiento y el desarrollo y cuestionan las teorías neoclásicas (Burgos y Belén, 2015, p: 23). En esa misma tesitura Freddy y Fernández (2018), afirman que el enfoque del desarrollo humano cuestiona que exista una relación directa entre el aumento del ingreso y la ampliación de

las operaciones que se ofrecen a las personas, enfatizan que no basta con analizar la cantidad, sino que más importante es tener en cuenta la calidad de ese crecimiento: no es que muestren desinterés por el crecimiento económico, sino que priorizan la necesidad de que ese crecimiento debe evaluarse en función de que consiga o no que las personas humanas puedan realizarse cada vez mejor (p:1).

Por su parte, Ranis y Stewart (2002) manifiestan que el desarrollo humano es el objetivo central de la actividad humana y el crecimiento económico el medio fundamental para alcanzarlo, siempre y cuando sea distribuido. León (2020), señala que en el campo de las ciencias económicas hay una correlación entre desarrollo y riqueza, de hecho, suele pensarse en riqueza (ingreso) es igual a desarrollo y su opuesto la pobreza (desempleo) es subdesarrollo. Reconoce que, además, en otros campos, el desarrollo este asociado con capacidades, habilidades y libertades, en autores como; Sen, Nussbaum, etc. Sin embargo, según el autor, el desarrollo humano, desde la perspectiva de la teoría económica, está asociado con progreso, con crecimiento económico y con riqueza, los cuales se miden con el Producto Interno Bruto real. La importancia del PIB en una economía se ve reflejada en las estimaciones periódicas de su comportamiento, así como su respaldo empírico para el estudio de las relaciones de variables macroeconómicas. Se mide como la suma del valor monetario de todos los bienes y servicios finales producidos en el interior de un país para un periodo de tiempo determinado (Mankiw, 2014).

En general, cuando se busca comparar los países a nivel internacional, se hace a través del PIB per cápita en una moneda común, ya que, no sólo tiene en cuenta la actividad económica, sino también el número de habitantes. Cabe destacar que se deben tener en cuenta aspectos como el costo de vida o la distribución del ingreso, el PIB se puede expresar en términos nominales y reales. El nominal hace referencia a los bienes y servicios valorados a precios corrientes y el real se ajusta por la inflación (deflacta) y expresa el valor de los bienes y servicios a precios de un año determinado; año base (Larraín y Sachs, 2013). Este último nos muestra si efectivamente hubo un crecimiento de la producción o sólo se incrementaron los precios.

Según datos del Programa de las Naciones Unidas (**Índice** indicadores de desarrollo, 2018) los 20 países con el más alto desarrollo humanos son: Noruega, Suiza, Irlanda, Alemania, Hong Kong, Australia, Islandia, Suecia, Singapur, Países Bajos, Dinamarca, Finlandia, Canadá, Nueva Zelanda, Reino Unido, Estados Unidos, Bélgica, Liechtenstein, Japón y Australia. Y los 20 con el más bajo son: Níger, República Centroafricana, Chad, Sudán del Sur, Burundi, Mali, Eritrea, Bukina Faso, Sierra Leona, Mozambique, República Democrática del Congo, Bisáu Guinea., Yemen, Liberia, Guinea, Gambia, Etiopia, Malawi y Afganistán. El índice de desarrollo humano promedio del primer grupo de países para el 2018 fue .932 y para el segundo .442.

A pesar de reconocer -que el crecimiento del PIB no genera de manera automática bienestar- la inconexión que muestran las dos variables analizadas (IDH y PIB) o la

mínima relación, negativa para países con alto desarrollo y positiva para los de bajo (Ortiz, Hernández y Martínez 2020) nos lleva a plantear que los países de bajo desarrollo pueden ser más vulnerables a las caídas del PIB y por tanto, a las crisis económicas en general, que los de alto desarrollo. Así, ante la contingencia actual (2020) los países con menor desarrollo mostrarán, en los próximos años, un retroceso o estancamiento en su Índice de Desarrollo Humano (p:113).

MATERIALES Y MÉTODOS

Para la presente investigación se seleccionaron los 20 países con el más alto índice de desarrollo humano (IDH) y los del más bajo (ver tabla 1), se obtuvo el Producto Interno Bruto (PIB), ambas variables con valores del año 2018. Según el Banco Mundial (2020), el impacto generalizado del coronavirus y las medidas de suspensión de las actividades económicas han ocasionado una drástica contracción de la economía mundial, por lo que estima que la caída promedio del PIB real será del 5.2%, lo que conlleva a una disminución en euros para los países con el más alto desarrollo de aproximadamente € 96193.0606¹ y para los países menos desarrollados de € 809.1096.² La tabla siguiente nos muestra el IDH y el PIB para el 2018 de los dos grupos de países, así como la caída estimada del Producto Interno Bruto real para cada país.

PAÍSES CON MÁS ALTO DESARROLLO	IDH ad 2018	PIB 2018 (Millones de euros)	CAÍDA ESTIMADA DEL PIB	PAÍSES CON MÁS BAJO DESARROLLO	IDH bd 2018	PIB 2018 (Millones de euros)	CAÍDA ESTIMADA DEL PIB
Noruega	0.954	359.1090	18673.668	Afganistán	0.496	16.6220	864.344
Suiza	0.946	628.1070	32661.564	Yibuti	0.495	2.4750	128.7
Irlanda	0.942	347.2150	18055.18	Malawi	0.485	5.9820	311.064
Alemania	0.939	3435.9900	178671.48	Etiopía	0.470	67.9840	3535.168
Hong Kong	0.939	307.1430	15971.436	Gambia	0.466	1.3760	71.552
Australia	0.938	1269.0140	65988.728	Guinea	0.466	10.2450	532.74
Islandia	0.938	21.6030	1123.356	Liberia	0.465	2.7500	143
Suecia	0.937	474.6830	24683.516	Yemen	0.463	22.7900	1185.08
Singapur	0.935	332.3300	17281.16	Bisáu	0.461	11.3740	591.448
Países Bajos	0.933	812.0510	42226.652	Rep. Demo. Del Congo	0.459	39.8810	2073.812
Dinamarca	0.930	310.5760	16149.952	Mozambique	0.446	12.1900	633.88
Finlandia	0.925	240.9240	12528.048	Sierra Leona	0.438	3.4590	179.868
Canadá	0.922	1550.8950	80646.54	Burkina Faso	0.434	11.9710	622.492

1 Para su cálculo se sumo el PIB de todos los países con el más alto desarrollo y se dividió entre 20. Es decir se calculó la media

2 Igual que en el caso de los países con el más alto desarrollo, aquí se sumo el PIB de los de menor desarrollo y se dividió entre 20: Se calculó la media

Nueva Zelanda	0.921	184.7820	9608.664	Eritrea	0.434	1.6990	88.348
Reino Unido	0.920	2523.3140	131212.328	Malí	0.427	14.5470	756.444
Estados Unidos	0.920	19140.4200	995301.84	Burundi	0.423	31.9610	1661.972
Bélgica	0.919	473.6390	24629.228	Sudán del Sur	0.413	34.5910	1798.732
Liechtenstein	0.917	5.8230	302.796	Chad	0.401	9.5450	496.34
Japón	0.915	4540.3000	236095.6	Rep. Centrafricana	0.381	1.8800	97.76
Austria	0.914	398.5220	20723.144	Níger	0.377	7.8740	409.448

TABLA 1. ÍNDICE DE DESARROLLO HUMANO, PRODUCTO INTERNO BRUNO Y PIB ESTIMADO

Índice e indicadores de desarrollo humano (2018). *Índice e indicadores de desarrollo humano, actualización estadística 2018*. Estados Unidos: Programa de las Naciones Unidas para el desarrollo, ONU.

<https://datosmacro.expansion.com/pib>

<https://economipedia.com/ranking/ranking-indice-de-desarrollo-humano-2018.html>

El desarrollo del ser humano en términos materiales -no existenciales, este último haría alusión a aspectos metafísicos, lo cual no es el objeto de análisis del presente artículo- debe tener un financiamiento, el cual surge de los ingresos del gobierno y a su vez estos de los impuestos, pago de derechos, productos, e incluso de la deuda pública, entre otros. EL gobierno recauda más entre mayor sea el producto que se genera en una sociedad, ahora bien, si el crecimiento económico es el principal medio para alcanzar el fin que es el desarrollo humano, qué pasa cuando el producto (que es el medio) se ve mermado por algún tipo de contingencia, como lo estamos viviendo hoy. Evidentemente, esto impactará significativamente el indicador de bienestar, que en este caso es medido con el IDH. “Un principio aceptado desde hace tiempo es que un aumento equilibrado de los impuestos y el gasto estimula la economía, y si el programa está bien diseñado (impuestos a los más ricos, gasto en educación) el aumento del PIB y el empleo puede ser significativo” (Stiglitz, 2012, p:18).

Con el objetivo de estimar el impacto del COVID-19 en el índice de desarrollo humano para los países más y menos desarrollados se obtuvieron, -a través de la regresión lineal simple entre *IDH* y *PIB real* del año 2018, el primero como variable dependiente del segundo-, dos ecuaciones matemáticas, correspondientes a cada uno de los grupos analizados (Ortiz, Hernández y Martínez, 2020), y son las siguientes:

$$IDH_{ad} = 0.932 - 7.167 \times 10^{-11} PIB_{real} + \hat{\varepsilon}_i \quad (\text{Ecuación 1, países con el más alto IDH})$$

$$IDH_{bd} = 0.442 + 1.963 \times 10^{-8} PIB_{real} + \hat{\varepsilon}_i \quad (\text{Ecuación 2, países con el más bajo IDH})$$

Considerando que la caída promedio del PIB real pronosticada por el banco mundial

será de 5.2%, las funciones quedaron de la siguiente forma:

$$IDH_{ad} = 0.932 - 7.167 \times 10^{-11}(-96193.0606) + \hat{\varepsilon}_i \quad (\text{Ecuación 3, alto desarrollo})$$

$$IDH_{bd} = 0.442 + 1.963 \times 10^{-8}(-809.1096) + \hat{\varepsilon}_i \quad (\text{Ecuación 4, bajo desarrollo})$$

Por lo que el valor estimado del *IDH* para ambos grupos de países será:

$$IDH_{ad}^{Estimado} = .932000689 + \hat{\varepsilon}_i$$

$$IDH_{bd}^{Estimado} = 0.441998412 + \hat{\varepsilon}_i$$

Podemos apreciar un sutil cambio en ambas estimaciones, positivo en el caso de los paises con el más alto desarrollo y negativo para los de menor desarrollo. Lo que nos permite afirmar que; el COVID-19 llevará, si no a una disminución, si a un estancamiento en el Índice de Desarrollo Humano para los países más pobres y con el IDH más bajo.

COMENTARIOS FINALES

En esta investigación se analizó, cuantitativamente, el impacto que generará la caída de Producto Interno Bruto derivada de la pandemia COVID-19. En las ecuaciones matemáticas obtenidas con la regresión lineal simple entre *IDH* y *PIB*, se percibe que la relación que guardan estas dos variables es mínima, lo cual se explica porque el desarrollo humano es un concepto multidimensional que engloba aspectos no económicos, como la libertad, las capacidades, las oportunidades, etc. No obstante, se aprecia una relación inversa para el caso de los países más desarrollados y positiva para los menos desarrollados, lo que nos hace inferir que una disminución del PIB traerá consigo un retroceso o estancamiento del IDH para los países menos desarrollados.

La investigación muestra que la pandemia COVID-19, impactará principalmente a los países menos desarrollados, por lo que urge que los gobiernos de todo el mundo y de cada uno de los países implementen políticas de gasto social que permita mitigar esos impactos negativos. Los países que han alcanzado condiciones óptimas de bienestar se ven menos afectadas, ya que cuentan con una infraestructura física cercana al cien por ciento, mientras que aquellos que tienen limitaciones no contarán recursos para avanzar e incluso retrocederán.

Para el tema abordado que es el Índice de Desarrollo Humano, se recomienda especial énfasis en las políticas de educación, vivienda, empleo y particularmente salud, tanto por ser un indicador fundamental del desarrollo humano como por ser el principal reto para vencer dentro del contexto de la pandemia: "La salud universal no es un juego, es una prioridad para los gobiernos de todo el mundo".

REFERENCIAS

Banco Mundial (2020). **El Covid-19 (corona virus) hunde a la economía mundial en la peor recesión desde la segunda guerra mundial**. Disponible en: <https://www.bancomundial.org/es/news/press-release/2020/06/08/covid-19-to-plunge-global-economy-into-worst-recession-since-world-war-ii>

Burgos, Miguel y Belén Ana (2015). **La medición del bienestar económico a través de las macromagnitudes de la Contabilidad Nacional**. CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, núm. 85, ISSN: 0213-8093

Cuéllar Saavedra.O. y Moreno Armella, F (2008). **Del crecimiento económico al desarrollo humano. Los cambiantes usos del concepto de desarrollo en América Latina, 1950-2000**. Disponible en <http://www.scielo.org.mx/pdf/soc/v24n70/v24n70a4.pdf>

Freddy Edison y Fernández Tene (2018). **El desarrollo humano y social**. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/328126666_El_desarrollo_humano_y_social

<https://datosmacro.expansion.com/pib>

<https://economipedia.com/ranking/ranking-indice-de-desarrollo-humano-2018.html>

Índice e indicadores de desarrollo humano (2018). **Índice e indicadores de desarrollo humano, actualización estadística 2018**. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, ONU, Estados Unidos.

Jiménez, Juan P. (2015). **Desigualdad, concentración del ingreso y tributación sobre las altas rentas en América Latina**. Centro de estudios fiscales, CEPAL, Santiago Chile.

Larraín B, Felipe y Sachs Jeffrey D (2013). **Macroeconomía en una economía global**. Editorial Pearson, Chile.

León Jiménez H (2020). **¿Qué es el desarrollo humano?** Disponible en <https://www.iape.edu.mx/que-es-el-desarrollo-humano/>

Mankiw G. (2014). **Macroeconomía**. Antoni Bosch editor, octava edición, Barcelona, España

Ortiz M., Imelda, Hernández O. Marlen y Martínez P. Jorge (2020). **Producto Interno Bruto e Índice de Desarrollo Humano: Dos variables inconexas**. Revista de Ciencias Sociales Vol. 29 Núm. 44. Primer Semestre 2020 (Ene-Jun) ISSN 0717-2257 - ISSN 0718-3631

Ranis Gustav y Stewart Frances (2002). **Crecimiento económico y desarrollo humano en América Latina**. Revista Cepal, <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/10848/078007024.pdf?sequence=1>

O PÓLO DE IMPERATRIZ: CARACTERIZAÇÃO E PERSPECTIVAS

Data de aceite: 10/01/2022

Edgar Oliveira Santos

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL
Imperatriz - MA
<http://lattes.cnpq.br/3600648555900724>

RESUMO: O município de Imperatriz está localizado na região Sul do Estado do Maranhão e possui características de um pólo. Este artigo visa a confirmação da existência desse pólo. O universo de estudo é o Maranhão do Sul, com 49 municípios e a amostra de 40,8% é composta por 20 municípios, escolhidos, principalmente, pela proximidade da rodovia Belém-Brasília. Os caminhos metodológicos utilizados versam sobre o modelo gravitacional, no qual são aplicadas as massas originadas de conjunto de aglomerações dos municípios. O referido modelo é reforçado pela proposição de Isard, de que os resultados desse modelo estão positivamente correlacionados com probabilidades com que os lugares, em um dado momento produzem atração mútua e, assim, com a probabilidade de um lugar ser centro para outro. Compõe essa metodologia as técnicas de análise fatorial visando correlacionar variáveis construindo scores para os municípios analisados. O município de Imperatriz apresenta através desse método, uma expressiva posição polarizadora diante dos demais. Este resultado é reforçado através da análise da teoria dos pólos originada por Perroux e consubstanciada por seus seguidores como Paelinck e outros.

PALAVRAS-CHAVE: Pólo Imperatriz. Crescimento econômico. Desenvolvimento econômico.

THE POLAR REGION OF IMPERATRIZ: CHARACTERIZATION AND PERSPECTIVES

ABSTRACT: The municipality of Imperatriz is located in the southern region of Maranhão and possesses characteristics of a polar region. This article aims to confirm the existence of this so called polar region and the study of the tendencies of the growth and of Imperatriz's economic development constitute the analysis of this study. The focus of this study is Maranhão do Sul with 49 cities and the sample of 40,8% of the cities chosen because of the proximities of the Belém-Brasília highway. The methodology means used turn on the gravitational model which are applied on the originated masses of population. The related model is strengthened by the Isard's proposition, from which the results of this model are positively correlated with probabilities with that places in certain moment produce mutual attraction and thus with the probability of a place to be the center for another. This methodology is composed by factorial analysis aiming to correlate variables building scores for the analyzed cities. The city of Imperatriz presents through this method a significant polarized position ahead from the others. This result is reinforced through the analysis theory of the polar regions originated by Perroux and sustained by its followers as Paelinck and other.

KEYWORDS: The polar region of Imperatriz. Economic Growth. Economic development.

LISTA DE SIGLAS

DNIT	Departamento Nacional de Infra –Estrutura de Transporte
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ETENE	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FIEMA	Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIDRA	Sistema do IBGE de recuperação automática
SECTAM	Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente
SINE	Sistema Nacional de Empregos

1 | INTRODUÇÃO

A cidade de Imperatriz é a mais importante do estado, depois da capital, está situada na parte Sul do estado do Maranhão, completou 153 anos no ano de 2005, e seus dados históricos apontam para uma origem difícil em termos de organização. A ocupação populacional da cidade ocorreu através de um processo desordenado em função dos seguintes aspectos: grande quantidade de terras devolutas; utilização do porto no rio Tocantins, por aventureiros rumo às minas de ouro dos garimpos, construção da rodovia Belém-Brasília; centro de abastecimento durante a exploração de ouro em Serra Pelada. No início do ano de 1972, segundo Negreiros (1996, p. 29-46), teve início o crescimento econômico de Imperatriz com a presença dos pioneiros da Rodovia BR 010, uma forte corrente migratória provocou um crescimento vertiginoso e desordenado da cidade. “A quantidade de pessoas procedentes de outros países e de pelo menos 24 estados, fora o Maranhão, foi responsável por 45% da população do município no período 1970/1980. Segundo o IBGE, incluindo migrantes de outros municípios maranhenses, foram 100.096 pessoas que chegaram a Imperatriz naquele decênio”(ENCICLOPÉDIA IMPERATRIZ, 2002, p. 599).

O notório crescimento econômico de Imperatriz tem sido demonstrado a partir da década de 70, através das inúmeras atividades que são criadas, principalmente de comércio. Outros setores também apresentaram destaques no final da década de 90, como a educação, saúde e outros serviços. Um possível efeito polarizador do município começa despertar para algumas reflexões em torno desse dinamismo local, que provoca uma inquietação sobre a qualidade dessa movimentação. Diante do exposto, percebe-se

que é necessário alguns estudos, no sentido de uma caracterização teórica no contexto da economia regional, visando estabelecer o enquadramento do município, dentro de uma estrutura de requisitos, que possam coincidir com os conceitos abordados nessa ciência regional. Quais os elementos teóricos, que podem confirmar Imperatriz como um pólo de crescimento econômico? Numa análise superficial e histórica encontram-se argumentos que indicam a construção de uma estrutura econômica no município que contribuiu para a implantação de um foco de crescimento econômico, baseado no comércio em Imperatriz e inibiu essa mesma implantação, nos municípios vizinhos. A base comercial exerce uma força de atração nas populações dos lugares mais próximos. Admite-se aqui a possibilidade de existência de pólo de crescimento em detrimento de alguns municípios que não conseguem crescer economicamente, confirmando pontos de discussão de Hirschman (1977, p. 35-52).¹

Esta pesquisa avalia a força de polarização de algumas variáveis, consideradas como determinantes, para a caracterização do pólo de Imperatriz, em relação com outras próximas cidades maranhenses, que conformam a mesorregião local e no contexto do Estado do Maranhão, analisando os fatores que têm influenciado o crescimento econômico deste município.

2 | TEORIA DOS PÓLOS: CONCEITOS

O conceito de pólo de crescimento tem sido confundido com indústria chave, indústria básica e complexo industrial. Segundo François Perroux (1955 apud SCHWARTZMAN, 1977, p. 157-194) o crescimento não ocorre ao mesmo tempo em toda parte. Ele se manifesta em pontos ou pólos de crescimento com intensidades variáveis sobre toda a economia. Esta concepção de pólos de crescimento conduziu os estudiosos a definirem a indústria, pelos fluxos de produto e renda que pode gerar, condiciona a expansão e o crescimento de indústrias tecnicamente ligadas a ela (polarização técnica)², determina a prosperidade do setor terciário por meio das rendas que gera (polarização das rendas) e produz um aumento da renda regional com a concentração de novas atividades numa zona determinada, mediante a perspectiva de poder dispor de certos fatores de produção existente nessa zona (polarização geográfica).

Seguindo a parte conceitual dessa teoria, observa-se que pólo de crescimento ativo é quando produz efetivamente expansão de um setor ou outras atividades motrizes anexas e nele mantém um ritmo crescente de atividades.

Pólo potencial é quando pode produzir estes efeitos sob certas condições. E a

1 A necessidade do surgimento de “pontos de crescimento” ou de “pólos de crescimento” durante o processo de desenvolvimento significa que as desigualdades internacionais e inter – regionais de crescimento são condição inevitável e concomitante ao próprio processo de crescimento.

2 A noção de pólo engloba a análise de relações interindustriais, tendo o modelo de Leontief como fundamento teórico. Assim, as empresas ligadas tecnologicamente por relações de insumo – produto (Boudeville, 1972).

empresa motriz é a empresa definida na região, que exerce essencialmente sua influência sobre o espaço econômico da região, dentro da qual a intensidade das relações internas da empresa é maior que a correspondente à suas relações com outras regiões. Uma empresa pode ocupar apenas um espaço geográfico numa região próxima a sua fonte de matéria prima ou num distrito industrial e não ter o dinamismo de uma empresa motriz.

2.1 Análise dos fundamentos teóricos no contexto histórico de Imperatriz

A origem do crescimento econômico de Imperatriz apresenta elementos que podem ser associados aos aspectos fundamentais da teoria dos pólos. Inicialmente será desenvolvida neste texto uma estratégia de discussão sobre os fatores determinantes do crescimento de Imperatriz. A construção da BR 010 aparece em publicações dos historiadores locais (NEGREIROS 1996; NASCIMENTO 1998; BARROS, 1996; CARVALHO, 2000), como sendo o ponto de partida do crescimento econômico do município. Segundo Negreiros (1996, p. 132), Imperatriz transformou-se no centro de operações para os trabalhos do lado Norte e do lado Sul da cidade por decisões políticas. Era o “ponto de apoio”, na linguagem dos técnicos da rodovia. Milhares de pessoas chegaram para esta região, que congregou 11 empreiteiras, 3.400 homens, 200 caminhões, tratores e outras máquinas (NASCIMENTO, 1998, p. 33).

Esse quadro despertou o interesse para a instalação das médias e grandes empresas comerciais, que substituíram os pequenos comerciantes existentes e em seguida passaram também a abastecer pequenos comerciantes da periferia e nos povoados rurais, concedendo prazos de 30 e 60 dias para pagamento. As grandes empresas citadas eram, em geral, filiais das capitais do Nordeste e do Sul; exerciam grande domínio na região, desfrutando de economias de escala e expandindo rapidamente suas influências em toda a região. É possível perceber, que essa estrutura comercial implantada em Imperatriz na década de 60, pode ser explicada através da teoria econômica da localização, admitindo a existência de vantagens locacionais para os grandes comércios, a implantação de um ponto de crescimento e o domínio sobre os municípios vizinhos dificultando o crescimento destes, caracterizando o dualismo (HIRSCHMAN apud SHWARTZMAN, 1977, p. 35-38). O ponto de crescimento, neste caso, coincide com o grande volume de pessoas concentradas em Imperatriz e o seu fluxo de renda, originado a partir do pagamento das empreiteiras aos seus empregados. E a polarização pode ter sido iniciada com a intensidade das relações comerciais entre empresas localizadas na região.

2.2 A hierarquização do espaço na conformação do pólo Imperatriz

A teoria dos pólos de François Perroux (1955 apud SCHWARTZMAN, 1977, p. 145-156), a principal referência para as discussões sobre pólos de crescimento, apresenta uma indústria motriz, como base para definição de um pólo de crescimento, considerando essa indústria portadora de dinamismo, capaz de promover transformações em sua área de

influência. Outros estudiosos, depois de Perroux, entre eles Jacques Boudeville(1961), apud Schwartzman (1977, p. 140) e Jean Paelink (1965 apud SCHWARTZMAN, 1977, p. 157-194), consideram o pólo de crescimento como uma aglomeração urbano-industrial, onde o setor terciário aparece com suas atividades bastante destacadas, com um certo nível de sofisticação. O termo pólo, passou a nomear diversos municípios com certo dinamismo econômico, mesmo sem qualquer preocupação quanto à definição. A visão geral de pólo é de um ponto com força de atração. Essa mesma visão induziu a uma caracterização de cidades dinâmicas com poder de atrair populações de outras cidades, como um pólo. A questão é: visualizadoras as forças que conformam o poder de atração de Imperatriz, até quando é possível manter seu dinamismo? Responder tal questão é o propósito dos segmentos que seguem. Utiliza-se aqui, inicialmente, o modelo gravitacional para observar como as diversas forças de polarização, se comportam no contexto dos municípios do Maranhão do Sul, que também engloba Imperatriz.

2.2.1 Força de polarização de Imperatriz

Com a intenção de encontrar parâmetros capazes de definir a dimensão da capacidade de atração das populações residentes e dos fluxos econômicos nos municípios vizinhos a Imperatriz, e ainda estabelecer condições de construção de uma estrutura hierárquica de polarização em torno dos municípios mais populosos, utilizou-se o modelo gravitacional, uma vez que se admite a idéia de interação de forças entre duas cidades. Para Clemente (2000, p. 95-97),³ o modelo gravitacional é uma analogia à Lei da Gravitação Universal, segundo a qual a força de atração entre dois corpos é diretamente proporcional às massas desses corpos e inversamente proporcional ao quadrado da distância que os separa.

Os modelos gravitacionais são baseados em modelos análogos da Física, de tipo simples, e tiveram uma história longa e controvertida na análise sociológica de aspectos regionais. Nos modelos gravitacionais aplicados à análise de transporte urbano o tráfico entre dois pontos é hipoteticamente tomado como positivamente relacionado à “massa” em cada ponto e negativamente à “fricção”, que é gerada na viagem entre dois pontos. A fricção pode ser medida em termos de distância, tempo, custo e vários outros fatores. Do mesmo modo, a massa tem sido definida, de maneira variada, como população, número de proprietários de automóveis e, em alguns modelos mais sofisticados, é tomada como poder de compra, ou a demanda efetiva, ou mesmo o “poder de atração” potencial do comércio ou da indústria (poder de atração refletido no emprego do comércio varejista e da indústria ou outras medidas de tais atividades).

No modelo utilizado na Economia Regional é possível substituir o conceito de massa de corpos por algum indicador de tamanho dos lugares. Serão utilizadas além da

3 5 – CLEMENTE, Ademir. Economia do desenvolvimento regional. São Paulo: ATLAS 2000, p. 95-97.

população, outras variáveis de cada município envolvido, substituindo as referidas massas existentes na fórmula original. O universo em estudo é o Maranhão do Sul, que possui 49 cidades. Deste contexto foi extraída uma amostra de 20 municípios considerando os seguintes critérios: proximidade da rodovia Belém-Brasília (até no máximo 150 Km de distância) e proximidade de Imperatriz (até no máximo 250 Km de distância).

2.2.2 O modelo gravitacional e de potencial

A regionalização de um espaço geográfico para o delineamento da interação entre as cidades que o compõem pode ser analisada por meio dos modelos gravitacionais e de potenciais, modelos de interação espacial, bem como através de estudos de fluxos. A concepção do modelo gravitacional nas ciências sociais se baseia na idéia de campo de força newtoniano. Desse modo, admite-se que há uma “força de interação” entre duas cidades onde se localizam atividades humanas, a qual é uma função do tamanho das populações das cidades e do inverso da distância entre elas. Desse modo observa-se o seguinte:

$$I_{ij} = \frac{f(P_i.P_j)}{f(D_{ij})}$$

- I_{ij} indica o grau de interação entre a cidade i e a cidade j ;
- P_i, P_j = população das cidades i e j ;
- D_{ij} = distâncias entre as cidades i e j ;

Este seria um dos modos de se expressar, em termos matemáticos, a força de atração entre duas cidades, segundo Carrothers (1956 apud HADDAD, 1989, p. 528).

As interações entre os diversos lugares podem ser observadas a partir das decisões tomadas pelos indivíduos as quais se materializam em suas ações, atividades produtos dos fluxos das informações que trocam uns com os outros. Os indivíduos necessitam estar sempre em comunicação para o exercício das diversas atividades humanas, o que, inevitavelmente, gera diversas relações de interdependências diretas e indiretas entre essas atividades.

As hipóteses do modelo são que a interação entre os indivíduos, em suas atividades, é proporcional às massas ou populações entre as cidades, porque quanto maiores os aglomerados humanos, provavelmente maior deve ser a comutação, sob diversos aspectos, entre esses aglomerados. Por outro lado, o custo e o sacrifício em deslocar-se no espaço reduzem, paulatinamente, aquela comutação, quanto maior for a distância entre dois pontos. Assim, admite-se que a interação seja inversamente proporcional à distância.

O modelo gravitacional numa ótica de probabilidade é representado por Isard (1969 apud HADDAD, 1989, p. 528), através da seguinte expressão:

$$I_{ij} = G \frac{P_i \cdot P_j}{d_{ij}^b}$$

- I_{ij} indica o grau de interação entre a cidade i e a cidade j ;
- P_i, P_j = população das cidades i e j ;
- d_{ij}^b = distâncias entre as cidades i e j ;
- G é a constante semelhante à constante universal numérica ou constante de proporcionalidade, que depende das unidades de medida na Lei de Newton; (gravitacional numérica);
- b é um parâmetro exponencial.

O modelo de Isard (1969, p. 528) supõe ainda, que as grandezas relativas a um aglomerado só fazem sentido como expressões de sua posição em relação a todos os aglomerados de um dado sistema: as áreas de influência de cada centro dependem da respectiva posição num sistema amplo de gravitação, isto é, num campo de forças, para cuja representação servem tais valores (COSTA, 2005, p. 5). As referidas posições se revelariam inicialmente em potenciais V , tais que:

$$V_i = \sum_{j=1}^n I_{ij} = G \cdot \sum_{j=1}^n \frac{P_i \cdot P_j}{d_{ij}^b}$$

O potencial V_i de interação de um aglomerado i com o seu campo constituído adicionalmente pelos aglomerados j é, entretanto, uma grandeza dimensional, uma vez que depende dos tamanhos das aglomerações. Se, todavia, dividirmos este valor pela massa do aglomerado i teremos a grandeza adimensional V^* , potencial por unidade de massa, do aglomerado. Desse modo:

$$V_i^* = \sum_{j=1}^n \frac{I_{ij}}{P_i} = G \cdot \sum_{j=1}^n \frac{P_j}{d_{ij}^b}$$

Com base no entendimento de Costa (2005, p. 5), do mesmo modo que um campo de forças, uma região seria representada por um conjunto de ações mútuas entre os aglomerados, cujos fluxos se orientam provavelmente pelos centros com maiores potenciais de atração. Estes se apresentam nas formulações, do modelo gravitacional acima descritas.

2.2.3 Análise das variáveis de maior poder de polarização

Além das variáveis tradicionalmente utilizadas no modelo gravitacional, (população e distância), verifica-se que são necessários alguns outros indicadores para uma análise, segundo o ponto de vista da divisão de trabalho e funções estabelecidas entre os municípios.

Em função das limitações do modelo gravitacional, segundo Haddad (1989, p. 531-532)⁴, as variáveis, que provavelmente integram as forças produtivas na região, serão observadas quanto ao seu poder de polarização como fenômeno de desenvolvimento, nos municípios em estudo. O movimento populacional observado em Imperatriz demonstra, aparentemente, uma forte influência do comércio; serviço de saúde, serviços bancários, ensino superior, entretenimento e prestação de serviço em geral. Nos outros municípios dessa região Sul do Maranhão, observam-se preliminarmente, os destaques nas atividades de indústria, pecuária e comércio. Desse modo é possível constituir, um conjunto de fatores de produção distribuídos nos seguintes setores: primário, absorvendo parte da mão-de-obra de baixo nível de qualificação, nas atividades de agricultura (subsistência) e pecuária (gado bovino de corte); secundário, as indústrias (móveis, açúcar e álcool, beneficiamento de couro, ferro gusa, construção civil, cerâmica, laticínio e diversas pequenas fábricas) atraindo em grande parte a mão-de-obra com pouca qualificação; e o setor terciário (bancos, serviços públicos em geral, hospitais e clínicas médicas e odontológicas, educação, escritórios de advogados e contadores, comércio em geral e prestação de serviços diversos) é composto pela mão-de-obra qualificada.

Construir uma massa mais representativa como força de concentração comum aos municípios do Maranhão do Sul é uma necessidade compatível com as características do modelo gravitacional e a proposta de medir polarização. Quais as variáveis determinantes para compor uma massa coerente com esse contexto? Diante dessa dúvida, analisou-se dados do IBGE (2000), sobre as atividades desenvolvidas pela população dos municípios em estudo e outros dados referentes a população urbana, rural e total incluindo o nível de escolaridade para responder sobre o capital humano. Levantou-se inicialmente um conjunto de 12 atividades comuns e com maiores possibilidades de aglutinar pessoas em função das características de ocupação das pessoas na região. A partir desse levantamento foram criados 09 setores contendo atividades principais e mais 3 variáveis já citadas, com aspectos de escolaridade e população urbana. A finalidade desses setores é servir como variáveis que possam estabelecer níveis de relação como elementos de análise.

1. Setor A = agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal;
2. Setor I = indústria extrativa e construção;
3. Setor C = comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos;
4. Setor E = educação;
5. Setor F = intermediação financeira;

4 O modelo gravitacional é estático e descritivo e refere-se à interação criada pela comunicação entre agregados (isto é, massas). O modelo não se apóia em construções teóricas sobre a natureza das variáveis que condicionam a interação ou interdependência entre os centros, suas relações funcionais e a estabilidade dessas relações. Isso o torna um instrumento precário de decisão particularmente quando se procura fazer projeções de tendências futuras de modificações do sistema de interdependência dos centros e suas consequências.

6. Setor P = atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas;
7. Setor S = saúde e serviços sociais;
8. Setor T = transporte, armazenagem e comunicação;
9. Setor G = administração pública, defesa e seguridade social;
10. População urbana;
11. SH = Responsável pela família entre 12 a 14 anos de escola;
12. SW = Responsável pela família com 15 ou mais anos de escola.

A partir dessa seleção foi elaborada uma matriz contendo os 20 municípios (no eixo vertical) e o número de pessoas ocupadas, correspondentes aos setores já definidos (eixo horizontal), conforme a tabela 01:

Municípios e setores	SA	SI	SC	SE	SF	SP	SS	ST	SG	PU	SH	SW
Açailândia	7157	6558	5397	1762	162	653	354	1515	852	64164	126	263
Amarante	6391	699	7050	358	16	16	50	215	240	10818	12	43
Buritirana	3174	463	284	184	0	9	13	82	149	3784	0	0
Campestre	1790	643	315	139	0	58	10	103	177	8591	0	16
Carolina	3267	589	1307	444	23	285	153	302	337	14362	0	104
Cidelândia	2193	324	314	212	5	58	22	97	55	4623	0	6
Davinópolis	1263	625	539	228	0	93	11	110	129	10231	21	0
Estreito	2528	1368	1035	395	0	173	42	318	470	15846	43	26
G. E. Lobão	1481	505	324	200	3	31	35	60	59	3867	14	14
Imperatriz	7602	15322	23041	5170	575	4480	2162	5319	4199	218673	614	1773
Itinga	1963	2343	1003	380	6	159	31	242	194	17401	31	67
J. Lisboa	3752	1222	965	518	26	146	54	301	396	15307	13	18
M. Altos	2166	160	199	172	5	27	44	74	115	4825	12	9
P. Franco	1828	887	1034	331	0	262	169	323	196	12618	25	76
R. Fiquene	880	133	128	150	0	45	7	52	54	2744	0	5
S. F. Brejão	1444	203	123	139	0	9	18	47	99	3833	0	6
S.P. A.Branca	1684	309	260	251	20	44	46	118	198	9459	5	9
Sem.L.Roque	3792	288	330	444	0	49	44	148	183	7965	10	0

Sítio Novo	3227	265	403	190	0	19	109	38	83	4249	22	10
V.N.Martírios	1373	116	78	91	0	28	10	39	82	3108	0	0

Tabela 01: População do Sul do Maranhão, ocupação principal e escolaridade do responsável pela família – ano 2000.

Fonte: SIDRA – Sistema do IBGE de recuperação automática

Nos setores selecionados são identificados os conjuntos que podem determinar as seguintes indicações potenciais: capital humano⁵ representado pelo nível de escolaridade dos responsáveis pelas famílias; o capital físico⁶ com relação às atividades industriais, transportes, comércio e instituições financeiras; o capital social⁷, vinculado às atividades da saúde, e assistência social e serviço público; o capital natural coincide com agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal. Buscando descobrir se existe uma correlação dinâmica entre as variáveis escolhidas (setores) foi construída a tabela 5 a seguir.

	AS	SI	SC	SE	SF	SP	SS	ST	SG	PU	SH	SW
AS	1	,723(**)	,770(**)	,725(**)	,698(**)	,620(**)	,641(**)	,695(**)	,668(**)	,692(**)	,650(**)	,634(**)
SI	,723(**)	1	,939(**)	,988(**)	,981(**)	,959(**)	,956(**)	,986(**)	,967(**)	,988(**)	,974(**)	,960(**)
SC	,770(**)	,939(**)	1	,959(**)	,961(**)	,953(**)	,956(**)	,962(**)	,961(**)	,961(**)	,958(**)	,961(**)
SE	,725(**)	,988(**)	,959(**)	1	,996(**)	,982(**)	,983(**)	,998(**)	,988(**)	,997(**)	,988(**)	,983(**)
SF	,698(**)	,981(**)	,961(**)	,996(**)	1	,986(**)	,987(**)	,997(**)	,989(**)	,996(**)	,990(**)	,988(**)
SP	,620(**)	,959(**)	,953(**)	,982(**)	,986(**)	1	,997(**)	,990(**)	,995(**)	,989(**)	,994(**)	,999(**)
SS	,641(**)	,956(**)	,956(**)	,983(**)	,987(**)	,997(**)	1	,990(**)	,991(**)	,988(**)	,993(**)	,998(**)
ST	,695(**)	,986(**)	,962(**)	,998(**)	,997(**)	,990(**)	,990(**)	1	,993(**)	,999(**)	,994(**)	,991(**)
SG	,668(**)	,967(**)	,961(**)	,988(**)	,989(**)	,995(**)	,991(**)	,993(**)	1	,993(**)	,993(**)	,993(**)
PU	,692(**)	,988(**)	,961(**)	,997(**)	,996(**)	,989(**)	,988(**)	,999(**)	,993(**)	1	,994(**)	,990(**)
SH	,650(**)	,974(**)	,958(**)	,988(**)	,990(**)	,994(**)	,993(**)	,994(**)	,993(**)	,994(**)	1	,994(**)
SW	,634(**)	,960(**)	,961(**)	,983(**)	,988(**)	,999(**)	,998(**)	,991(**)	,993(**)	,990(**)	,994(**)	1

** Correlação significativa . Fonte: processamento através do software SPSS 13.

Tabela 02: Coeficientes de correlação entre todas as variáveis.

Fonte: SIDRA – Sistema do IBGE de recuperação automática

5 O capital humano de acordo com Sandroni (1999, p.78-80) é o conjunto dos investimentos direcionados para a formação educacional e profissional da população.

6 O capital físico é considerado por Costa (2005) como aqueles que definem o acesso aos meios de produção.

7 O capital social está vinculado às atividades de saúde, educação e administração (COSTA, 2005).

A referida tabela é constituída de coeficientes de correlação entre todas as variáveis. Segundo Sandroni (1999, p. 136), a correlação é o grau em que duas variáveis estão relacionadas linearmente, seja por meio de causalidade direta, indireta ou por probabilidade estatística. A correlação é medida geralmente pelo coeficiente:

$$r = \frac{\sum x.y}{\sqrt{\sum x^2} \sqrt{\sum y^2}}$$

Onde x e y são os desvios das médias das duas variáveis respectivamente. Este coeficiente pode assumir valores entre -1 e 1. O primeiro representa uma perfeita correlação negativa e o segundo, uma perfeita correlação positiva, enquanto o valor zero ou próximo deste indica não haver correlação entre as duas variáveis⁸.

Para Ferreira (1989, p. 430), a população de uma variável X abrange todos os valores que conceitualmente esta variável pode ter. A população neste estudo refere-se aos aglomerados de pessoas, distribuídos pelas variáveis, aqui constituídas (representadas pelos setores) e que representam atividades principais nos municípios, conforme a tabela 01. Desse modo quando falamos na correlação entre X e Y, estamos interessados em descobrir se as populações X e as populações Y estão associadas ou não. Como raramente temos condições de ter acesso aos valores das populações das variáveis para medir sua correlação, somos obrigados a estimá-la pelo cálculo de um coeficiente de correlação, calculando com os valores observados para as duas variáveis, conceitualmente também consideradas como amostras das populações.

Quanto mais alto for o coeficiente da tabela 2, mais fortemente a variável se correlaciona com a outra. Analisando essa tabela, observa-se que o setor A (agricultura, pecuária, silvicultura e extração florestal) é a variável que apresenta o menor grau de correlação, com o conjunto das demais variáveis envolvidas neste estudo, variando de 0,62 a 0,72. As demais variáveis apresentam coeficientes com níveis que variam de 0,956 a 0,999, que indicam elevada correlação entre as demais variáveis. Cada variável foi correlacionada, com todas as outras variáveis envolvidas na análise. O nível de correlação demonstrado nessa tabela conduz a uma avaliação de que as variáveis selecionadas indicam uma polaridade dinâmica.

Com essa visão sobre o potencial das variáveis escolhidas, é necessário saber como elas se comportam em termos de relacionamento no contexto do Sul do Maranhão. Elas indicam, em sua correlação, se as aglomerações explicam-se mais pelas atividades de comércio, das indústrias ou de serviços? O que explica a formação de indústrias? É provável, que essas variáveis apresentem suas influências polarizadoras, com seus respectivos graus de associação, justificando a presença dos contingentes distribuídos nos

⁸ valores próximos dos extremos indicam a existência de correlação.

municípios do Maranhão do Sul. Através dos modelos de regressão linear é possível avaliar como cada uma das variáveis mantém relacionamento com o conjunto de variáveis, ou seja, $SA = f\{SI, SC, SE, SF, SP, SS, ST, SG, PU, SH, SW\}$. Visando um poder de análise e considerando a importância das variáveis escolhidas, todas foram avaliadas.

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	667,447	459,763		1,452	,185
	SI	-1,211	,785	-2,170	-1,543	,161
	SC	4,093	1,958	10,642	2,091	,070
	SE	6,087	2,802	3,517	2,172	,062
	SF	-61,776	20,182	-4,102	-3,061	,016
	SP	-28,159	4,665	-14,158	-6,037	,000
	SS	3,837	6,862	,930	,559	,591
	ST	,101	5,043	,061	,020	,985
	SG	4,480	2,576	2,076	1,739	,120
	PU	,029	,126	,713	,231	,823
	SH	-29,321	15,479	-2,034	-1,894	,095
	SW	25,586	11,526	5,121	2,220	,057

Coeficiente de determinação $R^2 = 0,958$

Tabela 03: Resultado da regressão do pessoal ocupado na agricultura como variável dependente das demais variáveis escolhidas.

Fonte: Processamento do autor através do software SPSS 13.

Observando apenas os sinais dos coeficientes, nos resultados obtidos na tabela acima e as outras tabelas a seguir, demonstra-se que, a primeira variável dependente SA, que corresponde à agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal, depende positivamente do SE (setor educacional), do SC (atividades comércio) que apresenta o maior grau de associação do SS (saúde e serviços sociais), do SG (administração pública, defesa e seguridade social), da população urbana e também associa-se ao capital humano de nível superior. Assim é possível afirmar, que as aglomerações formadoras dessa atividade econômica em estudo, SA, são constituídas pela ação cumulativa das concentrações referenciadas com sinal positivo. Quanto à significância dos parâmetros, observa-se que os setores do comércio, educação, intermediação financeira, prestação de serviço e os dois que envolvem anos de escola dos responsáveis pelas famílias, apresentam valores menores que dez por cento, sendo, portanto, considerado um resultado consistente.

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	106,544	200,870		,530	,610
	SC	1,549	,792	2,249	1,957	,086
	SE	,922	1,359	,297	,679	,516
	SF	-21,738	8,901	-,806	-2,442	,040
	SP	-7,399	3,473	-2,076	-2,130	,066
	SS	-2,750	2,590	-,372	-1,062	,319
	ST	,983	1,964	,331	,501	,630
	SG	-,781	1,164	-,202	-,672	,521
	PU	,084	,040	1,149	2,089	,070
	SH	-4,076	7,225	-,158	-,564	,588
	SW	5,631	5,441	,629	1,035	,331
	SA	-,189	,123	-,106	-1,543	,161

Tabela 04: Resultado da regressão do pessoal ocupado na indústria como variável dependente das demais variáveis escolhidas.

Coefficiente de determinação $R^2 = 0,998$

Fonte: Processamento do autor através do software SPSS 13.0

O setor da indústria quando se constituiu numa variável dependente $SI = f\{SA, SC, SE, SF, SP, SS, ST, SG, PU, SH, SW\}$, apresentou associação positiva com o comércio, o capital humano, setor de transporte, setor de educação e também com a população urbana, como mostram os resultados apresentados na tabela 4. Os parâmetros de significância, referentes aos setores destacados, apresentam consistência para o comércio- SC e população urbana – PU, com valores abaixo de 0,10.

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	1274,062	1374,954		,927	,381
	SA	,228	,987	,009	,231	,823
	S	4,206	2,013	,307	2,089	,070
	SC	-2,726	6,747	-,289	-,404	,697
	SE	3,519	9,813	,083	,359	,729
	SF	66,021	79,919	,179	,826	,433
	SP	18,036	30,114	,370	,599	,566
	SS	-2,284	19,568	-,023	-,117	,910
	ST	7,787	13,849	,191	,562	,589
	SG	8,356	7,934	,158	1,053	,323
	SH	18,469	51,749	,052	,357	,730
	SW	-3,249	41,004	-,027	-,079	,939

Tabela 05: Resultado da regressão da população urbana como variável dependente das demais variáveis escolhidas.

coeficiente de determinação $R^2 = 0,999$

Fonte: Processamento do autor através do software SPSS 13.0

Com relação a população urbana como variável dependente $PU = f\{SA, SI, SC, SE, SF, SP, SS, ST, SG, SH, SW\}$ para uma análise que conduz a argumentos justificadores das aglomerações nos municípios do Maranhão do Sul, foi constatado, como mostra a tabela, que as concentrações urbanas, desse espaço em estudo, são formadas pela ação cumulativa do pessoal empregado na indústria, prestação de serviço, administração pública, nos serviços de transporte, intermediação financeira, setor de educação e na agricultura. Os parâmetros de significância, em sua maioria não apresentam valores consistentes, o destaque ficou apenas para o setor da indústria com 0,070, portanto, com o maior grau de confiabilidade.

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	-67,374	71,178		-.947	,372
	SE	-,325	,500	-,072	-,650	,534
	SF	8,418	3,130	,215	2,689	,028
	SP	3,014	1,189	,583	2,535	,035
	SS	,210	1,013	,020	,207	,841
	ST	,565	,705	,131	,801	,446
	SG	-,207	,433	-,037	-,479	,645
	PU	-,007	,018	-,069	-,404	,697
	SH	4,724	2,129	,126	2,219	,057
	SW	-,728	2,112	-,056	-,345	,739
	SA	,086	,041	,033	2,091	,070
	S	,209	,107	,144	1,957	,086

Tabela 06: Resultado da regressão do pessoal ocupado no comércio como variável dependente das demais variáveis escolhidas.

Coeficiente de determinação $R^2 = 1,000$

Fonte: Processamento do autor através do software SPSS 13.0

Essa tabela é representativa da participação do comércio nas aglomerações, formadas principalmente pelo pessoal ocupado no setor de intermediação financeira, setor de prestação de serviços para empresas e o capital humano - SH. Verifica-se também, que SC se relaciona, de forma positiva com o setor de transportes - ST, saúde - SS, agricultura - AS e indústria - SI. Na análise da significância, observa-se 5 parâmetros aceitáveis, menores que 0,10. Eles correspondem aos setores da intermediação financeira, prestação de serviço, agricultura, indústria e capital humano - SH..

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
1 (Constant)	1,748	6,113		,286	,782
SP	-,303	,075	-2,298	-4,065	,004
SS	,002	,083	,008	,027	,979
ST	,012	,060	,109	,202	,845
SG	,020	,035	,139	,565	,588
RJ	,001	,001	,440	,826	,433
SH	-,320	,190	-,335	-1,684	,131
SW	,271	,145	,817	1,864	,099
SA	-,009	,003	-,131	-3,061	,016
S	-,020	,008	-,530	-2,442	,040
SC	,056	,021	2,209	2,689	,028
SE	,059	,037	,510	1,604	,147

Tabela 07: Resultado da regressão do pessoal ocupado na intermediação financeira como variável dependente das demais variáveis escolhidas.

Coefficiente de determinação $R^2 = 0,999$

Fonte: processamento através do software SPSS 13.0

O resultado descrito na tabela 07 apresenta entre os coeficientes de regressão não padronizados, sete setores, que demonstram afinidades com o setor formado pelo pessoal ocupado na intermediação financeira e assim integram as componentes de relação positiva, formando um conjunto que na realidade mostra certa lógica de associação de dependência com esse setor (intermediação financeira), que contribui para a formação de aglomerações que aqui são representadas pelas variáveis evidenciadas. Quanto à significância, existem cinco parâmetros aceitáveis, destacando-se o setor de prestação de serviço com 0,004, demonstrando grande consistência.

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	7,323	51,650		,142	,891
	ƒ	4,152	2,589	,477	1,604	,147
	Ɔ	1,485	,967	1,292	1,536	,163
	Œ	,040	,700	,017	,058	,955
	Ŧ	,332	,491	,346	,676	,518
	Š	-,234	,291	-,187	-,802	,446
	Ũ	,004	,013	,191	,359	,729
	Ÿ	1,056	1,827	,127	,578	,579
	Ź	-2,362	1,205	-,818	-1,960	,086
	Š	,061	,028	,105	2,172	,062
	Ÿ	,059	,087	,183	,679	,516
	Š	-,154	,237	-,695	-,650	,534

Tabela 08: Resultado da regressão do pessoal ocupado na educação como variável dependente das demais variáveis escolhidas.

Coefficiente de determinação $R^2 = 0,999$

Fonte: Processamento do autor através do software SPSS 13.0

Observando o resultado apresentado na tabela acima, referente ao pessoal empregado na educação, encontramos três coeficientes de relação positiva destacada, que são SF, SP e SH associado ao pessoal ocupado na intermediação financeira no setor de prestação de serviço e o capital humano – SH. Outros setores também estão associados positivamente, como mostra a tabela. Existem 2 valores de significância aceitáveis, 0,086 e 0,062, correspondentes, respectivamente, aos setores de agricultura e dos responsáveis pelas famílias com mais de 15 anos de escola.

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	-10,193	11,938		-,854	,418
	Š	,015	,007	,074	2,220	,057
	Ÿ	,021	,020	,188	1,035	,331
	Š	-,020	,058	-,261	-,345	,739
	Ŧ	-,137	,070	-,397	-1,960	,086
	ƒ	1,117	,599	,371	1,864	,099
	Ɔ	,526	,189	1,322	2,783	,024
	Œ	,067	,167	,082	,404	,697
	Ŧ	-,084	,118	-,252	-,709	,498
	Š	-,065	,069	-,150	-,933	,378
	Ũ	,000	,003	-,030	-,079	,939
	Ÿ	,236	,442	,082	,534	,608

Tabela 09: Resultado da regressão do responsável pela família com 15 ou mais anos de escola, variável dependente das demais variáveis escolhidas.

Coefficiente de determinação $R^2 = 0,999$

Fonte: Processamento do autor através do software SPSS 13.0

As aglomerações distribuídas nas atividades de e intermediação financeira, na região Sul do Maranhão apresentam forte indício de influência dos responsáveis pelas famílias com 15 ou mais anos de escola, o coeficiente é de 1,117 enquanto que os outros coeficientes positivos apresentam menores graus de concentração na relação de dependência com o Setor SW, nesta análise. Os parâmetros de significância registram quatro coeficientes aceitáveis.

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	3,402	9,733		,350	,736
	SA	-,011	,006	-,152	-1,894	,095
	S	-,009	,017	-,242	-,564	,588
	SC	,081	,036	3,023	2,219	,057
	SE	,038	,066	,316	,578	,579
	SF	-,816	,485	-,781	-1,684	,131
	SP	-,309	,178	-2,240	-1,739	,120
	SS	,109	,127	,381	,858	,416
	ST	-,058	,093	-,508	-,626	,549
	SG	,063	,053	,419	1,184	,270
	SW	,146	,273	,421	,534	,608
	SJ	,001	,002	,300	,357	,730

Tabela 10: Resultado da regressão do responsável pela família entre 12 a 14 anos de escola, variável dependente das demais variáveis escolhidas.

Coeficiente de determinação $R^2 = 0,997$

Fonte: Processamento do autor através do software SPSS 13.0

Pelo resultado da tabela acima observa-se que as aglomerações distribuídas nas atividades econômicas na região Sul do Maranhão, aqui analisadas apresentam coeficientes positivos, indicando a relação de dependência com os responsáveis pelas famílias, entre 12 a 14 anos de escola. Verifica-se também a existência de relação negativa em quatro setores. Na significância, encontramos apenas dois parâmetros aceitáveis, 0,095 e 0,057, correspondentes a agricultura e comércio.

Após essas observações, analisando as diferentes forças potenciais das variáveis, como é possível agrupá-las para transformá-las numa massa de um conjunto de aglomerações? De acordo com Ferreira (1989, p. 482), a análise fatorial é utilizada para descobrir padrões de características, chamados de fatores, relativos a um conjunto de dados. Esse método pode ser empregado para agrupar as variáveis, servindo para delinear padrões de variação nas características. Com base nesse conhecimento, utilizou-se a tabela 01 e com o auxílio do processador SPSS, as variáveis em estudo, foram submetidas à análise fatorial, do tipo R, com rotação, obtendo-se a tabela 11, que está

mostrando os coeficientes dos fatores principais das variáveis, ou variáveis Proxy daquelas que fundamentam a polarização dinâmica. O setor do pessoal empregado na agricultura, silvicultura, pecuária e exploração florestal é o que apresenta o menor nível, 0,711, os demais setores estão com valores acima de 0,98, sendo, portanto, uma boa representação. O setor do pessoal empregado na educação ocupa juntamente com o comércio, a segunda posição e o de transporte mais a população urbana apresenta um nível de correlação de 0,999.

Variáveis	Coef. de correlação com fator principal	R ²
Pessoal ocupado no transporte	0,999	0,998
População urbana	0,999	0,998
Pessoal ocupado no comércio	0,998	0,996
Pessoal ocupado na educação	0,998	0,996
Pessoal ocupado na intermediação financeira	0,997	0,994
Cabeça da família entre 12 e 14 anos de estudo	0,994	0,988
Pessoal ocupado na administração pública	0,994	0,988
Pessoal ocupado na saúde e serviço social	0,991	0,982
Cabeça da família com mais de 15 anos de estudo	0,991	0,982
Pessoal ocupado na prestação de serviços	0,990	0,980
Pessoal ocupado na indústria	0,984	0,968
Pessoal empregado na agricultura	0,711	0,505

Tabela 11: Fator principal da análise fatorial das variáveis básicas.

Fonte: Coeficientes obtidos através do processador SPSS 13.0

As variáveis da tabela 01 foram agrupadas em doze fatores principais, que representam proxys dos fatores superiores. Observa-se na tabela acima, a existência de percentuais (R^2), de grande importância, em virtude dos altos valores encontrados, para as variáveis relacionadas na primeira coluna à esquerda, fortalecendo o poder de explicação dos fundamentos de polarização dinâmica. Uma exceção é mostrada na variável representada pelo pessoal empregado na agricultura, cujo percentual (0,505) é baixo, reduzindo a consistência explicativa. Os fatores principais obtidos, nessa tabela 11 possuem como componentes os aglomerados populacionais dos municípios em estudo, distribuídos pelos setores da atividades, utilizados como variáveis. É necessário também encontrar, um fator dominante, que determine em que medida ele se manifesta em cada lugar. É possível gerar escores fatoriais para cada um dos municípios em estudo, usando as cargas fatoriais das variáveis como parâmetros estimados da equação e multiplicando-as pelos valores das variáveis que compõem aquele fator, obtendo-se o valor estimado para a variável dependente, neste caso o escore fatorial (FERREIRA, 1989, p. 493). Através do processamento da análise fatorial (software SPSS), as cargas potenciais de cada município

foram geradas como apresenta a tabela a seguir. As cargas foram ajustadas por um fator de 1,59267 para torná-las positivas e maiores que um. O método da análise fatorial é comentado por Andrade (1983)⁹.

Municípios	Scores	Fator de ajustamento	Scores ajustados
1.Açailândia	0,82587	1,59267	2,41854
2.Amarante	-0,11539	1,59267	1,47728
3.Buritirana	-0,31092	1,59267	1,28175
4.Campestre	-0,33314	1,59267	1,25953
5.Carolina	-0,12516	1,59267	1,46751
6.Cidelândia	-0,33858	1,59267	1,25409
7.Davinópolis	-0,32753	1,59267	1,26514
8.Estreiro	-0,15667	1,59267	1,436
9.G.Edison Lobão	-0,35186	1,59267	1,24081
10.Imperatriz	4,0992	1,59267	5,69187
11.Itinga do Ma	-0,17951	1,59267	1,41316
12.João Lisboa	-0,1261	1,59267	1,46657
13.Montes Altos	-0,33446	1,59267	1,25821
14.Porto Franco	-0,1969	1,59267	1,39577
15.Ribarrar Fiquene	-0,40733	1,59267	1,18534
16.São Francisco Brejão	-0,38362	1,59267	1,20905
17. S Pedro A. Branca	-0,31186	1,59267	1,28081
18.Senador La Roque	-0,24331	1,59267	1,34936
19.Sítio Novo	-0,28558	1,59267	1,30709
20.V.Nova dos Martírios	-0,39716	1,59267	1,19551

Tabela 12: Cargas dos municípios com scores dos fatores de polaridade.

KMO= 0,803

Fonte: Resultados obtidos pela análise fatorial através do processador SPSS 13.0 e utilização de um fator de ajustamento atribuído pelo autor.

O teste de KMO – Kaiser-Meyer-Olkin, para a análise da adequabilidade da amostra apresentou um valor de 0,803, indicando que a amostra é satisfatória para a técnica da análise fatorial. As cargas encontradas na tabela anterior e que fundamentam a polarização, podem ser utilizadas como “massas” P do município na delimitação do campo de forças dos potenciais, apresentados pelas relações de Isard (1969, p. 528-529), já referenciadas

⁹ Andrade (1983) apud (FERREIRA) comenta sobre uma análise fatorial feita com interesse de caracterizar as potencialidades de crescimento econômico em um conjunto de municípios e, após a aplicação do método de análise fatorial, foram encontrados 5 fatores que explicaram 89% da variabilidade da estrutura produtiva dos municípios. Menezes, Faissol & Ferreira (1978, p.524-534), explicam sobre uma análise fatorial realizada para estudar dois conjuntos de cidades brasileiras.

anteriormente e que estão a seguir. Com esse resultado obtido através da integração das forças, é possível encontrar o fator de atratividade para cada par de município (representados nas fórmulas por i, j). Isso é obtido dividindo cada massa pela distância entre os municípios. A tabela das distâncias está apresentada a seguir e em seguida apresenta-se o mapa da região, que contempla os municípios em estudo.

$$V_i = \sum_{j=1}^n I_{ij} = G \cdot \sum_{j=1}^n \frac{P_i \cdot P_j}{d_{ij}^b}$$

$$V_i^* = \sum_{j=1}^n \frac{I_{ij}}{P_i} = G \cdot \sum_{j=1}^n \frac{P_j}{d_{ij}}$$

O cálculo para encontrar o fator de atratividade é realizado com o emprego do Excel, assim a tabela com as cargas de cada município ocupou a planilha 1, enquanto que a tabela das distâncias ocupou a planilha 2; e a planilha 3 apresentou os potenciais de gravitação dos municípios. A fórmula do Excel construída para esse procedimento foi a seguinte:

fx = plan1!Dx/plan2!x20, esta para a divisão das massas pelas distâncias, e

fx = soma(fx1 : fx20) para encontrar o resultado dos potenciais.

Esse resultado gerado pelo referido cálculo determinou as diversas cargas de atração, correspondente a cada município. O potencial de atração de cada município é a soma da força de atração desse município em relação a cada um dos outros municípios, ou seja, o valor do campo de forças constituído por suas relações.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
1	1	179	145	157	288	59	80	194	99	68	58	79	133	166	146	42	203	84	179	73	1
2	179	1	40	195	337	207	129	239	148	117	237	100	182	215	195	185	278	101	288	113	2
3	145	40	1	166	297	167	89	203	108	77	203	67	142	175	155	145	238	61	188	207	3
4	157	195	166	1	145	179	77	50	58	78	204	89	81	22	18	146	239	94	127	219	4
5	288	337	297	145	1	310	232	92	251	220	346	231	223	120	160	288	381	236	269	350	5
6	59	207	167	179	310	1	102	218	121	90	104	101	155	188	168	52	89	106	201	40	6
7	80	129	89	77	232	102	1	126	29	12	138	23	63	108	88	80	183	28	109	142	7
8	194	239	203	50	92	218	126	1	97	126	254	139	131	28	50	196	289	144	177	256	8
9	99	148	108	58	251	121	29	97	1	31	157	42	34	69	34	99	192	47	80	161	9
10	68	117	77	78	220	90	12	126	31	1	116	11	65	98	78	68	161	16	111	130	10
11	58	237	203	204	346	104	138	254	157	116	1	137	191	224	204	58	199	142	237	201	11
12	79	100	67	89	231	101	23	139	42	11	137	1	76	109	89	79	172	5	122	141	12
13	133	182	142	81	223	155	63	131	34	65	191	76	1	103	81	133	216	81	46	195	13
14	166	215	175	22	120	188	108	28	69	98	224	109	103	1	28	166	259	114	149	228	14
15	146	195	155	18	160	168	88	50	34	78	204	89	81	28	1	146	239	94	127	208	15

16	42	185	145	146	288	52	80	196	99	68	58	79	133	166	146	1	93	84	179	93	16
17	203	278	238	239	381	89	183	289	192	161	199	172	216	259	239	93	1	177	262	44	17
18	84	101	61	94	236	106	28	144	47	16	142	5	81	114	94	84	177	1	127	146	18
19	179	288	188	127	269	201	109	177	80	111	237	122	46	149	127	179	262	127	1	241	19
20	73	113	207	219	350	40	142	256	161	130	201	141	195	228	208	93	44	146	241	1	20
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	

Tabela 13: Distâncias entre os municípios

Fonte: Ministério dos transportes, 2002.

A distribuição das cargas encontra-se na tabela a seguir; além das cargas a tabela mostra no final um resultado classificador dos municípios em estudo, estabelecendo uma hierarquia dos pólos na região do Sul do Maranhão. Observando a última linha da tabela a seguir é possível perceber a posição destacada do município de Imperatriz, que apresenta um potencial bastante elevado em relação aos demais. O poder polarizador desta referida cidade pode ser considerado em função da força de atração caracterizada pela massa, que constitui o modelo gravitacional, como mostrado anteriormente. As variáveis inter-relacionadas indicam possibilidades de ganhos de escala destacando a população urbana, e rendimentos crescentes pela diversificação de variáveis, que influenciam fortemente atuando na prestação de serviço de uma maneira geral, congregando, assim, uma aglomeração com destaque na presença de capital humano, superando as demais cidades.

1	2,419	0,008	0,009	0,008	0,005	0,021	0,016	0,007	0,013	0,084	0,024	0,019	0,009	0,008	0,008	0,029	0,006	0,016	0,007	0,016
2	0,014	1,477	0,032	0,006	0,004	0,006	0,01	0,006	0,008	0,049	0,006	0,015	0,007	0,006	0,006	0,007	0,005	0,013	0,005	0,011
3	0,017	0,037	1,282	0,008	0,005	0,008	0,014	0,007	0,011	0,074	0,007	0,022	0,009	0,008	0,008	0,008	0,005	0,022	0,007	0,006
4	0,015	0,008	0,008	1,26	0,01	0,007	0,016	0,029	0,021	0,073	0,007	0,016	0,016	0,063	0,066	0,008	0,005	0,014	0,01	0,005
5	0,008	0,004	0,004	0,009	1,468	0,004	0,005	0,016	0,005	0,026	0,004	0,006	0,006	0,012	0,007	0,004	0,003	0,006	0,005	0,003
6	0,041	0,007	0,008	0,007	0,005	1,254	0,012	0,007	0,01	0,063	0,014	0,015	0,008	0,007	0,007	0,023	0,014	0,013	0,007	0,03
7	0,03	0,011	0,014	0,016	0,006	0,012	1,265	0,011	0,043	0,474	0,01	0,064	0,02	0,013	0,013	0,015	0,007	0,048	0,012	0,008
8	0,012	0,006	0,006	0,025	0,016	0,006	0,01	1,436	0,013	0,045	0,006	0,011	0,01	0,05	0,024	0,006	0,004	0,009	0,007	0,005
9	0,024	0,01	0,012	0,022	0,006	0,01	0,044	0,015	1,241	0,184	0,009	0,035	0,037	0,02	0,035	0,012	0,007	0,029	0,016	0,007
10	0,036	0,013	0,017	0,016	0,007	0,014	0,105	0,011	0,04	5,692	0,012	0,133	0,019	0,014	0,015	0,018	0,008	0,084	0,012	0,009
11	0,042	0,006	0,006	0,006	0,004	0,012	0,009	0,006	0,008	0,049	1,413	0,011	0,007	0,006	0,006	0,021	0,006	0,01	0,006	0,006
12	0,031	0,015	0,019	0,014	0,006	0,012	0,055	0,01	0,03	0,517	0,01	1,467	0,017	0,013	0,013	0,015	0,007	0,27	0,011	0,008
13	0,018	0,008	0,009	0,016	0,007	0,008	0,02	0,011	0,036	0,088	0,007	0,019	1,258	0,014	0,015	0,009	0,006	0,017	0,028	0,006
14	0,015	0,007	0,007	0,057	0,012	0,007	0,012	0,051	0,018	0,058	0,006	0,013	0,012	1,396	0,042	0,007	0,005	0,012	0,009	0,005
15	0,017	0,008	0,008	0,07	0,009	0,007	0,014	0,029	0,036	0,073	0,007	0,016	0,016	0,05	1,185	0,008	0,005	0,014	0,01	0,006
16	0,058	0,008	0,009	0,009	0,005	0,024	0,016	0,007	0,013	0,084	0,024	0,019	0,009	0,008	0,008	1,209	0,014	0,016	0,007	0,013
17	0,012	0,005	0,005	0,005	0,004	0,014	0,007	0,005	0,006	0,035	0,007	0,009	0,006	0,005	0,005	0,013	1,281	0,008	0,005	0,027
18	0,029	0,015	0,021	0,013	0,006	0,012	0,045	0,01	0,026	0,356	0,01	0,293	0,016	0,012	0,013	0,014	0,007	1,349	0,01	0,008
19	0,014	0,005	0,007	0,01	0,005	0,006	0,012	0,008	0,016	0,051	0,006	0,012	0,027	0,009	0,009	0,007	0,005	0,011	1,307	0,005
20	0,033	0,013	0,006	0,006	0,004	0,031	0,009	0,006	0,008	0,044	0,007	0,01	0,006	0,006	0,006	0,013	0,029	0,009	0,005	1,196

Potenciais	2,88	1,67	1,49	1,58	1,59	1,48	1,7	1,69	1,6	8,12	1,6	2,2	1,51	1,72	1,49	1,45	1,43	1,97	1,49	1,38
------------	------	------	------	------	------	------	-----	------	-----	------	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------

Tabela 14: Distribuição das cargas de atratividade dos municípios

Fonte: Tabela dos fatores de polaridade e tabela das distâncias entre as cidades, valores obtidos a partir das relações da grandeza adimensional e auxílio do Excel. Os números da coluna da esquerda correspondem aos seguintes municípios: 1 Açailândia, 2 Amarante, 3 Buritirana, 4 Campestre, 5 Carolina, 6 Cidelândia, 7 Davinópolis, 8 Estreito, 9 Governador Edson Lobão, 10 Imperatriz, 11 Itinga do Maranhão, 12 João Lisboa, 13 Montes Altos, 14 Porto Franco, 15 Ribamar Fiquene, 16 São Francisco do Brejão, 17 São Pedro da Água Branca, 18 Senador Lá Roque, 19 Sítio Novo e 20 Vila Nova dos Martírios.

Para uma melhor análise a tabela a seguir apresenta uma classificação dos municípios segundo o seu poder de polarização.

Municípios	Potenciais
1. Imperatriz	8,118
2. Açailândia	2,882
3. João Lisboa	2,204
4. Senador La Roque	1,97
5. Porto Franco	1,722
6. Davinópolis	1,697
7. Estreito	1,687
8. Amarante do Maranhão	1,671
9. Governador Edson Lobão	1,602
10. Itinga do Maranhão	1,597
11. Carolina	1,594
12. Campestre do Maranhão	1,582
13. Montes Altos	1,514
14. Ribamar Fiquene	1,491
15. Buritirana	1,489
16. Sítio Novo	1,486
17. Cidelândia	1,476
18. São Francisco do Brejão	1,447
19. São Pedro da Água Branca	1,431
20. Vila Nova dos Martírios	1,381

Tabela 15: Classificação dos municípios de acordo com as cargas potenciais

Fonte: Originada da tabela 14

Os dez primeiros municípios destacados pelo poder de polarização confirmam a realidade vivenciada na região. O método empregado, o modelo gravitacional, com as

formulações de Isard e as associações das técnicas de análise fatorial, reforça o poder de análise, em torno da teoria da polarização, fornecendo desse modo uma estrutura metodológica que confirma o poder que possui um município em um conjunto de uma região. O município de Imperatriz constitui o ponto central desse trabalho, é uma cidade que é considerada como pólo pela população da região. A análise aqui utilizada ratifica a visão sobre o poder de atração dessa cidade. São fortes os indícios dessa posição de pólo central dessa região, que enquadra a maioria dos municípios do Maranhão do Sul. Mas a questão não se resume nessa confirmação da posição de Imperatriz nessa hierarquia, o resultado atende, principalmente à questão da dúvida sobre qual seria a dimensão do destaque de Imperatriz em relação aos demais municípios. Isso aumenta a possibilidade de uma melhor avaliação quanto à permanência dessa posição, tomando por base um parâmetro quantitativo adquirido. Contudo, essa avaliação deve ser consubstanciada por um estudo da realidade desse município destacado. Na abordagem da hierarquia dos pólos, observam-se os seguintes aspectos: o município de Açailândia ocupa a segunda posição e apresenta a segunda maior população na região com a maior parte concentrada na população urbana (72,65%); possui destaque também no setor de indústria e está situada ao longo da Rodovia BR 010. Essa cidade concentra as usinas de ferro guza na região. Nascimento (1998, p. 97-98) exalta a presença da empresa Vale do Rio Doce, em Açailândia, com projetos hortifrutigranjeiros para pequenas e médias propriedades, bem como investimentos na educação e saúde; afirma ainda sobre os projetos de reflorestamento em áreas desmatadas e construção de ferrovia que tem servido para escoamento da produção agrícola do Sul do estado. Essas considerações auxiliam no esforço explicativo do poder de polarização desse município, que possui a sua força de atração situada logo após Imperatriz.

A cidade de João Lisboa, que ocupa a terceira posição na escala hierárquica possui também elementos que auxiliam o poder explicativo das variáveis envolvidas nos procedimentos metodológicos. Citamos aqui apenas um grande referencial. A empresa moveleira Lisboa Móveis, oriunda da madeireira Belo Horizonte, reúne um grande contingente de operários, é uma grande empresa especializada na exportação para o exterior. Esse aspecto indica um poder de concentração da população urbana no município.

CONCLUSÃO

Na busca por uma definição quanto à posição do município de Imperatriz perante os diversos municípios situados no Sul do Maranhão, este trabalho analisou variáveis que apresentam poder de aglutinação de pessoas na região, visando elaborar uma estrutura hierárquica dos lugares, observando a capacidade de atração entre os mesmos lugares. As metodologias gravitacionais utilizadas viabilizaram uma melhor explicitação da hierarquia do espaço na região Sul do Maranhão. As variáveis preliminarmente escolhidas

como prováveis destaques na formação de aglomerados característicos de um pólo de crescimento, foram submetidas a um processamento no contexto das formulações de Isard (1969, p. 524-534), a partir do citado modelo. O propósito de tornar o modelo explicativo e probabilístico desse autor contribuiu também aqui, para uma elaboração de resultados que explicam a dinâmica dos municípios polarizadores. Verificou-se ainda a expressão característica de cada variável polarizadora nos municípios pesquisados. Isso pode ser ressaltado com o exemplo da variável **população urbana** e o município de Imperatriz. Este município destaca-se no Maranhão com uma população urbana de 94,84% do total, possui a segunda maior população do estado, o que confirma o seu poder de atração, movido fortemente por uma grande economia de escala perante os demais municípios em estudo. Imperatriz caracteriza-se assim como o centro de maior potencial polarizador do Sul do Maranhão.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria do Amparo Freitas. História oral. Imperatriz: SENAI/IMP, 2004.

ANDRADE, T. A. Uma análise comparativa do desempenho econômico de três cidades brasileiras. Nagoya, Japão, United Nations Centre for Regional Development, 1983. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org). **Economia regional**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989, p. 524-534.

BARBOSA, Hélio Batista; SPINK, Peter. **20 experiências de gestão públicas e cidadania**. São Paulo: FGV/EASP, 2002

BARROS, Edelvira Marques Moreira. **Imperatriz, memória e registro**. Imperatriz: Ética, 1996.

BOUDEVILLE, J. R Contribution a l'étude des pôles de croissance brésiliens. In: bibliographie de science économique régionale. Paris, ISEA. In : Jacques Schwartzman. **Economia Regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 35 -52.

BRAGA, Márcio Bobik. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.771 de 1965. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1965.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte – DNIT. **Mapa Rodoviário - Maranhão**. Brasília: Ministério dos Transportes, 2002.

CARROTHERS, H. P. G.(1956). An historical review of the gravity and potential. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org). **Economia regional**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989, p. 524-534.

CARVALHO, Carlota. **O sertão, subsídios para a história e a geografia do Brasil**. Imperatriz: Ética 2000, p. 161-168. Edição (org) por João Renôr de Carvalho.

CASTRO, Edna Ramos de. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização. In: COELHO, Maria Célia Nunes. et al. (Orgs). **Estado e políticas públicas na Amazônia**. Belém: Cejup, 2001.

CLEMENTE, Ademir. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COSTA, Francisco de Assis. Polaridade e desenvolvimento endógeno no sudeste paraense. In: **Interações**: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, v. 6, n. 10, 2005.

DAVIN, L. E; LEPAS, J. Industries d avenir, marché común et province de Liège. Bibliothèque de l Institut de Science Economique de l Université de Liège, 1963. n 2., In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**, 1977 p. 157 – 194.

DAVIN, L.E. Dynamique économique de la région Liègeoise, Liège et Paris. Paris 1959. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**, 1977 p. 157 – 194.

ENCICLOPÉDIA DE IMPERATRIZ. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2002.

FAISSOL, S. Problemas geográficos brasileiros – análise quantitativa. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, s.d. (separata da Revista Brasileira de Geografia, 34. In: **Economia Regional**: teorias e Métodos de Análise. HADDAD, Paulo Roberto et. al. (Orgs.). Fortaleza: BNB, 1989.

FERREIRA, C. M. Métodos de regionalização. In: **Economia Regional**: teorias e Métodos de Análise. HADDAD, Paulo Roberto et. al. (Orgs.). Fortaleza: BNB, 1989.

FONTES, Ângela. **Desenvolvimento econômico local e sustentabilidade institucional**: as redes de desenvolvimento econômico local. Rio de Janeiro: IBAM/SERE/FES, 1996.

FRANCO, Augusto de. Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável. Brasília: IPM, 2000.

FRIEDMAN, John. **Regional planning**: a problem of spatial integration. Regional science association papers, 1959. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 35 – 52.

GUIMARÃES, Roberto. P. O desafio político do desenvolvimento sustentado. In: **LUA NOVA**, n. 35, 1995, p. 113-136.

HADDAD, Paulo Roberto (Org). **Economia regional**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989.

HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

HIRSCHAMAN, A. O interregional and international transmission of economic growth. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977, p. 35-52.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Sistema IBGE de recuperação automática**. Base de informações municipais, (estado do Maranhão e municípios), 2000.

ISARD, Walter. Gravity, potential and spatial interaction models. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org). **Economia regional**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989, p. 524-534.

LEONTIEF, Vassily. In: PAULANI, Leda Maria. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MATHIEU, Hans (org). **A nova política Industrial: o Brasil no novo paradigma**. São Paulo: Marco Zero, 1996.

MENEZES, A.C.F. **Análise da matriz geográfica: estruturas e inter-relações**. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989, p. 524-534.

MOREIRA, Zequinha. **Precursor do desenvolvimento de Imperatriz**. Imperatriz: Ética, 1997.

NASCIMENTO, Evangelista Mota. **Açailândia e sua história**. Imperatriz: Ética, 1998.

NEGREIROS, Sebastião. A história de um jornalista despretenso, fatos que marcaram a história de Imperatriz. Imperatriz: Ética, 1996.

PAELINCK, Jean. La Théorie du development regionpolarize. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**. 1977, p. 157 – 194.

PARÁ. Lei Ambiental do Estado do Pará. Maio, 1995.

PAULANI, Leda Maria. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2003.

PERROUX, François. Note sur la notion de pôle de croissance. *Economie appliquée*. In : SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977 p. 157 – 194. _____ . Lês espaces économiques. Paris, ISEA, 1950 (CAHIERS DE L ISEA. *Economie Appliquée*, nr 1). In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977 p. 157 – 194.

RENÔR, João Ferreira de Carvalho. **Momentos de história da Amazônia**. Imperatriz: Ética. 1998. _____ . **Enciclopédia de Imperatriz**. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2003.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2005.

SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia regional**. Belo Horizonte: 1977.

TEIXEIRA Alberto. Alternativas de planejamento do desenvolvimento. Fortaleza: IPLANCE, 1998.

CAPÍTULO 21

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE NO BRASIL E PERNAMBUCO A PARTIR DE MICRODADOS DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE – 2013

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 19/10/2021

Josicleide Montenegro da Silva Guedes Alcoforado

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Pesqueira – PE
<http://lattes.cnpq.br/4536554280785587>

Ana Carla Silva Alexandre

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Pesqueira – PE
<http://lattes.cnpq.br/8832022730343469>

Idalacy de Carvalho Barreto

Secretaria Estadual de Saúde Pernambuco
Recife – PE
<http://lattes.cnpq.br/1383875777599104>

Irla Maria Vidal de Souza Medeiros

Marinha do Brasil
Recife – PE
<http://lattes.cnpq.br/6695447031659168>

José Ricardo Bezerra Nogueira

Universidade Federal de Pernambuco de Pernambuco
Recife – PE
<http://lattes.cnpq.br/0867860936900556>

Patricia Rejane Ribeiro Bispo

Faculdade de Ciências Humanas de Olinda
Olinda – PE
<http://lattes.cnpq.br/2894386401381371>

Nelson Miguel Galindo Neto

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Pesqueira – PE
<http://lattes.cnpq.br/0593074026473891>

Guilherme Guarino de Moura Sá

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Belo Jardim – PE
<http://lattes.cnpq.br/7392865734545404>

Deisyelle Magalhães Barbosa

Faculdade de Ciências Humanas de Olinda
Olinda – PE
<http://lattes.cnpq.br/6395893801511762>

Débora Montenegro da Silva

Faculdade de Ciências Humanas de Olinda
Olinda – PE
<http://lattes.cnpq.br/6462122332959998>

RESUMO: Os acidentes de trânsito no Brasil são a causa de grande morbimortalidade anualmente, gerando dor, sofrimento e perda de qualidade de vida imputada às vítimas, aos seus familiares e à sociedade como um todo, além de custos econômicos provocados ao setor saúde e previdência. Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo identificar o perfil epidemiológico das vítimas de acidentes de transporte terrestre em Pernambuco, utilizando microdados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013. Este trabalho é um estudo descritivo, de base populacional e corte transversal com abordagem quantitativa; para o processamento de dados, foi utilizado o programa SPSS versão

20.0. Através dessa pesquisa observou-se principalmente que a concentração de acidentes se dá com motocicleta como meio de transporte. Predominante os homens são mais acometidos, na faixa etária entre os 18 e 35 anos, mas em alguns casos o intervalo de idade entre 36 e 59 anos o percentual de vítimas fica similar; a relação do número de acidentes entre homens e mulheres pode estar atrelada a alguns fatores como homens utilizarem com maior frequência carros e motos, além de os homens beberem mais frequentemente e intensamente do que as mulheres, Sendo relevante destacar a necessidade de estudar o perfil epidemiológico dos acidentados como medida coadjuvante na formulação de estratégias de enfrentamento desse problema de saúde pública, pois os acidentes de trânsito geram como consequência uma perda anual de capital humano para o país, custos hospitalares, custos para sociedade em geral, além de custos pessoais e familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Acidentes de trânsito. Perfil epidemiológico. Causas externas.

EPIDEMIOLOGICAL PROFILE OF VICTIMS OF LAND TRANSPORT ACCIDENTS IN BRAZIL AND PERNAMBUCO BASED ON MICRODATES OF THE NATIONAL HEALTH SURVEY - 2013

ABSTRACT: Traffic accidents in Brazil are the cause of high morbidity and mortality annually, causing pain, suffering and loss of quality of life attributed to the victims, their families and society as a whole, as well as economic costs caused to the health sector and welfare. Thus, this study aims to identify the epidemiological profile of victims of road accidents in Pernambuco, using micro data from the National Health Survey (PNS) 2013. This work is a descriptive, a population-based and cross-sectional study with a quantitative approach; for data processing we used the SPSS version 20.0. Through this research, it was observed mainly that the concentration of accidents happens with the motorcycle as a means of transport; Predominantly men are more affected, aged between 18 and 35 years, but in some cases the age range between 36 and 59 years, the percentage of victims is similar; the ratio of the number of accidents between men and women may be linked to factors such as men using cars and motorcycles more often, and men drinking more frequently and intensively than women, It is important to highlight the need to study the epidemiological profile of the victims as a supporting measure in the development of strategies of coping this public health problem, since traffic accidents generate results in an annual loss of human capital for the country, hospital costs, and costs for society in general, as well as personal and family costs.

KEYWORDS: Traffic accidents. Epidemiological profile. External causes.

1 | INTRODUÇÃO

Os acidentes de trânsito no Brasil são causa de grande quantidade de mortes anualmente. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, os acidentes no Brasil causaram cerca de 40 mil mortes no ano de 2013, e estes dados de mortalidade apresentam uma tendência crescente dos anos de 2002-2013 (OMS, 2009).

A concentração das causas externas é predominante nas áreas urbanizadas, que acumulam cerca de 75% dessas causas, contudo na área rural a característica das violências e acidentes estão relacionadas com conflitos de terra, envenenamento por

agrotóxicos, trabalho escravo entre outras causas. Estes resultados relacionam-se às ações ou omissões humanas e de condicionantes técnicos e sociais, trata-se de fenômeno complexo e de difícil intervenção (BRASIL, 2005).

Por sua vez, os acidentes de trânsito têm especial relevância entre as externalidades negativas produzidas pelo trânsito, não somente pelos custos econômicos provocados, mas pela dor, sofrimento e perda de qualidade de vida imputada às vítimas, aos seus familiares e à sociedade como um todo (IPEA, 2003).

Os acidentes de trânsito e os homicídios sobressaem dentre todas as causas externas, eles representam importante carga social, não só pelas perdas de vida e pelas sequelas, mas também por onerarem a sociedade com custos diretos e indiretos, incluindo aqui o gasto com a assistência médico-hospitalar (MINAYO, 1994).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estima os custos dos acidentes de automóvel, levando em consideração desde gastos hospitalares até a perda de capital humano, este último relacionado aos acidentes que podem deixar os indivíduos incapacitados ou levá-los ao falecimento. Este custo foi calculado em algo em torno de 1% do PIB do Brasil para 2011 (IPEA, 2003).

Os acidentes e as violências geram agravos à saúde e estão subdivididos em causas não intencional, aquelas relacionadas ao trânsito, trabalho, quedas, envenenamentos, afogamentos; e os classificados como de causas intencionais apontados como as agressões e lesões autoprovocadas, gerando desdobramentos que vão desde lesões reversíveis, sequelas irreversíveis até óbito (BRASIL, 2005).

Desta forma, estudos sobre as características das vítimas, tanto sociais quanto econômicas são imprescindíveis para o enfrentamento do problema, este que perpassa a esfera acadêmica, adentrando em questões da saúde, da infraestrutura da malha viária, legislação de trânsito, das características e estilos de vida adotados pelos indivíduos além de questões éticas e morais, corroboram para necessidade de um conjunto de ações para prevenção e controle de acidentes (OMS, 2009).

Entre o conjunto de ações, pode-se citar a Lei 12.760, conhecida como Lei Seca, e que entrou em vigor em 2012 com o objetivo de reduzir o número de acidentes. Além disso, o controle da velocidade de circulação de veículos, tanto nas vias urbanas quanto rurais, está sendo realizado de forma progressiva. Estes dois instrumentos têm como objetivo combater as principais causas de acidentes: ingestão de bebidas alcoólicas e excesso de velocidade (PECHANSKY *et al*, 2014).

No âmbito das políticas de saúde, em 2001 foi instituída a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, através da Portaria nº 737, de 16 de maio de 2001. Esta política tem elencado princípios, diretrizes, objetivos, estratégias de implantação e mecanismos de avaliação e atenção às vítimas de causas externas com vistas à promoção da saúde (BRASIL, 2006).

Na maioria dos países, o conhecimento do impacto das causas externas se dá

por meio da análise dos dados de mortalidade, sendo poucos os países que conhecem a morbidade hospitalar e ambulatorial por essas causas (OMS, 2002). É relevante destacar a necessidade de estudar o perfil epidemiológico dos acidentados como medida coadjuvante na formulação de estratégias de enfrentamento desse grave problema de saúde pública, pois os acidentes de trânsito geram como consequência uma perda anual de capital humano para o país, custos hospitalares, custos para sociedade em geral, além de custos pessoais e familiares.

Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo analisar o perfil epidemiológico das vítimas de acidentes de transporte terrestre em Pernambuco, usando como base de referência os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 (IBGE, 2015). Dessa forma, a análise poderá subsidiar gestores na implementação das políticas públicas que visem diminuir a morbimortalidade relacionada aos acidentes de transporte terrestre no estado.

21 MÉTODO

Estudo descritivo, de base populacional e corte transversal com abordagem quantitativa, a partir de uma amostra de microdados da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS. A base de dados utilizada foi a PNS, estudo de base domiciliar denominado inquérito, que teve o propósito de obter estimativas com grau de precisão relevante através de amostragem de uma parcela representativa da população, foram aplicados questionários subdivididos em três partes, o domiciliar, o de todos os moradores do domicílio e o individual (SZWARCOWALD *et al*, 2014).

O tamanho amostral da PNS 2013 foi de 81.167 domicílios para o Brasil, destes 81,7% estão na área urbana, 205.556 pessoas e 60.202 indivíduos na proporção de 48, 3% homens para 51,7 % de mulheres. Em Pernambuco a amostra foi de 3.598 domicílios, destes 78,4% estão na área urbana, 8.705 pessoas e 2591 indivíduos distribuídos entre os sexos com 48% de homens e 52% de mulheres.

Nesta pesquisa, o levantamento simultâneo de informações quanto ao acidente e às características da vítima não permitem o estabelecimento de relação causal, apenas pode-se estabelecer correlações entre as características apresentadas e o acidente já ocorrido, tendo este estudo um caráter preliminar, que pode servir de base para futuros trabalhos, haja vista a possibilidade de inferências econométricas.

Para este estudo cumpre registrar que foram adotados os termos vítimas de acidentes de trânsito e acidentados como sinônimos, não guardando relação com o termo jurídico de vítima está associado ao sujeito que não teve responsabilidade do fato ocorrido, e sim a definição de vítima como a pessoa que, individual ou coletivamente, tenha sofrido danos, inclusive lesões físicas e mentais.

Para análise dos dados utilizou-se o programa SPSS versão 20.0 e elaboração

de tabelas com frequências absolutas e relativas a partir do agrupamento das variáveis selecionadas referentes ao perfil sociodemográfico, a variável idade foi agrupada em quatro grupos estando o primeiro agrupamento (0 a 17 anos), o segundo de (18 a 35 anos), o terceiro entre (36 a 59 anos) e por último o quarto agrupamento a partir dos (60 anos). Ainda foram coletadas variáveis relacionadas às características comportamentais no trânsito e de estilo de vida.

As variáveis foram provenientes dos arquivos de domicílio e de pessoas, variáveis de identificação e controle e variáveis derivadas do morador, além das informações presentes nos seguintes módulos: A - Informações do domicílio; C – Características gerais dos moradores; I – Cobertura de plano de saúde; O – Acidentes e violências; e P – Estilos de vida da PNS 2013. Para fins de critério de exclusão do estudo foi eliminado da análise o grupo de indivíduo com idade menor de 18 anos, haja vista não estarem aptos legalmente a condução de veículos automotores, conforme legislação nacional de trânsito, bem como ingerir bebida alcoólica.

3 | RESULTADOS

Características comportamentais dos indivíduos no trânsito

Para o Brasil e Pernambuco o uso frequente do carro/van ou taxi se repete para ambos os sexos. Porém, o Brasil apresenta a frequência de uso do carro/van ou taxi maior do que no estado de Pernambuco. Quanto ao uso do carro, tanto no Brasil quanto no estado nordestino, os homens dirigem mais que as mulheres, sendo a maior disparidade no território nacional.

Quanto à frequência de uso do cinto de segurança, podendo ser motorista ou passageiro e uso de cinto no banco de trás não apresentou variação para Brasil: 43,2% dos homens reportaram sempre utilizar cinto de segurança, enquanto 42,7% das mulheres reportaram o mesmo. Em Pernambuco, ambos os sexos demonstram usar mais o cinto de segurança: 75,4% dos homens e 69% das mulheres responderam que sempre usam cinto de segurança quando são motoristas ou passageiros, já quando estão ocupando o banco de trás dos veículos esse percentual cai para 51,9% e 51,5%, respectivamente. Quando se refere à frequência de nunca usar cinto de segurança, 17,8% dos homens e 21,5% das mulheres reportaram esta informação a nível nacional, enquanto os pernambucanos demonstram ter um comportamento mais seguro no trânsito, com 5,9% dos homens e 6,5% das mulheres reportando nunca usarem cinto quando assumem a posição de motorista ou passageiro.

Em relação ao uso da motocicleta, no Brasil 21,9% dos homens e 11,2% das mulheres utilizam sempre motocicleta; em Pernambuco, 23,2% dos homens sempre utilizam motocicleta enquanto 10,3% das mulheres a utilizam sempre. O maior uso dos

homens pernambucanos pode ser por conta da maior porcentagem de motocicletas nos domicílios do estado em relação à média nacional. Há uma semelhança nos dados para homens dirigirem motocicleta, aproximadamente 42% no Brasil e Pernambuco, mais que o triplo referente às mulheres dentro do universo geral.

Ao se comparar o uso frequente do capacete quando passageiro, os homens em Pernambuco usam de forma mais recorrente do que a média nacional, enquanto as mulheres usam de forma menos recorrente também em relação à média nacional.

Referente ao número de acidentes com lesões nos últimos 12 meses mostra que os homens, no Brasil e em Pernambuco, apresentam duas vezes mais ocorrências que com as mulheres em termos percentuais. Estes dados estão muito correlacionados com o uso mais frequente de motocicleta e carro pelos homens, visto que quanto maior a frequência, mais expostos aos sinistros. Outro fator analisado é a frequência quanto ao consumo de bebida alcoólica: as frequências no Brasil e em Pernambuco são similares e os homens bebem mais frequentemente que as mulheres.

Características dos indivíduos que ingerem bebida alcoólica

Os indivíduos que responderam a essa questão foram aqueles que responderam “uma vez por mês ou mais” na pergunta da tabela acima. Ou seja, 14.590 pessoas para Brasil e Pernambuco 630 pessoas.

A faixa etária de 36 a 59 anos dos condutores para ambos os sexos que afirmaram consumir bebida alcoólica, no Brasil e em Pernambuco, obedecem a um padrão semelhante ao que ocorre na faixa etária de 18 a 35 anos. Contudo, chama a atenção o fato de as mulheres apresentarem um padrão semelhante de consumo de bebida alcoólica entre as faixas etárias de 18 a 35 e 36 a 59 anos. Além disso, é visto que o sexo feminino tem maior percentual de ingestão de bebidas alcólicas (de 1 a 2 dias), representado por cerca de 73% para Brasil e Pernambuco, o que pode representar o final de semana, dias estes que, em geral, não se precisaria dirigir para deslocar-se para o trabalho, também foi visto que a mulheres com relação ao número de doses (1 a 5) tem uma média de 74,9% contra 61,9% dos homens. Porém, os homens bebem mais intensamente quando se verifica o número de doses variando de (6 até 50 doses). É visto que existem indivíduos que bebem todo dia, ou quase todo dia, e, nessa frequência os homens são maioria para Brasil e Pernambuco, com isso a probabilidade de misturar álcool e direção fica ainda maior, tornando assim, mais propício à ocorrência de acidente.

Por último, nesta tabela estão os dados referentes ao ato de dirigir motocicleta ou carro após a ingestão de bebida alcoólica. No Brasil, 21,6% dos homens cometeram essa infração, contra 5,6% das mulheres que fizeram o mesmo. A disparidade entre sexos também aparece em Pernambuco: 14,8% dos homens dirigiram após beber, e 4,2% das mulheres fizeram o mesmo. Além disso, foi analisado anteriormente que a faixa etária dos condutores que afirmaram consumir bebida alcoólica, no Brasil e em Pernambuco, se

concentra entre 36 e 59 anos. Porém, também foi constatado na pesquisa que aqueles que misturam bebida e direção são homens e estão mais concentrados entre 18 e 35 anos.

Caracterização das vítimas de acidente de trânsito

A distribuição dos acidentados separados por sexo e faixa etária, por tipo de transporte e condição do indivíduo para o Brasil e para Pernambuco. Dessa forma, para o sexo masculino no território nacional, a frequência de acidentados foi maior em todas as faixas etárias quando a condição do indivíduo era de condutor de motocicleta, fortalecendo a hipótese da periculosidade deste tipo de veículo. Além disso, ao estar como passageiro, o maior número de acidentes também ocorreu no tipo de transporte motocicleta. Um dado interessante demonstrado é o alto número de acidentes com homens com 60 anos ou mais, quando estes estão na condição de pedestres.

Para as mulheres, a nível nacional, o maior risco para aquelas entre 18 a 36 e 36 a 59 anos ocorreu quando estas foram condutoras ou passageiras de motocicleta. Para aquelas com 60 anos ou mais, o maior risco se deu em primeiro lugar quando estão na condição de pedestres, em segundo lugar como passageiras de carro/van, e em terceiro lugar, condutoras de carro ou van. Este resultado para as mulheres com 60 anos ou mais pode ser decorrente do fato destas utilizarem com menor frequência a motocicleta.

Em relação a Pernambuco, a maior quantidade de acidentados do sexo masculino, em todas as faixas de idade, foram condutores de motocicleta, e em segundo lugar, passageiros de motocicleta, em relação à amostra, apenas uma pessoa era pedestre quando ocorreu o acidente. Para as mulheres, o maior número de acidentes também ocorreu quando estas eram condutoras ou passageiras de motocicleta. Estes dados para o Brasil e para Pernambuco evidenciam o maior risco quando se está andando de motocicleta, quando ambos os sexos apresentam padrões semelhantes. Além disso, a diferença do número de acidentados entre sexos demonstra a frequência maior de utilização dos veículos por parte dos homens, visto que quanto maior a frequência, maior a probabilidade de se envolver em acidentes, e o ato de beber e dirigir, que também é maior por parte dos homens.

Acidentados com lesão segundo número de acidentes, assistência à saúde e sequela

A tabela 1 A e B trazem os dados referentes aos indivíduos que responderam “sim” na questão “sofreu acidente com lesão nos últimos 12 meses”, Ou seja, 1.911 pessoas para Brasil e para Pernambuco 78 pessoas.

Foi observado que maioria dos acidentados, homens e mulheres, sofreu de 1 a 3 acidentes nos últimos 12 meses, destaque para as mulheres em Pernambuco que totalizou 100%. Com relação ao local onde recebeu assistência, para o Brasil, o que chama atenção é que quase metade dos acidentados com lesão não receberam assistência, o que pode aumentar a probabilidade de sequelas, considerando que houvesse necessidade clínica

para o atendimento. Além disso, chama a atenção o fato dos homens receberem menos assistência no local do acidente em relação às mulheres (11,2% para o Brasil e 3,8% para Pernambuco), haja vista os homens apresentarem maior frequência de envolvimento em acidentes, podendo aumentar a probabilidade de ocorrência de sequelas, como também internações posteriores para os que não receberam assistência prévia.

Destaca-se ainda que o é o SUS que está atendendo a demanda de pacientes provenientes dos acidentes de trânsito, em torno de 50% dos atendimentos realizados no Brasil e Pernambuco foram realizados em alguma unidade pública do SUS, confrontando-se com uma média em torno de 4% para os atendimentos realizados por serviços de saúde privados. Ainda cerca de 50% dos homens, tanto para o Brasil quanto para Pernambuco, não receberam assistência, o que também pode contribuir para uma maior quantidade de indivíduos com sequela, por não ter tido assistência adequada pré-hospitalar ou hospitalar.

De um modo geral, a proporção de acidentados que precisou de internação foi no geral pequena: para o Brasil ambos os sexos obedeceram a um mesmo padrão com 9,5% dos homens e 8,5% das mulheres tiveram de ficar internados, enquanto que em Pernambuco, as mulheres ficaram (7,7%), em torno de 4 vezes mais internadas que os homens. Ao passo que no Brasil, 15% dos homens e 16,9% das mulheres tiveram sequelas ou ficaram incapacitados por conta do acidente, em Pernambuco as mulheres apresentaram mais que o dobro de sequelas (23,1%) em relação aos homens.

A diferença na questão de sequela e de internações no estado e no país se dá no perfil de idade. Para o Brasil, a maior concentração é de indivíduos entre 36 a 59 anos para ambos os sexos, e, para Pernambuco, a maior concentração, para ambos os casos, se dá com indivíduo entre 18 a 35 anos, mostrado anteriormente que esta faixa é a que mais misturam álcool e direção. Além disso, em ambas as localidades, os indivíduos que tiveram sequelas e internações com maior frequência estavam na faixa de idade correspondente à força de trabalho brasileiro, e estes sinistros podem tirá-los desta ou impossibilitá-los de continuar no mesmo tipo de trabalho. Desta maneira, uma das possíveis consequências dos acidentes de trânsito, poderá ser a perda de capital humano, e, conseqüente redução da produtividade do país

Unidade de Análise	Variáveis	Informações Respondidas	Masculino		Feminino		
			Nº	%	Nº	%	
Brasil	Número de acidentes	1 a 3	1.185	98,3	699	99,0	
		4 a 7	15	1,2	6	0,8	
		8 a 12	5	0,4	1	0,1	
	Local onde recebeu assistência	No local do acidente	135	11,2	108	15,3	
		Unidade básica de saúde	78	6,5	42	5,9	
		Centro de especialidades	6	0,5	4	0,6	
		UPA	35	2,9	14	2,0	
		Outro tipo de Pronto atendimento	13	1,1	7	1,0	
		Pronto socorro ou emergência de hospital público	178	14,8	99	14,0	
		Hospital público	126	10,5	71	10,1	
		Consultório particular/clínica privada	29	2,4	9	1,3	
		Ambulatório ou consultório de empresa	1	0,1	0	0,0	
		No domicílio, com médico particular	27	2,2	16	2,3	
		Outro	1	0,1	1	0,1	
		Não aplicável	4	0,3	4	0,6	
		Não recebeu assistência	572	47,5	331	46,9	
		Precisou ser internado (> 24h)	Sim	115	9,5	60	8,5
	Não		518	43,0	315	44,6	
	Não recebeu assistência		572	47,5	331	46,9	
	Teve seqüela e/ou incapacidade	Sim	181	15,0	119	16,9	
		Não	452	37,5	256	36,3	
		Não recebeu assistência	572	47,5	331	46,9	
	TOTAL			1.205	100,0	706	100,0

Tabela 1 A - Distribuição dos acidentados com lesão segundo número de acidentes, assistência à saúde e seqüela, por sexo. Brasil, 2013

Unidade de Análise	Variáveis	Informações Respondidas	Masculino		Feminino		
			Nº	%	Nº	%	
Pernambuco	Número de acidentes	1 a 3	51	98,1	26	100	
		4 a 7	0	0	0	0	
		8 a 12	1	1,9	0	0	
	Local onde recebeu assistência	No local do acidente	2	3,8	7	26,9	
		Unidade básica de saúde	0	0	0	0	
		Centro de especialidades	0	0	0	0	
		UPA	0	0	3	11,5	
		Outro tipo de Pronto atendimento	0	0	0	0	
		Pronto socorro ou emergência de hospital público	1	1,9	7	26,9	
		Hospital público	0	0	0	0	
		Consultório particular/clínica privada	0	0	0	0	
		Ambulatório ou consultório de empresa	0	0	0	0	
		No domicílio, com médico particular	0	0	0	0	
	Precisou ser internado (> 24h)	Outro	0	0	0	0	
		Não aplicável	22	42,3	0	0	
		Não recebeu assistência	27	51,9	9	34,6	
	Teve seqüela e/ou incapacidade	Sim	1	1,9	2	7,7	
		Não	24	46,2	15	57,7	
		Não recebeu assistência	27	51,9	9	34,6	
			TOTAL	52	100	26	100

Tabela 1B - Distribuição dos acidentados com lesão segundo número de acidentes, assistência à saúde e seqüela, por sexo. Pernambuco, 2013

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de microdados referente ao Arquivo de Pessoas PNS 2013/IBGE.

Distribuição dos acidentados quanto a existência de plano de saúde e tempo de espera para atendimento

Para o Brasil o número de acidentados foi de 1.910, destes 243 receberam assistência no local e para Pernambuco o número de acidentados foi de 78, destes 9 receberam assistência no local. Foi observado que 24,39% dos acidentados possuem algum tipo de plano de saúde no Brasil, enquanto 14,10% reportaram o mesmo em Pernambuco, cerca

de 50% dos atendimentos foram realizados por unidades públicas do SUS, contra 4,8 do serviço privado, os atendimentos realizados por serviços públicos do SUS em Pernambuco totalizaram 100%.

Com relação ao atendimento pelo SAMU verifica-se que em torno de 68% das vítimas foram atendidas por esse serviço, tendo em vista a associação significativa entre atendimento pré-hospitalar e gravidade das lesões, a maior porcentagem de vítimas recebeu assistência das equipes do SAMU, sugerindo que o número de acidentados com sequelas poderia ser bem maior.

Em relação ao tempo que a vítima esperou para receber o primeiro atendimento verificou-se para o Brasil que 37,03% receberam assistência em até 10 minutos, enquanto 56,79% aguardaram de 15 a 30 minutos, ao passo que em Pernambuco 11,11 % receberam assistência em até 10 minutos e 66,66% dos acidentados esperaram de 15 a 30 minutos, demonstrando que o atendimento em Pernambuco está mais demorado do que no resto do país.

4 | DISCUSSÃO

No Brasil, de acordo com dados do Ministério da Saúde para o ano de 2010, ocorreram 42.844 óbitos em decorrência dos acidentes de trânsito. No mesmo ano, Pernambuco ocupou 14º posição dentre os estados com maior taxa de mortalidade por acidentes de trânsito com 22,5 óbitos por 100.000 habitantes (BRASIL, 2015).

Conhecer o perfil epidemiológico das vítimas de acidente de trânsito é fundamental para traçar dispositivos de enfrentamento a fim de reduzir a morbimortalidade causada pelos acidentes de trânsito no Brasil. Considerado um dos mais complexos problemas de saúde pública na atualidade devido sua magnitude e transcendência que perpassa as questões econômicas e sociais.

Quanto ao perfil de idade foi verificado que os indivíduos mais acometidos são do sexo masculino e estão na faixa etária de 18 a 35 anos e utilizavam a motocicleta como meio de transporte, a frequência de acidentados foi maior em todas as faixas etárias quando a condição do indivíduo era de condutor ou passageiro de motocicleta. Estudo realizado em Olinda-PE demonstrou que entre as pessoas atendidas pelo SAMU, predominavam homens (78,9%), na faixa etária de 20 a 39 anos (65%) e 68% utilizavam a motocicleta como meio de transporte (CABRAL, 2009).

É plausível apontar nos resultados para a relação existente entre os homens se acidentarem mais pelo fato que eles dirigem quatro vezes mais motocicletas do que as mulheres, ao passo que estas, entre a faixa etária de 18 a 36 e 36 a 59 anos ocorreu quando estas foram condutoras ou passageiras de motocicleta. É relevante destacar existência entre o número de acidentes que o mesmo indivíduo foi vítima, homens e mulheres sofreram de 1 a 3 acidentes nos últimos 12 meses. Os homens totalizaram um

percentual maior que 98% e mulheres reincidiram em algo próximo de 100%. Um estudo desenvolvido em Londrina e Maringá no Paraná com motoboys identificou 89,9% deles sofrerem de 1 a 3 acidentes (SOARES *et al.*, 2011).

Quanto às sequelas e internações no Brasil e Pernambuco, a diferença se dá no perfil de idade, estando as vítimas entre 36 a 59 anos e 18 a 35 anos para ambos os sexos, respectivamente, as mulheres são mais acometidas. Segundo o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), os acidentes de trânsito geram gastos de 5 bilhões por ano, as internações por acidentes de trânsito ocupam o sexto lugar entre as causas de internamentos (BRASIL, 2015).

O SUS foi responsável por cerca de 50% dos atendimentos realizados as vítimas de acidente de trânsito no Brasil, Pernambuco teve destaque com 100% dos atendimentos ofertados. Estes internamentos e sequelas trazem reflexos para o setor saúde com relação aos gastos aplicados para realização de exames e medicamentos de alto custo, no uso de tecnologias da saúde nas mais diversas áreas de diagnóstico, intervenção, reabilitação e internações de longo prazo (BRASIL, 2015).

No presente estudo verificou a relação entre ingerir bebida alcoólica e dirigir. A literatura vem apresentando vários estudos com relação à combinação entre a ingestão de álcool e acidentes de transporte e com a alta morbimortalidade geradas. Estudo inédito traz o 1º Levantamento Nacional Domiciliar sobre Padrões de Consumo de Álcool, foi avaliado a relação de beber e dirigir, entre os resultados destacou-se a prevalência de 34,7% de beber e dirigir. Com os 42,5% dos homens e 9,2 % para mulheres (PECHANSKY *et al.*, 2009). O álcool representa o principal fator de risco para morte e incapacidade entre as pessoas consideradas economicamente ativas com faixa de idade entre 15 e 49 anos, tanto nas Américas como no mundo.

Destacou-se o comportamento mais seguro no trânsito pelos pernambucanos, por meio do uso de equipamentos de segurança no trânsito, um estudo realizado em Teresina, no Piauí, sobre o perfil das vítimas de trauma por acidente de motocicleta atendidas num serviço de emergência público, demonstrou que 60,21% das motociclistas não utilizavam capacete (SANTOS *et al.*, 2008).

5 | CONCLUSÃO

Os domicílios no Brasil e Pernambuco se apresentam preponderantemente no meio urbano, a maioria das pessoas se autodeclararam pardas e o nível de escolaridade de 63% dos entrevistados foi de ensino fundamental incompleto e médio completo e as pessoas na zona rural tem menor escolaridade em relação à área urbana, sendo os jovens maior nível de escolaridade. As pessoas mais acometidas foram do sexo masculino e na faixa etária de 18 a 35 anos, utilizavam a motocicleta como meio de transporte, seja como condutor ou passageiro motocicleta.

A maioria dos acidentados sofreu de 1 a 3 acidentes nos últimos 12 meses, destaque para as mulheres em Pernambuco que totalizaram 100%, as sequelas foram maiores nos acidentados na faixa etária de 18 a 59 anos, tanto para Brasil quanto em Pernambuco. Os homens se acidentaram mais, no entanto as mulheres ficaram mais internadas e são mais acometidas com sequelas. Ainda cerca de 50% dos acidentados, tanto para o Brasil quanto para Pernambuco, não receberam assistência à saúde e destes os homens receberam ainda menos.

Por fim destaca-se o comportamento mais seguro no trânsito dos pernambucanos, através do uso frequente de equipamentos de segurança obrigatórios em especial o cinto de segurança tanto no banco da frente com de traz seja motorista ou passageiro além do uso de capacete.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da Saúde. DATASUS. **Informações de saúde – Estatísticas vitais** 2015. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0205&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Portaria MS/GM n.º 737 de 16 maio de 2001. **Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências**. 2. ed. – Brasília, 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_reducao_morbimortalidade_acidentes_2ed>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção às Urgências**. 3. ed. Brasília, 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_urgencias_3ed.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

IBGE. **Pesquisa Mensal de Empregos: Microdados**. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaultmicro.shtm>. Acesso em: 16 set.2015

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil). **Impactos sociais e econômicos dos acidentes de trânsito nas aglomerações urbanas**. Brasília, maio de 2003. Disponível em: <<http://www.pedestre.org.br/downloads/lpea SinteseAcidentesTransitoMaio2003.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2015.

MINAYO, M. C. S. A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 10, p. 7-18, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1994000500002&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 nov. 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002. [2015 dez]. Disponível em: <http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/03_29.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global status report on road safety: time for action**. Geneva, World Health Organization, 2009. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44122/1/9789241563840_eng.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.

PECHANSKY, F.; VON DIEMEN, L.; GONÇALVES, V. M. (Orgs.). **Aperfeiçoamento em técnicas para fiscalização do uso de álcool e outras drogas no trânsito brasileiro**. 2. ed. Brasília: SENAD, 2014.

PECHANSKY, Flavio et al. Highly reported prevalence of drinking and driving in Brazil: data from the first representative household study. **Rev. Bras. Psiquiatria**, v. 31, n. 2, p.125-130, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462009000200008>>. Acesso em: 16 abr. 2016.

SANTOS, A. M. R. dos et al. Perfil das vítimas de trauma por acidente de moto atendidas em um serviço público de emergência. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n. 8, p. 1927-1938, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008000800021>>. Acesso em: 16 set. 2015.

SOARES, D. F. P. de P. et al. Motociclistas de entrega: algumas características dos acidentes de trânsito na região sul do Brasil. **Rev. Bras. Epidemiologia**. 2011, v. 14, n. 3, p. 435-444, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2011000300008>. Acesso em: 15 abr. 2016.

SZWARCWALD, C. L. et al. Pesquisa Nacional de Saúde no Brasil: concepção e metodologia de aplicação. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, fev. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232014000200333&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 ago. 2015.

CAPÍTULO 22

ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE GASTO PÚBLICO PER CAPITA EM SAÚDE E A TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL NAS QUATRO MACRORREGIÕES DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DE 2008 A 2012

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 20/10/2021

Harley Davidson Rocha de Lima

Programa de Pós-Graduação em Gestão e Economia da Saúde – PPGGES, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE
Núcleo de Pesquisa em Inovação Terapêutica
Suely Galdino – NUPIT SG, UFPE
Garanhuns-PE
<http://lattes.cnpq.br/2011481030028231>

Moacyr Jesus Barreto de Melo Rego

Programa de Pós-Graduação em Gestão e Economia da Saúde – PPGGES, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE
Núcleo de Pesquisa em Inovação Terapêutica
Suely Galdino – NUPIT SG, UFPE
Recife-PE
<http://lattes.cnpq.br/7233767393471644>

Rodrigo Gomes de Arruda

Programa de Pós-Graduação em Gestão e Economia da Saúde – PPGGES, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE
Recife-PE
<http://lattes.cnpq.br/7005841966374309>

Tatiane Almeida de Meneses

Programa de Pós-Graduação em Gestão e Economia da Saúde – PPGGES, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE
Recife-PE
<http://lattes.cnpq.br/5982392759349128>

Maira Galdino da Rocha Pitta

Programa de Pós-Graduação em Gestão e Economia da Saúde – PPGGES, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE
Núcleo de Pesquisa em Inovação Terapêutica
Suely Galdino – NUPIT SG, UFPE
Recife-PE
<http://lattes.cnpq.br/3828820650816481>

RESUMO: Considerando que a mortalidade infantil reflete o índice de desenvolvimento socioeconômico e cultural de uma determinada região; que a avaliação deste indicador deve definir desde investimentos em ações em saúde até investimentos financeiros, faz-se necessária a realização de estudos que possam analisar a relação entre a despesa per capita em saúde e a taxa de mortalidade infantil- TMI. **Objetivo:** Este trabalho objetivou analisar a relação entre a despesa per capita em saúde e o impacto na TMI nas quatro Macrorregiões do Estado Pernambuco no período de 2008 a 2012. **Metodologia:** Estudo quantitativo, descritivo com dados secundários. Foram analisados as informações referentes aos 184 municípios de PE, sendo esses agrupados em 4 Macrorregionais de Saúde, de acordo com a divisão política administrativa de saúde do Estado de PE. Os dados foram analisados através do método de Pearson e do modelo econométrico de regressão múltipla. **Resultados:** Verificou-se que a despesa com saúde per capita nas quatro Macrorregiões de Pernambuco mostrou tendência ascendente no período de 2008 a 2012. Observou-se também que a Taxa de Mortalidade Infantil-TMI nas

quatro Macrorregiões, assim como no Estado de Pernambuco e no Brasil, apresentaram uma tendência de redução. Contudo, há importantes diferenças na redução da TMI entre as Macrorregiões. Na análise da correlação bivariada entre a despesa per capita em saúde e a TMI nas quatro Macrorregiões de saúde, os dados mostraram que as variáveis estão correlacionadas em todas as quatro Macrorregiões, com destaque para a Macrorregião II ($p = 0,011$ e de $r^2 = 0,91$), que apresentou a correlação mais significativa entre as Macrorregionais de saúde. Na montagem do modelo econométrico, os resultados mostraram que mesmo com a introdução de outras variáveis que também influenciam a TMI, o efeito da despesa per capita/ano na TMI continua significativo, conferindo a despesa per capita com saúde um grau de robustez.

PALAVRAS-CHAVE: Taxa de Mortalidade Infantil, Despesa com Saúde e Macrorregião.

ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN PER CAPITA PUBLIC SPENDING ON HEALTH AND THE INFANT MORTALITY RATE IN THE FOUR HEALTH MACRO-REGIONS OF THE STATE OF PERNAMBUCO IN THE PERIOD FROM 2008 TO 2012

ABSTRACT: Considering that infant mortality reflects the socio-economic and cultural development index of a given region; the evaluation of this indicator is set from investments in health actions to financial investments, it is necessary to carry out studies to analyze the relationship between per capita spending on health and mortality rate infantil- TMI. **Objective:** This study aimed to analyze the relationship between per capita spending on health and the impact on IMR in the four Macroregions Per-nambuco State from 2008 to 2012. **Methodology:** quantitative, descriptive study of-the side. the information regarding the 184 municipalities of PE were analyzed, those grouped into 4 macro-regional Health, according to the administrative political division of health PE status. Data were analyzed using the Pear-son method and econometric multiple regression model. **Results:** It was found that spending on health ca-pita per the four Macroregions of Pernambuco showed upward trend from 2008 to 2012. It was also observed that the mortality rate Child-TMI in the four Macroregions, as well as in the State of Pernambuco and Brazil, showed a downward trend. However, there are important differences in the reduction of IMR between Macroregions. In the analysis of the bivariate correlation between the per capita expenditure on health and IMR in four health Macroregions, the data showed that the variables are correlated in all four Macrorregi-s, highlighting the macro-region II ($p = 0.011$ and $r^2 = 0.91$), which showed the most significant correlation between health macro-regional. In the assembly of the econometric model, the results showed that even with the introduction of other variables also influence the IMR, the effect of expenditure per capita / year in IMR remains significant, giving the per capita expenditure on health a degree of robustness.

KEYWORDS: Infant mortality rate, expense Health and Macregion.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das maiores conquistas do povo brasileiro nas últimas décadas, por revelar-se a política pública mais incluyente desde então. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, todo cidadão brasileiro tem direito à

atenção de forma integral e gratuita (CONASS, 2011).

O financiamento da saúde tem-se constituído numa preocupação permanente dos gestores e de todos os envolvidos diretamente com a construção do sistema de saúde, tornando-se tema constante em todas as discussões das instâncias gestoras (CONASS, 2011). Sendo assim, o gestor se depara hoje com dois grandes dilemas: a quantidade de recursos cada vez mais escassos para garantir a universalidade e a integralidade do sistema, e a qualidade desses gastos, que deve ser aplicado de forma eficiente.

O debate nacional sobre as dificuldades do sistema oscila entre os que acreditam que a causa dos problemas reside no subfinanciamento e aqueles que pensam que o cerne é a má gestão dos recursos. O que tem prevalecido é a ideia de que tanto o financiamento insuficiente quanto à gestão inadequada dos recursos são responsáveis por um conjunto de estrangulamentos, os quais resultam em prejuízos à qualidade e ao acesso aos serviços (BRASIL, 2012).

A qualidade dos gastos está diretamente relacionada à melhoria da capacidade e da eficiência da gestão. A qualidade dos serviços públicos de saúde segue sendo uma das principais necessidades para a sociedade. A situação crítica da saúde nos municípios proveniente da quantidade insuficiente de profissionais, falta de materiais, de medicamentos e de recursos é preocupante em todo Brasil (QUEIROZ et al., 2013).

Considerando que a gestão da saúde requer a tomada de decisões de elevada responsabilidade e relevância social, as informações providas pelos indicadores de saúde fornecem o embasamento necessário ao planejamento, à execução e à avaliação das ações realizadas, na medida em que propiciam o conhecimento sobre aspectos relevantes da população, reduzem o grau de incerteza sobre sua situação de saúde e apoiam a busca de possíveis soluções e providências (BRANCO, 2001).

Uma forma de medição e monitoramento das atividades de saúde é através do estabelecimento de indicadores, tal uso têm desempenhado um papel importante na compreensão e na resolução dos desafios no sistema de saúde. Um dos indicadores mais importantes para avaliação das condições de vida, das transformações socioeconômicas e dos serviços de saúde é o indicador da Taxa de Mortalidade Infantil - TMI. Na avaliação do The World Bank, (2013), a TMI relaciona-se direta e obviamente com o bem-estar humano, mostrando-se como indicador relativamente sensível do nível e da distribuição das condições de vida.

A TMI é um indicador de saúde que, além de informar a respeito dos níveis de saúde de uma população, sintetiza as condições de bem-estar social, político e ético de dada conformação social (COSTA, 2003). Isto porque indica a probabilidade de sobrevivência no primeiro ano de vida e, por essa razão, reflete não só as condições concretas de moradia, salário etc., mas também - e, talvez, principalmente o compromisso de determinada sociedade com a sua reprodução social, ou seja, em que medida a sociedade protege a sua renovação geracional (Leal et al., 1996).

A mortalidade infantil reflete o índice de desenvolvimento socioeconômico e cultural de uma determinada região (Organização das Nações Unidas, 2008). A avaliação destes indicadores deve definir desde investimentos em ações em saúde até investimentos financeiros.

As estatísticas de mortalidade são uma importante ferramenta para o planejamento e avaliação das ações e serviços de saúde (COSTA; FRIAS, 2011).

Deste modo, a redução da TMI a níveis mais aceitáveis pode refletir uma evolução de qualidade de vida. Andrade et al. (2006) defendem que as condições de vida, a dificuldade de acesso a bens e serviços pode ampliar risco de morte no primeiro ano de vida, confirmando que a TMI tem sido considerada um indicador sensível às condições sociais e de qualidade de vida da população.

A TMI, indicador de saúde capaz de medir o risco de morte em menores de um ano de vida (HOLCMAN; LATORRE; SANTOS, 2004), tem sido classicamente utilizada como parâmetro para a avaliação das condições de vida e saúde de uma população (GASTAUD; HONER; CUNHA, 2008). É uma medida da adequação da assistência materno-infantil e do impacto dos programas de intervenções específicas em saúde coletiva, além de ser considerado um dos indicadores mais adequados para abordar as desigualdades sociais e a complexa determinação do processo saúde-doença (FLORES; CERDA, 2010; GASTAUD; HONER; CUNHA, 2008; VENTURA et al., 2008).

Muitos são os estudos que descrevem a mortalidade infantil e avaliam a aplicação dos gastos públicos em saúde.

O estudo da taxa de mortalidade infantil demonstra com eficiência as condições de vida e de saúde de uma população. SIMÕES (2002, p.53), afirma que a redução de sua taxa teve importante contribuição no aumento das condições gerais de sobrevivência da população e de uma forma mais específica, da expectativa de vida da população.

Compreender a relação do investimento em saúde e a melhoria das condições de vida e de saúde da população é fundamental do ponto de vista do planejamento orçamentário do SUS Municipal. A partir dessas informações e de uma visão holística do financiamento do sistema público de saúde, os gestores passam a ter importantes subsídios para melhor organização dos sistemas, qualificando o processo de tomada de decisão e aprimorando o planejamento e a gestão do SUS.

Sendo assim, considerando que a mortalidade infantil reflete o índice de desenvolvimento socioeconômico e cultural de uma determinada região; que a avaliação deste indicador deve definir desde investimentos em ações em saúde até investimentos financeiros, faz-se necessário a realização de estudos que possam analisar a relação entre a despesa per capita em saúde e a TMI no Estado Pernambuco.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de natureza descritiva, retrospectiva e longitudinal, na qual se verifica a evolução das variáveis selecionadas no período de 2008 a 2012. O Estado de Pernambuco está situado na Região Nordeste, limitando-se ao Norte com o Estado da Paraíba e Ceará, ao Leste com o oceano Atlântico, ao Oeste e ao Sul com os Estados do Piauí e Bahia e ainda ao Sul com o Estado de Alagoas. O Estado está dividido em quatro macrorregiões: Região Metropolitana do Recife- RMR, Zona da Mata, Agreste e Sertão. As Macrorregiões de Saúde São arranjos territoriais que agregam mais de uma Região de Saúde, com o objetivo de organizar, entre si, ações e serviços de média complexidade especial (procedimentos/ações que requerem maior tecnologia, que apresentam oferta escassa no estado e cuja demanda requer agregação, ou seja, formação de escala) e alta complexidade complementando, desse modo, a atenção à saúde das populações desses territórios. A identificação das Macrorregiões de Saúde deve considerar, também, os critérios de acessibilidade entre as regiões agregadas (BRASIL, 2007).

Os dados desse estudo são secundários, extraídos principalmente do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde-SIOPS, que segundo o Ministério da Saúde, o SIOPS “faculta aos Conselhos de Saúde e à sociedade em geral a transparência e a visibilidade sobre a aplicação dos recursos públicos no setor saúde” e deve servir como ferramenta para a gestão no que tange a decisão e negociação no referido setor (BRASIL, 2007). Também foram utilizados os dados secundários dos sistemas de abrangência nacional: o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), disponibilizados na rede mundial de computadores através do Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Dados do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), disponibilizados pelo Tribunal de Contas da União-TCU, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e do Departamento de Atenção Básica-DAB.

Foram coletados os dados de 2008 a 2012. Este período foi escolhido em função de 2012 ser o último ano com dados completos disponíveis no SIOPS no período da pesquisa.

As variáveis utilizadas nesta pesquisa estão relacionadas nas tabelas 1 e 2 com as siglas das respectivas fontes de informação.

Variável Dependente	Descrição	Fonte
Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	número de mortes para cada mil nascidos vivos	DATASUS/SIM

Quadro 01 – Variável dependente selecionada para o estudo.

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do DATASUS e SIM.

Variável Independente	Descrição	Sinal Esperado	Fonte
Despesa com saúde per capita	Representa o somatório do gasto em saúde por habitante no município com recursos próprios e com transferências do Sistema Único de Saúde (SUS).	Positivo	SIOPS

Quadro 02 – Variável independente selecionada para o estudo.

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do SIOPS.

Com a finalidade de realizar uma regressão múltipla, além da variável despesa per capita com saúde, foram utilizadas outras variáveis apontadas em outros estudos com potencial na redução da mortalidade infantil:

- Cobertura da Estratégia Saúde da Família:

O impacto da Estratégia Saúde da Família na redução da Mortalidade Infantil tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores nos últimos anos. Macinko, et al. (2007), apontam em um estudo realizado em todos os 27 estados da federação. O resultado mostrou uma tendência de queda nesse indicador de 49,7 para 28,9 durante o período pesquisado. Esse mesmo estudo evidenciou a relação da cobertura de Estratégia Saúde da Família com Mortalidade Infantil e detectou que o incremento de cada 10% de cobertura, impacta em média numa queda de 4,5% na Mortalidade Infantil (MACINKO, et al., 2007).

- Renda e Escolaridade

Para mensurar os efeitos da renda foi utilizado o banco de dados dos Beneficiários do Programa Bolsa Família que é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do País. O grau de escolaridade foi verificado pelo índice FIRJAN-Educação que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os municípios.

Irffi et al. (2008), buscaram contribuir para análise dos principais determinantes da mortalidade infantil na região Nordeste, identificando e mensurando variáveis socioeconômicas e demográficas. A partir dos modelos econométricos utilizados, os autores identificaram que os fatores determinantes para a redução da mortalidade infantil foram: a educação e em seguida o nível de renda. Como ponto de grande importância focaram as políticas de melhoria que visem o aumento do nível de educação e no aumento da renda para o combate à taxa de mortalidade infantil na região.

- A taxa de médicos por mil habitantes refere-se à dimensão de recursos humanos disponíveis no município com potencialidade de atuar diretamente no desfecho investigado.

Para efeito deste trabalho, foi realizado um levantamento do gasto municipal com saúde que se refere a todos os recursos financeiros que as prefeituras aplicam diretamente na área da saúde, tanto os arrecadados pelo próprio município, como também os obtidos através de transferências federais e estaduais vinculadas a esta área.

Para efeito de análise dos dados desta pesquisa não são considerados gastos municipais com Saúde aqueles que não transitam pelo orçamento municipal, tais como: os repasses financeiros do governo federal e estadual diretamente às instituições ligadas à saúde (ex: Santas Casas etc); os repasses do governo federal e estadual realizados em espécie, como soro/vacinas, medicamentos e etc; e, os recursos do governo federal e estadual destinados ao pagamento de servidores cedidos aos municípios.

Após a extração da base, os dados foram tabulados em planilhas do Excel. Em seguida utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson para aferir a associação da TMI e a despesa por habitante per capita com saúde nas quatro Macrorregiões do Estado de Pernambuco. Garson (2009) afirma que correlação “é uma medida de associação bivariada (força) do grau de relacionamento entre duas variáveis”. Para Moore (2007), “A correlação mensura a direção e o grau da relação linear entre duas variáveis quantitativas” (Moore, 2007: 100/101). O coeficiente de correlação Pearson (r) varia de -1 a 1. O sinal indica direção positiva ou negativa do relacionamento e o valor sugere a força da relação entre as variáveis. Uma correlação perfeita (-1 ou 1) indica que o escore de uma variável pode ser determinado exatamente ao se saber o escore da outra. No outro oposto, uma correlação de valor zero indica que não há relação linear entre as variáveis.

Em seguida, foram incluídas no modelo outras variáveis, para verificar “o grau de robustez da despesa por habitante per capita com saúde”, ou seja, observar o comportamento desta variável com a introdução de outras variáveis, verificando se a mesma continua a apresentar correlação.

Os dados foram analisados através do modelo de regressão múltipla. Hair et al (2009) afirmam que “a análise de regressão múltipla é uma técnica estatística que pode ser usada para analisar a relação entre uma única variável dependente e múltiplas variáveis independentes (preditoras)” (Hair et al, 2009: 176). Com a regressão é possível estimar o grau de associação entre Y , variável dependente e X_i , conjunto de variáveis independentes (explicativas). O objetivo é resumir a correlação entre X_i e Y em termos da direção (positiva ou negativa) e magnitude (fraca ou forte) dessa associação.

ASPECTOS ÉTICOS

Por tratar-se de uma pesquisa realizada com dados secundários extraídos da base de dados de sistemas de domínio público, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evolução dos Gastos Públicos com Saúde

Após a coleta de dados no SIOPS, os dados foram tabulados por Macrorregião. A

figura 01 mostra a despesa pública com saúde per capita/ano nas quatro Macrorregiões de Pernambuco, onde verificou-se uma tendência crescente no investimento em saúde no período entre 2008 e 2012. A Macrorregião Sertão (III) foi a que apresentou maior crescimento percentual de investimento com saúde por habitante (48%), seguida da Macrorregião Vale do São Francisco e Araripe (IV) que apresentou 44% de crescimento nesse período. As Macrorregiões Metropolitana (I) e Agreste (II) apresentaram um crescimento percentual um pouco menor, com 29% e 26% respectivamente.

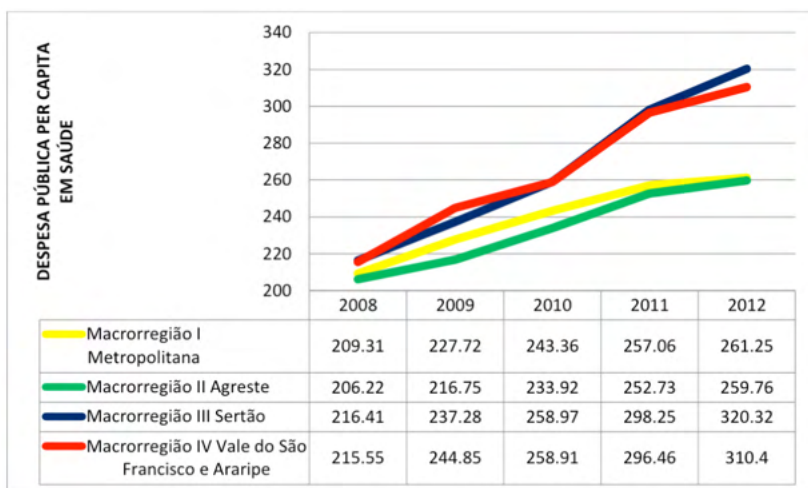


Figura 01 – Evolução do investimento per capita deflacionado nas quatro Macrorregionais de Saúde de Pernambuco, no período de 2008 a 2012.

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do SIOPS, 2008 a 2012.

Ao analisar a evolução das despesas per capita em saúde para cada uma das Macrorregionais, identifica-se que, de forma geral, elas apresentaram um incremento nos seus gastos de um ano para o outro, ao longo do período estudado. A aplicação de recursos per capita em saúde na Macrorregião Sertão no ano de 2012 foi o mais elevado R\$ 320,32, com valor superior à média do Estado de Pernambuco que no mesmo ano investiu R\$ 301,61. Seguindo-se em importância, a Macrorregião Vale do São Francisco e Araripe também aplicou um valor maior do que a média Estadual R\$ 310,40.

Ao analisar as Macrorregiões mais populosas (I e II) pode-se identificar que não houve relação direta entre o gasto despendido e a população da Macrorregião. Observou-se inclusive, que Macrorregiões de menor porte populacional (III e IV) apresentaram os maiores investimentos per capita. No entanto, não se pode afirmar que as Macrorregiões com elevados gastos per capita em saúde oferecem, necessariamente, os melhores serviços de saúde à população ou apresentam os melhores indicadores. As redes de saúde instaladas em cada região, a capacidade de arrecadação municipal e o desenvolvimento

socioeconômico de cada região são fatores que justificam as disparidades, ou seja, regiões com pouco desenvolvimento precisam investir mais em saúde para compensar as deficiências da rede.

Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil nas Macrorregiões de Saúde

As TMI por ano nas quatro Macrorregiões de Saúde de Pernambuco, no período de 2008 a 2012 estão apresentadas na figura 02. Observa-se que em todas as Macrorregiões, as TMI apresentam uma tendência de diminuição ao longo desses anos. A Macrorregião I foi a que apresentou a menor TMI no último ano com 13,07/1000 NV. Porém, a maior redução dessas TMI foi observada na IV Macrorregião, que passou de 21,77/1000 NV em 2008 para 16,17/1000 NV em 2012, representando uma redução de aproximadamente 26%.

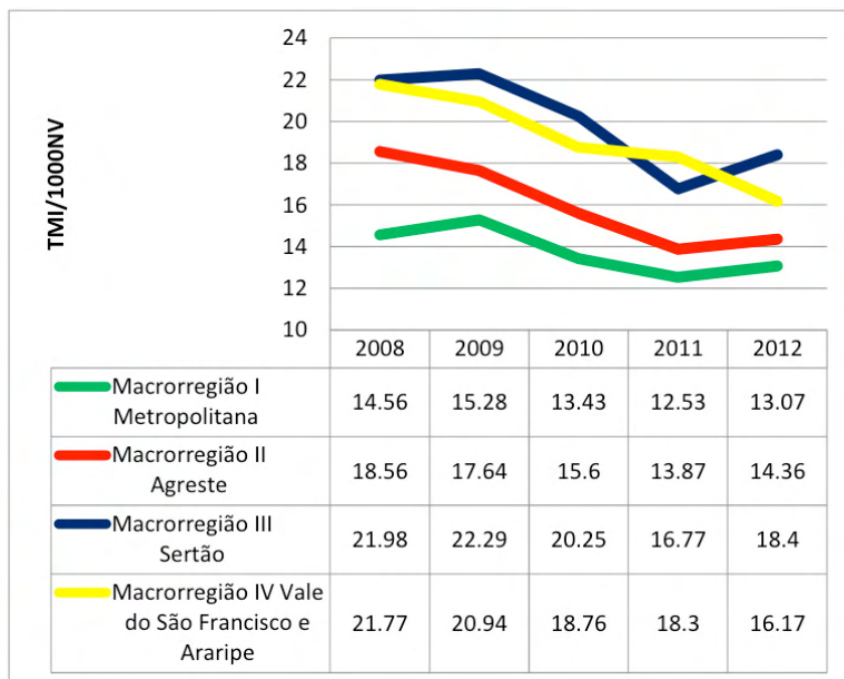


Figura 02 – Evolução da Taxa de Mortalidade Infantil-TMI(1000 NV) por ano nas quatro Macrorregionais de Saúde de Pernambuco, no período de 2008 a 2012.

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do MS/SIM/SINASC, 2008 2012.

Apesar da tendência de queda da TMI observada em todas as Macrorregiões de Saúde, elas não se mostram de forma homogênea. As Macrorregiões III e IV, em 2012, apresentaram ainda taxas muito elevadas, (18,40 e 16,17 por 1000NV respectivamente), quando comparadas a Macrorregião I (13,07 por 1000NV) e ao Estado de Pernambuco que no mesmo período apresentou uma TMI de 14,22 por 1000NV.

A Organização Mundial de Saúde considera aceitável uma TMI de 10 óbitos por 1000 nascidos vivos, ou menos.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2012) divulgou uma pesquisa, que aponta para uma representativa redução na mortalidade infantil entre 2000 e 2010. Em Pernambuco, o registro desse tipo de óbito passou de 4.885, em 2000, para 2.083 em 2010, atingindo um decréscimo de 67,3%.

A análise da TMI do Brasil, aponta uma trajetória de redução em todas as regiões do Brasil (BRASIL, 2008). Entretanto, essa redução não é igual em todas as regiões. As TMI são mais baixas nas regiões que apresentam maior desenvolvimento econômico. Entre as regiões do país, o Nordeste registra a queda mais expressiva da mortalidade infantil. No período de 2000 a 2010, o índice passou de 44,7 para 18,5 óbitos para cada mil crianças. Porém, ainda é o nível mais alto do Brasil. O menor índice é o do Sul, de 12,6 mortes. (IBGE, 2012).

A TMI atual do Brasil revela uma grande distância em relação ao de países como Cuba (5/1.000 NV) e Costa Rica (10/1.000 NV), apesar da evidenciada diferença da situação econômica entre eles. Esta observação é válida para comprovar que mais importante que a melhoria de indicadores econômicos, como a renda per capita, é como a riqueza do país é utilizada em benefício das condições de vida da sua população (BONATTO; CARANDINA, 2009).

Estudos realizados sobre a mortalidade infantil evidenciam também uma tendência de declínio no mundo (CHANG et al., 2011; OESTERGAARD et al., 2011). Entretanto, esta queda apresenta padrões distintos, evidenciando diferenciais no risco de morte antes do primeiro ano de vida.

Desse modo, mesmo com todos os avanços mencionado há diferenças regionais da mortalidade infantil que podem ser observadas pelas taxas. Assim, as Macrorregiões de Pernambuco seguem a tendência do país, apresentando diminuição da mortalidade infantil, porém com grandes diferenças entre elas, explicadas pelos diferentes estágios de desenvolvimento econômico de cada região.

Correlação entre a despesa per capita com saúde com a Taxa de mortalidade infantil, nas quatro Macrorregiões de Saúde do Estado de Pernambuco

Em seguida, utilizou-se o Método de Correlação Pearson para aferir a associação entre a Taxa de Mortalidade Infantil-TMI e a despesa por habitante per capita com saúde nas quatro Macrorregiões do Estado de Pernambuco. (Figura 03).

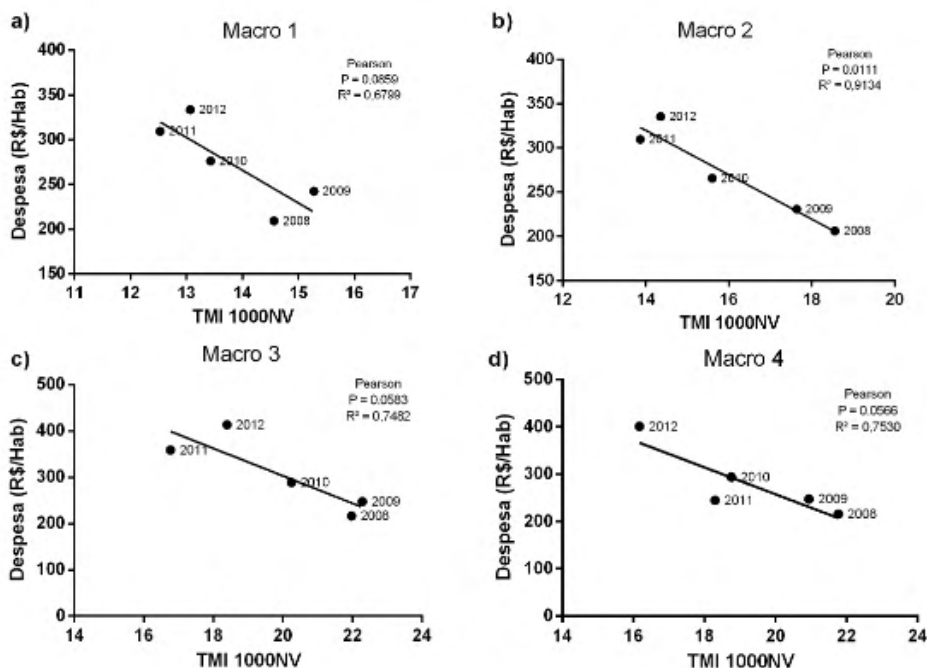


Figura 03 – Taxa de Mortalidade Infantil (1000 NV) por despesa per capita em saúde/ano nas quatro Macrorregionais de Saúde de Pernambuco, no período de 2008 a 2012.

Fonte: SIM/SINASC/SIOPS, 2008 a 2012.

Os resultados mostram que a Macrorregião II, apresentou a correlação mais forte entre as Macrorregionais de saúde com o valor de $p = 0,0111$ e de $r^2 = 0,91$. Assim, pode-se dizer que 91% da variação da taxa de mortalidade pode ser explicada pela despesa com saúde. Nas Macrorregiões I, III, e IV observa-se uma correlação média entre a TMI e a despesa per capita em saúde. A Macrorregião I foi a que apresentou menor correlação entre as duas variáveis, com valor de $p = 0,0859$ e $r^2 = 0,67$. Nas Macrorregiões III e IV obtivemos uma correlação com valor de $p = 0,0583$ e valor de $r^2 = 0,74$ e valor de $p = 0,0566$ e $r^2 = 0,75$ respectivamente.

A Macrorregião II Agreste foi a que apresentou a maior correlação entre a despesa com saúde per capita e a redução da TMI. É possível que essa condição justifique-se normalmente a ganhos de qualidade de vida da população, como redução da taxa de fecundidade, aumento no nível de escolaridade da mulher, acesso à água segura e a saneamento básico, e a serviços de saúde, além de ganhos na renda per capita e redução da concentração de renda.

Deve-se considerar também que a sede da Macrorregião II Agreste é a maior cidade do interior do Estado, destacando-se ainda como polo universitário, e reconhecidamente possui umas das maiores feiras ao ar livre do Brasil, o que impulsiona a economia e a renda

da população. Além disso, nos últimos governos tem atraído grandes investimentos em saúde como a criação de hospitais gerais e de referência em saúde da mulher. Todos esses fatores têm contribuído diretamente para a promoção de qualidade de vida das pessoas dessa Macrorregião e tem revelado uma discrepância de desenvolvimento em relação às outras. Logo, essas circunstâncias têm favorecido a diminuição da TMI. Desse modo, a despesa com saúde per capita demonstra em seu resultado uma robustez em relação à diminuição da TMI, contudo sendo reflexo de inúmeras outras variáveis.

Para as outras Macrorregiões principalmente a III e IV as variáveis despesa com saúde per capita/ano e a TMI mostraram-se menos impactantes. Esse quadro sugere que mesmo com o aumento do investimento em saúde nos últimos anos, e que neste caso foi maior que nas outras Macrorregiões, não forem acompanhados de outros investimentos sociais, as disparidades regionais tendem à cronificação. E que apesar dos avanços alcançados com a diminuição da TMI, ainda encontram-se muito aquém dos indicadores das outras Macrorregiões o que confirma o desenvolvimento desigual das regiões do Estado.

A caracterização da situação educacional como um condicionante tem sua relevância demonstrada quando se verifica que “as maiores taxas de mortalidade infantil no Brasil apresentam-se associadas tanto aos estados com mais baixos graus de escolarização feminina, quanto às regiões brasileiras com os mais débeis indicadores socioeconômicos” (DUARTE, 2006, p.92).

Correlação entre a despesa per capita com saúde com a Taxa de mortalidade infantil e outras variáveis

Com o intuito de dar mais robustez aos resultados obtidos, realizou-se modelos de regressão múltipla, para verificar a correlação entre a despesa per capita com saúde e a Taxa de mortalidade infantil mediante a introdução de outras variáveis.

a) Estado de Pernambuco

Variável independente	Coefficiente	R²	Desvio padrão	P-valor
Despesa com saúde per capita/ano	-1.950005	0.0057	.7340428	0.009
Índice Firjan Educação	-35.44062		12.73214	0.006
Bolsa Família	-121.766		36.13929	0.001
Cobertura ESF	.00031		.0552473	0.996
Taxa de Médicos	3.039298		2.804268	0.280
Constante	78.97375		9.667994	0.000

Fonte: Elaborada pelo autor.

b) Macrorregião I

Variável independente	Coefficiente	R ²	Desvio padrão	P-valor
Despesa com saúde per capita/ano	-1.502727	0.0273	.7199828	0.041
Índice Firjan Educação	-40.67556		19.93596	0.045
Bolsa Família	-33.68651		52.71291	0.525
Cobertura ESF	-.0378963		.0708877	0.595
Taxa de Médicos	.2952366		2.572237	0.909
Constante	65.78636		15.50637	0.000

Fonte: Elaborada pelo autor.

Macrorregião II

Variável independente	Coefficiente	R ²	Desvio padrão	P-valor
Despesa com saúde per capita/ano	-19.22691	0.0535	9.067452	0.039
Índice Firjan Educação	-46.16577		26.02315	0.082
Bolsa Família	-95.91961		86.35257	0.272
Cobertura ESF	-.0909723		.0844753	0.286
Taxa de Médicos	10.59759		8.815113	0.235
Constante	179.7264		43.37398	0.000

Fonte: Elaborada pelo autor.

Macrorregiões III e IV

Variável independente	Coefficiente	R ²	Desvio padrão	P-valor
Despesa com saúde per capita/ano	-1.731181	0.0437	1.379622	0.214
Índice Firjan Educação	-21.47098		19.66907	0.279
Bolsa Família	-191.2863		67.93876	0.007
Cobertura ESF	.1730903		.1186213	0.150
Taxa de Médicos	2.856839		6.558744	0.665
Constante	73.57413		14.02529	0.000

Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 04 – Correlação da Taxa de Mortalidade Infantil (1000 NV) por despesa per capita/ano, taxa de escolaridade, beneficiários do programa bolsa família, proporção de cobertura pela estratégia saúde da família, taxa de médicos por mil habitantes, no Estado de Pernambuco e nas quatro Macrorregiões de Saúde, 2008-2012.

Para o Estado de Pernambuco, as variáveis que não se apresentaram significativamente correlacionadas com a taxa de mortalidade foram a cobertura da Estratégia de Saúde da Família e taxa de médicos, sendo os resultados diferentes do

esperado. As variáveis importantes para a redução na taxa de mortalidade infantil foram: despesa com saúde per capita/ano, escolaridade e renda através do Programa Bolsa Família. Assim, quando a despesa com saúde per capita aumenta em 1%, a probabilidade da TMI se reduzir é de 1,95%. Por outro lado, verificou-se que as variáveis renda e escolaridade foram ainda mais significantes na redução da TMI do que a variável estudada.

Para o modelo da Macrorregião I, as variáveis que não apresentaram significância foram: renda através do PBF, cobertura da Estratégia Saúde da Família e taxa de médicos, sendo diferentes do esperado. As variáveis importantes para a redução na taxa de mortalidade infantil foram: despesa com saúde per capita/ano e escolaridade. Assim, quando a despesa com saúde per capita/ano aumenta em 1%, a probabilidade da TMI se reduzir é de 1,5%.

Para o modelo da Macrorregião II, as variáveis que não apresentaram significância foram: renda através do PBF, cobertura da Estratégia Saúde da Família e taxa de médicos, sendo diferentes do esperado. As variáveis importantes para a redução na taxa de mortalidade infantil foram: despesa com saúde per capita/ano e escolaridade. Assim, quando a despesa com saúde per capita/ano aumenta em 1%, a probabilidade da TMI se reduzir é de 19,2%.

Para as Macrorregiões III e IV as variáveis despesa com saúde per capita/ano e a TMI mostraram-se estatisticamente independentes. Para essas duas regiões a única variável com efeito estatístico para redução da TMI foi à renda através do PBF. Esse quadro sugere que mesmo com o aumento do investimento em saúde nos últimos anos, e que neste caso foi maior que nas outras Macrorregiões, não forem acompanhados de outros investimentos sociais, as disparidades regionais tendem à cronificação. E que apesar dos avanços alcançados com a diminuição da TMI, ainda encontram-se muito aquém dos indicadores das outras Macrorregiões o que confirma o desenvolvimento desigual das regiões do Estado.

CONCLUSÕES

No presente trabalho, observou-se que a despesa per capita com saúde nas quatro Macrorregiões de Pernambuco mostrou tendência ascendente no período de 2008 a 2012. A análise feita do gasto em saúde mostrou uma distribuição bastante heterogênea entre as quatro Macrorregiões e verificou-se que o valor médio da Macrorregião III é o mais elevado, com valor superior à média do Estado de Pernambuco no ano de 2012.

Observou-se também que a Taxa de Mortalidade Infantil-TMI nas quatro Macrorregiões, assim como no Estado de Pernambuco e no Brasil, apresentaram uma tendência de redução. Contudo, há importantes diferenças na redução da TMI entre as Macrorregiões. Os locais com TMI inferior a 15 por 1000NV, apresentaram modestas diminuições na TMI. A maior redução dessa TMI foi observada na IV Macrorregião, que

passou de 21,77/1000 NV em 2008 para 16,17/1000 NV em 2012, representando uma redução de aproximadamente 26%.

Na análise da correlação bivariada entre a despesa per capita em saúde/ano e a Taxa de Mortalidade Infantil-TMI nas quatro Macrorregiões de saúde do Estado de Pernambuco, os dados mostraram que as variáveis estão correlacionadas em todas as quatro Macrorregiões, com destaque para a Macrorregião II, que apresentou a correlação mais significativa entre as Macrorregionais de saúde.

Na montagem do modelo econométrico, os resultados mostraram que mesmo com a introdução de outras variáveis que influenciam a TMI, o efeito da despesa per capita/ano continua significativo, conferindo a despesa per capita com saúde um grau de robustez na redução da TMI.

A partir da constatação deste estudo, percebe-se uma correlação entre aumento da despesa per capita com saúde e a diminuição da TMI. Contudo, há diferenças regionais da mortalidade infantil que podem ser observadas pelas taxas. Assim, as Macrorregiões de Pernambuco seguem a tendência do país, apresentando diminuição da mortalidade infantil, porém com grandes diferenças entre elas, explicadas pelos diferentes estágios de desenvolvimento econômico de cada região.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. M. et al. **Condições de vida e mortalidade infantil no Estado do Para-ná**, Brasil, 1997/2001. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 181-189, jan. 2006.

BONATTO, C. P. P.; CARANDINA, L. **Estudo da mortalidade infantil e de seus componentes para o município de Botucatu-SP no período de 1991 a 2007**. Pediatría, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 178-185, 2009. Disponível em: <<http://www.pediatriasao paulo.usp.br/upload/pdf/1306.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

BRANCO, M. A. F. **Informação em saúde como elemento estratégico para a gestão**. In: BRASIL. Ministério da Saúde (Org.). Gestão municipal de saúde: textos básicos. Brasília, DF, 2001. p. 163- 169.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Regionalização solidária e cooperativa**: orientações para sua implementação no SUS. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Brasil 2008**: 20 anos de Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Economia da Saúde. **Investimentos e desenvolvimento**. Brasília, DF, 2012.

CHANG, J. et al. **Decreasing Trends of Neonatal and Infant Mortality Rates in Korea: Compared with Japan, USA, and OECD Nations**. J. Korean Med. Sci., Seoul, v. 26, p.1115-1123, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIOS DE SAUDE (Brasil). Sistema único de saúde. Brasília, DF, 2011.

COSTA, M.C.N. et al. **Mortalidade infantil no Brasil em períodos recentes de crise econômica**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 37, n. 6, p. 699-706, 2003.

COSTA, J. M. B. S.; FRIAS, P. G. **Avaliação da completude das variáveis da Declaração de Óbitos de Menores de um ano residentes em Pernambuco**, Brasil, 1997-2005. Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.16, Supl. 1, p.1267-1274, 2011.

DUARTE, I. G.; FERREIRA, D. P. **Uso de indicadores na gestão de um centro cirúrgico**. Rev. Adm. Saúde, abr./jun. 2006.

FLORES, F. M.; CERDA, L. J. **Evolución de la desigualdad en la mortalidad infantil**. Rev. Chil. Pediatr., Santiago, v. 81, n.3, p.215-220, 2010.

GARSON, G. David. **Statnotes: topics in multivariate analysis**, 2009. Disponível em: <<http://faculty.chass.ncsu.edu/garson/PA765/statnote.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

GASTAUD, A. L. G. S.; HONER, M. R.; CUNHA, R. V. **Mortalidade infantil e evitabilidade em Mato Grosso do Sul**, Brasil, 2000-2002. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n.7, p. 1631-1640, 2008.

HAIR JÚNIOR, J. **Multivariate data analysis**. 17. ed. 2009.

HOLCMAN, M. M.; LATORRE, M. R. D. O.; SANTOS, J. L. F. **Evolução da mortalidade infantil na região metropolitana de São Paulo**, 1980-2000. Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 180-186, 2004.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2012: uma análise das condições de vida da população brasileira**, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2012/default.shtm>>. Acesso em: 10 out. 2015.

IRFFI, G.; OLIVEIRA, J.; BARBOSA, E. **Análise dos determinantes socioeconômicos da Taxa de Mortalidade Infantil do Ceará**. Texto para discussão nº 48. Ceará, abr. 2008.

LEAL, M. C.; SZWARCOWALD, C. L. **Evolução da mortalidade neonatal no Estado de Rio de Janeiro, Brasil, de 1979 a 1993: análise por grupo etário segundo região de residência**. Rev. Saúde Pública, v. 30, n. 5, p. 403-12, 1996.

MACINKO, J. et al. **Going to scale with community-based primary care: an analysis of the family health program and infant mortality in Brazil, 1999-2004**. Soc. Sci. Med., v. 65, p. 2070-80, 2007.

MOORE, D. S. **The Basic Practice of Statistics**. New York: Freeman, 2007.

QUEIROZ, M. F. M., Silva, J. L. M., Figueiredo, J. D. S., & Vale, F. F. R. **Eficiência no Gasto Público com Saúde: uma Análise nos Municípios do Rio Grande**. Revista Econômica do Nordeste, 44, 761-776, 2013.

SIMÕES, C. C. da S. **Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos.** Brasília, DF: Organização Pan- Americana de Saúde, 2002.

WORLD BANK. **Working for a World Free of Poverty.** Brasil: aspectos gerais. Notas técnicas sobre Mortalidade infantil. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

INVESTIMENTO PRIVADO: EVOLUÇÃO TEÓRICA E HISTÓRICA NO BRASIL

Data de aceite: 10/01/2022

Tiago Wickstrom Alves

Professor Titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Emanuelle Nava Smaniotto

Mestranda em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

RESUMO: O presente estudo trata do investimento privado no Brasil. Desta forma, o artigo apresenta uma síntese das principais teorias aplicadas, além de uma revisão empírica das pesquisas existentes na área, e um breve histórico sobre a trajetória do investimento no país. Acerca da revisão empírica, diversos autores demonstram que fatores como instabilidade econômica e volume concedido de crédito impactam fortemente na formação do investimento. Além disso, é nítido o fraco desempenho do Brasil em relação ao incremento dos montantes de investimento, os quais mantêm níveis baixos se comparados ao PIB. Desse modo, a elaboração de políticas públicas que visem a estabilidade e credibilidade da economia nacional são necessárias para elevar o nível de investimento privado no país.

PALAVRAS-CHAVE: Investimento. Brasil. PIB. Formação de Capital.

PRIVATE INVESTMENT: THEORETICAL AND HISTORICAL EVOLUTION IN BRAZIL

ABSTRACT: This study deals with private

investment in Brazil. Thus, the article presents a summary of the main theories applied in addition to an empirical review of existing research in the area, and a brief history of the trajectory of investment in the country. About empirical review, several authors have shown that factors such as economic instability and granted credit volume impact strongly on training investment. Moreover, it is clear the weak performance of Brazil in relation to the increase of investment amounts, which remains low compared to GDP. Thus, the development of public policies aimed at stability and credibility of the national economy are needed to raise the level of private investment in the country.

KEYWORDS: Investment. Brazil. GDP. Capital Formation.

1 | INTRODUÇÃO

Como determinante do produto, emprego e renda no país, o investimento privado ocupa uma posição de destaque; principalmente pela influência na expansão da capacidade produtiva das empresas e no nível de atividade total do mercado. Para Possas (1999), a autonomia do investimento em relação ao nível de atividade econômica é o que determina sua centralidade frente o funcionamento da economia atual.

A formação do investimento privado é discutida ao longo de toda teoria econômica. Enquanto a corrente neoclássica o define em função da produtividade marginal e do custo do capital, a partir de um cenário de pleno

emprego e equilíbrio geral (Caballero, 1997); Keynes (1936) destaca o consumo em função da renda, uma vez que o nível de emprego depende dos níveis de demanda por consumo e por investimento. Já os pós-keynesianos adotam uma abordagem envolvendo a dinâmica do financiamento dos ciclos da economia (MINKSY, 1982). Por meio dessa abordagem enfatizam que as variáveis como renda e emprego são afetadas diretamente pelo comportamento da firma bancária, sendo o investimento fator fundamental para a tomada de decisões.

Nesse contexto, identificar os determinantes do investimento privado é fundamental para nortear a elaboração e avaliação de políticas públicas, e estratégias empresariais, de modo que todas contribuam para o crescimento econômico do país.

A contínua manutenção e ampliação dos investimentos no Brasil é condição precípua para que o país apresente taxas de crescimento condizentes tanto com os objetivos traçados (ALVES E LUPORINI, 2008). No Brasil, durante os últimos anos, a existência de linhas de financiamento adequadas se tornou uma necessidade para que o setor privado conseguisse investir em determinados projetos.

De acordo com pesquisas empíricas, são diversas as variáveis capazes de determinar e influenciar o montante de investimento privado de um país em desenvolvimento. Analisar o investimento e suas variáveis, no contexto brasileiro, através de uma perspectiva de revisão teórica – englobando análise teórica, empírica e história – é o objetivo deste artigo.

Para responder a esta questão, fundamentou-se o estudo nas teorias econômicas que tratam da formação do investimento, discutidas no próximo capítulo, e se realizou pesquisas empíricas e históricas para consolidar o entendimento acerca do tema discorrido, conforme abordado na sequência. Por fim, há as conclusões finais, apresentando uma síntese do que foi discutido no trabalho.

2 | ASPECTOS TEÓRICOS DA DETERMINAÇÃO DO INVESTIMENTO PRIVADO

Este capítulo pretende estabelecer a base conceitual que sustenta o estudo, buscando uma discussão teórica do fundamento investimento privado agregado, os impactos causados pelos seus determinantes e estudos empíricos que trataram do tema desta pesquisa (para consolidar os avanços teóricos).

2.1 Teorias de Investimento

Primeiramente, são apresentadas as principais teorias de investimento, sendo realizado – de forma resumida - um confronto entre elas. Em seguida, são detalhadas as teorias mais citadas como influenciadoras na determinação do investimento privado, as quais servirão de base para solidificar o entendimento geral sobre investimento privado no Brasil.

Importante ressaltar que diversas escolas do pensamento econômico fundamentam suas abordagens sobre investimento de maneiras distintas. Enquanto as correntes com

base nos conceitos neoclássicos resumem o investimento em produtividade marginal e custo do capital, inseridos em um cenário de pleno emprego e equilíbrio geral (Caballero, 1997); as demais linhas de pensamento baseiam-se em uma dinâmica econômica que será capaz de estabelecer o investimento.

Em relação aos modelos que priorizam os preços relativos, geralmente ligados à teoria neoclássica, predominam três teorias para a formação do investimento: critério do valor presente, critério do estoque de capital de equilíbrio e critério de Q de Tobin (LELIS; BREDOW; CUNHA, 2015). Na primeira teoria, a firma determina o valor presente de pagamentos e de projetos futuros, descontados a uma taxa de juros apropriada, em que o resultado seja o retorno. Já a teoria de critério de estoque de equilíbrio defende que a firma, ao decidir investir, irá atingir um volume de capital baseado na maximização de valor que deseja.

Elaborada por James Tobin (1969), a teoria de investimento de Q de Tobin é baseada na razão entre valor da firma e custo de reposição do capital. Sua interpretação consiste em: quando o incremento no valor da firma for menor (ou exceder) o custo de reposição do capital, a mesma decidirá diminuir (ou aumentar) seu estoque de capital (CHIRINKO, 1993; ALVES E LUPORINI, 2008). Tal razão é denominada, pela literatura, de q marginal. A equação de investimento contempla o coeficiente de ajustamento y em que, quanto maior, mais lenta será a resposta do investimento:

$$I = \left(\frac{1}{y}\right) \cdot q \quad (1)$$

Segundo Cavallero (1999), tal relação resume diversas informações sobre ações e choques futuros, os quais são importantes para o investimento.

2.1.1 Modelo Neoclássico

Considerando a teoria da escola neoclássica, os mercados estarão continuamente em movimentos de ajuste de modo que a economia funcione com pleno emprego e níveis ideais de oferta e de demanda, em que o poder autorregulador do mercado gere o equilíbrio em todo ele (Caballero, 1997). Tae-Hee Jo (2003) elenca alguns conceitos básicos adotados pelos pensadores desta linha: i) pleno emprego; ii) investimento passado não influencia investimento corrente; iii) informações simétricas, ou seja, perfeito conhecimento; e iv) expectativas racionais.

O objetivo principal das empresas está centrado na maximização do lucro, de modo que, inicialmente, são elencados projetos de investimento tendo como referência o seu valor presente líquido:

$$VP_t = -C + R_t + \frac{R_{t+1}}{1+r} + \frac{R_{t+2}}{(1+r)^2} + \dots + \frac{R_{t+n}}{(1+r)^n} \quad (2)$$

Onde:

VP é valor presente líquido, C os custos do projeto, R os respectivos retornos, r a taxa de mercado e t o tempo estimado. Complementando, Servén e Solimano (1993) afirmam que o custo de utilização do capital é determinado pelo preço dos bens de capital, da taxa de juros real e da taxa de depreciação.

Seguindo essa lógica, Lelis (2005) da continuidade à análise salientando que tanto as variações na taxa de juros, como os retornos correntes, influenciarão no valor presente líquido do projeto e, conseqüentemente, na demanda por investimento.

Além disso, retomando o conceito de que os empresários tomam decisões e estimam os lucros através de expectativas racionais, os investimentos são determinados pelo mercado: tanto os custos, como o lucro, são conhecidos.

Conte e Marquetti (2008) afirmam que o mercado financeiro possui um papel importante na análise neoclássica, tornando possível que os empresários obtenham recursos junto às instituições financeiras no momento em que os lucros originados não forem suficientes para financiar novos investimentos. Desta forma, confirma-se a questão em que, independentemente da origem (recursos próprios ou capital de terceiros), o investimento será viável se os custos de capital forem inferiores ao lucro a ser alcançado.

Através da poupança, as pessoas físicas asseguram seus recursos. Validando a Lei de Say, na qual todo o montante poupado será utilizado, a poupança das pessoas físicas terminará em investimento.

Desta forma, os investimentos dependerão diretamente do montante da poupança: um baixo montante poupado, implica em taxas de juros altas e investimentos escassos; enquanto um elevado montante poupado, implica em taxas de juros baixas e investimentos alavancados. Pode-se concluir que, a poupança agregada, tanto no curto como no longo prazo, determinará o investimento.

2.1.2 Modelo Keynesiano e Derivados

As teorias pós keynesianas e estruturalistas, surgem com questionamentos relevantes às tradições neoclássicas. Enquanto Keynes (1936) afirma que o consumo é uma função da renda, e que as flutuações do emprego dependem dos níveis da demanda por consumo e investimento; a abordagem pós keynesiana preza por uma discussão da dinâmica do financiamento dos ciclos da economia (Minsky, 1982).

Sérvén e Solimano (1993) defendem que a teoria keynesiana foi a primeira a considerar as decisões de investimentos de maneira independente na economia, sendo esta variável completamente endógena.

Keynes, em sua obra Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, esboça a ideia de que o empresário decide investir mediante a comparação da taxa de retorno esperada do investimento (eficiência marginal do capital) e o custo de oportunidade do valor a ser investido (taxa de juros). Em ambas situações, está presente a incerteza da tomada de

decisão, pois há diferença de tempo entre a tomada de decisão e a concretização do investimento.

Conforme a fórmula seguinte, fica nítida a vantagem de um investimento, a partir do momento em que a taxa de retorno esperada for maior ou igual a taxa de juros do mercado.

$$V_0 = \sum_{t=0}^n \frac{V_n \cdot t}{(1+E)^t} \quad (3)$$

Onde V_0 é o investimento inicial, V_n o retorno líquido esperado em t períodos, E a taxa interna de retorno esperada e t a quantidade de períodos.

De acordo com a teoria, a eficiência marginal de um ativo é “a taxa de desconto que tornaria o valor presente do fluxo de anuidades das rendas esperadas desse capital, durante toda a sua existência, exatamente igual ao seu preço de oferta” (Keynes, 1936, p. 101). Keynes considera a taxa de juros, não como a variável que busca o equilíbrio entre poupança e investimento, mas o custo de oportunidade pela renúncia à liquidez.

Ainda, mediante a propensão dos banqueiros em assumir maior ou menor risco, surge a escassez em poupança ou investimento, ou seja, a propensão à liquidez do setor bancário, (STUDART, 2005). A taxa de juros para Keynes, afirma Carvalho (2007), se resume a recompensa pela renúncia à liquidez em um modelo com duas classes de ativos, apenas: i. ativos de curto termo, intitulados de moeda, livres de risco de capital; e ii. ativos líquidos de longo termo, intitulados de bônus.

Lelis (2005) argumenta, como segunda interpretação à teoria keynesiana do investimento, a questão do preço do ativo (P_t^D) em função das expectativas de rendimento (Q_n) e taxa básica de juros esperada (r):

$$P_t^D = \frac{Q_1}{1+r_1} + \frac{Q_2}{1+r_2} + \dots + \frac{Q_n}{1+r_n} \quad (4)$$

Nesta abordagem, as expectativas da renda são endógenas diante da estrutura cíclica da economia, podendo ser relacionadas a escassez de capital no mercado. Sendo assim, em momentos em que há aceleração econômica, a ociosidade do capital e do trabalho diminui; ocorrendo o inverso em períodos de recessão.

Além do estoque de capital, afirmam Lelis, Bredow e Cunha (2015), como determinante dos rendimentos esperados de um plano de investimento, surge a expectativa da renda. Onde Q_n e K_n são relacionadas inversamente, considerando que um aumento no fluxo de investimentos leva a uma queda nos retornos esperados:

$$Q_n = Q_n(K_n, Y_n) \quad (5)$$

$$\frac{\partial Q_n(K_n, Y_n)}{\partial K_n} < 0 \quad (6)$$

Diante da equação (6), percebe-se uma relação inversa entre demanda por investimento e expectativa da taxa de juros; uma vez que, a taxa de juros constantes, o preço de demanda sofre uma queda.

A partir das equações acima, Minsky (1975) elenca três fatores como possíveis de causar flutuações nos gastos com investimento: i) expectativas de rendimentos futuros; ii) taxa básica de juros esperada, determinada pelo mercado; e iii) razão entre fator de capitalização da renda esperada pela soma dos ativos de capital e taxa de juros para empréstimo.

Tais abordagens permitem endogeneizar a variável investimento, considerando a incerteza dos agentes envolvidas na tomada de decisão.

A teoria keynesiana, além de considerar – pela primeira vez – as decisões de investimento como independentes na economia, contribuiu com diversos conceitos e ideias que, posteriormente, foram utilizados como balizadores de outras teorias econômicas sobre investimento agregado.

Fazzari (1989) realiza uma síntese das abordagens derivadas da teoria keynesiana afirmando que, nos anos de 1960 e 1970, definições da relação entre finanças e investimento se dividiam em duas escolas de pensamento: i. os pós keynesianos, que defendiam as proposições originais de Keynes, de que a instabilidade nas relações financeiras podia causar volatilidade no investimento e, por consequência, em demais variáveis macroeconômicas; ii. os neokeynesianos, seguindo uma corrente mais formal, que estudavam os modelos de otimização dos neoclássicos, sem ligações entre finanças e investimento.

A teoria keynesiana, a partir da reinterpretação dos pós keynesianos, sustenta o comportamento do sistema, tanto em preço relativo e produtividade, como em emprego, PIB e nível geral de preços, como dependentes da situação financeira da firma (COSTA, 1991).

Para os pós keynesianos, segundo Ferrari Filho e Araujo (2000), as economias são inerentemente instáveis, uma vez que os agentes econômicos tomam suas decisões baseados em um ambiente de incertezas. Minsky (1982), explicado por Datheim (2000), apresenta uma complementação teórica à questão da instabilidade econômica, em que a mesma é geradora de ciclos econômicos, representando a economia capitalista e, por sua vez, o comportamento endógeno de seus agentes. Desta forma, a economia só funcionará de forma saudável caso existam investimentos capazes de gerar lucro, uma vez que as oscilações destes investimentos determinarão seu pagamento (ou não).

Andrade e Sobreira (2008) complementam o raciocínio pós keynesiano afirmando que, para a corrente de pensamento, variáveis como renda e emprego são afetadas diretamente pelo comportamento da firma bancária, sendo o investimento fundamental em suas decisões. Os bancos possuem a capacidade de oferta de crédito independentemente do montante de depósitos; premissa baseada no caráter parcialmente endógeno da oferta de moeda. Desta forma, as instituições financeiras ajustam seus portfólios conciliando crédito e depósitos, e consequentemente, a oferta de moeda na economia. Por fim, os bancos tomam decisões baseados na sua preferência por liquidez, visando a maximização

dos lucros, mesmo em cenários de incerteza.

2.1.3 Modelo Kaleckiano

O modelo kaleckiano, segundo Palley (1999) faz a ligação de uma situação de curto prazo com uma situação de longo prazo. Kalecki vai ao encontro de Keynes ao definir que o investimento é a variável que determina a poupança. O gasto realizado na compra de bens de investimento gera lucros instantâneos, os quais gerarão poupança e liberarão um igual montante de liquidez à disposição no sistema bancário (POSSAS, 1999). A equação fundamental do investimento elaborada pelo pensador é a seguinte:

$$D_t = F_{t+r} = a \cdot S_t + b \cdot \frac{\Delta P_t}{\Delta t} - c \cdot \frac{\Delta K_t}{\Delta t} + d \quad (7)$$

Onde:

S_t = lucros retidos totais no período t (em que $0 < a < 1$);

ΔP_t = variação dos lucros brutos ocorrida no período t;

ΔK_t = variação no estoque de capital fixo ocorrida no período t; e

d = constante sujeita a modificações a longo prazo.

A partir do momento em que a empresa possui capacidade de se autofinanciar e, reinvestir os seus lucros, haverá influência positiva na decisão do investimento. Como consequência, Madeira (2010) cita o fortalecimento da posição da empresa perante o mercado pois, na medida em que aumenta seu capital próprio e reduz seu risco de insolvência, otimiza as oportunidades de crédito no mercado.

De forma resumida, as três ideias que analisam as variações dos lucros dos empresários e do estoque de capital na determinação do investimento, segundo Lelis (2005), são: i) ambas variáveis refletem as alterações na utilização da capacidade instalada da firma; ii) o efeito acelerador do investimento é captado por estes termos; e iii) os empresários irão ajustar o estoque de máquinas e equipamentos conforme expectativas de adaptação.

A teoria de Kalecki traz contribuições significativas, uma vez que incorpora a importância da existência de recursos internos (autofinanciamento) para a decisão de investimento da firma.

2.1.4 Modelo do Acelerador dos Investimentos

A teoria do acelerador dos investimentos pode ser dividida em duas versões: i) modelo de acelerador simples; e ii) modelo de acelerador flexível. A primeira demonstração destes modelos foi realizada por Aftallon (1909) e popularizada por Clark (1917), ganhando notoriedade nos anos de 1950 em conjunto com as teorias de crescimento simples.

O modelo simples defende que o investimento é uma proporção linear das mudanças

no produto, uma vez que aumentando a relação capital/produto o nível do investimento fique condicionado a um determinado nível do produto – de modo que esta relação se mantenha constante. A equação é dada por:

$$I_{\text{liquido}} = \Delta K = \alpha \Delta Y \quad (8)$$

Onde α representa a relação capital/produto, K o nível de capital e Y o nível de produto. De modo a validar este modelo, deve-se considerar que a economia esteja trabalhando com plena utilização da capacidade instalada. Sendo muito criticado por não considerar defasagens temporais no investimento e custos de ajustamento, surge o modelo flexível:

$$K - K_{t-1} = I = y(K^* - K_{t-1}) \quad (9)$$

Onde K^* representa o nível de capital desejado e Y a velocidade de ajustamento do estoque de capital ($0 < y < 1$).

2.2 Estudos Empíricos: Componentes da Formação do Investimento Privado

A literatura empírica sobre determinantes do investimento privado no Brasil é recente. Em sua maioria, os trabalhos utilizam dados de cunho macroeconômico, com frequência anual, englobando a periodicidade de 1950 a 2014 (parte significativa da história recente da economia brasileira).

Os trabalhos relacionados ao tema surgiram nas décadas de 1970 e 1980, segundo Alves (2008), considerando economias em desenvolvimento, como por exemplo, o Brasil. Tais pesquisas, afirmam Alves e Luporini (2008), contemplavam variáveis explicativas qualitativas (produto e liquidez), refletindo as condições de demanda agregada de cada país. Resultados indicam que a mesma figura como uma importante variável explicativa, com coeficientes positivos e significativos.

As características específicas presentes em países subdesenvolvidos também ganharam a atenção de diversos pesquisadores, sendo incluídas variáveis como: disponibilidade de crédito, investimento público e fragilidade econômica.

De modo geral, as variações de investimento utilizadas nos trabalhos pesquisados se resumem em: FBCF setor privado, FBCF setor privado/PIB, FBCF total anual, FBCF total anual/PIB, FBCF setor privado/máquinas e equipamentos e diferença de FBCF setor privado. A variável FBCF setor público também é muito utilizada em trabalhos, contudo, por não ser o foco deste trabalho, não serão detalhadas pesquisadas que a utilizam.

Quanto a parametrização do investimento privado, há diferentes abordagens na literatura, as quais contemplam preços, relação demanda e produtividade, fatores psicológicos do consumidor, fatores institucionais, entre outras.

Grande parte das estimativas da função de investimento privado (para o Brasil), de modo a contribuir com a literatura empírica, utilizam variáveis baseadas no modelo do acelerador de investimento, além das teorias neoclássica, keynesiana e pós keynesiana.

Diversas pesquisas realizam a desagregação entre os componentes do investimento público e privado – pois o Sistema de Contas Nacionais do IBGE não fornece estimativas desagregadas. Segundo Santos e Pires (2009), tal fato tem se mostrado um obstáculo ao estudo dos determinantes do investimento privado no Brasil.

Os autores supracitados, elencam três limitações importantes a respeito dos dados brasileiros: i) o IBGE não calcula deflatores trimestrais – as séries publicadas nas contas trimestrais possuem, como referência, dados nominais do ano anterior – dificultando a interpretação dos dados apresentados; ii) o conceito da FBCF é muito amplo, abrangendo: investimentos familiares em residências, investimentos de empresas ou governo em infraestrutura e instalações administrativas e investimentos de empresas em máquinas e equipamentos; iii) pelo fato do IBGE não desagregar, em dados trimestrais, a FBCF total em componentes públicos e privado; apesar de possuir, em dados anuais, FBCF pública e FBCF privada, as empresas estatais são consideradas como setor privado.

Dentre os trabalhos que buscam tal desagregação e utilizam os dados com periodicidade anual, estão: Vogel e Buser (1976), Galbis (1979), Sundararajan e Thakur (1980), Blejer e Kahn (1984), Dailami (1987), Garcia (1987), Left e Sato (1988), Ronci (1991), Greene e Viellanueva (1991), Studart (1992), Ferreira (1996), Rocha e Teixeira (1996), Melo e Rodrigues Junior (1998), Jacinto e Ribeiro (1998), Cruz e Teixeira (1999), Reis (1999), Ribeiro e Teixeira (2001), Galeano e Mata (2007), Alves e Luporini (2008), Conte Filho e Marquetti (2008). Já as pesquisas que optaram pela periodicidade trimestral contam com os autores: Reis (1999), Pereira (2001), Cavalcanti (2002), Muinhos e Alves (2003), Lelis (2005), Santos e Pires (2007), Lelis, Bredow e Cunha (2015), Silva, Rodrigues e Ferreira (2015).

Silva, Rodrigues e Ferreira (2015) defendem a utilização da base trimestral em virtude da obtenção de maior grau de liberdade para a análise (em virtude do número elevado de observações), e a possibilidade de captar efeitos de curto prazo nas séries estudadas. Santos e Pires (2009), por exemplo, constroem estimativas tanto da formação bruta de capital privado, como de investimentos públicos, em séries trimestrais. Já Lelis, Bredow e Cunha (2015) estimam, como proxy do investimento privado, a FBME; ou seja, descompõem a variável FBCF no seu componente FBME com periodicidade trimestral.

A função investimento, por possuir influência de diversas metodologias, apresenta grandes diferenças entre os trabalhos estudados. Dentre as variáveis mais utilizadas, estão: i) nível de atividade da economia, representado pelo produto interno bruto (PIB), ou nível de preços, ou ainda o grau de capacidade utilizada; ii) crédito, representado pelas operações de crédito (crédito geral, operações do BNDES, fontes internacionais de financiamento, entre outros); iii) componentes do gasto agregado, ou seja, investimento público, representado pela série anual do IBGE; iv) custo de utilização do capital, através da taxa de juros real ou preço dos bens de capital; v) grau de incerteza; onde a proxy mais utilizada é a inflação.

Como métodos de estimação, foram utilizados com maior frequência: i. modelos de regressão: principalmente a técnica de mínimos quadrados ordinários e análise com dados em painel; e ii. modelos espaciais: VAR e VEC.

O modelo de mínimos quadrados ordinários (MQO) é o mais utilizado em pesquisas da área, contemplando os autores: Vogel e Buser (1976), Galbis (1979), Sundararajan e Takur (1980), Blejer e Kahn (1984), Garcia (1987), Ronci (1991), Cardoso (1992), Studart (1992), Jacinto e Ribeiro (1998), Serven (1998), Reis (1999), Muinhos e Alves (2003), Terra (2003), Galeano e Mata (2007), Alves e Luporini (2008), Wathier e Cypriano (2008), Madeira e Luporini (2010) e Tadeu e Silva (2013). Este modelo, atribuído a Carl Friedrich Gauss, possui propriedades estatísticas muito atraentes que o tornaram um dos métodos de análise de regressão mais poderosos e difundidos (GUJARATI, 2006).

Muito trabalhos realizam a análise a partir de dados em painel, modalidade em que a mesma unidade de corte transversal é acompanhada ao longo do tempo. Em síntese, os dados em painel têm uma dimensão espacial e outra temporal (GUJARATI, 2006). Tadeu e Silva (2013), por exemplo, utilizaram a técnica de combinação de séries temporais e de dados de corte transversal (cross-section); enquanto Terra (2003) simulou quatro regressões: i. mínimos quadrados ordinários (MQO); ii. mínimos quadrados ordinários (MQO) dinâmico; iii. método dos momentos generalizados (GMM); e iv. método dos momentos generalizados (GMM) em primeira diferença.

Dailami (1987) e Grenne e Villanueva (1991) utilizaram o método da máxima verossimilhança. Este procedimento, da mesma forma que o MQO, permite a estimação de parâmetros econométricos e a realização de testes de hipóteses sobre restrições lineares e não lineares (PORTUGAL, 2007). A grande importância do método, segundo o autor, consiste nas propriedades assintóticas dos estimadores, que são consistentes e eficientes.

Os modelos espaciais VAR e VEC também são empregados em diversas pesquisas. Os autores Ferreira (1996), Ribeiro e Teixeira (2001), Santos e Pires (2007) e Conte Filho e Marquetti (2008), aplicaram a auto regressão vetorial (VAR). Segundo Gujarati (2006), o modelo não apresenta distinção entre variáveis endógenas e exógenas, havendo simultaneidade entre o conjunto das mesmas. Por tratar das variáveis sem maiores definições, a técnica capta as interações entre elas, relacionando-as tanto com o próprio valor defasado da série temporal, como com os valores defasados das demais variáveis (CONTE FILHO E MARQUETTI, 2008).

Dentre os autores que utilizaram o modelo vetorial de correção de erros (VEC) estão: Melo e Rodrigues Junior (1998), Cruz e Teixeira (1999), Gonzales, Sbardelatti e Santos (2014), Lelis, Bredow e Cunha (2015). Um modelo VEC, segundo Hauer e Ziegelman (2007), pode ser utilizado para combinar as vantagens de um modelo VAR com os benefícios das relações de longo prazo, através do método de Engle e Granger ou Johansen.

Diante de todas as pesquisas revisadas, conclui-se que pouca atenção é dada às quebras estruturais presentes nas séries estimadas. Dentre os autores que realizam testes,

de modo a verificar se os testes de raiz unitária estão livres de quebras, destacam-se: Rocha e Teixeira (1996), Melo e Rodrigues Junior (1998), Pereira (2001), Ribeiro e Teixeira (2001), Conte Filho e Marquetti (2008), Lelis, Bredow e Cunha (2015).

Ribeiro e Teixeira (2001), por exemplo, dividem a análise econométrica em quatro etapas: i) aplicação do teste ADF, de Dickey e Fuller (1981), de modo a verificar a estacionaridade das séries temporais; ii) eliminação de variáveis defasadas e estatisticamente não significativas através do modelo auto regressivo ADLR; iii) utilização do método de Engle e Granger (1987) para verificar a cointegração das variáveis da série, método Johansen (1988) para analisar os vetores da cointegração por um método auto regressivo (VAR); e iv) aplicação de testes de exogeneidade, através da variável investimento como endógena sobre as equações de curto e longo prazo.

A respeito dos resultados, em relação ao nível de atividade da economia, estimada através do componente preço, os autores Sundararajan e Thakur (1980), Greene e Villanueva (1991), Silva, Rodrigues e Ferreira (2015) chegam a coeficientes negativos. Enquanto, encontram coeficientes não significativos Ronci (1991) e Rocha e Teixeira (1996). Utilizando como proxy o PIB, de modo a definir o grau de utilização da capacidade produtiva da economia, os autores Sundararajan e Thakur (1980), Greene e Villanueva (1991), Ronci (1991), Studart (1992), Rocha e Teixeira (1996), Jacinto (1997), Rocha e Teixeira (1996), Melo e Rodrigues Junior (1998), Ribeiro e Teixeira (2001), Galeano e Mata (2007), Conte Filho e Marquetti (2008), Luporini e Alves (2010), Silva, Rodrigues e Ferreira (2015) encontram coeficientes positivos.

No que tange o custo de utilização do capital, estimado geralmente pela taxa de juros, Rocha e Teixeira (1996), Melo e Rodrigues Junior (1998), Abe (2001), Ferreira (2005), Conte Filho e Marquetti (2008), Silva, Rodrigues e Ferreira (2015) verificam coeficientes negativos, enquanto os autores Jacinto (1997), Cruz e Teixeira (1998), Ribeiro e Teixeira (2001), Luporini e Alves (2010), Galeano e Mata (2007) chegam a coeficientes não significativos. Quanto mais elevada for a taxa de juros, menor tende a ser o investimento realizado no período, refletindo diretamente no custo do capital; uma vez que a sua eficiência marginal passa a ser maior, dificultando a viabilidade do negócio analisado.

Em relação ao investimento público, a maioria dos estudos chega em uma relação de crowding-out entre os investimentos privado e público em um curto prazo; demonstrando, segundo Luporini e Alves (2008) a existência de uma competição por recursos físicos na economia brasileira. Encontrando coeficientes positivos para essa relação, estão: Galbis (1979), Sundararajan e Takur (1980), Greene e Villanueva (1991), Cardoso (1992), Ribeiro e Teixeira (2001), Ferreira (1996); e coeficientes negativos: Studart (1992), Rocha e Teixeira (1996), Jacinto e Ribeiro (1998), Melo e Rodrigues Junior (1998), Cruz e Teixeira (1999), Silva, Rodrigues e Ferreira (2015).

Melo e Rodrigues Junior (1998) destacam o fato de que, em economias em desenvolvimento, o setor público assume papel significativo na formação bruta de capital.

Os investimentos públicos voltados para infraestrutura, elevam a produtividade geral da economia, alavancando também o investimento privado. Contudo, a relação entre os dois tipos de investimento é complexa, uma vez que existem variáveis como setor, prazo e condições do financiamento que podem alterar o decurso do mercado.

Indicadores de estabilidade econômica, fator presente em países em desenvolvimento, também apresentam sinais esperados em alguns trabalhos, demonstrando o efeito adverso da incerteza sobre o investimento privado. Indicando uma relação negativa entre estabilidade econômica e investimento privado, estão os autores: Blejer e Khan (1984), Dailami (1987), Love (1989), Grenne e Villanueva (1991), Ronci (1991), Cardoso (1992), Studart (1992), Jacinto e Ribeiro (1998), Melo e Rodrigues Junior (1998), Ribeiro e Teixeira (2001), Luporini e Alves (2008) e Silva, Rodrigues e Ferreira (2015).

Estes resultados confirmam o fato do investimento como uma escolha temporal, onde os agentes adiarão investimentos previstos quando há indicadores de instabilidade econômica. Vasconcellos (2006) afirma que este movimento é perceptível na economia brasileira: durante os anos 1970, o Brasil possuía altas taxas de investimento, em virtude de níveis estáveis de inflação e política cambial otimista. Já nos anos 1980, com a crise da dívida externa, inflação acelerada e taxa de juros instável, as taxas de investimento reduziram.

Pindyck e Solimano (1993) demonstram a complexidade de estudo desta variável em países em desenvolvimento. Ao realizarem uma pesquisa sobre investimento privado, com países da América Latina, destacaram a relação inversa encontrada para taxa de juros e taxa de câmbio. Enquanto o investimento público, é reduzido somente em momentos de crise fiscal (MELO E RODRIGUES JUNIOR, 1998).

A incerteza, nesta pesquisa tratada como instabilidade econômica, possui, na maioria dos casos, como proxy a inflação. O aumento de tal indicador tende a enfraquecer os investimentos no setor privado. Uma vez que os riscos inerentes ao negócio possuem uma tendência de elevação junto a uma alta da inflação, maior será a probabilidade de perda e, conseqüentemente, menores serão os investimentos.

Por fim, os coeficientes estimados para demanda e disponibilidade de crédito possuem sinal positivo, sendo significantes. Diversos autores concluem que a disponibilidade de crédito é variável determinante para o investimento privado em países em desenvolvimento – a citar o Brasil. São eles: Sundararajan e Takur (1980), Blejer e Khan (1984), Garcia (1987), Left e Sato (1988), Studart (1992), Rocha e Ribeiro (1996), Jacinto e Ribeiro (1998), Cruz e Teixeira (1999), Casagrande (2000 e 2003), Ribeiro e Teixeira (2001), Terra (2003), Hamburguer (2003 e 2004), Kalatzis (2005), Filho (2005), Bisinha e Aldrighi (2007), Luporini e Alves (2010), Lelis, Bredow e Cunha (2015), Silva, Rodrigues e Ferreira (2015).

Serven e Solimano (1992) inferem que as políticas restritivas de crédito afetam o investimento de duas maneiras: i) elevação no custo real do crédito bancário; e ii) incremento no custo de oportunidade dos lucros acumulados. Ambos mecanismos elevam o custo do

capital, reduzindo montante de investimento. Segundo os autores, o estudo foi confirmado por diversos pesquisadores, dentre eles Melo e Tybout (1986), Greene e Villanueva (1991) e Solimano (1989).

Ronci (1988) complementa afirmando que, dentre as principais limitações para o investimento nos países em desenvolvimento, está o montante de recursos financeiros disponível. Stiglitz e Weiss (1981) defendem a ideia de que a existência de assimetria de informações, seleção adversa e incentivos nas economias subdesenvolvidas, podem levar os credores a racionalizar crédito, por meio da imposição de limites.

Em economias em desenvolvimento, muitas empresas sofrem com o racionamento do crédito, bem como com a frágil estrutura do mercado de capitais, (RAMA, 1993). Corroborando com a ideia, Van Wijnbergen (1982), Blejer e Khan (1984), Lim (1987) e Dailami (1990) concluem que, em mercados financeiros reprimidos, as políticas de crédito afetam diretamente o investimento (SERVEN E SOLIMANO, 1992).

Pereira (2001) avalia empiricamente a relação entre investimento e incerteza no Brasil, utilizando modelos com custo de ajustamento quadrático, através de técnicas de máxima verossimilhança e de processos auto regressivos. O autor chega à conclusão de que as variáveis são negativamente relacionadas, ou seja, o nível de investimento pode ser alavancado diante de medidas econômicas sustentáveis. Assim, choques que geram incertezas no mercado seriam evitados.

Analisando a restrição de crédito e seu impacto nas decisões de investimento no cenário brasileiro, Terra (2003) realiza uma pesquisa sobre 21 setores, através de um modelo do acelerador de investimentos. A autora conclui que as empresas brasileiras sofrem restrições de crédito, de modo que o efeito é minimizado somente em grandes empresas, além das multinacionais.

Já Studart (1992) abrangeu em seu modelo as variáveis: i) instabilidade econômica; e ii) montante dos financiamentos do BNDES. Ambas resultaram em coeficientes significativos e com relação positiva. O autor ainda utilizou o investimento privado como variável exógena, de modo a captar o efeito da irreversibilidade do investimento (MADEIRA, 2010).

Ribeiro e Teixeira (2001) se destacam pela proposta de estudo, envolvendo demanda e disponibilidade de crédito, diretamente relacionadas ao investimento. Os resultados, nas equações de curto e longo prazo, revelam a variação do investimento privado através de três principais fatores: i) impacto da produção, ou seja, nível da atividade econômica; ii) investimento público; e iii) disponibilidade de linhas de crédito e financiamento de longo prazo. Os dois últimos itens são destacados como instrumentos essenciais de política econômica. Ainda, os autores destacam as variáveis elencadas anteriormente como catalizadoras da queda dos níveis de investimento no Brasil nos anos de 1990.

Analisando diversos indicadores, e dentre eles a disponibilidade de crédito, Luporini e Alves (2008) chegam a um resultado semelhante. Através da técnica de análise de dados

em painel, se revelou a importância do volume de recursos financeiros (disponibilizados por instituições financeiras), para o período de 1995 a 2006. As autoras sugerem, através dos resultados, que as empresas brasileiras operam sob restrições de crédito. Dentre os resultados, consta também o fato da instabilidade econômica impactar negativamente o investimento privado no Brasil.

Casagrande (2003), com o objetivo de identificar aspectos críticos sobre o investimento no Brasil em relação às fontes de financiamento, realiza uma pesquisa dividida em dois períodos: pré e pós Plano Real – 1990 a 1994 e 1995 a 1999. Através de um modelo do acelerador de investimento, o autor conclui que o financiamento interno foi o recurso que possibilitou às empresas se financiarem e investirem entre 1990 e 1994.

Lellis, Bredow e Cunha (2015) concluem, através da aplicação de um modelo Vetorial de Correção de Erros (VEC), que a variável crédito se caracterizou como a mais importante para a elevação da FBME, sendo relevantes também (em segundo lugar) o consumo das famílias e a utilização da capacidade instalada. Os autores respaldam seu resultado, em demais pesquisas nas quais o nível de atividade, do crédito e de expectativas foram os principais determinantes do investimento privado: Studart (1992), Rocha e Ribeiro (1996), Cruz e Teixeira (1999), Ribeiro e Teixeira (2001), Luporini e Alves (2010) e Melo e Rodrigues Junior (1998).

A seguir, é apresentado um quadro que resume as principais pesquisas e seus resultados no âmbito do investimento privado, classificando-as quanto modelo econométrico e variáveis utilizadas:

Variável	Método	Resultado	Autores
Preço dos Fatores (exemplo: série IBGE IPCA/ IGP-DI)	MQO	(-)	SUNDARAJAN E THAKUR (1980); SILVA, RODRIGUES E FERREIRA (2015)
		NS	RONCI (1991)
	MV	(-)	GREENE E VILLANUEVA (1991)
	VEC	NS	ROCHA E TEIXEIRA (1996); LELIS, BREDOW E CUNHA (2015)
Utilização da Capacidade Produtiva (exemplo: série IBGE PIB)	MQO	(+)	SUNDARAJAN E THAKUR (1980); RONCI (1991); STUDART (1992); JACINTO E RIBEIRO (1998); SERVEN (1998); PEREIRA (2001); LUPORINI E ALVES (2008); WATHIER E CYPRIANO (2008) WATHIER E CYPRIANO (2008); SILVA, RODRIGUES E FERREIRA (2015)
		(+)	GREENE E VILLANUEVA (1991)
	VEC	(+)	ROCHA E TEIXEIRA (1996); MELO E RODRIGUES JUNIOR (1998); CRUZ E TEIXEIRA (1999); GONZALES, SBARDELATTI E SANTOS (2014); LELIS, BREDOW E CUNHA (2015)
	VAR	(+)	RIBEIRO E TEIXEIRA (2001); SANTOS E PIRES (2007); CONTE FILHO E MARQUETTI (2008)

Custo de Utilização do Capital (exemplo: série BC taxa juros)	MQO	(-)	RONCI (1991); WATHIER E CYPRIANO (2008); SILVA, RODRIGUES E FERREIRA (2015)
		(+)	PEREIRA (2001); GALEANO E MATA (2007); LUPORINI E ALVES (2008)
	VEC	(-)	ROCHA E TEIXEIRA (1996); GONZALES, SBARDELATTI E SANTOS (2014)
		(+)	CRUZ E TEIXEIRA (1999)
	VAR	(-)	FERREIRA (1996); MELO E RODRIGUES JUNIOR (1998); CONTE FILHO E MARQUETTI (2008)
		(+)	RIBEIRO E TEIXEIRA (2001)
Investimento Público (exemplo: série IBGE FBCF)	MQO	(+)	SUNDARAJAN E THAKUR (1980);
		(-)	RONCI (1991); STUDART (1992); JACINTO E RIBEIRO (1998); LUPORINI E ALVES (2008); WATHIER E CYPRIANO (2008); SILVA, RODRIGUES E FERREIRA (2015)
	MV	(+)	GALBIS (1979); GREENE E VILLANUEVA (1991); CARDOSO (1992)
	VAR	(+)	RIBEIRO E TEIXEIRA (2001); SANTOS E PIRES (2007)
		(-)	SANTOS E PIRES (2007)
	VEC	(-)	ROCHA E TEIXEIRA (1996); MELO E RODRIGUES JUNIOR (1998); CRUZ E TEIXEIRA (1999)
Instabilidade Econômica (exemplo: inflação)	MQO	(-)	BLEJER E KHAN (1984); LOVE (1989); RONCI (1991); CARDOSO (1992); STUDART (1992); JACINTO E RIBEIRO (1998); SERVEN (1998); LUPORINI E ALVES (2008); WATHIER E CYPRIANO (2008); SILVA, RODRIGUES E FERREIRA (2015)
	MV	(-)	DAILAMI (1987); GREENE E VILLANUEVA (1991)
	VEC	(-)	MELO E RODRIGUES JUNIOR (1998)
	VAR	(-)	RIBEIRO E TEIXEIRA (2001)
Demanda e Disponibilidade de Crédito (exemplo: série BC desembolso BNDES/ crédito disponível)	MQO	(+)	SUNDARAJAN E THAKUR (1980); BLEJER E KHAN (1984); GARCIA (1987); LEFT E SATO (1988); STUDART (1992); JACINITO E RIBEIRO (1998); SERVEN (1998); TERRA (2003); BISINHA E ALDRIGUI (2007); LUPORINI E ALVES (2008); SILVA, RODRIGUES E FERREIRA (2015)
	VEC	(+)	CRUZ E TEIXEIRA (1999); LELIS, BREDOW E CUNHA (2015)
	VAR	(+)	RIBEIRO E TEIXEIRA (2001)
Endividamento Externo (exemplo: série IBGE serviço dívida/PIB)	MQO	(-)	LUPORINI E ALVES (2008)
Taxa de Câmbio (exemplo: série BC taxa câmbio real)	MQO	(-)	LUPORINI E ALVES (2008)
		(+)	PEREIRA (2001)
		NS	WATHIER E CYPRIANO (2008)
	VEC	(+)	GONZALES, SBARDELATTI E SANTOS (2014)

Tributos (exemplo: série IBGE carga tributária/PIB)	MQO	(-)	SILVA, RODRIGUES E FERREIRA (2015)
--	-----	-----	------------------------------------

Quadro 1 - Síntese dos Estudos Empíricos sobre Investimento Privado

Fonte: elaborado pelo autor, com base em pesquisas bibliográficas

3 I HISTÓRICO DO INVESTIMENTO NO BRASIL

O Brasil, segundo série histórica do IBGE, possui uma taxa de investimento baixa. No ano de 2014, correspondeu a 19,70% do PIB. Alves e Luporini (2008) destacam três períodos principais de mudança da taxa, durante a história brasileira: i. década de 1970, englobando o período do milagre econômico, com taxa de investimento elevada; ii. período de 1981 a 1989, em meio à crise da dívida externa e aceleração inflacionária, com queda da taxa; e iii. a partir de 1990, diante do processo de abertura comercial e reestruturação produtiva da indústria, com taxa de investimento em patamares reduzidos.

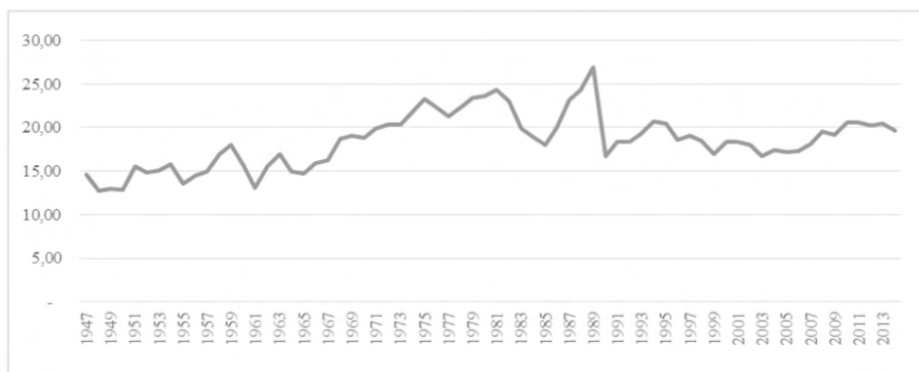


Gráfico 1 - Taxa de Investimento no Brasil (%PIB)

Fonte: IBGE/Séries Históricas e Estatísticas

O início da história brasileira pode ser dividido em ciclos, conforme elaboração de Paim (2011): i. ciclo do pau-brasil (1503 a 1550); ii. ciclo do açúcar (1550 a 1650); iii. ciclo do gado (1560); iv. ciclo do fumo (1642); v. ciclo da mineração (1694 a 1760); vi. subciclo do algodão (1780 a 1790); vii. ressurgimento do ciclo do açúcar (1790 a 1810); e viii. ciclo do café (1825 a 1930).

Dentre os períodos citados, Simonsen (2005) destaca o ciclo do açúcar. Fomentado pelo governo português, caracterizou o desenvolvimento da indústria uma vez que os negociantes portugueses adiantavam dinheiro para os colonos montarem seus engenhos. Estes, representavam uma verdadeira povoação, abrigando a utilização não só de mão-de-

obra, bem como de ferramentas necessárias para o exercício da atividade.

O início da indústria, segundo Paim (2011), é vislumbrado a partir do século XVIII e se intensifica na primeira metade do século XIX, diante da expansão das indústrias de bens de consumo básico: alimentação e têxteis, além de serralherias, estamparias e fundições. O crescimento da indústria brasileira foi modesto, embora os progressos tenham sido determinantes para a mudança da orientação da economia.

O progresso econômico brasileiro está diretamente ligado aos choques externos: i. primeira guerra mundial; ii. grande depressão; e iii. segunda guerra mundial (PAIM, 2011). Nos momentos citados, a concorrência estrangeira foi afastada, estimulando os empresários brasileiros a realizarem investimentos na indústria, de modo a desenvolvê-la e expandi-la.

Já a sucessão de marcos industriais pode ser dividida da seguinte maneira: i. 1903 a 1913, conforme já citado; ii. 1920 a 1929, a partir dos investimentos incentivados no setor de cimento e siderurgia; iii. 1933 a 1939, período em que não houve grandes gastos no governo em investimento, apesar da prática de uma política agressiva de fomento à indústria, através da expansão do crédito especializado¹; e iv. 1946 a 1961, diante de processo de industrialização intensiva através da substituição de importações e ampliação do planejamento econômico (SIMONSEN, 2005; PAIM, 2011)

O chamado nacional-desenvolvimentismo, corrente econômica preponderante nos anos de 1950, foi o período compreendido entre o governo Getúlio Vargas e o Regime Militar. Período em que o país desenvolveu significativamente sua infraestrutura, atingindo taxas elevadas de crescimento econômico (SOUZA, 2011).

Durante o milagre econômico brasileiro (1968-1973), os fluxos de crédito e capital na economia mundial repercutiram positivamente no país. Lacerda (2004) afirma que os setores de bens duráveis e capital protagonizaram o crescimento, com investimentos em diversos segmentos e minimização na participação do Estado. Como resultado do período, o setor de bens de capital cresceu 22,50% e a taxa de investimento brasileira atingiu o maior patamar de toda a sua história (LACERDA, 2004).

Diante da minimização da oferta mundial do petróleo e a consequente elevação de seus preços, em 1973, a inflação retornou juntamente com a redução da oferta de crédito e do investimento privado. Em 1975, com ênfase na retomada do crescimento interno e na redução da dependência externa, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento. O plano se detinha em formar uma economia moderna a partir da implantação de novos setores, criação de tecnologias e adaptação à nova realidade mundial (CASTRO, 2004).

Objetivando viabilizar o investimento privado, sistemas públicos de financiamento foram criados. Com a finalidade de atender o mercado com operações de longo prazo e taxas acessíveis, o Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico e Social (BNDES) ganhou destaque. A possibilidade de captação de recursos externos também, com custos

¹ Criação, em 1937, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, segundo Paim (2011)

menores que os domésticos, se tornou possível (VASCONCELLOS, 2006). Durante este momento, a economia manteve crescimento, apesar de apresentar taxas inferiores ao período anterior.

Em 1980, com a crise da dívida, o crescimento foi interrompido através da elevação nas taxas de juros e a retração no investimento. Servén e Solimano (1993) afirmam que a formação bruta de capital fixo sofreu reduções, voltando a se recuperar a partir de 1987. As informações sobre a FBCF² revelam uma redução no nível dos investimentos no Brasil (em percentuais do PIB) durante a maior parte do período entre 1980 e 1987 (ALVES E LUPORINI, 2008). Como consequência, os montantes de poupança do governo também tiveram seus níveis reduzidos, inibindo as alternativas de financiamento de longo prazo até então disponível no país.

A partir de 1984, houve uma recuperação nos níveis de consumo (5,30%) impactando positivamente no investimento (aumento de 0,96%). A alavancagem nestes níveis, nos anos seguintes, auxiliou na ampliação do investimento fixo (GRASEL E SANTANA 1995).

Em 1986, diferentemente dos anos anteriores, houve aumento do investimento em formação de capital, principalmente em virtude do Plano Cruzado, cujo objetivo era a contenção da inflação (LAMONICA, FEIJO E PUNZO, 2012). Ao final da década de 1980 a economia brasileira apresentava-se instável, com crescimento pouco expressivo e taxas de inflação representativas.

Nos anos de 1990, Gonzales, Sbardelatti e Santos (2014) constatam que a inflação se intensificou, prejudicando o crescimento e os níveis de investimento da década. O baixo investimento, por sua vez, implicou na queda do nível de emprego industrial. Consequentemente, o processo de abertura econômica do país foi conduzido sem a devida análise de fatores de competitividade, sendo a indústria nacional prejudicada com o aumento da tributação, juros elevados, carência de infraestrutura e excessiva burocracia (ALVES e LUPORINI, 2008). Diante destes fatores, o investimento ficou deteriorado até 1994.

Segundo Vasconcellos (2006), a elevação da atividade econômica, no período pós Plano Real, ocorreu principalmente devido a expansão do crédito, revelando a insensibilidade dos agentes a taxa de juros real (elevada, na época), sendo a certeza sobre o valor do financiamento mais importante do que seu custo.

A Crise do México impactou o fluxo de capitais do país, reduzindo a taxa de crescimento do PIB; desta forma, os investimentos praticamente estacionaram, voltando ao fluxo normal somente em 1997 (BIELSCHOWSKY, 2000). Em 1996, o baixo crescimento se deu principalmente devido ao alto desemprego, déficit das contas públicas e saldo negativo da balança comercial (GONZALES, SBARDELATTI e SANTOS, 2014).

2 A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) é calculada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse indicador mensura o quanto as empresas aumentaram os seus bens de capital (sendo estes, basicamente: i. máquinas e equipamentos; e ii. material de construção).

Já nos anos seguintes, diversos acontecimentos impactaram a economia brasileira, como: crise asiática (1997), crise russa (1998) e mudança do regime cambial para câmbio flutuante (1999). Sendo assim, a estabilização dos preços através do financiamento externo ficou impraticável. A mudança do regime cambial resultou em uma melhora tanto no saldo em conta corrente como na balança comercial, ao mesmo tempo que a inflação se manteve em níveis controlados.

Durante o período de 2003 a 2010, o Brasil verificou o seu maior ciclo de crescimento das últimas três décadas, influenciado pelo contexto internacional: i. crescimento mundial, até a crise do *subprime*; ii. liquidez nos mercados financeiros; iii. valorização dos preços das *commodities* e queda dos preços de manufatura. (TEIXEIRA E PINTO, 2012). Na contramão, as finanças públicas alavancaram a dívida líquida do setor.

Conforme dados do IPEADATA, a taxa de investimento não apresentou elevações representativas nos anos 2000, com destaque para alguns pontos de queda após crise do *subprime*.

Entre os anos de 2004 a 2008, contudo, o país viveu um robusto ciclo de investimento, tanto na indústria quanto na infraestrutura, alterando o crescimento da economia e ampliando o mercado doméstico de crédito e os setores exportadores (PUGA, BORÇA JÚNIOR e NASCIMENTO, 2010). De acordo com a pesquisa de Gonzales, Sbardelatti e Santos (2014), percebe-se em 2008, o valor da participação da FBCF no PIB acima da média histórica (19,11%), sendo destaque os investimentos em infraestrutura que possibilitaram o aumento de empregos e a competitividade externa do país.

Com a crise de 2008, tanto o Brasil como diversos países foram afetados, prejudicando setores alavancados financeiramente e alterando o perfil de financiamento dos demais. Para que o país não se desestruturasse mais na crise, foi imprescindível a ampliação do papel do BNDES na concessão de crédito, elevando sua participação a quase 40% das fontes de recurso disponíveis para financiar projetos. (PUGA, BORÇA JUNIOR E NASCIMENTO, 2010).

Conforme destacado, a taxa de investimento brasileira tem apresentado valores inferiores aos observados em décadas anteriores. Diante da importância do investimento para o desenvolvimento do país, é imprescindível o estudo contínuo dos fatores determinantes do mesmo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo realizou uma revisão teórica do investimento privado e seus determinantes na economia brasileira. Diante do objetivo proposto, se elaborou, inicialmente, uma análise teórica da função investimento segundo as principais escolas de pensamento econômico. Após, foi realizado um resumo de estudos empíricos que trataram do tema, explorando as variáveis utilizadas como determinantes do investimento privado, bem como

os procedimentos econométricos aplicados e seus resultados.

No terceiro capítulo foram detalhados os principais fatos políticos e econômicos ocorridos durante a história do país, com o objetivo de elucidar a trajetória de desenvolvimento do Brasil, bem como o esclarecimento dos fatores influenciadores da formação bruta de capital fixo.

Dentre todo o período analisado, destacam-se alguns subperíodos, como: i. período entre 1950 e o final da década de 70, em que a economia cresceu aceleradamente; ii. década de 80, com o reduzido crescimento econômico (CONTE FILHO, 2008); iii. ano de 1999, em virtude da mudança da política monetária: abandono da taxa de câmbio administrada e adoção do sistema de metas para a inflação, permitindo a flutuação da taxa de câmbio e o controle da inflação mediante instrumentos monetários; iv. período entre 2000 a 2007 com o ciclo de crescimento da economia brasileira; v. 2008 a 2009 com a crise do *subprime*; e vi. 2010 a 2015 com o ciclo de recuperação vivenciado no país. O último ciclo pode ser impactado por medidas expansionistas de políticas fiscal e monetária, editadas para conter os efeitos negativos da crise internacional sobre o nível de atividade econômica (VASCONCELOS E DIVINO, 2012).

Os resultados elencados na análise empírica enfatizam que fatores como nível de atividade econômica, volume concedido de crédito, investimento público, custo de utilização do capital e grau de estabilidade da economia, são determinantes para a formulação do investimento privado no país. Entre todos os fatores elencados, a concessão de crédito ganha destaque, respaldada pelos autores Studart (1992), Rocha e Ribeiro (1996), Cruz e Teixeira (1999), Ribeiro e Teixeira (2001), Luporini e Alves (2010), Melo e Rodrigues Junior (1998) e Lelis, Bredow e Cunha (2015). Alves e Luporini (2010) sugerem, através da pesquisa realizada, que as empresas brasileiras operam sob restrições de crédito; sendo a instabilidade econômica capaz de impactar negativamente o investimento privado no Brasil.

As conclusões deste trabalho são relevantes para a área de estudo, pois sumarizam importantes teorias econômicas, estudos empíricos e a trajetória do investimento no país, comprovando a importância do direcionamento de políticas públicas que visem o crescimento do Brasil, de forma alinhada com a situação econômica vivida.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4a ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BISINHA, R.; ALDRIGHI, D. M. **Restrição ao crédito para empresas com ações negociadas em bolsa no Brasil**. Recife: XXXV Encontro Nacional de Economia (ANPEC), 2007.

BLEJER, M.; KHAN, M. **Government policy and private investment in developing countries**. IMF Staff Papers, n. 31 (2), p.379-403, junho.1984.

CABALLERO, R. J. **Aggregate investment**. In: TAYLOR, J. B.; WOODFORD, M. Handbook of macroeconomics. Elsevier Science, v. 1, 1999.

CARVALHO, F. J. C. C.; SOUZA, F. E. P.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. R.; STUDART, R.. **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política**. Rio de Janeiro: Elsevier, ed. 2, 2007.

CASAGRANDE, E. E. **A decisão de investir e financiar em tempos anormais: o investimento e financiamento no Brasil: 1990-1994**. Tese de doutorado. São Paulo: FGV, 2000.

CASAGRANDE, E. E. **Investimento e Financiamento no Brasil na década de 90: uma análise entre períodos**. Florianópolis: VIII Encontro nacional de economia política, 2003.

CASTRO, A. B. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CHIRINKO, R. S. **Business fixed investment spending: modeling strategies, empirical results, and policy implications**. The Journal of Economic Literature, Nashville, v. 31, no.4, p. 1875-1911, dezembro.1993.

CONTE FILHO, C. G. **Os determinantes do investimento privado na economia brasileira: 1995 – 2003**. Dissertação, PUCRS, 2008.

CRUZ, B. O.; TEIXEIRA, J. R. **The impact of public investment on private investment in Brazil, 1947-1990**. Cepal Review, 67. p. 71-88, 1999.

DAILAMI, M. **Expectations, stock market volatility, and private investment behavior: theory and empirical evidence for Brazil**. Washington D.C.: World Bank, Country Economics Department, 1987.

FERRARI, F. F.; ARAUJO, J. P. **Caos, incerteza e teoria pós-keynesiana**. UFRGS, jul-dez/2000.

FILHO, M. J. S. E. **Restrições financeiras aos investimentos fixos de empresas brasileiras de capital aberto listadas em bolsas de valores no período de 1995 a 2003**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC, janeiro.2005.

GARCIA, E. **Neo-keynesian models in planning and macroeconomic policies: the experience of ILPES**. CEPAL: Santiago, 1987.

GONZALES, E. O.; SBARDELATTI, E. C.; SANTOS, A. S. **Uma investigação empírica sobre os determinantes do investimento no Brasil (1995 – 2003)**. Encontro ANPEC, 2014.

GRASEL D.; SANTANA, E. A., **Determinantes do Investimento no Brasil: 1980/90**. In: Revista Textos de Economia. Florianópolis, SC: EdUFSC. Depto de Economia. v. 6, n. 1, p. 67–92, 1995.

GRENNÉ, J.; VILLANUEVA, D. **Private investment in developing countries: an empirical analysis**. IMF Staff Papers. v.38 (1), 1991.

GUJARATI, D. **Econometria Básica**. Rio de Janeiro, Elsevier, 5 d., 2006.

HAMBURGER, R. R. **O efeito da variação do fluxo de caixa nos investimentos corporativos no Brasil**. Curitiba: XXVIII ENANPAD, 2004.

HAMBURGER, R. R. **Restrições financeiras e os investimentos corporativos no Brasil**. São Paulo: VI SEMEAD, 2003.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em 15.fevereiro.2016.

INSTITUO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEADATA. Disponível em: <www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 15.fevereiro.2016.

JACINTO, P.; RIBEIRO, E. **Co-integração, efeitos crowding-in e crowding-out entre investimento público e privado no Brasil: 1973-1989**. Passo Fundo: Teoria e evidência econômica, v. 6 (11), p. 143-156, novembro.1998.

KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Econômica**. In: **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992.

LACERDA, A C. **Economia brasileira**. 2a ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

LAMONICA, M. T.; FEIJÓ, C. A., PUNZO, L. F. **Trajetória de crescimento da economia brasileira e mudança estrutural de 1971 a 2008: uma interpretação a partir do framework space**. Rev. Economia contemporânea, vol.16, n.1, p. 43-61, 2012.

LELIS, M. T. C. **Um Modelo de Investimento Aplicado ao Brasil**. Dissertação de Metrado. Rio de Janeiro: UFRJ, fevereiro.2005.

LELIS, M. T. C.; BREDOW, S. M. S.; CUNHA A. M. **Determinantes macroeconômicos dos investimentos no Brasil: um estudo para o período 1996-2012**. Revista de Economia Contemporânea, v. 19 (2), p. 203 – 234, 201.

LEFF, N.; SATO, K. **Estimating investments and saving functions for developing countries, with an application to Latin America**. International Economic Journal, v. 2 (3), p.p. 1-17, 1988.

LIM, J. J. **Institutional and structural determinants of investment worldwide**. Policy Research Working Paper, The World Bank, n. 6591, setembro. 2013.

LOVE, J. **Export instability, imports and investment in developing countries**. Journal of Development Studies, v. 25, n. 2, p. 183-191, Jan. 1989.

LUPORINI, V.; ALVES, J. D. **Determinantes do investimento privado no Brasil: uma análise de painel setorial**. Salvador: XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008.

LUPORINI, V.; ALVES, J. D. **Investimento privado: uma análise empírica para o Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 449-475, dezembro.2010.

MADEIRA, R. F. **Os determinantes do investimento no Brasil: uma abordagem sob a ótica das restrições financeiras.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, novembro.2010.

MELO, G. M.; JÚNIOR, W. R. **Determinantes do investimento privado no Brasil: 1970- 1995.** Brasília: IPEA, Textos para discussão, n. 605, novembro.1998.

MINSKY, H.P. **Can “it” happen again: Essays on Instability and Finance.** New York: M.E.Sharpe. 1982.

PAIM, A. **História Econômica do Brasil.** Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2001.

POSSAS, M. L. **Demanda Efetiva, investimento e dinâmica: a atualidade de Kalecki para a teoria macroeconômica.** Revista Econômica Contemporânea, vol. 3, no 2, p. 17-46, julho-dezembro.1999.

PUGA, F., P., BORÇA JÚNIOR, G., R., NASCIMENTO, M., M. **O Brasil Diante de um Novo Ciclo de Investimento e Crescimento Econômico,** p. 59- In: ALÉM, Ana Cláudia; GIAMBIAGI, Fabio. O BNDES em um Brasil em transição. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

RAMA, M. (1993). **Empirical investment equations for developing countries.** In: SERVÉN, L. e SOLIMANO, A. (eds.) Striving for growth after adjustment. The World Bank.

RIBEIRO, M. B. TEIXEIRA, J. R. **An econometric analysis of private-sector investment in Brazil.** Cepal Review, no 74, agosto.2001.

ROCHA, C.; TEIXEIRA, J. **Complementaridade versus substituição entre investimento público e privado na economia brasileira: 1965-90.** Revista Brasileira de Economia, vol. 50, no 3, julho-setembro.1996.

RONCI, Márcio Valério. **Uma nota sobre a especificação da função de investimento agregado para países em desenvolvimento.** Revista Brasileira de Economia, vol. 42, 1988.

SERVEN, L. SOLIMANO, A. **Striving for growth after adjustment: the role of capital formation.** The World Bank, 1992.

SILVA, R. J.; RODRIGUES R. L.; FERREIRA, C. R. **Determinantes do Investimento Agregado no Brasil no período 1995-2013.** Revista Economia e Região, Londrina (PR), v. 3, n. 1, p. 39-56, janeiro/ julho.2015.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil: 1500 – 1820.** Senado Federal, Brasília, 2005

SOLIMANO, A. **How private investment reacts to changing macroeconomic conditions. The chilean experience in 1980s.** Working Paper n 212, World Bank, 1989.

SOUZA, F. C. B. **Ciclos Econômicos.** Porto Alegre, 5 Congresso Nacional, 2011.

STUDART, G. **Investimento público e formação de capital do setor privado no Brasil: análise empírica da relação de curto e de longo prazos durante o período 1972-1989.** Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 1992.

SUNDARARAJAN, V.; THAKUR, S. **Public investment, crowding out and growth: a dynamic model applied to India and Korea.** IMF Staff Papers. v. 27 (4), 1980.

TEIXEIRA, A. R., PINTO, E.C., **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico.** Textos para Discussão 006 | 2012. Instituto de Economia UFRJ. Setembro, 2012.

TERRA, M. C. T. **Credit constraints in Brazilian firms: evidence from panel data.** Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 57, no. 2, p. 443-464, abril-junho.2003.

VAN WIJNBERGEN, S. **Stagflationary effects of monetary stabilization policies: a quantitative analysis.** Journal of Development Economics, 1982.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GREMAUD, A.; TONETO JR, R. **Economia Brasileira Contemporânea.** São Paulo: Atlas. ed. 6, 2006.

PREVISÃO DE FALÊNCIA E PERFORMANCE: A INFLUÊNCIA DA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE NAS EMPRESAS PORTUGUESAS

Data de aceite: 10/01/2022

Cândido Jorge Peres Moreira

COMEGI - Centro de Investigação em Organizações, Mercados e Gestão Industrial, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa
Lisboa – Portugal
<https://www.researchgate.net/profile/Candido-Peres>

Mário Alexandre Guerreiro Antão

COMEGI - Centro de Investigação em Organizações, Mercados e Gestão Industrial, Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa, Universidade Lusíada de Lisboa
Lisboa – Portugal
<https://www.researchgate.net/profile/Mario-Antao>

Pedro Miguel Baptista Pinheiro

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa
<https://www.researchgate.net/profile/Pedro-Pinheiro-11>

Domingos Custódio Cristóvão

Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa
<https://www.researchgate.net/profile/Domingos-Cristovao>

Catarina Carvalho Terrinca

COMEGI - Centro de Investigação em Organizações, Mercados e Gestão Industrial, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa
Lisboa – Portugal
<https://www.researchgate.net/profile/Catarina-Carvalho-14>

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto «UIDB/04005/2020

RESUMO: A crise financeira global e o crescimento dos encerramentos de empresas, torna crucial compreender os efeitos das várias decisões na saúde das mesmas. A *Total Quality Management* (TQM), do ponto de vista teórico, apresenta uma possível relação com o pressuposto da continuidade do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), possibilitando o potenciar da sustentabilidade e situação económico-financeira da empresa, algo que procuraremos avaliar no presente artigo. Seleccionamos, das empresas portuguesas, com CAEs G e D, as certificadas com a ISO 9001, totalizando 951. Foram ainda geradas as Empresas Médias de cada um destes sectores. Às amostras foram aplicadas técnicas uni e multivariadas, a fim de aferir a performance das empresas, bem como a esperada supremacia das que detêm certificação de qualidade. Como principal conclusão, tendo por base as empresas

estudadas, não se identifica uma efectiva melhoria gerada pela certificação de qualidade no desempenho económico-financeiro.

PALAVRAS-CHAVE: *Total Quality Management, Performance, Análise Univariada, Análise Multivariada, Sustentabilidade, Continuidade.*

BANKRUPTCY AND PERFORMANCE FORECAST: THE INFLUENCE OF QUALITY CERTIFICATION IN THE PORTUGUESE COMPANIES

ABSTRACT: The global financial crisis and the increasing number of company closures makes it crucial to understand the effects that the various decisions may have on their financial health. Total Quality Management (TQM), from a theoretical point of view, presents a possible relationship with the Sistema de Normalização Contabilística's (SNC) continuity's assumption, making possible the increase in the company's sustainability and economic-financial position, something that we will attempt to evaluate within this article. We selected, from the Portuguese companies, with CAEs G and D, those certified with ISO 9001, in a total of 951. Mean Companies were also generated for each of these sectors. Univariate and multivariate techniques were applied to the samples in order to verify the performance of the companies, as well as the expected supremacy of those with quality certification. As a main conclusion, based on the companies studied, an effective improvement generated by quality certification in economic and financial performance is not identified.

KEYWORDS: *Total Quality Management, Performance, Univariate Analysis, Multivariate Analysis, Sustainability, Continuity.*

1 | INTRODUÇÃO

A recente crise financeira global, considerada por muitos como a pior da história do capitalismo desde 1929 e o crescente número de encerramentos de empresas, torna crucial compreender os efeitos que as mais variadas decisões e técnicas de gestão poderão ter na saúde do tecido empresarial.

A *Total Quality Management* (TQM) apresenta uma possível relação direta com o pressuposto da continuidade previsto na Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Equaciona-se assim a possibilidade da TQM contribuir positivamente para a situação económica e financeira de uma entidade, reforçando a sustentabilidade empresarial.

Nas últimas décadas, desde a investigação iniciada por Beaver (1966) com a análise univariada da saúde empresarial, a que se seguiu Altman (1968) com a introdução da análise multivariada, vários autores desenvolveram diferentes técnicas e modelos com o mesmo fim.

Apesar das suas limitações, ainda nenhum outro modelo combina a sua simplicidade de gestão, interpretação e aplicação, oferecendo níveis semelhantes de eficiência de classificação, como aquele que foi apresentado por Altman (1968).

Face ao exposto, o presente artigo procurará evidenciar a existência ou não da

relação entre o processo de certificação da qualidade e a verificação do pressuposto da continuidade, *performance* ou saúde financeira da entidade, relação essa expectável à luz dos fundamentos teóricos associados a ambos os conceitos.

21 A TOTAL QUALITY MANAGEMENT

Muito embora o conceito de qualidade possa ser considerado recente, começou de facto a ser aprofundado em meados do século XX, todavia podemos encontrar autores que remetem a sua génese para as culturas romanas, gregas ou egípcias, dando como exemplo a construção das pirâmides desta última civilização.

Centrando a análise no século XX, com a eclosão da segunda guerra mundial a questão da qualidade foi colocada relativamente à quantidade do material produzido, sendo que posteriormente, na década de 50, a tónica passou a ser colocada na garantia da qualidade, procurando garantir a inexistência de falhas, ao invés da deteção dos erros, que caracterizava a fase anterior.

Posteriormente, em meados dos anos 70, com o aumento da competição proveniente do Japão e o incremento da qualidade dos seus produtos, os demais concorrentes começam a deparar-se com uma competição cada vez mais elevada alicerçada nos princípios inculcados por Juran, Crosby e Deming e na gestão de todo o processo, tendo sido então introduzida toda a terminologia relacionada com a gestão da qualidade.

Passando a qualidade a ser encarada com um fator diferenciador e potenciador da capacidade de gerar rendimento, surge na década de 80, a Gestão da Qualidade Total ou utilizando o anglicanismo a *Total Quality Management* (TQM), caracterizando-se pelo facto de ser um conjunto de novas ideias e abordagens no contexto da qualidade, sendo uma das suas maiores premissas a satisfação dos clientes, associada a uma minimização do custo, passando a articular-se com a entidade como um todo. (Boyne e Walker, 2002)

A TQM assenta primariamente numa forma de gerir pessoas, recursos e processos de negócio, procurando assegurar a satisfação do cliente através de um controlo exaustivo de todo o processo associado a uma gestão eficiente e eficaz e a uma cultura de melhoria contínua.

De acordo com Hietschold, Reinhardt e Gurtner (2014), a TQM é uma abordagem de gestão de qualidade holística que considera toda a cadeia de valor, colocando o foco nos fatores humanos associados a essa mesma cadeia.

Procurando sintetizar, os oito princípios de gestão da qualidade podem ser definidos como estando relacionados com: foco no cliente, liderança, envolvimento das pessoas, abordagem por processos, abordagem sistémica da gestão, melhoria contínua, tomada de decisão baseada em factos e relações mutuamente benéficas com fornecedores (Dale et al., 2009).

Outro marco importante no processo evolutivo do conceito de qualidade ocorre em

1947, por via da criação da *International Organization for Standardization* (ISO) procurando, dar resposta a uma necessidade de existência de referenciais consensuais relacionados com a problemática dos sistemas de qualidade.

A nossa atenção centrar-se-á na relação entre as práticas da TQM e o desempenho da empresa. Tal fenómeno tem sido estudado por diversos autores, conforme Jaca e Psomas (2015) referem, sendo que Boyne e Walker (2002:111) salientam que “a experiência das entidades que implementaram a TQM nem sempre tem sido positiva”.

Contudo esta imagem negativa não se encontra associada aos pressupostos da TQM, mas sim a fatores relacionadas com o processo de implementação, sendo que autores como Hendricks e Singhal (2001) *apud* Boyne e Walker (2002) relacionam mesmo a implementação da TQM com o desempenho financeiro da entidade.

Não obstante tais factos e tendo por base os fundamentos teóricos da TQM será expectável que, do ponto de vista contabilístico, esta abordagem promova nas entidades uma solidificação da sua situação económico-financeira, inerente à existência de uma gestão mais cuidada de todos os processos, bem como de uma preocupação com a cultura de melhoria contínua.

Assim, considera-se também expectável, por força do exposto, que se observe uma relação direta entre a TQM e o pressuposto da continuidade previsto na Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), uma vez que de acordo com o §23 do SNC deve entender-se que por continuidade “não te[r] intenção nem [...] necessidade de liquidar ou de reduzir drasticamente o nível das suas operações”, sendo que a expectativa referida advém de considerarmos que, potenciando a TQM um controlo exaustivo de todo o processo associado a uma gestão eficiente e eficaz e a uma cultura de melhoria contínua e com estes a optimização da situação económica e financeira de uma entidade, pelo que deverá assim potenciar mais do que a verificação do pressuposto da continuidade, a consolidação do mesmo na senda da consistente sustentabilidade empresarial.

3 | A INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION

De acordo com ISO (2019) a *International Organization for Standardization* é criada em 1947, depois de 25 países, em Londres, terem decidido criar uma nova organização internacional para facilitar a coordenação internacional e a unificação de padrões industriais.

Desde então, foram publicadas mais de 22.701 Normas Internacionais cobrindo quase todos os aspectos de tecnologia e indústria.

Em Portugal a responsabilidade da acreditação de entidades e processos recai sob o Instituto Português de Acreditação (IPAC), dividindo o a sua actividade da seguinte forma:

Área	Certificados	2015	2016	2017	2018
Qualidade	ISO 9001	5538	5589	5837	5742
Ambiente	ISO 14001	1107	1123	1174	1174
Segurança e Saúde no Trabalho	SST (45001,18001 e 4397)	568	561	734	674
Segurança Alimentar	ISO 22000	299	295	298	296
Energia	ISO 50001	0	0	27	31
Tecnologias de Informação	ISO/IEC 27001	20	35	46	63
Sistemas de Informação	ISO/IEC 20000-1	0	0	10	11
Investigação, Desenvolvimento & Inovação	NP 4457	179	170	164	161
Florestal	NP 4406	11	12	14	16
Formação Profissional	NP 4512	2	1	1	1
	TOTAL	7724	7786	8305	8169

Figura 1 – Número de Certificados Emitidos por Área

Fonte: adaptado de IPAC (2019)

Na figura 1 apresenta-se a evolução da emissão de certificados por cada área, sendo que globalmente se observa um crescimento, no período apresentado, de cerca de 6%.

Apesar de ténue, pode ser explicado pelas dificuldades enfrentadas pelo tecido empresarial, fruto da crise internacional, não deixando de revelar um investimento na busca da acreditação.

Quanto á distribuição por área, há uma clara predominância da Qualidade, em média, com cerca de 71%, demonstrando a sua importância no global das certificações.

CAE	N.º Empresas	Empresas %
A	17	0,3%
C	33	0,6%
D	1844	32,1%
E	82	1,4%
F	421	7,3%
G	656	11,5%
H	56	1,0%
I	517	9,0%
J	59	1,0%
K	566	9,9%
L	108	1,9%

M	94	1,6%
N	376	6,5%
O	131	2,3%
N/A	782	13,5%
	5742	100,0%

Figura 2 – Empresas Certificadas com ISO 9001 por CAE Rev. 2 em 2018

Fonte: adaptado de IPAC (2019)

Centrando-nos então nas certificações no âmbito da qualidade, mais concretamente na conferida pela ISO 9001. Na figura 2, apresenta-se a distribuição das certificações ao abrigo dessa norma, por Código de Actividade Económica (CAE), onde se observa uma predominância do G - Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos (32%), seguido pelo D - Electricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio (12%), existindo todavia cerca de 14% das entidades certificadas sem identificação de actividade económica (N/A).

4 | PERFORMANCE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Conforme refere Macedo (2018), a análise da *performance* ou desempenho, na óptica financeira encontra-se tradicionalmente centrada na leitura da informação proveniente das Demonstrações Financeiras (DFs) preconizadas na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 1, nomeadamente centrando-se no Balanço, nas Demonstrações de Resultados e de Fluxos de Caixa, pois, a partir da informação contida nestas é possível o cálculo de indicadores vulgarmente conhecidos como rácios.

A actualidade, caracterizada pela competitividade, pela incessante inovação e busca pela qualidade é terreno fértil para a optimização e *performance* em toda a sua plenitude, florescendo temáticas como a TQM, não deixando naturalmente de parte também a busca pela eficiência financeira e criação de valor.

Embora, quer a eficiência financeira, como a criação de valor, sejam conceitos muito abrangentes, encontram-se centrados na capacidade das empresas, com a sua actividade, gerarem excedentes financeiros, contribuindo assim para a sua sustentabilidade e continuidade.

São diversas as definições ou classificações possíveis para a sustentabilidade empresarial, ou para o que se poderá entender como seu oposto, a falência, contudo Macedo (2018:44) salienta que esta última ou “a perda ou quebra de continuidade, resulta de uma *performance* negativa ou da não existência de efetiva criação de valor”.

4.1 Análise Económico Financeira

Segundo Brealey e Myers (2010), a análise financeira é vista como a chave para revelar o que está oculto nas informações contabilísticas, não sendo, todavia, por si só, uma bola de cristal; tal como dizem Brealey, Myers e Marcus (2001) e Ross, Westerfield e Jaffe (2002), esta técnica apenas possibilita o resumo de informação, ajudando os analistas a fazer as perguntas certas, facilitando a comparação entre anos e empresas. Dela podemos ter uma visão restrita vendo apenas a relação entre os itens das DF utilizadas ou mais alargada através da técnica dos *red flag indicators*, como refere Breia, Pereira e Mata (2014), fazendo dela uma ferramenta de leitura crítica da informação financeira.

4.1.1 Análise Univariada

Esta tipologia de análise centra-se na análise tradicional de indicadores, ou variáveis, uma a uma, sem qualquer relação entre si, sendo normalmente considerada como simples e de fácil utilização.

Embora habitualmente, de acordo com Peres e Antão (2018), seja assinalado por vários autores que o estudo desta temática se iniciou nos Estados Unidos da América (EUA), imediatamente após a Grande Depressão, segundo Divsalar, Javid, Gandomi, Soofi e Mahmood (2011), o tema só ganhou um real impulso a partir da década de 1960, com o estudo de Beaver, onde este procurou utilizar um conjunto de indicadores aplicados sucessiva e separadamente para classificar empresas como estando ou não saudáveis.

Nesta técnica normalmente são empregados indicadores de Liquidez, Rendibilidade e Alavancagem, sendo utilizados como termo de comparação valores teóricos, previamente definidos como bons (baterias teóricas), para os indicadores sob análise (figura 3), bem como a própria empresa em momento anterior (análise de evolução ou horizontal) e outras empresas concorrentes (análise vertical).

Indicador	Aceitável	Ideal
Autonomia Financeira	$\geq 25\%$	$\geq 33\%$
Solvabilidade	$\geq 33\%$	$\geq 50\%$
Liquidez Geral	≥ 1	$\geq 1,3$
Rendibilidade Económica do Activo (REA)	$\geq 0\%$	\geq Custo do Passivo
Rendibilidade dos Capitais Próprios (RCP)	$\geq 0\%$	\geq Custo do Passivo

Figura 3 – Exemplos de Baterias Teóricas

Fonte: Elaboração Própria

Todavia, esta técnica apresenta limitações, afirmando Altman (1968) que uma empresa com baixa rentabilidade e / ou solvabilidade pode ser considerada como potencialmente falida. No entanto, devido à sua liquidez acima da média, a situação pode

não ser considerada séria, tal como Divsalar et al. (2011) que sugere que os indicadores podem ter performances em direções opostas originando classificações diferentes.

A evolução desta técnica levou a que fosse considerando um perfil agregado de indicadores, sendo que inclusive, segundo Bellovary, Giacomino e Akers (2007), o próprio Beaver, na sugestão para investigação futura refere que a possibilidade da análise de múltiplos rácios em simultâneo poderá ter maior capacidade preditiva do que quando são considerados individualmente, começando assim a evolução dos modelos de previsão de falência.

4.1.2 *Análise Multivariada*

Esta tipologia de análise tem a sua génese em 1968, com Edward Altman, quando este combina vários indicadores numa função discriminante, com a aplicação da análise discriminante multivariada (MDA), atribuindo assim um peso a cada um dos indicadores envolvidos no estudo, com o objectivo de obtenção final de um *Score*.

Segundo Sun, Li, Huang e He (2014) esta técnica melhora a capacidade de classificação correcta em relação á técnica anterior utilizada, tendo sido então criado por Altman o modelo que ficou conhecido como *Z-Score*.

Com o início da pesquisa da previsão de falência ou saúde empresarial, vários estudos têm explorado esta temática com técnicas que já chegam a empregar a Inteligência Artificial e algoritmos genéticos.

Peres e Antão (2018) têm vindo a desenvolver estudos acerca da eficiência dos modelos multi-sectoriais, de análise discriminante multivariada que mais frequentemente são citados na literatura, quanto á sua capacidade de classificação correcta das empresas portuguesas e espanholas dos vários CAEs, sendo que para os indicados no ponto 3 como predominantes é identificado o modelo desenvolvido por Lizarraga (1998).

5 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada envolveu um conjunto de fases com vista a atingir o objectivo de verificar a existência de uma relação entre a certificação de qualidade e a performance económico-financeira de uma entidade.

No plano metodológico foram seguidas as seguintes fases:

1. Selecção de Amostras:

1.1. Amostra de empresas Portuguesas certificadas no âmbito da qualidade, sendo estas as que cumulativamente constem da lista de entidades certificadas com a ISO 9000 ou 9001 de acordo com o Instituto Português de Acreditação – IPAC a 31/12/2017, desenvolvam a sua atividade principal nos CAEs D - Electricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio ou G - Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos e que disponham de informação

financeira disponível dos últimos 5 anos (2013 a 2017).

1.2. Amostra de empresas Portuguesas Global (Empresa Média Sectorial), composta pelas que integrem os Quadros Sector do Banco de Portugal para os D - Electricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio ou G - Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos.

2. Pré-qualificação dos indicadores de análise Univariada e do Modelo de Previsão de Falência apresentados como mais adequado para aplicação às empresas sob análise, de acordo com os estudos de Peres e Antão (2018) e Peres e Antão (2019).

3. Aplicação dos indicadores selecionados no ponto anterior às empresas das amostras indicadas nos pontos 1.1 e 1.2 da metodologia.

4. Aferir, por comparação dos resultados obtidos em 3, do efeito da presença da certificação de qualidade na performance financeira.

6 | AMOSTRA

Após a aplicação dos critérios explicitados no ponto anterior à base de dados SABI da *Bureau Van Dijk* e à Central de Balanços do Banco de Portugal, foram obtidas duas amostras, uma das Empresas Portuguesas detentoras de certificação de qualidade (PT-ISO), composta por 951 empresas e outra representativa da Empresa Média Sectorial, para cada um dos CAE sob estudo, (BdP).

7 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Através das bases de dados supracitadas foram recolhidas as informações financeiras contidas no Balanço e Demonstração de Resultados por Naturezas dos anos de 2013 a 2017, bem como o número de trabalhadores.

Toda essa informação foi compilada, junto com a formulação dos rácios ou indicadores económico-financeiros descritos no ponto 4.2. tendo sido elaborada então uma matriz por empresa que disponibiliza a classificação atribuída para cada um destes, relativamente aos 5 anos em análise.

Após a obtenção para cada empresa e ano da classificação atribuída pelos indicadores utilizados, procedeu-se à conversão dessa classificação em “Saudável” e “Não Saudável”.

Posteriormente esta classificação foi ainda convertida em valores relativos face à população total de classificações.

Comparando a classificação atribuída pelos indicadores relativa à amostra PT-ISO com a classificação atribuída à amostra BdP foi possível validar o efeito que a presença da certificação no âmbito da qualidade poderá ter na performance económico-financeira da entidade.

BdP	2017	2016	2015	2014	2013	Média
Autonomia Financeira	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Solvabilidade	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Liquidez Geral	100%	100%	100%	100%	100%	100%
REA	100%	100%	100%	100%	100%	100%
RCP	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Figura 4 – Classificações correctas: Análise Univariada, Amostra BdP

Fonte: Adaptado de Banco de Portugal (2019)

PT-ISO	2017	2016	2015	2014	2013	Média
Autonomia Financeira	86%	86%	86%	85%	84%	85%
Solvabilidade	86%	86%	86%	85%	84%	85%
Liquidez Geral	98%	99%	98%	99%	99%	98%
REA	90%	91%	91%	90%	89%	90%
RCP	93%	93%	93%	94%	92%	93%

Figura 5 – Classificações correctas: Análise Univariada, Amostra PT-ISO

Fonte: Elaboração Própria

Nas figuras 4 e 5 é aplicada a técnica da análise univariada a ambas as amostras em estudo, com utilização dos valores aceitáveis das baterias teóricas (Figura 3) como mínimo para classificação como saudável, sendo tida a amostra BdP como o resultado esperado de uma *performance* normal da entidade. Observa-se que as entidades da amostra PT-ISO não apresentam uma *performance* superior ao observado na média sectorial (BdP) onde em todos os anos estudos é classificada como saudável, o que não ocorre na outra amostra.

	2017	2016	2015	2014	2013	Média
BdP	100%	100%	100%	100%	100%	100%
PT-ISO	91%	93%	93%	94%	93%	93%

Figura 5 – Análise Multivariada, Lizarra (1998), Amostras BdP e PT-ISO

Fonte: Elaboração Própria

Na figura 5 aplicámos o modelo identificado como mais eficiente na classificação de empresas cuja actividade principal é a descrita nas amostras em estudo, sendo que apesar de a técnica aqui empregue consistir numa técnica mais avançada que a utilizada anteriormente, não se observa um resultado com diferencial considerado relevante no que toca às conclusões a retirar, ou seja, não se observa uma *performance* superior da amostra

PT-ISO quando comparada à do BdP.

8 | CONCLUSÕES

Em primeiro lugar importa salientar que quando aplicado a uma amostra de empresas Portuguesas de entidades certificadas pela ISO 9001, bem como à empresa média do sectores cujos CAEs são o D - Electricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio e o G - Comércio por Grosso e a retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos, quer a técnica de análise uni como multivariada, não se observa uma performance superior das entidades certificadas em relação às demais, pelo que não é identificável a efectiva implicação de melhoria ou optimização da performance financeira a quando da existência de certificação de qualidade.

As possibilidades de aprofundamento da investigação passarão pela análise das empresas por dimensão, de acordo com o preconizada na Comissão Europeia 2003/361/CE e/ou o alargamento da série temporal em estudo de modo que seja possível, evidenciar tendências.

REFERÊNCIAS

Altman, E. 1968. Financial Ratios, Discriminant Analysis and the Prediction of Corporate Bankruptcy. *Journal of Finance*, 22, 589-610.

Banco de Portugal – Quadros do Sector [em linha]. [Consult. 25 Junho 2019]. Disponível em: [https://www.bportugal.pt/PAS/sem/src/\(S\(f3bal2nxpocyihnwzwinm55\)\)/selecAnalise.aspx?Token=1E2AC5B6-3CBB-4724-A65E-A0B9BE3D5D9C](https://www.bportugal.pt/PAS/sem/src/(S(f3bal2nxpocyihnwzwinm55))/selecAnalise.aspx?Token=1E2AC5B6-3CBB-4724-A65E-A0B9BE3D5D9C).

Beaver, W. 1966. Financial Ratios as Predictors of Failure, Empirical research in accounting: selected studies, *Journal of Accounting Research*, 4, 71-111.

Bellovary, J., Giacomino, D., Akers, M. 2007. A Review of Bankruptcy Prediction Studies: 1930 to Present, *Journal of Financial Education*, 33, 124-146.

Boyne, G. e Walker, R. 2002. Total Quality Management and Performance - An Evaluation of the Evidence and Lessons for Research on Public Organizations, *Public Performance & Management Review*, 26 (2), 111-131.

Brealey, R., Myers, S., Marcus, A. 2001. *Fundamentals of Corporate Finance*, McGraw-Hill, New York.

Brealey, R., Myers, S. 2010. *Principles of Corporate Finance*, McGraw-Hill, New York.

Breia, A., Mata, N., Pereira, V. 2014. *Análise Económica e Financeira: Aspectos Teóricos e Casos Práticos*, Rei dos Livros, Lisboa.

Comissão Europeia 2003/361/CE [em linha]. [Consult. 25 Junho 2019]. Disponível em: <https://www.iapmei.pt/getattachment/PRODUTOS-E-SERVICOS/Qualificacao-Certificacao/Certificacao-PME/Recomendacao-da-Comissao-2003-361-CE.pdf.aspx>

Dale, B.G., van der Wiele, A. e van Iwaarden, J.D. (2007), *Managing Quality - 5th Edition*, Wiley Blackwell.

Divsalar, M., Javid, M., Gandomi, A., Soofi, J., Mahmood, M. (2011). Hybrid Genetic Programming-Based Search Algorithms for Enterprise Bankruptcy Prediction, *Applied Artificial Intelligence: An International Journal*, 25(8), 669-692.

Hietschold, N., Reinhardt, R. e Gurtner, S. 2014. Measuring critical success factors of TQM implementation successfully – a systematic literature review. *International Journal of Production Research*, 52 (21), 6254-6272.

International Organization for Standardization [em linha]. [Consult. 25 Junho 2019]. Disponível em: <https://www.iso.org/home.html>.

Instituto Português de Acreditação [em linha]. [Consult. 25 Junho 2019]. Disponível em: <http://www.ipac.pt/>.

Jaca, C. e Psomas, E. (2015). Total quality management practices and performance outcomes in Spanish service companies. *Total Quality Management*, 26 (9), 958-970.

Lizarraga, D. 1998. Modelos de predicción del fracaso empresarial: ¿Funciona entre nuestras empresas el modelo de Altman de 1968?, *Revista de Contabilidad*, 1(1), 137-164.

Macedo, V. 2018. A Continuidade e as Técnicas de Previsão de Falência – O Caso das Sociedades Portuguesas, Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa.

Peres, C. e Antão, M. 2019. O Caso da Indústria Transformadora Ibérica na Eficiência dos Modelos Multissetoriais de Previsão de Falência Empresarial, *X Postgraduate Conference - Management, Hospitality & Tourism*. Lisboa.

Peres, C. e Antão, M. 2018. Eficiência dos Modelos Multissetoriais de Previsão de Falência Empresarial – O Caso Do Sector Terciário Ibérico, *Lusiada. Economia & Empresa*, 24, 91-114.

Ross, S., Westerfield, R., Jaffe, J. 2002. *Corporate Finance*, Mcgraw-Hill, New York.

Sun, J., Li, H., Huang, Q., He, K. 2014. Predicting financial distress and corporate failure: A review from the state-of-the-art definitions, modeling, sampling, and featuring approaches, *Knowledge-Based Systems*, 57, 41-56.

O IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO SAL MARINHO EM MOÇAMBIQUE: O CASO DA CRISE DO MERCADO DO DISTRITO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 12/10/2021

Octávio Francisco Xavier Uaite

Licenciado em Gestão pela Universidade Eduardo Mondlane, na Faculdade de Economia no Maputo. Chefe de Repartição de Planificação e Desenvolvimento Local no Governo do Distrito da Ilha de Moçambique, onde foi contratado para Assessor do Governo para Área Económica; e Coordenador Científico da Vila do Milénio de Lumbo. Moçambique, Província de Nampula – Moçambique

RESUMO: Que soluções para a crise do mercado de sal? Esta é a principal questão do tema de pesquisa, o qual desenvolvi no ano de 2006 como trabalho do fim do curso de licenciatura em gestão na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane. O objectivo é caracterizar a indústria salineira de Moçambique, analisar a produção, comercialização do sal marinho no Distrito da Ilha de Moçambique. Para o efeito, fiz inquéritos para produtores de sal, comerciantes e consumidores da província de Nampula. Neste contexto tomei como indicadores: a produção e qualidade do sal, o comércio, o impacto socioeconómico da indústria salineira e as estratégias para solução da crise no sector. Este artigo pretende mostrar e salientar a importância que este sector tem para o desenvolvimento sócio-económico do Distrito, como alavanca para a dinamização de outros

sectores da economia local, bem como definir estratégia para o sucesso desta actividade. Foi utilizada abordagem qualitativa apoiando-se no método interpretativo para analisar percepções dos entrevistados. É um artigo produzido a partir de observações no terreno, sendo que os dados foram recolhidos através de inquéritos e entrevistas aos proprietários ou seus gestores da Ilha de Moçambique, trabalhadores das salinas, e um universo de 500 comerciantes grossistas ou retalhistas e consumidores singulares, sendo 100 do Distrito alvo e 400 doutros locais da Província. Recorri também aos documentos dos intervenientes do sector de salinas. Por meio de evidências, na definição de estratégias para o sucesso da indústria salineira no Distrito da Ilha de Moçambique, conclui que a criação de uma Cooperativa de Produtores de Sal, o sector assumirá o control económico e financeiro. A produção e comercialização do sal marinho na Ilha de Moçambique apesar das dificuldades que enfrenta, é a actividade que incontestavelmente mais contribui na estrutura de produção global do Distrito.

PALAVRAS-CHAVE: Sal marinho; Indústria salineira; Cooperativa de Produtores de Sal.

THE SOCIO-ECONOMIC IMPACT OF THE PRODUCTION AND MARKETING OF SEA SALT IN MOZAMBIQUE: THE CASE OF THE MARKET CRISIS IN THE DISTRICT OF MOZAMBIQUE ISLAND

ABSTRACT: What solutions to the salt market crisis? This is the main question of the research theme, which I developed in 2006 as the research project for the licentiate degree course

in management at the Faculty of Economics of Eduardo Mondlane University. The aim is to characterize the salt industry in Mozambique, analyze the production and commercialization of sea salt in the District of Mozambique Island. To that end, I conducted surveys with salt producers, traders and consumers in Nampula province. In this context, I took as indicators: the production and quality of salt, trade, the socioeconomic impact of the salt industry and strategies to solve the crisis that the sector faces. This article aims at showing and emphasizing the importance that this sector has for the district's socio-economic development, as a lever for catalyzing other sectors of the local economy, as well as to define a strategy for the success of this activity. A qualitative approach was used, based on the interpretive method to analyze the interviewees' perceptions. This article was produced from field observations, and the data were collected through surveys and interviews with the owners or managers of Moçambique Island, salt workers, and a universe of 500 wholesalers or retailers and individual consumers, being 100 from the target District and 400 from other locations within the Province. Research data was also derived from documents from those involved in the sector of salt production. Through evidence, in defining strategies for the success of the salt industry in the District of Mozambique Island, it concludes that there is a need to create a Cooperative of Salt Producers, to enable the sector to take economic and financial control. The production and marketing of sea salt in Mozambique Island, despite the difficulties it faces, it undoubtedly contributes the most to the overall production structure of the District.

KEYWORDS: Sea salt; Salt industry; Cooperative of Salt Producers.

INTRODUÇÃO

A produção e comercialização de sal marinho em Moçambique é uma actividade que se desenvolve em quase todas as províncias do litoral sendo a de Nampula destacar-se mais por envolver todos os distritos litorais, com maior predominância no Distrito da Ilha de Moçambique, onde existem mais de 50 unidades de produção com uma capacidade instalada de cerca de 60.000 toneladas por ano. A maioria das salinas em Moçambique são classificadas em pequenas e médias empresas.

A extracção do sal é uma actividade muito antiga e com grande impacto económico no Distrito da Ilha de Moçambique, com maior absorção de mão-de-obra, que, segundo os relatórios anuais do Governo do Distrito, nos últimos anos ocupa em primeiro lugar nas actividades económicas, por empregar cerca de 11.000 trabalhadores entre efectivos e sazonais, contribuindo assim 50 a 70% na estrutura de produção global anual do Distrito.

Com o presente artigo pretende-se chamar atenção e salientar a importância que este sector tem para o desenvolvimento sócio-económico do País, como alavanca para a dinamização de outros sectores da economia do Distrito da Ilha de Moçambique, tendo em consideração os seguintes pressupostos: o sal é um recurso indispensável ao consumo humano; é usado para a curtimento de peles, secagem de pescado e nas indústrias têxtil e química; e, Moçambique possui um grande potencial de produção de sal marinho ao longo da costa, devido a sua situação geográfica e a existência de planícies costeiras, são condições óptimas para a construção de salinas, sendo a província de Nampula,

especificamente o Distrito da Ilha de Moçambique, região com maior concentração de empresas produtoras.

O artigo cobre o período compreendido entre os anos de 1987 a 2005, dado que o período anterior a 1987 grande parte das unidades de produção eram propriedade do Estado, e que anos depois, no âmbito do Programa de Reabilitação Económica (PRE), passaram a ser privatizadas de acordo com as políticas traçadas pelo Banco Mundial e dos objectivos definidos pelo Governo.

Este trabalho tem os seguintes objectivos:

- Caracterizar a estrutura e a actividade de produção e comercialização do sal marinho no Distrito da Ilha de Moçambique;
- Avaliar a contribuição deste sector económico na dinamização de outros sectores sócio-económicos locais e nacionais;
- Formular conclusões sobre o impacto da indústria salineira na economia moçambicana, desde o PRE, e apresentar cenários estratégicos alternativos para melhor rentabilização e solução da crise do mercado deste sector.

REVISÃO DE LITERATURA

Para a prossecução dos objectivos, baseou-se na revisão bibliográfica para o enquadramento teórico do tema, privilegiando para o efeito, documentos de vária índole ou natureza: relatórios de actividades produzidos pelos próprios produtores, livros, manuais, jornais e/ou revistas que se debruçam sobre o processamento do sal, estratégias de negócios nas empresas e alianças estratégicas internacionais na formação e estruturação em indústrias.

A recolha de dados foi feita através de inquéritos e entrevistas à todos proprietários ou seus gestores da Ilha de Moçambique, trabalhadores das unidades produtoras, e um universo de 500 comerciantes grossistas ou retalhistas e consumidores singulares, sendo 100 do distrito alvo e 400 doutros locais da província. Complementarmente, recorreu-se aos documentos dos proprietários, da Associação dos Produtores de Sal do Distrito da Ilha de Moçambique (APSDIM), Direcção Provincial de Indústria e Comércio de Nampula, Instituto Nacional de Desenvolvimento da Indústria Local (IDIL) e Instituto para a Promoção de Exportações (IPEX).

METODOLOGIA

Assumindo que a evolução das vendas é determinada pela preferência dos compradores “industriais”, grossistas, retalhistas e consumidores finais, e no pressuposto de que eles são racionais por um lado, e por outro, que as suas decisões se baseiam em escolhas do produto, da marca, do vendedor ou revendedor, entre outras, e que estas estão

em estreita ligação aos estímulos de marketing (produto, preço, praça e promoção), sendo a qualidade e o preço variáveis mais ligadas aos custos de produção e comercialização. Em termos metodológico o presente trabalho assenta na combinação do método indutivo (inferência), em termos generalistas, e especificamente, no estudo amostral, não probabilístico e por conveniência.

TÉCNICAS E MEIOS:

- Documentação indirecta (pesquisa documental e bibliográfica);
- Documentação directa (entrevistas e inquéritos).

A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE SAL EM MOÇAMBIQUE

Produção é um conceito de fluxos. É uma actividade que é medida como uma taxa de produto por período de tempo, onde o produto é expresso em unidades de qualidade constante. Assim, quando se fala de maior produção, quer se dizer um aumento da taxa de produto, com todas as outras dimensões da produção mantidas constantes¹.

Uma amostra tomada pelo IPEX num estudo, compreendeu 93 produtores que apresentam diferentes capacidades de produção, localizados em Maputo, Inhambane, Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado. Com base na amostra, o sector é caracterizado pela presença de poucos operadores industriais e muitos de nível artesanal que produzem em escala reduzida, não superando 500 toneladas por ano. As províncias de Maputo, Inhambane e Nampula são as que registam a maior presença de produtores industriais activos, reunindo assim o maior potencial de produção do sector.

De acordo com a tabela 1, os 93 produtores contemplados na amostra têm uma produção efectiva total de 70.877 toneladas. Contudo, as empresas declararam que estão operando muito abaixo da capacidade instalada devido à baixa procura. Segundo dados fornecidos pelo IDIL (Lista de salinas), 78 produtores registados nas mesmas províncias abrangidas pelo mesmo levantamento, têm uma capacidade teórica de 195.250 toneladas, o que significa que se regista um desperdício de capacidade produtiva superior a 36,3%. Uma quantidade correspondente a cerca de 19,4% da produção actual é proveniente do sector artesanal e de pequenas empresas sem a qualidade recomendada para o uso alimentar².

¹ Apêndice 1; Miller, 1981.

² Na categoria de produtores artesanais e pequenas empresas foram considerados os operadores com capacidade de produção inferior a 1000 toneladas.

Indicadores	Capacidade de produção em ton.					
	Até 499	500 a 999	1000 a 1999	2000 a 4999	5000 e mais	Total
Nº de empresas (un)	62	12	11	5	3	93
Produção (ton)	8.277	5.450	16.150	15.500	25.500	70.877
Contribuição (%)	11,7	7,7	22,8	21,9	34	100

Tabela 1: Distribuição de frequências e da produção por categoria de empresas

Fonte: IPEX, dados amostrais.

Por causa dos baixos volumes de produção, as pequenas empresas e os produtores artesanais não têm a oportunidade de instalar unidades individuais de processamento, seriam menos rentáveis.

Relativamente à qualidade do sal, constata-se que grande número de produtores não realiza o tratamento pós-colheita e alguns que, no mínimo, adicionam o iodo, não prestam o devido cuidado à embalagem e conservação do sal. Algumas empresas, porém, usam o sistema de embalagem em vácuo e material de embalagem impermeável, o que permite que o sal mantenha as especificações de humidade e iodo no tempo e evita a contaminação com substâncias presentes no ambiente.

O canal de distribuição do sal não obedece rigorosamente a rede padrão comum (produção, grossista, retalhista e consumidor), as vendas são normalmente feitas a clientes regulares com base em camiões. O sal é distribuído sem nenhuma armazenagem. Uma grande parte do sal é absorvido no mercado interno embora não é sensível à qualidade, os grossistas e retalhistas compram o sal disponível ao preço que é conveniente para a realização dos seus negócios, e os usuários finais compram o sal oferecido pelas lojas e mercados.

SEGMENTAÇÃO DE MERCADO

O mercado interno apresenta dois segmentos considerados segundo a finalidade de uso do sal: Consumidores industriais e consumidores finais. O primeiro segmento compreende a indústria alimentar, os pescadores e outros utilizadores para fins produtivos. Não há dados para estimar a dimensão deste segmento em termos de volume de negócio, todavia, declarações dos produtores indicam que seja relativamente pequeno. O segundo segmento compreende os consumidores que usam o sal na cozinha e outros fins domésticos e é o segmento de mercado mais importante em termos de volume de consumo.

Os consumidores finais podem ser agregados em dois subsegmentos: Consumidores finais de sal de qualidade que representam um subsegmento muito reduzido, cerca de 6% do mercado nacional de consumo e consumidores finais de sal em bruto que representam

o subsegmento com maior peso³. Esta constatação é fundamentada no facto de a maior produção consistir no sal em bruto e pela maior participação de intermediários comerciais informais. Em geral, a maior parte do sal, se não a totalidade, destina-se ao consumo humano, uma vez que o número de indústrias que usam o sal como matéria prima é bastante limitado. O sal nas zonas onde se pesca é utilizado para a secagem do peixe como Massingir e na Albufeira de Cahora Bassa.

O CASO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Até nos anos 20 do século passado o sal marinho no Distrito da Ilha de Moçambique era conseguido através de dois métodos:

1. Após a abertura de uma cova ou um poço nas proximidades da praia retirava-se a água marinha que ela continha e punha-se a ferver até se transformar em sal, localmente denominado de ou em língua E-makhwa chamado *munho* ou *epwitta*, o qual servia para consumo e venda ao mercado;
2. O Distrito possui dois terrenos nas zonas de Mussenguere e Tocorrone onde naturalmente se extrai sal sem esforço humano e que os residentes interessados vão tirá-lo para consumo ou comércio.

Com estes métodos, o Distrito da Ilha de Moçambique conseguia produzir e comercializar o sal marinho apesar de ser em pequenas quantidades e qualidade baixa.

Nos finais da década 20 começam a surgir as primeiras salinas, tendo sido construída a primeira salina no ano de 1927 na comunidade de Tocolo, cujo o proprietário era Philipe, de origem portuguesa. Em 1932 entra em funcionamento a salina Guruê de um proprietário vindo da província da Zambézia, de origem portuguesa e que normalmente por sua estruturação, localização e capacidade foi considerada como a primeira salina da Ilha de Moçambique. Anos depois foram surgindo outras salinas que até na história o distrito ficou conhecido como tendo seis (6) salinas, embora até na década 70 ter atingido 10 salinas.

Após a independência de Moçambique, em 1975, surgiram muitas outras salinas. Aquelas antes fundadas, algumas delas foram abandonadas pelos seus proprietários porque alguns destes, dadas as suas origens, eram colonos portugueses e, com a independência sentiram-se obrigados a abandonar o País, aliás, algumas das salinas tinham sido herdadas pelos seus capatazes, gerentes ou trabalhadores de confiança. E, para além de abandono, outras unidades salineiras tinham sido vendidas aos outros proprietários.

Na implementação a partir de 1976 das políticas do Governo da Economia de Estado, muitas empresas foram nacionalizadas devido ao abandono dos seus proprietários ou má gestão e sabotagem económica (Ferrão, 2002: 106). Mas, para o caso das salinas da Ilha de Moçambique não houve nacionalizações e, as unidades de produção continuaram a

³ http://www.sas.upenn.edu/African_Studies/Newsletters/mozno16.html

funcionar normalmente salvo questões de livre abandono dos seus donos e tomada dos seus trabalhadores de confiança.

No cumprimento do Plano Prospectivo Indicativo (PPI), desenhado pelo Governo, programa compreensivo que preconizava um desenvolvimento do País com base nos seus potenciais recursos em 1981, a Administração do Distrito da Ilha de Moçambique mobilizou as pessoas interessadas em explorar a área de sal marinho, organizou em cooperativas, apoiou em materiais de produção de sal, onde passaram a trabalhar em campos de extração de sal e vendiam para o sustento dos próprios cooperativistas. O Governo também era responsável em apoiar materialmente e tinha disponibilizado para serviços das salinas cooperativas 1 tractor, 1 camião, 1 motobomba e diversos bens.

Este incentivo dado pelas autoridades governamentais fez com que o Distrito possuísse muitas unidades de produção de sal marinho em quantidades industriais que era comercializado tanto nos mercados internos como nos externos mas com um controle directo do Estado. Para exportação estavam responsabilizadas as seguintes empresas: Cogropa, Organizações Trevo (Grupo AGT) e o empresário José Luís, onde contavam com diversos apoios governamentais. No entanto, devido a algumas irregularidades, tais como, gestão deficiente, traduziu-se num relativo insucesso o que fez com que certos cooperativistas abandonassem as cooperativas.

De acordo ao entrevistado, senhor Selemane, períodos antes da independência objectivo principal da produção era a exportação, onde era transportado em navios estrangeiros a partir da Ilha de Moçambique e vendido em mercados externos, com um control bem cerrado.

As primeiras salinas também praticavam o negócio de aluguer por alguns anos a pessoas interessadas em explorá-las. E, assim os proprietários tinham medidas e estratégias muito rígidas para o sucesso dos seus negócios.

A INDÚSTRIA SALINEIRA A PARTIR DO ANO 1987

Entre os anos 1975 e 1985 o Governo seguiu objectivos da socialização da economia onde o sector estatal tinha o principal papel. Em 1977, o IIIº Congresso da Frelimo definiu a estratégia e o programa de reconstrução económica e o desenvolvimento dos enormes recursos naturais que permaneciam inexplorados⁴. Esta tendência fortaleceu-se e foi um dos pilares do surgimento de um número considerável de salinas, cerca de 25 cooperativas de produção de sal foram fundadas e absorveram tanta mão-de-obra. Desde modo, uma das bases económicas do Distrito passou a ser a exportação de sal. Grande parte destas cooperativas funcionaram até 1988.

Em Janeiro de 1987, o Governo moçambicano deu início a um programa de recuperação económica, para um triénio compreendido entre os anos 1987 – 1990,

⁴ Ilha de Moçambique, Relatório 1982 – 85, pág. 34.

desenhado a capacitar o País a reverter o declínio da economia e estabelecer uma via de crescimento sustentável, reduzindo o défice externo e interno através da liberalização da economia (Ferrão, 2002: 108).

Entre 1988 à 1989 alguns membros séniores das cooperativas passaram a vender clandestinamente as suas próprias cooperativas, sem aviso prévio ao Estado. O Governo, através do Ministério da Indústria e Comércio, reuniu os cooperativistas, onde obteve propostas de pessoas capazes e confiadas para continuar com as actividades salineiras. O Governo fez propostas de alienação, vendas e oficialização. As cooperativas 25 de Junho, Nhassa e 1º de Maio registaram-se como cooperativas, enquanto que as restantes não.

Durante este período, a Administração Distrital criou uma comissão do Conselho Executivo que junto dos membros fazia propostas de alienação e venda em público, onde 30% do preço pago passava para o Estado e o restante aos cooperativistas membros da unidade vendida. A comissão era responsável por todas entregas dos valores aos seus contemplados.

Assim, surgiram muitas salinas como propriedades individuais, resultantes da liberalização do comércio, que em 1996 o Distrito contava com mais de 43 salinas com uma capacidade instalada de 60.000 toneladas por campanha, mas devido a vários factores como por exemplo, insuficiência de equipamentos apropriados e mercados para absorção da produção, somente era produzido 30.000 toneladas por ano (Ferrão, 1996 e Ref. Nº 52/GP/CECIM/96). Até ao ano de 1996 alguns produtores conseguiam exportar uma parte da sua produção para comercializar no Malawi, muitas vezes através de trocas com açúcar malawiano e também compravam sal de outros produtores. Para este processo notabilizaram-se as seguintes empresas: Persal, Lda; Patamar, Lda; Ganizo; Fernandinho e António Tapatula (Calunde). Estes foram os produtores/comerciantes locais que exportavam o sal nesta fase. E, assim o comércio do sal do Distrito da Ilha de Moçambique conheceu um dos momentos mais prósperos.

A INDÚSTRIA SALINEIRA DA ILHA DE MOÇAMBIQUE A PARTIR DE 1997

De acordo com a Associação dos Produtores de Sal do Distrito da Ilha de Moçambique (APSDIM), o Distrito na campanha do ano de 2006 registou 62 salinas em condições operacionais, e, destas, somente 16 eram formais, enquanto que as restantes funcionaram num sistema informal.

Dos dados colhidos em Março de 2006, a indústria no seu todo tem uma capacidade máxima de produção de 63.770 toneladas, mas devido aos vários factores, a produção varia entre 20.000 à 30.000 toneladas, havendo um desperdício da produção de mais de metade da capacidade instalada.

Para que este estudo e análise fossem mais abrangentes foram feitos inquéritos à 55 produtores de sal e 500 consumidores, onde 100 dos quais são residentes do Distrito

da Ilha de Moçambique e os outros 400 residentes noutros locais da província de Nampula.

ANÁLISE DE DADOS DOS INQUÉRITOS

Os proprietários das salinas do Distrito da Ilha de Moçambique têm como objectivo principal a maximização do lucro através da venda do sal no mercado interno. Ainda que alguns (poucos), destes pensem em comercializar no mercado externo, este objectivo não será fácil de ser alcançado com o nível tecnológico e meios técnicos existentes. Esta situação, por mais que as unidades de produção tenham vantagem em custos de mão-de-obra, cuja é fácil a sua contratação, esta vantagem torna-se nula na medida em que a tecnologia usada é inadequada para os padrões de exigência mundiais, o que torna os custos serem elevados no geral.

A situação dos mercados (local, nacional e externo) destes produtores é 100% instável, tendo piorado com a interdição das exportações do sal com níveis de qualidade baixa como o deste Distrito. Assim, 89% das vendas são transaccionadas em estabelecimentos próprios, situados na sua maioria junto das salinas, permitindo-lhes maior redução dos custos de transporte. Nenhuma unidade de produção tem contrato de venda.

Embora o Programa Nacional de Iodização de Sal (PNIS) aumente os custos do sal, a aceitação na parte dos produtores é 100%, mas, dado que, por um lado acarreta custos adicionais no processamento do sal cujo o mercado é instável, e por outro, a distribuição do equipamento e material de iodização abrange poucos produtores e quantidade insuficiente, 89% dos salineiros vendem sal não iodado.

A área do comportamento do consumidor estuda como indivíduos, grupos e organizações seleccionam, compram, usam e dispõem de bens, serviços e ideias ou experiências para satisfazer as suas necessidades e desejos. Os consumidores podem declarar as suas necessidades e desejos, mas agir de outra maneira. Podem responder apenas às influências de última hora. O ponto de partida para o entendimento do comportamento do consumidor é o modelo de estímulo-resposta. Os estímulos comportamentais e de marketing entram na consciência do comprador. Suas características e processo de decisão levam a certas decisões de compra (Kotler e Armstrong, 1999: 161 à 162). Mas este modelo não constitui objecto de estudo neste trabalho.

Com os dados obtidos nos inquéritos e entrevistas, os produtores de sal do Distrito da Ilha de Moçambique, estão em vantagens no comércio porque, por um lado, o preço que praticam é baixo e lidam num mercado em que os consumidores na sua maioria nas suas transacções pouco se interessam na qualidade do produto e, por outro, nestes mercados dificilmente se nota a presença de fornecedores de categoria superior com maiores quantidades.

PAPEL DA CONCORRÊNCIA NA DETERMINAÇÃO DA ATRATIVIDADE DE UM MERCADO

Michael Porter identificou cinco forças que determinam a atratividade intrínseca de lucro a longo prazo de um mercado ou segmento de mercado. As cinco forças são os concorrentes industriais, entrantes potenciais, substitutos, compradores e fornecedores, com as seguintes 5 ameaças enfrentadas: Ameaça de rivalidade intensiva no segmento; Ameaça de novos entrantes; Ameaça de produtos substitutos; Ameaça do poder de barganha crescente dos compradores; Ameaça do poder de barganha crescente dos fornecedores.

Uma empresa precisa saber como satisfazer seus clientes. A satisfação do cliente depende do desempenho do produto percebido com relação ao valor relativo às expectativas do comprador. Se o desempenho faz jus às expectativas, o comprador fica satisfeito. Se excede as expectativas, ele fica encantado. Clientes satisfeitos repetem suas compras e falam aos outros sobre suas boas experiências com o produto. A satisfação do cliente é intimamente ligada à qualidade (Kotler e Armstrong, 1999: 6).

AS EXPORTAÇÕES DO SAL MARINHO DO DISTRITO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

As informações indicam que as exportações do sal produzido na Ilha de Moçambique começaram desde que se estabeleceu a primeira salina no Distrito, onde maior percentagem da produção era vendida fora do país.

A principal razão de haver comércio internacional talvez seja a diferença dos custos de produção entre os países. De modo que quando um país ganha avanço num certo produto, pode tornar-se num grande produtor a custos reduzidos (Samuelson, 1999: 676).

O Distrito da Ilha de Moçambique tem grandes vantagens geográficas e em custos de mão-de-obra, o que lhe permite produzir sal em grandes quantidades a custos muito baixos, mas tem problemas de investimentos em maquinaria que possa lhe proporcionar altos proveitos nessas vantagens e melhoria no seu produto. É desta forma que o sal deste Distrito nos últimos anos da década 90 deixou de ser um dos principais produtos de exportação.

Na zona Norte do País, para além dos produtores da Ilha de Moçambique, destacou-se também a salina João Evangelista Martins que exportava para o Malawi, onde os operadores informais malawianos traziam açúcar para venda ou troca em Moçambique, levando de volta o sal que, em parte, era transportado através do Lago Niassa e colocado na República de Ruanda. De um lado, a aplicação da sobretaxa ao açúcar que entrava em Moçambique tornou o negócio não viável, do outro lado, as exigências impostas sobre a higienização e iodização do sal na região da África Sub-Sahariana limitaram a comercialização do sal em bruto para consumo humano.

A exportação do sal pelos produtores da Ilha de Moçambique foi interrompida em 1997 embora possa haver comercialização ilegal do sal produzido neste distrito através de alguns comerciantes, mas de forma ilegal nas zonas fronteiriças. Vitali (2002), sugere que em África, especialmente nas regiões próximas da fronteira, há sempre um fluxo de mercadorias que escapam a qualquer controlo ou quantificação estatística, e, portanto, os números devem basear-se somente nos números da população, os quais, com base nas circunstâncias, constituem o melhor indicador do consumo alimentar e, por conseguinte, do consumo de sal.

POLÍTICAS E ACÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA A INDÚSTRIA SALINEIRA EM MOÇAMBIQUE

Os objectivos fundamentais da política económica após a introdução do PRE foram a criação de condições para a promoção de um crescimento económico contínuo e a correcção dos desequilíbrios da Balança de Pagamentos.

No entanto, para o sector salineiro os objectivos não foram cumpridos. Mas, o Governo, através do Ministério de Comércio (MIC), em particular a partir do ano 2003, empenhou-se em estudos visados na elaboração de políticas e acções que conduzam a prospecção do sector em vários níveis. Assim, através do Instituto de Promoção de Exportações (IPEX), enquadrou o sector do sal, para realizar estudos que permitem a adopção de acções para o desenvolvimento do sector dado que apresenta-se como um dos com potencial de desenvolvimento das exportações.

A Direcção Provincial do Comércio de Nampula, elaborou directivas que visam nos registos, verificação das realidades do sector e melhoria da produção, qualidade e comércio do sal através de recrutamento de meios de apoio técnico aos produtores e comerciantes com o fim de aumentar os seus rendimentos e da economia no geral.

Por imperativos do desenvolvimento do PNIS e para corresponder as exigências da cooperação regional foram criados os seguintes instrumentos e mecanismos necessários para o cumprimento dos objectivos definidos: Diploma Ministerial Conjunto 7/2000, de 5 de Janeiro, Decreto 41/2001, de 21 de Dezembro que isenta o Imposto do Valor Acrescentado (IVA) no sal nacional iodado e a Norma Moçambicana sobre o Sal.

O PNIS visa essencialmente: aumentar a produção e produtividade do sal; melhorar a qualidade; iodizar todo o sal produzido no território nacional; e incentivar a venda e consumo do sal iodado.

O Instituto Nacional para a Normalização e Qualidade (INNOQ) elaborou a Norma Moçambicana da Qualidade do Sal (NM9-2000) com base na norma CODEX STAN 150-1985, do *Codex Alimentarius* e, ainda, com base nas recomendações para a harmonização regional das especificações do sal para consumo humano.

Segundo o Decreto Ministerial nº 41/2001, de 21 de Dezembro, o sal iodado está isento do pagamento do IVA. A medida visa estimular a iodização do sal além de permitir

que as populações pobres tenham acesso ao sal iodado, e por essa via se estimule a procura.

POSSÍVEIS CENÁRIOS PARA SAÍDA DA CRISE DO SECTOR SALINEIRO EM MOÇAMBIQUE

A industrialização articula a economia através das redes de fornecedores e consumidores, redes de cooperação inter empresarial e inter industrial, e ligações dinâmicas de crescimento desenvolvidas em torno de cadeias sócio económicas de produção e valor, através das quais as dinâmicas de produtividade, qualidade, organização e inovação são transmitidas para a economia como um todo (Castelo-Branco, 2002).

Para resolver os problemas de qualidade e tecnologia da indústria salineira em Moçambique é necessário adoptar as seguintes linhas e estratégias: união entre os produtores de sal nacionais e o reforço das suas ligações com outros operadores nacionais; alianças estratégicas das empresas nacionais com os operadores externos do sector; formação e estruturação em indústrias de processamentos do sal; e, criação duma estrutura oligopolista de produção e comércio do sal. Vejamos então algumas destas estratégias definidas e analisadas em diferentes literaturas.

ALIANÇAS ESTRATÉGICAS: FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO EM INDÚSTRIAS

A formação de uma aliança estratégica pressupõe uma intenção de alcançar sucesso por parte dos dois parceiros (Lorange; Roos, 1996: 37), ainda que a intenção de cada um possa ser diferente. Os salineiros da Ilha de Moçambique podem adoptar esta estratégia de união conjunta para juntos enfrentarem os problemas e obter sucessos, porque grande parte dos produtores por serem pequenos não alcançam os objectivos almejados e acabam desistindo.

Muitas empresas do Mundo decidiram adoptar essa mesma estratégia, a formação de alianças, para enfrentar as dificuldades do mercado e obter melhores resultados. Inúmeras formas de aliança foram encontradas, das conhecidas *joint-ventures*⁵ até os mais complexos contratos de longo prazo (Ohmae, 1991: 115), como por exemplo o «*franchising*⁶».

Estabelece-se aqui, com outros autores, uma definição de aliança estratégica: é aquela em que as metas conjuntas das duas ou mais empresas não compromete sua independência depois da aliança; as empresas parceiras participam dos benefícios, dividem o controle do desempenho das actividades e contribuem sempre para uma ou mais áreas estratégicas cruciais, como tecnologia ou produto (Yoshono e Srinivasa Rangan, 1996:

5 Joint-ventures consiste em investir em dinheiro, tecnologia, recursos humanos, canais de distribuição, etc. num outro país.

6 Franchising consiste na venda do processo de fabrico, da marca ou mesmo da tecnologia.

4-5).

O desempenho positivo de uma aliança decorre da produção de sinergias, de modo a favorecer ambas as partes. O trabalho em conjunto de P&D ou produção coordenada possibilita uma vantagem de ganho em escala, com maior capacidade conjunta. O custo baseado em volume, e os ganhos de capital, se obtêm pelos investimentos compartilhados (Lorange, 1996: 43-44).

Uma das estratégias achadas conveniente a sua adopção para a minimização dos problemas identificados nesta pesquisa, é o *modelo oligopolística*. Trata-se de uma organização de mercado em que existem poucos vendedores de um produto. Portanto, as acções de cada vendedor afectarão os outros vendedores (Salvatore, 1940: 328). Em um mercado oligopolístico, o produto pode ou não ser diferenciado. O que importa é que algumas poucas empresas são responsáveis pela maior parte ou pela totalidade da produção. Em alguns desses mercados, algumas ou todas as empresas auferem lucros substanciais a longo prazo, já que barreiras à entrada tornam difícil ou impossível que novas companhias entrem no mercado. (Pindyck e Rubinfeld, 1999: 475).

Para cada situação, há regras específicas de maximização. Se por exemplo, entre as empresas participantes de cada estrutura oligopolista houver acordos ou conluíus, a agência central que então controlará o mercado e as decisões adoptará um comportamento idêntico ao dum monopólio. A produção da indústria como um todo será então coordenada, para que as quantidades oferecidas se ajustem em torno do ponto que possibilite a maximização do lucro. A partilha do mercado seria feita de forma a evitar que cada empresa, agindo isoladamente obtivesse resultados finais mais expressivos (Rossetti, 1994: 319).

As decisões económicas envolvem considerações estratégicas, isto é, cada empresa deverá considerar de que forma suas actuações influenciarão suas rivais e quais seriam suas prováveis reacções. Vejamos então o modelo de cartel centralizado, uma estrutura de mercado oligopolista que pode ser adoptado no sector salineiro moçambicano.

CARTEL

O cartel é uma organização formal de produtores de uma indústria que determina políticas para todas as empresas do cartel, com a intenção de aumentar os lucros totais para o cartel. Os cartéis são frequentemente internacionais. Contudo, em alguns países os cartéis são ilegais porque a legislação proíbe que as empresas entrem em conluio, mas as leis de outros países são muito menos rigorosas ou são às vezes implementadas de forma pouco efectiva. Em um cartel, os produtores explicitamente concordam em cooperar, por meio de um acordo que determina preços e níveis de produção. Nem todos os produtores de um sector necessitam de fazer parte do cartel e a maioria dos cartéis envolve apenas um subconjunto de produtores. Mas se uma quantidade suficientemente grande de produtores optar por aderir aos termos do acordo do cartel e se a demanda do mercado for

suficientemente inelástica, o cartel poderá conseguir elevar seus preços bastante acima dos níveis competitivos (Salvatore, 1940: 331; Pindyck e Rubinfeld, 1999: 502).

Existem vários tipos de cartéis. Em um extremo está o cartel que toma todas as decisões para as empresas-membro. Essa forma de coalizão perfeita é chamada cartel centralizado e leva à solução de monopólio. Neste, não vou aprofundar mais este tipo de estrutura de mercado.

IMPACTO ECONÓMICO DA INDÚSTRIA SALINEIRA EM MOÇAMBIQUE

A partir da década de 1990 várias unidades de produção de sal que anteriormente estavam sob gestão das cooperativas, passaram para a gestão privada no âmbito da liberalização da economia, nascendo assim pequenos empresários com uma maior capacidade empreendedora e de fornecer o sal nos mercados interno e externo, o que se tratou no: estímulo ao crescimento económico, aumento da produtividade e criação de novas tecnologias, produtos e serviços. Assim, o crescimento económico, com novas empresas proporciona novos empregos na economia. Os empresários aqui representam um papel importante na promoção de produtos e que quando bem sucedidos podem promover as tecnologias e serviços inovadores.

Uma outra implicação económica que também este sector pode proporcionar quando bem explorado e a produção vendida ao estrangeiro, e a concomitante influência nas taxas de câmbio. Porque no curto prazo, as taxas de câmbio determinadas pelo mercado são altamente voláteis em resposta à política monetária, a acontecimentos políticos e a mudanças nas expectativas. Mas no longo prazo, os economistas pensam que as taxas de câmbio são determinadas principalmente pelos preços relativos dos bens dos vários países. E a implicação importante é a *teoria da paridade de poder de compra (PPC) das taxas de câmbio*. De acordo com esta teoria, a taxa de câmbio de um país tende a igualar o custo de compra de bens transaccionados no país com o custo de comprar esses bens no estrangeiro (Samuelson, 1999: 681).

Nos anos 80, Moçambique constou na lista dos maiores produtores e exportadores de sal a nível da região e produziu receitas consideráveis para o Estado (Lubrino, Julho de 2005: 7). Dados não confirmados, presume-se que mais de 100.000 pessoas estejam directa ou indirectamente beneficiadas no comércio de sal.

Levantamentos realizados pelo IDIL, indicam que no sector das salinas estima-se uma média do número de trabalhadores em 50 homens efectivos mais 10 eventuais para cada unidade salineira.

CONCLUSÃO

Que soluções para a crise do mercado de sal? Foi a questão fundamental que

norteou esta pesquisa que se centrou mais na indústria salineira do Distrito da Ilha de Moçambique na Província de Nampula, Norte de Moçambique, por meio de entrevistas e inquéritos produzidos a partir das minhas solicitações durante o processo de recolha de dados. A Produção e Comercialização de sal moçambicano já teve um alto nível de desempenho que o conferiu notoriedade na região austral de África e em outras regiões. Se bem que outrora o sector salineiro gozou de prosperidade na produção e exportação, depois ficou voltado ao comércio interno devido à incapacidade de adequar a sua produção às exigências do mercado externo. Considerando a composição actual do sector, os factores internos que limitam a oferta podem ser resumidos em: falta de eficiência, insuficiência de processamento e fraco envolvimento em marketing. Assim, os resultados permitem-me concluir que, a falta de um organismo bem estruturado e forte capaz de regular e definir os seus interesses e objectivos comuns afecta negativamente, sendo imperativo o desenvolvimento do sistema cooperativo na indústria salineira.

O sector pode restabelecer o pleno funcionamento visto que o Governo, associações nacionais do sector de empresariado e alguns organismos internacionais (Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – UNIDO) estão intervindo em diferentes acções que convergem na promoção da produção e da qualidade do sal. Entretanto, é necessário que estas acções suscitem interesse e envolvimento dos produtores para que os objectivos sejam efectivamente alcançados. A deficiente circulação de informação deixa muitos produtores isolados das ocorrências no ambiente sócio, legal e económico do sector.

O desenvolvimento do associativismo é um ponto de força para o progresso do sector, visto que existem questões de interesse geral cuja resolução implica a conjugação de esforços de diversos operadores, exigindo coerência de atitudes individuais.

Dado que as associações têm mecanismos de comunicação entre os associados, elas podem desempenhar um papel importante na difusão de informações sobre o ambiente geral e sectorial de negócios, no desenvolvimento do espírito empreendedor e na difusão de conhecimentos de gestão.

REFERÊNCIAS

Conselho Executivo da Cidade da Ilha de Moçambique, Ref.nº 52/GP/CECIM/96, **Parecer sobre o Anteprojecto de Lei que Regulamenta a Ionização de Sal;**

Documentos: IDIL, Maputo – Moçambique (1997), **Programa Nacional de Iodização de Sal;**

http://www.sas.upenn.edu/African_Studies/Newsletters/mozno16.html;

FERRÃO, Virgílio (2002), **Comprender Moçambique**. Política, Economia e Factos Básicos;

Ilha de Moçambique, **Relatório 1982 – 85**, Secretaria de Estado da Cultura – Moçambique, 1996;

- KOTLER, Philip & ARMSTRONG, Gary (1999), **Princípios de Marketing**, 7ª Edição. Rio de Janeiro;
- LORANGE, Peter, ROOS, Johan. **Alianças Estratégicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1996;
- LUBRINO, Grilo. **Conselho Coordenador do MIC**. Namaacha, Julho de 2005;
- MILLER, Roger Leroy, 1943. **Microeconomia: Teoria, questões e aplicações**. Tradução de Sara Gedanke. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1981;
- OHMAE, Kenichi, (1991). **O Mundo sem Fronteiras**. São Paulo: Makron Books;
- OHMAE, Kenichi. **The global logic of strategic alliances**. Harvard Business Review, March-Abril 1989, nº 67;
- PINDYCK, Robert S. e Rubinfeld, Daniel L. (1999) **Microeconomia**, 4ª edição. São Paulo: Makron Books;
- PORTER, Michael E., (1986), **Estratégia Competitiva, Técnicas para Análise de Indústria e da Concorrência**, 15ª Edição, Editorial Campus, Lda Rio de Janeiro;
- PORTER, Michael E., (1980). **Competitive strategy**. New York: Free Press;
- ROSSETTI, J. P.(1994); **Introdução à Economia**; Revista, Actual. e Ampliada - São Paulo: Atlas;
- SALVATOR, Dominick (1940), **Microeconomia**; Tradução de Celina Martins Ramalho; Revisão técnica Paulo Sérgio Tenani; 3ª edição – São Paulo; Makron Books, 1996;
- SAMUELSON, Paul A. & NORDHAUS William D. (1999), **Economia**; Tradução e Revisão Técnica de Elsa Nobre Fontainha; Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade Técnica de Lisboa; 16ª edição;
- VITALI, Giorgio. **Inquérito Sobre o Mercado e a Indústria do Sal em Moçambique**, Missão nº 640/01/MOZ/STAR, Maputo, 2001;
- VITALI, Giorgio. **Inquérito Sobre o Mercado e a Indústria do Sal em Moçambique**. Maputo, Fevereiro 2002;
- YOSHONO, Michael Y., SRINIVASA RANGAN, U. 1996. **Alianças Estratégicas**. São Paulo: Makron Books.

TURISMO REGIONAL Y MERCADO LABORAL: LA FUNCIÓN DE LA AGENCIA DE VIAJES COMO UNIDAD ECONÓMICA (2003-2010)

Data de aceite: 10/01/2022

Laura Isabel Tottino

Instituto de Investigaciones Gino Germani, UBA

Este artículo destaca un capítulo de una tesis de maestría, que se enfoca desde una visión sociológica, en los trabajadores y las trabajadoras del sector de servicios turístico que realizan sus labores en las agencias de viajes de Ciudad Autónoma de Buenos Aires entre los años 2003 y 2010 con el objetivo de explorar el tipo de trabajo y la organización del servicio. Pero en esta oportunidad se intenta relacionar el crecimiento del sector turístico con el empleo. Principalmente por la importancia que adquiere el sector como generador de empleo en Argentina, al presentar un crecimiento del 61,38% entre el 2002 y el 2008.

RESUMEN: El turismo argentino es un fenómeno que se destaca por su creciente desarrollo económico y social. Por la diversidad y transversalidad que presenta es difícil delimitarlo y, laboralmente es muy heterogéneo por el abanico de actividades que ofrece. Por ello, se considera en este artículo que es importante comenzar a vislumbrar la función que está cumpliendo el turismo en Argentina, especialmente en materia de empleo. Con el fin de dar cuenta de la importancia que asume el sector de actividad de turismo argentino, se observa la evolución del empleo en el período 2003-2010 y se caracteriza a la agencia de viajes como una unidad económica generadora de riqueza. Y se pone de relieve la función que cumple la agencia como entidad económica y

productiva, en términos de sus interconexiones con la sociedad y las diversas industrias que trabajan para el turismo, es decir, como entidad de funcionamiento.

PALABRAS CLAVE: Turismo - trabajo - Agencia de viajes.

REGIONAL TOURISM AND THE LABOR MARKET: THE ROLE OF THE TRAVEL AGENCY AS AN ECONOMIC UNIT ECONOMIC UNIT (2003-2010)

ABSTRACT: Tourism in Argentina is a phenomenon known for its growing economic and social development. Owing to its diversity and transversality, it is difficult to delimit and, occupationally, it is very heterogeneous in the range of activities offered. Therefore, this article focuses on the importance of starting to see the role of tourism in Argentina, especially concerning employment. In order to show the relevance that has the sector of the activity of tourism in this country, it is observed the employment evolution in the years 2003-2010 and travel agencies are regarded as an economic wealth-generating unit. In addition, it is conveyed the role of the travel agency as an economic, productive entity in the area of tourism, regarding its interconnections with society and the various industries that work for tourism, that is to say, as a functional entity.

KEYWORDS: Tourism - Job - Travel agencies.

El turismo como sector de actividad se vuelve en esta última década de gran interés no solo para los estudiosos del tema sino para los gobiernos y sus economías en materia de

empleo, dado que se caracteriza principalmente porque agrupa a una gran diversidad de puestos de trabajos. Como sector de actividad presenta una gran capacidad para generar divisas, atraer inversión privada y promover de forma rápida nuevos puestos de trabajo.

En retrospectiva se observa que “los países hegemónicos, desde la Segunda Guerra mundial promueven una resuelta intervención destinada a lograr una presencia mayor del turismo en los mercados.” (Getino, 2009, p.16). Ya en 1982, la protección y el mejoramiento de los diversos elementos que constituyen el medio ambiente del hombre figuran entre las condiciones fundamentales del desarrollo armonioso del turismo. Estados Unidos y Gran Bretaña, siendo en un primer momento dos de los países más desarrollados, utilizan en principio diversas medidas restrictivas, para evitar la fuga de divisas originadas por la salida anual de millones de turistas. Estas medidas resultaron ineficaces, lo que provoca la búsqueda de una mejor estrategia para buscar el dinero allí donde se gasta. Así, este sistema sigue la tendencia actual de las grandes sociedades económicas, basada en la constitución de empresas transnacionales, que tiene por finalidad crear un circuito cerrado para que las divisas que salen de sus países regresen incrementadas. Según Allen Ulate, Cordero, (1998) en países como Argentina (en desarrollo) esta situación influye en el sector de servicios, y en particular en el sector de turismo con una fuerza casi igual a la del sector industrial.

Desde una visión distinta en un comunicado, la Conferencia de la ONU sobre el Comercio y el Desarrollo (UNCTAD) sostuvo que el turismo tiene gran potencial para sacar a las poblaciones de los países menos adelantados, de la pobreza. “La Conferencia de Naciones Unidas para el Comercio y Desarrollo (UNCTAD, por sus siglas en inglés)¹ advierte que el turismo es uno de los rubros económicos más importantes para los países en desarrollo. Como ejemplos tenemos a las naciones del Caribe, que tras la reestructuración económica que se produjo luego de su independencia se busca incrementar la competitividad en ámbitos no tradicionales, donde el turismo tiene una gran participación” (Catalano, 2013, p.205) y el MERCOSUR², que también cuenta con políticas concretas de cooperación con el fin de concientizar sobre el impacto que tiene el turismo en las economías del Sur. La importancia que asume el turismo en la región latinoamericana, es la aportación económica que produce o puede producir en materia de empleo y de ingresos de divisas.

También la “Declaración de Manila”, con un sentido transformador, manifiesta que como actividad, el turismo se convierte en una alternativa para muchos hombres y mujeres que desean trabajar. Que tiene consecuencias directas para los sectores sociales, culturales, educativos y económicos de las sociedades nacionales. En ese mismo año (1980), la Asamblea General de la Naciones Unidas, destaca la importancia del turismo

1 (www.un.org/spanish/News/story.asp?NewsID=20933)

2 El Mercado Común del Sur es un proceso de integración regional fundado en 1991 por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay. En fases posteriores se incorporaron Venezuela y Bolivia.

mundial y pide su desarrollo como medio para alcanzar un nuevo orden económico internacional que permita la supresión de las desigualdades económicas entre los países subdesarrollados y los más industrializados. En la actualidad existe un gran consenso sobre el papel que el turismo desempeña y puede desempeñar directa e indirectamente sobre la economía de un país, en términos de creación de valor agregado, empleo, renta personal e ingresos.³(Anuario Estadístico de Turismo 2006; OMT; Cordero Ulate, A. 1998; Lash, S. y Urry, J. 2006). Debido a que el desarrollo de esta actividad manifiesta un inmenso potencial para generar beneficios económicos y sociales.

El turismo internacional es considerado generalmente como una exportación de una región o nación hacia otro destino, es decir hacia el país receptor o lugar de destino en el que se genera renta, se favorece la creación de empleo, se aportan divisas que ayudan a equilibrar la balanza de pagos, se aumenta los ingresos públicos y se fomenta la actividad empresarial. Así la actividad turística cobra importancia en las economías, debido a su elevada aportación a la generación de valor Añadido Bruto en la región receptora. Sin embargo su importancia tiene distinta intensidad según sea el dinamismo y la diversificación de cada una de las economías y las sociedades. Así la economía en cuestión puede ser la propia de un país desarrollado o de un país en desarrollo, puede estar basada en varias industrias o en una sola, por lo que el turismo puede representar una opción importante para la misma o ser completamente irrelevante. Estas características van a determinar el grado de participación local y de las inversiones extranjeras en el desarrollo de la actividad turística, así como los beneficios y costes que se derivan de ella (Sancho, Amparo; 2008)

Como actividad dinamizadora de la economía, el turismo receptivo internacional aporta divisas y su evolución no depende en forma excluyente de la economía interna sino que muchas veces contribuye a amortiguar las situaciones de recesión en los mercados internos, como ocurre en la Argentina luego del default a principio de 2002, debido principalmente a la coyuntura cambiaria (devaluación de la moneda) y el impulso que recibe a través de un conjunto de políticas públicas la oferta turística. En un contexto donde el crecimiento del sector de servicios en general a diferencia del sector industrial, lo coloca en un lugar de privilegio como atrayente de capitales y promotor de nuevos puestos de trabajo.

Por ello se considera en este trabajo, que es importante comenzar a vislumbrar la función que está cumpliendo el turismo en la Argentina, especialmente en materia de empleo. Porque “si bien todas las personas quieren un empleo, quieren sobre todo un buen trabajo”⁴. Esto implica como sostiene la OIT (Oficina Internacional del Trabajo), tener un empleo de calidad, pero no solo eso. Implica la existencia de un marco regulador de la actividad laboral y de la relación de trabajo que garantice muy especialmente los derechos fundamentales de trabajadores y empleadores. Implica gozar de adecuados niveles de

3 En el pasado el abordaje analítico del turismo se centraba en las características de los visitantes, en las condiciones en que llevaban a cabo sus viajes y estancias, el motivo de la visita, etc.

4 Generando Trabajo Decente en el Mercosur; Volumen I. Pág. 11.

protección frente a la adversidad como son los accidentes y las enfermedades y durante la vejez. Implica asimismo, el derecho y, en ese marco, participar en procesos de diálogo social a nivel micro (la empresa), meso (provincias o ámbitos locales) y macro (país).⁵

En materia de empleo, los datos estadísticos que produce el MINTUR⁶, dan cuenta solo de la cantidad de empleo creado y registrado en el sector de actividad turístico, pero no de su calidad y menos aún se hace referencia a la existencia del trabajo no registrado o en negro. Por eso es válido señalar que los datos de empleo y desempleo son insuficientes para observar muchos aspectos del mercado de trabajo debido a que muchos de estos empleos en el sector en estudio no son a tiempo completos, ni tienen las mismas condiciones de estabilidad, formalidad e ingreso. “Para obtener un panorama más completo sobre la situación del mercado laboral, es necesario observar las condiciones de trabajo en el sector turístico y las características socio-demográficas de los empleados” (Oliva, Miguel; 2006, p. 42). En consecuencia asevera el autor que también el empleo, en las ramas característico de turismo, refleja que este sector es poco homogéneo en términos de formalidad y de condiciones de trabajo y que la heterogeneidad laboral revela, la diversidad y transversalidad del abanico de actividades que ofrece (Miguel Oliva, Constanza Schejter; 2006, p.44).

Desde este artículo se espera propiciar el debate acerca de lo que se considera decente o de muy baja calidad en el sector de actividad turístico argentino, así como del tipo de contrato que promueve su organización en el sector, porque se entiende que los empleos de baja calidad (mal remunerado, inestable, de jornadas extendidas) en los lugares donde se asienta el turismo no es una consecuencia derivada de las características intrínsecas del turismo, sino de cómo éste se organiza en cada región. Se toma como ejemplo para este ejercicio a las agencias de viajes de Ciudad de Buenos Aires.

PROYECCIÓN HISTÓRICA DEL TURISMO EN ARGENTINA EN LOS ÚLTIMOS AÑOS

El turismo argentino como sector de actividad económico, presenta un crecimiento moderado en los últimos años. En retrospectiva, se observa que (cuadro1), en los últimos años de la década de los '90 este sector crece de forma moderada hasta 1999 que es cuando se avecina la profunda crisis económica, política y social. En el año 2001 decrece en gran parte, debido a la crisis económica por la que transcurrió el país con el gobierno del presidente De La Rúa. Lo que sucede en 2001 es que, luego de 10 años, el sistema cambiario fijo aplicado por la “Ley de convertibilidad” de 1991, se quiebra y la cotización del dólar respecto al peso abandona su paridad de un peso por dólar. Este cambio de una tasa fija a una tasa flotante da lugar a una devaluación de la moneda argentina y así se inicia una nueva etapa en la economía argentina en la cual los tipos de cambio resultan ser

⁵ Generando Trabajo Decente en el Mercosur; Volumen I. Pág. 11.

⁶ Contribuye a esclarecer la evolución de la actividad, la creación de puestos de trabajo remunerados y registrados, y a evaluar más precisamente el impacto sobre esta contribución de distintas políticas e inversiones públicas y privadas

más convenientes para impulsar la exportación de ciertos productos, como el que ofrece el sector de turismo. A partir de ese entonces, y debido al tipo de cambio favorable, el país se torna competitivo y comienzan a llegar cada vez más turistas internacionales.

En relación trabajo, la configuración macroeconómica en la década de 1990, resulta sumamente nociva para la creación de empleo, lo cual se traduce en un aumento de la desocupación y de la subocupación sin precedentes. El deterioro se extiende también a las condiciones de trabajo y a la estabilidad de las ocupaciones (Campos; G. y Sacavini 2010; p 49). En relación al sector de actividad de servicios, donde se encuentra el turístico, Pérez, P. (2001) basándose en las estimaciones del Censo de 2001 y datos de la EPH encuentra que esta situación vuelve atractivo al sector de servicios, sobre todo para paliar la problemática de la ocupación en el país, que se agudiza a partir de la crisis de 2001, donde el 18% de la población económicamente activa (PEA⁷) se encuentra desempleada y a su vez, de la población ocupada, el 20% se encuentra subocupada por el horario.

“La mayor presencia de los jóvenes en los sectores de la construcción y de los servicios, sectores típicamente de trabajo intensivo, tienen efectos positivos sobre su tasa de empleo. La OIT (2005) encuentra que el sector de servicios es el sector que presenta un crecimiento más intensivo en trabajo”

Variación %	AR	BR	PY	UY	CH	TTL
1995 - 1996	14	34	-3	4	-6	12
1996 - 1997	6	7	-7	9	13	7
1997 - 1998	9	69	-11	-6	7	21
1998 - 1999	-4	6	-23	-2	-7	-1
1999 - 2000	0	4	7	-2	7	3
2000 - 2001	-10	-10	-3	-4	-1	-8
2001 - 2002	8	-21	-10	-37	-18	-17
2002 - 2003	6	9	7	11	14	9
2003 - 2004	15	16	16	24	11	16
2004 - 2005	11	12	10	2	14	10
2005 - 2006	9	-6	14	-5	11	1
2006 - 2007	9	0	7	0	11	5
2007 - 2008	3	0	3	24	8	6
2008 - 2009	-8	-5	2	2	2	-4
2009 - 2010	24	7	6	18	1	12
Variación promedio anual	6	8	1	3	4	5

CUADRO 1: Variaciones interanuales correspondientes a la llegada de turistas extranjeros, en porcentajes. 1995-2010.

Fuente: Cuadro en base a los datos obtenidos de la OMT para los países Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay y datos obtenidos de la Sernatur para Chile. En Catalano B; (2014).

7 PEA: 15.203; Ocupados: 12.421; Subocupados: 2478; Desocupados: 2782 (en miles).

A partir de las variaciones interanuales correspondientes a la llegada de Turistas extranjeros, se puede observar (cuadro 1) que en la década de los '90 Argentina presenta un crecimiento moderado exceptuando el año 1999 donde se visualiza una reducción del -4% y que continua en el año 2001 donde se visualiza una merma del -10 %. Sin embargo, a partir de 2002 debido al tipo de cambio favorable para el turista extranjero, el país se torna competitivo y comienzan a llegar cada vez más turistas internacionales. Tal es así que, desde 2002 hasta 2008 se encuentra que el crecimiento es del 61 %⁸ (considerando una media cercana a 8.74 % anual⁹). En el año 2008, producto de la crisis internacional la entrada de turistas se reduce (-8%) pero merece la atención que al comparar el crecimiento de las llegadas internacionales entre 2009 y 2010 versus el observado entre 2008 y 2009, Argentina es el país que tiene el mayor crecimiento en la llegada de turistas internacionales en el año 2010 (24%), en comparación con el resto de los países de la región (Mercosur + Chile)¹⁰.

Si bien los tipos de cambio y los precios relativos son dos variables fundamentales que impactan en la evolución del turismo receptor como es el caso de Argentina, se observa que desde 2002 la Argentina presenta un crecimiento constante y a tasas significativas en la llegadas de turistas extranjeros, salvo en 2008 (-8%).

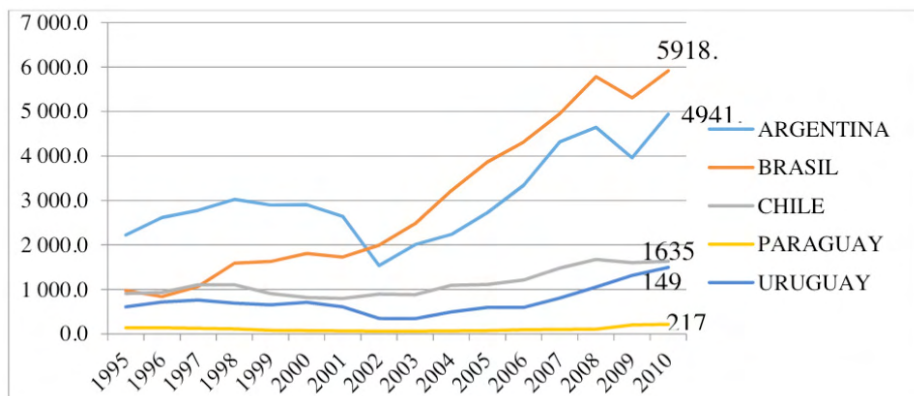


GRÁFICO 1: Ingresos de Divisas por Turismo en los países del Mercosur y Chile, en millones de dólares, 1995-2010

Fuente: CEPALSTAT – Balanza de Pagos – Cuenta Viajes. En Catalano B. (2014).

En cuanto a los ingresos de divisas por turismo se puede observar que los datos ubican a la Argentina en segundo lugar, luego de Brasil (Gráfico 1). No obstante, a través de ambos cuadros que comparan al país con el resto de los países de la región (Brasil,

8 Este porcentaje corresponde a la suma de los años 2002 hasta 2008 que figuran en el cuadro 1.

9 Es importante considerar como lo indica Catalano, B: (2014) que la media de crecimiento del turismo mundial se sitúa en ese período entre un 5 y un 6% anual.

10 Es cierto que este abrupto crecimiento se debe al efecto rebote propio luego de una declinación de la economía, sin embargo ese considerable porcentaje resultó ser muy importante para la industria turística en el país.

Paraguay, Uruguay y Chile), se observa el crecimiento y la importancia que asume en el período de estudio (2003-2010) la actividad del turismo en la Argentina. A partir de fines de 2002 se observa en el país, que la devaluación de la moneda ofrece una situación favorable para el arribo de llegadas de turistas. Según datos del INDEC, durante 2004 se registra un nuevo record de visitantes extranjeros al país, que alcanza la cifra de 3,3 millones de turistas, 11,9% más que en 2003. Por otro lado también se registran cambios en los mercados interesados por Argentina donde la demanda¹¹ turística de visitantes extranjeros revaloriza al país. Comparado con otro rubro de exportación el turismo genera más del doble de las divisas por la exportación de carnes y ligeramente inferiores a las exportaciones de cereales (productos tradicionales del comercio exterior argentino). La evolución está marcada en un primer momento (2001-2002) por la coyuntura económica y social desfavorable, pero superada la crisis, el crecimiento del sector es destacado. (Besson, 2006, p.187).

LA FUNCIÓN DE LA AGENCIA COMO UNIDAD ECONÓMICA

La agencia es una unidad económica generadora de riqueza, con una estructura bastante rígida dado que obedece a la propia rigidez de la oferta turística. Allí imperan los objetivos de servicio y de lucro, además cuenta con una organización social y humana en una estructura que se observa mayormente formal, donde se aplican las técnicas de gestión. Razón por la cual requiere, de forma ideal, personal calificado y/o con conocimiento específico en turismo. Interactúa tanto en el mercado nacional como en el internacional, con una demanda que no es continua (más bien intermitente), porque está sujeta principalmente a las fluctuaciones de los precios además del control gubernamental.

Hasta acá, se delinea en forma breve “el perfil y la estructura de la empresa turística como ente productivo, y proveedor de servicios de recreación en el marco de, la cultura del ocio” (Cavassa, C. R. 2007, p.90) que desde los países centrales o con mayor capacidad adquisitiva se va expandiendo e incrementando. En éste apartado, se va a poner de relieve la función que cumple la agencia como entidad económica y productiva en el sector de turismo, en términos de sus interconexiones con la sociedad y las diversas industrias que trabajan para el turismo, es decir, como entidad de funcionamiento. Porque se considera que la interpretación de la función de intermediación o interconexión en el sistema turístico mediante la tarea laboral, es lo que va a permitir que se logre una mejor comprensión y caracterización del tipo de trabajo que se genera.

Lo que posibilita la generación de nuevos puestos de trabajo en el sector de servicios de turismo en general y de la actividad específica que se realiza en las agencias en particular, es su sentido (económico). En cuanto a la agencia como entidad de trabajo, su función es la de intermediación o interconexión entre la demanda abierta y los países que generan turismo. Desempeña a su vez el rol de ofertante (hacia el turista) y de demandante

¹¹ La demanda impacta en la organización del sector.

(hacia el prestador de servicio). Hay que aclarar que esta intermediación es posible gracias al puente que representa el sistema turístico mundial¹² actual, entre las personas que están en condiciones de hacer turismo y las personas que viven y sobreviven del sistema de producción turística; que se desenvuelve en una estructura jerarquizada de diferentes niveles de productividad y que también es el resultado del desarrollo desigual y combinados de estados, regiones, ramas de la misma industria y de empresas particulares..

A causa de este fenómeno continúan en incremento las relaciones entre los países desarrollados y en desarrollo, convirtiéndolo en un gran sistema de oferta y demanda, de producción y consumo, altamente interdependiente, en el que el turismo asume mayor importancia por sus implicancias económicas, culturales y políticas. Este desarrollo está desencadenado por la búsqueda de ganancias extraordinarias. Los Organismos Oficiales de Turismo (UIOOT), dicen que el desarrollo sin precedentes del turismo en estos últimos años es uno de los signos manifiestos del aumento del nivel de vida en los países industrializados. Porque el turismo se desarrolla rápido, en relación a otras formas de transacciones internacionales, además las entradas que surgen a partir de él, son una fuente importante de divisas extranjeras dentro de un buen número de países. En cuanto a los países en vías de desarrollo, a la vez, sostienen que existe una gran posibilidad de explotar este campo y un reto a levantarse. Que el reto es hacer, que la expansión benéfica de divisas que provienen del turismo sirva para dar una base mucho más grande a la aceleración del desarrollo económico (UIOOT, 1973). Desde esta óptica, es factible pensar que el turismo es un gran atrayente de capitales, pues en un contexto de globalización y flexibilización laboral, emerge como una fuente extraordinaria de ganancias. Sin embargo hay que tener presente que “el subdesarrollo no permite viajar por placer, sino emigrar buscando trabajo; tampoco facilita el tiempo de ocio sino, por el contrario, promueve el subempleo o la desocupación más o menos generalizados”. (Getino, 2009, p.9).

Los países latinoamericanos, sobre todo los de importante desarrollo turístico se colocan principalmente como oferentes de servicios. Además las dificultades que provocan las crisis económicas a los individuos de estos países, no solo les restringe la posibilidad de salir de sus lugares de origen a hacer turismo, sino que grandes sectores de la población deben trabajar bajo las condiciones que los coloca el capital transnacional turístico. Estas características, explican no solo el lugar que ocupan los países en desarrollo en el turismo mundial, sino la gran contradicción laboral cuando gran parte de la población local debe emplearse en el turismo como recurso último de sobrevivencia, ante el recorte de las posibilidades laborales y la pérdida incluso de los bienes locales en pos del “desarrollo turístico” (Cordero Ulate; 2006). En suma, el turismo es una actividad económica compleja dado que es transversal a otras actividades y, a su vez, interdependiente de otras industrias de servicios tales como la gastronómica, la hotelera y la de transportes. (Tottino, L y

¹² Con un 10% del PBI mundial y más de 115 millones de empleos directos, tal como lo indican las estadísticas de la Organización Mundial del Turismo (OMT)

Catalano, B., 2014). En esta actividad tan compleja que es atravesada por los avances tecnológicos en su gestión, vale preguntar en relación a las agencias, como siguen existiendo en Argentina cuando internet suple su función y las personas acceden desde sus máquinas particulares a hacer reservas de viajes y de pasajes. Porque se entiende que el uso que la sociedad hace de internet suple cada vez más la función que cumple la agencia

Las agencias siguen existiendo, en primer lugar, porque en Argentina, todavía hay zonas y/o regiones donde internet es de difícil acceso porque el sistema funciona mal o directamente no llega el cable coaxial y la población no tiene conocimientos informáticos. Por el contrario, en las zonas donde hay internet y funciona mejor, se observa que existe bastante trabajo subterráneo que se genera por internet y que compite con la agencia. En segundo lugar, porque todavía no están dadas las condiciones estructurales para que la población pueda, por un lado tener acceso a internet y por otro lado, manejarlo. Porque a diferencia de los países con mayor desarrollo o con más poder adquisitivos todavía no contamos con permanentes mejoras y ampliaciones de la tecnología en relación a la infraestructura de los servicios y a las instalaciones. Por último, por la confianza que le genera a muchos usuarios o clientes, el hecho de contar con un operador que se haga responsable ante el surgimiento de alguna dificultad o imprevisto durante sus viajes.

En relación al sistema productivo turístico, la expansión nacional y la obtención de mayores ventajas competitivas de las agencias, dependen de la evolución del turismo argentino y el lugar que ocupe en la economía a escala global. Por ello es interesante observar que en el periodo de estudio, Argentina, no solo sufre un impacto positivo del desarrollo del turismo como una de las principales actividades económicas, sino que sucede al compás de un mayor desarrollo de todos los servicios. Así, las últimas décadas evidencian un creciente peso de los flujos de inversión extranjera directa a escala global. Pues se observa cada vez más, una mayor competencia en servicios asociados a los productos (pos-venta, asistencia técnica, imagen de marca, etc.) lo que induce a las empresas transnacionales a invertir en actividades periféricas a su propio negocio principal (que incluyen actividades diversas, servicios contables, legales, administrativos, call centers, servicios técnicos, servicios de back o front office y procesos de negocios con diferentes niveles de complejidad) (Kosacoff, B. y López, A., 2008).

En cuanto a los propósitos de las multinacionales que participan de la actividad económica turística, no solo se ven favorecidos por la situación de progreso social de la población de los países más industrializados, que les posibilita practicar el turismo a más capas sociales, sino también porque en esos países hubo una reducción de la jornada laboral, lo que re-ubicó al turismo como una necesidad inherente al mejoramiento de la calidad de vida dejando atrás el concepto de lujo. Por ello su evolución o crecimiento depende de la demanda turística y de los conocimientos aplicados al proceso productivo que crece y se dinamiza a medida que la demanda se va modificando como consecuencia de los requerimientos y exigencias en los servicios, las recreaciones y comodidades que son

cada vez mayores. A esto hay que sumarle, las mejoras y ampliaciones que se introducen a través del progreso tecnológico en la infraestructura de los servicios y en las instalaciones, más, el flujo de información, la publicidad y el trabajo de las empresas a cargo del recurso.

Según Cordero, Ulate (2006) y Getino, O. (2009) las diferencias existentes entre las regiones no solo no disminuyen con el desarrollo del sector, sino que se acentúan. Porque aunque este sector mantenga el crecimiento, no sigue la misma dirección, ni beneficia a los mismos destinos a causa de las modificaciones que producen los países tanto emisores como receptores, y los cambios políticos y económicos a los que se exponen, al igual que el proceso de centralización de capitales¹³. Con respecto al proceso de centralización de capitales se puede observar que tiene una faceta técnica y otro de carácter económico-social. En cuanto a lo técnico se hace referencia a la creciente división del trabajo que solo es posible gracias a una extensión de las funciones intermedias, es decir la expansión del comercio, los transportes y los servicios en general. En cuanto al aspecto económico, se expresa como centralización de capital mediante otras formas, mediante la integración vertical de grandes compañías, firmas transnacionales y conglomerados. (Cordero Ulate, 2006, p.35). Según éste autor hay que entender al turismo como actividad económica y social que se convierte para muchos capitales en una fuente extraordinaria de ganancias y que asume una forma productiva que involucra cada vez más a la fuerza de trabajo en la gestión de la producción. Donde además se puede adaptar conceptos organizativos de fuerza de trabajo como Taylor-fordismo o especialización flexible o como refiere Scott Lash y John Urry, *acumulación reflexiva*. Puesto que los flujos de producción demandan mayores calificaciones y requieren competencias técnicas crecientemente complejas (Naclerio, 2006, p. 75). En relación a las formas internas de organización del trabajo en las agencias, es imprescindible tener presente los cambios sufridos en el denominado capitalismo posmoderno, con el fin de superar las crisis taylorista- fordista. A causa de esta se introducen diversas maneras de organizar el trabajo, como los denominados *just in time*, los círculos de calidad, la calidad total, etc. Con el objetivo de lograr sistemas organizativos que involucren cada vez más a la fuerza de trabajo en la gestión de la producción.

Los flujos de producción en turismo tanto en los países con mayor desarrollo tecnológico como en los de menor acceso a ello, demandan en el puesto de trabajo (que requieren técnicas crecientemente complejas) responsabilidad, compromiso y mayores calificaciones. En efecto en estas empresas se observa un sistema organizativo que necesita involucrar cada vez más a la fuerza de trabajo en su gestión de producción. Pero en esta línea de análisis aparece una contradicción en relación al trabajo, porque por un lado, el capital turístico requiere de consumidores posibilitados de comprar los servicios

13 "En el análisis mandeliano, en un primer momento, los capitales se mueven hacia donde hay oportunidades de una acumulación ampliada del capital a partir de que se ubiquen posibilidades de captar ganancias extraordinarias. En este sentido es preciso aprovechar las desigualdades, es decir los nuevos sectores de acumulación que surjan al calor de los cambios históricos. Pero, una vez que los capitales empiezan a fluir, invariablemente se experimenta, una vez más, un proceso de centralización capitalista. " Ver, Ulate, C (2006, p. 35)

turísticos y por otro lado, el capital turístico, donde se incluye a las agencias, requiere de trabajadores/as baratos/as, es decir, que sus necesidades no sean complejas sino reducidas a su mínima expresión. Por lo que es imprescindible preguntarse cuál es la función que están cumpliendo las agencias de viajes como entidad productiva, cuando requiere trabajadores y trabajadoras muy involucrados en su organización y a un muy bajo costo. En el sistema turístico de un país como Argentina, que promueve el desarrollo del turismo con la finalidad de generar empleo.

Como ya se explico con antelación, la función que cumple la agencia en el sector turístico es la de intermediación o interconexión entre la demanda y las industrias que trabajan para el sector, pero procurando maximizar sus ganancias con el menor costo. Porque se observa en las agencias de viajes de CABA¹⁴, que involucran en su organización productiva a trabajadores y trabajadoras altamente calificados, ofreciéndoles muy bajos salarios.

Según Neris Miguel Besson, (2006), el turismo es un sector de exportación invisible sobre el que el país tiene un mayor control ya que no está sujeto a aranceles, regulaciones y trámites del comercio internacional y donde cuenta con la utilización de mano de obra intensiva, puesto que se presenta como oferente de numerosas oportunidades de trabajo y negocio para las mujeres y los jóvenes. Pero la existencia de numerosos subsectores y el pequeño tamaño de la mayoría de las empresas turísticas complican la tarea de identificación de negocios estratégicos y dificultan la organización y colaboración entre los actores para ser más competitivos así como la visibilidad del trabajo de calidad con los que conviven cotidianamente las mujeres y los hombres insertos en las empresas turísticas argentinas. La dificultad aquí referida es producto de la multisectorialidad y la complejidad que distingue al sector de turismo. Entonces me preguntó qué función social cumple el sector de actividad turística en relación al trabajo “cuando es poco homogéneo en términos de formalidad y de condiciones de trabajo “(Miguel Oliva, Constanza Schejter, 2006, p. 44). Porque las condiciones de informalidad y precariedad en relación a los salarios y las jornadas de trabajo, por un lado contribuyen a reforzar las desigualdades sociales existentes en la región en materia de empleo y por otro, restringe la posibilidad de avanzar en el proceso de inclusión y movilidad social que está viviendo la sociedad Argentina a partir de 2003 en materia social¹⁵. Teniendo en cuenta que las estadísticas sobre el turismo y el empleo Argentino, imprimen un crecimiento vertiginoso en los últimos años.

Por lo pronto, la evaluación de los flujos turísticos y del empleo que genera en

14 En cuanto al trabajo de campo es necesario especificar que los datos primarios de índole cualitativos resultan del recorrido por los lugares de trabajo. Durante el relevamiento, la poca disposición de los dueños de las empresas a contestar preguntas atinentes al tipo de trabajo, me posiciona como un observador participante, más allá del nivel de profundidad adquirido durante un año, en las distintas agencias de viajes visitadas en la ciudad (50 agencias de viajes elegidas al azar en CABA). Los datos secundarios que resultaron de 105 encuestas, producto de un proyecto de investigación (convenio UBA/MINTUR) fueron de suma utilidad porque se trabajó en un tema sobre el que no hay casi antecedentes en el país.

15 Se hace referencia a un proceso emerge con el proyecto político del gobierno de Néstor Kirchner y que se mantiene hasta finalizado el gobierno de Cristina Fernández de Kirchner.

los sectores de actividad económica que dependen, total o parcialmente, del turismo, tales como el transporte, principalmente aéreo, el alojamiento, los restaurantes, el sector de las agencias de viajes, receptores y tour operadores y su impacto en la economía; requiere con urgencia de la adopción de definiciones precisas y de la aplicación de métodos rigurosos, de mediciones estadísticas, a menudo insuficientes en la Argentina. Los estudios del sector son muy importantes para trabajar en pos de una mejor configuración de la oferta final, así como en la calidad y la competitividad no solo del producto turístico, sino de las condiciones en las que trabajan muchos hombres y mujeres en ese tipo de producción. Para dar cuenta de la importancia que asume el sector de actividad de turismo argentino también se observa la evolución del empleo en el periodo 2003-2010. No obstante cabe señalar que en cuanto a la actividad económica, en este estudio de caso, se tienen en cuenta todas las actividades orientadas a la obtención de un ingreso (monetario o en especie¹⁶), ya sea directa o indirectamente, independientemente de la capacidad de identificar una profesión u ocupación específica.¹⁷ Aquí se hace referencia al trabajo como “una actividad humana orientada hacia un fin, que es la producción de bienes y servicios que se destinan a la satisfacción de necesidades sociales” (Neffa, J. C.1996; p35) y no específicamente al empleo¹⁸, es decir, solo a “la actividad donde predomina el trabajo remunerado bajo la modalidad salarial o con el producto de la venta de la producción o servicios, que incluye a todo aquel que se desarrolla en actividades mercantiles, así como al trabajo que se lleva a cabo tanto en la administración pública como en tareas domesticas, siempre que sea remunerado.” (Neffa, J. C.1996; p42).

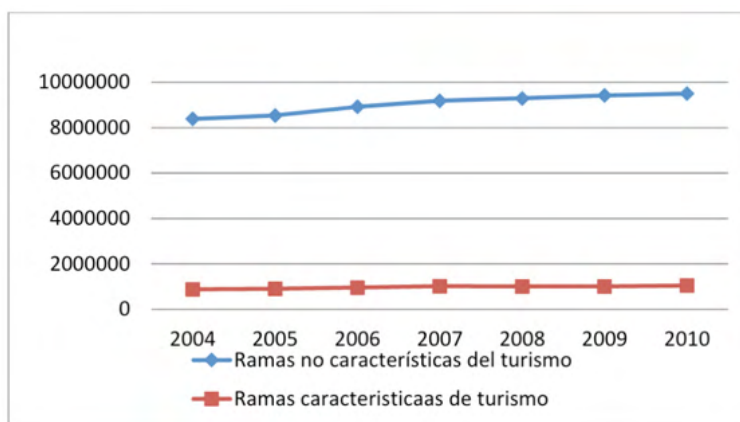


Gráfico 2: Personal ocupado por rama de actividad y promedio anual. Total de aglomerados urbanos 2004 a 2010 (en valores absolutos).

Fuente: Cuadro de elaboración propia basado en datos del Anuario Estadístico de Turismo 2011. MINTUR sobre la base de INDEC. Encuesta Permanente de Hogares.

16 Es la expresión adecuada en este trabajo para decir que algo se paga (o se cobra) en frutos o géneros y no en dinero.

17 Se excluyen las actividades domesticas y las orientadas a la producción de bienes y servicios para el autoconsumo.

18 Las estadísticas de empleo, en general estiman la cantidad total de empleos directos o indirectos que genera este desarrollo o la estimación de las diferentes tasas de creación de empleo que tendrían los distintos modelos turísticos.

Cómo se observa (gráfico2), en el período 2004-2007 se registra un mayor dinamismo en la creación de empleo en las ramas características del turismo, y una leve caída del empleo en esas ramas en el período 2007-2008. En el 2009, por otro lado, se percibieron guarismos similares a los de 2008. A la vez, se visualiza un aumento en las ramas no características de turismo. Es importante observar la evolución del mercado de trabajo en un marco de crecimiento económico y de relativa desindustrialización de componentes y bienes de capital en las ramas características y no características de turismo¹⁹ entre los años 2004 y 2010, dado que refleja que éste sector de actividad económica presenta capacidad para generar empleo o como se observa en este período, mantenerlo.²⁰

Ahora bien, en cuanto al empleo registrado en Argentina se observa en el Anuario Estadístico de Turismo de Nación, que su distribución desde 2003 a 2007 muestra una estructura equilibrada en los sectores de actividad: 46% en la industria, 52% en comercio y 46% en los servicios. Es preciso señalar que la formalización del empleo registrado en el sector de servicios en Argentina no difiere del resto de los sectores como la industria y el comercio²¹. En cuanto a la estructura de categorías ocupacionales, para el total de la población empleada en las ramas de agencias de viajes y actividades complementarias de apoyo turístico de 2010, predominan los obreros y empleados 86,4%; en relación a la categoría patrón, cuentapropista y trabajador familiar; 6,8%; 6,6% y 0,2% respectivamente (Anuario Estadístico de Turismo, 2010). Como se viene exponiendo, la evolución del mercado de trabajo del sector específico de turismo, está en consonancia con la dinámica económica que configura al país en ese mismo período (gran desarrollo de los servicios). No obstante, es de destacar el crecimiento del sector de servicios a diferencia del sector industrial. Lo coloca en un lugar privilegiado como atrayente de capitales y promotor de nuevos puestos de trabajo. Pero en un contexto donde se observa que gran cantidad de empresas modifican sus estrategias de ganancias, apuestan a procesos de desintegración vertical tercerizando actividades del proceso productivo (outsourcing) y deslocalizan inversiones (offshoring), en ambos casos como estrategia clave para disminuir costos.”

19 Los productos característicos son aquellos que, en la mayoría de los países, dejarían de existir o su consumo se vería sensiblemente disminuido en ausencia de turismo. En Argentina lo integran: Servicios de alojamiento (hoteles y otros servicios de alojamiento, servicios de segundas viviendas por cuenta propia o gratuitos) Servicios de provisión de alimentación y bebidas, Servicios de transporte de pasajeros (Servicios de transporte interurbano por ferrocarril, Servicios de transporte por carretera, Servicios de transporte marítimo, Servicios de transporte aéreo, Servicios conexos al transporte de pasajeros, Alquiler de bienes de equipo para el transporte de pasajeros, Servicios de mantenimiento y reparación de bienes de equipo para el transporte de pasajeros), Servicios de agencias de viajes, tour operadores y guías de turismo (Servicios de agencias de viajes, Servicios de tour operadores, Servicios de información turística y de guías de turismo), Servicios culturales (representaciones artísticas, museos y otros servicios culturales), Servicios recreativos y otros servicios de esparcimiento (deportes y servicios recreativos deportivos, otros servicios de esparcimiento y recreo), Servicios turísticos diversos (Servicios financieros y de seguros, otros servicios de alquiler de bienes, otros servicios turísticos).

20 Es importante señalar que si actualizamos los datos provenientes del Anuario estadístico de Turismo de 2014, se observa que las RCT continúan presentando un mayor nivel de informalidad que las actividades no turísticas (medido a través del porcentaje de asalariados con aporte jubilatorio), aunque desde el 2004 al 2014 se verifica un notable incremento de los asalariados con aporte, proceso que acompaña al crecimiento de la formalidad observado en el total de la economía.

21 Ver el Anuario Estadístico de Turismo de Nación.

(López, Ramos, Starobinsky; 2009).

Es interesante recordar lo que sucede en Argentina en los '90; se da un intenso proceso de fusiones y adquisiciones de firmas locales, lo que tiempo después junto con el fuerte proceso de crecimiento, genera un flujo creciente de utilidades hacia el exterior. Entre el grupo de empresas de mayor importancia en el país, se verifica un proceso de extranjerización durante los '90, cuando el capital local pasa a representar el 56% del total de las grandes empresas en 1993 a sólo el 23% en 2002. Luego en la etapa de la posconvertibilidad se consolida el peso del capital extranjero en la cúpula empresarial llegando casi al 65%. Lo que muestra que cuando el país crece a partir de 2002, se incrementa la transferencia de esos beneficios hacia el exterior. A partir de 2007 hasta el presente se viene registrando una creciente remisión de utilidades y dividendos hacia fuera del país (Fabián Amico, Alejandro Fiorito y Agustina Zelada, julio de 2012, p.57)

Esta situación sugiere no solo reforzar las capacidades nacionales de producción turística, sino una mayor regulación y control de parte del Estado nacional a fin de evitar una tendencia potencial hacia la fragilidad financiera y la inestabilidad laboral permanente en los trabajadores y trabajadoras que se insertan en ese mercado específico de turismo como por ejemplo los guías, técnicos, licenciados en carreras afines al turismo y otros sin conocimiento específico; porque el trabajo que genera el turismo no está muy desarrollado y delimitado conceptualmente y el lugar que ocupa Argentina en el sistema productivo turístico global en la actualidad, es el de un país dependiente, receptor de turismo.

A MODO DE CONCLUSIÓN

En la última década, el turismo como sector de actividad comienza a ocupar un lugar de privilegio en las agendas de políticas públicas de muchos gobiernos y países de la región, con el objetivo de contribuir a la economía del país, mediante los ingresos de divisas y la generación rápida de nuevos puestos de trabajo. Como se expuso en este artículo, la evolución del mercado de trabajo argentino del sector específico de turismo, está en consonancia con el gran desarrollo de todos los servicios.

En Argentina, en particular en los últimos años se implanta la reconfiguración de un modelo estructural económico basado en la autosuficiencia y la autonomía productiva. En este marco, el turismo no escapa a los lineamientos de política económica en términos generales y el sector a partir del 2003 se convierte en una alternativa para muchos hombres y mujeres, principalmente en relación a las oportunidades de empleo que genera. Ocupa así un lugar de privilegio, porque no sólo es un gran atrayente de capitales sino un gran promotor de nuevos puestos de trabajo. El problema es que ocurre en un contexto donde se observa que gran cantidad de empresas modifican sus estrategias de ganancias, apuestan a procesos de desintegración vertical tercerizando actividades del proceso productivo (outsourcing) y deslocalizan inversiones (offshoring), en ambos casos como estrategia

clave para disminuir costos.

En cuanto al desarrollo del mercado de trabajo turístico se encuentra que si bien existen múltiples factores que explican el notable incremento de dicha actividad, se encuentra que el avance y el desarrollo tecnológico son claves para explicar su expansión y su nueva organización. Particularmente a causa del mejoramiento de los transportes y las comunicaciones y la llegada de internet al país.

Esta situación sugiere, no solo reforzar las capacidades nacionales de producción turística, sino una mayor regulación y control de parte del Estado nacional a fin de evitar una tendencia potencial hacia la fragilidad financiera y la permanente inestabilidad laboral.

REFERENCIAS

Carlos, S., y Meyer, E. (2011). Anuario Estadístico de Turismo 2011.

Amico, F. Fiorito, F. y Zelada, A. (Julio de 2012). Expansión económica y sector externo en la argentina de los años 2000: balance y desafíos hacia el futuro. Documento de trabajo N° 45, Buenos Aires: CEFIDAR. Recuperado de <http://www.cefid-ar.org.ar/documentos/DocumentodeTrabajo45.pdf>
Bertoncello,

Besson, N. (Octubre de 2006). Desarrollo turístico en la región de Salto Grande: una mirada desde el Plan Argentina 2016. PLAN FENIX Propuestas para el desarrollo con equidad. Economías Regionales. VII Encuentro Nacional de Economías Regionales. IV Encuentro del Nodo Región Centro de economías Regionales., 181- 96. Recuperado de http://www.econ.uba.ar/planfenix/documentos/libros/indice_libro_economias_regionales_VII_encuentro.pdf

Campos, L., González, M, y Sacavini, M. (2010) "El mercado de trabajo en los distintos patrones de crecimiento", Realidad Económica N° 253, IADE, Buenos Aires, julio- agosto

Catalano B. (2014). La integración regional y el turismo como fenómeno multidimensional: el caso del Mercosur. (Tesis de maestría no publicada), Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Cavassa, C. R. (2007). Administración de Empresas Turísticas. Nuevas estrategias. México: Trillas. CEDEM.

Cordero Ulate, A. (2006). *Nuevos ejes de acumulación y naturaleza. El caso del turismo*. Buenos Aires, clacso libros.

Getino, O. (2009). Turismo. *Entre el ocio y el neg-ocio*. Identidad cultural y desarrollo económico en América Latina y el Mercosur. Argentina: Ciccs.

Lash, S., y Urry, J. (1998). *Economías de signos y espacio. Sobre el capitalismo de la posorganización*. Argentina: Amorrortu.

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. (2006 a 2011). Encuesta permanente de Hogares. Ciudad de Buenos Aires. Recuperado de http://www.indec.mecon.ar/principal.asp?id_tema=9556 Jan

Oliva, M., Schejter, C. (2006). El empleo en las ramas características del turismo en Argentina. *Aportes y Transferencia*, 10, (2), (36-68). Mar del Plata: Mantero. Recuperado de http://www.academia.edu/2015300/El_empleo_en_el_turismo_en_Argentina

Kosacoff, B. y López, A. (2008). América Latina y las Cadenas Globales de Valor: debilidades y potencialidades. *Revista Globalización, Competitividad y Gobernabilidad*. Vol. 2 núm. 1. pp 18 – 32. Gcg Georgetown University: Unversia. Lupica.

Naclerio, A. (2006). La evolución de las calificaciones y las reformas del Consenso de Washigton en Argentina. *Modernización tecnológica sin desarrollo de capacidades*. En Neffa, C. y Pérez, P. *Macroeconomía , mercado de trabajo y grupos vulnerables. Desafíos para el diseño de políticas públicas*. (75-100). Buenos Aires: Asociación, Trabajo y Sociedad CEIL/PIETTE CONICET.

Neffa, J. C. (1996). "Reflexiones acerca del estado del arte en Economía del Trabajo y del Empleo. In *Trabajo y Empleo* (EUDEBA PAI, pp. 35–76). Buenos Aires- Argentina.

Neffa J. C., Albano J., López Ghio, R., Pérez, P., Salas, J. y Toledo, F. (2006). *Teorías económicas sobre el mercado de trabajo. II Neoclásicos y Nuevos keynesianos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina

Tottino, Laura (2015), *¿Más Trabajo, Mejor Trabajo? El Caso de Los Trabajadores y Las Trabajadoras de Las Agencias de Viajes de Ciudad de Buenos Aires*. (Tesis inédita de maestría (Ciencias Sociales del Trabajo, sin publicar). Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.

Tottino, L y Catalano, B. (2014). *Trabajo y Turismo: los trabajadores/as de las Agencias de Viajes y Turismo de Ciudad de Buenos Aires en el periodo 2003 a 2010*. Coord: Bachiller, S. y Carrizo, G. *Continuidades y rupturas en el mundo laboral: reflexiones en torno a la cultura, la conformación de subjetividades y los significados del trabajo*. Pre-alas Patagonia. Foro Sur - Sur, 7, 8 y 9 de mayo en El Calafate.

CEPAL. (2014). *Integración regional Hacia una estrategia de cadenas de valor inclusivas*. Mayo, (Integración Regional).

REDES SOCIAIS E PERFORMANCE ELEITORAL: UMA ANÁLISE DAS ELEICOES DE 2018 PARA GOVERNADOR

Data de aceite: 10/01/2022

Paulo Henrique Rocha de Souza

Superior Tribunal de Justiça
Mestre em Economia – CAEN – Universidade
Federal do Ceará

Francisco Antonio Sousa de Araujo

Doutorando do Curso de Pós-Graduação em
Economia - CAEN - da Universidade Federal
do Ceará

Paulo de Melo Jorge Neto

Professor associado do Departamento de
Economia Aplicada e do Curso de Pós-
Graduação em Economia - CAEN - da
Universidade Federal do Ceará

RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo investigar a influência das redes sociais, representado pelo Facebook, no resultado das eleições. De forma complementar, buscou-se averiguar quais outras variáveis, políticas e pessoais, afetam na votação obtida pelos candidatos. Usando Regressões Quantílicas, a análise feita possibilitou identificar impactos em diferentes locais da distribuição de votos, de modo a se observar respostas diferentes entre os candidatos mais votados e os menos votados. O objeto de estudo é o pleito de 2018 para o cargo de governador estadual. Dentre os resultados encontrados é constatada a influência positiva do número de seguidores do Facebook dos candidatos na quantidade de votos obtidos, o que demonstra a importância da influência digital nos resultados das eleições e no processo

democrático. Outro ponto a se destacar é a forte influência do presidente da república que viria a ser eleito neste mesmo pleito.

PALAVRAS-CHAVE: Eleições, Redes Sociais, Facebook, Regressão Quantílica.

SOCIAL NETWORKS AND ELECTORAL PERFORMANCE: AN ANALYSIS OF THE 2018 ELECTIONS FOR GOVERNOR

ABSTRACT: This research aims to investigate the influence of social networks, represented by Facebook, in the result of the elections. In a complementary way, it was sought to find out which other variables, political and personal, affect the voting obtained by the candidates. Using Quantile Regressions, the analysis made it possible to identify impacts in different places of the distribution of votes, in order to observe different answers between the best and the least voted candidates. The object of study is the 2018 lawsuit for the position of state governor. Among the results found is the positive influence of the number of Facebook followers of the candidates on the number of votes obtained, which demonstrates the importance of digital influence in the election results and in the democratic process. Another point to highlight is the strong influence of the president of the republic who would be elected in this same lawsuit.

KEYWORDS: Elections, Social Networks, Facebook, Quantile Regression.

1 | INTRODUÇÃO

As redes sociais têm influenciado cada

vez mais os comportamentos e relações da sociedade, possibilitando maior acesso à informação e engajamento dos indivíduos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, o Brasil tinha 126,4 milhões de usuários de internet, cerca de 69,8% da população com 10 anos ou mais. Esses quase setenta por cento da população são um potencial utilizador de alguma rede social existente.

Dentre estas, o Facebook vem ganhando espaço nas campanhas eleitorais em virtude da rápida divulgação de conteúdo político-eleitoral, além da aproximação entre candidatos e eleitores. Conforme Oliveira e Coimbra (2016) e Gomes (2009), a utilização das redes sociais em processos democráticos tem sido fundamental em campanhas eleitorais mundo à fora, como, por exemplo, nas campanhas dos presidentes dos Estados Unidos em 2008 por Barack Obama, estudada por Esperidião e Reno (2008) e Donald Trump em 2017, como observado por Lima (2017), bem como nas eleições brasileiras a presidência de Dilma Rousseff em 2014 (ROSSINI, 2015).

Apesar da utilização crescente destes meios para campanhas eleitorais, ainda são escassas as pesquisas sobre o uso das redes sociais como ferramenta de campanha., identificando quais os conteúdos são gerados, bem como seus efeitos em cenários locais e regionais (MASSUCHIN E TAVARES, 2015).

Acrescenta-se à importância do estudo relativo à utilização das redes sociais em processos eleitorais, o fato de que Justiça Eleitoral brasileira autorizou mediante regulamentação, pela primeira vez nas eleições nacionais, a propaganda eleitoral na internet, incluindo anúncios eleitorais pagos e impulsionamento de publicações (BRASIL, 2017).

Sendo assim, embora tenha aumentado a utilização das redes sociais por parte dos candidatos a eleições fica a questão de qual seria o impacto da utilização desta estratégia na obtenção de votos. Será que a utilização das redes sociais pelos candidatos é mesmo capaz de gerar votos? Quanto maior o número de seguidores do perfil do Facebook maior o número de votos obtidos pelo candidato? Ou ainda, quanto mais postagens na rede social mais votos obtidos?

Esta pesquisa tem o objetivo geral de investigar a influência das redes sociais na obtenção de votos por candidato ao governo estadual no primeiro turno da eleição de 2018. De forma complementar, buscou-se averiguar quais outras variáveis, políticas e pessoais, afetam na votação obtida pelos candidatos

Para tanto foi utilizada um modelo de Regressão Quantílica, a partir dos dados obtidos junto ao TSE (TSE, 2018) e de métricas extraídas do Facebook.

Dentre os resultados obtidos, constata-se que quanto maior o número de seguidores do perfil de um candidato no Facebook, maior a quantidade de votos obtida. Outra variável impactante é pertencer ao partido do presidente eleito no mesmo ano, indicando a influência deste nas eleições.

Além desta introdução, o presente trabalho dispõe de mais cinco capítulos. No

segundo capítulo é realizada a revisão bibliográfica apresentando as principais referências na literatura. No terceiro capítulo é feita uma descrição da base de dados. No seguinte, apresentada o modelo e o método econométrico utilizados. No capítulo posterior os resultados encontrados são expostos. Por fim, tem-se as considerações finais da pesquisa e sugestões para trabalhos futuros.

2 | REVISÃO DA LITERATURA

Vários são os fatores e mecanismos que influenciam o número de votos obtidos pelos candidatos em um processo democrático. Um destes mecanismos, cujo efeito já foi objeto de estudos, diz respeito ao tempo de propaganda eleitoral gratuita. Conforme Speck e Cervi (2012), “O recurso tempo tem grande impacto sobre a dinâmica da disputa eleitoral nacional e estadual em função da presença praticamente universal de acesso a rádio e TV no Brasil...”.

Neste contexto, a internet contribui com o crescimento da circulação de informações, oferece espaço online de comunicação individualizado para a elite política e também altera a forma de interação entre candidatos e eleitores (STROMER-GALLEY, 2000; HOLTZ-BACHA *et al.*, 2012).

Dentre essas mídias sociais, o Facebook vem continuamente ganhando destaque e, nas eleições de 2012, foi utilizado por 80% dos candidatos das capitais, além de estar mais presente que websites e outras redes sociais disponíveis (BRAGA, NICÓLAS, BECHER, 2013; MASSUCHIN; TAVARES, 2015).

Acrescenta-se a isto, o fato de que, a eleição de 2018 no Brasil foi a primeira eleição em que foi permitido utilizar o impulsionamento de conteúdo na internet para fins eleitorais, desde que identificado de forma inequívoca e contratado exclusivamente por partidos políticos, coligações, candidatos e seus representantes (BRASIL, 2017).

No estudo de Spierings *et al.* (2014), realizado para avaliação do impacto das mídias sociais nas eleições holandesas em 2010, analisando as redes sociais Twitter e o Hyves, foi verificado que esta não apresentou resultado estatisticamente significativo, enquanto para aquela, a cada 1.000 novos seguidores são gerados cerca de 190 votos extras.

Reis (2018), analisou das diferentes categorias de gastos em campanhas públicas e o impacto das redes sociais no desempenho de candidatos ao cargo de vereador nas eleições municipais de São Paulo em 2016. Foi verificado que as campanhas em redes sociais como Facebook e Twitter produzem efeito positivo e significativo no número de votos obtidos pelos candidatos.

3 | DADOS

Esta pesquisa analisa a relação entre características pessoais, eleitorais e das

redes sociais, especificamente o Facebook, e a quantidade de votos obtida em primeiro turno no pleito de 2018 para o cargo de governador em todos os estados brasileiros e no distrito federal.

Os dados relativos aos candidatos aos governos estaduais e distrito federal e à quantidade de votos recebidos foram obtidos por meio do repositório de dados eleitorais do TSE (TSE, 2018). Foram coletados dados socioeconômicos (idade, gênero, raça, escolaridade, estado civil, ocupação, patrimônio total declarado), filiação partidária, coligação, prestação de contas e resultado das eleições. A amostra englobou todos os 184 candidatos que estavam com situação de candidatura aprovada conforme os dados do TSE.

Para analisar as atividades dos candidatos no Facebook foi utilizada a ferramenta paga SocialInsider®, empregando como filtro de pesquisa o período entre o primeiro dia permitido para campanha eleitoral até o dia anterior ao da votação em primeiro turno, ou seja, o período de 16 de agosto de 2018 até 06 de outubro de 2018.

Para tanto, foram utilizados os perfis do Facebook extraídos a partir dos dados fornecidos pelos candidatos ao TSE, ou mediante pesquisa na própria rede social.

As métricas extraídas do Facebook foram: o número total de seguidores, o número de curtidas, comentários e compartilhamentos (engajamento) e o número de conteúdo publicado (postagens).

Para explicitar mais as diferenças entre os candidatos, a amostra foi dividida em quatro grupos iguais, de acordo com o número de votos obtidos dividido pelo tamanho do eleitorado, cada um com 46 observações.

Assim, o Grupo 1 é composto pelos candidatos menos votados que tem em média 0,2% de aprovação nas urnas. O seguinte engloba os que tem uma média de 2%, chegando ao máximo de 4%. O Grupo 3 tem candidatos cujo percentual de votação, relativo ao tamanho do eleitorado, fica entre 0,04% e 0,15%. Por fim, os mais votados têm uma média de 28% atingindo um máximo de quase 55%. O Gráfico 1 mostra a razão entre os votos obtidos e o tamanho do eleitorado e sua distribuição. Observa-se que até 80% dos candidatos não tem pelo menos 20% de votos.

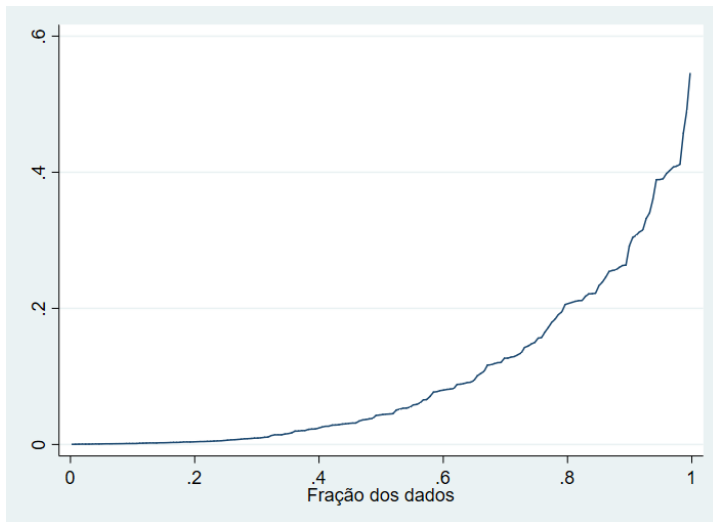


Gráfico 1 – Percentual de votos obtidos

Elaboração Própria.

A Tabela 1 mostra as principais estatísticas descritivas das variáveis empregadas na pesquisa, buscando traçar um perfil para os candidatos de acordo com o grupo em que estes se encontram. Em suma, os quatro grupos são compostos por indivíduos majoritariamente brancos, casados, do sexo masculino e com ensino superior. No grupo menos votado a média de pessoas com tais atributos é ligeiramente menor. Quanto a ser um candidato disputando reeleição, nota-se que apenas os mais votados possuem tal característica. Apenas os menos votados não tinham candidatos do mesmo partido que o presidente que viria a ser eleito no mesmo ano. Os menos votados são os que menos gastam, em média. Esse grupo também é o que apresenta a menor dispersão. O montante total das despesas de campanha declarados à justiça eleitoral superou 440 milhões de reais.

Especificamente sobre as atividades referentes ao Facebook, observa-se uma relação diretamente proporcional entre votos obtidos e número de seguidores, engajamento e postagens, a medida em que se caminha do grupo menos votado para os mais votados, a média de tais variáveis é maior.

<i>Variável</i>	<i>Grupo 1</i>	<i>Grupo 2</i>	<i>Grupo 3</i>	<i>Grupo 4</i>
<i>Razão Votos</i>	0,002 (0,00)	0,021 (0,01)	0,091 (0,03)	0,284 (0,09)
<i>Superior</i>	0,80 (0,40)	0,935 (0,25)	0,913 (0,28)	0,913 (0,25)
<i>Casado</i>	0,58 (0,49)	0,761 (0,43)	0,761 (0,43)	0,826 (0,38)
<i>Branco</i>	0,43 (0,50)	0,739 (0,44)	0,783 (0,41)	0,674 (0,47)
<i>Masculino</i>	0,71 (0,45)	0,848 (0,36)	0,870 (0,34)	0,957 (0,20)
<i>Reelegível</i>	0 (0,00)	0 (0,00)	0,174 (0,38)	0,261 (0,44)
<i>PSL</i>	0 (0,00)	0,0652 (0,25)	0,109 (0,31)	0,0870 (0,28)
<i>Político-2014</i>	0,32 (0,47)	0,348 (0,48)	0,457 (0,50)	0,543 (0,50)
<i>Político-2016</i>	0,43 (0,5)	0,196 (0,40)	0,109 (0,31)	0,0870 (0,28)
<i>Gasto</i>	0,13 (0,56)	0,8 (1253)	3724 (3404)	5272 (3744)
<i>N Candidatos</i>	7,63 (1,69)	7,565 (2,10)	7,500 (1,99)	6,565 (1,64)
<i>Seguidores</i>	3208 (6122)	23914 (32750)	132585 (396871)	188652 (415251)
<i>Engajamento</i>	6242 (18687)	78957 (132484)	111830 (104611)	233140 (203525)
<i>Postagens</i>	84,74 (79,74)	200,8 (132,10)	210,1 (107,2)	237,7 (87,45)

Tabela 1 – Média e Desvio Padrão por Grupos formados com base na Razão de votos dos candidatos.

Fonte: TSE (2018). Elaboração Própria. Nota: A variável Gasto está em milhões de reais. Desvio-Padrão entre parênteses.

Observando o Gráfico 2 fica evidente a assimetria dentro da amostra. Quase 50% dos que pleiteavam o cargo de governador tinham menos de um milhão de seguidores. O engajamento, que reflete o número de interações dos usuários da rede com o perfil do político, é praticamente o mesmo, menos de um milhão, para quase 80% da amostra. Para o número de postagens, porém, essa diferença entre mais votados e menos votado é menor.

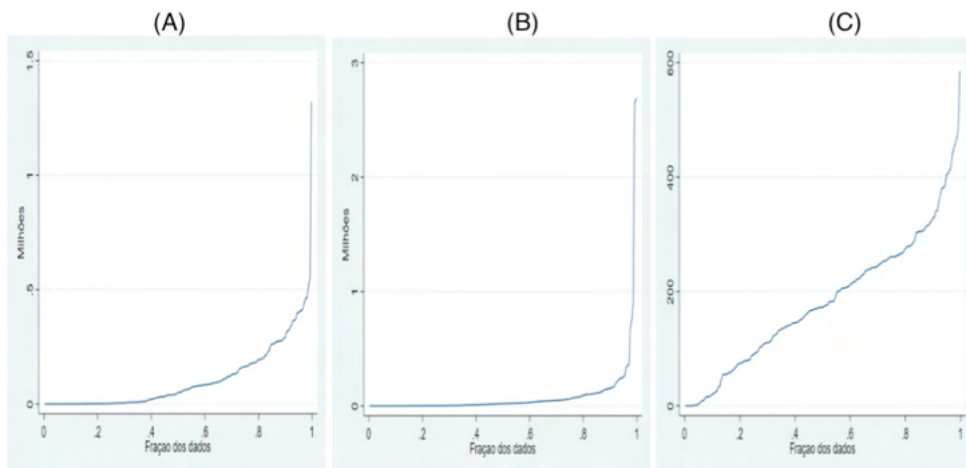


Gráfico 2 – Candidatos e Facebook: Seguidores, Engajamento e Postagens.

Elaboração Própria. Nota: (A): Número de seguidores em milhões; (B): Número de engajamento em milhões; (C): Número de postagens.

4 | MODELO

Visando obter o impacto das redes sociais, de acordo com as métricas obtidas para o Facebook, no número de votos obtidos pelos candidatos aos governos estaduais e distrito federal, foram consideradas variáveis em 4 conjuntos: características pessoais, políticas, particularidades do pleito disputado e métricas de atividades nas redes sociais. É importante, também, levar em consideração o tamanho do eleitorado de cada unidade para que se possa fazer uma comparação mais adequada entre os candidatos. Assim, a variável dependente adotada é a razão entre o total de votos aferido e o número de eleitores. Foi aplicado o operador logarítmico em todas as variáveis contínuas para que os seus respectivos parâmetros estimados sejam interpretados como elasticidades.

A equação abaixo representa tal construção.

$$\text{razaovotos} = (\text{Pessoais})' \alpha + (\text{Políticas})' \lambda + (\text{Pleito})' \gamma + (\text{Facebook})' \pi + \varepsilon$$

As variáveis entre parênteses refletem os grupos conforme descritos no Quadro 1, para as quais α , λ , γ e π são vetores colunas de coeficientes e ε é o erro aleatório.

Variável	Descrição
<i>Razao votos</i>	Relação entre os votos obtidos pela quantidade total de votos válidos para governador no respectivo Estado.
Pessoais	
<i>Superior</i>	<i>Dummy</i> para candidato(a) com grau de escolaridade de nível superior - valor 1 para candidatos com nível superior completo e valor 0 caso contrário (superior incompleto; médio completo; médio incompleto; fundamental completo; fundamental incompleto).
<i>Casado</i>	<i>Dummy</i> para candidato(a) casado(a) e outros estados civis - valor 1 para casado e 0 para os demais (Solteiro (a), Divorciado (a), Separado (a) judicialmente, Viúvo(a)).
<i>Branco</i>	<i>Dummy</i> para candidato(a) de cor branca e outras cores - valor 1 para candidatos de cor branca e valor 0 caso contrário (Amarela, Branca, Indígena, Parda, Preta).
<i>Masculino</i>	<i>Dummy</i> para candidato(a) do sexo masculino - valor 1 para candidatos do sexo masculino e zero para sexo feminino.
Políticas	
<i>Reelegível</i>	<i>Dummy</i> para candidato(a) à reeleição - valor 1 caso seja candidato à reeleição e valor 0 caso contrário.
<i>PSL</i>	<i>Dummy</i> para candidato(a) do mesmo partido do candidato à presidência Bolsonaro ou outros partidos - valor 1 para candidatos do PSL e valor 0 caso outros partidos.
<i>Politico_14</i>	<i>Dummy</i> para candidato(a) que tenha disputado nas eleições de 2014 - valor 1 para candidatos que disputaram a campanha de 2014 e valor 0 caso não tenha disputado. Note que um candidato reelegível foi político em 2014, mas o contrário não acontece.
<i>Politico_16</i>	<i>Dummy</i> para candidato(a) que tenha disputado nas eleições de 2016 - valor 1 para candidatos que disputaram a campanha de 2016 e valor 0 caso não tenha disputado.
Pleito	
<i>Gasto</i>	Volume total de recursos gastos com a campanha eleitoral declarados pelo candidato(a).
<i>N Candidato</i>	Quantidade de candidatos disputando a eleição.
Facebook	
<i>Seguidores</i>	Número de perfis no Facebook que seguem o perfil do candidato(a).
<i>Engajamento</i>	Número que representa o engajamento total do perfil do candidato(a), o que inclui todas as interações do perfil (reações, comentários e compartilhamento).
<i>Posts</i>	Número de publicação de conteúdo no perfil.

Quadro 1 – Denominação e descrição das variáveis do estudo.

Elaboração Própria.

Utilizou-se do arcabouço de Regressões Quantílicas (RQ) para estimar os efeitos de cada variável. A escolha pauta-se na característica do sistema majoritário de eleição no qual o resultado em primeiro turno pode ser obtido em diferentes partes da distribuição de votos, quer seja com vitória em primeiro turno (2º e 3º quartis), ou na possibilidade de disputa em segundo turno, no qual os candidatos obtêm uma quantidade de votos inferior à maioria absoluta de votos (1º quartil). Além disso, a descrição dos dados mostrou um

perfil bem diferente entre candidatos mais e menos votados. Usar um coeficiente que de o efeito das variáveis apenas na média diminui o poder de explicação dos resultados. Foram usados erros padrões robustos.

De forma complementar, incluiu-se a estimação do modelo pelo método usual dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Como poderá ser visto, o efeito de cada variável ao longo da distribuição da razão de votos é bem diferente do seu efeito na média, relatado pelo MQO. O anexo A traz isso graficamente.

5 I RESULTADOS

A tabela 2, apresenta os parâmetros estimados para os respectivos quartis. As análises feitas consideram o nível de significância de 10%. Os resultados do modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) estão presentes apenas para enfatizar o ganho na escolha do método.

Variáveis	MQO	Q1	Q2	Q3
<i>Superior</i>	0,283 (1,00)	0,660*** (2,83)	-0,163 (-0,34)	-0,0931 (-0,29)
<i>Casado</i>	0,109 (0,55)	-0,126 (-0,50)	-0,0141 (-0,09)	0,170 (1,23)
<i>Branco</i>	-0,106 (-0,64)	-0,0559 (-0,36)	-0,273 (-1,33)	-0,246* (-1,95)
<i>Masculino</i>	0,0691 (0,31)	0,492 (1,65)	0,321* (1,69)	0,251 (1,45)
<i>Reelegível</i>	0,451** (2,41)	0,334* (1,69)	0,476** (2,49)	0,121 (0,76)
<i>PSL</i>	0,992*** (4,83)	1,208*** (4,15)	0,960*** (6,19)	0,857** (2,33)
<i>Político_14</i>	-0,153 (-1,03)	0,0347 (0,20)	-0,227* (-1,80)	-0,245** (-2,10)
<i>Político_16</i>	-0,390* (-1,75)	-0,807** (-2,50)	-0,664** (-2,15)	-0,302*** (-2,62)
<i>Gasto</i>	0,345*** (6,38)	0,459*** (7,68)	0,356*** (5,45)	0,347*** (8,34)
<i>NCandidatos</i>	-1,430*** (-5,06)	-1,640*** (-4,69)	-1,146*** (-3,50)	-0,899*** (-4,24)
<i>Seguidores</i>	0,307*** (4,12)	0,196** (2,36)	0,287*** (3,26)	0,339*** (5,32)
<i>Engajamento</i>	0,001 (0,66)	0,001 (1,34)	0,001 (0,28)	-0,001 (-1,59)

<i>Posts</i>	-0,098 (-1,09)	-0,224** (-1,98)	-0,076 (-0,67)	-0,029 (-0,29)
--------------	-------------------	---------------------	-------------------	-------------------

Notas: Estatística t entre parênteses. *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$. Q1= primeiro quartil; Q2= segundo quartil; Q3=terceiro quartil.

Tabela 2 - Resultado da Estimação da Equação (1)

Apenas a variável *Casado* não apresentou influencia na votação recebida. Ter ensino superior mostrou-se importante apenas no primeiro quartil. Candidatos do sexo masculino no segundo quartil obtiveram maior número de votos. Por sua vez, o coeficiente estimado para a variável *Branco* foi negativo e significativo no terceiro quartil. Assim, dentre os mais votados, não ser branco possibilitou uma vantagem na votação. De fato, essa característica é um diferencial pois a maioria dos candidatos é da cor branco em todos os quartis.

De acordo com os parâmetros estimados, os candidatos que estavam concorrendo reeleição obtiveram maior razão de votos, exceto no último quartil. Pertencer ao PSL foi o fator mais impactante dentre todos os analisados e para todos os quartis. O efeito Bolsonaro alavancou a votação de seus companheiros de partido.

Quando se analisam os parâmetros das variáveis *Político_14* e *Político_16* observa-se que candidatos já conhecidos pelos eleitores tiveram desvantagem no pleito em questão. Isso pode ter ocorrido por que a assimetria de informação do eleitor quanto a estes políticos específicos é menor ou ainda indicar um desejo de renovação da classe política.

Os gastos de campanha são conhecidos na literatura como grandes influenciadores no resultado das eleições, conseqüentemente no número de votos obtidos (ARRAES, AMORIM NETO, SIMONASSI, 2017; CASTRO, VIANA, 2018).

De forma similar, nesta pesquisa encontrou-se impacto positivo dos gastos sobre votação, com destaque para o primeiro quartil, onde o aumento de 1% nos gastos de campanha implica em aumento de quase 0,5% na razão de votos.

Já para o número de candidatos disputando a eleição verificou-se que uma maior competição implica em menor número de votos. Também fica evidente que os candidatos menos votados (primeiro quartil) são justamente os mais afetados.

Quantos às métricas referentes à utilização da rede social Facebook, variáveis *Seguidores*, *Engajamento* e *Postagens*, apenas os coeficientes da variável *Seguidores*, é estatisticamente significativo para todos os quartis, com o da variável *Postagens* sendo significativo e negativo para os menos votados.

Ter mais seguidores tem uma maior expressividade perante os mais votados. Se o número de seguidores crescer 1%, o número de votos obtidos aumenta em cerca de 0,28%, para o segundo quartil (mediana), ou seja, a cada 1.000 seguidores são obtidos 260 votos, tudo mais constante.

Já quando se está dentre os 25% mais votados (terceiro quartil), a elasticidade é maior. Um aumento da mesma magnitude sobre o número de seguidores (1%) provoca

crescimento de 0,34% no número de votos obtidos, ou seja, a cada 1.000 seguidores temos 310 votos obtidos.

Assim, o que de fato mostra-se capaz de influenciar na quantidade de votos obtidos, é o número de seguidores do perfil do candidato. Embora o número de postagens apresente um parâmetro significativo e negativo, por ser apenas no primeiro quartil pode-se dizer que a chance de afetar o resultado da eleição é muito pequena.

Uma possível explicação para isto é que o conteúdo gerado pelos candidatos no Facebook pouco afeta o comportamento dos eleitores. Estes, por sua vez, já revelam sua escolha quando viram seguidores, uma espécie de “eleitor ideológico” que já acompanhava o perfil do candidato, ou seja, não aderiu ao perfil do candidato na rede apenas pelo conteúdo que foi disponibilizado ou pelo engajamento do perfil.

Larsson et al (2012), já havia estudado este fenômeno. Em seu estudo realizado com dados de campanha da rede social Twitter nas eleições da Suécia em 2010, por meio de análise discursiva e descritiva, foi constatado que a maioria de perfis com muitos seguidores já era conhecidos pelo público e já estavam estabelecidos na mídia. Entretanto, afirmaram que mesmo candidatos desconhecidos teriam a oportunidade de integração e impacto na discussão política por meio da utilização da rede social.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A única medida que se demonstrou significativa, em todos os quantis, foi relativa à quantidade de seguidores. Assim, quanto mais seguidores maior a quantidade de votos obtidos. Isso demonstra a importância das redes sociais no processo democrático pela sua rápida capacidade de alcance e divulgação de informações. Além do que, em tempos de restrição orçamentária para a realização de campanhas eleitorais, bem como com o fim do financiamento privado, a utilização da Internet e das redes sociais para a difusão de propostas e contato com o eleitorado torna-se uma alternativa extremamente importante.

Destaca-se também o coeficiente negativo e significativo para o número de postagens, dentre os candidatos menos votados. Isso pode denotar que tais políticos compartilham conteúdo que desagrada o eleitorado. Já o engajamento considera todos os tipos de comentários e reações, sejam estas negativas ou positivas, o que pode ter impactado na falta de significância estatística.

Quanto as demais explicativas, o maior impacto foi quanto a variável relativa a pertencer ao mesmo partido que o presidente Jair Bolsonaro, do PSL. Neste pleito específico, vários candidatos, inclusive de outros partidos, que associaram sua imagem à do então postulante à presidência tiveram êxito. Algo que ficou conhecido como efeito Bolsonaro.

O gasto de campanha, ou seja, as despesas eleitorais declaradas à justiça eleitoral, continuam demonstrando sua importância sobre o resultado nas urnas. Porém, chama

atenção o efeito negativo das variáveis ter disputado as eleições em 2014 e ter disputado as eleições em 2016, o que pode ser entendido como um desejo de renovação da classe política. No entanto, para os candidatos que estavam disputando a reeleição o impacto sobre a votação foi positivo. Ressalta-se que tais candidatos podem “usar a máquina pública” eleitoralmente a seu favor.

Por fim, dentre as características pessoais, enfatiza-se o efeito negativo da variável *Branco* dentre os mais votados. Assim, candidatos não brancos tiveram maior aceitação nas urnas, algo que contribui para as questões de representatividade.

Para os próximos trabalhos relativos ao tema espera-se uma melhoria das métricas que podem ser extraídas das redes sociais tanto em nível de precisão quanto ao de diversidade de informações. Por exemplo, a variação de seguidores durante a campanha era uma variável que poderia acrescentar muito aos resultados desta pesquisa, mas em virtude de inconsistências nas medições não foi utilizada. O engajamento também é uma métrica que pode ser melhorada de forma a separar fatores positivos ao perfil de fatores negativos, levando em consideração reação e comentários positivos ou negativos.

REFERÊNCIAS

ARRAES, Ronaldo; AMORIM NETO, Octavio; SIMONASSI, Andrei. **Despesas de Campanha e Sucesso Eleitoral nos Pleitos Legislativos Brasileiros**. Dados [online]. 2017, vol.60, n.4, pp.1059-1093. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582017142>. Acesso em: 21/05/2019.

BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, Maria Alejandra; BECHER, André Roberto. **Clientelismo, internet e voto: personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil**. *Opinião Pública*, v. 19, n. 1, p. 168-197, 2013.

BRASIL. **Resolução nº 23.551, de 18 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral nas eleições. **DJE-TSE**, Brasília, DF, 19 de dezembro de 2017, p. 98-124. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/tse/res/2017/RES235512017.html>. Acesso em: 22 de abril 2019.

CASTRO, P. A. B, VIANA F. M. **Despesas de campanha e retorno eleitoral dos candidatos a prefeito: Estratégias tradicionais e uso de TICS nas eleições municipais de 2016**. 42º Encontro Annual da Anpocs, 2018. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/spg-5/spg06-4/11443-despesas-decampanha-e-retorno-eleitoral-dos-candidatos-a-prefeito-estrategias-tradicionais-e-uso-de-ticsnas-eleicoes-municipais-de-2016/file>. Acesso em: 23 de abril 2019.

ESPERIDIAO, M. C.; RENO, D. P. **Tecnologia, Internet e eleições americanas: Obama no front do ciberespaço**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1378-2.pdf>. Acesso em: 22 de maio 2019.

GOMES, W.; FERNANDES, B.; REIS, L.; SILVA, T. **Politics 2.0: a campanha on-line de BarackObama em 2008**. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 34, 2009.

HOLTZ-BACHA, C; et al. **Advertising for Europe TV Ads During the 2009 European Election Campaign in Four Countries**. *Nordicom Review*, v. 33, n.2, 2012, p.77-99. 2012.

MASSUCHIN, M. G.; TAVARES, C. Q. **Campanha eleitoral nas redes sociais: estratégias empregadas pelos candidatos à Presidência em 2014 no Facebook**. *Revista Compolítica*. 5, 2, 75-112, July 2015.

OLIVEIRA, L. A.; COIMBRA, M. R. **Internet e eleições: as estratégias dos candidatos à Presidência em 2014 em suas fanpages**. *Verso e Reverso*. 30, 75, 173-185, Sept. 2016.

REIS, P. C. G. **Gastos em campanhas políticas e popularidade nas redes sociais: Um estudo sobre os resultados das eleições para vereadores no município de São Paulo em 2016**. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8733>. Acesso em: maio de 2019.

ROSSINI, P. et. al. **O uso do Facebook nas eleições presidenciais brasileiras de 2014: A influência das pesquisas de opinião nas campanhas on-line**. 39º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 2015. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt22/9644-o-uso-do-facebook-nas-eleicoes-presidenciais-brasileiras-de-2014-a-influencia-das-pesquisas-de-opinio-nas-campanhas-on-line/file>. Acesso em: 22 de maio de 2019.

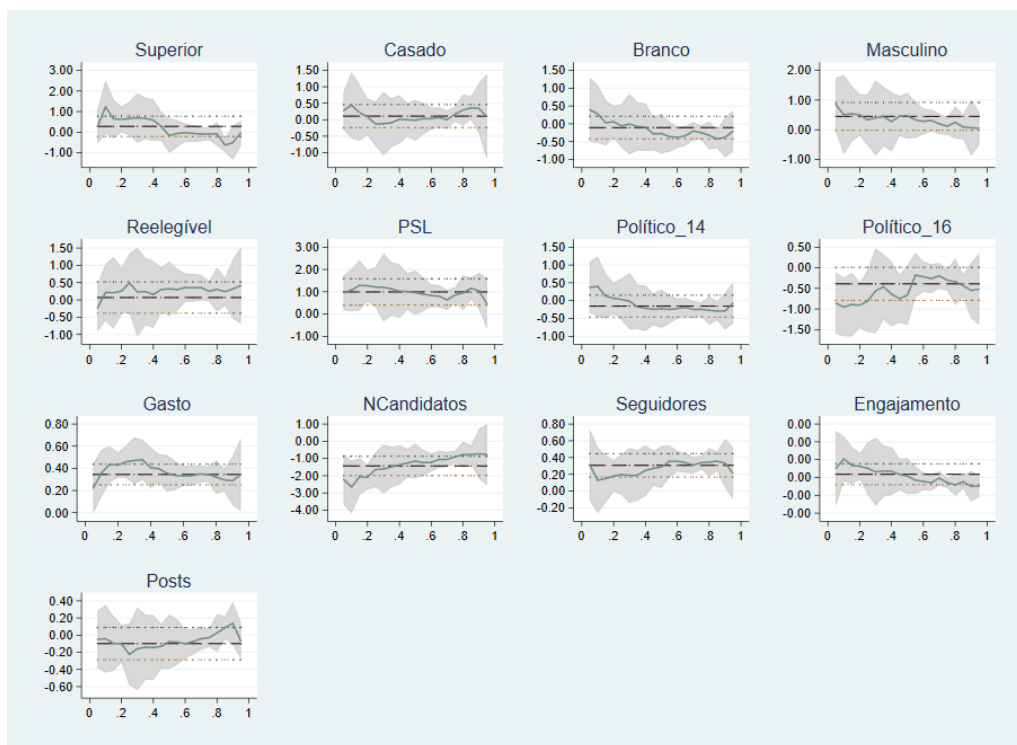
SPECK, Bruno Wilhelm; CERVI, Emerson Urizzi. **Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012**. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 59, n. 1, p. 53-90, 2016.

SPIERINGS, Niels; JACOBS, Kristof. **Getting personal? The impact of social media on preferential voting**. *Political Behavior*, v. 36, n. 1, p. 215-234, 2014.

STROMER-GALLEY, J. **“Online Interaction and Why Candidates Avoid It”**. *Journal of Communication*, 50(4): 111-132, 2000.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Repositório de Dados Eleitorais**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>. Acesso em: novembro de 2018.

ANEXO A – GRÁFICO DOS RESULTADOS DA REGRESSÃO QUANTILICA



SMART CONTRACTS: O REINVENTAR DO DIREITO CONTRATUAL NA ERA TECNOLÓGICA

Data de aceite: 10/01/2022

Mateus Catalani Pirani

Universidade Católica de Santos

Emily Romera Fagundes

Universidade Católica de Santos

Julia Gothard Ribeiro da Silva

Universidade Católica de Santos

RESUMO: O artigo busca elaborar e traçar um panorama histórico e jurídico acerca dos novos meios de se estabelecer condições de acordos, em meio ao advento da Internet e o a globalização, buscam promover maiores e eficientes causas no mundo contemporâneo. Com pequena explanação sobre contratos, incluindo a metodologia social, abordamos a criação da Rede Mundial de Computadores, bem como suas influências. Mister se fez relatar da criação e utilização dos *Smart Contracts*, bem como sua pontualidade em quesitos chaves de segurança e legislativas, pois sua veracidade como documento é construída e moldada a cada dia, sendo um novo instrumento para a formalização de acordos. Ademais, conclui-se com os ideias que o permeiam para a sua difusão pelo mundo, afetando diretamente áreas sensíveis de todos os países que assim habituarem-se a sua utilização.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Civil; Direito Empresarial; Contratos; Internet; *Smart Contracts*; Globalização.

SMART CONTRACTS: THE REINVENTION OF CONTRACT LAW IN THE TECHNOLOGICAL AGE

ABSTRACT: This paper seeks to elaborate and trace a historical and legal panorama about the new means of establishing agreement conditions, amid the advent of the internet and globalization, seeking to promote greater and efficient causes in the contemporary world. With a short explanation about contracts, including the social methodology, we approach the creation of the World Wide Web, as well as its influences. It is necessary to report on the development and use of Smart Contracts, as well as its punctuality in key security and legislative issues, since its veracity as a document is built and shaped every day, being a new instrument for the formalization of agreements. Furthermore, it concludes with the ideas that permeate it for its diffusion around the world, directly affecting sensitive areas of all countries that get used to its use.

KEYWORDS: Civil Law; Business Law; Internet; Smart Contracts; Globalization.

1 | INTRODUÇÃO

A desmaterialização do mundo possibilita, a tudo o que é físico, espaço para modernizar-se que habituar-se ao novo meio digital. Assim como os anos 90 trouxeram as mais diversificadas inovações, aprofundadas, ou até mesmo reinventadas, já no início dos anos 2000, e caminhamos rumo ao futuro em que creditamos validade a carteiras e documentos

digitais.

O que antes já era se considerado moderno, passasse a ser obsoleto mediante as inovações alcançadas com a globalização e seu impacto social difundido pela Rede Mundial de computadores. Para que se alcance melhor interpretação acerca do fenômeno social por trás da Internet, construiu-se brevemente um panorama histórico quanto a Internet.

Ademais disso, adentramos na formação histórica acerca dos Contratos, tidos como compromissos formalizados, ou até mesmo obrigações sociais, que, bem como tudo que é contemporâneo, tende a se desmaterializar-se e tornar-se mais inteligível. E assim surgem os *Smart Contracts*.

Não imaginávamos que seria possível tornar um ato pactual tão mais simples, rápido e inteligente quanto ao modelo que se estrutura hoje. A realidade tem um dito compasso e neste meio adapta-se: a “eficiência”.

Para assegurar e asseverar a segurança, trabalhamos o conceito de *Blockchain*, que tem sido visto por muitos especialistas como a grande invenção do século XXI, tamanha a sua capacidade de revolucionar não só a cultura mas os modos de relacionamentos interpessoais.

Através da pesquisa histórica, exploratória, descritiva e explicativa, analisando obras que se fundem ao pensamento digital e colaborativos, para enfim, elaborar os *Smart Contracts* uma forma considerável de consolidação de vontades e deveres para com o mundo.

Dados os avanços perante as necessidades de eficiência, inovação, segurança jurídica e, desde 2020, normas sanitárias de distanciamento social, o tema perfaz pertinente em modo de inspirar pessoas e empresas a modernizarem-se no contexto atual.

Por fim, salientamos que tal pesquisa deverá sofrer avanços ao longos dos anos, pois novas formas de contratar, comprar, estipular, vender, trabalhar, comunicar e estudar ainda serão reinventadas perante o advento da globalização.

2 | DA CRIAÇÃO DO CONTRATO AO SMART CONTRACT

O contexto histórico é um dos pilares do entendimento do que se passa e do que é criado, por este motivo é importante compreender como se deu o surgimento de criações. Neste caso, para que se entenda o uso e a importância do *Smart Contracts* é imprescindível que se faça uma retrospectiva histórica acerca do uso de contrato, principalmente da ação de firmá-lo e da sua importância histórica.

Entre os séculos V e XV, um dos fenômenos sociais mais marcantes foi a solução encontrada por Carlos Martel para manter a paz em seu reino. A fim de evitar sua destruição, valendo-se da experiência romana com a chegada dos povos bárbaros no findado Império Romano, tomou para si a decisão de dividir as terras em condados para seus nobres de confiança, conhecidos como Vassalos, que seriam obrigados a manter uma relação de

soberania perante a ele, seu Suserano. A esta relação deu-se o nome de Vassalagem e seria o início do sistema de terras e propriedades que seria adaptado para a denominação “feudo”.

O Feudalismo atuou prosperamente durante a Idade Média e, como o surgimento das grandes feiras e cidades, logo se transformaria nas origens do capitalismo. Comum nesta época, as trocas comerciais, bem como as negociais por estadia nas terras do Sr. Feudal seriam regidas por trocas de comum acordo, dentre elas destaca-se a Talha, Mão Morta, Corveia, Banalidade etc.

Bem como havia os acordos entre servos e senhores, as classes sociais oriundas deste período, sendo eles mercadores e comerciantes, também haveriam de pagar suas taxas, a fim de garantir a manutenção do Feudo.

Ainda no século XVIII, o escritor suíço Rousseau teceria sua tese no que diz respeito a estas relações no viés político, a qual denominou “Do Contrato Social”, onde estabeleceu que os direitos naturais do homem só poderiam ser preservados, bem como promover a equidade, prevalecendo a vontade coletiva, seria através de um “contrato social”, buscando, inclusive, concordância do Estado, transformando a sociedade em algo civilizado (ALVES, 2017).

Apesar do significado do conceito “contrato” parecer óbvio, ele não aparece nos códigos de forma explícita, isso porque o código brasileiro segue uma linha de raciocínio latina que considera arriscado conceituar certas ideias. Entretanto, alguns doutrinadores conceituaram e deram o significado próprio, por exemplo, Clóvis Bevilacqua diz que o contrato é “um acordo de vontades para o fim de adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos” (CAPELOTTI, 2009). O contrato gera uma relação jurídica que surte efeito jurídico, por isso ele possui o potencial de modificar e extinguir direitos. Desta forma, pode-se concluir que nem todo acordo é um contrato, mas todo contrato é um acordo.

Há de se refletir sobre a importância social do contrato em todas as esferas da vida e da historicidade, entretanto, é importante também fazer o mesmo com a evolução dos conceitos, normas e significados a partir da leitura de documentos essenciais para a ordem, como é o caso do Código Civil. O Código Civil brasileiro passou por um processo evolutivo desde a sua criação em 1916 e sua reformulação no ano de 2002. O Código Civil de 1916 é considerado antiquado se aplicado atualmente, por este motivo a sua reforma aconteceu em 2002, e, respectivamente, fez os artigos 421 e 421-A mudarem também (COSTA, 2011). Deve-se fazer menção da importância desses dois artigos quando se trata de segurança contratual.

Além disso, a Lei de Liberdade Econômica (Lei nº. 13.874/2019) foi criada com o intuito de diminuir a burocratização existente na relação da economia com o mercado de trabalho, o objetivo é oferecer maior segurança jurídica ao mercado e criar empregos (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019). Sua criação contribuiu com o processo de criar uma empresa de forma mais prática, incentivando assim o livre comércio e a geração de

adventos econômicos e contratuais. Por último, é importante ressaltar um dos pontos mais importantes presente nesta lei, mencionada pelo site Politize:

Livre estipulação de contratos empresariais: Passa a ser direito de empresas pactuarem livremente o modo como regularão as suas relações, de forma que a legislação empresarial seja aplicada apenas subsidiariamente (POLITIZE, 2020).

Em outras palavras, as empresas possuem autonomia para regular suas próprias relações, vindo em segundo plano a aplicação legal propriamente dita (GUERRA, 2006).

Visto isso, apesar de não haver uma evolução no que tange a conceituação de contrato, a prática de se fazer contratos sofreu modificações com o passar do tempo e das inovações tecnológicas que ocorreu. Ao adentrarmos na seara digital, não podemos nos frutar de especificar a ascensão da Internet (KRÜGER; RODRIGUES, 2019).

2.1 Internet: um fenômeno social

Conforme o doutrinador Marcelo Xavier, este denota acerca do marco na transição entre espécies, o surgimento, desenvolvimento e aprimoramento de máquinas, dispondo que:

[...] alguns antropólogos estabelecem como marco na transição entre os seres mais primitivos dos quais eventualmente descendemos, os hominídeos, para o Homo sapiens, o desenvolvimento de máquinas, as quais denominamos hoje máquinas simples. A primeira máquina de que se tem notícia foi algo análogo ao que chamamos hoje machadinho. As máquinas simples ou compostas obtidas a partir da cunha recebem o nome de instrumentos hacheulianos (CRESPO, 2011).

Concomitante a este panorama que era traçado de crescentes desenvolvimentos tecnológicos que eram, por sua vez, apresentados à sociedade, trazendo tanto benefícios e descobertas científicas, como males iniciais à sociedade, surge a Internet, por volta da década de 1960, remontando, seu surgimento à época da Guerra Fria (1947-1991), quando as duas maiores potências mundiais, Estados Unidos e União Soviética, encontravam-se divididas em blocos capitalista e socialista, respectivamente, tendo como finalidade primordial a luta por poder e hegemonia globais (DIANA, 2020).

Assim, nesta perspectiva, e com a finalidade precípua de facilitar a troca de informações, em razão do temor mundial que envolvia os ataques soviéticos, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, denominado como ARPA¹ – Advanced Research Projects Agency, decidiu criar um sistema que possibilitasse o compartilhamento de informações entre pessoas geograficamente distantes, visando o fim de facilitar na transmissão de estratégias de guerra. Um dos objetivos da ARPA foi desenvolver projetos em conjunto, independentemente da localização física, sem correr o risco de perder dados e informações

1 AARPA foi formada em 1958 com a missão de mobilizar recursos de pesquisa, particularmente do mundo universitário, com o objetivo de alcançar superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética na esteira do lançamento do primeiro Sputnik em 1957.

em caso de bombardeios (ALVES, 2009).

A rede mundial de computadores pretendia criar uma rede de comunicação composta de diversas sub-redes, de maneira descentralizada, permitindo a compatibilidade entre o grupo através da adoção de um mesmo protocolo de transmissão de dados (ALVES, 2009).

No início da década de 1960, essa rede passou a administrada pelo órgão conhecido como ARPANET², que assim permaneceu por 30 anos.

Somente em 1990, é que ocorreu o efetivo funcionamento da Web, com o Protocolo de Transferência de Hipertexto (HTTP), a Linguagem de Marcação de Hipertextos (HTML), o primeiro navegador (browser), comumente denominado como World Wide Web.

Num primeiro momento, ligada às linhas telefônicas, através de modems e, por tal razão, com altíssimo custo, atualmente, com os acessos por rede wi-fi e banda larga, o acesso à Internet tornou-se barato e rápido.

Por essa razão, primitivamente, era possível conceituar Internet como “um meio de comunicação que permite o diálogo de muitos com muitos, num momento escolhido, em escala global³” (CASTELLS, 2015, p. 110).

No Brasil, contudo, o uso massificado dos computadores deu-se a partir de 1990, com os PCs, em que a classe média passou a ter acesso efetivamente aos computadores. Contudo, os computadores em si, sem acesso à internet, não passavam de grandes máquinas de escrever e calculadoras modernas, com monitor, mouse, jogos, mas sem grandes outras aplicações⁴ (MURARO, 2009).

Depois disso, o uso pela comunidade acadêmica, inicialmente, e, mais tarde, pelo público em geral através da popularização dos provedores de acesso, bem como a configuração de uma interface gráfica simplificada, de fácil manuseio por leigos, tornaram a Rede o meio de comunicação que atualmente usam centenas de milhões de pessoas no mundo inteiro.

2.2 Do advento da Internet a incorporação de Contratos

O advento da Internet proporcionou um leque de descobertas e criações infinitas, além disso, ela se tornou um aspecto extremamente importante na vida de todos, seja na vida pessoal ou profissional. A internet foi responsável por ser uma ferramenta utilizada

2 A ARPANET não passava de um pequeno programa que surgiu de um dos departamentos da ARPA, o *Information Processing Techniques Office* - IPTO, fundado em 1962 com base numa unidade preexistente. O objetivo desse departamento era estimular a pesquisa em computação interativa.

3 Em 1991, havia cerca de 16 milhões de assinaturas de telefones sem fio no mundo. Em julho de 2008, as assinaturas tinham ultrapassado 3,4 bilhões, ou aproximadamente 52% da população mundial. Usando um fator multiplicador conservador (os bebês – por enquanto – não usam celulares e, nos países pobres, as famílias e as aldeias compartilham uma assinatura), podemos com segurança estimar que mais de 60% das pessoas neste planeta tinham acesso à comunicação sem fio em 2008, mesmo que isso fosse extremamente restringido pela renda.”

4 Cronograma da história da internet no Brasil: em 1989 o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) criou a Alternex, um serviço de conferências eletrônicas. Em 1991 é criada a conexão entre Rio de Janeiro e São Paulo, através da Fapesp, que passou a trafegar TCP/IP e ficou responsável pelos domínios “.br” e pelos IPs no Brasil. Em 1993 é implantada a conexão Rio de Janeiro – São Paulo – Brasília. Em 1995 a Embratel lança o serviço definitivo de acesso comercial à internet.

na criação dos *smart contracts* ou “contratos inteligentes”, facilitando inúmeras situações.

Primeiramente, uma das características mais chamativas do *smart contracts* é que eles são auto-executáveis, ou seja, eles realizam sua função de forma contínua sem precisar de ajustes manuais. O objetivo do *smart contracts* é gerar uma maior segurança e fluidez para o negócio, o conteúdo do contrato não pode ser perdido ou adulterado, além disso, as obrigações serão cumpridas de forma automática. A revolução dos *smart contracts* se dá também pela prática de utilizar um programa assim, a necessidade de precisar de uma instituição intermediária para realizar um contrato não é mais uma pauta. Para garantir toda essa segurança e por ser uma tecnologia de ponta, ela é revestida de ferramentas e uma delas se chama “*blockchain*”.

O *blockchain* é uma tecnologia criada com o intuito de registrar transações e rastreá-las de modo que não se pode alterar nenhum registro e impossibilitando a fraude de qualquer informação. Se houver um possível ataque a alguma rede para modificar informações, o programa ou a pessoa que tentar terá de fazer um levantamento anterior de todas as outras informações, tornando assim impossível a realização de tal ato ilícito. O *blockchain* constitui-se por uma cadeia de dados que guarda informações e dados, que quando coletados, geralmente são sensíveis, ou seja, dados de pessoas e de instituições importantes que por se tratar de um material que necessita de cuidado e discricção, a estrutura do *blockchain* se encaixa perfeitamente nessas necessidades. Por se tratar de uma “cadeia” de informações, é totalmente descentralizado, portanto qualquer informação colocada nessa plataforma não terá manejo específico algum.

É imprescindível ressaltar o motivo pelo qual os *smart contracts* são extremamente bem-vistos: a segurança jurídica. A segurança está presente em todos os âmbitos da vida das pessoas, desde a segurança pessoal, segurança no trânsito e segurança monetária, não é diferente quando o assunto envolve a questão jurídica e contratos, as empresas, comércios e pessoas naturais buscam uma maior segurança jurídica para que não sejam ludibriadas, ainda mais quando o assunto envolve contrato. Desta forma, quando se trata da atualidade, se deve considerar o avanço da internet e dos problemas que conseqüentemente ela pode gerar, daí surge a necessidade das empresas de possuírem alguma segurança jurídica em entorno de seus negócios. Além do mais, a segurança diz respeito dos clientes e da empresa responsável, portanto, o implemento dos *smart contracts* para criar relações negociais seguras é de suma importância. Por se tratar de um sistema com uma estrutura segura e praticamente impermeável à luz das ilegalidades e fraudes, os *smart contracts* garantem uma proteção como dificilmente outro sistema garantiria; um exemplo desta afirmação é o trecho de uma matéria do site jurídico Jota:

As vantagens oferecidas pelo *smart contracts* vão além do jurídico e trazem benefícios aos contratantes. No ambiente de seguros, facilitaria as empresas a cobrarem a apólice de acordo com o perfil do segurado, acessando mais rapidamente seu histórico de sinistros, passando até mesmo pela celeridade no pagamento da indenização após ter todas as informações de um acidente

Portanto, fica claro que as chances de haver um erro jurídico são mínimas, visto que, pela sua auto execução e boa administração por parte dos responsáveis, o *smart contract* pode desempenhar excelente função de otimizador de tempo e de oferecer segurança máxima aos dados de empresas e clientes. Um dos pontos interessantes citados pela matéria mencionada anteriormente, é a atenção dada às cláusulas contratuais, os *smart contracts* as fazem e planejam de forma excepcional, desta forma, é uma das grandes vantagens do contrato inteligente; essa vantagem é afirmada no livro “Legal Tech, Smart Contracts and Blockchain”, especificamente neste trecho:

Reap Benefits with Self -executing Clauses and Other Advantages: With a catalogued collection of clauses, assessed for quality or triaged by mechanism, and a clear framework to assess the quality of a contract made up of known clauses and unknown clauses, the Digital Contract Optimization process is ready to feed into its final state: self-executing contract clauses. The mechanisms capable of being reflected in smarter contract clauses can be identified and listed in a Unified Contract Language and the most appropriate smarter contract clauses. CORRALES; FENWICK; HAAPIO, 2019. p. 34).

Finalizando, compreende-se que o funcionamento do *smart contracts* é tão seguro por ser construído pela ferramenta *blockchain* que até mesmo em outras situações ela pode ser usada a favor da justiça, a elucida bem nesta escrita:

A Lei 12.965/2014, que estipulou o Marco Civil da Internet, traz em seu artigo 4º incisos III e IV, a obrigatoriedade do Estado em promover a inovação e fomento à ampla difusão de novas tecnologias. Conforme esses incisos: III - da inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; e IV - da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados. Com base nessas normas, é possível avaliar a rede blockchain, seus possíveis usos e sua validade no ordenamento jurídico. Como o blockchain é um livro público, descentralizado, imutável e integralmente auditável, pode-se considerar que as provas nele produzidas são consideradas válidas juridicamente e acolhidas por segurança jurídica (MUNARETTO, 2019, p. 34).

3 I DO BENEFÍCIOS DE UTILIZAÇÃO DE *SMART CONTRACTS*

Segundo Bruna Puga, ao menos oito áreas seriam beneficiadas pelo uso dos *smarts contracts*: serviços financeiros, varejo on-line, propriedade intelectual, logística, financiamento, mercado imobiliário, seguro e judiciário, sendo esse último mais genérico (PUGA, 2020). Quanto a primeira área, exemplos como desativação de produtos pelo não pagamento da prestação acordada, leilões que podem verificar a melhor proposta automaticamente e até reembolso dos participantes do leilão. Quanto ao varejo on-line, ela destaca a possibilidade de liberar o valor do produto adquirido apenas com o recebimento do produto pelo comprador.

Na área de propriedade intelectual, se houvesse violação da utilização de vídeos, por exemplo, o contrato seria ativado. Na quarta área, um exemplo de utilização real foi explanado, a Walmart utiliza a tecnologia para pesquisar alguns alimentos na própria cadeia de produção. Em financiamento, um veículo financiado pode ter suas parcelas atrasadas, os *smarts contracts* permitiriam o bloqueio do bem até a regularização. Na sexta área, Puga cita a possibilidade de, em caso de atraso, haver a execução automática. Quanto ao seguro, outro exemplo real é citado, a companhia de seguros AXA, em caso de atraso ou cancelamento de voo, reembolsa o consumidor. Por fim, quanto do judiciário, a autora comenta sobre a possibilidade de executar sentenças automaticamente, bem como acordos (PUGA, 2020).

Alan Moreira, na dissertação de mestrado, explanou a respeito de sua pesquisa, em forma de entrevista, realizada com empresários e profissionais de tecnologia sobre a implementação de *smarts contracts* no Brasil (LOPES, 2020).

Cabe apenas expor a visão dos empresários, totalizando cinco entrevistados, sobre tal possibilidade, uma vez o foco do artigo são as empresas. Quando perguntado sobre os benefícios da utilização dos *smarts contracts*, características como agilidade, automatização, segurança, disponibilidade, simplicidade das transações e confiabilidade foram citadas, sendo a primeira a mais recorrente.

Quanto às barreiras, a falta de confiança e política foram alvo de exposição. Segundo os entrevistados, o panorama geral jurídico não está preparado para tal tecnologia. De forma curiosa, os empresários que participaram da pesquisa divergem sobre as áreas e empresas que poderiam utilizar os contratos inteligentes, apenas dois apontaram a possibilidade de todas utilizarem, um apontou para *marktplaces* e plataformas digitais, outro para empresas de serviços e o último para finanças e *fintechs*.

O resultado da referida pesquisa é de que falta compreensão sobre a tecnologia e a sua aplicação prática. O conceito foi confundido variadas vezes com contratos digitais. Também há pouco conhecimento sobre o uso em empresas nacionais. Contudo, as teorias desenvolvidas a respeito dos *smarts contracts* foram confirmadas pelos entrevistados. Foi citado que os entraves a tecnologia têm muito mais a ver com falta de conhecimento do que com a tecnologia em si.

A tecnologia, muito embora madura e completamente operacional (segurança e agilidade foram pontuados inúmeras vezes), de acordo com a pesquisa de campo carece de explicações e treinamentos acerca de seu funcionamento para que o usuário não continue como elemento de dificuldade da adoção por empresas (LOPES, 2020).

Conforme destacado pelo autor, a pesquisa foi realizada durante a pandemia. Nesse cenário, variadas tecnologias foram adotadas para diminuir as dificuldades enfrentadas no período. As vendas em e-commerce aumentaram 57,4% no primeiro trimestre de 2021 quando comparado ao primeiro trimestre de 2020 (E-COMMERCE BRASIL, 2021), sendo

que em 2020 já houve um crescimento de 47% (SCHNAIDER, 2020). Os entrevistados veem o cenário como positivo para acelerar a adoção dos *smarts contracts* e enxergam a tecnologia como uma alternativa para superar desafios empresariais vivenciados na pandemia covid-19.

Outra pesquisa a respeito da adoção dos *smarts contracts* foi realizada: Orontes Pedro, autor, escreveu em sua dissertação de mestrado sobre tal empreitada. Foram dez entrevistados escolhidos de acordo com o grau elevado de conhecimento do processo da empresa onde trabalhavam, além disso as empresas precisavam ter relações com outras empresas como cliente, fornecedor ou ambas as condições. Uma empresa era do comércio, três de prestação de serviço e seis eram indústrias (MARIANI, 2019)

O resultado apresentado não foi otimista. Foi demonstrado que as empresas poderiam utilizar a tecnologia em contratos simples, aqueles de execução instantânea ou diferida, em que os riscos podem ser alocados “ex ante”; contratos complexos não seriam objeto para a utilização dos *smarts contracts*. Além disso, a hipótese central da pesquisa, que seria a adoção da tecnologia motivada pelo cumprimento dos contratos, não foi confirmada. Os entrevistados não utilizariam os *smarts contracts* por conta dessa hipótese central.

Segundo Orontes, a justificava para tal resultado está na relação repetitiva das empresas com outras empresas, ou seja, as relações entre empresas contam com os mesmos participantes; e, nesse sentido, a Teoria dos Jogos poderia explicar que os jogadores tendem a cooperar em jogos repetitivos. Dessa forma, não é vantajoso para as empresas dos entrevistados utilizar uma tecnologia rígida, em que os contratos são auto-executáveis, pois as negociações tendem a preservar tais relações. Porém, o autor estimula pesquisas com empresas online ou varejistas, uma vez que o cenário pode ser divergente (MARIANI, 2019).

3.1 *Smart Contracts* e o Direito Societário

Sobre a possibilidade de utilização dos *smart contracts* no direito societário, algumas possibilidades são levantadas, como a implementação em assembleias gerais de companhias abertas e registro de ações e de suas transferências.

As assembleias gerais são “a instância máxima de decisão de uma companhia” (PEREIRA, 2019), enquanto a companhia:

é a pessoa jurídica de direito privado, empresária por força de lei, regida por um estatuto e identificada por uma denominação, criada para auferir lucro mediante o exercício da empresa, cujo capital é dividido em frações transmissíveis, composta por sócios de responsabilidade limitada ao pagamento das ações subscritas (DIREITO NET, 2017).

No caso das assembleias de companhias abertas, há muito custo envolvido, uma vez que os acionistas são de lugares diversos e costumam ser numerosos, e poucos

investidores participam. Em uma rede *blockchain* acessível apenas aos acionistas, seria possível programar as assembleias gerais, inserindo na rede as informações sobre a proposta de deliberação, em que cada indivíduo vinculado poderia votar em um período de tempo curto, acompanhar a deliberação e seu histórico de votos (PORTO, 2019).

Sobre o registro de ações e de suas transferências, seria uma substituição ao atual sistema física, extremamente trabalhoso. Isso permitiria maior transparência e segurança, além de diminuir custos (PORTO, 2019).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que o *Smart Contracts* veio para quebrar paradigmas e alterar a forma como compreendemos não só a economia, mas como diversas outras áreas, como os contratos. Nesse sentido, o *Smart Contracts* demonstrou um potencial inovador e descentralizado de confiabilidade, apresentando assim um novo olhar de como são vistos os entes tradicionais de controle, que por falta de transparência, estão cada vez mais perdendo sua credibilidade.

A plataforma tecnológica da *Smart Contracts* vem apresentando inúmeras aplicações, inclusive para auxílio no desenvolvimento sustentável e emponderamento social. Especialistas acreditam que sua utilidade seja ainda maior em países em desenvolvimento, uma vez que a instabilidade política, monetária, econômica, e conflitos constantes são justificativas para que a cadeia de blocos tenha suas aplicações potencializadas nessas regiões.

Contudo, com o advento dessas novas tecnologias, inúmeras discussões e questionamentos são feitos naturalmente, sobretudo, no âmbito do Direito. Entre estas discussões, existe o questionamento de que se realmente nessas tecnologias não há a necessidade de Estados, bancos centrais e entidades financeiras envolvidas nas operações e manutenções do sistema financeiro, o que pode ser respondido simplesmente pela compreensão do real conceito destas tecnologias, motivo pelo qual são chamadas de “disruptivas”.

As inovações surgem com base nas necessidades, como vimos durante o ano de 2020 e a implementação do distanciamento social. Portanto, podemos concluir que o futuro é pautado por novas tecnologias, porém ainda precisam ser melhores utilizadas e, a partir daí, construir sua credibilidade a fim de que possa ser utilizado nas áreas que mais carecem de eficiência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Marcelo de Camilo Tavares. **Direito Digital**. Goiânia, 2009. 9-10 p. em <http://aldeia3.computacao.net/greenstone/collect/trabalho/import/Direito%20Digital.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

ALVES, Vital Francisco Celestino. **Jean-Jacques Rousseau e os perigos da Corrupção Política na República**. Tese de Doutorado Universidade Federal de Goiás, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7869/5/Tese%20-%20Vital%20Francisco%20Celestino%20Alves%20-%202017.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

BECKER, Daniel; SILVA, Paulo; SAMICO, Paulo. **LegalOps e os Smart Contracts: A tecnologia como provedora de soluções para a operação comercial e a gestão contratual**. 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/legal-business/legalops-e-os-smart-contracts-10082021>. Acesso em: 29 set. 2021.

CAPELOTTI, João Paulo. **Considerações acerca do conceito de contrato**. Âmbito Jurídico, 2009. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/consideracoes-acerca-do-conceito-de-contrato>. Acesso em: 26 set. 2021.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CORRALES, Marcelo; FENWICK, Mark; HAAPIO, Helena. **Legal Tech, Smart Contracts and Blockchain**. Nova York: Springer, 2019. p. 34.

COSTA, Wellington Soares da. **Evolução do direito contratual brasileiro de 1916 a 2002**. Âmbito Jurídico, 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/evolucao-do-direito-contratual-brasileiro-de-1916-a-2002/>. Acesso em: 27 set. 2021.

CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. **Direito Digital**. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 3.

DIANA, Daniela. **História da Internet**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/historia-da-internet/>. Acesso em: 28 set. 2021.

DIREITO NET. **Companhia**. 2017. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/1810/Companhia>. Acesso em: 01 out. 2021.

E-COMMERCE BRASIL. **Primeiro trimestre de 2021: vendas no e-commerce têm alta de 57,4% em comparação ao mesmo período de 2020**. 2021. Acesso em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/primeiro-trimestre-de-2021-vendas-alta-de-57/>. Acesso em: 30 set. 2021.

GUERRA, Ana Paula. **As alterações trazidas pelo novo Código Civil**. 2006. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/20250/as-alteracoes-trazidas-pelo-novo-codigo-civil>. Acesso em: 28 set. 2021.

KRÜGER, Ana; RODRIGUES, Mateus. **Entenda o que muda com a lei da liberdade econômica**. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/20/entenda-o-que-muda-com-a-lei-da-liberdade-economica.ghtml>. Acesso em: 28 set. 2021.

LOPES, Alan Moreira et al. **Smart contracts: fatores de decisão para adoção em empresas**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <http://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/23567>. Acesso em: 29 set. 2021.

MARIANI, Orontes Pedro Antunes. **O uso de smart contracts entre empresas: uma abordagem de direito e economia**. Dissertação de Mestrado: Unisinos, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8948>. Acesso em: 01 out. 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Lei de Liberdade Econômica**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inmetro/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/lei-de-liberdade-economica>. Acesso em: 28 set. 2021.

MUNARETTO, Tais. **A Segurança Jurídica dos Smart Contracts nas transações executadas na tecnologia Blockchain**. Trabalho de Conclusão de Curso, 2019.

MURARO, Rose Marie. **Os avanços tecnológicos e o futuro da humanidade: querendo ser Deus?** Petrópolis: Vozes, 2009.

PEREIRA, Cristiana. Assembleia geral de acionistas: **Entenda as regras para convocação e participação em assembleias de companhias abertas e para o voto a distância**. 2019. Disponível em: <https://capitalaberto.com.br/secoes/explicando/assembleia-geral-de-acionistas/>. Acesso em: 30 set. 2021.

POLITIZE. **MP da Liberdade Econômica: o que é?** 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mp-da-liberdade-economica/>. Acesso em: 27 set. 2021.

PORTO, Antônio Maristrello; JUNIOR, João Manoel de Lima; SILVA, Gabriela Borges. **Tecnologia Blockchain e Direito Societário: aplicações práticas e desafios para a regulação**. Brasília: Revista de Informação Legislativa, a. 56, n. 223, p. 11-30, jul/set. 2019.

PUGA, Bruna. **Aplicações empresariais dos Smart Contracts: Exemplos da utilização dos contratos inteligentes**. 2020. Disponível em: <https://brunapuga.jusbrasil.com.br/artigos/872571162/aplicacoes-empresariais-dos-smart-contracts>. Acesso em: 29 set. 2021.

SCHNAIDER, Amanda. **E-commerce cresce 47%, maior alta em 20 anos**. 2020. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/marketing/2020/08/27/e-commerce-cresce-47-maior-alta-em-20-anos.html>. Acesso em: 30 set. 2021.

A RELAÇÃO DO CONSUMIDOR COM OS GAMES: FORTNITE, UM ESTUDO DE CASO

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 08/11/2021

Felipe Casteletti Ramiro

UNESP

Marília - São Paulo

<http://lattes.cnpq.br/3669001731632742>

RESUMO: Fortnite é um game de escala global e com grande relevância na indústria. É um dos, se não o principal, game do gênero de Battle Royale e dita não apenas tendências de consumo, como de desenvolvimento do próprio jogo, que é seguido por outras produtoras. No centro deste trabalho encontram-se os itens de consumo do game, tais como ‘Skins’, “Danças”, “Picaretas” entre outros. Compreende-se que esses elementos exercem importante papel na construção de sentido do game, realizando a mediação do jogador para com o jogo e expandindo essa relação. Os esforços aqui empregados são direcionados ao entendimento de como os itens proporcionam essa mediação, de como são categorizados, e qual o valor simbólico deles. O quadro metodológico que apoia este trabalho é da sociologia compreensiva Weberiana. Desta forma, o que nos orienta é a compreensão do sentido da ação do agente ao jogar o game e ao consumir os itens especiais. Partimos do objeto, mas não dele *per se*. Interessa-nos o valor dele, atribuído pelo jogador ou pela comunidade de jogadores. Entendemos que a própria construção do sentido do objeto

é dependente do sentido atribuído pelo sujeito, e assim, a pesquisa trata, de fato, do sujeito - visto a partir do objeto. Conclui-se que os itens possuem um papel comunicativo dentro do jogo e que em torno dele há um complexo sistema de comunicação, gerador e organizador de status. Soma-se ao valor simbólico dos itens de consumo a estratégia que não só a Epic Games, como outras produtoras, utilizam visando potencializar os lucros. Trata-se de uma união entre gasto financeiro e dispêndio de tempo, que busca fidelizar o jogador, mas, no nosso entendimento, altera por completo o objetivo do jogar.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo; Comunicação; Capitalismo; Videogame; alienação.

THE RELATIONSHIP OF CONSUMER WITH GAMES: FORTNITE, A CASE STUDY

ABSTRACT: Fornite is a global scale game and has huge relevance in the game industry. It is one of, if not the main, game of the Battle Royale genre and dictates not just consumption trends, but also the development of the game, which is followed by other producers. At the heart of this work it is possible to identify the game’s consumption items, such as ‘Skins’, ‘Dances’, “Picks” among others. It is understood that these elements exercise important role in the construction of the meaning of the game, mediating the player with the game and expanding that relationship. The efforts here are guided to try to understand how these items provided, this mediation relation, how they are categorized, and what would be their symbolic value. The methodological framework that supports this work is called Weberian

comprehensive sociology. In this way, what guides us in this study is the understanding of the meaning of agent action while playing the game and consuming special items. Our point of start is the object, but not his per se. We are interested in its value, assigned by the player or by the gaming community. We understand that the construction of the meaning of the object is dependent on the meaning attributed by the subject, and by consequence, the research is, in fact, about the subject - seen from the object. It is concluded that this work shows that items have a communicative role within the game and around it - a complex communication system, generator and organizer of status. Added to the symbolic value of the consumer items is the strategy that not only the Epic Games, like other producers, use it to maximize profits. It is a union between financial expenditure and time expenditure, which seeks loyalty from the player, but, in our understanding, completely changes the objective of playing.

KEYWORDS: Consumption; Communication; Capitalism; Video game; alienation.

1 | INTRODUÇÃO

Desde os primeiros fliperamas e antigos *consoles* até os dias atuais, os *videogames* sofreram transformações estruturais, mercadológicas e, do ponto de vista deste trabalho, de sentido. Ao lado do cinema e da música, eles constituem uma das principais indústrias no ramo do entretenimento ((Maia Alves, 2016), movimentando, quantias bilionárias anualmente. Concebidos em um contexto de transição entre as idades econômicas do capitalismo, os *games* ocupam significativo espaço nesta quarta fase do modo de produção capitalista – o “mercado das experiências” propriamente dito (Lipovetsky e Serroy, 2015). Em um panorama em que a experiência estética, o espetáculo e o entretenimento dominam, e são centrais, na movimentação do capital – em que mesmo os setores responsáveis pela fabricação material estão voltados para tal, pois possibilitam tecnicamente as produções do espetáculo (Lipovetsky e Serroy, 2015) –, os *games* encontram terreno fértil para o seu desenvolvimento. Com o crescimento tecnológico, torna-se possível, ainda, a expansão do *videogame* – antes limitado à sala de fliperama – para novos domínios, em todas as esferas da vida.

Há uma tendência na estruturação dos *games* que tem feito do jogar uma atividade cada vez mais utilitária. A construção destes jogos, entre eles o *Fortnite*, compartilha de algumas características básicas, a saber: gratuidade (“*free to play*”), multiplataforma, *crossplay*, *crossgen*, *online*, presença de passe de batalha (ou similar) e o componente das microtransações. Assim desenvolvidos, os *games* que se apoiam nesses pilares massificam seu público. Se antes, nos primórdios da indústria, era necessário locomover-se a um fliperama, e convencer os amigos a acompanhá-lo, hoje basta apertar alguns botões, sacar o celular do bolso e ligar para um amigo. O espaço de desenvolvimento do *game* se ampliou: ele cabe em todos os domínios da vida. É possível jogar na sala de espera de um consultório, no intervalo do trabalho, no ônibus e em tantas outras circunstâncias. Em suma, o *game* está em todo lugar.

Não basta, porém, estar em todo lugar, ocupar todos os espaços. Para uma verdadeira massificação, o acesso a jogo deve ser facilitado – e é por meio da estrutura mencionada anteriormente que isso acontece. É por ser gratuito, por estar em todas plataformas e por conectar jogadores destas diferentes plataformas que a disponibilização espacial do *game* atinge a massificação. O *Fortnite* é um desses jogos. Ele está disponível para *mobile*, PC, *Xbox*, *Playstation* e *Nintendo*, e é gratuito para jogar em todas essas plataformas. Basta puxar o celular do bolso, independentemente do local ocupado, para jogar com um colega que está usando o *Playstation 4*, ou com outras pessoas do mundo todo, cada qual na sua própria plataforma.

21 O PASSE DE BATALHA E O USO DO TEMPO

Dentre as características estruturais de jogos similares ao *Fortnite*, o passe de batalha merece atenção especial. É possível entendê-lo como uma evolução direta e técnica do mecanismo de “*season pass*”. Tomemos como exemplo o *game Call of Duty: Black Ops 2* – lançado no ano de 2012, com um custo relativo à época. Para jogar, era preciso comprá-lo. Contudo, no decorrer da vida útil do *game*, eram lançadas “DLCs” – isto é, pacotes de expansão do jogo, vendidos a um valor proporcional à época –, cujo conteúdo variava entre armas e mapas exclusivos. Assim, quem realizava a compra de uma determinada DLC, ou, então, do *season pass* – o qual correspondia à compra antecipada e a menor custo do equivalente a todas as DLCs a serem lançadas –, estava aumentando a sua jogabilidade. Isso porque a compra desses produtos garantia uma vantagem útil, fosse pela oportunidade de experienciar o jogo em sua totalidade, fosse por permitir o acesso a armas exclusivas, que causavam disparidade entre os jogadores.

O sistema de “*season pass*” foi superado tecnicamente pelo *passo de batalha*. Se antes bastava comprar a DLC, ou a *season pass*, para agregar forma útil no jogo, o passe de batalha associa o dispêndio financeiro ao de tempo. Seu funcionamento se resume a premiações cosméticas, e desprovidas de utilidade, a partir de uma escalada de níveis. Em outras palavras, é necessário comprar o passe de batalha e, além disso, despender uma carga horária elevada para, enfim, obter os itens especiais, os quais podem ser “*skins*”, “*picaretas*”, “*danças*”, “*envelopamentos*”, “*cartões de visita*”, entre outros.

A partir do momento em que, para a obtenção de cosméticos, é necessário o dispêndio de tempo, faz-se necessário questionar se a ação de jogar é orientada de maneira utilitarista. Jogar torna-se um meio para um fim, um serviço a se realizar para que o dinheiro não seja gasto em vão e, principalmente, para a conquista de itens que, à primeira vista, não têm nada de especial. Se os *videogames* surgem puramente com a finalidade de jogar, ao transformar este ato em um meio para conquistar objetos, a finalidade é deslocada. Devido a esse mecanismo, joga-se, muitas vezes, para acumular itens estéticos, e não para se divertir, ou mesmo para competir. A utilidade se transforma no *espetáculo*. Mas

a utilitarização do tempo não é exclusiva do passe de batalha. O jogo dispõe também de missões aleatórias, e que fogem do *gameplay* original, prometendo premiações de itens especiais. Neste caso, o valor utilitário atribuído ao jogar fica ainda mais evidente, pois é necessário fazer coisas que não se faria em condições normais a fim, apenas, de obter tais itens.

3 | A GRATUIDADE E A LUCRATIVIDADE

Em um mundo onde a lógica fundante é a busca incessante pelo lucro, a ponto de todos os elementos da vida se transformarem em meios para capitalização, a tendência à gratuidade certamente não é um indicativo de boa vontade das grandes empresas desenvolvedoras. Ao contrário, isso demonstra quão lucrativa a massificação dos *games* pode ser, ainda que mediante a gratuidade destes. As microtransações já não são mais um complemento no interior dos jogos, mas sim o principal gerador de lucro. Logo, muitos games, como o próprio *Call of Duty*, aderiram parcialmente à gratuidade – com modos gratuitos (*Warzone Battle Royale*) e pagos (*multiplayer*, campanha, zumbis), a Activision, produtora desse game, atua nas duas frentes.

Todavia, a tendência mercadológica à gratuidade certamente não surgiu com os *games*. Trata-se do mesmo princípio básico de promoções, *black friday*, *cash back* e tantas outras estratégias de incentivo ao consumo, que mantém a roda da economia girando, concomitantemente à centralização do capital. Com isso, há uma tentativa de minimizar as contradições intrínsecas ao capitalismo, o qual, a um só tempo, promove acúmulo, concentração e centralização do capital (Marx, 1867), e necessita que este esteja “espalhado”, minimamente distribuído. Em outros termos, o mercado deve dar a mão para manter o braço.

4 | OS ITENS: A EVASÃO DA REALIDADE, O CAPITALISMO ARTISTA E A ALIENAÇÃO

Mais relevante que a estratégia mercadológica das microtransações, a qual visa à manutenção e ao crescimento dos jogos, é o papel desempenhado pelos itens especiais, em especial as *skins*. Na perspectiva do jogador iniciante, a compra de itens como *skins* e danças, os quais não alteram em nada a jogabilidade, é um ato insensato. Jeferson Retondar assinala, em sua “Teoria do jogo: a dimensão lúdica da existência humana” que:

“Situações que do ponto de vista daquele que se encontra fora do contrato simbólico e emocional do jogo não poderá jamais compreender a reação tida pelos jogadores, pois desconhece os sentidos profundos que se encontram em jogo” (RETONDAR, 2007, p. 29-30).

O sentido de tal ação torna-se evidente a partir da perspectiva da integração do jogador à comunidade, seja através do consumo primário (jogando) ou do consumo

secundário (assistindo ao jogo em plataformas como *Twitch TV* e *YouTube*). A compreensão e a aceitação do valor simbólico dos itens estão condicionados não só à integração na comunidade, mas também ao entendimento do sistema de comunicação que envolve cada objeto. Além do seu valor comunicativo, o uso de *skins* tornou-se elemento indispensável à vivência plena do jogo na medida em que contribui para a evasão da realidade, a qual, de acordo com Huizinga, é a quarta e última característica formal do jogo, a saber: a voluntariedade, as regras, a relação espaço-temporal e, por fim, a referida evasão da vida real (Huizinga, 1938). A experiência do jogo é totalmente diversa quando se controla um *default* e quando se faz uso de uma *skin*, com a qual o jogador se identifica seja pelo apelo estético, seja por uma referência ao universo *pop*, ou então pela própria construção da personagem na história do game. A contribuição de Retondar mostra-se novamente útil na exemplificação dessa característica formal:

“Por fim, a última característica formal do jogo apresentada por Huizinga é a evasão da vida real, que, em linhas gerais, é a manifestação lúdica do jogador se permitir adentrar o universo imaginário do jogo e momentaneamente viver o ‘faz de conta’ (...). A evasão da vida real é a abertura dentro do jogo do mundo imaterial, do mundo imaginário e ficcional que alimenta e justifica o jogo enquanto realidade humana e simbólica. (...) o indivíduo se permite ser aquilo que ele no cotidiano não é, que possivelmente gostaria de ser (...)” (RETONDAR, 2007, p. 33).

Desta forma, não seria absurdo considerar que, ao menos, elementos como as *skins* fornecem aos jogadores uma experiência mais “fantástica” quando comparado ao consumo do *game* sem as mesmas. A problemática se instala a partir do momento em que há, entre o jogo e o jogador, um modo de produção espetacular, o qual se aproveita do poder simbólico desses itens – essenciais à experiência de jogar –, sendo que, com o lançamento desenfreado de objetos para consumo, estes são banalizados. A produção desses objetos não se diferencia das demais produções estéticas da era do capitalismo artista, e contém 4 das “5 lógicas da inflação do domínio estético”, a saber: (1) o estilo como imperativo econômico; (2) a heterogeneização estética; (3) a escalada do efêmero; (5) um hiperconsumo estetizado (Lipovetsky e Serroy, 2015). A seguir, encontram-se dispostos alguns fragmentos que exemplificam as referidas lógicas. Sobre (1):

“A generalização do design nas indústrias de consumo aparece como a característica mais evidente do avanço espetacular do capitalismo transestético. Nenhum objeto, por mais banal que seja, escapa hoje da intervenção do design e de seu trabalho estilístico.” (LIPOVETSKY e SERROY, 2015, p. 49-50).

Sobre (2) A heterogeneização estética:

“(...) a inflação da variedade que se apresenta é de tipo paradoxal. Porque se os estilos mais heterogêneos na moda, na música, no cinema, na arte têm direito de cidadania, não é menos verdade que esse fenômeno é acompanhado por uma fortíssima concentração dos sucessos, criando um amplo sentimento de monotonia, de déjà vu, de sempre igual.” (LIPOVETSKY

e SERROY, 2015, p. 53-54).

Sobre (3) A escalada do efêmero:

“Num mundo de aceleração crescente, o universo do estilo não pôde escapar da dinâmica de fluidificação intensiva da era hipermoderna, e a produção, o consumo, a distribuição, a comunicação em matéria estética se tornaram ‘*non stop*’.” (LIPOVETSKY e SERROY, 2015, p. 54).

Sobre (5) Um hiperconsumo estetizado:

“Um quinto traço caracteriza a proliferação estética: ele diz respeito à dinâmica exponencial do consumo. O capitalismo artista se distingue tanto pela artealização em grande escala da esfera da oferta, como por uma espiral consumativa estetizada que ele cria para a maioria. (...) O capitalismo artista não só desenvolveu uma oferta proliferante de produtos estéticos, como criou um consumidor faminto de novidades, de animações, de espetáculos, de evasões turísticas, de experiências emocionais, de fruições sensíveis (...)” (LIPOVETSKY e SERROY, 2015, p. 61-62).

Entre 06 e 08 de agosto de 2021, aconteceu no *game Fortnite* a “Turnê da Fenda com Ariana Grande”. O evento foi um show virtual, totalmente computadorizado e com direito a Ariana Grande remodelada enquanto *skin*. O objetivo disso é evidente: promover a venda de um pacote completo de itens da Ariana Grande que vão desde *skin* até picareta. Além da possibilidade de comprar o pacote de Ariana Grande, alguns itens eram disponibilizados apenas mediante a realização de tarefas. Essas informações podem ser encontradas na página oficial da *Epic Games* (desenvolvedora do *Fortnite*), que, inclusive, faz poucas menções ao evento de fato, focando nos itens.

Encontramos neste evento a união entre gasto financeiro e dispêndio de tempo, além de uma exibição espetacular que: é construída por um trabalho estilístico; incentiva o hiperconsumo estetizado; e, ao mesmo tempo, carrega em si a efemeridade – por se tratar de mais um pacote de itens dentre tantos outros – e garante a monotonia – ao manter aquilo que faz sucesso, pois não foi a primeira a trazer personagens do mundo *pop*. Assim prossegue o tempo no *Fortnite* – um bombardeio estético capaz de transformar o novo em velho antes mesmo da necessidade. De maneira análoga à obsolescência programada, o jogo instiga nos jogadores uma vontade insaciável de consumir, pois, por mais que se goste de uma *skin*, ela logo se torna ultrapassada, atrelando a evasão da realidade ao consumo acelerado.

No momento em que a evasão da realidade – mediada, em partes, pelos itens especiais, elemento intrínseco da experiência de jogar – torna-se uma ferramenta de mercado, além de ter seu uso banalizado, o objeto em questão aliena-se, e torna-se ferramenta de alienação. Guy Debord, em sua obra magistral, “A sociedade do espetáculo”, tece aforismos que, de forma genial, encaixam-se na presente situação. Destaca-se o aforismo 30:

“A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta

de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele. É por isso que o espectador não se sente em casa em lugar algum, pois o espetáculo está em toda parte." (GUY DEBORD, 1967, p. 24).

Encarcerado pela efemeridade, cercado pela mesmice, o jogador torna-se mero espectador nos eventos – contempla o espetáculo e seu show de luzes, computação e movimentos alucinantes. Após o espetáculo, vendem-lhe a chance de performar e vestir a pele da protagonista. Em suma, impõem-lhe uma imagem espetacular, uma experiência estética que domina sua vontade. O jogador metamorfoseia-se em máquina de consumo, alheia dos próprios desejos; em contrapartida, os itens de experiência do jogo convertem-se em itens de consumo, cujo sentido de evasão aliena-se, e é substituído pelo do lucro. Alienar-se, a partir de Marx, é depositar em outra instância características que são próprias, esvaziando-se a essência; logo, o sujeito não se identifica com o objeto, com sua criação.

O item, inserido no contexto do espetáculo, acaba por desempenhar duas funções: uma performática espetacular e outra de evasão da realidade – seu papel original. Este ofício primordial passa a exercer papel secundário, tornando-se mero apêndice da performance estética. Em decorrência dessa sucessão de fatos, o item continua sendo objeto de desejo por parte dos jogadores, mas agora pelo motivo errado. Assim, o jogador não será atraído por uma característica enriquecedora para o jogo, e sim por um fator que o esvazia. Não se reconhecendo no item adquirido, o jogador anseia por um novo espetáculo, uma nova experiência estética. Nesse instante, ele não age por si só. Torna-se, enfim, exterior a si mesmo, tal como previra Debord:

"Em relação ao homem que age, a exterioridade do espetáculo aparece no fato de seus próprios gestos já não serem seus, mas de um outro que os representa por ele." (GUY DEBORD, 1967, p. 24).

A gratuidade já não aparece como grande engenharia financeira, mas como estratégia do capital para promover o espetáculo, pois este só é possível quando todos estão voltados para ele. Com o acesso facilitado, a lucratividade sobre os itens é expandida. O jogo, à medida que tira a autonomia dos objetos, deposita neles sua potência lucrativa.

5 | OS ITENS: A COMUNICAÇÃO E O LUXO GARANTIDO PELO CONHECIMENTO

Além de representarem a evasão da realidade, as *skins* e os demais itens performam um complexo sistema de comunicação entre os jogadores. Os itens possuem uma classificação vertical, feita pela comunidade e que representa um *status* de alta habilidade. Um jogador que está utilizando uma *skin* considerada “*pro*” pela comunidade

é capaz de intimidar seus oponentes à primeira vista. Ao vê-lo de longe, as decisões de rota e de enfrentamento dos demais serão orientadas, até certo ponto, pela identificação de um jogador com alta habilidade a partir dos itens que utiliza. O próprio *game* possui uma classificação interna dos itens, embora a classificação vigente e comunicativa seja da comunidade – resta saber, porém, como ela é feita e como é disseminada. O que determina os itens representarem um *status* de alta habilidade? Seria um juízo estético?

O presente estudo não traz conclusões sobre o que é determinante na classificação das *skins* – contudo, cabe a exploração dos fatores relevantes nessa categorização. Nesse sentido, influenciadores digitais, *streamers* da plataforma *Twitch TV* e produtores de conteúdo no *YouTube* certamente possuem contribuição significativa. Esses jogadores, ao conquistarem um expressivo espaço de fala e de exibição, tornam-se modelos para toda a comunidade. Basta que um importante comunicador elogie ou fale mal de uma *skin*, use ou deprecie um outro item qualquer, que seu julgamento tornar-se-á sugestivo à comunidade e chegará ao conhecimento mesmo dos que não o acompanham.

Além disso, alguns importantes fatores fogem da influência dos produtores de conteúdo na determinação dos itens. O primeiro deles é a “idade” destes. Para explicar esse indicativo, é preciso elucidar o funcionamento da loja de itens do *Fortnite*. A loja do *game* é atualizada a cada 24 horas, e em cada “remessa” encontram-se diferentes itens. A partir dessa dinâmica, alguns itens tiveram sua última aparição na loja anos atrás. Outros apareceram apenas uma vez, há muito tempo, e nunca mais voltaram. Existem, ainda, itens que nunca estiveram na loja e remetem aos primeiros passes de batalha – só quem comprou, possui. Itens de missões antigas também não são disponibilizados para compra e, assim, só quem as cumpriu à época tem acesso.

Desta maneira, itens mais antigos indicam que o jogador em questão tem um contato de longa data com o *game* e, portanto, pode apresentar maior habilidade. O uso de uma *skin* antiga serve como um aviso aos oponentes – afinal, não se trata de um novato no jogo, e sim de alguém cuja presença deve ser temida. Os itens são capazes de comunicar o tempo de jogo de um adversário e a habilidade deste, além de provocar reações nos demais jogadores sem que uma única palavra seja dita. No entanto, para a comunicação adequada, o interlocutor deve estar integrado e ter plenos conhecimentos acerca do sistema utilizado: um iniciante não será capaz de reconhecer um oponente poderoso à sua frente.

É princípio básico da vida social das coisas que um artigo apenas representa luxo e *status* quando não é acessível a todos (Appadurai, 1986). Na organização social baseada no modo de produção capitalista, a exclusividade é, geralmente, garantida por meio da inacessibilidade financeira. Um item de luxo na sociedade capitalista só o é porque poucos possuem capital suficiente para obtê-lo. Se remontarmos aos Trobriandeses e aos objetos conquistados a partir do Kula – que variam entre colares e braceletes de conchas, dependendo da direção seguida pela rota –, estes são destinados apenas aos líderes das tribos. A exclusividade, o luxo e o *status* são viabilizados pela tradição (Malinowski, 1922).

Sem aprofundar no Kula, ou mesmo nas trocas capitalistas, observam-se formas distintas de garantir o luxo dos objetos e o status que representam. No Kula, o status é garantido, em linhas gerais, pela tradição e pela cultura, enquanto no capitalismo reina o capital. No *Fortnite*, a limitação não ocorre nem de uma forma, nem de outra. Estando disponível na loja um item que carregue prestígio em si mesmo, todo e qualquer jogador pode comprá-lo – sem limitação pelo nível e sem demanda de alto valor financeiro. O que garante que apenas os merecedores do *status* atribuído pelo objeto adquiram-no? O que impede a compra por parte do jogador iniciante e, em decorrência disso, a banalização do status? O conhecimento e a integração na comunidade. O jogador iniciante não possui a capacidade de distinguir o *status* de cada item – isso se tiver ciência desse tipo de classificação, o que é pouco provável. Caso o novato adquira um item dessa magnitude, trata-se de um acaso, uma exceção.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, este trabalho caminha para a conclusão de que o elemento social “jogo” – e, em especial, o *Fortnite*, visto que se trata de um estudo de caso – quando mediado pelo modo de produção capitalista e pela sociedade do espetáculo, tem sua essência alienada, metamorfoseando-se, ainda, em ferramenta de alienação. O sentido do jogar é, em partes, perdido, bem como a orientação da ação de jogar e o consumo de itens simbólicos. O simbólico, o jogo pelo jogo, a evasão da realidade fica em segundo plano; reina o espetáculo, o efêmero, o consumo desenfreado. Ocorre a instrumentalização do jogo, e o jogar torna-se ação útil e racional – ao menos parcialmente. Concluímos, portanto, que inserido em contexto de alienação, o jogo tem sua estrutura danificada, assim como o item capaz de potencializar a evasão da realidade, o qual se transforma em fonte de lucro.

A respeito do valor comunicativo dos itens, como as *skins*, cabe ainda tecer breves observações. Entendemos que, como os artigos não possuem sua exclusividade e prestígio a partir da habilidade de fato, e sim através do conhecimento, a essência da sua representação e do seu status também não dizem respeito à habilidade, embora remetam indiretamente a ela. No âmbito, o uso de determinados itens indica, na verdade, um alto dispêndio de tempo na atividade de jogar, a ponto de compreenderem o sistema de comunicação e tomarem-no para si. De fato, a alta carga horária despendida na prática de jogar associa-se, na maioria dos casos, a uma alta habilidade. Contudo, é totalmente possível que um jogador experiente e com baixa habilidade venha a desejar um item por este ser intimidador. Em suma, a habilidade e o tempo despendido se confundem tal como causa e efeito. Hume há muito já assinalava que causa e efeito são normalmente embaralhados devido à frequência com que caminham juntos. Quando se vê fumaça, imagina-se fogo (Hume, 1748), e quando se vê determinado item, imagina-se habilidade.

AGRADECIMENTOS

Presto agradecimentos ao Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Ciências Sociais da UNESP de Marília, assim como ao professor tutor do grupo, Antônio Mendes da Costa Braga, que me auxiliaram e motivaram minha submissão ao XXXII CIC UNESP. Agradeço também à doce Laura, que me motivou nos momentos de desesperança e esteve ao meu lado, além de ter me ajudado na redação deste trabalho, com seus valiosos conselhos e auxílios de escrita. Por fim, agradeço à minha irmã Julia, que me auxiliou na tradução do resumo.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. P. M. **O Mercado Global de Games: Artificação e Capitalismo Cultural**, 2016.

APPADURAI, Arjun. (Org.). **A Vida Social das Coisas: As Mercadorias Sob uma Perspectiva Cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. P. 11-121.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Estetização do Mundo: Viver na Era do Capitalismo Artista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 2013.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, E. P. M. **O Mercado Global de Games: Artificação e Capitalismo Cultural**, 2016

APPADURAI, Arjun. (Org.). **A Vida Social das Coisas: As Mercadorias Sob uma Perspectiva Cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. P. 11-121.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BENJAMIN, Walter. **A Obra de Arte na Época de Sua Reprodutibilidade Técnica**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2012.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HEINICH, Nathalie e SHAPIRO, Roberta. **Quando há Artificação?** Sociedade e Estado, Brasília, Volume 28, número 1, 2013.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens.** São Paulo: Perspectiva, 1982.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Estetização do Mundo: Viver na Era do Capitalismo Artista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia.** São Paulo: Abril Cultural, 2013.

SMUTS, Aaron. “**Are Videogames Art?**”. *Contemporary Aesthetics*, 3, 2005.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____, Max. **Economia e Sociedade. Vol.1.** Brasília: Editora da UNB, 1994.

_____, Max. **Economia e Sociedade. Vol. 2.** Brasília: Editora da UNB, 2009.

SOBRE O ORGANIZADOR

ELÓI MARTINS SENHORAS - Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. *Post-Doc* em Ciências Jurídicas. *Visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. *Visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidentes de trânsito 298, 299, 300, 301, 305, 308, 309, 310, 311

África 46, 52, 55, 68, 79, 107, 117, 247, 252, 253, 260, 374, 375, 379

Agricultura 68, 138, 154, 170, 204, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 226, 228, 231, 233, 236, 237, 239, 240, 242, 246, 247, 249, 250, 251, 257, 258, 259, 260, 261, 279, 281, 282, 283, 285, 287, 288, 289

APEC 48, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153

Apicultura 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251

B

Barreiras comerciais 157, 158, 160

Brasil 35, 36, 37, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 79, 83, 86, 93, 104, 118, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 170, 171, 175, 176, 177, 218, 219, 221, 231, 232, 233, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 249, 250, 262, 265, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 316, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 336, 337, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 380, 382, 385, 386, 398, 399, 408, 415, 418, 421

C

Capital 1, 2, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 32, 33, 37, 39, 40, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 82, 84, 85, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 105, 107, 108, 109, 110, 122, 125, 126, 162, 170, 173, 178, 179, 188, 189, 192, 193, 196, 199, 206, 242, 246, 255, 256, 257, 273, 279, 281, 283, 284, 285, 287, 292, 299, 300, 301, 305, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 341, 343, 345, 346, 348, 349, 351, 377, 388, 390, 391, 393, 394, 419, 424, 426, 429, 430, 431, 432, 433

Capitalismo 16, 17, 20, 25, 26, 28, 29, 37, 38, 40, 41, 42, 44, 47, 51, 52, 53, 56, 59, 62, 63, 64, 196, 354, 390, 395, 413, 423, 424, 426, 427, 428, 431, 432, 433

CAPM 84, 85, 88, 90, 91, 93

China 64, 102, 114, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 157, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177

Cluster 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Comércio internacional 46, 51, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 80, 82, 83, 120, 142, 143, 144, 145, 151, 154, 158, 166, 374

Commodities 46, 69, 84, 142, 144, 152, 157, 158, 166, 347

Comunicação 9, 66, 94, 105, 119, 154, 161, 230, 231, 232, 235, 236, 240, 277, 279, 280, 379, 399, 408, 415, 417, 421, 423, 427, 428, 429, 430, 431, 434

Contratos 79, 199, 200, 203, 376, 411, 412, 414, 415, 416, 418, 419, 420, 422

Cooperativismo 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202

Covid-19 69, 81, 114, 263, 264, 269, 270, 271, 419

Crescimento 39, 42, 43, 44, 51, 52, 54, 61, 63, 67, 68, 71, 74, 78, 80, 81, 92, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 114, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 142, 144, 153, 159, 166, 167, 176, 177, 206, 221, 248, 253, 254, 255, 256, 258, 272, 273, 274, 275, 276, 290, 295, 319, 330, 335, 345, 346, 347, 348, 350, 351, 353, 357, 372, 375, 376, 378, 399, 407, 419, 424, 426

D

Desenvolvimentistas 35, 36, 37, 39, 42, 43, 45

Desenvolvimento 2, 3, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 66, 67, 68, 69, 71, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 114, 121, 143, 144, 145, 153, 154, 175, 204, 205, 206, 207, 218, 219, 221, 231, 232, 237, 240, 242, 243, 247, 249, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272, 274, 276, 279, 296, 297, 312, 315, 317, 319, 320, 321, 323, 325, 326, 330, 336, 339, 340, 341, 344, 345, 347, 348, 351, 352, 357, 365, 366, 367, 371, 375, 379, 414, 420, 423, 424, 434

Dólar 64, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 384

E

Economia 1, 2, 9, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 57, 58, 61, 64, 65, 66, 68, 71, 74, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 143, 144, 145, 147, 153, 154, 158, 163, 166, 175, 176, 177, 204, 205, 206, 207, 218, 220, 224, 231, 232, 233, 239, 240, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 274, 276, 295, 296, 297, 312, 322, 326, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 336, 337, 339, 340, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 364, 365, 366, 367, 370, 371, 372, 375, 376, 378, 379, 380, 397, 409, 413, 420, 421, 422, 426, 432, 433, 434

Eleições 397, 398, 399, 400, 404, 406, 407, 408, 409

Embargo 134, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 183, 185, 186, 187, 191, 194, 196, 197, 198, 201, 267, 383, 386, 388

Empresas 52, 53, 68, 70, 71, 74, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 92, 96, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 117, 122, 135, 142, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 237, 246, 250, 256, 260, 261, 263, 274, 275, 280, 285, 329, 331, 337, 341, 342, 346, 348, 349, 353, 354, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 376, 377, 378, 382, 388, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 412, 414, 416, 417, 418, 419, 421, 422, 426, 434

Estado 25, 29, 30, 37, 38, 39, 42, 46, 47, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 74,

75, 81, 94, 96, 97, 98, 103, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 124, 129, 153, 183, 186, 190, 192, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 219, 222, 226, 231, 232, 240, 242, 248, 250, 252, 254, 258, 261, 266, 272, 273, 274, 294, 295, 296, 297, 301, 302, 303, 305, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 345, 367, 370, 371, 372, 378, 379, 394, 395, 396, 400, 404, 413, 417, 433

Estados Unidos 44, 51, 52, 53, 129, 132, 134, 136, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 157, 159, 161, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 248, 265, 267, 269, 271, 359, 382, 398, 414

Exportações 53, 73, 74, 80, 87, 102, 116, 125, 127, 128, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 152, 153, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 174, 175, 177, 248, 367, 373, 374, 375

F

Falência 37, 110, 353, 358, 360, 361, 364

G

Games 423, 424, 426, 428, 432

Globalização 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 296, 411, 412

I

Ideologia 1, 2, 4, 5, 6, 20, 21, 64, 433

Imperatriz 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297

Investimento 40, 42, 47, 63, 66, 67, 68, 69, 71, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 90, 92, 93, 96, 100, 103, 107, 108, 109, 110, 116, 117, 122, 126, 127, 154, 162, 163, 174, 243, 248, 258, 260, 315, 319, 323, 325, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 357

L

Liberais 35, 36, 37, 45, 62, 158

M

Marketing 108, 196, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 231, 239, 240, 241, 365, 366, 368, 373, 379, 380, 422

Materialismo 1, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 20, 33

Mercado 25, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 62, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 74, 77, 79, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 105, 106, 108, 109, 111, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 135, 137, 138, 139, 142, 147, 152, 153, 158, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 177, 186, 187, 188, 189, 197, 202, 221, 222, 229, 231, 232, 234, 237, 241, 246, 247, 253, 255, 260, 265, 266, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 340, 341, 345, 347, 365, 367, 369, 370, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 384, 387, 393, 394, 395, 396, 413, 417, 424, 426, 428, 432

Moçambique 66, 67, 68, 69, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 100, 102,

103, 104, 105, 106, 107, 112, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 127, 128, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 378, 379, 380

Modelo gravitacional 141, 142, 143, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 272, 276, 277, 278, 279, 292, 293

Mortalidade infantil 312, 313, 314, 315, 316, 317, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328

N

Neoliberalismo 50, 54, 55, 56, 64

P

Paraísos fiscais 66, 67, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83

Pernambuco 218, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 305, 307, 308, 309, 310, 312, 313, 315, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327

Piauí 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 218, 309, 316

PIB 68, 71, 80, 81, 92, 98, 100, 101, 102, 107, 113, 116, 117, 127, 129, 132, 139, 141, 145, 146, 151, 152, 153, 157, 160, 167, 168, 172, 173, 174, 175, 219, 260, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 300, 329, 334, 336, 337, 339, 342, 343, 344, 346, 347

Política monetária 86, 98, 103, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 348, 378

Portugal 51, 76, 83, 104, 117, 118, 338, 353, 356, 361, 362, 363

Produção 2, 8, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 60, 62, 63, 72, 73, 74, 82, 95, 96, 107, 116, 122, 128, 142, 144, 157, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 170, 172, 173, 175, 204, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 222, 223, 225, 227, 229, 233, 235, 238, 239, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 256, 258, 260, 261, 263, 274, 279, 281, 294, 341, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 418, 424, 427, 428, 430, 431, 432, 433

Q

Qualidade 10, 12, 13, 14, 15, 71, 82, 91, 102, 103, 116, 142, 223, 224, 225, 227, 229, 235, 239, 248, 255, 256, 261, 273, 298, 300, 314, 315, 322, 323, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 360, 361, 363, 365, 368, 369, 370, 373, 374, 375, 376, 379

R

Recursos naturais 46, 51, 73, 79, 85, 95, 102, 103, 142, 164, 165, 242, 243, 244, 245, 249, 253, 256, 258, 260, 261, 371

Redes sociais 230, 232, 233, 234, 235, 236, 397, 398, 399, 400, 403, 407, 408, 409

S

Saúde 32, 71, 82, 95, 96, 158, 159, 224, 225, 227, 232, 253, 256, 257, 273, 279, 280, 281, 283, 285, 289, 294, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 353, 354, 355, 357, 360

Smart contracts 411, 412, 416, 417, 419, 420, 421, 422

Subdesenvolvimento 40, 45, 48, 55

T





Terra 12, 14, 29, 48, 56, 73, 164, 165, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 246, 249, 251, 254, 258, 259, 299, 338, 340, 341, 343, 349, 352, 421

Trabalho 1, 2, 3, 4, 7, 17, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 35, 36, 39, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 72, 73, 77, 80, 88, 95, 96, 106, 117, 122, 141, 143, 145, 146, 152, 159, 160, 162, 164, 166, 167, 170, 173, 192, 205, 206, 218, 227, 233, 234, 243, 250, 252, 254, 256, 257, 258, 260, 278, 294, 298, 300, 301, 303, 305, 312, 317, 325, 330, 333, 336, 348, 353, 357, 365, 367, 368, 373, 377, 398, 413, 420, 422, 423, 424, 427, 428, 431, 432

Turismo 68, 135, 138, 139, 221, 237, 258, 259, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396

U

União Europeia 64, 72, 76, 157, 159, 161, 166, 167, 168, 172, 173, 174, 175

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 2